UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

# A QUESTÃO FEMININA NO PCB (1925-1956):

## As mulheres na cultura política comunista

Belo Horizonte, MG, Brasil

2021

PAULA ELISE FERREIRA SOARES

# A QUESTÃO FEMININA NO PCB (1925-1956):

## As mulheres na cultura política comunista

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito final para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História, tradição e modernidade – política, cultura e trabalho

Linha de pesquisa: História e culturas políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte, MG, Brasil

2021

301.412
S676q
2021

Soares, Paula Elise Ferreira.

A questão feminina no PCB (1925-1956) [manuscrito] : as mulheres na cultura política comunista / Paula Elise Ferreira Soares. - 2021.

378 f.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2.Cultura política - Teses. 3. Mulheres - Teses. 3.Partido Comunista Brasileiro. 4. Republicanismo – Brasil - Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**"A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista"**

**Paula Elise Ferreira Soares**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro
UFF

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior
UFBA

Profa. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro
UFSC

Belo Horizonte, 02 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta**, **Membro**, em 04/06/2021, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Janaina Martins Cordeiro**, **Usuário Externo**, em 04/06/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Cristina Candian Fraccaro**, **Usuário Externo**, em 08/06/2021, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Junior**, **Usuário Externo**, em 09/06/2021, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0701831** e o código CRC **F6A2176F**.

**Referência:** Processo nº 23072.222202/2021-03 SEI nº 0701831

*Para Martha Rebelatto, cuja maternidade revolucionária me preparou para a chegada do Ernesto.*

*Para Ernesto, que me ensina todos os dias sobre as singularidades do tempo e a potência do amor.*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração do trabalho de pesquisa que apresento nesta tese não foi uma empreitada solitária. Sua concretização foi resultado da colaboração de muitas pessoas e instituições. Agradeço, portanto, a todos:

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Betim, local em que leciono, por me ter concedido o período de licença para a redação do texto final.

Ao meu orientador, Rodrigo Patto Sá Motta, por ter aceitado, mais uma vez, acompanhar minha pesquisa e pela sensibilidade demonstrada em relação aos dilemas pessoais por mim vivenciados durante o doutorado.

Aos professores Miriam Hermeto de Sá Motta e Douglas Átilla Marcelino, por terem aceitado o convite para participarem da banca de qualificação, pelas preciosas lições que me possibilitaram encarar minhas limitações e que me estimularam a buscar superá-las.

À historiadora Martha Rebellato, pelo diálogo acadêmico, pela leitura atenta e crítica do meu texto, pela elaboração de tabelas demográficas e por todo o auxílio no contexto de trabalho.

À antropóloga Laetitia Jourdan, pela leitura atenta de passagens desta tese.

À Suzane Garcia, pelo envio de cópias das fontes por mim identificadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

À Lílian de Oliveira, pela revisão do texto e, sobretudo, por todo o ensinamento sobre o meu processo de escrita.

À Dina Lida Kinoshita, por todo o apoio com referências bibliográficas, documentação e contatos para futuras entrevistas.

Aos meus pais, pela rede de apoio e paciência.

Às minhas irmãs, pelas várias estadias a mim concedidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais viabilizaram esta pesquisa.

A Karina Ferreira e Maria Helena Moreira, por todo o suporte dado no dia a dia.

Ao Vinicius Sousa Pietra Pedroso, por toda a compreensão, pelo apoio e pelo amor de sempre.

Ao Ernesto, por dar sentido a tudo.

"Nossa tendência é esquecer o passado
e acreditar que tudo está acontecendo hoje
pela primeira vez."

*Nise da Silveira, in Prefácio do livro* ***Sala 4: primeira prisão política feminina****, de Maria Werneck.*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir do arcabouço teórico-metodológico da História Cultural do Político, como o debate sobre a questão feminina e a organização do trabalho político entre mulheres foram conduzidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1925 e 1956. Desde sua fundação, o PCB procurou enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres e organizou frentes de mobilização feminina específicas, inclusive porque essa era uma diretriz do movimento comunista internacional. A cultura política comunista que se estruturou entre 1900-1930 em torno do grupo bolchevique era conformada pela certeza de que a opressão feminina era uma das mazelas decorrentes do surgimento da propriedade privada, condição que se agravaria no contexto capitalista. Assumindo que a situação de inferioridade intelectual e política da maioria das mulheres seria uma construção social e não uma fatalidade biológica, os comunistas se comprometeram a lutar pela transformação das mulheres alienadas em verdadeiras revolucionárias. Destacaram-se na condução do trabalho político feminino no Brasil, sobretudo, mulheres militantes que assumiram a liderança de entidades como o Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928-1933), a União Feminina do Brasil (1935), o jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* (1947-1956), a Federação de Mulheres do Brasil (1949-1964), além de várias seções de periódicos e outras entidades femininas locais e estaduais. Embora sempre em menor número, as militantes assumiram cargos importantes no partido e conduziram os projetos de organizações de massas femininas. As comunistas procuraram associar a luta pelas demandas específicas que identificavam junto às mulheres pobres e trabalhadoras às pautas gerais que mobilizavam todo o PCB e, desta forma, garantiram que o trabalho político feminino fosse não apenas importante para a construção de movimentos de mulheres entre as décadas de 1920-1950, como também para a vitalidade e sucesso de várias das ações do PCB.



**Palavras-chave:** Cultura política comunista, PCB, Mulheres.

**ABSTRACT**

This thesis aims to analyze how the Brazilian Communist Party (PCB) led the debate on the female issue and the organization of political work among women in the period between 1925 and 1956. To this end, the theoretical-methodological perspective of the Cultural History of Politics was adopted. Since its founding the PCB sought to tackle inequalities between men and women and organized specific female mobilization fronts, even because this was effectively an orientation established by the international communist movement. In fact, the communist political culture that was structured between 1903 and 1930 around the Bolshevik group was shaped by the certainty that female oppression was one of the problems resulting from the emergence of private property, a condition that would be aggravated in the capitalist context. Assuming that the situation of intellectual and political inferiority of most women would be a social construction and not a biological fatality, the communists pledged to fight for the transformation of alienated women (babas) into true revolutionaries. In Brazil, women activists who took on the leadership of several entities stood out in conducting women's political work. These include the Comitê de Muheres Trabalhadoras (1928-1933), the União Feminina do Brasil (1935), the newspaper *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* (1947-1956), the Federação de Mulheres do Brasil (1949-1964), in addition to several sections of journals and other local and state women's entities. Although always outnumbered, women activists took on important positions in the party and led the projects of women's mass organizations. The female communists sought to associate the struggle for the specific demands they identified with poor and working women with the general agendas that mobilized the entire PCB and, thus, ensured that female political work was not only important for the construction of women's movements between 1920 and 1950, as well as for the vitality and success of several of the PCB's actions.

**Keywords:** Communist political culture, PCB, Women.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do primeiro exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora*, fev.-mar. 1932. ..... 133

Figura 2 - Capa do segundo exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 10 maio 1932. ..... 134

Figura 3 - Reprodução da seção "A Mulher do Povo", escrita e ilustrada por Patrícia Galvão. Jornal *O Homem do Povo*, n. 3, p. 1, 31 mar. 1931. ..... 162

Figura 4 - Reprodução da seção "A Mulher do Povo", escrita e ilustrada por Patrícia Galvão. Jornal *O Homem do Povo*, n. 4, p. 2, 2 abr. 1931. ..... 163

Figura 5 - Série de tirinhas Malakabeça Fanika e Kabelluda, de Patrícia Galvão, publicadas em *O Homem do Povo* entre março e abril de 1931. ..... 174

Figura 6 - Capa da primeira edição de *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, 25/07/1947. ..... 329

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| AEL | Arquivo Edgar Leuenroth |
| AFDF | Associação Feminina do Distrito Federal |
| AFF | Associação Feminina Fluminense |
| AIB | Aliança Integralista Brasileira |
| AMORJ | Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro |
| AN | Arquivo Nacional do Rio de Janeiro |
| ANL | Aliança Nacional Libertadora |
| APERJ | Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro |
| APESP | Arquivo Público do Estado de São Paulo |
| BOC | Bloco Operário e Camponês |
| CAMDE | Campanha da Mulher pela Democracia |
| CC | Comitê Central |
| CCTM | Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres |
| CEDEM | Centro de Documentação e Memória |
| CGT | Confederação Geral dos Trabalhadores |
| CJPI | Comissão Jurídica Popular de Inquérito |
| CMT | Comitê de Mulheres Trabalhadoras |
| CNOP | Comissão Nacional de Organização Provisória |
| CR | Comitê Regional |
| CZ | Comitê de Zona |
| DEOSP | Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo |
| DOPS | Departamentos de Ordem Política e Social |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FBPF | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino |
| FDIM | Federação Democrática Internacional de Mulheres |
| FMB | Federação de Mulheres do Brasil |
| FMESP | Federação de Mulheres do Estado de São Paulo |
| FUA | Frente Única Antifascista |
| IC | Internacional Comunista |
| IFSC | Instituto Feminino de Serviço Construtivo |
| LFEG | Liga Feminina do Estado da Guanabara |

| | |
|---|---|
| NEP | Nova Política Econômica |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCR | Partido Comunista Russo |
| PCUS | Partido Comunista da União Soviética |
| POSDR | Partido Operário Social-Democrata Russo |
| PRP | Partido de Representação Popular |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSDA | Partido Social-Democrata Alemão |
| SSA | Secretariado Sul-Americano |
| STM | Superior Tribunal Militar |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UF | União Feminina |
| UFB | União Feminina do Brasil |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UOFT | União dos Operários em Fábricas de Tecidos |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 15**

**CAPÍTULO 1 | A QUESTÃO FEMININA NA TEORIA MARXISTA E NA PRÁTICA COMUNISTA NA URSS (1900-1930) ..... 43**

1.1 Os bolcheviques e a questão feminina ..... 51
1.1.1 O debate sobre a questão feminina em *A mulher e o socialismo* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ..... 53
1.1.2 Da teoria à prática: a construção do trabalho político entre as mulheres nas fileiras bolcheviques ..... 62
1.1.2.1 A questão feminina e o governo bolchevique ..... 74

**CAPÍTULO 2 | COMITÊ DE MULHERES TRABALHADORAS: O INÍCIO DO TRABALHO POLÍTICO COMUNISTA JUNTO ÀS MULHERES BRASILEIRAS (1925-1932) ..... 93**

2.1 Contexto partidário ..... 95
2.2 *A Classe Operária* e os primeiros apontamentos do PCB sobre a questão feminina ..... 100
2.3 O Comitê de Mulheres Trabalhadoras ..... 114

**CAPÍTULO 3 | A CONSOLIDAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO E A AMPLIAÇÃO DAS INICIATIVAS PARTIDÁRIAS (1929-1935) ..... 140**

3.1 A Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres ..... 141
3.2 Representações sobre o feminino na cultura política comunista: Patrícia Galvão e a questão feminina ..... 160
3.2.1 *A Mulher do Povo* enfrenta a burguesia ..... 161
3.2.2 *Parque Industrial* revela as mulheres do povo ..... 175

**CAPÍTULO 4 | UNIÃO FEMININA DO BRASIL E A NOVA ESTRATÉGIA PARA O TRABALHO POLÍTICO FEMININO DO PCB (1935-1938) ..... 191**

4.1 Contexto partidário ..... 192
4.2 Interpretações historiográficas sobre a UFB ..... 199
4.3 Da fundação ao declínio: maio-julho de 1935 ..... 204
4.3.1 Posturas identitárias: o antifeminismo e o antifascismo ..... 208
4.3.2 Expansão e ações ..... 225
4.3.3 Atuação ilegal e encerramento ..... 239

**CAPÍTULO 5 | UNIÕES FEMININAS E O ATIVISMO PARLAMENTAR DAS MULHERES COMUNISTAS: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E À POLÍTICA (1945-1948)** ..... **251**

5.1 CONTEXTO PARTIDÁRIO ..... 252
5.2 RETOMADA DO TRABALHO POLÍTICO FEMININO (1945-1948) ..... 260
5.2.1 Entidades criadas no Rio de Janeiro ..... 266
5.2.3 Candidaturas femininas do PCB ..... 277
5.2.4 A ampliação da atuação do movimento feminino comunista brasileiro ..... 283

**CAPÍTULO 6 | FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL E IMPRENSA COMUNISTA: CONEXÕES INTERNACIONAIS E MATERNIDADE REVOLUCIONÁRIA (1947-1956)** ..... **291**

6.1 FUNDAÇÃO DA FMB E MATERNIDADE REVOLUCIONÁRIA ..... 292
6.2 MATERNALISMO E TRABALHO POLÍTICO FEMININO COMUNISTA: A MÃE REVOLUCIONÁRIA ..... 308
6.3 JORNAL *O MOMENTO FEMININO*, A QUESTÃO FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER ..... 322
6.4 DECLÍNIO DO MOVIMENTO FEMININO COMUNISTA ..... 345

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **352**

**FONTES E ACERVOS CONSULTADOS** ..... **357**

**REFERÊNCIAS** ..... **364**

**ANEXOS** ..... **377**

# INTRODUÇÃO

Em 1988, o livro *Sala 4: primeira prisão política feminina,* escrito por Maria Werneck, foi publicado no Brasil. Nele, a autora relata sua passagem, em 1935, pela Casa de Detenção da Rua Frei Caneca e sua experiência de dividir a cela com várias mulheres comunistas, todas presas por suposto envolvimento com o PCB, o Partido Comunista do Brasil, mais tarde denominado Partido Comunista Brasileiro, e com a Aliança Nacional Libertadora (ANL)[1]. Depois de mais de cinquenta anos, num contexto de euforia democrática, Maria Werneck se dispôs a narrar suas memórias para denunciar as atrocidades vividas e testemunhadas nos cárceres getulistas. Relembrar sua militância, naquele momento, constituía-se em um ato político de combate à tradição de autoritarismo estatal e engrossava o coro formado pelos protestos de tantos outros brasileiros que entre 1964 e 1985 foram perseguidos, silenciados, torturados pelo regime militar[2] que vigorou no país.

A obra de Maria Werneck foi publicada pouco depois de *Olga*, do jornalista Fernando Morais, chegar às livrarias. Trata-se da biografia de Olga Benário (1908-1942), comunista alemã responsável por acompanhar e garantir a segurança do líder Luís Carlos Prestes, com quem manteria um relacionamento de casal (1934-1942), em sua viagem de retorno ao Brasil depois de anos de exílio. Olga e Prestes passaram pelo drama de serem encarcerados após o

---

[1] Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo. Era composta por pessoas de múltiplas afiliações políticas e ideológicas, como democratas, comunistas, tenentistas. O programa básico da organização tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção dos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo. No dia do lançamento oficial da ANL, ocorrido na capital federal, ao qual compareceram milhares de pessoas, Luiz Carlos Prestes, que se encontrava na União Soviética, foi aclamado presidente de honra da organização. No dia 5 de julho de 1935, foi realizada a leitura de um manifesto redigido por Prestes em que eram defendidas a derrubada do governo e a transmissão de "todo poder a ANL". Em função desse pronunciamento, o então presidente Vargas impôs a proibição da atuação da ANL, instituição que ao passar para a clandestinidade perdeu seu poder de mobilização popular. Para mais informações sobre as relações do PCB com a ANL, ver: CARONE, Edgard. **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, v. 5. VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

[2] Sem negar o efetivo papel desempenhado por civis na burocracia estatal e na repressão política ao longo do regime instituído a partir de 1964, optei por utilizar o termo ditadura militar ou regime militar por entender que os processos decisórios e principais cargos de direção ficaram restritos ao alto comando das Forças Armadas. A partir de 1964, assim, militares passam a assumir postos antes ocupados por civis. Cf. NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea – Historia y problemas del siglo XX**, Montevidéu/Uruguai, v. 2, 2011.

fracasso da Insurreição de 1935, por eles dirigida, e, em consequência, terem sido separados e impedidos de criarem a filha, Anita Prestes[3]. Olga foi uma das encarceradas do presídio Frei Caneca e se destacou na organização das outras mulheres com quem dividia a cela, entre elas, Maria Werneck, episódio que é descrito numa das mais comoventes passagens de *Sala 4.*

As narrativas sobre as mulheres comunistas ligadas ao PCB presentes em *Olga* e *Sala 4* se destacavam em meio às demais publicações da década de 1980 por quebrarem um silêncio acadêmico e iluminarem trajetórias que ainda não haviam despertado o interesse dos historiadores brasileiros. Apesar da consolidação dos estudos sobre as mulheres no Brasil no contexto da redemocratização, com destaque para o campo da História das Mulheres[4], a memória crítica em relação à trajetória do PCB contribuiu para o desprezo em relação às comunistas. Desde 1964, quando optou por resistir à ditadura militar por vias institucionais e democráticas, o PCB sofreu com o desmembramento de suas fileiras, tendo diversos militantes abandonado o partido, decididos a formar novas organizações para promoverem a luta armada contra o regime. Esses militantes passaram a encarar o PCB como uma instituição retrógrada e obsoleta, imagem que acabou se refletindo nas análises historiográficas, corroborada pela descrença que se generalizou em relação aos preceitos políticos soviéticos ao longo dos anos 1980, os quais sempre haviam servido de modelo e orientação para o partido comunista.

---

[3] Depois de ser deportada do Brasil para seu país natal, a Alemanha, em função de sua atuação política junto ao PCB, Olga foi presa pela Gestapo. Em 18 de outubro de 1936, foi encaminhada para a prisão de mulheres Barnimstrasse, local em que vivenciou o parto de Anita Prestes. Encerrado o período julgado adequado pelas foças policiais para a amamentação da criança, Anita foi entregue à avó paterna, Leocádia Prestes, que liderou uma campanha internacional pela libertação da neta e da nora. Olga não foi libertada, tendo sido encaminhada pelo governo nazista para o campo de extermínio de Bernburg, onde foi assassinada em abril de 1942. Para mais informações sobre a trajetória política de Olga Benário, ver: MORAIS, Fernando. **Olga, a vida de Olga Benário Prestes**: judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

[4] Acompanhando a consolidação do feminismo no espaço público brasileiro e nos meios acadêmicos, nos anos 1980, vários historiadores passaram a se interessar pelo campo da História das Mulheres no Brasil. As primeiras pesquisas se conduziam pelo propósito de revelar a presença feminina nos diversos períodos e episódios da História brasileira. Além disso, os estudos procuravam denunciar os mecanismos de opressão que contribuíam para a imposição da submissão feminina, ignorando, muitas vezes, as estratégias de resistência que as mulheres desenvolviam. A partir da década de 1990, sobretudo, em função da circulação e do impacto do texto de Joan Scott, os historiadores brasileiros passaram a privilegiar os estudos de gênero, o que implicava reconhecer a importância dos estudos das relações de poder que permeiam os discursos construídos acerca das diferenças sexuais nas sociedades. Ainda que em muitos trabalhos o termo gênero continue sendo empregado como sinônimo de mulher, a descoberta e utilização daquele conceito têm contribuído para complexificar as análises que se dedicam a compreender a dinâmica existente entre homens e mulheres e os discursos e as práticas relativos à sexualidade no Brasil. Para mais informações sobre esse debate, ver: SCOTT, Joan. **Gender on the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988, p. 28-50. SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997b, p. 275-296. SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia – História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

Além disso, após o retorno do exílio, sobretudo na França, muitas ex-pecebistas aderiram às associações feministas, rompendo com o PCB, e, sob a luz de seu novo posicionamento político, passaram a repensar e analisar sua trajetória comunista. Em suas memórias, elas afirmavam que passaram a perceber as contradições internas do partido, que se por um lado dizia lutar pela igualdade entre homens e mulheres, por outro, mantinha em funcionamento uma estrutura patriarcal que dificultava a militância feminina. O caso mais emblemático tratado pela historiografia foi o de Zuleika Alambert, que militou no PCB dos anos 1940 até o começo dos anos 1980, foi deputada estadual em São Paulo pelo partido em 1947, ainda que em um mandato curto, líder da juventude comunista brasileira e se tornou membro do Comitê Central no fim dos anos 1960. Quando retornou do exílio na França, Alambert passou a conceder uma série de entrevistas e, a partir da reflexão sobre suas memórias, historiadoras abordaram as relações entre as organizações comunistas e as teorias feministas.

Um dos principais trabalhos sobre Alambert foi escrito pela historiadora Rachel Soihet e se intitula *Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert.* Utilizando-se da metodologia da História Oral, Soihet analisa o distanciamento de Alambert do PCB e sua adesão à plataforma feminista como um processo de tomada de "consciência de gênero", o que teria capacitado a militante para avaliar criticamente seu passado político. Entre as constatações sobre sua trajetória comunista, Alambert destacou nas entrevistas que o partido pouco fez pela emancipação feminina. Exemplo disso seria sua nomeação para o Comitê Central, decisão que, apesar de ter lhe garantido um cargo na cúpula do partido, não lhe deu poder de decisão igual ao dos homens na mesma posição.

O fato de Soihet ter ancorado sua pesquisa apenas nos relatos e escritos da militante contribuiu para que ela chegasse a algumas constatações que o contato com outras fontes revelou problemáticas. Como exemplo, a historiadora afirma que Alambert teria sido a primeira mulher a ser nomeada para o Comitê Central do PCB. Contudo, como aponta o comunista Leôncio Basbaum em suas memórias, a primeira comunista a assumir esse cargo foi Erecina Borges, a Cina, em 1930, no contexto da proletarização do partido. Cina foi escolhida após alegar ser dona de casa, atividade que comprovaria sua identificação com o universo operário. Ao contrário da experiência relatada por Alambert, Basbaum revela que Cina tinha grande influência sobre os demais membros do Comitê Central. Inclusive, Basbaum afirma que quando, num momento de raiva por ter sido retirado do Comitê, questionou as ponderações de Cina, postura que qualificou como o avanço do "mulherio" nas fileiras comunistas, teria sido

duramente repreendido pelos demais membros da organização. Soihet ignora a trajetória das organizações femininas criadas pelo PCB entre 1920 e 1950, o que prejudica, inclusive, sua compreensão das ações colocadas em prática pela militante. No texto, Alambert surge, pois, como um grande símbolo da história da opressão das mulheres nas fileiras do PCB, sobretudo porque foi uma militante de destaque que, apesar de ter assumido cargos de liderança, não teria conquistado igualdade de tratamento efetiva. Com base nas entrevistas concedidas por Zuleika Alambert, afirmou-se na historiografia, mais uma vez, a interpretação, elaborada desde a década de 1960, de que o PCB era um partido antiquado, anacrônico e misógino[5].

À falta de interesse em relação à trajetória feminina no PCB – decorrente da memória crítica fixada na historiografia – se sobrepunha, no contexto pós-redemocratização do país, o empenho dos pesquisadores em registrar e compreender as ações políticas de mulheres que classificavam como modelos de transgressão: as guerrilheiras e as feministas. Esses estudos foram motivados pelo objetivo – fundamental – de desconstruir a imagem de passividade e de omissão das mulheres do cenário político republicano brasileiro, imagem que, numa interpretação contraditória de muitos estudiosos e ativistas políticos, as comunistas do PCB reafirmavam. Nessa perspectiva, as guerrilheiras passaram a ser estudadas com base em uma análise dicotômica que ora destacava sua excepcionalidade e ousadia, ora revelava sua condição de vítimas do machismo que perpassaria, também, as organizações comunistas armadas que se propunham a combater o regime militar. Corroborando os argumentos da socióloga feminista Cristine Delphy, as pesquisas brasileiras passaram a denunciar que "a esquerda, e mais exatamente a extrema esquerda, foi o interlocutor privilegiado e o 'principal inimigo" dos feminismos[6]. Ainda assim, as guerrilheiras, em oposição às pecebistas, surgiam nas pesquisas como exemplos da capacidade feminina de exercerem atividades consideradas eminentemente masculinas.

---

[5] BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas , n. 40, p. 169-195, jun. 2013.

[6] Influenciados pelas teorias feministas e apoiados nas memórias das ex-guerrilheiras que, ao retornarem do exílio, anunciaram sua adesão ao feminismo, historiadores brasileiros passam a associar as narrativas da resistência ao regime militar à denúncia da pouca sensibilidade dos integrantes das organizações comunistas em relação às temáticas identitárias, sobretudo as questões ligadas à sexualidade. Para isso, ver: SOIHET, Do comunismo ao feminismo, *op. cit*. WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. GREEN, James Naylor. **Revolucionário e gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Os estudos sobre os movimentos feministas, por sua vez, ao demonstrarem a historicidade das lutas pela conquista de direitos por séculos negados às mulheres, evidenciavam, de forma inédita, a inconformidade de várias trajetórias de vida às normas sociais e culturais estabelecidas em relação aos papéis de gênero. As pesquisas históricas apontavam que as feministas, em função do pouco espaço encontrado pelas mulheres na política tradicional, fundaram organizações próprias, atitude percebida como uma postura crítica e de recusa do patriarcalismo vigente nos partidos brasileiros. Disso decorreu a certeza de que as feministas eram as mulheres que, de fato, teriam se dedicado à conquista das demandas femininas, já que seriam municiadas de uma consciência de gênero que as comunistas, inclusive as guerrilheiras, não possuíam. Consolidou-se, então, a interpretação de que às comunistas interessava em primeiro lugar a concretização da revolução proletária, o que implicaria a submissão das reivindicações das mulheres às questões de classe. Em contrapartida, às feministas importava, como bandeira central, a superação das desigualdades entre homens e mulheres, o que evidenciaria sua compreensão da especificidade das pautas políticas femininas. A disputa entre "luta geral" e "luta específica" contribuiu para a negação das formas de ação das comunistas e a definição das feministas como tipos ideais de militância feminina. As pesquisas passaram a analisar a trajetória de qualquer personagem feminina a partir desses tipos ideais, independentemente do tempo histórico estudado, e sua notoriedade era constatada à medida que partilhavam métodos de atuação e modos de pensar feministas. Quanto mais próxima do tipo feminista era considerada a personagem, mais atraía o interesse dos pesquisadores[7]. Isso explica, por exemplo, a abundância de trabalhos sobre Bertha Lutz, sufragista e líder de uma das principais organizações feministas do começo do século XX; sobre Maria Lacerda de Moura, anarquista que militou por um período ao lado de Lutz e posteriormente se dedicou a debater temas ligados à sexualidade, à opressão sofrida pelas mulheres e à emancipação feminina; e sobre Patrícia Galvão, escritora e desenhista conhecida pela atuação próxima aos modernistas, por seu comportamento independente e irreverente e por sua ruptura radical com as fileiras comunistas depois de alguns anos de militância junto ao PCB.

[7] Em 2014, a historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai publicou uma pesquisa em que é abordada a presença feminina no contexto da greve de Osasco de 1968. Esse trabalho representa uma grande contribuição para esta tese e, certamente, para a historiografia brasileira, não apenas por apresentar uma versão inédita sobre um evento fundamental para a compreensão da dinâmica do regime militar, mas, sobretudo, por apresentar uma discussão sobre a importância de se ampliar o olhar historiográfico para a trajetória de "mulheres comuns", aquelas que não possuíram uma militância política entre 1960 e 1980. Segundo Rovai, sobre elas, a historiografia "pouco tem se ocupado por supostamente não realizarem nada de excepcional quanto ao que se esperava do papel feminino", diversamente da expectativa em relação às guerrilheiras e demais militantes. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A greve no masculino e no feminino**: Osasco, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014. p 42.

Reconhecendo o desinteresse e desconhecimento acadêmico e político acerca das vivências, pensamentos, comportamentos e propostas defendidas pelas primeiras gerações de mulheres comunistas, muitas ainda vivas na década de 1980, Nise da Silveira, psiquiatra, ex-militante do PCB e personagem do livro de Maria Werrneck, iniciou seu prefácio à obra *Sala 4* com a seguinte provocação:

> (…) o livro Sala 4 de Maria Werneck, além de restabelecer fatos históricos muitas vezes deturpados, leva o leitor a tomar conhecimento de posições políticas que, há 50 anos, mulheres brasileiras já haviam assumido. Nossa tendência é esquecer o passado e acreditar que tudo está acontecendo hoje pela primeira vez[8].

Passadas décadas desde a publicação de *Olga* e de *Sala 4,* a falta de interesse sobre as mulheres comunistas que militaram nas primeiras décadas de existência do PCB ainda persiste na historiografia brasileira. As estratégias de ação, as visões de mundo e as contribuições das comunistas para a consolidação do regime democrático brasileiro são pouco debatidas nos meios acadêmicos. O tratamento dado pela historiografia à trajetória do PCB e, em especial, à militância feminina naquela organização – definindo-as como vítimas do machismo partidário –, contraditoriamente, têm contribuído para negar às comunistas o papel de sujeitos políticos. Para compreender a atuação feminina no PCB, considero necessário, pois, romper com as perspectivas da História Política tradicional e analisar o partido comunista como uma organização que se manifestava e existia para além das ações e do controle de sua direção.

Este trabalho se propõe a analisar, sob a perspectiva da História Cultural do Político[9], como a questão feminina foi construída e interpretada nas fileiras do PCB entre 1925 e 1956, bem como de que modo contribuiu para a consolidação, no partido, de representações, de um imaginário, de interpretações sobre as mulheres, sobre seu lugar na sociedade brasileira e de formas de atuação política. Por *questão feminina*, os comunistas denominavam o fenômeno da desigualdade social, cultural, política e econômica existente entre os sexos nas sociedades, a qual gerava a subordinação das mulheres ao domínio masculino. Para os militantes, seu surgimento coincidiria com o aparecimento da propriedade privada e marcaria a consolidação do patriarcado como um dos fundamentos do sistema capitalista. Tornar as mulheres social e

---

[8] WERNECK, Maria. **Sala 4**: primeira prisão política feminina. Rio de Janeiro: CESAC, 1988. p. 7.

[9] RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

culturalmente inferiores aos homens seria o primeiro aspecto a evidenciar o nascimento da dinâmica de conflitos batizada como luta de classes, como veremos no próximo capítulo.

A motivação para a realização desta pesquisa se consolidou após minha tentativa de publicar um artigo sobre a atuação feminina na Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1955-1964) na *Revista História Oral* em 2014. Essa revolta decorreu de uma disputa pelas terras do norte de Goiás entre grileiros e posseiros, conflito que determinou o envio de militantes por parte do PCB. Entre os quatro comunistas destacados para a tarefa, estava Dirce Machado, mulher que aderiu ao partido quando ainda tinha 14 anos de idade. Em Trombas, a luta pela terra se associou à luta de várias posseiras que decidiram romper com as opressões vivenciadas em seus ambientes domésticos para assumirem papéis relevantes na luta armada desencadeada no território e na gestão camponesa da terra.

Esse processo de tomada de "consciência de gênero" me foi descrito pelas posseiras sobreviventes como uma consequência da convivência com Dirce Machado, já que a militante se comportava como uma mulher de tipo totalmente diverso daquele conhecido por elas, além de ter liderado um trabalho de enfrentamento da violência doméstica e de mobilização política das mulheres da região. Minha interpretação sobre o episódio no artigo, entretanto, como apontado por um dos pareceristas, ignorava as fontes e insistia em secundarizar a influência de Dirce Machado sobre as demais mulheres. Eu forçava minha análise para encaixar o episódio vivenciado pela militante e pelas posseiras na interpretação consolidada junto à historiografia e insistia em descrever o PCB como um partido misógino que não atribuía a devida importância às questões femininas específicas. A despeito das falas das posseiras por mim entrevistadas, no meu artigo, a militante aparecia como uma expectadora da transformação política das posseiras, uma liderança que procurava apenas instrumentalizar a ação delas para aumentar os braços nos campos de batalha.

Após a leitura dos pareceres negativos, relembrei as indagações feitas a mim em 2010 pelo historiador e então meu orientador da pesquisa de mestrado (2009-2011)[10] Rodrigo Patto Sá Motta, a respeito das relações entre o PCB e as mulheres: não teriam os comunistas uma

[10] Em minha pesquisa de mestrado, estudei as representações elaboradas pelo PCB sobre o camponês e o latifundiário brasileiros entre 1922 e 1964 com objetivo de explorar o lugar atribuído aos homens do meio rural na cultura política comunista. Antes do mestrado, eu já havia realizado as entrevistas com as mulheres de Trombas e Formoso e, apesar de a revolta camponesa não ser abordada na pesquisa do mestrado, eu havia apresentado ao historiador Rodrigo Patto Sá Motta minhas impressões e análises sobre o episódio. Ver; SOARES, Paula Elise Ferreira. **As representações do camponês e do latifundiário brasileiros**: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

relação mais complexa com a questão feminina do que aquela que vem sendo apontada pela historiografia? Por que mulheres tão disruptivas procurariam o PCB se o partido era, de fato, tão contrário à emancipação feminina? Com essas perguntas em mente, voltei aos arquivos, e o resultado dessa incursão, apresento nas próximas páginas.

Esta pesquisa se desenrolou em duas frentes: o estudo das representações sobre a mulher elaboradas e partilhadas no PCB e a compreensão das práticas cotidianas e das formas de atuação das comunistas. Entre essas práticas e representações[11], procurei perceber como pensavam e se comportavam as mulheres comunistas, quais eram as certezas partilhadas nas fileiras pecebistas sobre o feminino e como a questão feminina integrou a cultura política do PCB. Constatei que no cerne do partido a questão feminina foi trabalhada e difundida, sobretudo, pelas militantes por meio de organizações especificamente formadas por e para as mulheres. Foi no trabalho junto às organizações femininas que as comunistas precisaram pensar sobre quem eram as mulheres brasileiras, quais suas condições de vida sob o capitalismo, quais estratégias deveriam ser adotadas para atraí-las para as fileiras do partido e o que significava ser uma mulher comunista. Tendo isso em vista, privilegiei nesta pesquisa a análise da trajetória de quatro instituições exclusivamente femininas e de caráter nacional que estiveram sob a influência do partido: o Comitê de Mulheres Trabalhadoras (CMT, 1928-1933), a União Feminina do Brasil (UFB, 1935), o jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* (1947-1956) e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB, 1949-1964). Todas essas instituições foram sediadas na então capital federal, o Rio de Janeiro, mas envolveram a atuação de mulheres comunistas de vários estados do país.

Ligados a essas organizações de nível nacional – o CMT, a UFB, a FMB e o jornal *O Momento Feminino* – existiam, em cada período, diversos núcleos femininos comunistas municipais e estaduais. Esses núcleos seguiam a estrutura e partilhavam das mesmas formas de ação das organizações nacionais às quais estavam vinculados. No caso da FMB, inclusive, a necessidade de centralizar as atividades das mulheres comunistas no país, desenroladas por

[11] A História Cultural do Político, subcampo da História que orienta esta tese, apropriou-se da noção de representação por compreender que práticas e representações são dimensões complementares da dinâmica dos processos políticos. Inclusive, podemos compreender a esfera do político como definida primordialmente pelo embate entre representações diversas partilhadas por grupos que, assim, também demonstram formas de ser e agir múltiplas. Para um debate mais aprofundado sobre a importância de estudo das práticas e representações como processos de mútua determinação, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37. BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX; SIRINELLI (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. RÉMOND, **Por uma história política**, *op. cit*. ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

meio dos núcleos municipais e estaduais, foi uma das motivações das militantes do PCB para fundarem uma entidade nacional. Por isso, acompanhar a trajetória de algumas dessas organizações locais permite compreender a dinâmica das entidades nacionais. Em função da limitação de prazo para concluir a pesquisa, selecionei as trajetórias dos núcleos locais criados na região Sudeste do país, especificamente, aqueles existentes no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, tais como o Comitê de Mulheres Trabalhadoras da Gávea e de Niterói, a Associação de Mulheres do Distrito Federal, a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo e as várias Uniões Femininas criadas nos bairros da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1940 e 1950. De todo modo, existem indícios de que os núcleos femininos foram fundados em diversas cidades dos vários estados do país, o que pode motivar pesquisas futuras.

Apesar de a primeira organização feminina a ser analisada nesta tese, o CMT, ter sido instituída em 1928, os discursos pecebistas sobre a questão feminina que inspiraram sua formação começaram a ser elaborados anos antes. Alguns acontecimentos evidenciam que o PCB lidou com a temática feminina desde sua fundação: a primeira militante aderiu às fileiras do partido em 1922, ano em que também o PCB foi notificado pela Internacional Comunista a respeito da importância de se constituir um movimento de mulheres associado ao partido no Brasil[12]. Contudo, as fontes disponíveis nos arquivos e encontradas nesta pesquisa, como os jornais ligados ao PCB, registram o debate pecebista sobre as mulheres a partir de 1925, ano em que, portanto, se inicia esta investigação. A preocupação com a questão feminina nas fileiras do partido se estendeu até pelo menos 1964[13], mas minha investigação se encerra em 1956, último ano de atuação expressiva das últimas organizações femininas a serem estudadas, a FMB e *O Momento Feminino*. A FMB e suas entidades associadas foram fechadas a partir de um decreto assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek em janeiro de 1957, político que, apesar de contar com o apoio do PCB, cedeu à pressão de grupos conservadores que, através da

[12] Carta escrita por Astrojildo Pereira e endereçada à Seção Feminina da Internacional Comunista em resposta ao documento que pedia informações sobre o andamento da organização de um núcleo feminino junto ao PCB. Ver: CEDEM/UNESP, Correspondência da Internacional Comunista ao Partido Comunista do Brasil, doc. microfilmado, 13/11/1922.

[13] Após o fechamento da FMB e das organizações a ela associadas em 1949, foi criada a Liga Feminina do Distrito Federal, depois denominada Liga Feminina do Estado da Guanabara, que atuava em nível estadual e adotava os mesmos métodos e práticas das associações femininas comunistas anteriores. Além disso, depois da instauração do regime militar, foi criada, também por meio da liderança das comunistas, a União das Donas de Casa do Brasil. Essa união tinha o objetivo de garantir uma rede de apoio aos presos políticos e suas famílias, reatualizando as estratégias utilizadas pelo Socorro Vermelho. Informações sobre essas organizações foram encontradas nos documentos que compõem o acervo de Antonieta Campos da Paz, doado ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas ainda não motivaram nenhuma pesquisa. Ver: AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, caixa 1, envelope recortes de jornal 60/61/62; jornais diversos.

grande imprensa, passaram a progressivamente exigir o fim da atuação dessas mulheres consideradas subversivas porque eram comunistas. Após seis meses, sua reabertura foi autorizada e foi mantida até 1964, entretanto, a entidade não conseguiu reaver a força e importância dos anos anteriores a 1956. Já *O Momento Feminino* deixou de circular definitivamente, acometido pela crise vivenciada pela imprensa comunista após o ano de 1956, processo que atingiu diretamente a FMB e sobre o qual tratarei no último capítulo deste trabalho. Considero, assim, que foi entre 1925 e 1956 que as mulheres comunistas desenvolveram métodos, estratégias e discursos que formaram uma tradição de militância feminina, bem como foi nesse período que o imaginário, as representações, as práticas e a visão de mundo sobre a questão feminina que vão compor a cultura política do PCB foram construídos e consolidados.

Em poucos momentos a direção nacional do PCB, mediante seu Comitê Central, fez referência em seus documentos oficiais à importância do trabalho político que deveria ser desenvolvido pelo partido junto às mulheres, ainda que a criação das organizações femininas estivesse em curso. Em decorrência disso, muitos estudos historiográficos que elegeram os escritos dos órgãos de direção como fontes privilegiadas para a compreensão do PCB acabaram concluindo a ausência ou, ao menos, o descaso do partido em relação à questão feminina. Igualmente, a baixa presença de mulheres no Comitê Central foi considerada um indício da falta de interesse do partido pela atuação feminina. Contudo, apesar de a direção do PCB ter dedicado pouca atenção para a divulgação da questão, não é possível afirmar que todo o partido tenha se oposto ou desprezado a militância das mulheres. A presença feminina, mesmo em menor número, foi sempre constante, tendo o PCB atraído, inclusive, diversas figuras consideradas, em seus contextos, transgressoras em relação a sua origem de classe e aos padrões sociais, além de engajadas na luta pelo reconhecimento político e social das mulheres, como Eugênia Álvaro Moreyra, Eneida de Moraes, Patrícia Galvão, entre outras. Retomando a provocação que o historiador e meu orientador Rodrigo Patto Sá Motta me fez, como explicar, então, a adesão de mulheres movidas por um desejo de independência e liberdade social e sexual a um partido que, segundo muitos estudos historiográficos, seria misógino e pouco sensível às lutas pela emancipação feminina?

O foco das pesquisas na trajetória dos membros da direção partidária, acompanhando uma compreensão do funcionamento do partido tal como proposto por Robert Michels[14], tem

[14] MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, 1983.

contribuído para invisibilizar as ações das comunistas, que ocorriam nas bases do partido, muitas vezes sem o acompanhamento ou conhecimento dos altos dirigentes. Segundo Michels, com base em uma pesquisa que desenvolveu sobre o Partido Social-Democrata Alemão, a tendência de todo partido seria se transformar em uma organização comandada por uma oligarquia, o que ocorreria em função do desejo dos militantes de serem conduzidos com firmeza e da veneração que teriam por seus líderes. O poder oligárquico adquirido pela direção partidária se manteria mediante o monopólio das informações e o controle das promoções políticas, e se caracterizaria pela confusão dos interesses próprios dos dirigentes com os da organização.

Essa teoria de Michels influenciou diversos estudos e foi muito utilizada para compreender o funcionamento dos partidos comunistas, organizações que, de fato, eram marcadas pela veneração de lideranças, pela hierarquização entre militantes e pela disciplina de atuação[15], ou seja, pela conformação de uma elite dirigente oligárquica. Contudo, a constatação desse fenômeno impediu os estudiosos de analisar como a atuação dos militantes nas bases muitas vezes transcorria fora do controle oligárquico. As ações em nível local perfuravam "o anteparo oligárquico"[16], inclusive porque os militantes precisavam responder a situações e demandas que ainda não haviam se apresentado aos dirigentes. Como afirma Berstein, as

[15] A clássica pesquisa de Annie Kriegel, por exemplo, valeu-se do arcabouço conceitual de Robert Michels para analisar a trajetória do Partido Comunista Francês. KRIEGEL, Annie. **Les communistes français**: essai d'ethnographie politique. Paris: Le Seuil, 1968. Já no Brasil, grande parte da produção historiográfica, ao se concentrar apenas nos documentos oficiais do partido ou nas memórias e biografias publicadas pelos principais membros do comando pecebista, ainda que não se ancorassem conceitualmente na obra de Michels, acabaram por reproduzir uma narrativa centrada na trajetória da elite dirigente oligárquica do PCB. Estes trabalhos apresentam o PCB como uma organização representada apenas pelos seus comandantes, ou seja, os membros ou figuras próximas ao Comitê Central. Seja com o objetivo de enaltecer ou de depreciar o partido, o PCB sempre é retratado como resultado daquilo que seus líderes queriam que ele fosse. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989. KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. SANTOS, Raimundo. Duas gerações de intelectuais pecebistas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 1, p. 7-21, nov. 1993. SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981. SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*. A pesquisa de Adriano Luiz Duarte sobre os Comitês Democráticos Populares paulistas aponta para uma crítica a essa historiografia tradicional sobre o PCB e ampliam as análises sobre a militância de base do partido. Ver: DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

[16] BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, **Por uma história política**, *op. cit*., p. 85.

tendências oligárquicas no partido são reais e podem retardar ou nuançar os posicionamentos autônomos e críticos das bases, mas jamais anulá-los[17].

Se o autoritarismo da oligarquia dirigente se fazia sentir nas principais células e órgãos do PCB, nas organizações femininas a atuação das militantes foi marcada por maior autonomia. Inclusive, a forma como essas organizações se estruturaram era diversa dos demais órgãos ligados ao PCB, o que, mesmo em momentos de grande perseguição política, garantiu a sua existência. Nos estatutos, por exemplo, essas organizações afirmavam ser apartidárias, destinadas a reunir mulheres independentemente de suas orientações políticas e religiosas, o que parece ter contribuído para burlar a ação das forças de repressão. Na prática, funcionavam como núcleos de mobilização política por meio dos quais as mulheres participavam de campanhas e organizavam congressos e encontros para debater suas demandas. Em razão desse formato, as comunistas entravam em contato com reivindicações, realidades e visões de mundo diversas, as quais precisavam assimilar e interpretar a partir dos preceitos partilhados pelo PCB. Ancoradas nos debates tradicionais marxistas acerca da questão feminina e nas práticas e representações políticas desenvolvidas entre os comunistas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sobre a temática – elementos que analisarei no primeiro capítulo –, as militantes passaram a formular estratégias e respostas às dúvidas e aos anseios das mulheres que integraram as organizações femininas. E, dessa forma, foram desenvolvendo uma linguagem e um discurso próprios em relação às mulheres e transformando o PCB em um partido mediador dos anseios femininos, ainda que a direção partidária se mantivesse distante desse debate.

Muitas mulheres que vão integrar as organizações femininas como o CMT, a UFB, a FMB e a equipe do jornal *O Momento Feminino* se engajavam em uma militância social e política pela primeira vez. Foram atraídas pelos debates promovidos nas sedes das organizações, os quais tratavam da carestia de vida, do perigo da eclosão de guerras internacionais que pudessem levar ao envolvimento dos cidadãos brasileiros, da falta de infraestrutura nos bairros das diversas cidades do país. Foram atraídas pelos cursos de alfabetização e de profissionalização, pelas consultas médicas gratuitas garantidas às associadas na sede das organizações ou foram levadas por conhecidos para participarem das festas dançantes e campanhas beneficentes organizadas pelas senhoras das Uniões Femininas. Ao se aproximarem dessas senhoras, as mulheres passavam a ter contato com tantas outras discussões, como as mazelas causadas pela ganância das potências imperialistas, a exploração dos

[17] *Ibidem*, p. 86.

trabalhadores em todo o mundo, a necessidade de união de todas para conquistarem direitos iguais àqueles já garantidos aos homens, o descaso do governo para com as condições de vida das mulheres brasileiras, o que se refletia na falta de políticas públicas que aliviassem o peso da criação dos filhos e da execução dos trabalhos domésticos. Assim, progressivamente, algumas mulheres que aderiram às organizações femininas lideradas pelas comunistas se deixavam envolver por um novo universo político marcado por uma linguagem própria, por valores, ideias e tradições que as municiavam de uma leitura acerca do passado e de uma expectativa de futuro comuns[18]. Portanto, ao aderirem às organizações femininas, órgãos influenciados e ligados ao PCB (mesmo que informalmente), algumas dessas mulheres passavam a partilhar de uma cultura política comunista.

Compreender o PCB como um partido a partir do qual se construía e se difundia a cultura política comunista significa analisá-lo como propagador de uma identidade que se destaca pela singularidade do imaginário partilhado, o qual molda as ações e pensamentos de seus militantes. O imaginário, como afirma o pensador francês Michel Maffesoli, é o "estado de espírito" que caracteriza um grupo, é a dimensão não racional que sedimenta modos de agir, pensar e sentir que perpassam a existência de um coletivo. Mais do que um conjunto de bens simbólicos que um grupo da sociedade constrói para dotar de significação os fenômenos e as experiências do mundo, definição apresentada por Bazcko[19], é preciso perceber o imaginário como a "aura", "uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável"[20]. O imaginário não deve, pois, ser entendido como aquilo que se opõe ao real[21], mas como o instrumental mental formado pelas diversas representações sociais que permitem aos indivíduos apreender e se posicionar perante o vivido. Como veremos, esta pesquisa evidencia que o PCB, para além de ser uma organização que visava à conquista do poder governamental e de um eleitorado ou grupo de militantes, funcionava como um núcleo de socialização que propunha um esquema coletivo de interpretação da realidade, criando uma

---

[18] Segundo Motta, uma definição adequada para cultura política seria: "conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece ispiração para projetos políticos direcionados ao futuro". MOTTA, Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, *op. cit*., p. 21.

[19] BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Antrophos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

[20] MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade (entrevista). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001.

[21] Para um debate mais aprofundado sobre a historicidade da noção de imaginário, ver: BACZKO, Imaginação social, *op. cit*.; CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

comunidade de indivíduos que partilhavam formas de pensar, agir e sentir. O PCB não era apenas um partido que difundia uma ideologia, um conjunto de ideias que podia ser racionalmente apresentado; era uma organização cujos integrantes eram unidos por uma mesma sensibilidade, por uma forma comum de se definirem enquanto sujeitos do mundo[22].

Partilhavam da cultura política comunista não apenas as pessoas que se filiavam oficialmente ao partido, mas todas aquelas que passavam a se reconhecer na maneira de ser comunista. No caso das mulheres, muitas daquelas que atuavam nas organizações femininas não chegaram a frequentar outros espaços do PCB, como congressos ou outras células. Ainda assim, identificavam-se com os valores e as formas de perceber o mundo disseminados pelo partido. Em um estudo sobre o fenômeno político partidário sob uma perspectiva cultural, mais do que comprovar com documentos a filiação de um militante, interessa a constatação da subjetividade que o indivíduo político partilhava. Nesse sentido, a História Cultural do Político "objetiva analisar não somente os comportamentos individuais ou coletivos e seus efeitos, mas também o que se enquadra na percepção e nas sensibilidades"[23]. No limite, para além de uma adesão racional a um conjunto de ideias e teorias, também as percepções e as sensibilidades partilhadas pelos atores de determinado grupo moldam suas ações políticas.

Alguns elementos passavam a constituir o modo de ser dos indivíduos que adentravam a cultura política comunista, mesmo que não como militantes oficiais do PCB. A confiança na racionalidade, na ciência e na inexorabilidade do progresso humano tornava-se imperativa. Para os comunistas, a superação da fome e da miséria seria concomitante à superação da ignorância e da superstição. Em função disso, os aderentes à cultura política comunista partilhavam a certeza de que a educação era uma importante ferramenta política, um investimento necessário para que a nova sociedade – mais igualitária e esclarecida – pudesse surgir. O "Novo Homem" e a "Nova Mulher", produtos do contexto pós-revolucionário, não seriam mais susceptíveis aos discursos religiosos e místicos e fariam do conhecimento a fonte de sua autonomia e liberdade. Em função dessa certeza, como veremos ao longo da tese, os comunistas defendiam a escolarização das mulheres e acreditavam que, apesar de socializadas no capitalismo para exercerem atividades domésticas e para se dedicarem ao cuidado com os filhos, era possível e

[22] LAZAR, Marc. Forte et fragile, emuable et changeante. La culture politique comunista. In: BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Paris: Le Seuil, 1999.

[23] SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire**, n. 57, jan.-mar. 1998, p. 125. *Apud* AMATO, Gabriel. **Aula prática de Brasil**: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 24.

necessário transformá-las em indivíduos tão aptos ao mundo público como os homens. A educação, inclusive, seria uma das estratégias para afastar as mulheres da influência de forças que os comunistas consideravam contrarrevolucionárias, como a Igreja.

De fato, os comunistas alimentavam uma postura anticlerical e a certeza de que a Igreja e a religião seriam "agentes da reação"[24], forças antirrevolucionárias que impediriam os povos de atingirem seu potencial intelectual e humano. O combate contra a Igreja, em especial a Católica, era uma marca da postura comunista, ainda que em muitos momentos os militantes tenham construído alianças com religiosos e que muitos religiosos tenham se aproximado da cultura política comunista. Como veremos ao longo da tese, no caso dos comunistas brasileiros e simpatizantes, o debate sobre a questão feminina e o enfrentamento à religião conformavam discursos da imprensa e a prática política cotidiana das militantes.

Era um elemento da cultura política comunista, ainda, o internacionalismo, uma postura que se conjugava com alguns outros aspectos da identidade e dos valores comunistas, como a valorização da solidariedade e da união entre homens e mulheres, em especial, entre os "proletários de todo o mundo"[25] e o combate ao que consideravam a política imperialista, que classificavam como a "etapa superior do capitalismo". Em muitos momentos, o anti-imperialismo se concretizou em uma postura antiestadunidense, mas, sobretudo após o final da década de 1920, se conjugou com um discurso antifascista. Para os comunistas, combater o imperialismo implicava combater os anseios de dominação capitalista sobre os povos e nações e, especificamente no caso das mulheres, significava combater uma postura política que se ancorava na domesticidade da vida feminina, na sua escravização ao lar e na sua subjugação aos homens.

Em relação aos valores, os comunistas pregavam a obediência e devoção ao partido e à causa revolucionária, a coragem para enfrentar as dificuldades impostas pela militância, o

[24] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-35. LAZAR. Forte et fragile, emuable et changeante. La culture politique comunista, *op. cit*. FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

[25] Como aponta Motta, os comunistas definiam o nacionalismo como um ideário típico da sociedade burguesa e a ela opunham o internacionalismo. Entretanto, vários movimentos comunistas de várias partes do mundo, e da mesma forma no Brasil, assumiram posturas e discursos nacionalistas como estratégia de enfrentamento e de crítica ao imperialismo. O anti-imperialismo também era um elemento de destaque da cultura política comunista.

ânimo para seguir na luta sem esmorecer, a confiança na concretização da Nova Sociedade[26]. Os mitos, símbolos e ritos partilhados na cultura política comunista no Brasil contribuíam para manter esses valores em evidência: Prestes, Stálin, Lênin, Marighella eram apresentados como exemplos de abnegação e espírito de sacrifício; a celebração do Dia Primeiro de Maio reafirmava a importância de se lutar pelo operariado; as referências discursivas à URSS como a "Pátria dos Trabalhadores" e como uma sociedade idílica fortaleciam a confiança na causa revolucionária e funcionavam como uma reafirmação da veracidade da narrativa comunista; por fim, o partilhar de um mesmo vocabulário e a difusão de símbolos como a cor vermelha, o punho cerrado e a foice e o martelo contribuíam para fortalecer a certeza dos militantes de que eles compunham um grupo coeso, especial, a vanguarda revolucionária.

Nos próximos capítulos, apresentarei as heroínas que adentraram o panteão comunista, tratarei da consolidação do dia 8 de março como uma data significativa do calendário pecebista e analisarei a construção da representação da URSS como um território que garantiu a libertação plena das mulheres. O envolvimento dos comunistas brasileiros no enfrentamento à questão feminina motivou a construção de outros símbolos, mitos e valores que se tornaram constituidores da cultura política comunista.

Nesta pesquisa eu me debrucei sobre os esquemas de percepção e apreciação dos comunistas em relação às mulheres e à questão feminina. O estudo dessas representações viabiliza a compreensão dos mecanismos de construção da identidade de mulher comunista e dos vínculos sociais estabelecidos por elas, além de dotarem de significados suas práticas cotidianas. Para tanto, é preciso atentar para os mitos, símbolos, discursos, vocabulário, memórias e para a cultura visual[27] sobre o feminino que se construiu a partir da cultura política comunista do PCB, o que não pode ser apreendido apenas dos documentos oficiais produzidos pelo Comitê Central do partido.

Além desses documentos oficiais do PCB, outras fontes foram mobilizadas para viabilizar este estudo. Um primeiro grupo delas é composto pelos documentos produzidos pelas mulheres comunistas e arquivados por órgãos de repressão, como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro – cuja denominação variou ao longo do tempo – e os processos do

---

[26] Para um debate mais aprofundado sobre a cultura política comunista, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

[27] MOTTA, Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, *op. cit*., p. 23.

Tribunal de Segurança Nacional relativos à Insurreição de 1935. São atas de reuniões e estatutos das organizações femininas, cédulas de inscrição, transcrições de discursos realizados pelas militantes em vários eventos, recortes de jornais contendo artigos publicados por elas em periódicos de grande circulação, circulares, panfletos, cartazes, jornais femininos, correspondências trocadas entre as brasileiras e as comunistas de outros países, entre outros. Também foram encontrados relatórios produzidos pelas forças de repressão sobre as ações de mulheres comunistas e a atuação das organizações femininas ligadas ao PCB. Essas fontes foram consultadas em seis instituições arquivísticas: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), seção regional do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), arquivo do Superior Tribunal Militar (STM), Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

O segundo grupo de fontes é composto por documentos pessoais preservados pelos militantes comunistas e, posteriormente, doados aos arquivos brasileiros. Trata-se de coleções que preservaram correspondências, relatórios, textos analíticos, jornais, recortes de jornais e, até mesmo, objetos que foram considerados significativos pelos militantes. Essas fontes foram consultadas no AMORJ, no CEDEM e no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O terceiro grupo de fontes é formado pelas obras literárias e iconográficas produzidas pelas comunistas, além dos jornais, livros de memória e de relatos de viagem escritos por elas. Entre os jornais analisados, estão duas edições do primeiro periódico produzido por mulheres comunistas, *A Voz da Mulher Trabalhadora*, encontrado em meio aos documentos que compõem o processo de Nise da Silveira junto ao TSN e que estão arquivados pelo AN. Também esquadrinho todas as edições do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar,* os números d' *A Classe Operária*, *A Voz Operária, Imprensa Popular,* além de algumas edições de periódicos de grande circulação como *A Noite, Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, todos disponibilizados em formato digital pelo *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Por fim, analiso obras de autores marxistas clássicos que se dedicaram à questão feminina, como Marx, Engels, August Bebel, Clara Zétkin, com o objetivo de identificar as ideais e os argumentos que se consolidaram junto à tradição intelectual marxista. É essa tradição que inspirará e orientará as ações, os pensamentos, as representações e o imaginário do movimento comunista internacional em relação à situação social, política e cultural da mulher

no capitalismo e no socialismo. Também me debruço sobre estudos historiográficos que se dedicaram a compreender como o trabalho político feminino foi conduzido na União Soviética (URSS) e como transcorreu a vida das mulheres nos governos de Lênin e Stálin (1917-1930). Com base nessas pesquisas, pude compreender como ocorreu a síntese entre as propostas marxistas clássicas sobre a questão feminina e as representações sobre as mulheres que permeavam o imaginário russo, para, em seguida, procurar compreender como essas propostas e representações foram apropriadas pelos militantes comunistas no Brasil.

O trabalho metodológico de leitura de todas essas fontes pressupôs a atitude de não tomá-las como detentoras da verdade sobre a trajetória das organizações femininas ou sobre a atuação das mulheres no PCB. Em primeiro lugar, empenhei-me em perceber as condições de sua produção[28]. Em seguida, orientei a leitura e análise das fontes pelo propósito de encontrar indícios dos valores, das representações, das imagens e das formas de atuação das mulheres comunistas, atenta à necessidade de cotejamento minucioso da documentação. No caso das fontes jornalísticas, detive-me em analisar a estrutura e as seções dos periódicos que publicavam os artigos selecionados, revelar os interesses e os posicionamentos dos jornalistas e equipes editoriais, analisar o público que pretendiam atingir, além de alcançar, na medida do possível, indícios da recepção das matérias publicadas junto aos leitores[29]. Em resumo, trata-se de lidar com todas as fontes como monumentos deixados por diversos sujeitos em função de múltiplas intenções, objetivando, contudo, desconstruí-las, confrontá-las.

Como descrito, nesta pesquisa não me deparei com dificuldades para encontrar fontes produzidas pelas militantes ou que mencionassem a trajetória das mulheres e das organizações femininas comunistas[30]. Entretanto, elas são, na maioria das vezes, fragmentadas, pontuais, incompletas e, em muitos casos, referem-se a mulheres de quem sabemos apenas o primeiro nome, sem outros indícios sobre suas vidas e anseios. Poucas, também, foram as fontes que me permitiram acessar a percepção das operárias, mulheres pobres, donas de casas e demais

---

[28] LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

[29] CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. LUCA, Tania Regina de. "A história dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 111-153.

[30] Nos arquivos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo, inclusive, é possível fazer a busca no acervo documental pelos nomes das militantes e das organizações femininas, o que auxilia o processo de consulta ao volume colossal de fontes disponíveis. Além disso, os jornais digitalizados e disponibilizados on-line pela hemeroteca da Biblioteca Nacional também podem ser vasculhados a partir de palavras-chave.

trabalhadoras – público preferencial do trabalho político feminino do PCB – sobre as ações e propostas comunistas. Igualmente escassos são os documentos que abordavam a percepção dos homens do partido sobre a atuação das militantes ou de demais mulheres da sociedade. Minhas dificuldades não são exclusivas e, como apontado por tantos historiadores que se dedicam à História das Mulheres e à História das Relações de Gênero[31], motivam definições metodológicas. Se as fontes que se referem individualmente às mulheres são escassas, não é possível acompanhar suas trajetórias durante todo o período por mim estudado. Nesse sentido, apesar de me esforçar para nomeá-las e destacá-las, em alguma medida, ainda permanecem inacessíveis, o que me impede de fazer uma História das Mulheres. Igualmente, embora minha pesquisa compreenda as relações de gênero, uma vez que procuro entender como concepções sobre o feminino foram construídas, apropriadas e consolidadas no PCB – o que, por comparação, motiva apontamentos sobre o masculino na percepção comunista –, em vários momentos, em virtude da limitação das fontes, não me foi possível apresentar os conflitos existentes entre os sexos no interior do partido.

Certamente, esta não é a primeira pesquisa que se propõe a compreender como a questão feminina foi construída e construiu a cultura política partilhada pelos militantes do PCB. Até o momento, três trabalhos, ancorados no arcabouço teórico-metodológico da História Cultural do Político, fizeram apontamentos sobre a questão feminina e o tratamento dispensado às mulheres no PCB: um artigo de Rodrigo Patto Sá Motta, a tese de Jorge Ferreira e a dissertação de Betzaida da Mata Machado Tavares[32]. Nesses estudos, o partido é apresentado como uma instituição disseminadora de uma cultura política comunista singularizada, entre outros fatores, por uma moralidade, um imaginário e uma prática militante próprios.

No artigo "O PCB e a moral comunista", publicado em 1997, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que, sobretudo no período de vigência da orientação stalinista no PCB (1930-1956),

---

[31] DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. RAGO, MARGARETH. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2014. ROVAI, **A greve no masculino e no feminino**, *op. cit*. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino:** a invenção do "falo" – uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios, 2013. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: EdUFSC, 1994. GREEN, **Revolucionário e gay**, *op. cit*.

[32] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. **Locus – Revista de História**, v. 3, n. 1, 1997. FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit*. TAVARES, Betzaida Mata Machado. **Mulheres comunistas**: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidadee Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

houve um rígido controle da vida privada dos militantes pelo partido. Tanto rigor seria resultado de pelo menos duas questões: a necessidade dos comunistas de se contraporem à moral burguesa considerada decadente e hipócrita[33]; e a necessidade de combater o imaginário anticomunista que explorava intensamente uma representação dos comunistas como destruidores da família e perversores dos bons costumes. Nesse sentido, até o início do processo de desestalinização (1956), pelo menos, ser comunista significava possuir um comportamento privado afinado com as normas partidárias. Era preciso evitar a promiscuidade e procurar constituir uniões estáveis e duradouras, mesmo que o direito de separação fosse garantido. Entre os comunistas estimulava-se o comedimento no comportamento sexual, pois os excessos eróticos eram tidos como posturas decadentes e burguesas, incompatíveis com o trabalho produtivo por consumirem a energia que deveria ser destinada à construção da revolução[34].

Em relação às mulheres, o partido, segundo Motta, possuía uma atitude progressista, uma vez que "a crítica marxista à sociedade burguesa incluía também uma crítica à subordinação da mulher, que na ordem capitalista seria tratada como objeto de domínio masculino, ao qual se negava a possibilidade de desenvolver suas potencialidades como ser humano"[35]. O projeto comunista propunha relações mais igualitárias entre homens e mulheres, o que implicava defender a participação feminina no mundo do trabalho e autorizar o divórcio, medida considerada fundamental para acabar com a submissão das mulheres e permitir-lhes novos horizontes de vida. Motta apresenta relatos de militantes destacando as críticas feitas pelo partido àqueles que se recusavam a dividir os afazeres domésticos com suas companheiras, termo que, no lugar de esposa, já apontava para uma tentativa de construção de uma relação mais horizontalizada entre os cônjuges. Contudo, o autor afirma que os comunistas não propunham uma igualdade absoluta entre os sexos, pois acreditavam que homens e mulheres possuíam diferenças inatas, as quais determinavam os papéis sociais diferenciados. Sobre esse ponto, no entanto, a análise de Motta não se detém.

Assim como Motta, Jorge Ferreira, em sua obra *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, afirma que o partido exigia do militante não apenas uma coerência e abnegação em sua atuação pública, mas também na condução de sua vida privada. Aproximando a moral comunista de valores puritanos, Ferreira

---

[33] MOTTA, O PCB e a moral comunista, *op. cit*., p. 74.

[34] *Ibidem*, p. 80.

[35] *Ibidem,* p. 79

afirma que o sacrifício, a abnegação, a fidelidade e a honestidade[36] eram atributos que o partido defendia como fundamentais a todos os comunistas e que esses, ao cumprirem suas tarefas, deveriam ser entusiasmados, dedicados, reservados e modestos. Para o PCB, eram considerados virtudes o autocontrole, a constância de sentimentos e a sobriedade, sendo o adultério uma prática condenada.

O autor afirma também que havia uma postura ambivalente por parte dos comunistas em relação às mulheres. Se, por um lado, criavam imagens de mulheres abnegadas, honestas e dispostas a se sacrificarem na atuação política, comportamento que também se esperava dos homens; por outro lado, atribuíam a elas o papel tradicional de esposas e mães. Ferreira, assim, mostra que, embora o PCB incentivasse a participação política das mulheres, tendo sido responsável pela criação de vários espaços de atuação feminina, ao mesmo tempo, reproduzia as discriminações e hierarquizações que identificava na sociedade burguesa, como alocar as militantes que não possuíam qualificação profissional ou estudo para realizarem as tarefas domésticas nos aparelhos onde ficavam escondidos quadros que estavam sendo procurados pela repressão.

Betzaida da Mata Machado Tavares, a primeira historiadora a se propor a compreender o lugar atribuído à mulher na cultura política comunista, em sua dissertação *Mulheres comunistas: representações e práticas femininas no Partido Comunista Brasileiro (1945-1979)*, acompanha as conclusões de Ferreira. Tavares procurou fazer o cruzamento entre o debate oficial do partido sobre as mulheres – acessível através de documentos oficiais e dos artigos produzidos para a imprensa – e a trajetória das militantes – que alcançaria através de entrevistas por ela realizadas –, e concluiu que existia uma discrepância entre a prática e a teoria sobre as mulheres no PCB, já que os comunistas propunham, simultaneamente, a libertação das mulheres e a reafirmação de seu lugar tradicional ligado à esfera doméstica. Segundo a autora, a atuação das mulheres foi encarada pelo partido sempre como extensão do lar: seriam mães, esposas, filhas e irmãs lutando pelos homens da família, para que pudessem ter uma vida mais feliz e justa. Prova disso seria o fato de existirem seções de jornais destinadas a veicularem dicas caseiras para as mulheres.

Para explicar a postura controversa do partido em relação às mulheres, Tavares apresentou dois argumentos: primeiro, as orientações stalinistas imporiam a veiculação da imagem das mulheres comunistas como mães heroicas e guardiãs do lar; segundo, o PCB era

[36] FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit*., p. 130.

composto por homens que haviam sido criados em uma sociedade patriarcal, o que explicaria sua visão de mundo machista. A partir desses argumentos, apresentados para justificar a forma como o partido abordava a questão feminina, a autora considerou o PCB um espaço eminentemente masculino, submetido aos preceitos soviéticos, onde a contribuição feminina teria sido secundária e insignificante. Na dissertação, as mulheres parecem ser consideradas vítimas de uma organização que lhes imporia uma visão de mundo misógina a qual reproduziriam sem muitos questionamentos, já que valorizavam a disciplina partidária. A autora não apresentou uma visão pormenorizada da prática ou das representações políticas sobre as mulheres do partido, o que a impediu de perceber como as comunistas se enxergavam em relação às demais mulheres da sociedade e a impediu de compreender as estratégias e os discursos criados para atingir as mulheres comuns, muitas vezes sem militância prévia e que chegavam às organizações femininas ainda com uma grande identificação com o pensamento conservador sobre os papéis femininos.

Em sua dissertação, a historiadora retira de contextualização muitas falas das militantes que entrevistou e parece utilizá-las para justificar a rotulação do PCB como partido patriarcal, uma vez que não realizou uma análise sobre os processos de construção da memória das militantes e apresentou aquilo que seria fruto de uma reflexão temporalmente localizada, de uma tentativa de dotar de sentido a própria vida[37], um dado inquestionável sobre a relação das mulheres com a organização partidária. Dessa forma, ao denunciar as limitações (inegáveis) do marxismo e do PCB, a autora, contraditoriamente, acabou corroborando com uma imagem de fragilidade, passividade e subordinação das mulheres comunistas em relação à direção e aos demais militantes da organização, o que a distancia do objetivo de apresentar as mulheres como personagens políticos.

Mais recentemente, a historiadora Iracélli da Cruz Alves[38] assumiu o desafio de analisar a trajetória de mulheres comunistas e de organizações femininas ligadas ao PCB transcorridas

---

[37] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

[38] Iracélli da Cruz Alves é uma historiadora baiana que tem se dedicado a pesquisar a atuação de mulheres comunistas no período de 1940 a 1970 há pelo menos sete anos. Em sua dissertação de mestrado, abordou a trajetória de mulheres comunistas da Bahia. Nesta introdução, privilegiei comentar sua tese de doutorado em função da maior proximidade com minha pesquisa, conforme apresentarei ao longo dos próximos capítulos. Para mais informações sobre as pesquisas de Iracelli Alves, ver: ALVES, Iracélli da Cruz. **A política no feminino**: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – seção Bahia (1942-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015. ALVES, Iracélli da Cruz. O "não lugar" das mulheres na memória e na história do PCB. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29. **Anais**... Brasília: ANPUH, 2017. ALVES, Iracélli da Cruz.

entre 1940 e 1970. Em sua tese de doutorado, intitulada *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*, Alves apresenta os escritos e debates promovidos por Alina Paim e Jacinta Passos, bem como procura compreender o funcionamento do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), destacando suas contribuições para a luta contra a opressão feminina e pelas conquistas de mais direitos e dignidade para as mulheres. Fundamentada no arcabouço conceitual dos estudos de gênero e da teoria feminista, a pesquisadora procurou demonstrar que as pecebistas possuíam uma militância feminista de tipo específico, a qual classificou como feminismo de orientação comunista.

Na tese, Alves refutou a divisão clássica da História do Feminismo, que se ancora na divisão da luta pelos direitos femininos em ondas[39], e sugere que a mobilização pelo fim da opressão feminina seguiu em um movimento intermitente no Brasil. As comunistas teriam sido as protagonistas dessa mobilização justamente no período em que a historiografia indica a existência de um vazio político feminista: as décadas 1940-1970. Para Alves, o silenciamento historiográfico em relação às ações das mulheres comunistas teria duas explicações: a primeira, o fato de a maioria dos trabalhos sobre o partido utilizar como fontes principais as memórias de militantes que foram dirigentes, os quais, em sua maioria, ao se centrarem em suas próprias vidas, ignoraram o trabalho político realizado pelas mulheres; a segunda, o fato de as comunistas terem, em vários momentos, combatido o feminismo e refutado a classificação de suas ações como feministas. Tal silenciamento, segundo Alves, explica por que muitos debates e estratégias conduzidos pelas feministas dos anos 1970 foram classificados como inéditos. Em uma análise detalhada dos textos publicados no jornal *O Momento Feminino,* por exemplo, Alves constata que as comunistas, em alguma medida, já haviam incorporado a máxima que se tornaria o slogan feminista da década de 1970 – "o pessoal é político" –, bem como já empregavam a estratégia de criar espaços exclusivamente femininos como forma de romper a

**Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, 2020.

[39] Para os pesquisadores que entendem que a História do Feminismo se divide em ondas, a trajetória dos movimentos feministas teria passado por três ou quatro etapas que se sucederiam: a primeira teria se iniciado no fim do século XIX e se estenderia até o fim da década de 1940; a segunda teria ocorrido nos anos 1970; a terceira, na década de 1990 e a quarta teria se iniciado em 2012. A emergência de cada onda, segundo essas pesquisas, seria definida por uma ruptura e se caracterizaria pela imposição de mudanças radicais em relação ao movimento feminista predecessor. Para mais informações sobre as ondas do feminismo, ver: DELPHY, Cristine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 187-199, 1992. SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Para uma análise crítica da perspectiva das ondas, ver: ALVES, Feminismo entre ondas, *op. cit*. FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

resistência política das mulheres, fortalecer a solidariedade entre si e possibilitar a troca de suas experiências pessoais.

Ao mesmo tempo, Alves não deixa de apontar como a ignorância a respeito das organizações femininas do PCB teria encoberto a importância da atuação das mulheres para o sucesso das ações comunistas. Foram elas que se destacaram nas campanhas de arrecadação de recursos para o partido e na mobilização por pautas internacionais, como as campanhas contra as guerras. Alves, ainda, destaca que as organizações femininas do PCB, como a Federação de Mulheres do Brasil, possuíam autonomia de ação em relação à direção do partido e mantinham um diálogo, nem sempre amistoso, com as feministas.

Entretanto, ao classificar as mulheres do PCB como feministas de orientação comunista, Alves acaba referendando a percepção historiográfica de que os movimentos feministas seriam tipos ideais de ação política feminina. Apesar de todo o esforço das pecebistas em se distanciarem da forma de militância desenvolvida por mulheres como Bertha Lutz, Alves insiste em aproximá-las e ignora que entre 1920 e 1970, no Brasil, não apenas as feministas se apresentavam como grupos políticos dispostos a defender os direitos e o papel social e político das mulheres na sociedade. Comunistas, anarquistas, liberais também traziam em seus programas a plataforma do que denominavam, então, de igualdade entre os sexos, ainda que em muitos pontos houvesse divergências em relação aos mecanismos através dos quais essa igualdade seria construída, ou mesmo em relação às formas como o feminino e suas mazelas eram representados e interpretados. Nesse sentido, atribuir a denominação "feminista" a todos os grupos políticos que defenderam a construção de relações sociais e políticas mais justas entre homens e mulheres parece contribuir mais para a invisibilização das singularidades dos projetos políticos que estavam em disputa no cenário brasileiro do que para seu reconhecimento e compreensão.

Além disso, por se orientar pela intenção de preencher a lacuna que a historiografia sobre o feminismo dizia existir entre 1940 e 1970 – o que, em alguma medida, mantém Alves mais atrelada aos marcos feministas do que à trajetória das comunistas –, a pesquisadora deixa escapar as experiências do trabalho político feminino e os debates promovidos pelos pecebistas nas décadas de 1920-1930. Muitas das ações comunistas que a pesquisadora aponta como pioneiras em relação ao feminismo dos anos 1970 já vinham sendo praticadas pelas militantes do PCB desde a década de 1920 e, antes delas, já eram defendidas pelos militantes comunistas da URSS.

Ao longo dos capítulos desta tese, defendo o argumento de que a igualdade plena entre homens e mulheres era um fundamento da cultura política comunista disseminada a partir do

PCB, o que implicava a crítica aos comportamentos machistas e misóginos entre os militantes. Contudo, procuro demonstrar que a defesa da igualdade entre os sexos não demandava um comportamento feminista por parte dos militantes do PCB, já que por feminismos entendemos os movimentos políticos e sociais que apresentam a desigualdade entre os gêneros como sua pauta central e, em muitos momentos, única, sendo o patriarcado encarado como o sistema de opressão primordial que perpassaria quase todas as sociedades humanas, fossem capitalistas fossem socialistas. Diversamente, para um comunista, conforme veremos nas páginas que se seguem, o patriarcado, sistema de opressão que sustentaria a desigualdade entre homens e mulheres, teria sido criado para manter o regime capitalista, sendo diretamente ligado à existência da propriedade privada. Sua destruição, portanto, não dependeria apenas da tomada de consciência e da mudança das condições de vida das mulheres, mas estaria atrelada à implantação do socialismo. Um comunista entendia que sua luta primordial era contra o capitalismo, o que envolvia uma prática cotidiana de combate a todos os discursos e sistemas criados por esse regime para manter a exploração de um grupo sobre o outro. Tal postura, inclusive, tornava a cultura política comunista aberta à incorporação de demandas e pautas sociais que tomavam a sociedade ao longo do tempo, o que gerava, certamente, constantes conflitos culturais e subjetivos entre os militantes.

Esta pesquisa se ancora nas contribuições desses trabalhos precedentes[40] e se propõe a avançar nas análises sobre a questão feminina no PCB. Partilhando com Motta, Ferreira e Tavares o arcabouço conceitual e as conclusões sobre os fundamentos da cultura política comunista, exploro novas fontes e, assim, aponto para percepções diversas sobre as relações das mulheres com o partido. A igualdade plena entre os sexos, para além das diferenças inatas, era um projeto comunista, o que implicava, como veremos, um afastamento da visão de mundo

[40] Além dos trabalhos destacados nesta revisão bibliográfica, é importante citar outras pesquisas que procuraram analisar a participação feminina no PCB e o imaginário comunista sobre as mulheres. Ainda que não os tenha apontado no corpo do texto – opção feita por não serem os trabalhos com os quais dialogo mais diretamente –, são fundamentais para os estudos sobre as mulheres e a política no Brasil, em especial, os estudos sobre as mulheres comunistas. São eles: MACEDO, Elza Deli Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. LEÃO, Viviane Maria Zeni. **Movimento feminino**: mulheres e imaginário comunista (Uma nova história, uma história nova), 1945-1956. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. TORRES, Juliana Dela. **A representação visual da mulher na imprensa comunista brasileira (1945-1957)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. ALVES, **A política no feminino**, *op. cit*. FERREIRA, Alane. **Mulheres vermelhas**: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal *O Momento Feminino* (1947-1950). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. LOBO, Daniela Ataíde. **Militância feminina no PCB**: memória, história e historiografia. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

dos pecebistas das expectativas sociais tradicionais sobre os papéis de gênero. Já com Alves, compartilho a preocupação em analisar as organizações femininas criadas pelos comunistas, até então, pouco estudadas, mas contraponho a tentativa de aproximação das formas de ação comunistas e feministas. Isso porque pretendo compreender o que significava ser uma mulher comunista entre 1925 e 1956, e isso, certamente, pressupunha um distanciamento em relação à forma de atuação feminista.

Esta tese está dividida em seis capítulos, organizados a partir de uma perspectiva cronológica. No primeiro, intitulado "A questão feminina na teoria marxista e na prática comunista na URSS (1917-1930)", apresento como a questão feminina foi sendo apropriada pelos revolucionários bolcheviques à medida que o grupo se constituía, o movimento feminista se fortalecia e a temática ganhava destaque na arena intelectual e política da Rússia. Evidencio como os membros do governo soviético lidaram com a temática a partir de outubro de 1917 e como as mulheres comunistas se apropriaram da tarefa de conduzir o trabalho político feminino na URSS. Destaco como as interpretações e as representações comunistas sobre as mulheres se ancoraram em três categorias – as *babas*, as revolucionárias e as burguesas –, as quais resultaram de uma síntese entre as análises feitas por teóricos marxistas sobre a questão feminina e o imaginário russo sobre as mulheres. Como fontes, respaldo-me em trabalhos historiográficos consolidados sobre a participação feminina, as relações de gênero no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e na Rússia, e sobre as políticas públicas para as mulheres criadas durante o governo dos bolcheviques na URSS.

No segundo capítulo, intitulado "Comitê de Mulheres Trabalhadoras: o início do trabalho político comunista junto às mulheres brasileiras (1925-1932)", apresento os primeiros apontamentos feitos pelo PCB sobre a questão feminina publicados nas páginas de *A Classe Operária*. Nos textos veiculados nesse periódico, os comunistas apontam que as mulheres pobres experimentavam formas de opressão ainda mais violentas que aquelas vivenciadas pelos homens da mesma classe social, o que as transformava nas maiores vítimas do sistema econômico, político e social no Brasil. Ao mesmo tempo, para os militantes, elas carregariam um potencial de ação expressivo que poderia ser despertado pela presença do partido. Portanto, para garantir a mobilização das mulheres a partir dos preceitos comunistas e sua consequente transformação em revolucionárias, o PCB organizou a primeira entidade feminina ligada ao partido, o Comitê de Mulheres Trabalhadoras (CMT), cujo compromisso era viabilizar a identificação das mulheres com o mundo do trabalho e com o mundo da mobilização social. Com o CMT, os comunistas pretendiam garantir que as trabalhadoras fossem reconhecidas e se

reconhecessem através dessa categoria para, dessa forma, se perceberem como sujeitos políticos e de direitos.

No terceiro capítulo da tese, intitulado "A consolidação das representações sobre o feminino e a ampliação das iniciativas partidárias (1929-1935)", analiso a fundação da seção criada no comando do PCB com o objetivo de estimular e coordenar o trabalho político feminino junto às organizações de base. A Comissão Central para o Trabalho entre as Mulheres era atrelada ao Comitê Central do PCB e possuía estreita relação com a Seção Feminina da Internacional Comunista. Também apresento no capítulo as reflexões sobre a questão feminina e as representações sobre as mulheres que conformavam a cultura política comunista no Brasil, utilizando, para tanto, as produções jornalísticas e literárias de Patrícia Galvão, a Pagu. Além de ser reafirmada a ideia de que as mulheres eram as maiores vítimas da sociedade, a escritora propõe um debate sobre a mulher burguesa, o contraponto político da mulher revolucionária.

No quarto capítulo, intitulado "União Feminina do Brasil e a nova estratégia para o trabalho político feminino do PCB (1935-1938)", analiso a trajetória da União Feminina do Brasil (UFB), entidade criada em 1935 por militantes comunistas que se associaram a mulheres de outras vertentes ideológicas ou que se definiam como apartidárias. Essa foi uma das organizações que se empenharam na luta antifascista no Brasil e atrelou a campanha pela libertação feminina ao enfrentamento dos regimes autoritários que se espalhavam pelo mundo. Sua existência, mesmo que breve (atuou por apenas dois meses), foi intensa e marcou a retomada do trabalho político feminino do PCB, paralisado desde o encerramento das atividades do CMT, em 1933. Por meio da UFB, as militantes comunistas demonstraram maior eficiência e organização na mobilização de mulheres, sobretudo quando comparada com as iniciativas do PCB nesse segmento nos períodos anteriores.

No quinto capítulo, "Uniões Femininas e o ativismo parlamentar das mulheres comunistas: a luta pelo direito à cidade e à política (1945-1948)", analiso a reconstrução do trabalho político feminino do PCB, mais uma vez desmobilizado em função da onda de repressão que se abateu sobre o partido após a Insurreição de 1935 e a implantação do regime ditatorial varguista. A partir de 1945, as comunistas que se empenhavam na mobilização das mulheres, atuando num contexto de legalidade partidária, ajudaram a constituir diversas Uniões Femininas (UFs) nos bairros das cidades de vários estados brasileiros. Essas entidades foram criadas para envolver as mulheres nas campanhas eleitorais do país e se destacaram na luta contra a carestia e por melhores condições de vida para as donas de casa, as mães e as trabalhadoras das regiões periféricas. Apresentarei a estrutura e as formas de atuação de UFs

fundadas na cidade do Rio de Janeiro, então distrito federal. Outro segmento do trabalho político feminino do PCB que analisarei no capítulo é o investimento realizado para se garantir a participação de mulheres nas campanhas eleitorais do país, não apenas como eleitoras, mas como candidatas. O PCB lançou mulheres em chapas populares de vários estados e conseguiu eleger muitas delas. A partir de 1945, essa prática se tornou uma tradição do partido, que, mesmo na ilegalidade, continuou a lançar as candidaturas femininas por outras legendas.

No sexto capítulo, "Federação de Mulheres do Brasil e imprensa comunista: conexões internacionais e maternidade revolucionária (1947-1956)", explicito como a criação das Uniões Femininas e o investimento nas candidaturas de mulheres foram acompanhados pela fundação da Federação de Mulheres do Brasil e do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar.* Essas organizações pretendiam ter um impacto nacional e contribuíram para a integração das ações das comunistas brasileiras ao movimento comunista internacional, comandado pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). A partir, sobretudo, de 1949, as comunistas investiram na estratégia discursiva do maternalismo e passaram a destacar a representação da mulher brasileira como uma *mãe revolucionária*. Na perspectiva das comunistas, o instinto maternal deveria ser entendido como uma potencialidade política que predispunha as mulheres a assumirem uma postura antifascista, pacifista, solidária em relação a toda a humanidade, além de legitimar a luta feminina por direitos específicos para si e para as crianças. Invertendo o discurso patriarcal, as comunistas transformaram a maternidade em uma categoria pública, política, e não mais privada e doméstica.

Em síntese, ao longo das próximas páginas, evidenciarei como o projeto de emancipação das mulheres levou os comunistas a elaborarem representações sobre a feminilidade, um imaginário sobre a dinâmica histórica da relação entre os sexos e uma perspectiva utópica sobre o futuro. Na cultura política comunista, a luta específica pelos direitos das mulheres era considerada fundamental para a vitória da luta maior – a implantação de uma sociedade mais justa e ancorada em preceitos igualitários – e, por isso, não poderia ser ignorada. Mesmo com todas as dificuldades internas e externas ao partido, militantes se propuseram à tarefa de promover a resolução da questão feminina no Brasil. No curto prazo, buscaram dessa forma tornar a democracia brasileira mais inclusiva e, no longo prazo, garantir que as desigualdades de gênero fossem superadas.

# CAPÍTULO 1 | A QUESTÃO FEMININA NA TEORIA MARXISTA E NA PRÁTICA COMUNISTA NA URSS (1900-1930)

"(...) todos sabiam que qualquer revolução que se preze teria que libertar as mulheres."

*Elisabeth Wood*[41]

Foi em 1903, durante a realização do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR)[42], ocorrido nas cidades de Bruxelas e em Londres, que duas facções surgiram no partido em função de divergências em relação ao modelo institucional e de ação que a organização deveria seguir: os mencheviques e os bolcheviques. Estes últimos foram os responsáveis pela criação do Partido Comunista Russo, em outubro de 1917, e pela condução do governo na URSS até 1991. Foi ainda no II Congresso do POSDR que uma sugestão feita em 1899 por Vladimir Ilyich Ulianov, que se tornaria o principal líder bolchevique e que ficou conhecido pelo pseudônimo Lênin, foi incluída no programa do partido. Tratava-se do compromisso da organização com o estabelecimento da total igualdade de direitos entre homens e mulheres[43]. A proposta de Lênin já havia sido inserida no esboço do programa do POSDR em 1900, mas apenas três anos mais tarde pôde ser oficializada, o que permitiu a definição de uma orientação política interna para os quadros do partido e a afirmação na arena política nacional e internacional[44] do posicionamento dos revolucionários socialistas russos sobre a questão feminina. O surgimento da facção bolchevique foi, portanto, concomitante à institucionalização

---

[41] Tradução minha do original: "everyone knew that any proper revolution had to liberate women". WOOD, Elizabeth. The Bolsheviks and the Genealogy of Woman Question. In: WOOD, Elizabeth. **The Baba and the Comrade**: Gender and Politics in Revolutionary Russia. Bloomington: Indiana University Press, 1997. Todas as citações destacadas ao longo desta tese, em língua portuguesa e as traduzidas, foram atualizadas conforme o acordo ortográfico vigente.

[42] O POSDR surgiu em 1898 e sob a influência das ideias de Karl Marx e Frederick Engels reunia militantes que se diziam revolucionários e que, no contexto russo, se opunham aos *narodniks.* Enquanto os *narodniks* acreditavam em uma mudança política e econômica conduzida pela mobilização do campesinato, o POSDR defendia que, apesar do fato de a Rússia ser um país eminentemente agrário, seu potencial de transformação dependeria do fortalecimento e expansão do proletariado. Por isso, à medida que a Rússia se industrializava e as mulheres se destacavam junto à força de trabalho proletária, a questão feminina se tornava impositiva ao partido. Para mais informações ver: WOOD, Elizabeth A. **The Baba and the Comrade**: Gender and Politics in Revolutionary Russia. Bloomington: Indiana University Press, 1997 (e-book). STITES, Richard. **The Women's Liberation Movement in Russia**: Feminism, Nihilism, bolshevism 1860-1930. Michigan: University of Michigan Library, 1991. CLEMENTS, Barbara Evans. **Bolshevik Women**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. MCDERMID, Jane; HILLYAR, Anna (Org.). **Midwives of the Revolution**: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917. London: UCL Press, 1999.

[43] STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 242.

[44] A atuação do POSDR se dava nas duas esferas, nacional e internacional, sobretudo porque muitos militantes do partido viviam exilados em função da perseguição czarista.

da questão feminina como pauta partidária, e o desenvolvimento de ambas – da facção e da questão junto ao POSDR – perdurou como um processo simultâneo e definidor da cultura política comunista na Rússia[45].

O posicionamento do partido em relação à questão feminina, entretanto, chegava tímido. Pelo menos desde a década de 1830 as feministas, os socialistas das matrizes utópicas[46], os liberais e os conservadores debatiam o papel das mulheres na sociedade, a partir de pressupostos diversos. Antes deles, os próprios chefes do Estado imperial já haviam se posicionado sobre a situação das mulheres, em especial aquelas advindas da nobreza. No século XVIII, por exemplo, czares como Pedro, o Grande e Catarina II entendiam que a construção de um império mais moderno e civilizado, noção por eles construída com base em parâmetros europeus, só seria possível se se reconhecesse que as mulheres precisavam ser melhor educadas e ter mais oportunidades sociais. Associando o que entendiam como o atraso russo com o atraso cultural feminino, ambos os czares procuraram incentivar novos costumes de gênero e abrir novos

[45] Segundo Serge Bernstein, as culturas políticas não nascem de forma fortuita ou acidental, mas são formuladas a partir do desejo de determinado grupo ou sociedade de darem respostas aos grandes problemas e crises da sua história. Acredito que a cultura política comunista tem como ponto de partida a angústia gerada pelas transformações sociais oriundas do processo de industrialização que foi se difundindo a partir da Europa no século XVIII. A miséria, as novas relações de trabalho, as transformações nas dinâmicas familiares e, inclusive, na atribuição dos papéis sociais entre homens e mulheres explicam as tentativas de tantos de compreender o mundo que surgia e de propor soluções para os novos problemas que afligiam as populações, em primeiro lugar na Europa. Os comunistas se consolidaram como o grupo político que se constiuiu como a facção bolchevique na Rússia e, a partir de sua ascensão ao poder, foram capazes de influenciar militantes em todo o mundo. À medida que os bolcheviques se distinguiam e se fortaleciam enquanto grupo, eles se apresentavam como homens e mulheres mais dedicados, mais dispostos ao sacrifício pelo bem de toda a humanidade, mais severos com os inimigos e solidários com os explorados. Entendo que foi a chegada ao poder que permitiu aos bolcheviques consolidar suas práticas, comportamentos e representações da realidade, bem como se tornar referência para homens e mulheres de todo o mundo. Entre 1903, momento em que a facção bolchevique surgiu, e a década de 1930, período que abrange o governo de Lênin e os primeiro anos da era Stálin, foi moldada a identidade comunista e estruturada essa cultura política que, apesar de mutável e adaptável aos novos contextos que se apresentavam, evidencia força suficiente para se manter inscrita na longa duração. Para mais informações sobre o conceito de cultura política, ver: MOTTA, Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, *op. cit*., p. 13-37. BERNSTEIN, A cultura política, *op. cit*., 1988.

[46] A divisão entre socialismo utópico e socialismo científico foi primeiro utilizada por Karl Marx com o objetivo de diferenciar seu projeto político e posição filosófica daquelas criadas por autores como Charles Fourier, Robert Owen, Pierre-Joseph Proudhon. Ao classificar como utópicas as propostas que antecederam seu projeto socialista, Marx anunciava que aquelas seriam medidas reformistas, e não revolucionárias. Nesse sentido, apesar de as considerar relevantes, entendia que elas não seriam capazes de gerar mudanças concretas nas condições de vida e na realidade das pessoas. Por entender que seu pensamento e suas propostas se ancoravam em análises científicas sobre o desenvolvimento das sociedades humanas, o que, acreditava, as tornaria inquestionáveis, Marx destacava a superioridade de suas propostas. Ambas as expressões (socialismo utópico e socialismo científico), entretanto, se consolidaram a partir da publicação em 1878 da obra *Anti-Düring*, de Engels. Apesar do julgamento inerente à expressão socialismo utópico, optei por empregá-la em função de sua consolidação junto à historiografia. Para mais informações sobre as expressões *socialismo utópico* e *socialismo científico*, ver: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**: o novo espírito utópico. São Paulo: SESC, 2016. ABENSOUR, Miguel. **Utopia from Thomas More to Walter Benjamin**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2017.

espaços para as mulheres, embora não falassem em sua emancipação completa do domínio masculino.

Pedro, O Grande, por meio de decretos em 1702 e 1714, libertou homens e mulheres da Rússia da obrigação de se casarem com cônjuges escolhidos por seus familiares, uma tradição secular. Impôs, entretanto, ressalvas à liberdade de união dos nobres, já que os homens, para se casarem, ficavam obrigados a aprender geometria e aritmética básica, enquanto as mulheres deveriam saber assinar o próprio nome. Mais do que libertar os afetos, a intenção do czar era impor maior acesso ao conhecimento aos nobres russos e, dessa forma, ampliar a cultura geral da elite do império. Especificamente em relação às mulheres, o impacto esperado para a imposição de condicionalidades em relação ao casamento era mobilizá-las para o letramento. Associada a essa medida, Pedro, O Grande reconheceu, ainda, o direito das mulheres da nobreza de, a partir dos 10 anos de idade, participarem das *assemblés,* reuniões e encontros promovidos tanto com propósito de lazer quanto com objetivo político ou econômico: "através deste novo decreto Pedro rompeu com séculos de práticas tradicionais de segregação de gênero por meio das quais mulheres das classes mais abastadas eram segregadas no *terem* ou na parte superior da casa"[47]. Proibir mulheres da nobreza de permanecerem nos mesmos eventos que os homens se tornou um crime passível de punição na Rússia czarista, o que contribuiu, décadas depois, para a consolidação entre os revolucionários comunistas da noção de que a luta pela melhoria das condições de vida feminina deveria ser conduzida pela estratégia da integração, ou seja, às mulheres deveria ser concedido o acesso aos mesmos espaços frequentados pelos homens. Da mesma forma, a atitude do czar contribuiu para consolidar, décadas mais tarde, a percepção de que seria dever do Estado legislar sobre problemas considerados privados, como casamento, dinâmica de eventos sociais e mesmo formas de comportamento[48], desde que a intenção fosse promover o desenvolvimento nacional e a construção de maior equidade.

Já Catarina II (1762-1796), em virtude de seu envolvimento com a formação de novas gerações mais educadas e modernas, considerava necessário que meninas e meninos tivessem acesso ao mesmo modelo de educação, baseado no mesmo currículo. Seu projeto, entretanto,

---

[47] Tradução minha do original: "through this new decree Peter broke with centuries of traditional gender segregation in which women of the upper classes were secluded in the *terem,* or upper the part of the house". WOOD, Elizabeth A. State Involvement in Integrating the Two Sexes. In: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

[48] Após retornar de uma viagem à Europa, o czar impôs um decreto determinando que todos os homens deveriam raspar a barba. A medida visava aproximar os russos de uma aparência ocidental. Para mais informações, ver: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

se demonstrou impossível de ser concretizado, já que a maior parte dos membros de seu governo defendia que as mulheres fossem educadas com o objetivo específico de se tornarem "boas donas de casa, esposas fiéis e mães atenciosas"[49]. Ainda assim, sua proposta ganhou notoriedade junto à sociedade e fomentou debates sobre os papéis sociais femininos, a maternidade e sua relação com o desenvolvimento nacional e as desigualdades entre os sexos no que se refere ao acesso a oportunidades culturais.

A associação feita pelos czares entre a condição de vida feminina e o nível civilizacional da nação não decorria apenas do reconhecimento de que cabia às mulheres a criação e, portanto, uma influência significativa sobre os filhos, integrantes das gerações vindouras. Era também uma consequência de noções profundamente arraigadas no que a historiadora Elisabeth Woods definiu como a cultura popular[50] russa, quais sejam, a ideia de que as mulheres eram mais supersticiosas, ignorantes e ingênuas que os homens. Sobretudo aquelas que viviam no meio rural eram retratadas como símbolos da barbárie e do subdesenvolvimento, já que eram descritas como seres que se mantinham completamente apartados dos processos políticos e sociais. Para denominar essas mulheres que viviam imersas na alienação e tomadas pelas questões supérfluas, como os serviços domésticos e a vaidade, os russos empregavam a expressão *baba,* um termo inicialmente utilizado para se referir às mulheres idosas, mas que foi sendo empregado com um tom pejorativo e como ferramenta de desmoralização e chacota. Tais concepções eram disseminadas por meio de ditos populares tradicionais, tais como "Eu pensei que havia avistado duas pessoas, mas eram apenas um homem [muzhik] e uma mulher [baba]"[51], mas também marcaram a alta cultura, como as obras de Tolstói, autor que chegou a comparar as mulheres camponesas por ele denominadas *babas* a *blind puppies* (filhotes de cachorro cegos)[52]. O imaginário russo era atravessado, como se vê, pela misoginia, pela depreciação do feminino enquanto forma de estar no mundo.

---

[49] Tradução minha do original: "good homemakers, faithful wives, and caring mothers". WOOD, State Involvement in Integrating the Two Sexes, *op. cit*.

[50] Acredito que, em lugar de cultura popular, imaginário seria o conceito mais adequado para esclarecer o fenômeno que Woods descreve, já que por imaginário entendemos a atmosfera coletiva, o espírito social que envolvia a população russa e que, como destaca a historiadora, era marcado pela misoginia e pelo patriarcado. Para mais informações sobre o conceito de imaginário tal como empregado neste trabalho, ver: MAFFESOLI, O imaginário é uma realidade (entrevista), *op. cit*.

[51] Tradução minha do original: "I thought I saw two people, but it was only a man [muzhik] and a woman [baba]". WOOD, Elizabeth A. Language and Gender. In: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

[52] WOOD, Elizabeth A. Daily Life in Gender Transformation. In: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

Não obstante essa concepção sobre o feminino se mostrasse profundamente marcada no imaginário russo e que, como veremos, tenha tido longa duração também nas fileiras revolucionárias, a partir do século XIX passou a ser insistentemente confrontada pela parcela da intelectualidade que se deixou atingir pela onda cultural vinda do ocidente. As propostas dos socialistas utópicos franceses, sobretudo Proudhon, Fourier e Enfantin, fortaleceram o debate sobre a condição feminina na Rússia e associadas à mudança de contexto econômico gerado pela incipiente industrialização, contribuíram para o questionamento dos pressupostos de gênero, em especial aqueles classificados como essencialmente femininos: seriam as mulheres menos racionais que os homens ou menos aptas ao trabalho fora da esfera doméstica? Qual o impacto da superioridade da força física masculina em relação à feminina na dinâmica da sociedade? Como pensar a maternidade, a prostituição, as relações amorosas? Seriam as mulheres merecedoras de um tratamento igualitário em relação aos homens?

A intelectualidade que em 1830 se propôs a dar respostas a tais perguntas e passou a defender a existência de possibilidades múltiplas de *ser mulher*, assim como a necessidade da emancipação feminina em relação ao domínio masculino, foi a mesma que assumiu um discurso de oposição ao governo czarista, o qual considerava obsoleto e anacrônico. A modernização russa, defendia essa parcela da intelectualidade, não seria alcançada apenas mediante a modernização da produção ou apenas pela garantia de acesso à educação para as mulheres da nobreza, como já haviam defendido os czares. Ela passaria necessariamente pela transformação da vida de todas as mulheres, o que aconteceria no contexto mais amplo da construção de novas relações sociais, mais marcadas pela igualdade que pela hierarquização, pela liberdade e pelo acesso à instrução para todos os indivíduos, e não pela subordinação de uns aos outros. Nesse sentido, "as ideias socialistas e de emancipação feminina emergiram no solo russo no mesmo momento e se tornaram interligadas"[53].

A partir da década de 1840, no cenário intelectual russo, somaram-se às ideias socialistas a circulação das obras de George Sand, romances singularizados por mulheres fortes que reivindicavam a autonomia de escolher seus amores e de gerirem a própria vida. George Sand era o pseudônimo adotado por Amandine Aurore Lucile Dupin, escritora francesa que, além de pensar sobre a condição feminina, afrontou os padrões de gênero da época se vestindo com roupas consideradas masculinas, fumando em público – atitude definida como inadequada às

[53] Tradução minha do original: "the ideas of socialism and women's emancipation emerged on Russian soil at the same time and became intertwined". WOOD, Elizabeth A. The Bolshevick and the Genealogy of the Woman Question. In: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

mulheres – e se envolvendo em eventos políticos significativos. Em seus escritos, Sand defendia que as mulheres emancipadas seriam aquelas que decidiriam livremente sobre seus amores e sexualidade, o que motivou a intelectualidade russa a discutir "as injustiças de casamentos realizados por conveniência, os custos sociais da ilegalidade do divórcio, o despotismo da família patriarcal da nobreza e as inferioridades legais impostas às mulheres em relação à herança e à propriedade"[54]. A partir dessas discussões, para muitos pensadores russos, consolidou-se a percepção de que as esferas pública e privada não deveriam ser entendidas como instâncias separadas, mas sim integradas, o que tornava o comportamento privado tão significativo e digno de atenção quanto as ações públicas. Segundo Woods, esta, inclusive, seria uma característica definidora da intelligentsia russa do século XIX e explicaria sua preocupação em encorajar os homens a encararem as mulheres como "camaradas". Nesse sentido, a intelectualidade russa antecipava, em alguma medida, uma bandeira que singularizaria a luta feminista a partir de 1970, a qual se notabilizou pelo slogan "o pessoal é político"[55].

Importante ressaltar que mulheres russas, sobretudo as de classes mais abastadas como Avdotia Panaeva, foram fundamentais para o destaque que a questão feminina assumiu no cenário cultural do império no século XIX. Elas passaram a ocupar e a incentivar a participação feminina nos salões literários que se difundiram e nesses espaços passaram a cobrar dos demais integrantes um comportamento de endosso à igualdade entre homens e mulheres. Muitas dessas mulheres, ainda, garantiram suporte financeiro para os movimentos revolucionários que encampavam a luta contra a questão feminina, o que ajudou a manter atuante a imprensa de oposição e progressista na Rússia.

Para além do cenário cultural, o contexto da Guerra da Crimeia (1853-1856) também motivou debates sobre a questão feminina e reafirmou o argumento de que a condição de vida das mulheres se refletiria no maior ou menor desenvolvimento do país. Durante o conflito, o médico Nikolai Pirogov escreveu textos jornalísticos afirmando sua confiança na capacidade das mulheres de atuarem nos campos de batalha como parte do corpo de saúde exercendo a função de enfermeiras. Pirogov argumentava que as mulheres deveriam ter acesso à educação

---

[54] Tradução minha do original: "the injustices of marriages undertaken for convenience, the social costs of the illegality of divorce, the despotism of the patriarchical noble family, and women's legal inferiorities in inheritance and property". WOOD, The Bolshevick and the Genealogy of the Woman Question, *op. cit*.

[55] Sobre a trajetória desse slogan e sobre o movimento feminista da década de 1970, ver: VARIKAS, Eleni. "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 59-80. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Revista Inclusão Social**, ago. 2018.

de qualidade para se tornarem úteis à nação e deixarem de ser criadas para se preocuparem apenas com questões fúteis. Referindo-se às mulheres das classes mais abastadas, denunciou:

> Sua educação normalmente a transforma em uma boneca. Isto consiste em vesti-la, exibi-la perante uma classe de preguiçosos, mantê-la atrás de uma cortina e fazê-la se comportar como uma marionete. Mas, à medida que a ferrugem corrói os fios, ela começa a ver através dos papéis que desempenha e rasga a cortina para enxergar tudo que lhe foi escondido[56].

À defesa da educação feminina, Mariya Vernadskaya, a primeira mulher a se tornar economista na Rússia, associou a importância da independência financeira. Influenciada por pressupostos liberais e assumindo uma postura crítica em relação às mulheres que atribuíam à maternidade a dificuldade de se afastarem do espaço doméstico, a economista acusava as mães da nobreza de se recusarem a trabalhar, mas de perder seu tempo com "fofocas e bailes": "Madames! Amadureçam! Mantenham-se sob os dois pés, vivam conforme sua própria cabeça, trabalhem com suas próprias mãos, estudem, pensem, trabalhem como os homens o fazem; então vocês serão independentes, ou, ao menos, menos dependentes dos seus tiranos do que são agora."[57]. Ainda que o posicionamento de Vernadskaya reverberasse uma postura misógina, já que associava a vivência feminina à futilidade, sua proposta engrossava os debates sobre a importância da participação das mulheres no mercado de trabalho e defendia a possibilidade de se conciliar maternidade e carreira profissional. A economista não se manifestou sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras que se tornavam mães, realidade tão comum que figurava mais como regra do que exceção, mas contribuiu para que a temática fosse encampada pelos setores progressistas como uma questão urgente. Como garantir a independência financeira feminina e o direito a acessar ao mercado de trabalho se os serviços domésticos e cuidados com os filhos eram impostos unicamente às mães?

Como exposto, a questão feminina não era tema irrelevante na Rússia do século XIX. Ainda assim, a igualdade entre homens e mulheres não foi uma bandeira originária do partido. De fato, foi o crescimento da força dos movimentos feministas – na Rússia e na Europa – e a

---

[56] Tradução minha do original: "Her education usually turns her into a doll. It consists of dressing her up, putting her on display before a class of idlers, kepping her behind a curtain, and having her perform like some marionette. But as the rust eats away the wires, she begins to see through the roles and tears in the curtain what has been so carefully hidden from her". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 32.

[57] Tradução minha do original: "Mesdames! Grow up. Stand on your two feet, live by your own mind, work with your hands, study, think, work just as men do; and then you will be indepedent or at least inless dependence on your tyrants than is now the case". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 36.

consequente disputa pela influência junto às massas de trabalhadoras que impôs ao POSDR a necessidade de se aproximar da temática e de elaborar uma interpretação própria. O partido, como será analisado mais adiante, foi sendo influenciado pelo debate sobre a questão feminina travado por socialistas da Europa central e ocidental e procurou se posicionar em relação a pelo menos três dimensões: mulheres e educação; economia e participação feminina no mercado de trabalho; e relações amorosas, sexuais e familiares. Nesse processo, o PSODR procurou se diferenciar e se destacar dos diversos movimentos políticos que disputavam a liderança da luta das mulheres, tais como o feminismo e o niilismo.

Segundo Richard Stites, as feministas russas se singularizavam pelo método de ação pacífico, sempre adequado aos mecanismos legais e institucionais russos e focados em conquistar o direito à educação formal e o acesso ao mercado de trabalho para as mulheres. A discussão sobre as relações amorosas, familiares e sexuais ocupavam menos espaço nos debates públicos e nas atividades conduzidas por elas. Já o grupo de indivíduos que eram classificados como niilistas[58] conferiam maior destaque à temática da sexualidade, dos afetos e da necessidade de libertação do comportamento individual das mulheres. Inspiradas pelas ideias dos socialistas utópicos e pelos escritos de George Sand, mulheres niilistas afirmavam a importância da educação formal, da independência financeira feminina, mas, sobretudo, destacavam como as amarras psicológicas e morais mantinham as russas condenadas a vidas infelizes, fúteis e medíocres. Para expressarem seu rompimento com o modelo de feminilidade que consideravam opressor, as niilistas recusavam uma estética delicada e enfeitada, cortavam os cabelos curtos e se vestiam de preto:

> Descartando a "musselina, fitas, penas, guarda-sóis, flores e flores" da senhora russa, a menina arquetípica da crença niilista na década de 1860 usava um vestido de lã escuro simples que caía reto e solto da cintura e possuía os punhos e a gola brancos, seus únicos enfeites. O cabelo era cortado curto e reto, e a personagem frequentemente usava óculos escuros. Essa "revolta no vestir" fazia parte do repúdio da *nigilistka* à imagem da "senhorita pão com manteiga", aquela criatura mimada e indefesa que se preparou exclusivamente para atrair um marido admirável e que foi treinada na escola para usar decote antes mesmo de ter algo a revelar[59].

[58] Segundo Stites, é difícil classificar os niilistas como um grupo político definido, singularizado por um programa ideológico. O termo era utilizado, na Rússia do final do século XIX e início do século XX, por grupos conservadores ou pelas forças de repressão do Estado com sentido pejorativo, sendo muitas vezes associada ao termo assassinos. De toda forma, era uma forma de identificar homens e mulheres com pensamento e comportamento revolucionário. STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*.

[59] Tradução minha do original: "Discarding the "muslin, ribbons, feathers, parasols, and flowers" of the Russian lady, the archetypal girl of the nihilist persuasion in the 1860's wore a plain dark woolen dress, which fell straight

O direito ao divórcio, a experiência do amor livre e o fim da família patriarcal eram algumas das bandeiras levantadas por intelectuais niilistas e a imposição de um novo comportamento estético e moral, além da publicação de textos na imprensa, suas principais ferramentas de atuação.

Diante dessas duas posturas políticas – a feminista e a niilista –, o POSDR foi construindo uma terceira proposta para a condução de sua luta pela superação da questão feminina na Rússia. Associando a pauta educacional e operária à pauta moral e sexual, o partido foi se singularizando pela priorização de ações junto às mulheres pobres. Passou a afirmar que era preciso instruí-las, politizá-las e lhes garantir os direitos específicos e as políticas necessárias para aliviar a realidade da dupla jornada de trabalho, o que, acreditavam, só seria plenamente realizado após uma ruptura revolucionária mais ampla.

## 1.1 OS BOLCHEVIQUES E A QUESTÃO FEMININA

O primeiro passo do POSDR para consolidar seus parâmetros políticos sobre a questão feminina foi dado por Nadzhda Krupskaya, militante bolchevique que se tornou esposa de Lênin. Em 1900, Krupskaya publicou *The Woman Worker*, uma brochura composta por 24 páginas que abordava as condições de vida das mulheres na Rússia. No texto, Krupskaya ressaltava as dificuldades de sobrevivência econômica experimentada pelas mulheres nos campos e na cidade, destacando a desigualdade de direitos para acesso à propriedade e de salários em relação aos homens. Além disso, denunciou a falta de suporte social para a criação dos filhos, o que mantinha as mulheres oprimidas pela esfera doméstica, e apontou as mazelas impostas às mulheres pobres que precisavam recorrer à prostituição. *The Woman Worker* anunciava que a emancipação feminina estava atrelada à entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado e no movimento de trabalhadores, bem como promovia um convite aos operários russos para romperem com seus preconceitos em relação à presença feminina nas fábricas e nos movimentos sociais. Krupskaya combatia a oposição dos operários russos ao trabalho feminino, afirmando que, ao contrário do que defendiam muitas lideranças sindicais,

---

and loose from the waist with White cuffs and collar as the only embellishments. The hair was cut short and worn straight, and wearer frequently assumed dark glasses. This 'revolt in the dress' was part of the nigilistka's repudiation of the image of the "bread-and-butter miss", that pampered, helpless creature who was prepared exclusively for attracting a desirable husband and who was trained at school to wear *décolletée* even before she had anything to reveal". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 243.

impedir as mulheres de conquistarem postos de trabalho não seria a solução para o desemprego ou para a exploração masculina:

> A tarefa dos homens e mulheres conscientes era erradicar os preconceitos arcaicos e contribuir para a inclusão das mulheres na luta comum. O objetivo final de tudo isso será um futuro socialista, em que a exploração e a desigualdade desaparecerão; em que pessoas trabalharão em fábricas limpas, bem ventiladas e espaçosas; momento em que a sociedade se preocupará com os idosos, os fracos, os doentes; ninguém terá de morrer sozinho e será alimentado, vestido e cuidado por instituições públicas decentes e não será deixado à mercê das ignorantes *babas* das aldeias, as "fábricas de anjos", ou infestar as ruas das cidades fabris[60].

O trabalho de Krupskaya foi bem acolhido pelas fileiras do POSDR e passou a ser utilizado como um panfleto político sobre a questão feminina russa. Exemplares de *The Woman Worker* eram distribuídos pelos militantes bolcheviques tanto em eventos sociais quanto nas portas das fábricas[61]. A aceitação do texto junto ao partido se deveu, sobretudo, à capacidade de Krupskaya de empregar os pressupostos anunciados por August Bebel em *A mulher e o socialismo* e por Friedrich Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* para analisar a conjuntura de vida das mulheres na Rússia. Inspirada por essas obras, a autora apresentou propostas que se tornariam pilares da visão do grupo bolchevique sobre a questão feminina, tais como a importância do trabalho assalariado para a emancipação feminina, o peso representado pelos trabalhos domésticos na vida das mulheres, a necessidade de as mulheres se juntarem às lutas dos trabalhadores para conquistarem melhores condições de vida.

Para entendermos, portanto, a construção política do trabalho feminino no POSDR e, posteriormente, a agenda bolchevique para a superação da questão feminina, é preciso analisar como August Bebel e Friedrich Engels trataram o tema. Foi a partir da circulação de *A mulher e o socialismo,* de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e de *The Woman Worker* que os bolcheviques passaram a encarar o enfrentamento da questão feminina como uma pauta intrinsecamente associada ao combate ao capitalismo. Embora não tenham rompido completamente com a visão ambivalente sobre as mulheres que permeava o imaginário russo,

---

[60] Tradução minha do original: "The task of conscious men and women was to erase the ancient prejudices and to and to assist women in sharing in the common struggle. The bright goal of all this was a socialist future when exploitation and inequality will have vanished; when people would work in clean, well-ventilated, spacious factories; when Society would care for the old, the weak, and the sick; when no one would have to die alone or be fed, clothed, and cared for in decent public institutions, and not left to the mercy of ignorant village *babas,* "angel factories", o infested streets of the factory towns". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 241.

[61] *Ibidem*, p. 242.

os bolcheviques passaram a negar que o único destino feminino possível fosse o de se tornar uma *baba*. Se as *babas* ainda existiam, vão defender muitos militantes, era porque ainda não havia sido despertada sua potencialidade política.

### 1.1.1 O debate sobre a questão feminina em *A mulher e o socialismo* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*

Quando as obras de Bebel e Engels foram publicadas e passaram a circular na Europa e na Rússia, a interpretação de um dos principais pressupostos da ideologia comunista foi impactada. Todos os militantes partilhavam a certeza de que a derrocada do sistema capitalista e o surgimento da nova sociedade socialista dependeria da mobilização do proletariado. Por proletariado os comunistas denominavam os trabalhadores das fábricas que se espalhavam pelo mundo, indivíduos que seriam marcados pela miséria e pela exploração porque, segundo Marx e Engels, vivenciariam a experiência, então inédita, de terem sido afastados dos meios de produção. Seja porque os homens compunham a maioria dos trabalhadores das fábricas e das lideranças sindicais, seja porque o discurso hegemônico de gênero do século XIX pressupunha um atrelamento das mulheres à esfera doméstica, até a publicação das obras de Bebel e de Engels, a maioria dos socialistas condenava a presença feminina nas fábricas e defendia que apenas os homens eram capazes de desenvolver a consciência de classe necessária para a promoção da revolução.

O pressuposto comunista inicial de que o proletariado era e deveria ser eminentemente masculino evidenciava uma tentativa dos militantes de se aproximar e, muitas vezes, assumir o discurso que os operários construíram sobre suas mazelas. De fato, nas primeiras décadas do século XIX, ganhou força entre os trabalhadores das fábricas europeias e russas o discurso do "antifeminismo proletário"[62], ou seja, a certeza de que a redução geral dos salários e o aumento do desemprego masculino seriam consequência da ampliação da mão de obra feminina, contratada com remuneração inferior. As mulheres eram consideradas culpadas pela piora na qualidade de vida dos operários e se atribuía a elas uma postura alienada, submissa e egoísta,

[62] Para mais informações sobre "antifeminismo proletário", termo cunhado por Werner Thonessen para nomear a postura de combate à presença feminina nas fileiras operárias assumida pelos trabalhadores das fábricas europeias no século XIX que consideravam as mulheres culpadas pelo desemprego masculino e pela redução dos salários, ver: GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo, 2014.

já que se submetiam a trabalhar em troca de salários ainda mais indignos, o que tornava a sobrevivência e a obrigação masculina de prover as famílias tarefas impossíveis. Para os trabalhadores do começo do século XIX, era preciso impedir que as mulheres acessassem as fábricas e era preciso mantê-las como responsáveis pelas tarefas domésticas, serviços que estariam sendo assumidos por muitos pais de família desempregados. Solidarizando-se, então, com os operários e se distanciando de todo o debate promovido pelas feministas e pelos socialistas utópicos, os comunistas, em suas lutas na primeira metade do século XIX, recusavam às mulheres o direito ao trabalho fora de casa e à atuação política.

Essa postura ancorada no "antifeminismo proletário" foi assumida por Engels ao analisar, em seus primeiros escritos, a presença feminina na classe operária inglesa. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra,* obra publicada em 1844, ele afirmou que o trabalho assalariado de mulheres, apesar de lhe parecer irreversível, era condenável, uma vez que as afastava do que afirmou serem suas tarefas primordiais – o cuidado com os filhos e a manutenção do lar – e contribuía para a destruição da família operária. Contraditoriamente, contudo, ele reconhecia que a suposta determinação natural da divisão sexual do trabalho, defendida pelos operários das fábricas de Manchester e pelos manuais de medicina do século XIX, estaria sendo definitivamente transformada no capitalismo, o que poderia questionar sua suposta inexorabilidade.

De fato, tanto Marx quanto Engels, os autores considerados os pais fundadores do comunismo por militantes de todo o mundo, foram inicialmente envolvidos pelos discursos tradicionais acerca da divisão sexual do trabalho. Em parte, isso se deveu ao fato de suas primeiras análises sobre a condição de vida das mulheres operárias terem se baseado em apontamentos feitos pelas pesquisas médicas que abordavam as diferenças entre os sexos. Tais pesquisas, no século XIX, afirmavam que os papéis de gênero existentes nas sociedades se estruturavam a partir de fundamentos naturais, o que justificaria as desigualdades entre mulheres – menos racionais, menos fortes e mais orientadas para a sensibilidade e para o cuidado – e homens – mais racionais, portadores de maior força física. Entretanto, à medida que se aproximavam das vivências concretas das mulheres das classes operárias – que trabalhavam nas fábricas exercendo funções idênticas àquelas desempenhadas pelos homens, por exemplo –, que amadureciam o método do materialismo histórico e a análise sobre o capitalismo, Marx e Engels passaram a questionar se, para além do que apontavam as pesquisas biológicas, a desigualdade entre homens e mulheres teria fundamentos econômicos e sociais. Foram justamente tais indagações que, segundo Wendy Goldman, motivaram a virada

interpretativa sobre a questão feminina que Marx e Engels promoveram em suas obras entre 1844, data da publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e 1846, data de publicação d'*A ideologia alemã*.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels criticaram a suposta naturalidade da divisão sexual do trabalho predominante nas sociedades europeias e apontaram que as instituições familiares deveriam ser encaradas como construções sociais que se alterariam ao longo do tempo em função do modo de produção de cada período. Também, o trabalho assalariado feminino deixava de ser considerado negativo pelos autores e passava a ser visto como um processo emancipatório. Já a desintegração da família operária passava a ser encarada como um indício da decadência da moralidade burguesa e do regime capitalista, além de um alerta de que tal estrutura não seria imprescindível para o funcionamento da sociedade. Marx e Engels, ainda, denunciaram a dinâmica de opressão a que eram submetidas as mulheres, afirmando que a submissão feminina aos homens no ambiente doméstico configuraria a primeira forma de propriedade privada, e anunciaram que uma nova família operária se formaria com base na libertação da mulher e na conformação de laços afetivos verdadeiros.

Essa virada interpretativa demonstrada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* se refletiu nas páginas de seu principal panfleto, o *Manifesto Comunista* (1848), que circulou por diversos países e, nas palavras do historiador Jorge Ferreira, fundou "as diretrizes dos movimentos de esquerda revolucionária do mundo contemporâneo"[63]. No panfleto, os autores, se contrapondo ao "antifeminismo proletário" presente nas fábricas, defenderam mais uma vez, mesmo que de forma breve, que o trabalho assalariado feminino era uma ferramenta de emancipação das mulheres e a abolição da família nos moldes burgueses, um processo inexorável.

Contudo, até 1884, Marx e Engels não haviam elaborado uma explicação e uma análise aprofundadas sobre o fenômeno da submissão social feminina e da desigualdade entre os sexos nas sociedades europeias. Essa lacuna foi preenchida por Engels pouco após a morte de Marx, com a publicação de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Para escrever essa obra, Engels se baseou nas anotações deixadas por Marx, as quais foram compiladas entre 1880-1881 e publicadas sob o título *Cadernos Etnológicos,* e nas constatações de trabalhos de

[63] FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit.*, p. 30.

antropologia evolucionista de autores como Bachofen, McLennan e Morgan[64]. Ao apresentar relatos das formas de vida de sociedades não europeias, os trabalhos de antropologia, apesar de ancorados em pressupostos eurocêntricos, contribuíram para a desnaturalização dos papéis de gênero e das instituições familiares conhecidas por Engels.

Em *A origem da família...*, Engels adotou definitivamente o pressuposto de que as formações familiares seriam construções sociais derivadas dos modos de produção vigentes em cada período e, portanto, adquiriam formatos variados ao longo do tempo e nas diversas sociedades. Diversas, igualmente, seriam as dinâmicas entre os sexos, o que invalidava a explicação biológica que justificava a inferiorização da mulher em função de sua menor força física e das limitações impostas pela maternidade. Segundo o autor, as sociedades em *estágios de barbárie*, por exemplo, que vivenciavam o que ele classificava como um regime do comunismo primitivo, ancoravam-se numa organização social matriarcal e numa vivência da sexualidade mais livre, situação radicalmente diferente daquela encontrada nas sociedades europeias do final do século XIX:

> (…) lar comunista significa predomínio da mulher na casa, tal como o reconhecimento exclusivo de uma mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães. Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre, como também muito considerada (…)[65].

Como explicar, então, a condição de subalternidade e de secundarização da mulher nas sociedades civilizadas capitalistas? Fiel ao materialismo histórico, para Engels, a resposta seria o progressivo afastamento da mulher da esfera produtiva ocorrido à medida que novas formas de geração de riquezas passaram a ser introduzidas e que o trabalho doméstico foi perdendo importância social. A ascensão do patriarcalismo em detrimento do matriarcalismo coincidiria, ele destacou, com a valorização da atividade do pastoreio, atribuição masculina que viabilizou o aumento da produção de alimentos e outras mercadorias. Assumindo-se como donos das produções e, portanto, como proprietários, os homens adquiriram "uma posição mais

---

[64] MCLENNAN, John Ferguson. **Primitive Marriage**. Charleston: Nabu Press, 2014. BACHOFEN, Johann Jakob. **Das Mutterrecht**: eine Untersuchung über die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur. Stuttgart: Verlag von Krais & Hoffmann, 1861. MORGAN, Lewis H. **Ancient Society**. Tucson: University of Arizona Press, 1985.

[65] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014. e-book.

importante que a da mulher na família" e, para consolidarem sua liderança, aboliram o direito materno, momento da "grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo". Ao se apoderarem da direção da casa, os homens teriam procurado converter a mulher em "servidora, em escrava da luxúria (…), em simples instrumento de reprodução. (…) O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher, converteu-se em primeira criada, sem mais parte na produção social"[66].

A submissão feminina nas sociedades civilizadas, afirmou Engels, seria reforçada, ainda, pelo controle sobre a sexualidade das mulheres, controle que tinha o objetivo último de perpetuar a propriedade masculina ao garantir a legitimidade dos filhos que herdariam seus patrimônios. Para tanto, o patriarcalismo teria instituído o casamento monogâmico, uma "forma de escravização de um sexo pelo outro"[67], do masculino sobre o feminino. Inclusive, destaca Engels, a instituição da monogamia veio acompanhada da prostituição, prática a que se submetiam mulheres de classes menos abastadas, como estratégia de sobrevivência, e que permitia aos homens casados a vivência da liberdade sexual que proibiam às mulheres. O casamento monogâmico, no contexto de um regime de propriedade como o capitalismo, portanto, seria uma falácia sustentada por uma moralidade burguesa repressora, cujo objetivo era manter as propriedades masculinas e a domesticação feminina.

Em *A origem da família...*, Engels constatou que

> a primeira divisão de trabalho é a que se fez entre homens e mulheres para a procriação dos filhos (…) o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (…) Na família, o homem seria o burguês e a mulher representa o proletário[68].

Conforme o autor, o patriarcado era fundamental para o modo de produção capitalista, pois garantia a existência e a perpetuação da propriedade. Dialeticamente, contudo, foi o capitalismo que apontou para a primeira possibilidade real de derrocada do patriarcado, ou seja, de libertação das mulheres, ao envolvê-las, novamente, na produção social. Isso significa que as mulheres, no capitalismo, puderam começar a participar do mercado de trabalho, o que contribuiria para sua conscientização política e para o nascimento de sua revolta e de seu desejo

---

[66] *Ibidem*.

[67] *Ibidem*.

[68] *Ibidem*.

de mudança. Entretanto, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho não havia sido acompanhada da sua desresponsabilização das tarefas domésticas, sua exploração persistia, já que, segundo Engels, elas passavam a ser submetidas a uma dupla jornada de trabalho. A concretização da emancipação feminina, assim, só seria alcançada quando o regime capitalista e seus pilares, como a propriedade privada e o patriarcado, fossem destruídos e, consequentemente, quando se instalasse o socialismo.

Engels anunciava que na sociedade socialista os serviços domésticos deveriam passar a ser realizados pelo Estado, através da remuneração de funcionários públicos que se dedicariam ao trabalho em restaurantes, lavanderias, creches e escolas públicas, o que eliminaria a opressão das mulheres no ambiente familiar. Também, defendia Engels, sob o socialismo a monogamia burguesa desapareceria, assim como seu complemento, a prostituição, e seria substituída pelo "amor individual entre os sexos"[69], o que garantiria a constituição de relações familiares de fato amorosas, além da liberdade sexual da mulher. E, caso "a intensa emoção do amor entre os sexos" acabasse, no socialismo a separação "seria um benefício para ambos os parceiros assim como para a sociedade"[70]. Importante destacar que Engels não considerava as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo como defensáveis, pois entendia que elas decorreriam de um comportamento depravado burguês que deveria ser eliminado.

*A origem da família...* se tornou uma referência para os debates travados nas fileiras comunistas porque foi o trabalho mais robusto elaborado sobre a questão feminina, além de ter sido resultado dos diálogos estabelecidos entre Marx e Engels. Todavia, não foi a obra comunista pioneira, já que foi precedida pela publicação d'*A mulher e o socialismo*, de August Bebel. *A mulher e o socialismo* se tornou um clássico entre os militantes europeus desde sua publicação, em 1879, o que sugere a existência de uma demanda por reflexões sobre a temática. Em poucos meses, o livro passou a ser apropriado pelos militantes comunistas e, inclusive, por anarquistas e feministas[71] do mundo. Apesar do sucesso, a primeira edição do livro foi revista por Bebel para incluir análises e conclusões de Engels apresentadas em *A origem da família...*, o que contribuiu para a consolidação de pressupostos comuns sobre a questão feminina entre os comunistas.

---

[69] *Ibidem*.

[70] *Ibidem*.

[71] STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*., p. 233.

Bebel (1840-1913) foi um dos fundadores do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) e militou ao lado de Wilhelm Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Clara Zétkin. Na década de 1860, atuou como deputado no parlamento alemão e foi o primeiro socialista a incluir o debate sobre leis trabalhistas específicas para as mulheres no Reichstag[72]. Bebel procurou incentivar o PSDA a promover eventos para se pensar a questão feminina, bem como procurou incentivar mulheres a aderirem ao partido. Sua maior contribuição ao debate sobre a questão feminina foi, certamente, a publicação de *A mulher e o socialismo*. Segundo Goldman, seu livro se tornou a obra "mais popular nas bibliotecas dos trabalhadores alemães"[73] e em poucos anos foi traduzido para diversos idiomas, o que levou Clara Zétkin a defini-lo como um verdadeiro evento. Em sua expansão, o livro se tornou uma referência para lideranças do POSDR, sobretudo para Lênin, que muitas vezes foi visto com ele "debaixo do braço"[74].

Em *A mulher e o socialismo*, Bebel procurou analisar quatro contextos temporais: o passado, representado pelo feudalismo; o presente, representado pelo capitalismo; o futuro próximo, que seria a Revolução; e o futuro mais distante, marcado pela instauração do socialismo. No que se refere ao capitalismo, Bebel evidenciou que nesse sistema vigora salários desiguais entre homens e mulheres, a deterioração da saúde feminina, a falta de suporte à maternidade e a imposição do vício, da desmoralização, degeneração e doença nos lares dos trabalhadores. Bebel desenvolveu uma crítica moral ao que definia como a hipocrisia das sociedades burguesas cristãs[75] e condenou a imposição cultural do casamento monogâmico, a "pecaminização" dos desejos sexuais, sobretudo femininos, e a definição de papéis sociais baseados na subjugação das mulheres aos homens. Para além da dimensão econômica, uma grande contribuição do autor foi destacar que a especificidade da opressão feminina no capitalismo decorreria também do discurso social construído sobre a mulher, o qual justificava sua exclusão em tantas instâncias da vida:

> Independentemente do fato de que a mulher seja oprimida como proletária, no mundo da propriedade privada ela o é também como ser sexual. Continuadamente existe para ela uma série de obstáculos e impedimentos que o homem desconhece. Toda uma série

[72] *Ibidem*, p. 234.

[73] GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*., p. 56.

[74] STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*.

[75] De modo inovador, por exemplo, Bebel destacou como o culto à Virgem Maria, arvorada nos meios cristãos como modelo de pureza e feminilidade, contribuía para a legitimação do controle da sexualidade feminina, pois instituía o desprezo pelas mulheres que experimentavam o prazer sexual, além de ser utilizado pela burguesia de países cristãos para justificar a imposição da monogamia às mulheres.

> de direitos e liberdades sociais de que o homem desfruta constituem uma falta e um crime se exercidos pela mulher; ela sofre como ser social e como ser sexual.[76]

O "ser feminino", oprimido e explorado, dizia Bebel, aprendia desde jovem a ser obediente, puro, dócil, submisso e casto. Essas não seriam características naturalmente femininas, mas seriam impostas, ensinadas com o objetivo de moldar as mulheres para a execução dos serviços domésticos: "é um absurdo direcionar a mulher para a vida doméstica"[77]. Por isso, Bebel defendeu que tão importante quanto a luta pela igualdade econômica era a construção da igualdade entre os sexos, faces diversas do mesmo projeto de emancipação humana representado pelo socialismo: "[n]ão pode haver emancipação humana sem a independência social e a igualdade entre os sexos"[78].

Para tanto, Bebel convidou as mulheres a se apropriarem da tarefa de denunciar as mazelas do patriarcado capitalista, afirmando seu ceticismo em relação à capacidade masculina de lutar, espontaneamente, pela emancipação feminina: "as mulheres devem esperar tanto a ajuda dos homens quanto os trabalhadores dos capitalistas"[79]. No processo de construção da revolução socialista, o papel das mulheres seria reverberar a questão feminina, enfrentar o capitalismo, a resistência e o poder masculinos, garantindo, assim, que a nova sociedade concretizaria a destruição de toda forma de exploração. Nesse ponto de seu argumento, Bebel expunha uma controvérsia, já que, ao mesmo tempo que atribuía às mulheres a tarefa de lutar por seus direitos e emancipação, enfatizava a necessidade de lutarem lado a lado com os operários, pois "o que é adequado para a classe trabalhadora não pode ser inadequado para as mulheres"[80]. Ou seja, ao mesmo tempo que sugeria a necessidade de autonomia para a atuação política das mulheres, atribuindo aos homens, e não apenas ao capitalismo, parcela da culpa pela opressão por elas vivida, ele defendia a atuação conjunta dos trabalhadores de ambos os sexos.

---

[76] BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923. p. 40.

[77]Tradução minha do original: "it is absurd to direct women into domestic life". BEBEL, **Woman under socialism**, *op. cit*., p. 176.

[78] Tradução minha do original: "There can be no human emancipation without social independence and equality between the sexes". BEBEL, **Woman under socialism**, *op. cit*., p. 9.

[79] Tradução minha do original: "Women must expect the help of men as much as the workers must expect the help of the capitalists". BEBEL, **Woman under socialism**, *op. cit*., p. 121.

[80] Tradução minha do original: "'What is right for the working class', he wrote, 'cannot be wrong for women'". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit.*, p. 235.

Outro ponto controverso da obra de Bebel se refere à luta pelo sufrágio feminino. Bebel escreveu que a ampliação dos direitos e do acesso à educação às mulheres não alterava a condição geral de opressão a que a mulher estava submetida no capitalismo. A modificação do *status* do sexo feminino e sua emancipação só seriam plenamente alcançados com a instauração do socialismo. Por outro lado, ao mesmo tempo, defendia a mobilização pelos direitos políticos das mulheres como uma luta justa e necessária. Muitos liberais e socialistas no século XIX justificavam sua oposição à concessão do sufrágio feminino com a alegação de que o voto seria apenas mais uma ferramenta dos setores religiosos e conservadores para aumentarem seus poderes e influência por meio da manipulação das mulheres. Sem invalidar essa possibilidade e reafirmando que apenas o voto não seria suficiente para libertá-las, Bebel afirmou, entretanto, que esse argumento não era forte o suficiente para impedi-las de votar: "isso não pode ser encarado, em nenhum caso, como razão para negar os direitos eleitorais às mulheres. Se assim o fizerem, (...) os socialistas teriam de, por lógica, negar esses mesmos direitos aos elementos potencialmente conservadores existentes entre os homens, os quais formam um grupo expressivo"[81].

Não obstante as feministas tenham encontrado em *A mulher e o socialismo* certa defesa de sua bandeira política, isto é, o sufrágio feminino, Bebel insistentemente procurou demarcar que as mulheres deveriam se unir ao movimento operário para levar a cabo sua luta por melhores condições de vida no capitalismo e pela emancipação plena no socialismo. Os aliados naturais e verdadeiros da causa feminina, apontava Bebel, seriam os trabalhadores – "o proletariado consciente começou, há muito tempo, seu ataque ao Estado classista que abriga em seus bastiões o sistema de domínio de um sexo pelo outro"[82] – força que estaria verdadeiramente preparada para destruir os pilares da opressão capitalista: as desigualdades de classe e as desigualdades entre os sexos.

Importante destacar que em relação à sexualidade homoafetiva, em *A mulher e o socialismo*, Bebel assumiu uma postura de denúncia e aversão, pois, como Engels faria anos

---

[81] Tradução minha do original: "this can in no case be seen as a reason for denying electoral rights to women. For in so doing, he explained, socialists would logically have to deny it to potentially conservative elements among the men, of which there were sufficiently large number". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit.*, p. 236.

[82] Tradução minha do original: "the conscious proletariat began a long time ago its storming of fortress of the class state which shelters within its bastions the system of the dominion of one sex over another". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit.*, p. 235.

mais tarde, a considerava um comportamento depravado e burguês[83]. De toda forma, com a publicação de seu livro, Bebel contribuiu para a unificação da luta de homens e mulheres no movimento operário alemão, questionando o antifeminismo proletário.

Os livros de Bebel e Engels afirmavam a existência de uma especificidade da opressão da mulher, denunciavam o que entendiam como a hipocrisia da moralidade burguesa, defendiam a necessidade da construção da igualdade entre os gêneros – ainda que desconsiderando os homossexuais – e destacavam a importância da participação feminina no processo revolucionário. Nesse sentido, eles propunham a todos os militantes comunistas que o proletariado tinha dois sexos e que de ambos dependeria a construção do novo mundo. À luta de classes esses autores associaram os conflitos entre os sexos, causados pela hierarquização e submissão das mulheres aos homens, confirmando a questão feminina como uma das mazelas do capitalismo e, portanto, como uma temática relevante para os revolucionários. Progressivamente, essas análises passaram a compor o discurso dos homens e mulheres do POSDR que, mediante processos de confronto e de síntese em relação às noções de gênero hegemônicas no imaginário russo, elaboraram uma interpretação comunista específica sobre a questão feminina.

### 1.1.2 Da teoria à prática: a construção do trabalho político entre as mulheres nas fileiras bolcheviques

Marx, Engels e Bebel lançaram as bases para a construção da interpretação social-democrata e comunista sobre a questão feminina, mas foram as mulheres bolcheviques como Konkordiia Gromova (Samoilova), Inessa Armand, Elena Stasova, Nadezhda Krupskaya, Alexandra Kollontai[84], Evgeniia Maish que garantiram que as discussões teóricas promovessem

[83] Vale destacar que, ainda que Bebel defendesse a liberdade sexual para homens e mulheres, em seu livro *A mulher e o socialismo* as relações homossexuais foram qualificadas como não naturais e, por isso, não deveriam ser incentivadas e deveriam desaparecer quando o comunismo se instaurasse. Anos mais tarde, Bebel parece ter relativizado sua opinião, pois, como parlamentar, em 1898, defendeu a remoção do parágrafo 175 do Código Criminal, o chamado "estatuto da sodomia", apoiando a descriminalização da prática sexual entre dois homens adultos acima de 16 anos. Em seu pronunciamento ao Parlamento, inclusive, Bebel foi além, pois reivindicou a descriminalização da prática homossexual também entre mulheres: "o que é válido para um sexo, deve ser válido para o outro", disse ele. Contudo, o impacto de sua obra junto à militância não foi nuançada pelos seus posicionamentos posteriores, o que contribuiu para a consolidação do desprezo comunista em relação à homossexualidade.

[84] Alexandra Kollontai foi uma militante menchevique que após outubro de 1917 se tornou um dos principais nomes das fileiras bolcheviques. Ela se destacou como teórica e como liderança feminina.

impacto nas formas de ação do POSDR e do PCUS. Elas foram responsáveis por consolidarem os fundamentos do trabalho político feminino na Rússia/URSS, os quais inspiraram a formação de um repertório que mais tarde seria partilhado pelas comunistas de outros países, inclusive o Brasil.

Concomitantemente ao início dos trabalhos das bolcheviques, destacou-se a atuação de uma militante alemã, Clara Zétkin, cujo sucesso e destaque internacional não apenas influenciou as russas, como inspirou a formação de um movimento feminino comunista internacional. Antes de analisar o processo do trabalho político feminino bolchevique, farei alguns apontamentos sobre a atuação de Zétkin na Alemanha, militante que, inclusive, foi parceira política de Lênin e motivou muitas das reflexões do líder sobre a questão feminina.

Clara Zétkin (1857-1933) foi uma dirigente do movimento social-democrata alemão que assumiu o debate sobre a questão feminina como a principal frente de trabalho de sua militância. Seu contato com o livro de Bebel aconteceu quando tinha por volta de 20 anos[85] e, a partir de então, assumiu um papel de destaque na superação do "antifeminismo proletário" nos meios industriais de seu país, tornando-se uma defensora dos direitos das trabalhadoras e uma crítica feroz da condição de vida das mulheres na sociedade capitalista. Sua principal bandeira de luta junto ao movimento operário era a defesa do "salário igual para trabalho igual", slogan que resumia sua certeza de que "não é o trabalho feminino em si que rebaixa os salários ao entrar em competição com o trabalho masculino, mas a exploração do trabalho feminino pelos capitalistas que dele se apropriam"[86]. Zétkin passou a motivar o movimento social-democrata, alemão e russo, a mudar sua postura perante o trabalho assalariado feminino, fenômeno que, assim como Engels, Marx e Bebel, entendia como irreversível e, ao mesmo tempo, essencial para a emancipação das mulheres. Com o propósito de tornar permanente o debate sobre a questão feminina, Zétkin ajudou a fundar um jornal feminino pioneiro, *Die Gleichheit* (1892-1923) ligado aos social-democratas alemães, e propôs junto ao movimento feminino socialista a criação de um Dia Internacional da Mulher, data que, ela afirmava, deveria ser celebrada com protestos. Tal proposta foi apresentada em 1910, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, realizado em Copenhagen, e, apesar de não definir uma data específica, foi aprovada. A primeira celebração oficial do Dia da Mulher pelas comunistas ocorreu em 19 de

---

[85] GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*., p. 61.

[86] ZETKIN, Klara. Only in conjunction with the proletarian woman will socialism be victorious. *Apud* ANDRADE, Joana El-Jaick. A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social democracia. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 9-17, 1º sem. 2010. p. 14.

março de 1911[87] e progressivamente, a partir de então, foi se consolidando como uma tradição política comunista em vários países, sendo celebrado no dia 8 de março[88] a partir de 1917 em função de uma greve iniciada nessa data pelas trabalhadoras do setor de tecelagem na Rússia, evento que analisarei mais adiante e que passou a integrar a narrativa revolucionária sobre o processo de tomada de poder pelos bolcheviques

Zétkin, ainda, defendeu que a mobilização feminina deveria ser conduzida por organizações ligadas aos partidos e ao movimento operário como um todo, mas estas deveriam ser exclusivamente compostas por mulheres. Embora a alemã entendesse o trabalho político feminino como um dever de todo militante, afirmava que o sucesso da agitação inicial das operárias dependia da criação de núcleos próprios, espaço em que elas se sentiriam acolhidas. Sua proposta foi referendada pelo PSDA, o que lhe permitiu conduzir conferências femininas e criar um secretariado internacional de mulheres com caráter permanente no âmbito da II Internacional. Apesar de enfrentar a resistência de muitos militantes, os quais consideravam que a condução de entidades exclusivamente femininas era parte do método de ação das feministas, Zétkin conseguiu se impor aos dirigentes partidários e conquistar reconhecimento internacional.

Além de todas as suas propostas de ação, Zétkin contribuiu teoricamente para a compreensão da questão feminina e, entre suas várias análises, destaca-se seu reconhecimento da existência da opressão feminina em todas as classes do sistema capitalista. Ao observar a situação das mulheres de forma mais detalhada, a militante identificou que as categorias femininas, definidas por ela de acordo com seu acesso à renda, possuiriam demandas sociais, econômicas, culturais e políticas diferentes em função da diversidade nos níveis de exploração e exclusão a que estavam submetidas. As mulheres de classe alta, por exemplo, que já possuíam sua sobrevivência material garantida, reivindicavam o direito de administrar e gozar de suas propriedades, tarefas normalmente delegadas exclusivamente aos homens da família. As de classe média, que possuíam acesso à educação formal, buscavam treinamento e oportunidade de emprego, buscavam competição sem obstáculos entre homens e mulheres para conseguirem

[87] O dia 8 de março passou a ser uma data celebrada pelas mulheres não comunistas em todo o mundo sobretudo após 1975, ano escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano da Mulher. Existem diversas narrativas sobre a institucionalização do 8 de março como Dia da Mulher, algumas, inclusive, mistificando a contribuição comunista. Para mais informações sobre as narrativas acerca do 8 de março, ver: BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 601-607, 2º sem. 2001.

[88] O 8 de março de 1917 do calendário revolucionário equivalia a 23 de fevereiro do calendário juliano. Mencionarei este episódio mais adiante.

realizar suas aspirações profissionais e pessoais. Já as mulheres proletárias, inseridas nos mesmos espaços que os homens de sua classe em função da necessidade de trabalhar para complementar as rendas de suas famílias, defendiam seus interesses unindo-se aos operários para lutar por melhores condições de trabalho para ambos os sexos. A miséria das operárias, definia Zétkin, aproximava-as das lutas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que as distanciava da realidade e dos anseios imediatos das mulheres das classes mais abastadas[89].

Para Zétkin, essas diferenças nas demandas explicariam as diversas orientações das organizações femininas encontradas na Europa e, ao mesmo tempo, justificariam sua certeza de que a união de todas as mulheres em torno de uma mesma causa supostamente feminina e universal – projeto e desejo de muitas feministas – seria um mito[90]. Segundo a alemã, entre as mulheres das classes alta e média, mobilizadas em torno das organizações feministas, a ação política implicava o confronto com os homens, e não o questionamento dos modos de distribuição da riqueza e de produção. Já as mulheres de classe baixa, desprovidas de propriedade e inseridas no mercado de trabalho em função das condições de vida miseráveis de suas famílias, se aproximariam dos sindicatos e partidos comunistas, por meio dos quais compreenderiam a dinâmica da dupla exploração promovida sobre elas pelo sistema capitalista patriarcal. Assim, apesar de reconhecer a opressão de gênero vivenciada por mulheres de classes abastadas, Zétkin entendia que elas eram, simultaneamente, também opressoras e que as mulheres das camadas populares viveriam em condições ainda mais precárias porque seriam marcadas pela intersecção de pelo menos duas camadas de opressão: a econômica e a sexual. Por isso, e em função da crença no papel do proletariado na condução da revolução que culminaria na implantação da sociedade socialista, ela defendia que os comunistas deveriam se preocupar em organizar as mulheres operárias.

A máxima de que aos comunistas caberia a preocupação primeira com as condições de vida das trabalhadoras foi apropriada pelas bolcheviques do POSDR. Da mesma forma e apesar de todas as críticas que surgiram, as militantes impuseram o método de ação aplicado por Zétkin e que se baseava na criação de organizações exclusivamente femininas voltadas para o debate sobre as condições de vida de suas integrantes e para a luta por direitos e reconhecimento para as mulheres pobres. O slogan "salário igual para trabalho igual" foi apropriado pelo POSDR,

---

[89] Para mais informações sobre esse aspecto do pensamento de Zétkin, ver: GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*.

[90] STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*.

em especial pelas bolcheviques que conduziram o trabalho político feminino, e passou a ser uma marca da luta contra o "antifeminismo proletário". Durante a maior parte dos anos de sua atuação, as organizações femininas comunistas se tornaram núcleos de combate ao patriarcalismo presente na sociedade, no POSDR e posteriormente no PCUS, não deixando que fosse abandonado o compromisso comunista com o enfrentamento da questão feminina.

A estruturação do trabalho político feminino entre os comunistas russos se iniciou em 1905. Apesar da publicação de *The Woman Worker*, do contato com as obras de Bebel e Engels, das notícias sobre a atuação de Zétkin e da inclusão da igualdade entre os sexos como pauta partidária terem acontecido anos antes, apenas em 1905 as lideranças do POSDR passaram a apoiar a aproximação junto às mulheres. Esse apoio foi motivado pelo contexto criado pela eclosão da Revolução de 1905, uma intensa mobilização popular que se seguiu ao evento que ficou conhecido como Domingo Sangrento[91]. As manifestações sugeriram aos militantes da POSDR que o czarismo estava se enfraquecendo perante a opinião popular e que a ação política de trabalhadores e, sobretudo, das trabalhadoras havia sido despertada.

Segundo o historiador Richard Stites, após o episódio, muitas operárias se sentiram impelidas a se juntarem aos movimentos políticos, tendo muitas sido eleitas para compor as comissões de fábrica formadas para investigar a tragédia promovida pelo governo czarista:

> Logo depois, um expressivo número de mulheres foi eleito por seus colegas de trabalho para integrar uma comissão destinada a investigar a tragédia; quando o governo se recusou a auxiliá-los, um grupo de mulheres prostetou furiosamente em nome de todas as trabalhadoras da capital. A participação em greves, em manifestações e nas eleições para o *soviet* de São Petesburgo arrastou mais mulheres para o epicentro político. Até mesmo as cozinheiras tentaram promover eventos nas ruas; quando a polícia começava a persegui-las, elas se escondiam em casas de banho femininas e continuavam suas deliberações sob a proteção de sua nudez. Em Ivanovo-Voznesensk, por volta de 11.000 trabalhadoras têxteis participaram de uma das maiores greves promovidas até aquele momento. E no levante de Moscou trabalhadoras atuaram ao lado das intelectuais desempenhando tarefas como batedoras, médicas, construtoras de barricadas e combatentes[92].

---

[91] O Domingo Sangrento foi um massacre promovido pelas tropas do império contra manifestantes pacíficos ocorrido em 9 de janeiro de 1905, na cidade de São Petersburgo, na Rússia. Na ocasião, milhares de pessoas que estavam nas imediações do Palácio de Inverno – residência dos czares –, determinadas a entregar em mãos de Nicolau II uma carta de reivindicações de melhorias das condições de trabalho nas fábricas da cidade, foram fuziladas pelos guardas imperiais. A ação arbitrária contra os trabalhadores acabou por gerar uma reação em cadeia de revoltas em várias outras cidades russas.

[92] Tradução minha do original: "Soon afterward, a number of working women were elected by their fatories to commission appointed to investigate the tragedy; when the government refused to seat them, a group of women protest angrily in the name of all the working women of the capital. Ensuing strikes, demonstrations, and elections to the St. Petersburg Soviet Drew more working women into the political vorex. Even cooks tried to hold meetings

Diante de toda a mobilização feminina no contexto de 1905, os militantes comunistas viram seus pressupostos sobre as mulheres das camadas populares serem confrontados: elas não se comportaram como *babas*, e sim demonstraram capacidade e vontade de engrossar a luta dos trabalhadores, inclusive liderando-os. A classe operária tinha dois sexos, como já destacado por Bebel e Engels, e a parcela feminina não se mostrava nem alienada nem submissa, muito menos se mantinha a reboque das ações masculinas.

Alguns militantes passaram, então, a defender que o partido se aproximasse das fileiras femininas para garantir que seu potencial de ação fosse canalizado para a luta revolucionária[93]. Elaborando uma interpretação do contexto que se moldou através de uma síntese entre o imaginário tradicional sobre a mulher russa e o abalo que as obras de Engels, Bebel e as mobilizações de 1905 geravam nesse mesmo imaginário, os militantes passaram a defender que as trabalhadoras assumiam uma condição de *babas* porque, para esse destino, eram criadas e formatadas em uma sociedade capitalista e desigual. Diante disso, passaram a considerar que elas poderiam ser transformadas em revolucionárias se o partido conduzisse esse processo e garantisse o sucesso de sua conversão política. Apesar de as mulheres não terem passado a ser encaradas como sujeitos propensos à ação revolucionária como eram percebidos pelos militantes do POSDR os homens proletários, elas se tornaram uma categoria mais relevante para o partido, que passou a considerar mais fortemente a existência de dois destinos femininos possíveis: ou sucumbir às mazelas advindas da condição de *babas*, ou se libertar de toda opressão ao alcançarem seu despertar político.

Quem se apresentou primeiro para a tarefa de aproximar o partido das operárias foram mulheres militantes, como Konkordiia Gromova (Samoilova), Inessa Armand, Elena Stasova, Nadezhda Krupskaya, Alexandra Kollontai, Evgeniia Maish, entre outras[94], as quais progressivamente foram se constituindo em um grupo que assumiu o trabalho político feminino. Cada uma dessas militantes chegou ao partido por caminhos próprios – fosse pelas tradições políticas familiares, fosse pela atuação do partido nas fábricas, fosse pela identificação com as pautas e bandeiras que singularizavam o POSDR. Em comum, todas elas assumiam a postura

---

on the streets; when the police pursued them,they retired to a women's bath-house to continue the deliberations under the protection of their nudity. In Ivanovo-Voznesensk, some 11,000 female textile workers took part in one of the largest strikes ever seen up to that time. And in the Moscow uprising, women workers served beside the women from the intelligentsia as scouts, medics, barricade builders, and combatants". STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, p. 245.

[93] STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, p. 246.

[94] CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*.

de romper com o modelo de feminilidade hegemônico e confiavam que na organização encontrariam o acolhimento necessário para vivenciarem suas potencialidades intelectuais e políticas de forma mais livre[95]. Talvez por isso tenham sido justamente elas as primeiras a acreditarem que a adesão ao partido poderia gerar a transformação pessoal e social das mulheres russas.

Ainda em 1905, Konkordiia Gromova, a Samoilova, e Inessa Armand começaram a entrar em contato com as operárias que se destacavam nas mobilizações de rua e que estavam associadas a organizações trabalhistas legalizadas, como os sindicatos e os clubes de trabalhadores. Seu objetivo era recrutar essas lideranças femininas para o POSDR e ampliar o número de mulheres nas fileiras do partido. Rapidamente, entretanto, as militantes se depararam com um significativo número de trabalhadoras que não possuíam militância política, que não estavam associadas a organizações sindicais, nem sequer eram reconhecidas como integrantes da classe operária: as costureiras, as lavadeiras, as empregadas domésticas. Mobilizar essas mulheres era um desafio maior e pressupunha todo um trabalho de agitação que precederia sua adesão ao POSDR. Como primeira ação, as bolcheviques passaram a defender a importância da sindicalização dessas trabalhadoras invisibilizadas, processo que permitiria a elas se fortalecerem enquanto grupo e, sobretudo, se reconhecerem como parte da força de trabalho que integrava a economia nacional. Além disso, as bolcheviques pretendiam levar essas trabalhadoras, todas ligadas a serviços de caráter doméstico, a frequentar espaços políticos e culturais. Por isso, para além da atuação junto aos sindicatos, as bolcheviques investiram na criação de clubes culturais especificamente femininos, a partir dos quais eram incentivadas a alfabetização das mulheres, as leituras coletivas, a apresentação de concertos e a realização de visitas aos museus[96]. Garantir que os clubes fossem exclusivamente frequentados por mulheres era uma estratégia para atrair as trabalhadoras mais resistentes à mobilização política, além de ser uma tentativa de contornar a oposição que os maridos, pais e filhos pudessem apresentar perante a ampliação dos espaços de convivência das mulheres de suas famílias.

---

[95] Para mais informações sobre as trajetórias de vida dessas militantes, ver: CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*.

[96] Como evidencia a pesquisa de Barbara Clements, garantir o acesso à educação e à cultura às mulheres que recrutavam não era uma preocupação apenas das bolcheviques, mas uma pauta de todo o POSDR. Foi a adesão ao partido que viabilizou a alfabetização e escolarização de muitos trabalhadores e, em especial, das trabalhadoras, o que era promovido com a criação de cursos específicos. As militantes vindas das camadas mais abastadas da sociedade russa e que chegavam ao partido já escolarizadas, por exemplo, eram mobilizadas para contribuir com a ampliação do arcabouço cultural daquelas que não haviam encontrado as mesmas oportunidades. CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*., p. 102-103.

As estratégias propostas pelas bolcheviques em sua primeira experiência de atuação junto às mulheres foram eficientes. Além de garantirem a sindicalização e o letramento para algumas operárias e mulheres pobres, elas conseguiram recrutar várias para o POSDR, aumentando o número de mulheres na organização[97]. Em função disso, ainda que muitos militantes tenham se mantido relutantes em relação à necessidade de se instituírem organizações especificamente femininas para se promover o trabalho político entre mulheres, muitos outros passaram a apoiar a atuação das bolcheviques, entre eles, lideranças importantes como Lênin.

Com apoio da direção partidária, as bolcheviques puderam ampliar seu escopo de atuação e, em 1913, obtiveram autorização para criarem o primeiro jornal especificamente feminino do POSDR, o *Rabotnitsa* (Mulher Trabalhadora). *Rabotnitsa* foi pensado pela militante Samoilova, que já escrevia uma coluna no principal periódico do POSDR, o *Pravda.* A coluna era intitulada "O trabalho e a vida das mulheres trabalhadoras" e era dedicada à discussão e à denúncia das condições a que eram submetidas as mulheres nas fábricas. Foi a grande aceitação da coluna por parte das operárias, o que ela pôde perceber pelas cartas e visitas que recebia, que motivou a militante a pensar na criação de um jornal feminino. Para concretizar o projeto, Samoilova entrou em contato com as militantes Inessa Armand e Liudmila Stal, além de Krupskaya, esta última então a secretária chefe da facção bolchevique[98] do POSDR, as quais aceitaram o novo desafio. O primeiro questionamento à validade do jornal, inclusive, surgiu entre as próprias militantes, já que, como liderança partidária, Krupskaya demonstrou preocupação com as fontes para o financiamento do jornal, além de questionar se a criação de um jornal exclusivamente feminino não poderia incentivar "ideias feministas" no partido e no meio operário. Em resposta a Krupskaya, Samoilva garantiu que o jornal seria mantido por meio das doações das trabalhadoras, o que acabou por se concretizar e destacou que sua proposta divergia dos métodos de ação feministas porque defendia e incentivava a colaboração masculina: "Nós, certamente, não somos feministas e nós realmente desejamos que os homens [*soslovie*] colaborem conosco"[99]. Este foi um argumento constantemente mobilizado pelas bolcheviques para defender seu método de atuação e já indicava uma estratégia que passaria a ser empregada pelas comunistas sempre que fossem acusadas de mimetizarem as feministas:

---

[97] Segundo Clementes, em 1917 o número de mulheres no partido se aproximava de 10.000. CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*.

[98] Segundo Clements, Krupskaya era "secretary-in-chief" da facção bolchevique. CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*., p. 104.

[99] Tradução minha do original: "We are surely not feminists and we very much want the male estare [soslovie] to collaborate with us". CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*., p. 104.

elas reafirmariam sua convocação para os homens se envolverem no trabalho político feminino e, assim, assumirem seu compromisso com a luta pela emancipação feminina, bandeira reconhecida pelos estatutos do partido.

Apesar da convocação, o jornal *Rabotnitsa* não obteve muito empenho de homens militantes, permanecendo eminentemente feminino desde sua fundação, em 23 de fevereiro de 1913, data em que era celebrado o Dia da Mulher, e seu fechamento em 1914[100]. Por um lado, o descaso masculino em relação ao *Rabotnitsa* refletia a persistência da misoginia nas fileiras do partido, o que levava quadros importantes a considerarem o enfrentamento da questão feminina uma tarefa menor e em alguma medida desnecessária. Desnecessária porque esses militantes acreditavam na promessa de que as desigualdades entre os sexos seriam definitivamente superadas na sociedade pós-revolucionária. Tarefa menor porque defendiam que o partido deveria se concentrar na mobilização do proletariado como um todo. Por outro lado, o descaso masculino contribuiu para o fortalecimento do grupo de militantes que dirigia o jornal e as preparou para a tarefa de liderar o trabalho político feminino soviético. Também garantiu a liberdade das bolcheviques para divulgar suas análises sobre as condições de vida das mulheres na Rússia e criticar o papel dos homens na sociedade e no partido. As militantes defenderam no jornal, por exemplo, que as mulheres compunham parcela significativa da força de trabalho, parcela que estava em ascensão, mas que era mais difícil de ser mobilizada porque eram ensinadas a temer a participação política. Tal temor, diziam as bolcheviques, era alimentado pelos homens de suas famílias, muitos deles quadros do POSDR, os quais se mantinham atrelados a concepções arcaicas e burguesas sobre os papéis das mulheres na sociedade. Um homem revolucionário, sugeriam, não se furtaria a mobilizar as mulheres e deveria constantemente combater a persistência dos valores morais que confinavam as mulheres à condição de subalternidade. As bolcheviques alegavam ainda que as mulheres possuíam enorme potencial de ação e o risco de não serem conduzidas pelo POSDR era ver toda essa potencialidade ser utilizada por forças antirrevolucionárias, como a Igreja Ortodoxa e os grupos feministas. Reafirmando a oposição entre as categorias de *babas* e revolucionárias, *Rabotnitsa* pregava que, em função da alienação a que eram submetidas desde a infância, as mulheres eram uma espécie de tábula rasa que poderia ser moldada por qualquer projeto doutrinário e que apenas a atuação dos comunistas garantiria sua transformação em sujeitos emancipados.

[100] Apesar de ser permitido o funcionamento da imprensa no Império russo, *Rabotnisa* foi impedido de atuar porque era conduzido por militantes do POSDR. Ser social-democrata era considerado crime na Rússia czarista.

Para as bolcheviques do *Rabotnitsa*, a emancipação feminina seria um processo duplo, ao mesmo tempo individual e coletivo, e poderia ser experimentada pelas mulheres antes mesmo da destruição definitiva do capitalismo e do patriarcado. Ao contrário do que defendiam muitos homens do POSDR, como aponta Clements:

> Essas mulheres bolcheviques não consideravam os custos impostos pelo patriarcado e a posição secundária da mulher na força de trabalho como consequências infelizes do sistema de propriedade que seriam remediadas em algum momento do futuro; elas consideravam essas questões centrais, injustiças primárias que deveriam se destacar na lista de malefícios promovidos pelo capitalismo. Elas não queriam que as mulheres tralhadoras sofressem e ficassem quietas até a chegada da Revolução. Em vez disso, e apesar das dúvidas e oposições suscitadas nas fileiras social-democratas, elas se dedicaram a inserir as mulheres no movimento revolucionário[101].

A entrada das mulheres no movimento revolucionário, ou seja, nas fileiras do partido, seria um primeiro passo para sua libertação individual, para seu rompimento definitivo com a condição de subalternização, de alienação, no limite, com sua condição de *baba.* Ao se tornarem comunistas, acreditavam as bolcheviques, as mulheres deixavam de ser seres facilmente manipulados para se tornarem indivíduos plenamente conscientes dos mecanismos econômicos, culturais e políticos de opressão vigentes na sociedade. Juntar-se ao grupo bolchevique significava, acreditavam, a possibilidade de emancipação para as mulheres antes que a revolução se concretizasse. Tratava-se de se unir a um grupo de esclarecidos, de pessoas que entendiam o funcionamento das sociedades e dominavam os processos que levariam à formação de um novo mundo. Tornar-se bolchevique era passar a se perceber como uma "camarada", e não como uma figura de papel inferior ou secundário.

De fato, as bolcheviques não apenas se entendiam conscientes dos processos políticos e sociais que geravam a subordinação feminina, como também se apresentavam como as lideranças capazes de subverter tais processos. Tanto porque acreditavam atuar para minar o que consideravam as bases culturais e econômicas que fundamentavam a subordinação feminina – a família, os costumes tradicionais e o capitalismo – como porque acreditavam que representavam um novo modelo feminino, uma nova forma de ser mulher. Se a *baba* era

---

[101] Tradução minha do original: "These Bolshevichki did not consider patriarcal custos and women's secondary position in the labor force merely unfortunate consequences of the property system, to be remedied at some indefinite point in the future; they considered them central concerns, primary injustices that should figure prominently in the central concerns, primary injustices that should figure prominently in the list of capitalism's bad deeds. They did not want proletarian women to suffer and be still until the Revolution came. Rather, despite the doubts and disapproval this raised among more conventional Social Democrats, they dedicated themselves to drawing women in the revolutionary movement". CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*., p. 107.

descrita como aquela que era tomada pela alienação, pela futilidade, pela ausência da capacidade de pensar logicamente e que era envolvida pelo pensamento supersticioso, as bolcheviques se apresentavam como detentoras de uma postura outra, severa, dura, que classificavam como *tverdost*[102]. Uma mulher *tverdaia* era aquela descrita como determinada, nada sentimental, trabalhadora, dedicada e firme. Era uma mulher extremamente racional, que mantinha suas emoções sob controle, era corajosa e cruel com seus inimigos.

*Tverdost* era uma característica valorizada também pelos homens do POSDR e era destacada como sua principal diferença em relação aos militantes *narodiniks,* chamados de populistas[103]. Nesse sentido, tratava-se de uma forma de ser que permitia distinguir os bons e os maus revolucionários e foi sendo apropriada pelos bolcheviques e, consequentemente, incorporada à identidade comunista independentemente do sexo do militante. Entretanto, é inegável que a categoria *Tverdost* estava ancorada nos valores tradicionalmente associados à masculinidade e que a divisão das mulheres que passou a orientar o imaginário dos militantes comunistas – ou *babas* ou revolucionárias (*tverdaia*) – parecia manter, em alguma medida, a dicotomia feminino/masculino que estruturava as relações de gênero na Rússia. Nesse sentido, as *babas* seriam mulheres que se mantinham femininas enquanto as revolucionárias (*tverdaia*) seriam aquelas que se tornavam masculinas.

Muitas feministas acusaram as bolcheviques de, ao procurarem se singularizar com *tverdaia,* estarem se masculinizando para serem aceitas no POSDR e, dessa forma, estarem reproduzindo a misoginia. Em resposta, as comunistas afirmavam que aquilo que as feministas definiam como "masculino" eram, na verdade, características constituidoras de toda a humanidade. A cultura capitalista-patriarcal que teria imposto o discurso que atribuía apenas aos homens as qualidades que viabilizariam uma vida emancipada. Ao feminino, aquela cultura teria associado todos os fundamentos para consolidação da sua opressão, da domesticidade e da subordinação[104]. Por isso, os bolcheviques afirmavam que no partido, assim como na *Nova*

---

[102] Em seu trabalho, Clements aponta que *tverdost* significa "hardness", dureza, a principal característica que as bolcheviques atribuíam a si mesmas. CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*.

[103] Grupo político de esquerda ao qual o POSDR se opunha e que via o campesinato como principal força revolucionária na Rússia czarista.

[104] Alguns estudos, reverberando uma acusação feminista feita às comunistas desde o século XIX, defendem que a identificação das bolcheviques com o *tverdost* seria uma tentativa de adequação aos valores masculinos partilhados no POSDR, uma estratégia para conseguirem ser aceitas e ascender na carreira política. As bolcheviques, entretanto, justificavam sua atitude afirmando que a associação entre o feminino e a sensibilidade seriam construções culturais promovidas pelo capitalismo patriarcal e que utopia comunista anunciava a plena igualdade entre homens e mulheres. Segundo Clements, as bolcheviques "acreditavam que estavam se dirigindo para um novo mundo que seria livre das distinções de classe, etnia e genêro. Elas se viam como exemplos de

*Sociedade,* haveria apenas "camaradas", "cidadãos", indivíduos de gênero neutro[105], já que as diferenças biológicas não seriam mais utilizadas para sustentar relações de poder desiguais entre os sexos e para desumanizar as mulheres.

Até que todas as mulheres estivessem conscientizadas e emancipadas pela adesão ao partido ou até que a *Nova Sociedade* se consolidasse, entretanto, as bolcheviques afirmavam que era preciso desmascarar o discurso de gênero que sustentava a cultura capitalista-patriarcal e destacar a especificidade das opressões vivenciadas pela mulher na sociedade russa. Era preciso reconhecer que algumas situações se impunham apenas às trabalhadoras – e não ao proletariado como um todo – em virtude da realidade do patriarcado, tais como o abuso sexual, o cuidado com os filhos e o recebimento de salários inferiores aos dos homens. Era preciso assumir, como já haviam anunciado Bebel e Engels, que as operárias e mulheres pobres, as tão difamadas *babas*, eram o segmento mais explorado da sociedade e que a luta por elas era urgente e imediata.

Foi justamente esse segmento mais explorado que novamente, contrariando as certezas presentes no imaginário russo e partilhadas pelos militantes comunistas, tomou as ruas em 1917 e criou o contexto que favoreceu a derrubada do czarismo na Rússia. Milhares de mulheres pobres e operárias transformaram a celebração do Dia da Mulher em fevereiro daquele ano em um momento de protesto contra a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito que havia gerado uma piora generalizada das condições de vida no império. Denunciando suas dificuldades, as mulheres reivindicaram ao governo o acesso à alimentação e à renda que lhes permitisse manter as famílias. Ao relembrar tais mobilizações, Anna e Maria Ulyanova, ambas militantes bolcheviques e irmãs de Lênin, escreveram em um artigo publicado no *Pravda* de 5 de março de 1917:

> No dia 23 de fevereiro, em meio às comemorações do Dia da Mulher, uma greve foi iniciada pela maioria das fábricas e galpões. As mulheres estavam tomadas por um estado de espírito militante – não apenas as trabalhadoras, mas as massas de mulheres que reivindicavam querosene e pão. Elas promoveram encontros políticos, elas tomaram as ruas, elas se dirigiram para a casa legislativa da cidade reivindicando pão e pararam os bondes. "Camaradas! Saiam!", gritavam efusivamente. Elas foram às fábricas e galpões e convocaram os operários a abandonarem as ferramentas. Em

mulheres conduzidas ela razão científica e não meras imitadoras medianas de um esteriótipo machista e fraudulento". Tradução minha do original: "believed they were moving toward a new world that would be free of invidious distinctions of class, ethnicity, and gender. They saw themselves as exemplars of scientific reason, not middess imitators of a fraudulent, masculinist stereotype". CLEMENTS, **Bolshevik Women**, *op. cit*., p. 65.

[105] WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

> suma, o Dia da Mulher foi um imenso sucesso e fez aflorar o espírito revolucionário[106].

Para as militantes, o crescimento do espírito revolucionário na Rússia se deveu às ações de mulheres que transformaram as celebrações do Dia da Mulher – data que foi incorporada ao calendário de mobilizações do POSDR – não apenas em um momento de protesto feminino, mas em um momento de convocação dos homens à ação. A derrubada do czarismo e a ascensão do POSDR ao poder foram viabilizadas, pois, pela iniciativa delas e foram os homens que chegaram a reboque.

De fato, como informam as historiadoras McDermid e Hillyar, milhares de mulheres estavam presentes quando uma nova era se iniciava na Rússia, tendo sido responsáveis pela construção do contexto de radicalização necessário à tomada do poder. Meses mais tarde, mulheres participaram da deposição do governo de A. Kérenski, em outubro de 1917, e apoiaram a ascensão bolchevique, grupo que se comprometeu com a saída da Rússia da guerra. E elas não desapareceram no momento da consolidação do novo governo, tendo contribuído para os debates sobre a legislação e as políticas bolcheviques destinadas à superação da questão feminina. Foram as mulheres – tanto aquelas mobilizadas nas ruas quanto as militantes que assumiram o trabalho político feminino desde 1905 – que atuaram para não deixar os dirigentes do novo Estado se esquecerem do compromisso assumido de construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os sexos.

#### 1.1.2.1 A questão feminina e o governo bolchevique

Talvez a maior prova de que em outubro de 1917 os bolcheviques já haviam internalizado o enfrentamento da questão feminina como um aspecto definidor de sua plataforma política seja o fato de terem sido publicadas medidas destinadas a construir a igualdade jurídica, social e política entre homens e mulheres já nos primeiros meses de seu

---

[106] Tradução minha do original "On Women's Day, February 23, a strike was declared at the majority of factories and plants. The women were in a very militant mood—not only the women workers, but the masses of women queuing for bread and kerosene. They held political meetings, they predominated in the streets, they moved to the city duma with a demand for bread, they stopped trams. "Comrades, come out!" they shouted enthusiastically. They went to the factories and plants and summoned workers to down tools. All in all, Women's Day was a tremendous success and gave rise to the revolutionary spirit". *Apud* MCDERMID, Jane; HILLYAR, Anna (Org.). Prefacio. In: **Midwives of the Revolution**: female bolsheviks and women workers in 1917. Londres: UCL Press, 1999. p. VII.

governo. Entre essas medidas, figurou um conjunto de leis que procurava alterar tanto os costumes relativos às relações amorosas quanto o status jurídico das mulheres na sociedade. A partir de dezembro de 1917, por meio da publicação de dois decretos, foram instituídos o casamento civil, único processo de união que passaria a ser reconhecido pelo Estado, e o divórcio, que poderia ser solicitado por qualquer um dos cônjuges a qualquer momento. Tais medidas procuravam viabilizar uma prática amorosa mais livre porque menos atrelada à tutelagem das instituições religiosas e suas consequentes moralidades e menos cerceada por trâmites burocráticos. Para os novos dirigentes do Estado, os decretos integrariam uma legislação de transição que conduziria a sociedade russa de um passado opressor e conservador para um futuro representado pela sociedade sem Estado, sem leis e, igualmente, sem famílias. De fato, apesar de terem mantido o reconhecimento da instituição do casamento, os bolcheviques entendiam que sua necessidade desapareceria, já que na nova sociedade toda a dinâmica das relações afetivas seria alterada. As famílias enquanto instituições fundadoras dos direitos de propriedade e promotoras das desigualdades entre os sexos se tornariam obsoletas e, assim, deixariam de fazer sentido sob o socialismo. Enquanto não era possível implodi-las, os bolcheviques entendiam que era preciso implantar uma "nova doutrina baseada em direitos individuais e igualdade de gênero" capaz de enfrentar "séculos de domínio patriarcal e eclesiástico"[107].

Seguindo essa mesma perspectiva, em 1918 os bolcheviques estabeleceram os direitos políticos para as mulheres garantindo-lhes a cidadania plena e, sobretudo, a possibilidade de assumirem cargos na administração do novo governo. Segundo Lênin, o dirigente máximo do novo Estado, no governo dos *soviets* "toda cozinheira deveria aprender como administrar o estado", o que indicaria não apenas a necessidade de investimento na educação formal e política de todas, mas a difusão da percepção de que as mulheres seriam tão capazes quanto os homens de exercerem funções administrativas. Para tanto, seria preciso, primeiro, garantir-lhes o direito de participarem das eleições como eleitoras e candidatas.

Também em 1918 os bolcheviques aprofundaram o debate sobre as famílias e publicaram um código completo, o Código do Casamento, da Família e da Tutela. Antes de sua implantação, a lei russa reconhecia o direito de cada religião definir os parâmetros dos casamentos e dos divórcios, cabendo ao Estado apenas referendar tais decisões. Embora não houvesse uma oposição oficial expressa ao divórcio, a posição doutrinária da Igreja Ortodoxa,

---

[107] GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit.*, p. 70.

por exemplo, inviabilizava a prática. Além disso, no império czarista as mulheres eram entendidas como seres juridicamente inferiores, sendo obrigadas a se submeterem às decisões dos maridos e a assumirem o nome e a posição social deles após o casamento. Ademais, nenhum filho nascido fora de uma união considerada legítima era investido de direitos familiares ou de herança. Até 1918, portanto, vigorou na Rússia uma legislação familiar sustentada pela fé e pela figura do patriarca.

Diante desse contexto, o Código de 1918, ratificado pelo Comitê Executivo Central, tornou-se a legislação familiar mais progressista a ser implantada até então, tendo estabelecido, em primeiro lugar, a igualdade jurídica entre os sexos. Isso significava tanto uma ampliação de direitos para as mulheres, que passavam a poder possuir bens e a responder legalmente por suas escolhas e ações, quanto a inclusão de garantias antes vedadas aos homens, como o direito à pensão alimentícia. Ao atrelar o direito à pensão à condição de pobreza, caso o homem se encontrasse desempregado no momento do divórcio ou fosse o indivíduo em pior situação financeira, seria ele quem deveria receber auxílio financeiro. Certamente, este era o cenário mais improvável, mas não deixava de ser uma tentativa de igualização jurídica. Nos casos em que nenhum dos ex-cônjuges fosse assombrado pela pobreza, o direito à pensão era suspenso e cada indivíduo, independentemente do sexo, era definido como responsável por sua manutenção financeira. De fato, a independência financeira era um fundamento social defendido pelo Código de 1918 e viabilizá-la a todos passou a ser um compromisso assumido pelo Estado.

Outra medida instituída pelo Código de 1918 foi a abolição da noção de ilegitimidade dos filhos nascidos fora de casamentos reconhecidos. A nova legislação passava a garantir direitos a todos, nascidos ou não de pais formalmente casados. Inclusive, uma grande inovação do código foi a definição de um critério para a determinação da paternidade totalmente centrado na figura da mulher. A palavra da mãe bastava para a imposição das obrigações legais àquele identificado como o pai. Tal medida, alegavam os juristas bolcheviques, era uma estratégia para superar a condição de abandono a que eram submetidas tantas mulheres após se descobrirem grávidas, um dos principais fatores da miséria feminina na Rússia. Não obstante os bolcheviques possuíssem uma desconfiança prévia em relação ao comportamento das *babas,* o novo governo não as ignorou e atribuiu a elas o poder de impor obrigações aos homens e o direito de não serem as únicas responsáveis pelo bem-estar dos filhos.

Em relação à adoção, o código abolia a prática na Rússia porque entendia que o Estado seria um melhor tutor para qualquer órfão quando comparado com as famílias individuais. Com

a medida, os juristas bolcheviques procuravam reduzir o papel das famílias e ampliar as obrigações do Estado, ao mesmo tempo que procuravam evitar mais uma prática opressora tradicional, a utilização da adoção por parte de camponeses como forma de conseguirem força de trabalho não remunerada.

Além dos órfãos, o governo bolchevique pretendia assumir os cuidados com as crianças que viviam em situação de rua – os *besprizorniki* (criança sem lar) – e, para tanto, criou um órgão público específico, o Departamento para a Proteção da Infância. Em 1919, o departamento realizou um congresso com o objetivo de discutir políticas para resolver o problema da fome, da falta de moradia e da exploração sexual de crianças miseráveis na Rússia. Entre os 300 delegados atuantes, destacaram-se Elizarova, integrante do Presidium do Congresso, e Zlata Lilina, militante que defendia que o estabelecimento do cuidado infantil estatal seria uma forma de garantir uma vida mais digna para as crianças abandonadas e um passo para a libertação das mulheres do confinamento doméstico. Com a máxima "Todas as crianças devem ser filhas do Estado", essas delegadas reafirmaram o compromisso do governo de substituir a família e de assumir os serviços domésticos.

Outros congressos foram realizados para se debater a construção de restaurantes populares, de lavanderias públicas e de creches para os filhos das trabalhadoras, medidas inspiradas nas propostas que Engels e Bebel apresentaram em suas obras publicadas na segunda metade do século XIX. O projeto do novo governo não era incentivar uma postura de compartilhamento e solidariedade em relação aos serviços domésticos, o que pressuporia convocar os homens a assumirem também essa responsabilidade, mas sim estatizar tais serviços para transformá-los em trabalho reconhecido, remunerado e produtivo, liberando as mulheres para desenvolverem seu potencial intelectual e participarem do mercado de trabalho. Para os bolcheviques, a transformação dos serviços domésticos em serviços estatais era uma estratégia para retirar aquelas mulheres de seu "isolamento embrutecedor"[108] e aproximá-las da classe operária.

Reconhecendo as especificidades das questões que envolviam a participação das mulheres no mercado de trabalho, o novo governo revolucionário instituiu, ainda, os direitos trabalhistas femininos específicos, entre eles, a licença-maternidade remunerada, a proibição do trabalho noturno para as mulheres, a definição de restrições de trabalho para grávidas e lactantes (a exemplo de tarefas consideradas insalubres e que exigissem muita força física) e a

[108] GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit.*

obrigatoriedade de "salário igual para trabalho igual". Estas eram pautas defendidas por uma parcela dos bolcheviques, sobretudo pelas mulheres que assumiram o trabalho político feminino no POSDR, desde 1905, e foram implementadas apesar da oposição de tantos outros revolucionários que consideravam que tais leis tornavam a mão de obra feminina menos competitiva porque mais onerosa. De toda forma, nos primeiros anos da administração bolchevique, havia certo consenso em relação à importância de incentivar a entrada das mulheres no mercado de trabalho e de garantir sua permanência nele.

Todas essas políticas e legislações iniciais citadas foram instituídas pelo governo concomitantemente à condução da participação do Exército Vermelho na Guerra Civil (1918-1921) que se seguiu à chegada dos bolcheviques ao poder. Ainda que durante os anos do conflito a prioridade dos dirigentes do partido fosse garantir a vitória e, assim, sua consolidação no poder, a questão feminina não foi abandonada porque, como pontuou Lênin, "a plena igualdade social da mulher" era "um princípio indiscutível do comunismo"[109].

Foi também durante o conflito que foram criadas duas organizações de mulheres ligadas ao Partido Comunista Russo (PCR), posteriormente renomeado como Partido Comunista da União Soviética (PCUS), cujo objetivo era conduzirem o enfrentamento da questão feminina e promoverem a mobilização das mulheres na URSS e no mundo. O órgão nacional ficou conhecido como Zhenotdel e o internacional, a Seção Feminina criada junto à IC. Lênin, novamente, foi um grande defensor dessas organizações e em relação à Seção Feminina chegou a afirmar que a vitória bolchevique tornava imprescindível a conformação de um movimento feminino comunista internacional:

> A primeira ditadura do proletariado abre verdadeiramente o caminho para a completa igualdade social da mulher. Elimina mais preconceitos que a montanha de escritos sobre a igualdade feminina. E apesar de tudo isso, não possuímos ainda um movimento feminino comunista internacional. Mas, devemos proceder imediatamente a sua organização. Sem esse movimento o trabalho de nossa Internacional e das suas seções será incompleto e assim permanecerá. Nosso trabalho revolucionário deve ser conduzido até o fim[110].

É possível que o líder tenha sido um dos responsáveis pela criação da Seção Feminina da IC, entidade que se comprometia a monitorar, orientar e incentivar a organização dos

---

[109] ZETKIN, Clara. Lênin e o Movimento Feminino. In: KOLLONTAI, Alexandra; ULIANOV, Vladmir Ilich; ZETKIN, Clara. **A revolução sexual e a revolução socialista**. São João del-Rei, 2009. e-book.

[110] KOLLONTAI; ULIANOV; ZETKIN, **A revolução sexual e a revolução socialista**, *op. cit*.

movimentos femininos dos partidos comunistas que surgiam e procuravam o reconhecimento soviético. Não foram encontradas muitas informações sobre o funcionamento da entidade, mas sabe-se que ela procurou propor métodos de trabalho para a atuação junto às mulheres e procurou divulgar a visão bolchevique sobre a questão feminina. A relação entre a Seção Feminina da IC e o PCB será abordada nos próximos capítulos.

Já o Zhenotdel, também apoiado por Lênin, foi materializado pelo empenho do grupo de militantes que havia voltado a dirigir o jornal *Rabotnitsa.* O jornal havia sido refundado em maio de 1917 e o Zhenotdel surgiu em agosto de 1919, no contexto da organização do I Congresso Russo de Mulheres Operárias e Camponesas. Incluído no organograma do PCUS como o departamento feminino do Comitê Central, o Zhenotdel foi criado para promover e consolidar a adesão das mulheres ao governo revolucionário e, consequentemente, ao partido, o que seria conduzido mediante a criação de seções femininas nas mais diversas regiões da URSS.

A primeira diretora do Zhenotdel foi Inessa Armand[111], uma figura pessoal e politicamente muito próxima de Lênin. Ela criou o método de ação que singularizou os primeiros anos de trabalho do departamento feminino e se baseou na atuação de delegadas. Nas cidades e distritos em que o departamento passava a atuar, eram realizadas eleições junto às operárias, artesãs, domésticas, costureiras, donas de casa com o objetivo de eleger as delegadas. Em um mandato de dois a três meses, esperava-se que as eleitas se envolvessem nos trabalhos desenvolvidos pelos sovietes e comissariados locais para, dessa forma, se familiarizarem com a dinâmica política e administrativa dos governos soviéticos. As delegadas realizavam atividades gerais, como participar das cortes populares atuando como juízas, e se envolviam nas tarefas consideradas relevantes para as mulheres, como a elaboração das políticas de bem-estar social, a criação de creches, restaurantes públicos, maternidades, escolas públicas, etc. Todas essas atividades atribuídas às delegadas eram definidas pelo Zhenotdel, que se mantinha vigilante para impedir que as aprendizes fossem alocadas pelos membros da gestão pública apenas em trabalhos meramente burocráticos. As delegadas, ainda, frequentavam cursos promovidos pelo departamento e eram motivadas a atuar como recrutadoras de novas mulheres para as fileiras do Zhenotdel. A expectativa do departamento era a de que, terminado o mandato, as aprendizes assumissem cargos da administração soviética e consolidassem sua identificação

[111] O Zhenotdel possuiu cinco diretoras: Inessa Armand (1919-1920), diretora do Zhenotdel até sua morte; Alexandra Kollontai (1920-1922); Sofia Smidovich (1922-1924); Klavdiia Nikolaeva (1924-1925); Alexandra Artiujina (1925-1930).

com o partido[112]. Dessa forma, acreditavam as militantes do departamento feminino, elas tomariam consciência da importância de lutarem pela própria libertação e, ao mesmo tempo, de se juntarem às lutas gerais do operariado.

Em paralelo ao trabalho desenvolvido com as delegadas, o Zhenotdel assumiu o compromisso de acompanhar a aplicação e analisar os impactos da implantação das leis de proteção às mulheres e às crianças que surgiram em 1918. Para tanto, o departamento definiu que seria imprescindível exigir junto ao governo a obrigatoriedade de incluir em cada comissão de inspeção de fábrica uma representante do departamento. Essa representante se responsabilizaria por avaliar as condições de trabalho impostas às mulheres, analisaria as condições sanitárias e de segurança das fábricas, investigaria a jornada de trabalho conferida às trabalhadoras, fiscalizaria a ocorrência e a adequação do trabalho noturno, a imposição de horas extras, bem como seria responsável por fiscalizar o cumprimento dos direitos de proteção à mulher e à maternidade. A representante do Zhenotdel deveria, ainda, promover encontros e momentos de leitura junto às trabalhadoras para que sua politização lhes permitisse elaborar melhor suas demandas e suas reivindicações.

O trabalho de fiscalização do cumprimento das leis de proteção às mulheres e crianças desenvolvido pelo Zhenotdel se mostrou especialmente importante em função dos problemas causados pela Guerra Civil. Após quase dois anos de confrontos, as militantes do Zhenotdel perceberam que, apesar dos esforços estatais para implementar leis e políticas favoráveis às mulheres, estava em processo o agravamento das condições de vida da população em geral e das russas em especial[113]. No contexto da Guerra Civil, enquanto os homens eram obrigados a se alistarem no exército, as mulheres precisaram assumir os postos de trabalho para manter a produção econômica do país. Sua entrada para as fábricas, entretanto, não foi acompanhada de uma redução de suas atividades domésticas, nem da criação dos restaurantes populares, creches e lavandarias projetados pelos bolcheviques, o que contribuiu para sobrecarregar a todas com uma exaustiva dupla jornada de trabalho. Além disso, o Zhenotdel recrutou mulheres para atuarem em diversas frentes da guerra, contribuindo para o sucesso do Exército Vermelho:

---

[112] Segundo Wood, os encontros realizados para promover as eleições das delegadas chegaram a reunir, no total, entre 3 milhões a 4 milhões de mulheres, tendo sido escolhidas 70 mil delegadas. WOOD, The Bolsheviks and the Genealogy of Woman Question, *op. cit*.

[113] Importante destacar que a crise econômica já assolava a Rússia desde os anos finais de vigência do regime imperial. Entretanto, com a implantação da política do "comunismo de guerra", medida destinada a garantir a manutenção do Exército Vermelho durante a Guerra Civil, as condições de vida da população russa foram agravadas.

> As mulheres prestaram serviços médicos, serviram nos departamentos políticos do Exército Vermelho, trabalharam nas comunicações, serviram nas brigadas de trabalho aos sábados e domingos, organizaram campanhas contra a deserção e doenças epidêmicas e prestaram ajuda às famílias dos soldados do Exército Vermelho e às crianças sem-teto. Os exemplos de participação feminina em combates carregavam certo interesse sensacionalista e o papel desempenhado por mulheres como guerrilheiras e soldados era celebrado e muitas vezes romantizado em obras contemporâneas de ficção. Em alguns casos, as mulheres desempenharam um papel militar importante, como na mobilização da população civil para defender Petrogrado contra Iudenich, mas em geral o combate real foi uma característica secundária da participação das mulheres na Guerra Civil. Em outubro de 1920, Kollontai estimou que o número de mulheres do Exército Vermelho mortas, feridas ou capturadas era de cerca de 1.850[114].

Contudo, apesar da dedicação do departamento e das mulheres na guerra – condição que colocava as mulheres em todas as frentes de trabalho do PCUS –, não houve o incremento da atenção do governo às condições de vida feminina na Rússia. Para o Zhenotdel, as mulheres estavam cada vez mais respondendo ao chamado para contribuir com a revolução. Era preciso, então, que o governo cumprisse seu papel e se comprometesse com o bem-estar e a libertação de todas.

Se o governo se mostrava lento para implementar suas propostas e apresentar soluções para problemas que surgiam ou se intensificavam, o departamento feminino se comprometia a agir para que ele não se tornasse totalmente omisso. Por isso, inclusive, além de exigir o cumprimento da legislação trabalhista, as mulheres do Zhenotdel se envolveram na luta por políticas e direitos que reconheciam como fundamentais para a dignidade feminina naquele contexto, mas que, muitas vezes, estavam em desacordo com os valores e a visão de mundo comunistas, incluindo das dirigentes da organização. Um exemplo é o envolvimento do Zhenotdel na campanha pela legalização do aborto na URSS. As bolcheviques do departamento não consideravam a legalização do aborto uma pauta relacionada aos direitos individuais e reprodutivos[115] da mulher, mas sim uma questão de saúde pública. Para as comunistas, a prática

---

[114] Tradução minha do original: "Women performed medical services, served in the political departments of the Red Army, worked in communications, served in Saturday and Sunday work brigades, organized campaigns against desertion and epidemic diseases, and provided aid to the families of Red Army soldiers and to homeless children. Instances of women's participation in combat carried a certain sensational interest, and the role played by women as partisan fighters and soldiers was celebrated and often romanticized in contemporary works of fiction. In some cases women did play an important military role, as in the mobilization of the civilian population to defend Petrograd against Iudenich, but in general actual combat was a secondary feature of women's participation in the Civil War. In October, 1920, Kollontai estimated that the number of Red Army women killed, wounded, or captured was about 1,850". HAYDEN, Carol Eubanks. The Zhenotdel and the Bolshevik Party. **Russian History**, n. III, 1976. p. 159.

[115] Como aponta Goldman, nesse momento os comunistas não desenvolveram a noção de direitos reprodutivos. GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit.*, p. 306.

não seria a melhor solução para a realidade das gravidezes indesejadas ou para o projeto de se promover a liberdade sexual feminina. Na verdade, para a maioria das militantes, a maternidade não era algo que se deveria combater ou evitar a todo custo, já que seria uma "alegria" e uma "contribuição para a consolidação da revolução". Mesmo Alexandra Kollontai, bolchevique responsável pela redação de dois textos importantes para o debate sobre a liberdade sexual das mulheres – *A Nova Mulher* e de *A Moral Sexual* – acreditava que a "maternidade não era uma 'questão privada'" e que a "natalidade era uma obrigação social"[116], o que bastava para se condenar o aborto. Porém, por reconhecerem que esta era uma prática difundida por toda a URSS e uma demanda crescente das mulheres pobres, as militantes do Zhenotdel afirmavam que era obrigação do Estado garantir que o aborto fosse realizado com segurança, como forma de preservar a saúde e a vida da mulher.

Após muitos debates, em novembro de 1920, o aborto foi legalizado e estatizado na URSS, mesmo que sua condenação tenha sido mantida e expressa até mesmo no decreto que o instituía:

> Nos últimos dez anos, o número de mulheres que fizeram abortos cresceu em nosso país e em todo o mundo. a legislação de todos os países luta contra esse mal, mediante a punição das mulheres que optam pelo aborto e dos médicos que o realizam. Esse método de luta não tem nenhum resultado positivo. Ele faz com que a operação seja subterrânea e transforma as mulheres em vítimas (…)[117].

Outra proposta do Zhenotdel que refletia mais sua preocupação com as condições de vida das mulheres do que seus valores e crenças foi a campanha pela legalização da prostituição. A prostituição era descrita pelo departamento como um crime contra a solidariedade e as relações de camaradagem, mas, apesar disso, para as militantes, não deveria ser combatido com a punição legal das mulheres que o cometiam. O Zhenotdel acreditava que as prostitutas eram as vítimas e que, mais do que criminalizar a prática, era preciso combater suas causas, tais como a miséria feminina e a persistência da moralidade burguesa entre os homens. Seria, então, dever do Estado melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres e promover a educação dos homens que recorriam à prostituição.

A ação mais emblemática do Zhenotdel, entretanto, segundo Stites, foi o trabalho desenvolvido com as mulheres das áreas muçulmanas da Ásia Central. Já sob comando de

---

[116] *Ibidem*, p. 306-307.

[117] *Ibidem*, p. 304

Alexandra Kollontai[118], o departamento procurou publicizar junto ao PCUS as condições de existência de um grupo de mulheres que permanecia invisível aos dirigentes estatais. O Zhenotdel defendia a necessidade de garantir sua politização e sua libertação de preceitos culturais que as comunistas consideravam opressores e alarmantes, tais como a obrigatoriedade do uso do véu e a autorização do apedrejamento até a morte de mulheres que fossem condenadas por adultério. Ao se dirigirem às áreas muçulmanas da URSS, as militantes do Zhenotdel chegaram a vilarejos que não haviam sido alcançados com o mesmo empenho pelos demais bolcheviques. Ali o departamento feminino promoveu encontros com mulheres que nunca haviam saído dos domínios de suas cidades, debateram os costumes tradicionais vigentes e ofereceram oportunidades de estudos em Moscou. Além disso, o departamento procurou realizar congressos femininos na capital soviética e garantir a presença dessas mulheres muçulmanas para que elas mesmas tivessem a oportunidade de expor sua realidade e, assim, reforçar a relevância da manutenção da atuação do departamento feminino na URSS.

As dirigentes do Zhenotdel atribuíram o sucesso que alcançaram em mobilizar muçulmanas de regiões tão distantes à estratégia de promover debates relacionados ao seu cotidiano, à sua realidade diária objetiva. Ao criar espaços eminentemente femininos e dedicados a tratar de temáticas igualmente femininas, as bolcheviques conseguiam conquistar a confiança das mulheres e, ao mesmo tempo, provar que as mazelas de uma eram as mesmas de tantas outras. Perceber que vivências consideradas privadas eram, de fato, disseminadas fortalecia a solidariedade entre o grupo de mulheres e as encorajava a agir para mudar sua condição. Em vários episódios, as muçulmanas recrutadas pelo Zhenotdel se manifestaram publicamente retirando o véu[119], uniram-se para impedir condenações e assassinatos de mulheres adulteras e enfrentaram a autoridade familiar para terem a oportunidade de se escolarizarem em Moscou.

A condução do trabalho político feminino através da criação de núcleos formados apenas por mulheres e voltados para a discussão de seu cotidiano se tornou o método específico do Zhenotdel. O departamento levava às mulheres pobres do campo e da cidade as palavras de ordem do partido e, sobretudo, se aproximava de suas realidades, demandas e angústias.

---

[118] Alexandra Kollontai foi a diretora do Zhenotdel entre 1920 e 1922. Para mais informações, ver: DA SILVA, Danielle Jardim. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres**: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

[119] WOOD, The Bolsheviks and the Genealogy of Woman Question, *op. cit*.

Reconhecendo a estratégia como a mais acertada para ajudar as novas cidadãs a entender como suas vidas poderiam ser na nova sociedade, as militantes do departamento procuravam pressionar as cooperativas de trabalhadores e as seções regionais do partido a empregarem o mesmo método ao realizarem trabalhos com mulheres. Era preciso criar espaços femininos específicos em todos os setores para atrair as mulheres e capacitá-las para atuar em condições de igualdade ao lado dos homens revolucionários, dos camponeses e da classe operária.

Entretanto, apesar do suporte de Lênin, da defesa pública dos comunistas sobre necessidade de enfrentamento da questão feminina e de todo o empenho das bolcheviques do departamento, o trabalho do Zhenotdel não transcorreu sem sofrer forte oposição masculina e feminina, fosse no partido fosse na sociedade[120]. Constantemente, as militantes se depararam com situações de violência simbólica e institucional vivenciadas nas fileiras do PCUS e, em casos extremos, precisaram enfrentar a violência física promovida por homens das famílias de mulheres que recrutavam. Apesar de ter, em muitos momentos, reconhecido os crimes de violência cometidos contra o Zhenotdel como crimes contra a revolução (e, portanto, como graves comportamentos antirrevolucionários), uma tipificação relevante para o regime, o Comitê Central não demonstrou o mesmo rigor em combater as chacotas, as depreciações públicas e outras violências institucionais promovidas por comunistas contra o departamento. O Comitê Central validava a atuação do Zhenotdel e reconhecia seu direito de participar de todos os segmentos da administração soviética, mas falhava no combate à oposição que as seções femininas encontravam em âmbito local, onde muitas vezes eram impedidas de exercer o direito de ter uma sede ou de ter sua liderança integrada às direções dos comitês do partido nas províncias: "As Seções Femininas têm o direito de ter sua diretora na mesa do comitê provincial local (*gubkom*)? As instruções do Comitê Central estabeleciam que sim. Os dirigentes locais, entretanto, esforçaram-se para impedir que isso acontecesse."[121]. A oposição

---

[120] Ao narrar a atuação do Zhenotdel na Ásia Central, Stites destacou: "Homens reagiram a tudo isso com uma violência selvagem. Mulheres saindo do clube Baku foram atacadas por homens com cachorros e água quente. Uma muçulmana de vinte anos que exibia sua libertação aparecendo de maiô foi esquartejada por seu pai e irmãos porque eles não podiam suportar a indignidade social. Uma ativista de dezoito anos do Uzbequistão foi mutilada e jogada em uma região da Ásia Central que testemunhou trezentos assassinatos em três meses do ano de 1929". Tradução minha do original: "Men reacted to all this with savage violence. Women violence. Women coming out of the club Baku were assaulted by men with wild dogs and boiling water. A twenty-Muslim girl who flaunted her liberation by appearing in a swimsuit was sliced by her father and brothers because they could not endure the social indignity. Eighteen-year-old Uzbek woman activist was mutilated and thrown into a Central Asia witnessed three hundred such murders during one quarter of 1929 alone". STITES, Richard. Zhenotdel: Bolshevism and Russian Women 1917-1930. **Russian History**, ano III, n. 2, p. 174-193, 1976.

[121] Tradução minha do original: "Did the Women's sections have the right to have their director sit on the board of the local provincial committee (*gubkom*)? The Central Committee's instructions said that they did. Local parties,

dos comitês provinciais se materializava na recusa em dividir salas, estrutura, pessoal e recursos financeiros, e era justificada com o argumento de que as seções femininas não executavam um trabalho essencial e que suas atitudes demonstravam "inclinações feministas". Nos Urais, por exemplo, como aponta Woods, um membro do comitê do partido da região queimou todos os registros da seção de mulheres local para impedir que a organização continuasse a executar suas atividades.

O Zhenotdel, ainda, precisava lidar constantemente com comentários irônicos, questionamentos, apelidos, destinados a deslegitimar o empenho de suas seções: *Tsentro-baba* e *babkomy*[122]. E tais discursos contribuíam para reforçar o estereótipo feminino que acabava afastando muitas militantes do engajamento no departamento: nenhuma comunista queria ser encarada como *baba* ou como feminista[123]. De fato, diversas militantes passaram a atuar no departamento apenas após a imposição expressa do partido e tantas outras se recusaram a aderir ao trabalho político feminino. Integrar as ações para a organização de mulheres era considerado por muitas comunistas uma desvalorização ou uma punição partidária, porque entendiam que se tratava de uma tarefa menor, mais auxiliar que fundamental para o momento da consolidação da Pátria dos Trabalhadores.

As disputas internas entre o Comitê Central do PCUS e o Zhenotdel se acirraram, de fato, após o fim da Guerra Civil e o início da vigência da Nova Política Econômica (NEP) (1921-1928), plano que previa a adoção de algumas práticas capitalistas com o objetivo de recuperar a economia soviética. Com o fim da guerra, os homens voltaram a ser maioria nos postos de trabalho, o que gerou o aumento das taxas de desemprego entre as mulheres. Sem fonte de renda, muitas mulheres foram atingidas pela miséria e passaram a recorrer à prostituição, prática que também aumentou entre as meninas que passaram a viver em condições de abandono. Inclusive, as casas para abrigar as crianças abandonadas se mostraram onerosas e ineficazes, e os dirigentes estatais se deram conta de que a presença das crianças nas ruas, a criminalidade, a prostituição e a miséria decorrentes dessa condição eram problemas complexos que não seriam resolvidos apenas com a construção de abrigos, sobretudo quando não havia recursos para garantir os suportes financeiro e estrutural adequados.

---

however, went out of their way to keep this from happening". WOOD, The Bolsheviks and the Genealogy of Woman Question, *op. cit*.

[122] WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

[123] WOOD, Elizabeth A. Identity and organization. In: **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

Diante de todo esse cenário, as militantes do Zhenotdel, em especial a dirigente da entidade, Alexandra Kollontai, passaram a denunciar o que consideravam as mazelas geradas pelas permanências do capitalismo em meio ao projeto de instituição da nova sociedade socialista. Para Kollontai, a NEP trazia consigo não apenas práticas econômicas e trabalhistas do regime que se pretendia destruir – como a perspectiva do lucro que gerava a preferência pela mão de obra masculina em detrimento da feminina –, mas fazia retornar uma vida opressora às mulheres, marcada pela escravização doméstica e pela subalternização aos homens. Integrando o grupo de oposição[124] que surgiu nas fileiras do PCUS e que se opunha à implantação da NEP, o Zhenotdel, sobretudo por meio de seu periódico mensal *Kommunistka*[125], passou a assumir um tom de ameaça ao destacar que as mulheres expulsas do mercado de trabalho e confinadas ao espaço doméstico se tornavam mais vulneráveis à influência corrosiva da pequena burguesia, classe social que, afirmavam, estava reaparecendo e se fortalecendo na URSS. As dirigentes do Zhenotdel sugeriam que as mulheres estavam cada vez mais abandonadas à condição de *babas*, o que as tornava o grupo mais suscetível ao discurso contrarrevolucionário. Abandoná-las à própria sorte contribuiria para o crescimento da moralidade burguesa, fortaleceria a influência da igreja, das feministas e garantiria a retomada do poder pelos mencheviques.

Segundo Kollontai, também era consequência da NEP o reaparecimento das mulheres burguesas na URSS. Kollontai classificava como NEPkas as mulheres que eram casadas ou mantinham relacionamentos com "homens da NEP", a categoria que enriqueceu no contexto do novo projeto econômico. Elas eram descritas pelas militantes do Zhenotdel como mulheres desocupadas, fúteis, como parasitas do trabalho dos maridos () e portadoras de uma sexualidade desregrada, marcada pelo uso de saltos muito altos, batons muito vermelhos e uma forma de andar muito espalhafatosa e chamativa[126]. Segundo o departamento feminino, a presença das mulheres burguesas era uma mazela ainda maior que a presença das prostitutas, porque, enquanto estas seriam trabalhadoras exploradas passíveis de serem transformadas em

---

[124] Esse grupo de oposição ficou conhecido como Bolcheviques de Esquerda (Left Bolcheviks) e se destacavam por considerar que o recuo capitalista promovido pela NEP teria sido muito grande, o que estaria comprometendo a consolidação da Revolução comunista. para mais informações sobre a relação do Zhetnodel com a oposição bolchevique ver: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*., capítulos 7 e 8.

[125] O Zhenotdel publicava um boletim semanal e um periódico mensal, o Kommunistka, um importante instrumento de propaganda massiva com tiragem de 30.000 exemplares. Além disso, o Zhenotdel publicava uma página em 74 jornais semanais e supervisionava a publicação de panfletos sobre o trabalho com mulheres. Para mais informações, ver: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338413168_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf

[126] WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

"camaradas", aquelas não apresentavam qualquer possibilidade de recuperação[127]. Nesse sentido, segundo o discurso das militantes do Zhenotdel, a emancipação feminina que havia sido experimentada nos primeiros anos de governo bolchevique estava sendo destruída e, com ela, toda a revolução promovida na Rússia. Como solução para tal catástrofe, o departamento feminino propunha o fortalecimento de sua atuação, o que pressuporia o aumento do suporte financeiro e a imposição do seu método de trabalho feminino aos sindicatos e às seções regionais do partido. Ao mesmo tempo, sugeria Kollontai, era preciso rever a NEP.

Os discursos e críticas do Zhenotdel não foram bem recebidos pelos dirigentes partidários e a partir de 1923, em um contexto mais amplo de expurgos, começou a ser implementada uma série de ações para "disciplinar" o departamento, ou seja, para conter seu ímpeto oposicionista[128]. O PCUS impôs uma redução no número de quadros disponibilizados para atuar no Zhenotdel, determinou o desligamento de Kollontai da direção, publicou resoluções que limitavam a autoridade do departamento e intensificou as críticas sobre supostos "desvios feministas" promovidos pela organização. Sem Kollontai à frente da direção, o Zhenotdel foi sendo progressivamente cooptado pelo comando do partido, foi se adequando às pautas econômicas e foi referendando a certeza de que o trabalho político feminino estaria chegando ao fim porque a revolução teria concretizado a emancipação das mulheres na URSS. De fato, durante os sete anos que separam a intensificação da crise entre o departamento e o Comitê Central e o fechamento da seção feminina, os dirigentes partidários procuraram criar as condições para eliminar o Zhenotdel sem se desfazer da pauta da emancipação feminina. Era preciso justificar o encerramento das atividades do departamento sem desassociar os comunistas do compromisso com a superação da questão feminina, já que a identidade dos revolucionários bolcheviques estava atrelada ao compromisso com a superação de todas as opressões e hierarquizações sociais.

Em janeiro de 1930, após intensos debates sobre como se deveria conduzir o trabalho político feminino e sobre os legados da revolução para as mulheres, o Comitê Central anunciou que, em função de uma política de reorganização do partido, o Zhenotdel seria fechado, sendo

---

[127] Kollontai chegou a sugerir que os trabalhos domésticos poderiam ser utilizados para uma espécie de reabilitação para as mulheres burguesas. Para mais informações, ver: WOOD, Elizabeth A. The New Threat. In: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

[128] Essa tentativa de disciplinarização foi imposta a várias seções e a vários militantes que compunham a oposição denominada "bolcheviques de esquerda" e não se justificou por uma oposição do governo soviético à realização do trabalho político feminino especificamente. Para mais informações ver: WOOD, **The Baba and the Comrade**, *op. cit*.

mantida apenas a seção existente no Leste Soviético. O trabalho político feminino passaria, então, a ser conduzido pelo setor de Agitação e Propaganda do PCUS. Alexandra Kollontai não foi expulsa do partido, destino de tantos outros militantes que compunham a oposição interna do PCUS, mas foi destacada para atuar como diplomata na embaixada soviética na Noruega. Apesar de sua nomeação ter sido inovadora, já que poucas mulheres haviam conquistado o mesmo cargo no mundo, e de ter, de alguma forma, contribuído para reforçar o discurso de que a URSS era um conjunto de repúblicas que validavam a atuação política e administrativa igualitária entre homens e mulheres, Kollontai estava, de fato, exilada. De toda forma, mesmo que o partido tivesse fechado o departamento feminino, ele não negou a importância de combater a questão feminina nem se opôs à bandeira da emancipação das mulheres. Sob o comando de Stálin (1928-1953), o governo soviético continuava defendendo a igualdade entre os sexos como uma bandeira comunista, mas afirmava que esta era uma conquista já alcançada na URSS.

Entre 1923 e 1930, a postura e o discurso dos dirigentes soviéticos em relação à questão feminina foram se tornando cada vez mais ambíguos. Ao mesmo tempo que o departamento feminino foi fechado, o debate sobre a estatização dos serviços domésticos voltou à arena estatal em função do aumento da mão de obra feminina nas fábricas soviéticas. Isso aconteceu porque, com a implantação dos dois primeiros Planos Quinquenais (1928-1933), o desemprego entre as mulheres caiu significativamente: entre janeiro de 1930 (mesmo mês do desmantelamento do departamento feminino) e julho de 1931, a porcentagem de mulheres na indústria pesada passou de 23% para 42%[129]. Nesses setores até então dominados pelos homens – mineração, metalurgia, construção de ferrovias, produção de máquinas – houve, inclusive, um aumento mais significativo da mão de obra feminina do que aquele também experimentado nas indústrias leves e no setor de serviços. Os Planos Quinquenais, diferentemente da NEP, foram políticas profundamente dependentes do trabalho das mulheres[130].

Diante do aumento tão expressivo da mão de obra feminina, o governo, em dezembro de 1931, anunciou a pretensão de criar creches organizadas em sistema de turnos para atender aos filhos de todas as trabalhadoras, além de lavanderias e refeitórios em casas cooperativas. Para equipar as instituições, o Sovietes das Cooperativas de Habitação de toda a União definiu

---

[129] GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*., p. 362.

[130] As mulheres chegaram a representar 80% dos novos trabalhadores da indústria soviética. E, segundo Goldman, em "1932 as mulheres haviam se tornado uma das mais importantes fontes de trabalho para o incremento da industrialização". GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*., p. 362-363.

que seriam deduzidos 10% do pagamento de cada morador da cooperativa e seriam contraídos empréstimos de longo prazo junto ao Comissariado do Trabalho. E, para suprir as instituições de funcionários, donas de casa eram encorajadas a se matricular em cursos especiais destinados a prepará-las para o trabalho assalariado. Apesar de as mulheres terem sido encaradas como as funcionárias preferenciais para os espaços estatais de promoção de serviços domésticos, para os comunistas, esta seria uma forma de promover sua emancipação porque elas passariam a ser remuneradas, adquirindo independência financeira e sendo integradas ao mercado de trabalho.

Em relação ao meio rural, o processo da coletivização das terras iniciado através da instituição dos Planos Quinquenais também precisou recorrer à adesão feminina e, para tanto, se justificou como uma possibilidade de libertação para as camponesas de toda a URSS. Para tentar garantir a colaboração dos camponeses, Stálin fazia discursos para as mulheres anunciando que, "ao destruir o lar patriarcal como unidade primária de produção, a coletivização ofereceria uma reconstrução radical da vida rural que libertaria as mulheres de séculos de opressão"[131]. A mecanização, o aumento da produtividade, os salários eram anunciados como fundamentos para a criação dessa nova realidade feminina no campo.

Concomitantemente, entretanto, à diminuição do desemprego, à expansão das creches e dos refeitórios, à ampliação das oportunidades de estudos para as mulheres e à expressiva presença feminina em setores antes considerados masculinos, a independência financeira das mulheres não se tornou uma realidade. Todas essas medidas foram acompanhadas da implementação de uma política salarial baseada na queda vertiginosa dos valores reais das remunerações (49%), o que inviabilizou o aumento da renda per capita e tornou as mulheres ainda mais dependentes das famílias. Para alguns pesquisadores, inclusive, a política de diminuição dos salários teria sido uma estratégia do governo para forçar a entrada das mulheres para o trabalho nas fábricas: "a família foi a instituição que permitiu ao Estado realizar a mais valia de dois trabalhadores pelo preço de um"[132]. Em razão dessa política salarial e apesar do discurso oficial, a família acabou sendo fortalecida enquanto instituição.

A partir de 1933, o Estado passou a se interessar mais pela perpetuação das famílias do que pela sua extinção, porque, além da questão da mão de obra já destacada, os dirigentes passaram a se preocupar com a queda nas taxas de natalidade motivadas pela ampliação da presença feminina no mercado de trabalho. Para o governo, o decréscimo dos nascimentos não

---

[131] *Ibidem*, p. 366

[132] *Ibidem*, p. 367.

era interessante porque impactava na disponibilização de mão de obra e de soldados para as guerras. Por isso, ao mesmo tempo que divulgava a imagem da mulher emancipada, que votava, trabalhava fora, estudava em universidades e participava da administração política, o governo passou a enaltecer a figura da mulher-mãe, destacando a maternidade como uma grande contribuição à revolução. Mulheres que constituíam famílias numerosas passaram a ser condecoradas e foi instituído um auxílio financeiro atrelado ao número de filhos.

Para favorecer o aumento da taxa de natalidade, ainda, em 1936 o aborto voltou a ser proibido na URSS, o que foi explicado pelo governo com o argumento de que a consolidação da revolução teria gerado a superação das dificuldades econômicas que levavam as mulheres a abortar. Na nova sociedade, anunciavam os dirigentes soviéticos, todas passaram a ter o direito de viver a felicidade trazida pela maternidade. Foi também em 1936 que o governo instituiu medidas que dificultavam o acesso ao divórcio argumentando que o direito estava sendo utilizado pelos homens para praticarem a "vadiagem sexual". De fato, a facilitação do divórcio havia contribuído para o aumento dos casos de abandono feminino e muitas mulheres enfrentavam dificuldades para impor o pagamento das pensões aos ex-companheiros. Porém, ainda que fosse uma demanda de muitas e que tenha sido uma decisão aprovada por várias mulheres, a burocratização do divórcio foi mais uma estratégia para reforçar os laços familiares, laços que no começo do processo revolucionário os bolcheviques haviam se esforçado para enfraquecer. Os rumos que as políticas de desintegração da família impuseram à sociedade e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo regime comunista levaram os governantes soviéticos a recuarem em relação a várias pautas de 1917.

Entretanto, mesmo diante da glorificação da família e do papel maternal das mulheres intensificados a partir de 1936, o Estado não deslegitimou o Código de 1918, nem passou a defender um papel meramente doméstico para as mulheres. Como destaca Goldman, diferentemente da política familiar nazista,

> a ideologia stalinista nunca sustentou que o lugar da mulher era o lar. Apesar da ênfase na família forte e estável, o Partido continuou entusiasmando a mulher a ingressar na força de trabalho e, além disso, seguia disfarçando suas apelações com a velha retórica da libertação feminina. Os funcionários seguiam políticas agressivas no sentido de capacitar, promover e educar mulheres, todas elas antitéticas ao fascismo. E, apesar da nova glorificação da família, do direito e do Estado, os juristas stalinistas nunca deserdaram por completo a legislação de 1918 e 1926. Rechaçaram seu objetivo principal, concretamente o de promover a "extinção" da família, e sancionaram a destruição de seus autores, mas seguiram declarando uma continuidade entre a legislação das décadas de 1920, 1930 e 1940. E ainda sustentavam orgulhosamente

> que os socialismo havia libertado "milhões de mães trabalhadoras para sua participação na produção e na vida social"[133].

Nesse sentido, o PCUS continuou se apresentando como o herdeiro legítimo da visão socialista original sobre a questão feminina, aquela construída a partir das obras de Engels e Bebel[134]. E assim o fazia porque a cultura política comunista que foi forjada em torno do grupo bolchevique entre 1903 e 1930 – grupo que se manteve em constante diálogo com militantes e partidos de outros países do mundo, sobretudo através da III Internacional Comunista – se sustentava em um arcabouço utópico, no sentido de questionador das hierarquizações e opressões impostas aos grupos humanos, que rechaçava a subordinação social e sexual das mulheres. A cultura política comunista, enquanto rede de significados que dava sentido à militância comunista, era composta pela crença de que as mulheres eram as maiores vítimas do capitalismo e que sua opressão era marcada pela simultaneidade de várias camadas. Era preciso libertá-las do espaço doméstico, ao qual haviam sido confinadas na origem do patriarcado, para que, através do trabalho assalariado e da aproximação com o partido, fossem despertadas para as dinâmicas de submissão que as faziam crer em uma inferioridade "natural" e as transformava no maior grupo antirrevolucionário em potencial da sociedade.

O imaginário comunista, esta sensação partilhada pelos militantes de que eram eles os escolhidos para libertar as sociedades de todas as mazelas, moldava a interpretação dos militantes sobre as políticas soviéticas e nos ajuda a entender por que, apesar dos retrocessos em relação à questão feminina, os comunistas continuavam a enxergar e a defender a URSS como a pátria das mulheres emancipadas. A libertação feminina era uma das promessas comunistas e, mesmo que a realidade confrontasse esse compromisso bolchevique, o imaginário continuava motivando os militantes a se enxergarem como os construtores de um mundo de igualdade plena.

De fato, o sonho da construção da igualdade entre os sexos resistiu à realidade construída pelos governos comunistas ao redor do mundo. E não é por outro motivo que ainda hoje, após tantos embates, os comunistas se orgulham em se identificar como feministas históricos, como um grupo político que não apenas reconheceu e reconhece as opressões específicas impostas às mulheres nas sociedades capitalistas, mas também como aqueles que melhor compreenderam as relações entre o patriarcado e o regime político e econômico

---

[133] *Ibidem*, p. 394-395.

[134] *Ibidem*.

hegemônico no mundo. Por isso, entender a cultura política comunista, para além da experiência concreta da administração soviética, é o que nos permite compreender como tantas mulheres encontraram e ainda dizem encontrar nos partidos comunistas espaços para a vivência de uma outra forma de ser mulher, mais livre e plena.

Nos próximos capítulos, analisarei como o PCB se apropriou das representações sobre as mulheres difundidas pela cultura política comunista e como conduziu o trabalho político feminino entre 1925 e 1956.

# CAPÍTULO 2 | COMITÊ DE MULHERES TRABALHADORAS: O INÍCIO DO TRABALHO POLÍTICO COMUNISTA JUNTO ÀS MULHERES BRASILEIRAS (1925-1932)

> "A libertação dos operários depende da libertação das operárias. Sem o vosso apoio, companheiras, nós operários pouco podemos fazer. Sem a vossa coragem, sem a vossa dedicação, sem o vosso espírito de sacrifício, o proletariado não vencerá vossos inimigos poderosos.
> Mulheres trabalhadoras, acordae! (...)
> Mulheres! Ouvi o vosso grito! Luctemos por libertar os milhões de mulheres trabalhadoras!"
>
> ***A Classe Operária**, p. 1, 30/06/1925.*

Em 14 de outubro de 1922, a Seção Feminina da Internacional Comunista (IC) enviou uma carta para a direção do recém-criado Partido Comunista do Brasil questionando sobre a estruturação do trabalho político junto às mulheres brasileiras, aspecto considerado fundamental para a consolidação e o reconhecimento do partido pelas fileiras soviéticas, como evidenciado no capítulo anterior. No mês seguinte, em 13 de novembro de 1922, Astrojildo Pereira, então principal dirigente do PCB, redigiu uma resposta informando sobre as dificuldades que os pecebistas enfrentavam para cumprir a tarefa:

> Nosso jovem P.C. ainda não conseguiu fazer um trabalho sistemático entre as mulheres. Além disso, vivemos no Rio há mais de quatro meses em estado de sítio (devido a um golpe militarista abortado), o que tem dificultado muito a nossa propaganda em geral. Apesar disso, temos algumas mulheres em nossas fileiras, geralmente casadas com militantes, e pretendemos organizar, no próximo ano, uma propaganda sistemática entre as operárias, criando uma comissão especial para esse fim[135].

Oito meses após seu surgimento, o partido ainda não havia conseguido organizar uma propaganda sistemática junto às mulheres, nem mesmo criar um comitê especial para conduzir o trabalho político feminino. Segundo sugere a carta, para a Seção Feminina da IC, essas seriam tarefas que deveriam ser levadas a cabo a partir da fundação de um partido comunista e

[135] Tradução minha do original: "Notre jeune P.C. n'a pu faire encore un travail systematique parmi les femmes. D'ailleurs dès plus de quatre mois que nous vivons à Rio sous l'état de siège (à cause d'un putsch militariste avorté), ce qui nous a difficulté beaucoup notre propagande en general. Néanmoins nous avons dans rangs quelques femmes, généralement mariées avec des militants, et nous comptons organiser, dans l'année prochaine, une propagande systematique parmi les ouvrières, en crèant un comité spécial à cette fin là". Carta escrita por Astrojildo Pereira e endereçada à seção feminina da Internacional Comunista em resposta ao documento que pedia informações sobre o andamento da organização de um núcleo feminino junto ao PCB. Ver: CEDEM/UNESP, Correspondência da Internacional Comunista ao Partido Comunista do Brasil, doc. microfilmado, 13/11/1922.

deveriam acompanhar seu crescimento e consolidação junto à sociedade na qual estava inserido. Contudo, desde julho de 1922 o PCB atuava na ilegalidade e, somado a isso, enfrentava a forte repressão que o governo de Artur Bernardes (1922-1926)[136] impunha a seus opositores, o que dificultava a condução de ações políticas sistemáticas e a mobilização de novos militantes, sobretudo, de mulheres[137].

Ainda assim, como revela a carta de Astrojildo Pereira para a Seção Feminina da IC, o PCB não ignorou e entendia que, para ser reconhecido como *verdadeiramente comunista*, não poderia ignorar a questão feminina. Um partido dedicado, sugere a correspondência citada, deveria se envolver na emancipação das mulheres, o que significava desenvolver um trabalho político junto a elas e combater as mazelas que as acometiam. Ignorar o enfrentamento da questão feminina evidenciaria não apenas que o partido não reconhecia as iniquidades enfrentadas pelas mulheres, mas também, alertava a Seção Feminina da IC, poderia prejudicar o processo revolucionário de um país. Isso porque, sem o trabalho político comunista, uma parcela significativa da população correria o risco de se aproximar de correntes ideológicas consideradas antirrevolucionárias, como o feminismo[138] ou o catolicismo. Além disso, e o que talvez parecesse mais grave aos dirigentes do PCB em 1922, ignorar a questão feminina seria um descumprimento das orientações soviéticas repassadas diretamente pela IC, ou seja, representaria uma adesão incompleta aos preceitos comunistas, à cultura política disseminada a partir da Pátria dos Trabalhadores.

De fato, como evidencia Elizabeth Wood, a emancipação feminina se tornou um dos dogmas da ortodoxia revolucionária – "todos sabiam que qualquer revolução que se preze teria de libertar as mulheres" – e a expressão "questão feminina", um dos jargões que compunham o vocabulário comunista. Entretanto, como vimos no capítulo anterior, até se consolidar na cultura política e chegar aos militantes brasileiros, a interpretação sobre esses temas teve uma

---

[136] O presidente Artur Bernardes impôs o estado de sítio à sociedade brasileira em diversos momentos de seu governo com o objetivo de conter as revoltas tenentistas. Para mais informações, ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano, livro 1**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[137] O PCB enfrentou enorme dificuldade de crescimento nos primeiros anos. Em 1922 o PCB contava com 250 militantes em todo o país e apenas em 1930 conseguiu atingir a marca de 1.000 integrantes. Para mais informações, ver: FERREIRA; DELGADO, **O Brasil republicano, livro 1**, *op. cit*. VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*.

[138] Os grupos feministas começaram a se organizam no Brasil, EUA e Europa sobretudo a partir do século XIX. Para mais informações sobre a história dos movimentos feministas, ver: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1994. ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é o feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1991. TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

trajetória singular junto aos militantes do POSDR, a qual não foi tranquila nem isenta de conflitos ou controvérsias.

No Brasil, o contexto de repressão imposto pelo governo brasileiro, segundo o dirigente Astrojildo Pereira, inviabilizou o início do trabalho político feminino até 1925. A partir de então, a questão feminina passou a ser abordada em artigos do jornal *A Classe Operária*. Já nos primeiros textos, os comunistas passaram a mobilizar e adaptar as categorias femininas desenvolvidas durante a atuação do grupo bolchevique na Rússia/URSS – as *babas*, as revolucionárias, as burguesas – para compreender a realidade das mulheres brasileiras. Em 1928, o partido deu um passo adiante e fundou o Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras (CMT), organização por meio da qual procurou testar um método de trabalho político feminino.

Neste capítulo, apresento as primeiras interpretações e ações elaboradas por militantes do PCB para o enfrentamento da questão feminina no Brasil. Utilizo como fontes edições do jornal *A Classe Operária*, órgão de publicação oficial do CC do PCB; documentos produzidos pelo PCB sobre o Comitê de Mulheres Trabalhadoras (CMT), a primeira entidade feminina do partido; duas edições do jornal *A Voz da Mulher Trabalhadora,* periódico feminino comunista pioneiro que foi publicado pelo CMT; e documentos produzidos pelo PCB e pela Seção Feminina da IC que compõem o acervo da Internacional Comunista sob a guarda do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

## 2.1 CONTEXTO PARTIDÁRIO

Apesar de ter sido cobrado pela IC a respeito da condução do trabalho político entre as mulheres desde outubro de 1922, o PCB iniciou o enfrentamento da questão feminina e a mobilização de mulheres apenas após a realização do seu II Congresso. Esse congresso aconteceu entre os dias 16 e 18 de maio de 1925 e se tornou um marco importante da história do partido porque foi a partir dele que se definiu a primeira orientação teórica geral para a atuação dos militantes. Não existem registros da participação de mulheres no II Congresso, nem aparecem indícios de discussões sobre suas demandas específicas. Da mesma forma, nenhuma militante foi escolhida para os cargos de direção preenchidos naquele evento. Ainda assim, foi a partir de 1925, quando se consolidou como um partido comunista, que o PCB passou a se posicionar em relação às condições de vida das mulheres pobres brasileiras e a conduzir eventos e organizações voltadas especificamente para elas.

Em seu II Congresso, o PCB aderiu às interpretações sobre a formação social brasileira e sobre a condução da revolução no país elaboradas pelo dirigente comunista Octávio Brandão, interpretações que foram posteriormente publicadas na obra *Agrarismo e industrialismo*[139]. Influenciado pela radicalização do discurso e das ações tenentistas, Brandão reconhecia o potencial revolucionário do que classificava como a pequena burguesia brasileira e identificou as oligarquias agrárias como os principais inimigos do nosso desenvolvimento. Por isso, seriam as elites rurais, particularmente a paulista, as "forças sociais e políticas a serem batidas a fim de que o país pudesse transpor as condições feudais e enveredar de uma forma mais decisiva pelo caminho do desenvolvimento das forças de produção do capital"[140]. Eliminar as mazelas trazidas pelo agrarismo, acreditava Brandão, era o passo necessário para viabilizar o fortalecimento da industrialização brasileira, "base objetiva da futura sociedade comunista"[141].

Aderindo aos argumentos de *Agrarismo e industrialismo*, o PCB passou a defender que a revolução brasileira aconteceria em duas etapas. A primeira seria democrática-pequeno burguesa[142] e se caracterizaria pela aliança entre os comunistas, as forças populares e a pequena burguesia antioligárquica. Nessa coalizão progressista, o PCB teria a liderança e trabalharia para que as "forças mais revolucionárias, através de sua agitação", fossem "impondo às forças mais moderadas um aprofundamento das conquistas parciais, de modo a se distanciarem irreversivelmente do passado feudal"[143]. Garantindo essa agitação permanente, o partido acreditava que levaria o país à segunda etapa da revolução brasileira: a ascensão comunista ao poder, acompanhados, evidentemente, pelo proletariado. A partir de maio de 1925, o PCB definiu que precisava, portanto, buscar formas para construir as alianças com a pequena burguesia, representada por pequenos funcionários públicos, militares de baixa patente e pequenos profissionais liberais. Ao mesmo tempo, era preciso estreitar o contato com as forças

---

[139] *Agrarismo e industrialismo* foi escrito por Octávio Brandão em 1924, ano a partir do qual suas teses passaram a ser divulgadas em artigos e nos eventos do partido, mas apenas em 1926 foi publicado em formato de livro.

[140] DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. v. 5, p. 30-31.

[141]ZAIDAN FILHO, **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**, *op. cit.*, p. 19.

[142] Como destaca Zaidan Filho, nesse momento o PCB estava elaborando uma interpretação de fato nacional sobre o processo revolucionário no Brasil, uma vez que os teóricos do partido ignoraram a interpretação difundida pela URSS acerca dos países semicoloniais e coloniais da América Latina. Para mais informações, ver: ZAIDAN FILHO, **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**, *op. cit*.

[143] ZAIDAN FILHO, **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**, *op. cit*., p. 19.

populares progressistas, formadas por operários, trabalhadores agrícolas, meeiros, rendeiros[144], e, ainda, as mulheres trabalhadoras.

O partido reconhecia que sua aproximação em relação às mulheres trabalhadoras era fundamental para a atuação comunista junto ao operariado brasileiro. Isso porque, em setores estratégicos do movimento sindical, como a indústria têxtil e a indústria de cigarros, as mulheres, tanto adultas como crianças, compunham uma parcela bastante expressiva da mão de obra empregada[145]. Segundo Astrojildo Pereira, o principal dirigente comunista do partido entre 1922 e 1930, em relatório enviado ao Secretariado Sul-Americano da IC, na indústria de tabaco, "o número de mulheres trabalhadoras é ainda mais alto, e não pouco, do que o de homens: 1.404 mulheres e 951 homens". Já na indústria têxtil, "a mais importante" o número de operárias era quase 40% do total de empregados. "Tais cifras mostram a importância capital do trabalho feminino na indústria brasileira e, por consequência, para nós, a correspondente importância da colaboração da mulher trabalhadora na luta contra o capitalismo..."[146] Por essa razão, o PCB reconhecia que o operariado brasileiro tinha dois sexos e que atrair as operárias para a influência do partido era fundamental para o sucesso da sua política de alianças e para o sucesso de sua política sindical.

Além da situação concreta no meio operário, o partido era influenciado também pela narrativa soviética a respeito da participação feminina no processo revolucionário de 1917. Essa narrativa se conformou em um dos mitos políticos comunistas e anunciava a habilidade bolchevique de transformar mulheres analfabetas e supersticiosas, as *babas*, em revolucionárias abnegadas. A construção da "Pátria dos Trabalhadores", segundo o mito soviético, teria contado com a contribuição expressiva de mulheres militantes exemplares, como Alexandra Kollontai e Nadezhda Krupskaia. Muitas vezes deslocada da trajetória política real dessas militantes, a narrativa sobre elas procurava destacar a dedicação, a competência e o espírito de sacrifício femininos, características que, defendiam os bolcheviques, seriam cultivadas nas mulheres a

---

[144] Apesar de expressarem a intenção de atuarem junto aos camponeses, apenas a partir dos anos 1940 o PCB passou a desenvolver ações no meio rural. Para mais informações, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. **Aconteceu longe demais:** a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964) São Paulo: Editora Unesp, 2007. PRIORI, Angelo Aparecido. **A Revolta Camponesa de Porecatú**. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2000.

[145] Segundo Fraccaro, as mulheres representavam a maior parte da mão de obra empregada na indústria de tabaco. Para mais informações, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[146] PEREIRA, Astrojildo. Breves notas sobre la Mujer Proletária en el Brasil. In: **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, p. 8-9, 15/04/1926.

partir de sua aproximação com a cultura política comunista. Dessa forma, inspirado por esses mito e modelos exemplares, o PCB entendia que sua competência política e seu caráter bolchevique seriam medidos, entre outras coisas, por sua capacidade de conquistar mulheres para suas fileiras.

Para iniciar as etapas do processo revolucionário proposto a partir do II Congresso, o PCB optou por três estratégias de ação. A primeira, o envolvimento dos comunistas nos pleitos eleitorais do país, o que se viabilizaria mediante a construção do Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1927. Por meio do BOC, o partido pretendia lançar seus candidatos e buscar o apoio de partidos e de indivíduos da pequena burguesia que contassem com significativo capital político. Tais aliados, contudo, só seriam aceitos na frente eleitoral após sua adesão à pauta elaborada previamente pelo PCB[147]. A segunda estratégia seria disputar a liderança das organizações sindicais existentes e que estavam, majoritariamente, sob a influência das organizações anarquistas. Para tanto, o PCB pretendia inserir cada vez mais militantes nas fábricas e pretendia conduzir a criação de entidades de classe de caráter nacional, como federações operárias e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Por fim, o PCB decidiu promover a consolidação da publicação d'*A Classe Operária*[148] como um órgão oficial ligado ao Comitê Central (CC) do partido para que o jornal funcionasse como instrumento de comunicação entre a direção partidária e as massas proletárias.

Todas essas ações foram sendo progressivamente implementadas entre 1925 e 1928, à medida que o partido conseguia driblar a repressão policial e mobilizar seus parcos recursos, e em cada etapa desse processo o partido incluiu, mesmo que de forma esparsa e pouco sistemática, o debate sobre a questão feminina e o trabalho político junto às mulheres. Em 1928, alguns meses depois da fundação do BOC, foi criado o Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras (CMT), organização feminina destinada a envolver as mulheres pobres nas campanhas eleitorais conduzidas pelo bloco. Ao mesmo tempo, através do CMT o partido procurou realizar a intermediação política entre as operárias e os sindicatos, esperando, com isso, romper a resistência delas em relação às organizações de classe existentes (discutirei

---

[147] Segundo Zaidan Filho, a pauta elaborada pelo PCB incluía a defesa da política independente de classe, crítica e combate ao imperialismo, combate à política plutocrática, reconhecimento "de jure" da URSS, anistia aos presos políticos, autonomia do DF, legislação social, combate às leis de exceção, taxação fiscal exclusiva para os ricos, a reforma monetária e o combate à carestia de vida, habitação operária, ensino e educação, voto secreto. Para mais informações ver: **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**, *op. cit*., p. 31

[148] O jornal *A Classe Operária* começou a circular no dia 1º de maio de 1925 e foi apresentado aos militantes do PCB como órgão oficial do partido durante o II Congresso do PCB.

melhor essa questão adiante). Por fim, por meio d'*A Classe Operária*, o partido começou a discutir as condições de vida das trabalhadoras e a divulgar seus relatos e suas demandas específicas, o que transformou o jornal no primeiro mecanismo de comunicação e agitação das mulheres pobres.

Entretanto, para mobilizar as operárias brasileiras e tratar das suas condições de vida e trabalho, o PCB precisava, primeiro, reconhecê-las e identificá-las. Esse processo levou o partido a assumir a "palavra feminina operária", ou seja, levou o partido a elaborar um discurso e a pensar em estratégias de organização coletivas que acabavam por propor uma identidade social, política e de gênero para as trabalhadoras. Uma identidade feminina operária começou a ser moldada pelos comunistas a partir de 1925 inspirada pela análise do PCB sobre a história política e econômica do país, pelas tradições culturais e associativas que identificavam junto às trabalhadoras e pelas representações, valores, tradições e elaborações teóricas que conformavam a cultura política comunista[149].

De fato, ao se dirigir à mulher operária, o PCB se utilizava de um discurso que foi construído a partir da releitura de valores e tradições patriarcais, secularmente disseminados na sociedade brasileira, os quais passavam a ser ressignificados pela fusão com as representações conformadoras da cultura política comunista sobre o feminino. Nesse discurso, os comunistas demarcavam às trabalhadoras um lugar no mundo e na luta revolucionária, um lugar na sociedade brasileira e um lugar perante, sobretudo, ao que consideravam o modelo exemplar feminino, a mulher comunista. E a partir dessa identidade, os pecebistas propunham uma forma de atuação política e de definição de cidadania feminina. A lógica discursiva empregada pelos militantes do PCB, como percebemos, não visava apenas transmitir uma mensagem, mas, antes, pretendia criar suas destinatárias, as mulheres trabalhadoras brasileiras.

[149] Em seu livro *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes evidenciou que os comunistas compuseram um dos grupos que disputou a "palavra operária" no cenário político e social do Brasil nas décadas de 1920/30. Ao reconhecerem os trabalhadores como cidadãos e sujeitos políticos, os comunistas contribuíram para que aquela categoria fosse reconhecida, da mesma forma que possibilitou a muitos trabalhadores se reconhecerem no discurso e a identidade que os comunistas difundiram acerca do operário brasileiro. Neste capítulo, defendo que os comunistas foram além, já que mais do que participarem do processo de construção de uma identidade para os trabalhadores brasileiros em geral, eles defenderam uma proposta de identidade específica para o grupo de trabalhadoras, o que contribuiu para que as mulheres fossem reconhecidas e se reconhecessem como sujeitos de direitos. GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. e-book.

## 2.2 *A CLASSE OPERÁRIA* E OS PRIMEIROS APONTAMENTOS DO PCB SOBRE A QUESTÃO FEMININA

Após a realização do II Congresso, em função do contexto de repressão imposto pelo governo Artur Bernardes (1922-1926), a única tarefa que pôde ser imediatamente levada a cabo pelo PCB foi a ampliação da circulação d'*A Classe Operária.* O jornal era dirigido por Octávio Brandão e começou a ser publicado em 1º de maio de 1925. Sua criação, segundo Brandão, decorreu de uma orientação soviética que pontuava a necessidade de os partidos comunistas possuírem um jornal que tivesse uma linguagem acessível e permitisse a aproximação entre o CC do partido e os trabalhadores[150]. Como órgão oficial, *A Classe Operária* propagandeava as ações implementadas pelos comunistas, difundia o programa político e as principais bandeiras do partido, além de divulgar o que eram consideradas as conquistas do movimento comunista internacional, em especial, aquelas atribuídas aos trabalhadores da URSS[151].

Diferentemente da revista *Movimento Comunista*, principal publicação do partido antes de 1925, *A Classe Operária* não trazia grandes análises e debates teóricos. O jornal concentrava seus esforços na promoção de discussões sobre os problemas cotidianos enfrentados pelos trabalhadores, o que justificava seu subtítulo – "jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores" – e a centralidade atribuída a sua seção de cartas. Essa seção pretendia dar voz ao proletariado e, assim, garantir o caráter revolucionário do periódico. Isso porque a publicação das cartas transformava os operários em jornalistas do chão de fábrica, o que, segundo Brandão, permitia a *A Classe Operária* seguir a máxima de Lênin: um jornal revolucionário "deve ser escrito por alguns jornalistas na redação e por milhares de colaboradores fora da redação, nos locais de trabalho"[152].

A elaboração de *A Classe Operária* contava com a colaboração de mulheres em duas etapas, na produção e na distribuição dos exemplares. Na produção, houve a participação da militante Laura Brandão, que integrou a equipe do jornal atuando como responsável pela organização, justamente, da seção de cartas. Laura Brandão (1891-1942) foi uma professora e poetisa carioca que em 1921 se tornou companheira de Octávio Brandão. Apesar de nunca ter

---

[150] BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

[151] Para mais informações sobre a estrutura e o funcionamento do jornal *A Classe Operária*, ver: VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*. MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*.

[152] BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*.

se filiado ao PCB, Laura militou em várias frentes, tendo inclusive se tornado uma das fundadoras do CMT em 1928[153]. Quando Octávio Brandão começou a montar a equipe de *A Classe Operária*, entregou a Laura a tarefa de traduzir as cartas que eram enviadas pelos operários e camponeses, tarefa que, segundo ele, não era simples. Cabia a Laura, ainda, responder a todos que haviam enviado mensagens para a redação, bem como transcrever as cartas selecionadas para serem publicadas.

Já a divulgação e distribuição dos exemplares do periódico foram tarefas que mobilizaram muitos militantes de base, entre eles, as mulheres que gravitavam em torno do PCB. Em 1925 o número de mulheres na organização partidária era bem inferior a 50[154], mas entre elas havia figuras de destaque, como a operária tecelã Rosa Bittencourt (1886-1957), primeira mulher a se filiar ao partido comunista, ainda em 1922. Diferentemente de Laura Brandão e de tantas outras comunistas, Rosa não era casada com nenhum membro do PCB e, antes de aderir ao partido, já havia participado de lutas operárias que reivindicavam a fixação da jornada de trabalho em oito horas, o direito a uma hora de almoço e ao descanso semanal remunerado. No partido, atuou em todas as organizações femininas criadas até sua morte, em 1957, e foi um importante quadro inserido nas fábricas têxteis do Rio de Janeiro.

O envolvimento de mulheres na produção e circulação d'*A Classe Operária* foi a primeira ação do trabalho feminino conduzido no interior do PCB. Não foi uma ação coordenada, planejada ou mesmo reconhecida como tal pela direção partidária, mas acabou permitindo que as militantes se tornassem figuras políticas conhecidas nos meios operários. Também passaram a ser reconhecidas pelos demais militantes pecebistas, já que a entrega dos

---

[153] Laura Brandão foi uma poetisa, militante do CMT e companheira do líder comunista Octávio Brandão, com quem teve três filhas. Sua trajetória política foi pouco debatida pela historiografia brasileira e os trabalhos que o fizeram, como a tese de Maria Elena Bernardes, procuraram destacar o fato de a militante nunca ter se filiado formalmente ao partido. Tal fato, nesses trabalhos, é apontado como prova de sua crítica à forma de organização e funcionamento do PCB e, assim, de seu distanciamento das fileiras comunistas. Contudo, em minha pesquisa, foi possível constatar a constante presença de Laura Brandão nas portas das fábricas promovendo comícios relâmpagos, atuando como oradora em eventos promovidos pelo BOC e pelo CMT, trabalhando como redatora do jornal *A Classe Operária* e foi possível constatar seu empenho em auxiliar mulheres comunistas a organizarem núcleos do CMT em diversas cidades, como Petrópolis e São Paulo. Ainda que não exista registro de sua filiação ao PCB, sua trajetória junto ao partido foi marcada pela adesão ideológica e por uma atuação política intensa. Inclusive, quando se exilou na URSS ao lado do marido e das filhas, local em que viria a falecer, Laura Brandão passou a trabalhar junto à Rádio Moscou, dando continuidade a sua militância. Sua dedicação foi reconhecida por outras militantes do partido ao longo dos anos, tendo Laura, posteriormente, sido arvorada ao panteão de mulheres exemplares ao lado de Anita Garibaldi. Assim, atribuir sua atuação política ao mero desejo de acompanhar as ações do marido não parece refletir a dedicação de Laura Brandão aos seus ideais. BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**: a invisibilidade feminina na política. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

[154] Apenas em 1929 as mulheres chegam a ser 3% da organização partidária. CEDEM/UNESP, Fundo Internacional Comunista, rolo 9 IC, p. 594.

jornais era acompanhada da realização de comícios relâmpagos, momento em que as comunistas assumiam o papel de oradoras e divulgadoras das palavras de ordem do partido. Além disso, o próprio jornal se tornou uma ferramenta do trabalho político feminino do partido, já que passou a ser utilizado para a discussão da questão feminina.

Por meio de textos publicados em *A Classe Operária*, uma interpretação comunista sobre a realidade das mulheres pobres no país começou a ser esboçada, assim como passou a ser construída e partilhada uma representação comunista sobre o feminino. Os textos do jornal procuraram incluir as mulheres nas análises sobre a formação social, econômica e política do país que estavam sendo partilhadas pelo PCB e sinalizavam para a militância estratégias de ação que consideravam adequadas para a mobilização feminina. A capa do quinto número, publicado em 30 de maio de 1925, por exemplo, trouxe três artigos que faziam referência às mulheres pobres brasileiras. No primeiro deles, uma reportagem intitulada "A situação da classe trabalhadora em Pernambuco", um cenário sobre a condição de vida da mulher lavradora nordestina foi apresentado ao leitor como elemento que ajudaria a caracterizar o meio rural brasileiro. Orientada pelas teses de *Agrarismo e industrialismo,* a reportagem, a partir da análise da dinâmica social e econômica dos engenhos pernambucanos, pretendia denunciar a *medievalite* brasileira e suas relações com as elites industriais e com o imperialismo inglês e estadunidense. Para tanto, descrevia tipos sociais que comporiam não apenas a sociedade pernambucana, mas todos os sertões do país. Seriam eles o senhor de engenho (chamado de barão feudal), o cangaceiro, o vaqueiro, o rendeiro, o operário agrícola e a mulher lavradora.

De forma didática, o texto nos conduz ao argumento de que os sertões nordestinos viviam em "plena Idade Média", sendo o senhor de engenho uma versão moderna, e brasileira, do senhor feudal europeu. Singularizado por sua mesquinharia, seu apego à propriedade e sua falta de escrúpulos morais, o senhor de engenho foi descrito como responsável pelo atraso econômico e cultural dos sertões nordestinos. Contava, como braço armado, com o apoio dos cangaceiros, espécie de soldados mercenários que garantiam a perpetuação da liderança política e econômica do grande proprietário e não possuíam qualquer consciência de sua condição de explorados.

Entre as vítimas desse sistema feudal, o texto localizava o rendeiro, o operário agrícola e a mulher lavradora. O rendeiro seria aquele que precisava pagar pelo uso de certa quantidade de terra e, sendo pouco o dinheiro, pequena também era sua capacidade de produção. O operário agrícola foi definido como um trabalhador assalariado incansável, mas que se via relegado à miséria em função da exploração do senhor de engenho. Para sobreviver, chupava cana e

retirava madeira das matas para vender nas cidades às escondidas. Já a mulher lavradora foi assim apresentada:

> As filhas e as mulheres dos operários agrícolas e dos lavradores pobres não têm a menor garantia.
> Pobres e lindas caboclas do norte! Amadurecem depressa. Atingem um alto esplendor de fruta selvagem. Mas, logo, vem a luxúria do senhor ou do filho do senhor. Ou vem a luta desesperada pelo pão, a lucta contra a miséria e as doenças: as congestões, as syphilis, as lombrigas, as dores uterinas... E a flor selvagem rola no pó.
> Velhas rabugentas, vão pedir esmolas! (ilegível), no maior abandono. As crianças dão-lhes nomes extravagantes. E lá em uma noite de junho, fria e chuvosa, morrem de fome, de frio e de miséria...[155]

As filhas e esposas dos lavradores pobres foram apresentadas como as maiores vítimas do feudalismo brasileiro. Isso porque elas compartilhariam com os trabalhadores agrícolas a situação de miséria, de alienação e de opressão econômica, mas seriam submetidas, ainda, ao abuso sexual. Essa dupla exploração feminina – do trabalho e do corpo – imporia às lavradoras o envelhecimento precoce e as doenças, entre elas, as "dores uterinas", uma alusão ao sofrimento causado por experiências abortivas decorrentes de suas péssimas condições de vida. Essas "dores uterinas" demarcariam a especificidade da tragédia das mulheres pobres que viviam nos engenhos, pois destacariam o desrespeito àquilo que elas possuíam de mais feminino, a possibilidade da gestação. Além disso, diferentemente da descrição das mazelas estritamente econômicas sofridas pelos homens lavadores, as camponesas se tornavam vítimas dos maus-tratos de todos, inclusive das crianças, o que evidenciaria a ausência de solidariedade e até mesmo o preconceito por parte dos outros trabalhadores agrícolas em relação às mulheres que sucumbiam à miséria e ao abuso sexual.

A lavradora, tal como foi descrita na reportagem d'*A Classe Operária,* surgia como a versão brasileira da *baba* soviética, uma mulher sem consciência política, ingênua, afeita às superstições. Um produto de um mundo atrasado, rural, dominado pela precariedade das técnicas de produção, pela miséria, pela religião e pelo "autoritarismo paterno". O patriarcado foi reconhecido no texto como uma realidade condenável, como um dos vestígios do regime feudal que se impunha aos engenhos e que, sobretudo, vitimava a mulher lavradora[156] e o país.

---

[155] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 30/06/1925.

[156] Anos mais tarde, ao longo da década de 1930, diversos romances proletários publicados por literatos comunistas como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dalcídio Jurandir, Permínio Ásfora e Oswald de Andrade evidenciarão que essa interpretação divulgada por *A Classe Operária* acerca da condição da mulher lavradora se consolidaria no imaginário comunista. Esses literatos, ao se dedicarem a narrar as mazelas vividas pelas populações pobres dos

Na segunda reportagem da capa d'*A Classe Operária* de 30 de maio de 1925, o cenário de descaso em relação às mulheres foi transposto para a então capital brasileira, o Rio de Janeiro. No texto intitulado "A angústia das massas trabalhadoras", a tragédia vivida por uma operária varredeira foi apresentada como um dos exemplos das mazelas enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras. A reportagem foi iniciada com a enumeração de trabalhadores mortos em função de acidentes de trabalho em várias regiões do mundo e, em seguida, passou a descrever dramas vividos pelos operários brasileiros. Duas histórias são destacadas. A primeira, o grave acidente sofrido por um jovem de 17 anos que teve o braço, as pernas e o crânio fraturados enquanto manuseava o maquinário. Segundo o redator, esse episódio bastaria para evidenciar a necessidade de uma nova lei contra acidentes durante o exercício laboral[157] e, sobretudo, para escancarar a falta de sensibilidade e justeza dos capitalistas. Mas "o caso não ficou aí" e o acidente do jovem gerou ainda uma outra vítima:

> A operária varredeira Etelvina Ferreira de Assumpção, moradora a rua Pereira Pontes, n. 161, achava-se grávida de 4 meses.
> Tendo ido varrer, na segunda-feira, a seção das urdideiras, descobriu a larga mancha de sangue do companheiro. Teve um abalo profundo. E abortou. Apesar de fazer parte da associação patronal, recolheu-se a sua casa em estado grave.
> A CLASSE OPERARIA, que é um jornal feito pelas vítimas do capitalismo, para as vítimas do mesmo capitalismo, visitou Etelvina. Em um casebre de zinco e madeira, deitada, Etelvina gemia de dor.
> Conta-nos que ganhava 5$ por dia![158]

O objetivo da reportagem ao denunciar as tragédias ocorridas com o trabalhador de 17 anos e a operária Etelvina era defender a necessidade da ampliação da proteção jurídica aos trabalhadores vitimados por acidentes no ambiente de trabalho. Apesar de existir uma lei

---

sertões brasileiros, sempre apontavam as mulheres lavradoras como vítimas da miséria e da devassidão do grande proprietário e seus filhos. Como exemplo, no romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, o narrador e protagonista é o coronel Paulo Honório, que se apresenta como um homem ambicioso e cruel. Além de todas as agruras que impunha a seus trabalhadores, o coronel revela as diversas dimensões de seu poder masculino, o qual submetia a sua esposa a suas vontades e desejos e lhe permitia tomar como propriedade o corpo de Rosa, mulher de seu empregado Marciano. RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1994. Para mais informações sobre a construção das personagens camponesas como vítimas da devassidão do grande proprietário nas obras de militantes comunistas, ver: SOARES, Paula Elise Ferreira. Os camponeses e os latifundiários na literatura comunista. In: _____. **As representações do camponês e do latifundiário brasileiros**: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. p. 102-132.

[157] Mediante relato desse episódio, o partido retoma o debate sobre a lei de acidentes, que apesar de existir não era aplicada. Uma das maiores reivindicações operárias dos anos 1920 foi a proteção àqueles que se acidentavam e em decorrência disso não podiam mais trabalhar. Nessa reportagem, o PCB reconhece e se solidariza com essa demanda operária.

[158] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 30/06/1925.

relativa ao assunto em vigor desde 1919, conquistada após os movimentos grevistas de 1917, os comunistas consideravam que a aplicação da lei não acontecia e os trabalhadores, em 1925, continuavam desassistidos, sem acesso a ajuda hospitalar e financeira. Interessa-me, entretanto, o destaque que o redator deu à experiência da operária Etelvina, tendo *A Classe Operária,* inclusive, se preocupado em visitá-la para realizar uma entrevista.

No texto, Etelvina Ferreira foi apresentada como uma mulher miserável e solitária, uma inocente que se mantinha submissa e obediente aos desígnios patronais apesar de toda tragédia vivida. Tal qual a mulher lavradora dos engenhos "do norte", a operária foi descrita como alguém que não possuía consciência dos mecanismos sociais, econômicos e políticos que lhe impunham a condição de miséria, de exploração e, inclusive, de agressão ao seu corpo. O capitalismo na cidade, assim como o feudalismo no campo, infligia às operárias as "dores uterinas" e as abandonava a própria sorte.

Após sensibilizar os leitores com a história trágica de Etelvina, *A Classe Operária* se dirigiu às operárias e lhes fez um chamado:

> Pobres mulheres trabalhadoras! Triste sorte, a vossa, companheiras, até quando compreenderdes o caminho da vossa libertação – o caminho que A CLASSE OPERÁRIA vos mostra!
> A libertação dos operários depende da libertação das operárias. Sem o vosso apoio, companheiras, nós operários pouco podemos fazer. Sem a vossa coragem, sem a vossa dedicação, sem o vosso espírito de sacrifício, o proletariado não vencerá vossos inimigos poderosos.
> Mulheres trabalhadoras, acordai! Bebei o episódio da companheira Etelvina a lição do que é o patronato!
> Mulheres, o patronato vos mata os filhos, atira-os à miséria. E vos faz abortar, e vos abandona...
> Mulheres! Ouvi o vosso grito! Lutemos por libertar os milhões de mulheres trabalhadoras![159]

Com essa convocação, *A Classe Operária* reconhecia a participação feminina como fundamental para o processo revolucionário no Brasil. Segundo sugere o texto, para os comunistas a libertação de homens e mulheres deveria ser uma construção conjunta, já que a revolução brasileira seria impossível sem a "coragem", a "dedicação" e o "espírito de sacrifício" das mulheres operárias. Assim, embora imersas na ignorância acerca das lutas por sua libertação, as operárias carregariam em si o potencial para se tornarem revolucionárias.

[159] *Ibidem*.

Precisavam, apenas, aproximar-se das fileiras do partido comunista para compreenderem sua realidade e encontrarem grandes aliados.

É justamente o exemplo de um grupo de mulheres conscientes das mazelas vividas pelos trabalhadores e organizadas politicamente que encontramos no terceiro texto publicado na capa do quinto número de *A Classe Operária.* Operárias charuteiras de São Félix (BA) enviaram ao jornal um manifesto em que denunciavam suas condições indignas de trabalho e os descasos dos patrões com as demandas femininas: "Levamos ao conhecimento do operário industrial e agrícola, os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores". Com um vocabulário que evidenciava a proximidade das charuteiras da cultura política comunista, elas denunciaram as péssimas condições de higiene, remuneração injusta, ausência de garantias para as mulheres grávidas e a impossibilidade de se manifestarem politicamente no dia 1º de maio[160], Dia dos Trabalhadores. Segundo elas, "os burgueses" de São Felix estavam "fazendo de nós mendigas"[161].

A imagem da mendicante já havia sido usada pelos redatores d'*A Classe Operária* para indicar o destino das mulheres lavradoras, vítimas do sistema feudal dos engenhos nordestinos. Dessa vez, eram as mulheres operárias que informavam a tentativa dos patrões capitalistas de submetê-las a uma vida miserável e sem garantias. Contudo, diferentemente das lavradoras, ou mesmo da operária Etelvina, essas charuteiras se apresentavam como conscientes da necessidade da luta pela libertação dos trabalhadores. Inclusive, convocavam os operários e trabalhadores agrícolas a conhecerem sua realidade e, assim, se solidarizarem com seus anseios. Após narrarem suas mazelas, elas apresentaram aos leitores do jornal uma lista de reivindicações econômicas, higiênicas e políticas pelas quais estavam dispostas a lutar. Essa lista incluía demandas trabalhistas femininas específicas associadas a pautas gerais que vinham sendo reclamadas por trabalhadores de diversas regiões do país desde o começo do século XX:

> salário fixo (…), pagamento semanal (…), licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral (…), água pura e copos, bancos especiais para as

[160] Essas demandas apresentadas pelas charuteiras são bandeiras defendidas por mulheres trabalhadoras desde os primeiros anos do século XX. Esse contexto político e social será analisado no capítulo 2. Para mais informações, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[161] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 30/05/1925.

> companheiras grávidas (…), direito de livre associação, não sermos despedidas quando comemoramos o primeiro de maio[162].

Ao publicar essas demandas apresentadas pelas charuteiras, *A Classe Operária* as reconhecia como legítimas e, pela primeira vez, apontava para a plataforma de direitos que passaria a defender como essenciais para as mulheres trabalhadoras brasileiras.

As três reportagens publicadas lado a lado no quinto número d'*A Classe Operária* apresentam duas formas de ser mulher trabalhadora reconhecidas pelos comunistas na sociedade brasileira. A primeira, a vítima do sistema econômico e cultural. Sem a compreensão dos mecanismos de funcionamento desse sistema e sem garantia de direitos, as mulheres pobres do campo e da cidade viveriam experiências de abandono, miséria, abusos sexuais, desrespeito ao seu corpo e ao seu direito à maternidade. Elas seriam submetidas à autoridade masculina no ambiente familiar e seriam impedidas de conquistar sua dignidade financeira no espaço público. Como não vislumbravam a possibilidade de construir outras formas de vida, essas mulheres permaneciam apáticas politicamente e acabavam seguindo o destino cruel que lhes era traçado pela sociedade brasileira atrasada, desigual e patriarcal.

A segunda forma de ser mulher trabalhadora era se tornar revolucionária, o que implicava ser consciente dos direitos que deveria possuir e ser capaz de sonhar com uma nova vida. Essa mulher consciente não se sujeitava e, apesar de sofrer as humilhações impostas pelo sistema e pelos patrões, unia-se a outras companheiras para lutar por respeito e dignidade. Apesar de pobre e explorada, a trabalhadora revolucionária teria alguma educação política, o que a transformava em aliada do proletariado na construção de um mundo de justiça.

Diante dessa forma de compreender a condição das mulheres pobres na sociedade brasileira, o partido reconhecia que a tarefa de as conscientizar sobre os processos que as vitimavam no capitalismo seria o mecanismo que permitiria transformá-las em revolucionárias. Promover a tomada de consciência das mulheres pobres seria a principal tarefa do trabalho político feminino do PCB e, para tanto, o partido destacava a importância de garantir às mulheres tanto a educação formal, em especial a alfabetização, como a educação política ancorada em preceitos marxistas. No texto intitulado "A educação das mães proletárias", publicado na nona edição d'*A Classe Operária,* o PCB convocava os militantes, justamente, a promoverem a educação política das mulheres, propondo que começassem pelas integrantes de

---

[162] *Ibidem.*

suas famílias. Apesar da menção à figura da mãe no título da reportagem, o texto se referia à importância de educar todas as integrantes das famílias de militantes comunistas, fossem elas filhas, irmãs, esposas ou primas. Os homens do partido deveriam assumir o papel de professores e sua competência enquanto comunistas seria testada a partir de seu sucesso na empreitada de garantir o aprimoramento cultural às mulheres de sua convivência direta:

> Aquele que não consegue transformar os seus não só vive um verdadeiro inferno, como tal lacuna é um sinal de sua inferioridade como militante. Aquele, porém, que o consegue sente logo um redobrar de energias. O lar do operário deve ser o prolongamento do sindicato, o lar do marxista deve ser um prolongamento do partido[163].

Se por um lado o texto defendia a obrigação masculina de contribuir para construção da igualdade de condições culturais entre homens e mulheres, uma vez que definia que os militantes não poderiam relegar as mulheres a uma condição de inferioridade, por outro partia do pressuposto de que os homens possuíam uma condição de superioridade cultural prévia. Em parte, esse pressuposto poderia ser justificado pelo fato de existir entre os homens, nos anos 1920, uma taxa de escolaridade maior que entre as mulheres[164]. Além disso, nas fileiras do PCB o número de homens era significativamente maior do que o de mulheres e, sendo eles já comunistas, eram vistos pelo partido como detentores de conhecimento teórico suficiente para se tornarem replicadores dos fundamentos marxistas e da cultura política comunista.

Apesar dessas justificativas, entretanto, outras concepções partilhadas no texto sobre o feminino evidenciam que o pressuposto pecebista da superioridade cultural masculina decorria, sobretudo, do olhar ambíguo atribuído pelos comunistas às mulheres. O texto afirmava, por exemplo, que a "mulher analfabeta é um sério obstáculo para a obra da transformação"[165], já que seria mais aberta a influências consideradas reacionárias, como a religiosidade, quando comparada ao homem de mesma condição social. Ao se aproximarem das forças conservadoras as mulheres analfabetas canalizariam toda sua capacidade de mobilização para a disseminação dos preceitos contrarrevolucionários e acabariam se tornando dedicadas inimigas do partido.

Segundo a reportagem, essa maior abertura ao misticismo e a outras forças conservadoras decorreria da "maior dose de sentimento" que as mulheres possuiriam quando

---

[163] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p.1 27/06/1925.

[164] FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*., p. 24.

[165] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 27/06/1925.

comparadas aos homens. Para os comunistas, a menor capacidade de raciocínio atribuída por diversos setores da sociedade brasileira[166] às mulheres seria um dado da realidade. Contudo, decorreria não de uma condição natural irreparável, mas da falta de oportunidade de instrução a que a maioria delas era submetida na sociedade capitalista. Não sendo considerada pelos comunistas uma característica biológica, poderia ser por eles transformada, o que tornava imprescindível o empenho dos militantes do partido.

Como estratégia didática a ser empregada no processo de educar as mulheres, a reportagem sugeria aos homens pecebistas que atraíssem a atenção das integrantes de suas famílias a partir de abordagens sentimentais. Era preciso:

> (…) ver qual é o fraco da mulher e por aí penetrar firme, lembrando-se sempre de que é mais fácil prendê-la pelo lado do sentimento do que pelo lado do pensamento. Todavia, é preciso que os argumentos baseados no sentimento sejam vehiculos para os argumentos baseados no pensamento. Assim, o companheiro aponta vários argumentos da miséria proletária até comover a companheira. Aí então, depois da pancada, na ferradura, dá a pancada no cravo. Diz-lhe que aquela miséria não terá fim, enquanto existir o capitalismo, porque o capitalismo só tem em vista o lucro. Portanto, para extinguir a miséria, é preciso extinguir o capitalismo, é preciso estabelecer o governo proletário, a ditadura do proletariado... Por essa forma a companheira, tendo partido do sentimento, do humanitarismo, do subjetivismo, atingirá as alturas da razão fria, do objetivismo[167].

Transformar o subjetivismo que envolvia a forma de pensar das mulheres em objetivismo era a forma mais eficaz de evitar que elas se tornassem um obstáculo à revolução, pois permitiria "ir cortando as tendências místicas"[168]. É importante destacar que a sensibilidade atribuída às mulheres era encarada como algo negativo quando ofuscava a racionalidade e objetividade de pensamento. Contudo, na medida certa, seria uma característica necessária a todo militante, assim como outras qualidades classificadas socialmente como femininas:

> Se de um lado, ela tem atualmente menos capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a esse em finura, paciência, habilidade, abnegação – qualidades importantes em um marxista. E quando toma a peito uma tarefa, vai sempre longe. Basta citar Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Krupskaya, e tantas outras combatentes

---

[166] Para mais informações, ver: RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil – 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

[167] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 27/06/1925.

[168] *Idem*, p. 1, 30/05/1925.

> da transformação proletária mundial. Será, pois, um tempo bem empregado aquele que despendermos com nossas companheiras e filhas.

Essa suposta orientação cultural da mulher para o sensível não deveria ser extirpada, mas equilibrada pelo acesso à informação e à educação marxista. Tornar-se comunista pressupunha encontrar o equilíbrio entre o sentimentalismo e a racionalidade, entre a paciência e a proatividade, entre a finura e a agressividade. Por isso, no processo da educação das mulheres proletárias, aos homens caberia ensinar as letras e as ciências àquelas que ainda não haviam tido acesso à instrução e com elas, simultaneamente, os homens deveriam aprender as sutilezas do trato com o outro e a dedicação a uma causa.

Não é possível negar, entretanto, que o discurso essencialista que sustentava o artigo d'*A Classe Operária,* ainda que não se ancorasse em fundamentos biológicos imutáveis, partia do pressuposto da inferioridade política feminina. Essa percepção era reforçada nas fileiras do PCB pelo baixo índice de sindicalização entre as operárias, dado que era interpretado como um distanciamento feminino das lutas políticas. Em relatório enviado por Astrojildo Pereira ao Secretariado sul-americano da IC, o líder comunista afirmou:

> No terreno sindical, é insignificante o número de mulheres organizadas. Mesmo nos tempos de ouro do sindicato da indústria têxtil – 1918 a 1920 –, em que o número de mulheres é maior, elas se mantiveram muito longe de assumir uma participação tão ativa na luta quanto aquela desempenhada pelos homens[169].

Ao contrário do que relatou Astrojildo Pereira, as operárias brasileiras tiveram atuação bastante expressiva nas lutas trabalhistas ocorridas nas primeiras décadas do século XX. Inclusive, foi através de suas ações que se iniciou a paralisação[170] que desencadeou a greve geral de 1917. Entretanto, as operárias possuíam, de fato, pouca adesão aos sindicatos, tanto porque não reconheciam seus interesses representados nas lutas encampadas por essas organizações, as quais eram comandadas por homens que muitas vezes defendiam até mesmo a saída das mulheres do mercado de trabalho e sua substituição pela mão de obra masculina, quanto porque temiam ter sua honra questionada[171]. A maioria das operárias se organizava a

---

[169] Tradução minha do original: "en el terreno sindical es insignificante el número de mujeres organizadas. Aún en los tiempos de oro del sindicato de la industria textil – 1918 a 1920 – donde es mayor el número de mujeres, estas estuvieron siempre muy lejos de tomar una participación tan activa em la lucha como los hombres". AMORJ/UFRJ, Coleção ASMOB, **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, v. 2, p. 9.

[170] FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[171] *Ibidem*.

partir de laços de sociabilidade construídos através de suas vizinhanças ou de suas famílias e se reunia em ligas operárias[172]. Apesar disso, para Astrojildo Pereira, a única atuação política relevante no começo dos anos 1920 parece ter sido a masculina, conduzida por meio dos sindicatos. Segundo ele, as mulheres pobres brasileiras estariam mergulhadas na apatia decorrente do "analfabetismo, obscurantismo e fanatismo", mazelas que não acometeriam os homens inseridos nas mesmas condições sociais.

Dessa forma, a conclusão do líder comunista se ancorava em uma interpretação sobre a realidade feminina que se sustentava em uma visão negativa sobre as mulheres. Essa visão decorreria da certeza de que além de vítimas ou revolucionárias, para os militantes do PCB, as mulheres, de forma ambígua, poderiam assumir ainda uma terceira identidade, a de contrarrevolucionárias. Diferentemente dos homens proletários, os quais, para os comunistas, possuiriam uma tendência política ao comportamento revolucionário em função de sua consciência de classe, as mulheres teriam a tendência a se manter ignorantes acerca de sua condição social e seriam seres facilmente influenciados. O trabalho feminino, nesse sentido, era fundamental para o partido porque, além de permitir a ampliação das forças comunistas, impediria o crescimento das fileiras reacionárias.

Em 10 de março de 1926, em uma carta, Astrojildo Pereira, em nome do PCB, comprometeu-se com o Secretariado sul-americano da IC a atrair mais mulheres para o partido e lutar para a superação das mazelas que acometiam as brasileiras. Segundo o órgão internacional, até a realização da Jornada Internacional da Mulher em abril de 1926, poucos partidos comunistas da América Latina haviam começado o trabalho político entre as mulheres. Essa deficiência, inclusive, teria resultado no adiamento da Jornada na América do Sul, já que o movimento comunista do resto do mundo pretendia realizá-la no dia 8 de março de 1926 como forma de marcar o Dia Internacional da Mulher. Em seu relatório, Astrojildo Pereira reconheceu a defasagem do PCB e assumiu o compromisso de fazer da Jornada Internacional o ponto de partida para a ampliação do trabalho político com as mulheres brasileiras.

Em 4 de abril de 1926, "realizou-se a comemoração da Jornada Internacional da Mulher Operária"[173] no Rio de Janeiro. O evento parece ter sido composto por dois momentos principais, um discurso feito pela militante Nympha Vimmar e outro conduzido por um

---

[172] Uma dessas ligas era comandada por uma mulher, Maria Antônia Soares. Para mais informações, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[173] Informe elaborado por Octávio Brandão à IC. CEDEM/UNESP, Fundo Internacional Comunista.

comunista não identificado. Sobre este sabemos apenas que tratou das "mulheres heroicas da revolução russa", os modelos exemplares que os militantes do PCB procuravam divulgar para inspirar as mulheres do partido e dos meios operários. Já o discurso de Vimmar abordou a questão feminina de forma mais ampla e foi transcrito na edição especial d'*A Classe Operária* do dia 1º de maio de 1926. Através dele podemos perceber como uma das integrantes do partido se posicionava em relação às representações sobre o feminino que vinham sendo veiculadas pela direção do PCB desde 1925.

Em seu discurso, Nympha de Vimmar reafirmou vários argumentos antes defendidos em *A Classe Operária.* Primeiro, o de que as mulheres seriam mais sensíveis que os homens. Elas seriam "a fonte do sentimento" e por isso sofreriam mais diante da perda de filhos, companheiros e amigos sacrificados na luta de classes. Em segundo lugar, a militante também defendeu que a mulher era "a maior vítima, a mais explorada pela burguesia"[174], já que trabalhava tanto quanto o homem, mas "sofre a injustiça de receber a metade do salário". Por fim, destacou a capacidade de ação da mulher politizada utilizando como exemplo a atuação de Anna Kalyguina, uma operária russa de 25 anos que teria atuado no Exército Vermelho e teria se mostrado "mais forte que os próprios homens". Vimmar afirmou que a mulher era a "pedra de toque para a conquista das vitórias comunistas" porque sua influência seria incomparável "nos momentos de luta, principalmente quando ela está cônscia do seu papel de revolucionária".

Por outro lado, em seu discurso, Vimmar defendeu que, quando se distanciava de seus "companheiros de luta", a mulher pobre se tornava uma ferramenta da exploração capitalista:

> O patrão aproveitando-se da inconsciência das operárias procura substituir os homens por elas, a fim de pagar menos, obtendo as mesmas vantagens como se fossem homens E a operária, na sua inconsciência grassa, auxilia o seu algoz, traindo lamentavelmente os seus companheiros obreiros. Não há maior inimigo da operária que o capitalista. Fingindo desconhecer os seus esforços sobre-humanos, ele exige da mulher a prática de trabalhos fatigantes, obrigando a posições forçadas no período de gestação, concorrendo para o aniquilamento no novo rebento e acarretando graves consequências para sua saúde e bem-estar físico.

Nessa passagem, Vimmar referendava o argumento do antifeminismo proletário, existente nos meios operários europeu e brasileiro desde as últimas décadas do século XIX, que atribuía às mulheres a culpa pelo aumento do desemprego masculino. Entretanto, a militante procurava justificar que as mulheres aceitavam substituir a mão de obra masculina em piores

[174] 1º de Maio, 1/05/1926 (número único), p. 2. In: **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, 04/07/1925.

condições por necessidade econômica e por falta de educação política. O trabalho assalariado feminino não seria a real causa do desemprego masculino, mas sim a ganância dos patrões capitalistas e a falta de instrução das mulheres trabalhadoras. A luta, portanto, deveria ser pela conquista de melhores condições de higiene, remuneração e descanso para todos os operários, e não pela expulsão das mulheres do mercado de trabalho.

Além da manipulação do patrão, outro destino apontado por Vimmar para a mulher pobre que se mantinha despolitizada era sucumbir à sedução do burguês, homem de moral duvidosa, que atraía a operária ingênua "com seus milhões" e transformava o casamento numa transação financeira: ele comprava "aquela mulher como compraria um lindo cão ou outro animal de raça". O romantismo, as promessas de conforto seriam estratégias utilizadas pelo burguês para envolver a operária e moldar seu caráter, transformando-a em uma nova integrante das classes abastadas. Inserida nas fileiras burguesas, a operária acabava revelando sua potencialidade conservadora e autoritária, tornando-se mais "déspota que o seu comprador ou senhor".

Em seu discurso, Vimmar reafirmou ser a ambivalência, já apontada pelo PCB, uma característica inerente à condição feminina, mas argumentava que os próprios operários e membros do partido contribuíam para o distanciamento político feminino e, consequentemente, para sua aproximação das fileiras reacionárias. Em passagens desconcertantes para o partido, a militante denunciou o machismo proletário:

> Ainda que trabalhe 8 horas na fábrica ou ateliê, ela em chegando à casa, (geralmente desconfortável), apesar de fatigada, além das exigências do companheiro por vezes indelicado, encontrará novos afazeres não menos fatigantes que instintivamente será forçada a fazer.
> Se ela tiver crianças, a sua vida será pior ainda; se confiar no salário do companheiro e deixar de trabalhar, fatalmente a miséria invadirá o seu lar...
> (…)
> Não pomos em dúvida o efeito ocasionado pela situação econômica pouco favorável. Mas, o atraso industrial, a falta de instrução e disciplina, o menosprezo do homem para levar suas companheiras às reuniões, muito tem concorrido para o retardamento do conhecimento das vantagens adquiridas pelo regime comunista.

Vimnar chamou a atenção para o fato de que não apenas os senhores de engenho e patrões teriam posturas patriarcais, como *A Classe Operária* já havia apontado, mas também os próprios trabalhadores, que, indelicados, contribuiriam para sobrecarregar as mulheres com suas exigências domésticas. A militante destacou a existência da jornada dupla de trabalho para as mulheres, a falta de apoio dos homens com o cuidado com os filhos e a existência do domínio

masculino no seio da família operária. Além disso, destacou que os militantes desobedeciam às orientações partidárias ao se recusarem a levar suas companheiras e filhas às reuniões políticas que frequentavam. Se tantos quadros do partido eram casados, como explicar o baixo número de mulheres nos eventos do PCB?

Por fim, Vimnar informou que esse cenário de ignorância, submissão, opressão e conservadorismo vivenciado pelas mulheres trabalhadoras não seria realidade em todo o mundo. "Somente nós, operárias do Brasil, é que sob uma nostalgia doentia, dormimos o sono do esquecimento enquanto denodadas companheiras russas, francesas, italianas, alemãs, norueguesas, trabalham para o PC tomando parte em suas reuniões, comentando as vantagens do comunismo e gozando os seus benefícios"[175]. Sua mensagem final era clara: a exploração feminina era específica e era promovida por capitalistas e operários; a ambivalência da situação feminina existia e exigia um constante estado de alerta por parte do partido; e o trabalho feminino político era urgente e deveria mobilizar militantes de ambos os sexos.

Não foram encontrados registros de reações causadas pelos eventos da Jornada Internacional da Mulher Operária entre os militantes comunistas, mas, pouco após a realização do evento, foi criado o Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras. O compromisso de iniciar a mobilização feminina assumido pelo PCB um mês antes de ser realizada a Jornada junto ao Secretariado Sul-americano da IC foi cumprido. O Comitê foi estruturado mediante um esforço conjunto de homens e mulheres comunistas e garantiu o posicionamento do partido nas lutas femininas por direitos trabalhistas.

## 2.3 O COMITÊ DE MULHERES TRABALHADORAS

No dia 3 de agosto de 1928, pouco após a criação do BOC e da Juventude Comunista, num contexto de abertura política[176] decorrente do fim do estado de sítio, surgiu, na cidade do Rio de Janeiro, o Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras (CMT). Sua fundação foi conduzida pelo mesmo grupo que estruturou o BOC – Octávio Brandão, Minervino de Oliveira, Joaquim Nepomuceno e Laura Brandão – e foi orientada pelo objetivo de promover o

[175] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 2, 01/05/1926.

[176] Em virtude do fim do estado de sítio que havia perdurado durante todo o governo de Artur Bernardes, que terminou no final de 1926, o PCB pôde promover a ampliação de suas organizações auxiliares.

envolvimento feminino nas campanhas eleitorais conduzidas pelos comunistas[177]. O CMT foi pensado para funcionar, assim como o BOC, como uma entidade externa ao PCB, destinada a mobilizar as massas femininas e atraí-las para a atuação política. Sua criação aconteceu antes mesmo de o PCB estruturar um órgão oficial do partido para conduzir o trabalho político feminino, o que, como abordarei no capítulo seguinte, só seria concretizado um ano após o surgimento do CMT.

Como órgão auxiliar do BOC, o CMT, além de dividir um mesmo espaço sede – uma sala localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro[178] –, integrava sua direção. A militante comunista Maria Lopes foi escolhida para representar o Comitê junto ao comando do Bloco e em todas as reuniões possuía direito de voz e voto idênticos aos demais integrantes. Maria Lopes foi uma operária comunista, casada com o também militante José Vicente Lopes. Existe registro da atuação de uma costureira de mesmo nome junto às fileiras anarquistas no meio operário paulista em 1906. Essa Maria Lopes teria se unido a outras mulheres, como Teresa Fabri e Teresa Carini, para, por meio de um artigo no jornal *A Terra Livre*, incentivar a adesão feminina ao movimento grevista que teria sido iniciado em São Paulo. Contudo, não foi possível confirmar se essa costureira seria a mesma Maria Lopes a atuar nas fileiras comunistas do Rio de Janeiro nos anos 1920. Sobre a militante do PCB, o que foi possível constatar é que promovia ações de agitação política nas portas das fábricas e teve uma atuação intensa na direção do CMT, o que acabou por torná-la conhecida da repressão governamental e reconhecida pelo PCB.

Em relação à participação de Maria Lopes nas reuniões do BOC[179], não foram localizados registros de suas intervenções, mas ela participou do debate sobre a escolha dos nomes que disputaram os cargos eletivos pela frente eleitoral comunista no Rio de Janeiro em 1928 e da definição dos eventos políticos e eleitorais que foram promovidos. Além disso, ao ser integrada à direção do Bloco, a militante passou a atuar, ao mesmo tempo, junto à direção partidária, já que nomes importantes do partido, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, integravam o BOC e trabalhavam pelo seu sucesso.

---

[177] A participação nos pleitos eleitorais foi a grande aposta do PCB para ampliar seu leque de alianças e ganhar notoriedade na política nacional até pelo menos 1930.

[178] O BOC e o CMT chegaram a funcionar na mesma sala, sediada à rua Senador Pompeu, 246. Para isso, ver: APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 1598, Comitê de Mulheres Trabalhadoras.

[179] Em seu livro de memórias, Octávio Brandão aponta a presença de Maria Lopes durante as reuniões do BOC. BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*. p 348.

A opção pela fundação de um comitê eleitoral feminino não decorreu de um estudo das demandas e necessidades apresentadas pelas operárias em suas mobilizações. A conquista dos direitos políticos não foi pauta de nenhuma das várias greves ou das ações lideradas por elas desde a proclamação da República. A opção pelo CMT parece ter se originado do desejo dos comunistas de garantir a presença das trabalhadoras no desenvolvimento de um projeto político de muita visibilidade. Assim, se por um lado demonstrava o distanciamento do partido da realidade das operárias, público que pretendia alcançar, por outro evidenciava o compromisso do partido de envolver as mulheres em suas principais ações. Apesar de elas não terem acesso aos direitos políticos no Brasil no fim da década de 1920, o que comprometia a capacidade de interferirem no resultado das eleições, os comunistas acreditavam que o envolvimento delas na preparação e condução das candidaturas do BOC seria uma forma de promover a educação política feminina.

Certamente, a opção pela estruturação do CMT não estava relacionada com a tentativa dos comunistas de engrossarem a luta sufragista no Brasil. Muitas mulheres das classes média e alta se mobilizavam em todo o país desde o século XIX reivindicando o direito feminino ao voto e à participação, como candidatas, nos pleitos eleitorais. Essa luta foi ganhando mais destaque justamente a partir da década de 1920, em função da atuação de Bertha Lutz. Contudo, enquanto as feministas e, até mesmo, as católicas[180] acreditavam que a conquista do sufrágio poderia promover uma transformação significativa nas condições de vida das mulheres no Brasil, as comunistas possuíam uma visão menos otimista. É essa visão, inclusive, que o próprio CMT procurou divulgar em um texto publicado no jornal *A Classe Operária*, em 6 de julho de 1929[181].

No artigo, o Comitê afirmava que, apesar de considerar justa e defender a conquista do voto feminino, não acreditava que em um regime capitalista esse direito pudesse ser efetivamente aplicado e transformado em um instrumento de emancipação feminina. Segundo as comunistas, apesar de considerarem as mulheres aptas a atuarem no mercado de trabalho, onde são exploradas, os burgueses, "sob o pretexto de que a mulher foi feita para o lar e para os filhos, nega(m)-lhe o menor direito, o do voto, o de escolher ou ser escolhida para a

[180] Para mais informações sobre o posicionamento católico a respeito do sufrágio feminino, ver: VALENTE, Polyana Aparecida. **Mulheres católicas em ação**: caridade, saúde e divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

[181] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, p. 2, 06/07/1929.

administração do país"[182]. Para as comunistas, a burguesia era capaz de concordar com o afastamento das mulheres do ambiente doméstico para utilizá-las como mão de obra barata. Porém, contraditoriamente, recorreriam ao discurso conservador que as descrevia como seres que deveriam se manter confinados ao lar para justificar seu impedimento de participar da vida política institucional do país. A burguesia era uma classe imoral e exploradora e, enquanto estivesse à frente do poder, inviabilizaria a real emancipação feminina. Dessarte, para o CMT, a condução da luta sufragista por burguesas já indicaria a falácia de sua proposta de ampliação de direitos políticos para todas as mulheres.

Afirmava o CMT:

> Nos batemos pelo direito do voto às mulheres trabalhadoras.
> Mas, não como a representante burguesa do Brasil ao Congresso europeu das mulheres, que acaba de apoiar a Liga das Nações imperialistas.
> Queremos o voto feminino como meio de agitar as largas massas de mulheres trabalhadoras na política de classes independente.
> Só o voto pelo voto nada adiantará à mulher trabalhadora. Outros países burgueses o têm e neles as nossas companheiras permanecem na mesma situação de exploração e de opressão econômica e política.
> O voto isolado nada adiantaria às mulheres trabalhadoras do Brasil, porque, mantido o actual sistema de alistamento eleitoral, poucas seriam as companheiras que poderiam exercer o voto, visto como o regime as mantém quase todas no mais negro analfabetismo, na ignorância mais completa que se revela, sobretudo, entre trabalhadoras dos campos.
> Queremos o voto como meio de educar e de preparar a mulher trabalhadora para a sua emancipação econômica porque só depois de completamente emancipada, com todo o proletariado, poderá a mulher gozar de todos os direitos políticos tal qual se dá na Rússia[183].

Fazendo uma referência crítica à atuação de Bertha Lutz, as comunistas do CMT do Rio de Janeiro denunciavam que a luta pelo voto no Brasil era conduzida sem se considerar a inclusão desse direito às trabalhadoras[184]. Isso porque as sufragistas não reivindicavam a transformação do sistema eleitoral brasileiro, mas apenas a inclusão das mulheres que cumprissem os mesmos critérios impostos aos homens, como a alfabetização. Por esse critério, apenas as representantes das classes abastadas seriam, pois, contempladas, permanecendo

---

[182] *Ibidem.*

[183] *Ibidem.*

[184] Para mais informações sobre outras organizações e personalidades, como Maria Lacerda de Moura, que possuíam críticas ao sufrágio feminino, ver: SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

grande parcela das operárias excluídas do acesso à cidadania, como excluídos também eram os homens que não tinham acesso à educação formal.

Para as militantes do CMT, o voto feminino só concretizaria a liberdade política das mulheres se as opressões econômicas e sociais fossem superadas e se, de fato, fosse um mecanismo capaz de garantir a todas a possibilidade de atuar em altos cargos políticos e administrativos. Por isso, a Rússia, pátria comunista, era apresentada como exemplo de emancipação feminina, já que ali, acreditavam, as mulheres teriam conquistado a igualdade entre os sexos, tendo assumido cargos de liderança na administração política e, até mesmo, na aviação, "onde cerca de 600 mil mulheres se dedicam ao preparo da defesa das conquistas da Revolução Proletária contra os assaltos premeditados pela burguesia internacional". Desse modo, em lugar de engrossar as fileiras sufragistas, o CMT afirmava acreditar, em 1929, na necessidade de promover a conscientização política das mulheres mediante seu envolvimento nas lutas trabalhistas e nas grandes pautas do movimento comunista internacional.

Essa visão pessimista sobre a capacidade do direito ao voto de transformar a realidade feminina não era exclusiva das comunistas. Muitas anarquistas e intelectuais partilhavam das mesmas desconfianças e críticas, inclusive, em relação à atuação feminista de Bertha Lutz, considerada elitista e excludente[185]. Apenas o PCB, contudo, denunciava a atuação sufragista e, ao mesmo tempo, criava um comitê eleitoral feminino. Talvez por perceber essa contradição e compreender a necessidade de se aproximar das demandas das operárias para mobilizá-las, a partir de novembro de 1928, após as eleições municipais para os cargos de intendente, o CMT passou a se apresentar como Comitê de Mulheres Trabalhadoras. Ao deixar de se identificar como uma organização com propósitos eleitorais, o CMT passou a destacar que seus objetivos imediatos eram a reunião e a mobilização de mulheres em prol de seus direitos e do movimento operário internacional. Ou seja, o comitê pretendia se tornar uma "organização de massas" feminina e comunista.

A mudança identitária do CMT certamente foi considerada uma questão importante para o partido, já que foi debatida junto ao Comitê Central e após ser definida foi apresentada à Seção Feminina da IC por intermédio da Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres

[185] Para isso, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*. e SOIHET, **Feminismos e antifeminismos**, *op. cit*.

(CCTM)[186]. Após a troca de cartas, a Comissão obteve a aprovação do órgão soviético para a mudança de perfil do CMT:

> Estamos completamente de acordo com vocês no que concerne à reoganização dos comitês eleitorais em organizações femininas de massas, privilegiando-se as trabalhadoras. Deduzimos daí o alcance particular dos subcomitês que vocês organizaram nos departamentos de trabalhadores. Sua carta sugere que vocês pretendem levar dessas organizações elementos de luta avançados para o partido. É perfeitamente justo. Chamamos a atenção para o fato de que essas organizações devam manter seu caráter de massa, sua popularidade e, em geral, seu vínculo com todos os trabalhadores[187].

Como Comitê de Mulheres Trabalhadoras, a atuação da organização feminina se expandiu, sobretudo, no estado do Rio de Janeiro. Nesse estado foram criados, além do comitê principal, cuja sede era localizada no centro da capital, um subcomitê no bairro da Gávea, um subcomitê no bairro das Laranjeiras, um comitê na cidade de Niterói e um comitê na cidade de Petrópolis, tendo esse último, em 1929, alcançado 60 integrantes, em sua maioria operárias da indústria têxtil[188]. Em Niterói e nos bairros do Rio de Janeiro, as sedes das filiais do Comitê foram montadas junto aos espaços dos Centros Políticos Proletários[189], grupos que haviam se aproximado do PCB após aceitarem se unir ao BOC[190]. Há, ainda, indícios da criação de uma filial do CMT na cidade de Caruaru (PE), que teria contado com 73 integrantes em 1929, e uma

---

[186] Diferentemente do CMT, que pretendia ser uma organização de massas e, por isso, funcionava como uma entidade externa ao PCB, a CCTM foi um órgão diretamente ligado ao CC e compunha o organograma do partido. Sua trajetória será analisada no próximo capítulo.

[187] Tradução minha do original: "Nous sommes completement d'accord avec vous en ce qui concerne la réorganisation des comités electoraux en organisations féminines de masses, s'apuyant sur les ouvrières en premier lieu. Nous en déduisons la portèe particulière des sous-commissions que vous organisez dans les rayons ouvriers. Il ressort de votre lettre que vous avez l'intention de puiser dans ces organisations, des elements combatifs avancés pour le parti. C'est parfaitement juste. Nous attirons votre attention sur ce que ces organisations doivent conserver leur caractère de masse, leur popularité et, en general, ler liaison avec toutes les ouvrières". AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 580. Os documentos compilados nos microfilmes que compõem os rolos do Fundo da Internacional Comunista não são paginados. Cada rolo é formado por uma reunião de fontes de diferentes formatos, tais como relatórios, fotos, cartas, periódicos, panfletos, de anos e meses diferentes. As páginas que serão mencionadas nesta tese, em relação a esses documentos, referem-se àquelas indicadas pelo PDF disponibilizado para consulta pela instituição de guarda.

[188] Essas unidades do Comitê foram localizadas nas fontes encontradas no APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 1598. Comitê de Mulheres Trabalhadoras. Também em: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 594.

[189] Esses centros políticos foram citados por Octávio Brandão em seu livro de memórias e por John Dulles em sua pesquisa sobre os anarquistas e comunistas no Brasil. BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*., p 343-348. DULLES, John W.F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**: (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 256. Não foram encontradas outras informações sobre a atuação desses núcleos.

[190] DULLES, **Anarquistas e comunistas no Brasil**, *op. cit*., p. 256-257.

filial na cidade de São Paulo (SP). Sobre a atuação desses últimos comitês, entretanto, não foram encontrados muitos registros[191].

Os diversos núcleos e subcomitês do CMT carioca foram integrados apenas por mulheres, comunistas e/ou trabalhadoras, sendo dirigidos por Laura Brandão, Isaura Nepomuceno, Maria Lopes, Emma Santos e Sylvia Grazini[192]. Para atrair as trabalhadoras, era importante que os comitês se apresentassem como núcleos especificamente femininos, o que evitava o temor das operárias de terem sua honra questionada. De fato, a desmoralização pública de mulheres que atuavam politicamente em organizações de classe era uma estratégia empregada pelos órgãos de repressão com o apoio dos grupos patronais e de órgãos da imprensa conservadora do país[193]. As próprias comunistas eram constantemente afrontadas com difamações sobre suas vidas privadas que se ancoravam na tese defendida por setores anticomunistas de que existiria promiscuidade no interior do PCB. Além disso, os setores anticomunistas afirmavam que os pecebistas não respeitavam a família e a religião, já que defendiam o divórcio e o ateísmo[194].

Apesar, entretanto, de se apresentarem como entidades especificamente femininas, os CMTs constantemente convocavam as mulheres a se unirem aos operários para promoverem suas lutas:

> Devemos, pois, organizar-nos solidamente nos sindicatos e nos comitês para lutar ao lado de nossos companheiros por tudo quanto pertence ao proletariado e lutar também pelas reivindicações inerentes ao nosso sexo e a nossa condição de proletárias.
> Operárias das fábricas de tecidos, empregadas de escritórios e do comércio, domésticas, telefonistas, mulheres trabalhadoras em geral – vosso posto é dentro do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, em organização![195]

De toda forma, os homens militantes, incluindo aqueles que compuseram o grupo fundador do Comitê, participavam dos eventos promovidos como apoiadores ou representantes

---

[191] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 594.

[192] Também identificada na documentação como Silvia Pereira.

[193] FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*. MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**: movimento de mulheres (1945-1964). São Paulo: Humanitas, 2017.

[194] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit*.

[195] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 567.

de organizações parceiras – como o BOC, a Juventude Comunista, a Liga Anti-imperialista –, e não como lideranças ou membros do CMT de fato[196].

A tarefa mais corriqueira das mulheres dos CMTs era a realização de comícios nas portas das fábricas. Nessas oportunidades, as militantes distribuíam exemplares do jornal *A Classe Operária*, panfletos e aproveitavam para divulgar suas palavras de ordem. A presença das comunistas se tornou tão frequente que funcionários das forças de repressão eram deslocados para as fábricas com o objetivo de coibir sua atuação. No dia 10 de junho de 1929, por exemplo, o investigador 84, submetido ao 4º delegado auxiliar, o Sr. Oliveira Sobrinho, garantiu que o dia de serviço transcorresse normalmente após dispersar as mulheres do CMT carioca:

> Não obstante, às 10 horas quando os operários sahiam para o almoço, ali chegavam as senhoras Octavio Brandão, Isaura Nepomuceno e Emma dos Santos, a fim de fazerem propaganda comunista, porém, não levaram a efeito pois assim que as avistei intimei-as a se retirarem incontinentemente no que fui sem relutância atendido. Entretanto, para evitar outra qualquer tentativa, acompanhei-as para observá-las melhor tendo as mesmas embarcado em um bonde em direção a cidade[197].

Em outras oportunidades, entretanto, em lugar de cederem à intimidação promovida pelas forças policiais, a postura das mulheres do CMT foi de enfrentamento. Em outubro de 1929, algumas delas lideraram e participaram como oradoras de um comício promovido pelo Comitê em apoio aos grevistas da fábrica de tecido Barreto, em Niterói[198]. Esse episódio foi notificado ao 4º delegado pelo mesmo investigador 84 como um protesto contra a polícia da cidade:

> Às 17 horas realizou-se o comício promovido pelo Comitê de Mulheres Trabalhadoras. A operária Nepomuceno, conhecida comunista, falou fazendo a abertura do comício em protesto contra os atos da polícia de Niterói. O gráfico Grazine fez veemente discurso de protesto contra a polícia que apreendeu toda a edição do jornal A Classe operária hoje. O intendente Minervino de Oliveira protestou também

---

[196] Nesse aspecto, o comitê se assemelhava à forma de atuação da FBPF, organização feminista liderada por Lutz que se destacou na luta sufragista. Nos eventos da FBPF havia participação masculina, inclusive porque uma das estratégias da federação era construir alianças e buscar o apoio de políticos de destaque para que esses pudessem defender a inclusão do voto feminino na Constituição brasileira. Nenhum homem era membro da organização, a qual era composta apenas por mulheres. Diferentemente da FBPF, que lutava apenas por pautas relativas às mulheres, o CMT associava à luta específica por direitos femininos, sobretudo em relação ao mundo do trabalho, as lutas mais gerais do PCB, como o anti-imperialismo, a defesa da URSS e o pacifismo.

[197] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 1598, Comitê de Mulheres Trabalhadoras, foto 11.

[198] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 594. Sobre esse episódio, Octávio Brandão afirma, em suas memórias, que a greve teria ocorrido em outubro, o que é questionado pelos registros realizados pelo militante Francisco. Nessa ocasião, foram presos Octávio Brandão e Minervino de Carvalho, que já eram intendentes do Rio. Para mais informações sobre esses episódios, ver: BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*., p. 363-364. BERNARDES, **Laura Brandão**, *op. cit*., p. 141.

> contra a apreensão desse jornal e contra a direção da Fábrica de Tecidos de Niterói, atualmente em greve. Octavio Brandão, Laura Brandão, a operária Nepomuceno, MMe Ferdando de Lacerda, Francisco Mangabeira e Ema de Souza bem como outros oradores, operários de Niterói, falaram para protestarem contra os atos da polícia dessa cidade fluminense e a desta capital, atacando a burguesia e seus lacaios, muito especialmente, o Sr. Dr. Manoel Duarte, Presidente do Estado do Rio, chamando-o de Liberal de fancaria. Presentes achavam-se cerca de 60 pessoas, sendo a maioria constituída de curiosos que por ali passavam na ocasião. Às 18:30 foram encerrados os discursos dando-se como terminado o comício e cantando a Internacional (...)

Conforme o relatório do investigador, o comício de Niterói contou com a presença de nomes importantes do partido, sobretudo dos integrantes do BOC, mas a condução do evento coube às mulheres do CMT. O objetivo das militantes foi demonstrar apoio aos trabalhadores têxteis em greve, sobretudo às operárias, parcela significativa da mão de obra desse setor. As integrantes do CMT se dirigiam a elas e procuravam garantir sua adesão e permanência no movimento de paralisação. E, ao liderarem o comício, mais do que denunciar a truculência policial, as militantes do CMT procuravam se apresentar para as operárias como exemplo de mulheres corajosas, capazes de lutar pelos direitos dos trabalhadores e enfrentar as adversidades impostas por suas ações políticas em condições de igualdade em relação aos homens.

O fato de o comício do CMT ter sido encerrado com todos cantando *A Internacional* evidencia a preocupação do comitê em ter sua ligação com o comunismo reconhecida. Também em seus panfletos o CMT procurava se identificar ideologicamente destacando sua proximidade com o PCB, com a URSS e com o BOC. Entrar para o CMT era um convite aberto para as mulheres operárias se juntarem às fileiras comunistas:

> Apoiai a CGT, o BOC e a liga anti-imperialista e o PCB!
> Entrai para o Comitê de Mulheres Trabalhadoras!
> Sustentai a Classe Operária!
> Viva a Rússia dos Soviets!
> Abaixo o imperialismo e a guerra imperialista!
> Viva a emancipação da mulher proletária do Brasil![199]

Como entidade comunista, o CMT se envolvia nas atividades das demais organizações ligadas aos PCB, em especial o BOC. Em muitas oportunidades, como no comício de Niterói, a parceria entre o CMT e o BOC era o que viabilizava a condução das ações das organizações. A presença das militantes do comitê foi fundamental, por exemplo, para o reconhecimento da

[199] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 595.

vitória dos candidatos do BOC durante a apuração dos votos da eleição municipal de novembro de 1928 no Rio de Janeiro. No processo de apuração dos votos surgiram muitas denúncias de fraudes contra os candidatos eleitos pelo BOC. Para garantir o resultado conquistado por Minervino de Oliveira e Octávio Brandão, o PCB convocou um grande número de militantes para acompanhar a divulgação do resultado eleitoral, entre eles, as mulheres do CMT. Isaura Nepomuceno, Erecina Borges de Lacerda, Sylvia Grazini, Margarida Pereira, Maria Lopes e Rosa Bittencourt se destacaram na tarefa de agitação em benefício dos candidatos comunistas, o que acabou gerando suas prisões[200].

Já em 1929, foi a luta do CMT por garantias trabalhistas para as telefonistas da Light que precisou do apoio do Bloco. A mobilização do CMT em favor das telefonistas decorreu da constatação de que a empresa carioca havia adquirido telefones automáticos. Para as comunistas, essa aquisição colocava em risco o emprego das seis mil trabalhadoras, apesar de a Light, pressionada pela "manifestação de centenas dessas mulheres trabalhadoras pedindo sua demissão antes que fossem despedidas", ter se comprometido a não "abandonar" as operárias. Procurando conquistar o apoio político formal para as telefonistas, o CMT solicitou aos intendentes[201] do BOC, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, que apresentassem uma indicação sobre o tema no plenário do Conselho de Intendentes do Distrito Federal. Para que essa indicação fosse acolhida pelos demais intendentes e, inclusive, pelo prefeito, as mulheres do CMT procuraram construir um amplo apoio popular, envolvendo até mesmo os homens operários da empresa. A eles, as militantes endereçaram um panfleto que pedia:

> Enviai comissões aos intendentes burgueses, ao prefeito e aos jornais burgueses, para que a burguesia dominante, lacaia da Light, sinta a vossa pressão e obrigue a jiboia imperialista a respeitar os direitos de vossas companheiras de sofrimentos!
> Impedi de todos os modos a miséria desses milhares de mulheres, mães e filhas proletárias!
> Defendendo-lhes o pão, estais defendendo também o vosso pão e o pão de vossos filhos!
> Pela indicação do Bloco Operário e Camponês em favor das telefonistas! Apoiai a ação das mulheres trabalhadoras, da Confederação Geral do Trabalho e do Bloco Operário e Camponês[202].

---

[200] BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*., p. 363-364. BERNARDES, **Laura Brandão**, *op. cit*., p. 141. AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 594-595.

[201] Os intendentes compunham o poder legislativo municipal e exerciam funções equivalentes às dos atuais vereadores.

[202] Às telefonistas e a todos os trabalhadores da Light! Ver: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 596.

No panfleto citado, as militantes destacaram como a luta pela manutenção das telefonistas no mercado de trabalho significava a manutenção das melhores condições de vida para todos os demais trabalhadores da empresa. Invertendo a lógica disseminada pelo antifeminismo proletário, corroborado em alguma medida pelo PCB até pelo menos 1926, o CMT destacava que apenas a união de homens e mulheres viabilizaria a conquista de melhores condições de trabalho e o enfrentamento da ganância da empresa "capitalista e imperialista".

Além de panfletarem com o objetivo de convencer os trabalhadores da Light a se dirigirem aos intendentes em apoio às telefonistas, as próprias integrantes do CMT procuraram pressionar diretamente os políticos cariocas. As comunistas redigiram uma carta[203] endereçada ao presidente e demais membros da mesa do Conselho na qual cobravam que a indicação dos intendentes do BOC fosse colocada na pauta do dia e votada com rapidez. Com argumentos ácidos, as mulheres do CMT procuravam constranger e desmascarar o que consideravam a hipocrisia dos intendentes burgueses:

> Acreditamos que os senhores intendentes, eleitos pelos votos de trabalhadores, não queiram concorrer para a miséria e a fome de mulheres proletárias, mães e filhas, ou companheiras de trabalhadores!
> A menos que não queiram confirmar o que nós dissemos: que todos vós, intendentes burgueses, eleitos embora por trabalhadores, somente defendeis os interesses dos burgueses contra os direitos dos trabalhadores e de suas famílias!
> E, sobretudo, indispensável que certos senhores intendentes não queiram desmentir todo o seu apregoado amor à família brasileira, concorrendo com os seus votos contrários ou o seu desinteresse para a desorganização, miséria e a fome de milhares de famílias, sacrificadas à voracidade de uns poucos parasitas estrangeiros![204]

Acionando imagens partilhadas pela cultura política comunista sobre a burguesia, uma classe percebida como imoral, sórdida e pérfida, e acionando o anti-imperialismo (parasitas estrangeiros), as militantes do CMT procuravam expor as contradições que localizavam entre as práticas e o discurso dos intendentes burgueses. Se afirmam defender os interesses de todos, como podem se abster de ajudar os trabalhadores que os elegeram? Se afirmam apoiar a instituição da família, como deixariam de considerar situações econômicas que ameaçavam a harmonia de mães, filhas e, consequentemente, de famílias proletárias? Com essa jogada retórica, se não conseguissem o apoio dos intendentes, as comunistas esperavam, pelo menos, evidenciar as falhas e mesmo inverter o discurso que justificava o anticomunismo no Brasil: dessa vez seriam os comunistas os verdadeiros defensores da família brasileira.

---

[203] AEL/UNICAMP, Fundo Internacional Comunista, rolo 9, p. 597-598.

[204] *Ibidem*, p. 598.

Em outros momentos, além de enviar cartas e documentos aos parlamentares, as mulheres do CMT ocuparam as galerias da Conselho de Intendentes para acompanhar as sessões legislativas e de lá expressavam seus posicionamentos em relação aos assuntos discutidos. Em um episódio, presenciaram um intendente criticar as mulheres soviéticas. Segundo Octávio Brandão, o intendente "burguês", irritado com a presença das militantes, dirigiu-se a elas e afirmou que "lugar de mulher é no lar"[205]. Laura Brandão, então, reagiu iniciando uma longa discussão com o intendente e, descumprindo as ordens para que se calasse, procurou comprovar a falácia da afirmação ouvida: "Protesto! E Anita Garibaldi?". Usando o exemplo de Anita Garibaldi, Laura Brandão demarcava a certeza comunista de que às mulheres caberia ocupar vários espaços, desde o mercado de trabalho até a luta revolucionária. Sobre a escolha da figura de Anita Garibaldi, mulher descrita como corajosa e abnegada por ter abandonado sua vida doméstica e um casamento infeliz para lutar pela liberdade ao lado do revolucionário Giuseppe Garibaldi, essa será uma personagem que se consolidará como heroína na percepção dos comunistas e, como veremos nos capítulos seguintes, integrará o panteão de mulheres exemplares construído pelo PCB.

Apesar de derrotadas no episódio das telefonistas e mesmo diante da limitação da atuação dos intendentes do BOC[206] a partir do fim de 1929, as mulheres do CMT inseriram no repertório de ações políticas das mulheres do PCB a estratégia de pressionar os representantes políticos eleitos. Ocupando as galerias das casas legislativas, enviando correspondências para os diversos dirigentes e escrevendo comentários sobre decisões públicas para serem publicadas em jornais de circulação nacional, elas procuravam dar visibilidade à questão feminina e procuravam ensinar às mulheres como pressionar e se posicionar perante os poderes estabelecidos. A força desses movimentos de pressão seria a forma de demonstrar para as operárias a importância da conscientização e união dos trabalhadores.

Ainda em 1929, as mulheres do CMT se solidarizaram também com os gráficos paulistas que se mantiveram em greve por meses. Apesar de não existirem muitos registros sobre essa atuação, sabemos que houve uma tentativa de articulação de ações entre o CMT de

---

[205] O dirigente comunista Octávio Brandão narrou esse episódio em um livro que escreveu em homenagem a Laura Brandão em 1947. Para mais informações, ver: BERNARDES, **Laura Brandão**, *op. cit*., p. 137. BRANDÃO, Octávio. **A imagem de Laura Brandão**. Cópia disponível em AEL/UNICAMP, Fundo Octavio Brandão, pasta O.B 120 A, p. 89.

[206] No fim de 1929 foi aprovada uma moção impedindo a propaganda comunista na tribuna do Conselho de Intendentes. Em função disso, os discursos de Minervino de Oliveira e de Octávio Brandão pararam de ser publicados nos anais da casa. No fim de 1930, após a ascensão de Vargas ao poder, os mandatos dos dois comunistas foram cassados.

São Paulo e o CMT do Rio de Janeiro, realizada com a presença de Laura Brandão. A militante deixou suas filhas com sua vizinha[207] na capital e se tornou oradora nos comícios paulistas dos grevistas, ao lado das militantes do CMT daquele estado. Em seus discursos, Laura Brandão se dirigia às operárias, às mães, às filhas e às esposas dos gráficos procurando convencê-las da importância da paralisação e da necessidade de apoiá-la. Todo o PCB se preocupou em manter as fileiras operárias mobilizadas em solidariedade à greve dos gráficos paulistas, uma vez que, em função da extensão da paralisação, os trabalhadores e suas famílias começaram a experimentar desânimo e descrença no sucesso do movimento. As dificuldades financeiras eram o principal elemento desencorajador da greve e, para minorá-las, o CMT carioca teve um papel de destaque. O comitê organizou uma campanha de arrecadação de doações para ajudar os grevistas a se manterem parados:

> O Comitê de Mulheres Trabalhadoras apoia os gráficos paulistas em greve!
> Mães, filhas e companheiras de operárias (*sic*), nós não podemos fugir ao vosso apelo sobre auxílios materiais às famílias dos nossos camaradas grevistas. E vos comunicamos que, não só nos constituímos em Comitê Pró-Socorro aos Grevistas, como faremos publicar nos jornais um caloroso apelo a todas as mulheres trabalhadoras do Brasil para que fundem comitês de socorros idênticos, de norte a sul do país (...)
> A todas as trabalhadoras do Brasil
> Companheiras!
> Mais de 6000 operários gráficos de S. Paulo exigindo pão para os filhos e o cumprimento do Código de Menores e da lei de férias acham-se em greve pacífica (...)
> Quer dizer: mais de 6000 mulheres e crianças proletárias estão ameaçadas de morrer de miséria e de fome; mais de 6000 lares proletários mergulham-se hoje em tristeza e angústias pavorosas.
> O Comitê Pró-CGT pede que os operários do Brasil socorram essas mulheres e crianças, apaziguando as torturas dos corações dessas mães e secando as lágrimas dessas crianças famintas!
> Solidário com esse apelo o Comitê de Mulheres Trabalhadoras recorre ao coração e à energia das mães proletárias do Brasil!
> Que cada companheira, do norte a sul do país, concorra com o seu auxílio a essa obra de solidariedade proletária!
> Que fundem por todo o país, comitês femininos de socorro às nossas companheiras e filhos de grevistas.
> Que cada comitê envie ao Comitê Pró-CGT através do Comitê de Mulheres do Rio (Rua América 56-sobrado) as quantias apuradas para serem entregues aos grevistas e a suas famílias!
> Vivam os grevistas de S. Paulo!
> Viva a futura CGT!
> Viva a solidariedade proletária da mulher trabalhadora do Brasil![208]

---

[207] BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*., p. 357.

[208] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 573.

Enquanto os articuladores da futura CGT se preocupavam em mobilizar os homens trabalhadores e em manter o ânimo dos grevistas, o CMT assumiu para si a tarefa de influenciar a opinião pública feminina com o objetivo de aumentar o apoio aos gráficos paulistas. Ao mesmo tempo, era uma oportunidade para sensibilizar as mulheres para as dificuldades que o comitê considerava serem enfrentadas não apenas pelos operários de São Paulo, mas pelos operários brasileiros. Nesse contexto, o CMT passou a identificar suas interlocutoras como mães proletárias, mulheres solidárias que seriam capazes de se organizar política e socialmente para minorar os sofrimentos de outras famílias de trabalhadores. Recorrendo a imagens de grande apelo emocional – como crianças famintas, famílias angustiadas e mães ansiosas –, o CMT procurava criar a identificação de suas leitoras com a realidade das famílias dos trabalhadores que lutavam por seus direitos.

Ao recorrer à figura materna para mobilizar as operárias, as comunistas procuravam colocar em prática a estratégia compartilhada no jornal *A Classe Operária* em 1925 – apelar ao sentimento feminino para atrair a atenção das mulheres que se mantinham distantes do processo de tomada de consciência política. Demonstrar as relações entre o capitalismo, o imperialismo e as mazelas impostas aos filhos de todas as mulheres era a fórmula utilizada nos panfletos para explicar às trabalhadoras como suas condições de vida não eram exceção, mas a realidade enfrentada por operárias de todo o mundo. Essa realidade, defendiam as comunistas, obrigava as mulheres, mães, a se mobilizarem e se envolverem nas lutas do proletariado[209].

A definição das mães operárias como as principais interlocutoras do CMT foi se consolidando ao longo dos meses de atuação política do Comitê. Para facilitar a identificação das trabalhadoras com a organização, alguns panfletos começaram a ser escritos na primeira pessoa do plural, o que indicava que as comunistas passaram a se apresentar, também, como mães trabalhadoras. Entretanto, diferentemente de suas interlocutoras, as comunistas seriam mães que já teriam adquirido consciência dos processos econômicos, sociais e políticos que tantas mazelas impunham às famílias proletárias. Assim, os panfletos do CMT, por vezes, transformavam-se em diálogos propostos pelas mães trabalhadoras conscientes, as comunistas, às mães operárias que apesar de solidárias e dedicadas, ainda não sabiam como agir pelo bem de seus filhos. Essa estratégia foi empregada, por exemplo, em um panfleto redigido pelo CMT

[209] Convencidas de suas mensagens, as próprias integrantes do Comitê se sacrificaram em prol dos grevistas paulistas. Laura Brandão e seu marido, por exemplo, doaram o que possuíam de valor para a manutenção das famílias dos gráficos paulistas. BRANDÃO, **Combates e batalhas**, *op. cit*. BERNARDES, **Laura Brandão**, *op. cit*.

do Rio de Janeiro em parceria com o CMT de Niterói, em agosto de 1929, intitulado *A todas as mulheres do Rio e Niterói: para combater nossa situação e lutar pelo pão de nossos filhos! Combatamos o imperialismo! Compareçamos ao comício de 23 de agosto na Praça Marechal Floriano às 4 e meia da tarde!* O objetivo do texto era convencer as operárias a participarem do evento promovido pelo PCB para lembrar a efeméride da execução dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti pelo governo dos Estados Unidos[210]. Para tanto, as militantes do Comitê adotaram um tom mais agressivo e dividiram as mães em duas categorias: as boas, que assumiriam seu papel na luta anti-imperialista e pelos direitos trabalhistas, e as ruins, que se manteriam afastadas das mobilizações:

> Companheiras!
> Só a luta contra o imperialismo e seus lacaios da burguesia nacional poderá nos livrar das torturas atuais e das maiores que nos ameaçam (*sic*)!
> Para proteger nossos filhos da miséria, da fome e do assassinato, é preciso lutar contra os assassinos de mulheres e crianças proletárias da Índia, da China e da Nicarágua!
> Só mães desnaturadas se recusarão a essa luta, único meio de salvar nossos filhos de um futuro negro e miserável.
> De pé e lutemos pois, companheiras![211]

O fato de apelarem à condição de mães para se aproximarem das trabalhadoras não parece se relacionar a uma postura conservadora por parte das militantes do CMT, pois seu discurso não tinha a pretensão de convencer a todas, por exemplo, de que ter filho seria um destino feminino inexorável. O panfleto não partilhava argumentos que justificassem uma suposta função feminina doméstica, mas, antes, convocava as mulheres a se posicionarem politicamente, seja no seu ambiente de trabalho seja perante temas de caráter mundial. A referência à maternidade parece se justificar mais pela constatação de que essa seria a realidade da maioria das trabalhadoras[212] do que por ser este um padrão de comportamento que as comunistas desejassem impor.

---

[210] Os anarquistas foram executados na cadeira elétrica no dia 23 de agosto de 1927.

[211] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 572

[212] Essa constatação aproximava as comunistas de um discurso político que as integrantes do "feminismo maternal" ou "maternalismo feminista" vinham adotando desde o século XIX ao lutar por assistência para as mulheres e crianças em países ocidentais. Essas feministas entendiam que a maternidade não era uma questão isolada, ou um problema específico, mas a condição unificadora do sexo feminino. E, diante dessa realidade, as mulheres pobres vivenciavam a experiência extrema de uma condição feminina que seria universal: ser, ou poder ser mãe e depender dos homens para a sua própria subsistência e a dos filhos. Para mais informações sobre o maternalismo feminista, ver: BOCK, Gisele. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. V. 5, p. 435-477.

A transformação da condição materna em uma categoria política não foi uma invenção das comunistas brasileiras do CMT. O próprio discurso conservador católico que mobilizou mulheres em tantos eventos históricos muitas vezes apelava ao papel materno para justificar o envolvimento feminino em processos sociais, econômicos e políticos ou para atrair a adesão de novas fiéis. Contudo, a Igreja Católica promovia a militância de mulheres sem romper com o tradicional lugar destinado a elas, preocupando-se em reafirmar os valores patriarcais. Dessa forma, as católicas defendiam a atuação política feminina desde que houvesse o consentimento dos maridos, para o caso das casadas, ou o chamado da paróquia. Em nome da defesa das famílias, da pátria e da religião, justificava-se a saída momentânea das mulheres mães da esfera doméstica. Da mesma forma, quando as católicas se aproximavam das mulheres operárias com o objetivo de atraí-las para a Igreja, faziam-no com o objetivo de convertê-las a um modelo tradicional de mulher, embora fossem trabalhadoras e por isso não se restringissem às atividades do lar. O modelo de mulher operária defendido pela Igreja reunia os atributos de ser "católica, ter alguma instrução intelectual, ter noções de higiene e de cuidado com a casa (saber como se prepara um alimento, se lava, passa, conserta roupas), além de saber escolher um bom marido, que fosse educado, honesto, trabalhador" para com ele constituir uma família e se tornar uma mãe responsável[213].

Além das católicas, grupos de feministas europeias desde o século XIX destacavam a função materna da mulher como elemento que legitimava suas lutas políticas. Esses grupos propunham que a luta das mulheres "pelos direitos sociais e políticos, pela cidadania e pela proteção social" fosse conduzida a partir das necessidades das representantes das classes mais baixas, necessidades decorrentes dos "múltiplos laços da pobreza feminina com a maternidade". O *maternalismo feminista* ou *feminismo maternal* se assentava no pressuposto de que "a maternidade não era meramente um 'problema específico' ou uma questão isolada, mas antes a condição unificadora do sexo feminino", já que toda mulher teria a condição de se tornar uma mãe. O reconhecimento da importância social dessa capacidade única feminina deveria se expressar em melhores remunerações e condições de vida para as mulheres, além de justificar a proteção social do Estado a elas.

O reconhecimento da maternidade como uma realidade predominante entre as mulheres trabalhadoras entre os anos 1920 e 1940, e, portanto, como um traço identitário das operárias, ainda, mobilizou as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e até

---

[213] VALENTE, **Mulheres católicas em ação**, *op. cit.*, p. 83.

mesmo parlamentares e empresários a pensarem estratégias para responder às demandas reivindicadas pelas funcionárias grávidas e mães de filhos pequenos. Um longo debate legislativo, sustentado em discussões levantadas por órgãos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), gerou a elaboração de propostas como a criação de *escolas maternais*, a construção de creches junto às fábricas, a possibilidade de afastamento remunerado para as operárias por algum período antes e depois do parto[214]. Muitas dessas propostas chegaram a ser inseridas no ordenamento jurídico, caso do estado de São Paulo, mas sua aplicabilidade precária e dependente da adesão do empresariado brasileiro contribuiu para a manutenção da mobilização feminina ao longo das décadas de 1920 e parte da de 1930 em torno das questões relativas à maternidade e suas relações com a independência financeira e com o trabalho das mulheres.

Para as comunistas, não eram apenas as mães operárias, entretanto, que deveriam compor as fileiras do CMT. Assim como pregava o jornal *A Classe Operária* e como já havia destacado a militante Vimmar na Jornada Internacional da Mulher Operária, a politização e organização das donas de casa, ou seja, das mães e filhas dos trabalhadores ou das mães dos filhos dos operários, também caberia ao CMT. Inclusive, diante da criação do Comitê, os homens comunistas não puderam mais impedir a atuação política das mulheres de suas famílias sem que isso implicasse uma indisposição com o partido. A maioria das dirigentes do Comitê, por exemplo, era formada por esposas ou companheiras de militantes do PCB, caso das operárias Maria Lopes e Isaura Nepomuceno, e da poetisa Laura Brandão. Assim, em seus panfletos, o Comitê, além de se dirigir às operárias, convocava também as donas de casa.

Outro grupo feminino específico que o CMT procurava alcançar eram as empregadas domésticas:

> A todas as mulheres trabalhadoras do Brasil
> Contra a reação nacional e internacional!
> Operárias de fábricas, usinas e oficinas, empregadas domésticas, de escritórios comerciais, particulares, de bancos e de repartições públicas, datilógrafas, taquígrafas, (ilegível), costureiras, professoras e telefonista, serventes e guardiãs de (ilegível), mulheres proletárias dos campos, mulheres, mães e filhas de trabalhadores![215]

[214] Para mais informações sobre esse debate legislativo, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[215] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 574.

Para as comunistas, os trabalhos domésticos eram "penosos e embrutecedores"[216] e, como não havia sindicatos destinados a abrigar as domésticas ou as donas de casa de famílias proletárias, o que as mantinha confinadas às tarefas do lar, o CMT assumiu, ao menos em seu discurso, a tarefa de organizá-las. Não existem registros de atividades desenvolvidas pelo Comitê junto a essas categorias de mulheres. Porém, seu reconhecimento já singularizava o CMT em relação às demais entidades femininas do período.

Apesar, entretanto, de considerar as tarefas domésticas embrutecedoras, o Comitê não questionou a sua delegação às mulheres, nem propôs alternativas que as pudesse libertar desses fardos. De fato, a proposta da organização não parecia ser a promoção da ruptura das mulheres com o papel doméstico, mas, antes, fazê-las se interessarem pelo terreno político.

Após seu primeiro ano de atuação, o CMT, reconhecendo-se como uma organização feminina proletária que pretendia representar as mulheres pobres, assumiu como sua principal bandeira a reivindicação de "salário igual para trabalho igual". Além disso, lutava "pelas 7 horas de trabalho, pelas férias anuais remuneradas, pelo repouso pago de 2 meses antes e 2 meses depois do parto, por maiores salários e maiores garantias para todas as mulheres e mães proletárias dos campos e das cidades do Brasil!"[217] Essa plataforma política passou a ser insistentemente divulgada, sobretudo, a partir de 1932, ano em que se iniciou a publicação do jornal *A Voz da Mulher Trabalhadora.*

Em algum momento entre janeiro e maio de 1932[218], as militantes do Comitê se envolveram na redação e divulgação do jornal feminino *A Voz da Mulher Trabalhadora*. O periódico começou a circular em um contexto de crise partidária, decorrente da orientação soviética para a substituição da política de alianças com a burguesia, vigente desde 1925 no PCB, pela política de frente única. Isso provocou o fechamento do BOC, o início do processo de proletarização no partido e a consequente substituição das principais lideranças da direção do PCB. Analisarei o impacto dessa crise no partido no próximo capítulo, mas, em relação à atuação do CMT, a parceria com o BOC foi desfeita, o que dificultou a sua atuação parlamentar. Também a participação de Laura Brandão na organização foi encerrada, já que a militante se

---

[216] **A Voz da Mulher Operária**, n. 2. Disponível em: AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN.

[217] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 72.

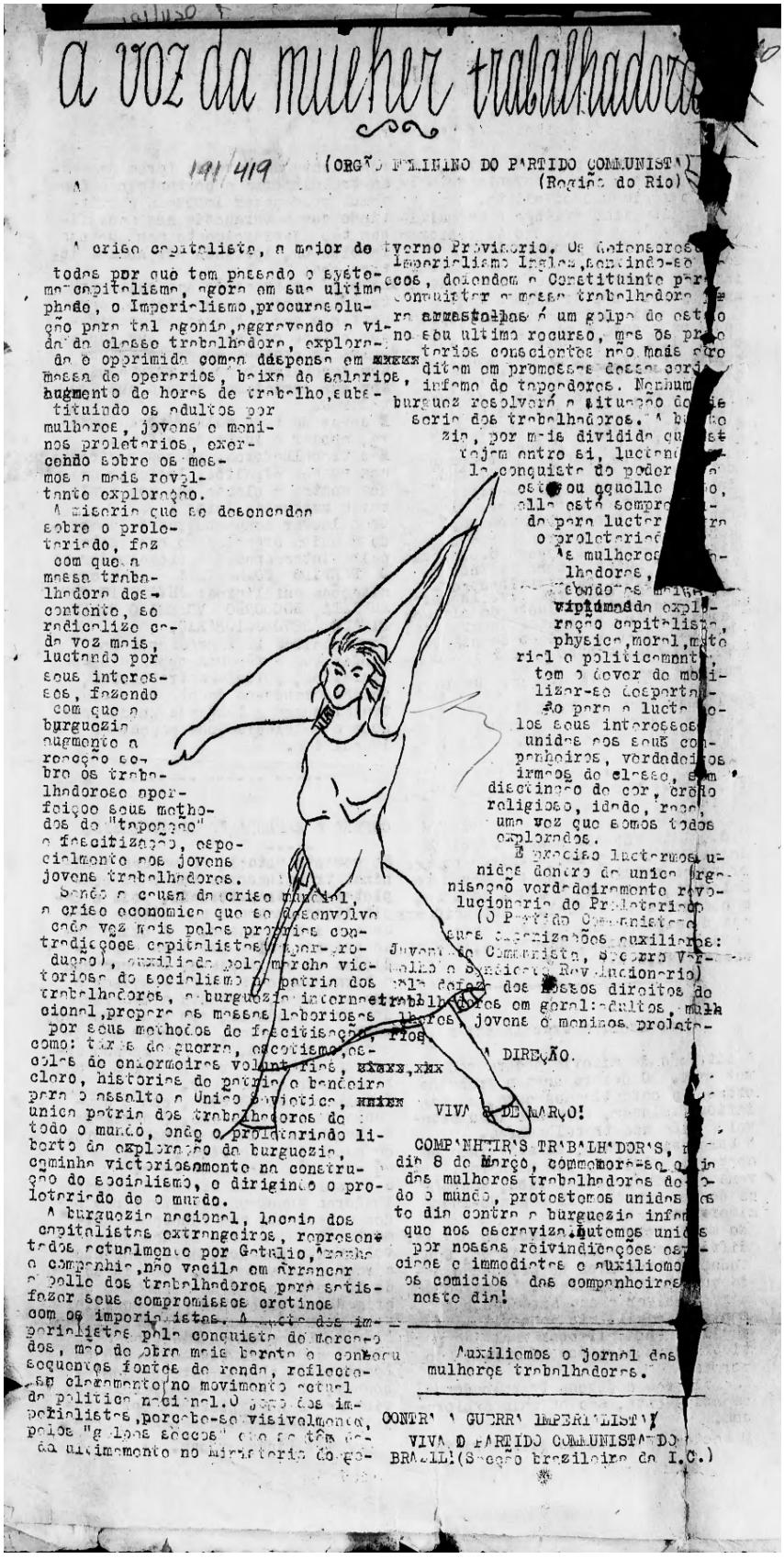
[218] O segundo número do primeiro ano d'*A Voz da Mulher Trabalhadora* foi publicado no dia 10 de maio de 1932. O primeiro exemplar, entretanto, não foi datado. Como foi publicado um convite para que os leitores se mobilizassem para organizar as celebrações do 8 de março, acredito que a primeira edição tenha sido publicada entre janeiro e fevereiro 1932.

exilou com a família na URSS em 1932. Ainda assim, o CMT continuou a promover eventos pelo menos até 1933[219] e aproveitou o momento conturbado para investir na fundação do periódico.

Não foi possível identificar até quando e com qual periodicidade *A Voz da Mulher Trabalhadora* circulou, já que encontrei apenas os dois primeiros exemplares durante a pesquisa. De todo modo, é possível perceber que sua estrutura foi inspirada em *A Classe Operária.* Apesar de menor, o periódico feminino, composto por apenas quatro páginas, também procurava se apresentar como um jornal revolucionário e dava destaque à publicação de cartas de operárias e de outras mulheres. Entretanto, diferentemente da estrutura montada para a publicação d'*A Classe Operária,* a diagramação precária do jornal feminino sugeria que sua produção era conduzida de forma mais improvisada e amadora. A organização das páginas era confusa, seu título era redigido a mão livre, assim como as imagens que ilustravam a capa dos exemplares. Essas imagens eram registradas em segundo plano, no fundo da folha do jornal, e era cercada ou sobreposta pelos artigos publicados na primeira página.

Por meio dos artigos, das cartas e das imagens publicadas em *A Voz da Mulher Trabalhadora*, o CMT foi deixando mais evidente seu público-alvo e sua percepção sobre a questão feminina no Brasil. O primeiro exemplar, por exemplo, foi ilustrado com a figura de uma mulher de expressão aguerrida, grávida, vestida de forma modesta e portando uma bandeira. Apesar da simplicidade do traço, a imagem transmitia a força que os comunistas procuravam atribuir às mães proletárias. Com o uso dessa imagem, *A Voz da Mulher Trabalhadora* retomava a estratégia de identificação das trabalhadoras, público do periódico, com a maternidade revolucionária. Já no segundo número a mãe proletária foi substituída pela imagem de uma operária combativa, uma mulher também de expressão aguerrida que aparecia com os braços levantados exibindo a ruptura das algemas que a prendiam. Além da operária, o jornal exibia a sigla CMT escrita em torno de uma estrela cujo interior abrigava uma foice e um martelo cruzados. Em conjunto, as duas ilustrações do segundo exemplar sugeriam que a libertação da trabalhadora se relacionava a sua proximidade com o CMT e, consequentemente, o comunismo.

[219] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 1598, Comitê de Mulheres Trabalhadoras.



a voz da mulher trabalhadora

191/419

(ORGÃO FEMININO DO PARTIDO COMMUNISTA)
(Região do Rio)

A crise capitalista, a maior de todas por que tem passado o systema capitalismo, agora em sua ultima phase, o Imperialismo, procura solução para tal agonia, aggravando a vida da classe trabalhadora, explorada e opprimida como a dispensa em massa de operarios, baixa de salarios, augmento de horas de trabalho, substituindo os adultos por mulheres, jovens e meninos proletarios, exercendo sobre os mesmos a mais revoltante exploração.

A miseria que se desencadea sobre o proletariado, faz com que a massa trabalhadora descontente, se radicalize cada vez mais, luctando por seus interesses, fazendo com que a burguezia augmente a reacção sobre os trabalhadores e aperfeiçoe seus methodos de "tapeação" e fascitização, especialmente aos jovens jovens trabalhadores.

Sendo a causa da crise mundial, a crise economica que se desenvolve cada vez mais pelas proprias contradicções capitalistas (super-produção), auxiliada pela marcha victoriosa do socialismo na patria dos trabalhadores, a burguezia internacional, prepara as massas laboriosas por seus methodos de fascitisação, como: tiros de guerra, escotismo, escolas de enfermeiras voluntarias, xxxxx, xxx clero, historias de patria e bandeira para o assalto a União Sovietica, xxxxx unica patria dos trabalhadores de todo o mundo, onde o proletariado liberto da exploração da burguezia, caminha victoriosamente na construção do socialismo, e dirigindo o proletariado de o mundo.

A burguezia nacional, lacaia dos capitalistas extrangeiros, representados actualmente por Getulio, Aranha e companhia, não vacila em arrancar a pelle dos trabalhadores para satisfazer seus compromissos cretinos com os imperialistas. A [illegible] dos imperialistas pela conquista de mercados, mão de obra mais barata e consequ sequentes fontes de renda, reflecte-se claramente no movimento actual da politica nacional. O jogo dos imperialistas, percebe-se visivelmente, pelos "golpes seccos" que se têm dado ultimamente no Ministerio do governo Provisorio. Os defensores do Imperialismo Inglez, sentindo-se [illegible] ecos, defendem a Constituinte para conquistar a massa trabalhadora [illegible] ra arrastal-as á um golpe de estado no seu ultimo recurso, mas os proletarios conscientes não mais acreditam em promessas dessa cor[illegible] infame de tapeadores. Nenhum burguez resolverá a situação de miseria dos trabalhadores. A burguezia, por mais dividida que estejam entre si, luctando pela conquista do poder [illegible] esta ou aquelle [illegible], ella está sempre [illegible] da para luctar [illegible] o proletariado. As mulheres trabalhadoras, sendo as mais [illegible] victimas da exploração capitalista, physica, moral, material e politicamente, tem o dever de mobilizar-se despertando para a lucta pelos seus interesses unidos aos seus companheiros, verdadeiros irmãos de classe, sem distincção de cor, credo religioso, idade, raça, uma voz que somos todos explorados.

E preciso luctarmos unidas dentro da unica organisação verdadeiramente revolucionaria do Proletariado (O Partido Communista e suas organizações auxiliares: Juventude Communista, Socorro Vermelho e Sindicato Revolucionario) pela defeza dos nossos direitos de trabalhadores em geral: adultos, mulheres, jovens e meninos proletarios.

A DIREÇÃO.

VIVA 8 DE MARÇO!

COMPANHEIRAS TRABALHADORAS, no dia 8 de Março, commemora-se o dia das mulheres trabalhadoras de todo o mundo, protestemos unidas neste dia contra a burguezia infame que nos escraviza. Lutemos unidas por nossas reivindicações especiaes e immediatas e auxiliemos os comicios das companheiras neste dia!

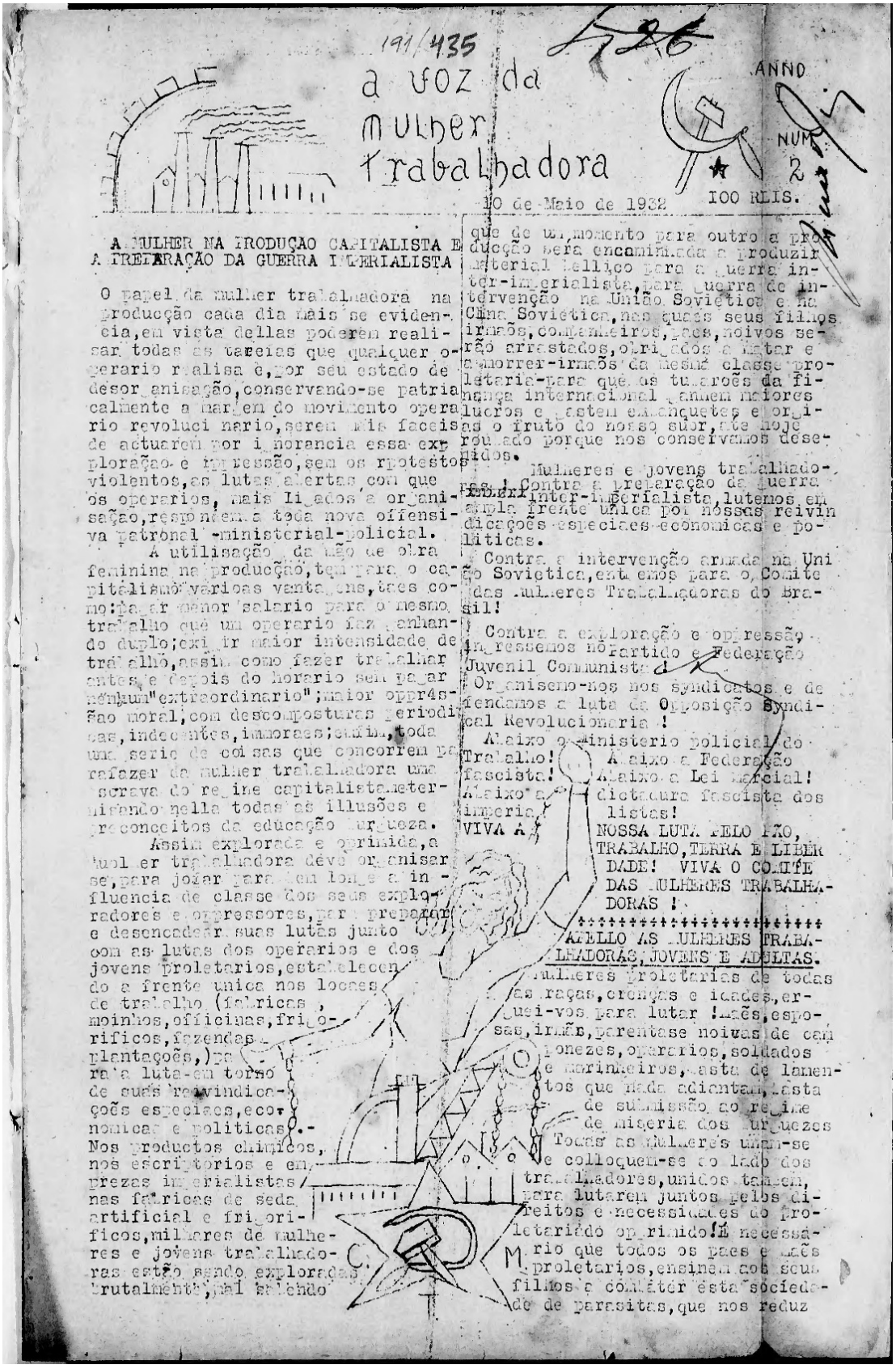
Auxiliemos o jornal das mulheres trabalhadoras.

CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA!

VIVA O PARTIDO COMMUNISTA DO BRAZIL! (Secção brazileira da I.C.)

Figura 1 - Capa do primeiro exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora*, fev.-mar. 1932.

Fonte: AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN, v. II, p. 349.



191/435

# a VOZ da MULHER trabalhadora

ANNO

NUM. 2

10 de Maio de 1932 — 100 RIS.

A MULHER NA PRODUÇÃO CAPITALISTA E A PREPARAÇÃO DA GUERRA IMPERIALISTA

O papel da mulher trabalhadora na producção cada dia mais se evidencia, em vista dellas poderem realisar todas as tarefas que qualquer operario realisa e, por seu estado de desorganisação, conservando-se patriacalmente a margem do movimento operario revolucionario, serem mais faceis de actuarem por ignorancia essa exploração e opressão, sem os protestos violentos, as lutas alertas com que os operarios, mais ligados a organisação, respondem a toda nova offensiva patronal-ministerial-policial.

A utilisação da mão de obra feminina na producção, tem para o capitalismo varias vantagens, taes como: pagar menor salario para o mesmo trabalho que um operario faz ganhando duplo; exigir maior intensidade de trabalho, assim como fazer trabalhar antes e depois do horario sem pagar nenhum "extraordinario"; maior oppressão moral, com descomposturas periodicas, indecentes, immoraes; emfim, toda um serie de cousas que concorrem para fazer da mulher trabalhadora uma escrava do regime capitalista, eternisando nella todas as illusões e preconceitos da educação burgueza.

Assim explorada e oprimida, a mulher trabalhadora deve organisar-se, para jogar para bem longe a influencia de classe dos seus exploradores e oppressores, para preparar e desencadear suas lutas junto com as lutas dos operarios e dos jovens proletarios, estabelecendo a frente unica nos locaes de trabalho (fabricas, moinhos, officinas, frigorificos, fazendas, plantações,) para a luta em torno de suas reivindicações especiaes, economicas e politicas.- Nos productos chimicos, nos escriptorios e em prezas imperialistas, nas fabricas de seda artificial e frigorificos, milhares de mulheres e jovens trabalhadoras estão sendo exploradas brutalmente, pagando que de um momento para outro a producção será encaminhada a produzir material bellico para a guerra inter-imperialista, para guerra de intervenção na União Sovietica e na China Sovietica, nas quaes seus filhos irmãos, companheiros, paes, noivos serão arrastados, obrigados a matar e a morrer-irmãos da mesma classe proletaria-para que os tubaroes da finança internacional tenham maiores lucros e vastem em banquetes e orgias o fruto do nosso suor, até hoje roubado porque nos conservamos desunidos.

Mulheres e jovens trabalhadoras! Contra a preparação da guerra inter-imperialista, lutemos em ampla frente unica por nossas reivindicações especiaes economicas e politicas.

Contra a intervenção armada na União Sovietica, entremos para o Comite das Mulheres Trabalhadoras do Brasil!

Contra a exploração e opressão ingressemos no partido e Federação Juvenil Communista!

Organisemo-nos nos syndicatos e defendamos a luta da Opposição Syndical Revolucionaria!

Abaixo o Ministerio policial do Trabalho! Abaixo a Federação Fascista! Abaixo a Lei Marcial! Abaixo a dictadura fascista dos imperialistas!

VIVA A NOSSA LUTA PELO PÃO, TRABALHO, TERRA E LIBERDADE! VIVA O COMITE DAS MULHERES TRABALHADORAS!

************************

APELLO AS MULHERES TRABALHADORAS, JOVENS E ADULTAS.

Mulheres proletarias de todas as raças, crenças e idades, erguei-vos para lutar! Mães, esposas, irmãs, parentas e noivas de camponezes, operarios, soldados e marinheiros, basta de lamentos que nada adiantam, basta de submissão ao regime de miseria dos burguezes. Todas as mulheres unam-se e colloquem-se ao lado dos trabalhadores, unidos tambem, para lutarem juntos pelos direitos e necessidades do proletariado opprimido! É necessario que todos os paes e mães proletarios, ensinem aos seus filhos a combater esta sociedade de parasitas, que nos reduz

Figura 2 - Capa do segundo exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 10 maio 1932.

Fonte: AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN, v. II, p. 366.

Enquanto o segundo exemplar d'*A Voz da Mulher Trabalhadora* trazia a referência explícita ao CMT, o primeiro número identificava o jornal como "órgão feminino do partido comunista – Região do Rio". Da mesma forma, enquanto o texto da capa do segundo número parece ter sido escrito por mulheres comunistas e ter sido destinado especificamente às trabalhadoras, o artigo de abertura do primeiro número foi assinado por "A Direção". Tal direção parece ser a do PCB, que por meio de um texto que tratava das mazelas do capitalismo, do imperialismo e do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) procurava apresentar aos leitores o posicionamento do partido em relação ao contexto internacional e nacional. "A Direção" não abordou especificamente a questão feminina em seu texto de abertura e apenas ao final se dirigiu às mulheres:

> VIVA O 8 DE MARÇO!
> COMPANHEIRAS TRABALHADORAS, no dia 8 de março comemora-se o dia das mulheres trabalhadoras de todo o mundo, protestemos unidos neste dia contra a burguesia infernal que nos escraviza. Lutemos unidos por nossas reivindicações especiais e imediatas e auxiliemos os comícios das companheiras neste dia![220]

Talvez essa diferença de identificação entre os dois números seja explicada pela tentativa da equipe do jornal de deixar evidentes o atrelamento partidário e, até mesmo, a aprovação do periódico pelo comando (pela direção) do PCB. Com essa estratégia, o CMT não poderia ser acusado de competir ou tentar se impor ao partido, como havia acontecido com o BOC em 1930. O Comitê deixava clara sua pretensão de ser apenas uma organização de massas auxiliar ao PCB. Além disso, com o respaldo evidente do comando do PCB, o periódico ganhava mais legitimidade perante os demais militantes.

Em vários artigos dos dois números, o CMT procurou destacar que o número de mulheres empregadas nas fábricas do país aumentava a cada ano, já que elas demonstravam "poderem realizar todas as tarefas que qualquer operário realiza"[221]. Apesar disso, "pelo seu estado de desorganização", elas continuavam "conservando-se patriarcalmente a margem do movimento operário revolucionário"[222]. Sem consciência política, as operárias continuavam servindo como ferramentas dos capitalistas para promoverem a exploração do proletariado. As

---

[220] AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN, v. II, p. 349.

[221] *Ibidem*, p. 366.

[222] *Ibidem*.

mulheres despolitizadas aceitavam salários menores, submetiam-se a jornadas de trabalho maiores e a péssimas condições de higiene.

A retomada da representação da mulher operária como uma vítima do capitalismo foi acompanhada do alerta para a possibilidade de sua transformação em uma força contrarrevolucionária. Isso não apenas porque, despolitizadas, elas prejudicavam a conquista de melhores condições de trabalho para os operários, mas porque a influência da Igreja Católica estaria se ampliando na sociedade e poderia atingi-las. Para provar para as mulheres que aquela instituição religiosa não era confiável e não as representava, o CMT publicou, no primeiro exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora,* um artigo assinado por "A anti-clerical". Nesse artigo foram denunciadas as relações econômicas e políticas entre o papa e empresas imperialistas, em especial, a de armamentos bélicos. A articulista procurou demonstrar a falsidade inerente ao discurso daquela liderança religiosa, já que, ao mesmo tempo que pregava a solidariedade, empregava os recursos da Igreja em construções imponentes e artigos luxuosos.

No segundo exemplar d'*A Voz da Mulher Trabalhadora,* as comunistas convocaram mães e pais proletários a se oporem ao ensino religioso nas escolas de seus filhos. As militantes procuravam combater a efetividade do decreto publicado em 1931 por Getúlio Vargas que tornava opcional o ensino religioso nas escolas brasileiras. Caso os pais dos alunos não estivessem de acordo, seus filhos não precisavam frequentar a disciplina. Por entenderem que esse decreto contribuía para o fortalecimento da Igreja Católica junto às camadas populares e, consequentemente, aumentava a exposição das operárias e suas filhas à influência conservadora, as comunistas convidavam os leitores a romper com a religiosidade: a religião "transforma os proletários em seres conformados. As religiões hipócritas, impostas pelos grandes aos pequenos, a resignação cristã, o espiritismo e a macumba, não mudam a situação do povo trabalhador"[223].

Além de denunciarem a hipocrisia das religiões, as comunistas, através d'*A Voz da Mulher Trabalhadora,* procuravam explicitar a especificidade da exploração das mulheres pobres sob o capitalismo, evidenciada pelo número delas que acabavam sendo conduzidas à prostituição[224]:

---

[223] *Ibidem*, p. 367.

[224] *Ibidem*, p. 350.

> Além de todas essas misérias são exploradas sobre tudo mais que os homens: não tem direito nem de adoecer, sob pena de irem para a rua, vitimadas da exploração moral, sujeitas à sedução dos patrões canalhas que atiram as filhas e companheiras dos operários à prostituição. De toda forma é a mulher oprimida![225]

A certeza de que os patrões burgueses levavam as mulheres pobres à prostituição levou o CMT, em 1932, a se envolver no debate sobre as condições de trabalho das garçonetes. No segundo exemplar de *A Voz da Mulher Trabalhadora*, as militantes escreveram:

> Os burgueses desequilibrados em sua fortuna lançam mão das garçonetes para melhor conseguir aumentar seus rendimentos a custa da exploração física, moral e econômica exercidas sobre aquelas jovens que mais necessitam ganhar sua manutenção, porém inconscientes e desarmadas, portanto sem forças para exigir direitos que lhes assistem. Nos bares onde se encontra as piores concentrações de elementos perniciosos da grande e pequena burguesia sem escrúpulos que para aí vão com o único intuito de se embriagarem. A garçonete é o mais forte atrativo dessa corja, motivo pelo qual os patrões utilizam as jovens para tal serviço encaminhando-as para a prostituição.

Motivada por um posicionamento moral e por um desejo de proteger as mulheres pobres, a crítica das comunistas do CMT sobre o emprego de mão de obra feminina em bares, restaurantes e cafés, sobretudo em expedientes noturnos, ia ao encontro da recomendação da OIT quanto à proibição do trabalho noturno feminino. Embora tal orientação também fosse aprovada pela associação dos trabalhadores dos bares, restaurantes e cafés, um longo debate sobre a situação das garçonetes foi travado junto aos órgãos do governo brasileiro, como o Conselho Nacional do Trabalho. O governo paulista chegou a proibir o trabalho noturno das garçonetes[226], enquanto no restante do país o debate continuou ao longo dos primeiros anos da década de 1930. Bertha Lutz se envolveu na discussão e acreditava que a proibição da atuação das garçonetes atentava a individualidade feminina. Para a feminista, grande parte das leis específicas destinadas às mulheres acabavam por prejudicar a inserção delas no mercado de trabalho, já que tornavam sua mão de obra menos competitiva que a masculina. Lutz afirmava que tentativas legais de proteger a honra das mulheres eram medidas paternalistas que mais prejudicavam do que ajudavam as trabalhadoras.

Ainda que não defendessem a proibição do trabalho noturno feminino, as comunistas do CMT, assim como todo o partido comunista, possuíam uma postura de oposição expressa às

---

[225] *Ibidem*.

[226] Para mais informações sobre a questão das garçonetes e o debate sobre o trabalho feminino noturno, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

situações que entendiam que pudessem conduzir as trabalhadoras para a prostituição. A cultura política comunista classificava essa atividade como o maior mecanismo de exploração capitalista sobre a mulher e, enquanto tal, deveria ser extirpada para que uma nova sociedade pudesse surgir. Nesse caso, as comunistas defendiam a ampliação da fiscalização das condições de trabalho das garçonetes. Sobretudo, defendiam que sua educação política fosse promovida, melhor estratégia para garantir que essas trabalhadoras não sucumbiriam à exploração sexual:

> É preciso que as companheiras garçonetes, como todas as jovens trabalhadoras, se capacitem do papel que representam diante da burguesia e seu valor na luta de classes para que unidas possam exigir seus direitos, o que só conseguirão aderindo ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras, organização feminina do Partido Comunista e da Juventude Comunista – único partido da classe trabalhadora que luta pelos interesses de todas as jovens mulheres trabalhadoras[227].

Além da educação política, as comunistas acreditavam na importância da luta por leis específicas que garantissem a dignidade de vida e trabalho para as garçonetes e todas as mulheres pobres. Para as comunistas, a maternidade e a forma como social e culturalmente ela era vivenciada pelas operárias tornavam a realidade feminina diversa da masculina, o que justificaria a existência de pautas trabalhistas diferentes. Foi por meio das páginas d'A *Voz da Mulher Trabalhadora* que o CMT consolidou sua plataforma de direitos para as operárias. No primeiro número, em sua última página, ao final de todos os artigos, foi publicado:

> Companheiras Trabalhadoras!
> Exijamos pão e trabalho!
> Pelo dia de seis horas para as mulheres e jovens!
> Pelo trabalho igual, salário igual!
> Pelo aumento de salários!
> Pelo descanso de dois (*sic*) antes e depois do parto com salário integral![228]

Já no segundo número, em todas as páginas essa pauta trabalhista foi destacada:

> Exijamos a proteção a mulher grávida! 2 meses de descanso antes e depois do parto! Com salário integral! Exijamos 6 horas de trabalho para jovens e mulheres! Abolição dos serões e multas! Exijamos maior higiene nas fábricas e serviço médico gratuito!

---

[227] AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN. v. II, p. 367.

[228] *Ibidem*, p. 351

> Lutemos pelas nossas reivindicações! (...) Pelos quinze dias de férias anuais com salários integrais![229]

Essa plataforma feminina passou a ser adotada por todo o partido e transformou a forma como organizações operárias dominadas pelo PCB encaravam a presença das mulheres no mercado de trabalho. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), entidade paulista que até 1932 defendia a progressiva substituição da mão de obra feminina pela masculina, por exemplo, ao experimentar o aumento da influência de militantes comunistas em suas fileiras, passou a reivindicar garantias para as operárias. A UOFT, em seus panfletos, passou a denunciar a exploração sofrida pelas mulheres e pelas crianças e inseriu em seu pleito demandas como "licença de um mês depois do parto, com vencimentos, cumprimento integral da lei de férias e da jornada de oito horas e 'salário igual para trabalho igual'"[230].

Nesse sentido, o CMT foi uma organização significativa. Não tanto pela sua duração no tempo ou por sua capacidade de agitação e cooptação de mulheres trabalhadoras. De fato, o Comitê parece ter desaparecido por volta de 1933 sem ter alcançado um grande número de integrantes operárias e, como eram também poucas as mulheres do PCB, as fileiras do Comitê não se tornaram expressivas. Ainda assim, junto ao partido comunista, o CMT conseguiu demarcar a importância de constituir organizações de mulheres orientadas para a condução do trabalho feminino. Já em 1935, pouco após o fim dos registros sobre a atuação do Comitê, surgiu a União Feminina do Brasil, organização que daria continuidade ao enfrentamento da questão feminina pela perspectiva comunista, mas procuraria se estruturar em novas bases com a expectativa de obter mais sucesso na tarefa de atrair mulheres.

No próximo capítulo, vamos acompanhar como a defesa da igualdade de gênero e a forma de encarar a condição feminina na sociedade brasileira por parte do PCB impactaram as relações entre os militantes, entre a direção partidária e as bases, bem como com o movimento comunista internacional.

---

[229] AN, Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN. v. II, p. 367

[230] *Apud* FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*., p. 64. O decreto que proibiu o trabalho noturno, instituiu a licença-maternidade e o salário igual para trabalho igual está disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html.

# CAPÍTULO 3 | A CONSOLIDAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO E A AMPLIAÇÃO DAS INICIATIVAS PARTIDÁRIAS (1929-1935)

> "Mas, eu senti perfeitamente a separação, o corte na vida e a iluminação súbita no horizonte. Senti valorizada a minha estada no mundo. De tudo que eu sentia antes, ficou o doloroso da revolta, o necessário auxiliar estimulante da luta futura. A emoção e o meu grande amor pelos desgraçados (...) Sim, companheiro. Eu lutarei com vocês."
>
> *GALVÃO, Patrícia.* ***Paixão Pagu****: autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 80-81.*

Diante do sucesso da atuação do Comitê de Mulheres Trabalhadoras no Rio de Janeiro e na tentativa de se adequar ao método difundido pela URSS para a realização do trabalho político feminino, o PCB decidiu constituir uma comissão especial feminina ligada diretamente ao Comitê Central. Como apontarei adiante, a Comissão Central para o Trabalho entre Mulheres (CCTM) consolidou o compromisso do partido com o enfrentamento da questão feminina no Brasil e institucionalizou o trabalho político do partido junto às mulheres. A Comissão era parte da estrutura do PCB e, diferentemente do CMT e seu trabalho de massas que ocorria fora das fronteiras do partido, a CCTM visava mobilizar os militantes de todos os segmentos da organização comunista. Ao mesmo tempo, por meio da CCTM, o PCB se envolveu em ações para a mobilização feminina promovidas por comunistas de todo o mundo, já que era, então, a comissão a responsável por estabelecer o contato do PCB com as organizações internacionais.

A CCTM coordenou as ações dos diversos comitês de mulheres, definiu bandeiras e pautas femininas que deveriam ser assumidas por todas as instâncias do partido, buscou conduzir um jornal revolucionário destinado às trabalhadoras, estudou formas de envolver diversos segmentos das mulheres pobres do país na luta política e tentou garantir a participação do PCB nas jornadas e eventos sobre e para as mulheres organizados pelo movimento comunista internacional. Entretanto, como veremos, a comissão não alcançou o mesmo prestígio de outros órgãos do partido. Uma vez que a temática feminina não foi tratada pela direção partidária com o mesmo empenho e preocupação de outros debates políticos que mobilizaram os comunistas, a CCTM encontrou dificuldades para conduzir sua atuação.

A trajetória da comissão feminina foi interrompida abruptamente no fim de 1930, como será analisado adiante. Entretanto, apesar de sua desarticulação e da crise instituída no comando do partido, o trabalho político feminino de base e o debate e enfrentamento da questão feminina

não foram paralisados. Erecina Borges, por exemplo, foi eleita para assumir uma das vagas do CC do PCB, escolha justificada por sua condição de dona de casa, como abordarei no item 3.1. Além disso, durante os anos do processo de obreirização, várias mulheres se juntaram às fileiras pecebistas, entre elas, várias intelectuais e artistas, como Patrícia Galvão, a Pagu. Veremos no item 3.2 que entre 1931 e 1934 Pagu assumiu para si a tarefa de pensar e discutir a condição feminina na sociedade brasileira e contribuiu para divulgar os valores, as interpretações e as representações partilhadas pelo PCB a respeito das mulheres.

## 3.1 A COMISSÃO CENTRAL PARA O TRABALHO ENTRE MULHERES

Um ano após o início das atividades do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, portanto em 1929, o partido comunista reestruturou seu organograma e integrou uma entidade responsável por coordenar o trabalho político feminino ao seu Comitê Central. A constituição de uma comissão feminina ligada ao CC era uma orientação soviética conhecida pelo PCB desde 1922 e se tornou um imperativo para todos os partidos comunistas a partir do V Congresso da IC[231]. Nesse evento, a IC consolidou as resoluções bolcheviques sobre o trabalho dos partidos comunistas junto às mulheres e passou a defender que:

> 3º Em todos os organismos dirigentes, desde o Comitê local até o Comitê Central, deve existir um companheiro que será responsável pelo trabalho entre as mulheres.
> 4º Convém formar uma comissão especial para ajudar o dito companheiro. Cada Comitê Central deve possuir um secretariado feminino. À frente do secretariado feminino deve haver pelo menos um secretário remunerado, homem ou mulher[232].

Contudo, até 1929 o PCB se deparou com dificuldades para implantar sua comissão ou secretariado feminino. Havia as perseguições políticas, o número de mulheres militantes era baixo e, sobretudo, havia certo descaso da direção em relação à temática feminina quando

[231] O V Congresso da IC foi realizado em Moscou, entre junho e julho de 1924. Essas orientações sobre o trabalho feminino não foram alteradas no VI Congresso realizado em 1928.

[232] Tradução minha do original: "3º En todos los organismos dirigentes, desde el Comitê Local hasta al Comitê Central, debe existir um compãnero que es responsable del trajaro entre las mujeres. / 4º Conviene formar uma comisión especial para ayudar a dicho companero. Cada Comite Central debe tener un secretariado feminino. En el secretariado feminino debe hallarse a su frente, por lo menos, un secretario rentado, hombre o mujer". **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, 15/04/1926. Essa orientação soviética foi, ainda, reafirmada pelo Secretariado Sul-americano da IC (SSA) durante a realização da Primeira Conferência Latino-Americana, em junho de 1929.

comparada com as demais atividades do partido. Foi apenas a partir da criação e expansão dos CMTs e do aumento da capacidade de fiscalização e pressão do Secretariado Sul-Americano (SSA) sobre os partidos comunistas sul-americanos que o PCB de fato institucionalizou seu secretariado feminino. A direção partidária, nesse sentido, apenas reagiu ao sucesso do trabalho político que havia sido assumido pelas militantes de base e ao aumento da pressão internacional pela mobilização de mulheres.

Entre julho de 1929[233] e dezembro de 1930[234], atuou a CCTM[235], tendo como dirigente o militante Francisco[236], um dos integrantes da direção partidária no período. O objetivo da Comissão era incentivar, coordenar, acompanhar e cobrar ações dos comunistas entre as mulheres em todos os segmentos partidários. A CCTM, ainda, era responsável por manter contato direto e constante com as entidades do movimento comunista internacional, tais como a Seção Feminina da IC e o SSA, das quais recebia recomendações[237] e a quem prestava contas.

Além de Francisco, o dirigente principal, a CCTM era integrada por Oswaldo e por Elsa, esta última liderança do CMT do Rio de Janeiro. Francisco, Oswaldo e Elsa se mantinham em

---

[233] A primeira carta enviada pela Comissão à Seção Feminina da IC passando informações sobre a realização de tarefas políticas junto às mulheres data de 3 de julho de 1929. A Seção Feminina escreve: "Nós recebemos com grande satisfação a primeira informação sobre o trabalho que vocês executaram, sobretudo porque as questões que vocês levantaram e elaboraram, apesar da documentação incompleta que nos foi enviada, são importantes e justas e denotam que vocês empregaram os métodos adequados para realizar o trabalho de massas junto às mulheres". Tradução minha do original: "Nous avons reçu avec grande satisfaction votre première information sur le travail que vous avez effectuè, s'autant plus que les questions que vous avez soulevèes et élaboées, à em juger par cette documentation incomplete, il est vrai, sont importantes et justes et denote que voz savez emploger les méthodes susceptibles d1entrainer l amasse des femmes". AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 580**.** Antes dessa correspondência, não foram encontrados indícios de atuação da comissão.

[234] Em relatório assinado por "Lacerda" em 13 de março de 1937, ele afirma que desde 1930 o PCB não havia conseguido reorganizar a seção feminina do partido. Cf. AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 4, p. 319.

[235] Diversas cartas trocadas entre a CCTM e a IC podem ser encontradas em AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9.

[236] Durante o período destacado, o militante Francisco Mangabeira atuava no Comitê Central do PCB. É possível que seja ele o responsável escalado para conduzir a seção feminina do partido nesse primeiro momento, inclusive porque existem registros de sua participação em comícios organizados pelo CMT. Entretanto, em nenhuma das cartas encontradas em minha pesquisa o militante assinou seu sobrenome, o que nos impede de garantir sua identidade. Após 1935, as cartas trocadas entre o PCB e a IC em 1937 relativas ao trabalho desenvolvido entre as mulheres passam a ser assinadas por Lacerda, mas não como secretário da seção feminina brasileira. Para isso, ver: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 593; rolo 4, p. 319.

[237] Várias cartas e relatórios eram trocados entre essas organizações internacionais e a CCMT. Disponível em: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9. CEDEM/UNESP, Arquivo de História Política da Rússia, F. 495, op. 029, d. 014 [ic-0148.pdf] *apud* SILVA, Gleice Pereira da. As mulheres, a história e o silenciamento: uma breve análise sobre a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (1922-1938). In: ENHS – ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO SERTÃO – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura, 5., Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 4 a 7 de dezembro de 2018. **Anais**... Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

contato com as mulheres comunistas dos comitês femininos criados no estado do Rio de Janeiro e em São Paulo, acompanhavam suas ações e procuravam incentivar a circulação delas por todos os núcleos partidários do país. A CCTM, ainda, participava dos eventos organizados pelas militantes dos comitês de mulheres e procurava mobilizar a estruturação de comissões femininas em todas as instâncias regionais do PCB. De fato, o destaque obtido pelo Comitê de Mulheres Trabalhadoras do Rio de Janeiro nas fileiras comunistas contribuiu para que os núcleos regionais do partido passassem a solicitar à CCTM apoio para a organização de seus núcleos femininos. Segundo o dirigente Francisco:

> De todos os pontos do país, onde temos organizações do Partido, nos chegam pedidos de remessa de companheiras do Comitê do Rio, para ânimo e estímulo dos companheiros e companheiras da localidade respectiva. Todo o proletariado já se convence do papel importante da mulher proletária na luta pela emancipação da classe trabalhadora[238].

Além de atuar na coordenação dos CMTs para levar a cabo a mobilização das mulheres, a CCTM se dedicou à publicação de um jornal feminino comunista intitulado *A Proletária*[239], que parece ter sido inspirado no periódico argentino *La Obrera*[240] e circulou pelo menos entre 8 de março e dezembro de 1930. Não foram encontradas informações sobre sua periodicidade e condições de produção, mas, segundo os registros localizados, o objetivo da CCTM era conduzir um jornal revolucionário nos moldes estabelecidos por Lênin, tal como se conformou *A Classe Operária*. Para tanto, a CCTM pretendia montar cada número a partir de uma reunião de artigos escritos pelas próprias trabalhadoras, o que levava Francisco a constantemente cobrar dos dirigentes regionais o empenho em conseguir "correspondentes operárias e auxílios".

---

[238] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 599.

[239] Não foi encontrado nenhum exemplar do periódico, apenas comentários dos militantes sobre sua estrutura e circulação.

[240] A CCTM recebeu a seguinte orientação da Seção Feminina da IC em 28 de março de 1930: "organizar e publicar uma imprensa feminina e trabalhar para que as questões do movimento feminino sejam abordadas pela imprensa geral do partido e pelos jornais sindicais. (...) Nós acreditamos que no Brasil seja possível criar um órgão central para coordenar o trabalho político entre as mulheres, como o existente na Argentina ('La Obrera') independente da imprensa feminina, editado por comissões de mulheres, por exemplo, a existente em Santos. Em função da condição de ilegalidade do partido, este órgão (jornal) pode ser publicado em nome do Comitê Feminino, mas sob a direção imediata da Seção Central da Mulher". Tradução minha do original: "organiser et éditer une presse féminine et travailler pour que les questions du mouvement féminin soient traitées por l apresse générale du parti et l'a presse syndicale. (...) Nous estimons qu'au Brèsil il est possible de fonder um organe central pour le travail parmi les femmes, comme il em existe dèja em Argentine ("La Obrera") indèpendant de la presse feminine, edite por certaines comiès femininis, par exemple, à Santos. Etant donnè la situation illègale du parti, cet organe peut être publiè au nom d'um comitê feminin, mais sous la Direction immediate de la Section fèminine centrale". Nesse momento o jornal da CCTM já circulava. Para isso, ver: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 609-612.

Quanto mais regionais enviassem contribuições, mais *A Proletária* assumiria um caráter nacional, o que, segundo a CCTM, ampliaria sua capacidade de chamar a atenção e de gerar a identificação das operárias com os comunistas. Na edição que seria publicada no dia 1º de maio, data em que se comemorava o Dia do Trabalhador e que tradicionalmente era marcada pelo PCB com protestos e comícios, a CCTM, por exemplo, propôs-se a denunciar as condições de exploração a que eram submetidas as trabalhadoras de todo o país. Isso seria feito com a publicação de relatos produzidos pelas mulheres pobres, o que permitiria demonstrar que a situação feminina era de opressão extrema e que se apresentava como mais difícil que aquela enfrentada pelos homens trabalhadores. Dessa forma, a Comissão esperava sensibilizar os leitores do jornal acerca das condições de vida das trabalhadoras; sobretudo, esperava mostrar às operárias que os comunistas as reconheciam e pretendiam lutar pelos direitos delas.

Apesar de não ter encontrado nenhum exemplar d'*A Proletária* durante minha pesquisa, relatos escritos pelo dirigente Francisco parecem sugerir uma preocupação em abordar artigos que tratassem das pautas específicas reclamadas pelas trabalhadoras com textos que debatessem as pautas gerais celebradas pelo partido. Essa foi a estratégia retórica considerada mais adequada pelo movimento comunista internacional e, consequentemente, adotada pelo partido para mobilizar e educar politicamente as mulheres trabalhadoras. Em circular destinada aos "camaradas encarregados do trabalho entre mulheres" nas diversas regiões, Francisco defendia a importância de se

> agitar as mulheres em torno de reivindicações imediatas especiais (salário igual para trabalho igual, dia de 6 horas, repouso pago 2 meses antes e 2 meses depois do parto, proteção ao trabalho feminino, creches junto aos locais de trabalho, licença para amamentar o filho de meia hora a cada três horas, direito de voto e direitos de família iguais aos dos homens, a terra para as camponesas pobres que a cultivam, etc.) ligadas a reivindicações gerais do Proletariado (contra o imperialismo, contra a reação, contra os governos burgueses conservadores ou liberais, contra a guerra imperialista, contra a intervenção dos imperialistas na URSS, pela revolução agraria e anti-imperialista, pelo governo dos operários, camponeses, soldados e marinheiros)[241].

A luta pelos direitos específicos atrairia as mulheres para as organizações comunistas e lhes ensinaria o que seria preciso conquistar para serem reconhecidas como cidadãs e terem dignidade, enquanto o envolvimento com as pautas gerais contribuiria para sua conscientização a respeito da realidade do proletariado de todo o mundo e da importância de seu envolvimento

[241] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 606.

nos processos para a consolidação da revolução. Dessa forma, afirmava a CCTM, as mulheres trabalhadoras brasileiras assumiriam uma maior e mais efetiva intervenção na luta de classes[242].

Ao tratar da cidadania da mulher pobre brasileira, a CCTM, em fevereiro de 1930, assim como o CMT, reconhecia as operárias como indivíduos singularizados pela maternidade. As mulheres pobres seriam mães ou futuras mães e, para falar em seu nome, o partido precisava reconhecer suas demandas e sua condição social. Na proposta de plataforma feminina apresentada pela CCTM, inclusive, apareciam mais bandeiras relativas às demandas das mulheres mães do que aquelas encontradas nas páginas de *A Voz da Mulher Trabalhadora* em 1932. A Comissão propunha às entidades partidárias regionais que lutassem por creches, pela licença para as mães amamentarem seus filhos e por direitos de família iguais para mulheres e homens. Em função da limitação de números de exemplares encontrados do jornal do CMT – *A Voz da Mulher Trabalhadora,* tratado no capítulo anterior –, não é possível saber as razões para a adoção de uma pauta feminina mais enxuta em 1932. De todo modo, com base nas colocações da CCTM é possível constatar que a identificação da operária com a condição da maternidade era partilhada por todo o PCB, confirmando-se como o principal elemento da "palavra operária" feminina proposta pelo partido.

Da mesma forma, tal como o CMT, a direção partidária defendia a inclusão política de segmentos de mulheres pobres que se encontravam fora dos limites das fábricas e das empresas. Além das operárias, a CCTM propunha a mobilização das empregadas domésticas, "mulheres que alugam seu braço nos palácios da burguesia"[243], mulheres que, apesar de distantes das indústrias, eram assalariadas como as operárias. Por isso, a Comissão defendia que as domésticas deveriam ser retiradas de seu isolamento político para serem organizadas em sindicatos. Num primeiro momento, a Comissão defendeu a necessidade de se criar uma organização de classe específica para as domésticas, já que muitas eram as singularidades dessa profissão. Além disso, nenhum empenho era identificado junto aos políticos brasileiros para consolidar seus direitos trabalhistas ou regularizar o exercício dessa atividade eminentemente feminina.

Contudo, num segundo momento, a CCTM julgou que seria melhor reuni-las nos sindicatos ligados à indústria alimentícia, "como há entre nós o Centro Cosmopolita", pois assim as domésticas poderiam engrossar as organizações já existente e se tornar um grupo de

---

[242] *Ibidem*, p. 589.

[243] *Ibidem*, p. 599.

pressão mais consistente. Para garantir que as demandas da categoria das domésticas não seriam ignoradas nos sindicatos ligados à indústria alimentícia, já que as atividades abrigadas nesses sindicatos seriam diversas, a CCTM propunha que essas organizações de classe contassem com comitês femininos e que esses comitês fossem ligados ao CMT. Dessa forma, o Comitê poderia fortalecer e respaldar a atuação dos núcleos femininos dos sindicatos e garantir que as demandas das domésticas se tornassem pautas corroboradas pela entidade. O CMT, sob supervisão da CCTM, assumiria a função de órgão de fiscalização da inclusão da atuação das trabalhadoras em condições de igualdade nos órgãos de classe e exerceria a pressão necessária para que o movimento operário se tornasse mais plural. Como a seção feminina da IC, o CMT manteria a questão feminina no radar político dos trabalhadores brasileiros.

Outro segmento de mulheres pobres que a CCTM pretendia acolher era o das donas de casa, companheiras de trabalhadores, mulheres que não eram assalariadas e que, por isso, se mantinham distantes das organizações políticas. Em carta endereçada aos dirigentes partidários regionais do trabalho político feminino, a CCTM recomendava:

> 4º) deve-se interessar nessa agitação as mulheres de operários, de camponeses e de soldados e marinheiros, as trabalhadoras dos campos, as domésticas, as empregadas de escritórios particulares, de casas comerciais, dos telégrafos, dos correios, dos telefones, etc. (...)
> 8º) Atrair para essa campanha as mulheres desempregadas e as companheiras dos trabalhadores sem trabalho, exigindo pão ou trabalho para ellas.[244]

A proposta pecebista de atrair as donas de casa para suas fileiras era inovadora em relação a tantas outras forças políticas do cenário brasileiro. Tanto as donas de casa como as empregadas domésticas eram grupos sociais invisíveis politicamente e se mantinham distantes da possibilidade de construção de sua cidadania. O reconhecimento pecebista desses segmentos femininos evidenciava seu compromisso com a inclusão de direitos para as mulheres pobres no ordenamento jurídico e sua compreensão das especificidades advindas dessa condição de gênero. Importante destacar que essa proposta da CCTM e do CMT não decorria de uma imposição doutrinária dos órgãos do comunismo internacional. De fato, a Seção Feminina da IC parecia não ter pensado sobre a possibilidade de atrair as donas de casa para as fileiras comunistas. Em carta enviada à CCTM, a entidade soviética destacou sua surpresa diante da proposta dos militantes brasileiros:

---

[244] *Ibidem*, 10/02/1930. p. 606

> Ao mesmo tempo, expressamos nossa surpresa no que concerne à constituição de um novo sindicato, o das "donas de casa". Do que se trata? Se refere às trabalhadoras assalariadas ou às mulheres de trabalhadores? Os sindicatos mobilizam o proletariado explorado em função de sua condição de assalariados. Por isso, não é necessário dizer que esta categoria de trabalhadores não inclui as esposas dos trabalhadores, mas elas podem aderir aos sindicatos correspondentes. Aqui existe uma certa falta de clareza[245].

Para a Seção Feminina da IC, as donas de casa não integravam a classe trabalhadora porque não estavam inseridas no meio produtivo. E, por não serem assalariadas, não podiam ser mobilizadas através de sindicatos próprios. Diante disso, a solução proposta pela IC foi uma orientação que defendia já havia alguns anos: aproximar as donas de casa dos sindicatos aos quais pertenciam seus maridos[246]. De fato, para a IC, a organização feminina no Brasil deveria privilegiar a adesão aos sindicatos em detrimento da formação de comitês de mulheres específicos, o que significava a defesa da inclusão das mulheres nas entidades de classe já existentes, e não a criação de organizações femininas separadas. Retomando o alerta constantemente feito por Lênin acerca da condução do trabalho feminino, a IC alertava para o perigo de isolar o movimento feminino do restante do movimento de trabalhadores, o que, apontava, seria uma estratégia feminista, e não comunista:

> Como vocês podem perceber, nós fazemos certa distinção entre o trabalho sindical e o trabalho realizado por seus comitês. Acreditamos que, se os sindicatos estão sob a influência do partido, é preferível concentrar em suas fileiras o trabalho junto às mulheres em lugar de empregar as comissões citadas acima, sem feminizar, entretanto, esse domínio de trabalho[247].

Entretanto, como a própria mobilização das operárias via sindicatos era difícil no Brasil, a proposta de condução do trabalho político feminino por meio dos comitês de mulheres trabalhadoras se consolidou no PCB. A estratégia pensada pela CCTM era primeiramente atrair

---

[245] *Ibidem*, 27/07/1929. p. 582. Tradução minha do original: "En meme temps, nous exprimons notre surprise en ce qui concerne la constitution d'um nouveau syndicat, ce-lui des "menagères". De quoi s'agit-il? S'agit-il des ouvrieres salariées ou bien des femmes d'ouvriers? Les syndicats organisent le proletariat exploitè au titre de salariè. Il va de soi que cette categorie de travailleurs ne peut comprendre les femmes d'ouvriers, eles peuvent adherer aux syndicats correspondants. Ici, il y a un certain manque de clarité".

[246] Esta proposta era defendida pelo movimento comunista internacional desde 1926, ou seja, antes mesmo da fundação da CCTM, como fica evidente em: **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, p. 4, 15/04/1926.

[247] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p 582, 27/07/1020. Tradução minha do original: "Comme vos vouyez, nous établissons une certaine distinction entre le travail syndical et le travail de vos comités. Nous pensons que si les syndicats se trouvent sous l'influence du parti, il est préférable de concentrer em leur sein le travail syndical parmi les femmes, enpremier lie uau moyen des commissions ci-dessus, sans feminiser ce domaine du travail".

os diversos segmentos femininos para os comitês de mulheres para, a partir deles, aproximá-los dos sindicatos e do próprio partido.

Apesar de se preocuparem com as donas de casa, com as empregadas domésticas e apesar de considerarem os serviços domésticos embrutecedores, a CCTM, assim como o CMT, não conduziu nenhum debate, nem elaborou nenhuma crítica em relação à atribuição das tarefas da casa à mulher. Nesse momento, os comunistas brasileiros não defendiam a estatização das tarefas domésticas – cozinhar, cuidar das roupas, criar os filhos – tal como acontecia na URSS nos anos 1920. Ou seja, todo o debate comunista sobre atrair as mulheres para o terreno da política sindical e revolucionária não suscitava, nesse momento, uma discussão sobre sua libertação dos serviços domésticos ou sobre o envolvimento masculino nessa esfera. Os comunistas defendiam que as mulheres deveriam ser atraídas para a luta política e acreditavam que elas possuíam um enorme potencial revolucionário, mas não discutiam como libertá-las do fardo representado pelo lar. Nesse sentido, embora defendessem direitos de família iguais entre homens e mulheres, a proposta de igualdade de gênero apresentada pelo PCB parecia se relacionar mais à inclusão das mulheres na esfera política do que à modificação das dinâmicas da vida privada.

Da mesma forma, apesar de reconhecer a importância do trabalho político feminino para a construção do processo revolucionário e de uma sociedade mais justa no Brasil, o empenho de todo o partido nessas atividades não era tão expressivo como seu discurso. Isso contribuía para que a condução das atividades da CCTM fosse impactada por dificuldades múltiplas. Havia atrasos nos envios ou mesmo o extravio de correspondências nacional e internacionalmente, dificuldade de arregimentação feminina, o que implicava um baixo número de mulheres militantes[248] (uma realidade partidária que se manterá até pelo menos os anos 1940) e, sobretudo, havia o descaso dos demais integrantes do CC em relação a algumas pautas femininas. Também havia pouco empenho das lideranças comunistas dos órgãos estaduais do partido em repassarem as informações sobre o trabalho feminino realizado regionalmente. Por mais que as mulheres e outros militantes comunistas desenvolvessem tarefas relacionadas ao

[248] Segundo o dirigente Francisco da CCTM, as mulheres representavam 3% do partido em 1929, o que correspondia a 50 militantes. Ver: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 594. Em relatório produzido pelo CC restrito, Oswaldo fala da dificuldade em se conduzir o trabalho feminino em função do pequeno número de mulheres militantes. Janurário, inclusive, cita a importância de escolher nomes de mulheres do partido para atuarem de forma ilegal e conseguir levar o trabalho feminino adiante mesmo diante da repressão estatal. AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 5, 24/11/1929, p. 197.

enfrentamento da questão feminina, a direção partidária não tomava conhecimento de sua atuação, o que limitava as ações da CCTM.

Em 31 de agosto de 1929, por exemplo, Francisco enviou um relatório a suas camaradas da Internacional para prestar contas sobre a atuação das mulheres brasileiras, sobretudo as comunistas, na Jornada de 1º de Agosto. Essa jornada tinha o objetivo de construir entre os trabalhadores do país o apoio à URSS e criar uma opinião pública amplamente contrária à possibilidade de invasões e guerras contra a "Pátria dos Trabalhadores". A CCTM procurou mobilizar as fileiras femininas do partido com muito empenho para essa jornada e publicou um panfleto em que convocava a todas as militantes e todos os núcleos femininos do partido a assumirem uma atuação dedicada, combatendo o discurso pacifista que procurava afastar as mulheres trabalhadoras da luta revolucionária e da realidade, óbvia para os comunistas, da proximidade da eclosão de uma nova guerra imperialista e burguesa[249]. Francisco, entretanto, destacou que apesar de garantir que no estado do Rio de Janeiro a jornada havia enfatizado os "perigos de uma nova guerra imperialista, as ameaças de intervenção na União Soviética e os meios únicos de evitar e combater esses perigos: a luta revolucionária (...)", não tinha informações sobre o desempenho da atividade junto às trabalhadoras em todas as regiões do país:

> Respondemos à vossa circular em que nos pedis um relatório de trabalho executado pelas mulheres trabalhadoras na jornada internacional de 1º de agosto.
> Havendo urgência na resposta, e não tendo chegado até agora nenhuma informação das regiões do país, limitamo-nos, por enquanto, a vos informar do trabalho realizado na região do Rio, fornecendo-vos um relatório mais minucioso logo que nos chegue às mãos dados sobre as outras regiões[250].

Até pelo menos 29 de novembro de 1929, esses dados não chegaram às mãos de Francisco, que justificou mais uma vez, depois das cobranças enviadas pela Seção Feminina da IC: "esses dados estão incompletos porque até hoje não recebemos nenhuma informação detalhada sobre o trabalho nas outras regiões do partido, apesar de nossos pedidos insistentes"[251].

---

[249] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 589.

[250] *Ibidem,* p 592.

[251] *Ibidem*, p. 594. Ainda, em carta enviada em 29 de setembro de 1929, Francisco explica que a dificuldade em obter as informações se devia à enorme extensão do país e à deficiência dos meios de comunicação. Ver: AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 599.

A mesma dificuldade foi experimentada pela CCTM no processo de preparação da Jornada Internacional da Mulheres que ocorreria no dia 8 de março. Em fevereiro de 1930[252] o dirigente Francisco enviou uma circular a cada um dos encarregados "do trabalho entre as mulheres" das diversas regiões do país destacando onze orientações de como conduzir as tarefas que culminariam na realização da Jornada no Brasil. Sua décima orientação era: "dar conta de tudo que a região executar com a maior presteza a nós". Entretanto, a carta enviada por Francisco no dia 26 de março de 1930 anunciava à Seção Feminina da IC: "Nada recebemos das outras regiões". Nessa mesma data, escreveu um apelo aos dirigentes locais: "Prezado camarada, ainda não recebemos nada sobre a manifestação de 8 de março, a não ser de Juiz de Fora. Precisamos com urgência de qualquer resposta vossa sobre o dia 8 de março (...)"[253].

Sobre essas circulares enviadas por Francisco, é importante destacar o fato de o militante se dirigir às lideranças do trabalho político feminino regionais no masculino: "Prezado camarada"; "ao camarada encarregado do trabalho entre mulheres". Ao que parece, o dirigente não o fazia por mera convenção gramatical, mas por reconhecer que a realidade partidária era marcada pelo pequeno número de mulheres em cargos de direção. Nem mesmo a condução da CCTM havia sido entregue a uma militante. Ao ser questionado pela Seção Feminina da IC sobre a presença feminina em cargos de liderança e sobre a quantidade de mulheres que comporiam o CC do PCB[254], Francisco respondeu em setembro de 1929:

> Todas as companheiras que pertencem ao Partido e à Juventude estão no trabalho ativo das organizações de base e ocupam cargos de responsabilidade nas zonas, células e região. Apenas, não há nenhuma no CC porque ao tempo da escolha deste no 2º Congresso não existiam mulheres dentro do Partido[255].

Não foi possível identificar quais eram as militantes que teriam assumido os cargos de responsabilidade nas esferas locais da organização partidária citadas por Francisco. Contudo, como evidenciado no capítulo anterior, as mulheres estavam presentes no PCB desde sua fundação, em 1922. Além disso, em dezembro de 1928 e nos primeiros dias de janeiro de 1929, o PCB realizou seu III Congresso, momento em que o partido poderia ter reconhecido a importância da presença feminina nos órgãos de direção. Logo, a ausência feminina no CC em

---

[252] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9 IC, p. 606.

[253] *Ibidem*, p. 608.

[254] *Ibidem*, p. 580

[255] *Ibidem*, p. 599.

setembro de 1929 parece se justificar mais pela desconfiança dos demais dirigentes em relação ao preparo das militantes, por exemplo, do que pela dificuldade em identificá-las.

Essa ausência feminina no CC, segundo Francisco, teria sido superada em novembro de 1929. Ao argumentar à Seção Feminina que as militantes do PCB não tinham uma atuação isolada em núcleos especificamente femininos, mas participavam de todas as tarefas e esferas do PCB, Francisco escreveu: "todas as comunistas trabalham no Partido. Na região do Rio há duas no CR; uma está anexada ao CC; 6 no Comitê de Zona (CZ); 10 nos comitês de célula. Não há funcionárias nem qualquer auxílio do Partido por causa de nossa precária situação econômica"[256]. Para a Seção Feminina, como apontado no segundo capítulo, era importante que o trabalho político junto às mulheres fosse desenvolvido por todos os quadros do partido e não ficasse sob responsabilidade exclusiva de um grupo de mulheres[257]. Por isso, a presença de Francisco à frente da CCTM não parecia desajustada. Também, a Seção defendia que as mulheres deveriam ser inseridas em todos os segmentos da organização partidária, assumindo tarefas em condições de igualdade em relação aos homens.

Ao relatar a presença de uma mulher no CC, chama a atenção o termo empregado pelo dirigente. A expressão "anexar" parece evidenciar que uma militante teria sido "acoplada", colocada ao lado dos dirigentes do Comitê Central já atuantes e, assim, não ter sido escolhida no contexto dos debates e deliberações que marcam os congressos partidários e que garantem legitimidade à atuação dos dirigentes. De toda forma, essa "anexação", em alguma medida, decorria do reconhecimento da deficiência partidária em relação às mulheres. A mulher "anexada" ao CC foi, justamente, Elsa[258], integrante do CMT do Rio que passou a compor também a CCTM. Sobre ela, não foram encontradas muitas informações, nem mesmo se este era seu nome verdadeiro (ou um codinome), mas seu empenho político era destacado pelos demais membros da Comissão nas reuniões do CC, assim como as dificuldades vivenciadas por ela em função do pequeno número de mulheres comunistas engajadas no trabalho feminino do

---

[256] *Ibidem*, p. 594.

[257] Documento elaborado pela IC e publicado em **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, p. 1-6, 15/04/1926.

[258] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 5, p. 188. Importante destacar que até recentemente a historiografia afirmava que a primeira mulher a ocupar uma vaga no CC do PCB teria sido Zuleika Alambert, o que ocorreu em 1967, no VI Congresso do partido. Entretanto, o documento citado aponta para a presença feminina no CC já na década de 1920, com Elsa. Após Elsa, como indica Leôncio Basbaum em suas memórias, o CC do PCB foi integrado por Erecina Borges, já na década de 1930. BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*.

partido: "A companheira Elsa tem feito esforços para organizar subcomitês em vários locais, porém tem muitas tarefas e o seu trabalho se torna difícil"[259].

A presença de Elsa, entretanto, não garantiu que os demais membros do CC atribuíssem à questão feminina uma atenção maior. Francisco, na mesma carta de 26 de março de 1930 escrita à Seção Feminina da IC com objetivo de prestar contas sobre as atividades desenvolvidas para a celebração do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de tratar da já citada dificuldade em obter informações sobre as ações locais, destacou o descaso do restante do CC com o trabalho feminino que vinha sendo articulado:

> Logo que recebemos a circular da IC sobre o assunto, demos as necessárias providências enviando a todas as regiões do Partido uma circular segundo a cópia conjunta. Na reunião do Presidium do Partido, abordamos a questão, salientando a necessidade do trabalho do Partido aproveitando a campanha eleitoral do BOC para fazer-se a obra de agitação paralela. Diante, porém, das dificuldades de realizar juntas as duas campanhas, o Presidium não concordou comigo. Só mais tarde, a 6 de março, recebemos a circular vossa, em que o ponto de vista defendido por mim no presidium vem claramente explicado. No entanto, nós lutamos também com uma relativa desorganização do aparelho do Partido, depois da onda de reação que desabou sobre nós e isso impede mesmo qualquer obra séria de agitação de massas, no caso especial das mulheres, isso se faz sentir mais fortemente.

Os argumentos defendidos por Francisco, que coincidiam com a orientação da Seção Feminina, mas que foram desaprovados pelo restante do CC, referiam-se a encarar o período eleitoral brasileiro como favorável para a realização das celebrações do 8 de março. Afirmou a Seção:

> No Brasil, o período de preparação para o 8 de março coincide com a campanha das eleições presidenciais. Isso é ótimo para se ampliar e aprofundar a mobilização do 8 de março, desde que o partido saiba coordenar as duas campanhas sem que uma se sobreponha à outra. As eleições, por si só, despertam a atenção de toda a população para as questões políticas atuais e cria boas condições para o trabalho partidário, sobretudo nas condições em que ele acontece agora. Uma mobilização do 8 de março bem organizada e bem executada pode motivar as trabalhadoras a contribuírem para a vitória nas disputas eleitorais, ainda que elas sejam privadas de direitos políticos no país, ao se envolverem com as palavras de ordem do partido[260].

---

[259] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 5, p. 197.

[260] *Ibidem*, rolo 9, p. 603. Tradução minha do original: "Au Brésil, la période preparatoire du 8 mars coincide avec la campagne des elections presidentielles. C'est excelente pour élargir et approfondir la campagne du 8 mars, pourvu, que le parti sache coordonner les deux campagnes de façon qu'elles s'appurat (?) l'une l'autre. La campagne electorale d'elle-même, excite la interet de tout ela population pour les questions politiques d'actualité et crée de bonnes conditions pour le travail, d'autant plus dans les conditions où il se déroule maintenant. Une

Segundo Francisco, contudo, o comando do partido teria considerado ser impossível conduzir as duas tarefas simultaneamente, e, apesar dos esforços da CCTM em mobilizar as instâncias regionais para o 8 de março desde fevereiro, o restante do CC do PCB teria optado por se concentrar nas campanhas eleitorais, em especial a campanha pela candidatura do militante Minervino de Oliveira à presidência. O Dia Internacional da Mulher acabou não possuindo, no Brasil, a visibilidade que o movimento comunista internacional considerava necessária, sendo marcado apenas pela distribuição de panfletos e jornais, tarefas corriqueiras: "Apenas conseguimos imprimir o manifesto e o jornal (...)"[261]. Nem mesmo os comitês de mulheres trabalhadoras promoveram ações mais robustas, tendo se concentrado, também, em promover as campanhas eleitorais dos candidatos do BOC e distribuir panfletos sobre o Dia das Mulheres em comícios relâmpagos.

Assim, apesar de entre 1929 e 1930 o trabalho político feminino e o debate sobre a questão feminina no PCB ter se consolidado, a CCTM não possuía a mesma força e o mesmo reconhecimento de outras instâncias partidárias. Ao mesmo tempo que a Comissão promovia a ligação entre o PCB e o movimento comunista internacional, não era capaz de mobilizar o partido para participar com empenho dos eventos propostos pela Seção Feminina da IC.

A trajetória da CCTM parece ter sido interrompida abruptamente pela crise que assolou o PCB a partir do final de 1929 e início de 1930. Até 1933 o partido comunista lidou com instabilidades internas decorrentes de sua tentativa de bolchevização, processo que tinha o objetivo de promover a transformação do PCB em um autêntico partido bolchevique e foi impulsionado pelos dirigentes da IC. Após a desilusão sofrida em relação à eclosão da revolução na Alemanha e das desavenças entre nacionalistas e comunistas na China[262],

---

campagne du 8 mars bien organisée et bien exécutée peut alerter les femmes labourieuses pour aider le parti dans as lutte electorales et pour les arriver, bien qu'elles soint privées de droits politiques dans la vie politique du pays, en les ralliant aux mots d'ordre du parti".

[261] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 9, p. 607.

[262] Em ambos os casos o PCUS procurou apoiar grupos revolucionários com o objetivo de promoverem a tomada do poder em seus países. Em relação à Alemanha, havia a expectativa de que aquele seria o próximo país a se tornar comunista, quebrando o isolamento soviético. Entretanto, as forças revolucionárias alemãs foram derrotadas em vários episódios. Em parte, a derrota na Alemanha foi atribuída pelos bolcheviques à atuação da social-democracia, grupo que passou a ser considerado inimigo dos comunistas segundo a nova orientação da IC. Já na China, uma sequência de guerras civis gerou a oposição entre forças nacionalistas e forças comunistas. Apesar de ambas terem contado com o apoio da URSS em um primeiro momento, no curso das batalhas contra as dinastias chinesas, nacionalistas e comunistas foram se distanciando e se opondo politicamente. Inclusive, a revolução comunista que eclodiria em 1949 se consolidou contra o governo supostamente nacionalista que havia se instituído e que havia se tornado anticomunista. Importante destacar que esses episódios – na Alemanha e na China – foram apresentados pela IC como justificativas para a guinada política que propunham. A radicalização do discurso comunista, marcado pela ruptura das alianças com forças liberais, social-democratas, nacionalistas, sustentava-se na certeza de que aos comunistas deveria caber a hegemonia da liderança das camadas populares porque os

consolidou-se na IC a certeza de que apenas as "organizações moldadas à imagem dos bolcheviques soviéticos seriam capazes de obter sucessos – para eles a vitória em outubro de 1917, na Rússia, comprovava inequivocamente a superioridade de um partido nos moldes leninistas"[263]. O PC da URSS foi arvorado pela IC à condição de modelo exemplar único de partido comunista, ao qual todas as seções nacionais deveriam se adaptar. A partir do VI Congresso da IC, realizado em 1928, os comunistas soviéticos passaram a pregar para o movimento internacional a diretriz de oposição à social-democracia (classificada como social-fascismo), aos liberais, aos democratas considerados burgueses. A IC passou a divulgar a necessidade de se

> lutar contra as facções de 'direita' dentro do partido, atacar agressivamente os social-democratas, consolidar a organização revolucionária com base no centralismo e no monolitismo, eleger o leninismo como a única versão possível do marxismo e institucionalizar os expurgos como métodos para a resolução das divergências internas[264].

Foi a primeira vez que a IC se voltou de modo sistemático para a realidade da América Latina e através do SSA a entidade soviética procurou impor a mudança de diretriz aos partidos comunistas dos países daquele território. De imediato, a orientação da bolchevização atingiu Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, principais líderes do partido desde sua fundação e responsáveis pelas orientações políticas implementadas a partir do II Congresso do PCB (realizado em 1925). Os dirigentes foram acusados de promover as políticas que afastavam o partido brasileiro do marxismo leninismo e de deixar a organização a reboque das classes médias burguesas. Segundo a IC, esse comportamento dos líderes decorreria de sua origem social e política: seriam intelectuais pequeno-burgueses vindos das fileiras anarquistas. Para se tornar a vanguarda do proletariado brasileiro, então, o PCB precisaria promover a depuração de suas fileiras, substituindo seus dirigentes ligados ao "anarquismo, (...) sindicalismo, (...)

---

partidos, inclusive, deveriam ser por elas constituídos. A partir do IV Congresso realizado em 1928, a IC procurou se aproximar da atuação dos partidos da América Latina e as ações do PCB, em especial aquelas conduzidas através do BOC, foram fortemente combatidas e criticadas, tornando-se exemplos considerados negativos pelo movimento comunista internacional. Para mais informações, ver: KAREPOVS, Daniel. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec, 2003. FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit.* DEL ROIO, Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940), *op. cit*. HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo V**: o marxismo na época da Terceira Internacional – a revolução de outubro; o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[263] FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit*., p. 80.

[264] *Ibidem*, p. 81.

movimentos pequenos-burgueses (...)" e até mesmo ao "evangelismo e (...) espiritismo"[265] por dirigentes de verdadeira origem proletária. O processo de bolchevização do PCB, assim, incluía também sua proletarização.

Já nos primeiros meses de 1930 os intelectuais começaram a ser afastados do CC do PCB e foram substituídos por um ferroviário e um metalúrgico[266]. Segundo Leôncio Basbaum, líder comunista que também foi retirado do CC por ser médico e considerado intelectual, o ferroviário nunca participava das reuniões porque sempre estava viajando e o metalúrgico não possuía capacidade de atuar no cargo, o que contribuiu para a fragilização da atuação do partido. Para além disso, a saída do grupo dos dirigentes – que elaborou a primeira interpretação social e política original do PCB e que havia iniciado a ampliação da influência do partido através da construção de alianças intermediadas pelo BOC – contribuiu para isolar os comunistas do restante da sociedade brasileira[267]. De fato, o PCB passou a atacar mais duramente outros partidos e movimentos de esquerda e assumiu uma postura sectária, defendendo que o marxismo-leninismo seria a única ideologia revolucionária e se apresentando como uma organização em guerra contra a "burguesia, as classes médias e o próprio mundo"[268]. Nesse sentido, o partido assumiu a política de "classe contra classe" e extinguiu o BOC.

Mesmo que pelas fontes consultadas não tenha sido possível saber nem as origens sociais de Francisco nem o tratamento que recebeu do partido no novo contexto, é possível inferir que, em função de toda a reorganização da direção partidária, ele tenha sido desligado do CC, o que pode ter comprometido o funcionamento da CCTM[269]. Ainda assim, o desaparecimento da comissão não significou, paradoxalmente, o abandono ou a desvalorização da questão feminina e do trabalho político junto às mulheres no PCB. Enquanto o partido enfrentava o desmantelamento e procurava se reorganizar, os CMTs, nas bases, continuavam não apenas atuando, como vimos no capítulo anterior, como ampliaram suas atividades. Também, a influência de mulheres junto à direção partidária se tornou, de fato, mais expressiva no contexto de crise: quando o novo CC foi montado com base nos critérios da proletarização, uma mulher foi escolhida para integrá-lo. Tratava-se de Erecina Borges, a Cina, dona de casa

---

[265] *Ibidem*.

[266] BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*., p. 75-76.

[267] ZAIDAN FILHO, **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**, *op. cit*.

[268] FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, p. 81.

[269] Após o desaparecimento da CCTM não foram encontrados documentos destacando a atuação de Francisco, o que me sugeriu a hipótese de que o militante teria sido desligado, ao menos, do comando partidário.

casada com o médico militante Fernando Lacerda. Lêoncio Basbaum narrou em suas memórias como a militante foi integrada à direção[270]:

> Fui contra a sua convocação para o CC. Fui contra sua convocação por achar que era muito nova no Partido, cerca de um ano, na ocasião, e não tinha condições nem qualificações para um cargo de responsabilidade. Ficou então resolvido que assumisse apenas um cargo técnico: seria responsável pelo secretariado e pelo serviço burocrático em geral, o que lhe dava, todavia, uma importância, tremenda, como se verificou depois. Ela fazia a correspondência, ela mantinha contato com as direções regionais, guardava o arquivo, expedia cartas para o exterior, e para isso tinha todos os endereços necessários. Mas, nenhuma participação política[271].

No contexto da obreirização, a escolha de uma mulher para a direção, segundo a narrativa de Basbaum, não decorreu do reconhecimento de sua competência, mas se baseou na sua condição social. Da mesma forma, outros homens sem prática política haviam sido escolhidos para assumir cargos de comando do partido, caso do metalúrgico e do ferroviário que integraram o CC do PCB, bem como de Miguel, operário que se tornou secretário geral do partido entre 1931-1932. Entretanto, segundo relatou Basbaum, entre eles, apenas Erecina Borges não adquiriu direito de interferência política de fato. A condição de gênero de Cina parece ter contribuído para que sofresse maior desconfiança por parte do partido e para que sua militância no PCB fosse considerada muito breve para garantir sua transformação em uma revolucionária confiável e capaz. De fato, o imaginário comunista sobre as mulheres parece ter contribuído para a definição do destino de Cina, já que os vários homens de origem operária recém-chegados ao partido não tiveram sua competência política questionada, enquanto para a militante, por ser mulher, justificava-se uma postura de maior cautela dos comunistas em avaliar sua capacidade de atuação: teria Cina se transformado em uma pecebista preparada durante seu tempo junto ao partido? Ou seria ainda uma potencial ferramenta da luta antirrevolucionária infiltrada na organização? Tais questionamentos não rondaram as escolhas dos homens do CC.

Entretanto, essa limitação da atuação de Cina no CC não durou muito. Pouco tempo depois de passar a integrar o comando partidário, ela conquistou o direito de voto nas reuniões do CC. Basbaum destacou que essa foi mais uma divergência ocorrida entre ele e a militante:

> Outra divergência surgiu quando Cina alegou que tinha direito de voto "por ser proletária". Como todos sabiam que vinha de uma família de classe média, educada

[270] Nesse momento, a direção do PCB se deslocou para São Paulo porque as perseguições no Rio de Janeiro haviam se intensificado.

[271] BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*., p. 115.

> em Paris, casada com um médico e exercendo atividades domésticas e, portanto, nada de operária, ela alegou que ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês. O ambiente era propício, ela ganhava outra vez: fora promovida a operária[272].

Para além das denúncias de Basbaum acerca da suposta realidade sobre a origem de classe de Cina, interessa-me o fato de o comando do partido ter considerado a condição de dona de casa suficiente para comprovar a situação proletária da militante. Ou seja, os trabalhos domésticos a capacitavam para assumir o cargo no CC com direito de participação política igual à dos demais integrantes. Ao contrário do que entendia Basbaum, como vimos no capítulo anterior, o PCB, através d'*A Classe Operária*, do CMT e da CCTM, desde 1929 debatia a situação das donas de casa, das mulheres das famílias de comunistas e das empregadas domésticas, bem como já havia definido que essas atividades deveriam ser consideradas como integrantes das fileiras operárias. Além disso, a inclusão efetiva de mulheres em cargos de direção era uma obrigatoriedade para os partidos comunistas de todo o mundo, já que uma das características divulgadas como singulares da administração bolchevique seria a igualdade de gênero efetivada pela presença maciça de mulheres nos órgãos do comando da URSS. Em vista disso, diante dos argumentos apontados por Cina, os militantes envolvidos nos debates do CC do PCB não poderiam negar à militante a participação política igualitária.

Inclusive, foi justamente por destratar Cina que Leôncio Basbaum foi acusado pelo CC de preservar "preconceitos burgueses contra a mulher"[273], o que demonstraria as defasagens de sua formação comunista. Segundo Basbaum, isso aconteceu depois de uma reunião em que seu ponto de vista saiu vitorioso e Erecina Borges começou a chorar por defender visão oposta:

> Também minha paciência tinha limites. Então, com raiva, exclamei: "Isso, camaradas, não é comunismo, é mulherismo!" Creio que era o que ela esperava ou queria, pois, nessa base me acusou de "ser contra as mulheres" e ter "um conceito burguês sobre as mulheres e o comportamento feminino[274].

Mais do que a disputa de opiniões e propostas entre Cina e Basbaum, interessa-me a forma como o CC do PCB tratou o que foi considerado um desacato do militante às mulheres. Basbaum foi acusado de não reconhecer a força e a importância das mulheres para o partido, associando-as

---

[272] *Ibidem*, p. 115-116.

[273] *Ibidem*, p. 117.

[274] *Ibidem*.

à imagem de fragilidade e despreparo. Entretanto, no imaginário comunista essas características não poderiam ser atribuídas a uma camarada, da mesma forma que nenhum militante poderia promover a inferiorização feminina. Um bolchevique deveria reconhecer o potencial feminino e defender sua igualdade em relação aos homens, sem menosprezar sua presença e sua atuação política. Basbaum, então, foi obrigado a escrever uma carta e fazer uma autocrítica, o que evidenciou que a direção partidária apoiava a militante e, em alguma medida, procurava garantir combater o machismo e a desigualdade de igualdade de gênero em suas fileiras.

Contraditoriamente, meses depois, Cina foi "excluída do CC para ficar somente como encarregada do aparelho (a secretaria, com endereço, dinheiro, etc)"[275], ou seja, voltou a ser uma militante de base. Isso aconteceu em maio de 1932, após um representante do SSA vir ao Brasil para analisar como o CC estava funcionando. Diante de denúncias encaminhadas por Basbaum[276] para o órgão internacional, um representante do SSA foi designado para acompanhar o funcionamento do PCB e sua adequação aos preceitos da proletarização. Basbaum, depois do episódio de sua autocrítica e em função das disputas frequentes com Cina e seu marido, decidiu pedir ajuda do SSA para contornar o que acreditava ser uma influência nefasta no comando partidário. O representante do SSA, então, concluiu que Cina e o marido estavam conduzindo o partido para caminhos "anarquistas"[277], sobretudo porque ambos defendiam que havia um contexto favorável para a condução da luta armada revolucionária no país, ainda que o PCB passasse por dificuldades de articulação e comando. Além disso, o representante do SSA compreendeu que as formas como Cina procurava articular suas vitórias nas votações do CC eram baseadas em manipulações e irresponsabilidades. O comunista reconhecia que a militante possuía uma enorme capacidade de liderança e mobilização política, mas entendia que essa capacidade estava sendo conduzida a partir de objetivos equivocados. Após essa interferência internacional, Cina foi destituída do cargo de direção e foi novamente alocada em uma atividade considerada burocrática.

---

[275] *Ibidem*, p. 122.

[276] Importante destacar que foi a militante Rosa, codinome de Inês, membro do SSA, que por volta de 1932 articulou o retorno de Basbaum para o Comitê Central. Cf. BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*.

[277] A principal acusação de Basbaum era a de que Cina e Fernando levavam operários que não eram membros do CC para as reuniões a fim de, com os votos dos trabalhadores, conseguirem aprovar suas propostas. Iniciou-se, assim, uma disputa entre eles, já que Basbaum também passou a mobilizar trabalhadores com o objetivo de ampliar seu apoio nas reuniões. Basbaum também se opunha a Fernando porque, afirmava, o médico defendia a eclosão imediata da luta armada por considerar o contexto brasileiro favorável. Cf. BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*.

De fato, a destituição de Cina não foi justificada pelo partido como decorrente de sua condição de gênero. Foi atribuída aos seus supostos desvios ideológicos. Entretanto, não podemos desconsiderar que o imaginário comunista, na década de 1930, já atribuía às mulheres maior propensão a serem cooptadas por pensamentos e forças políticas antirrevolucionárias, conservadoras e apontava maior dificuldade delas em alcançarem sua conscientização política e sua adesão ideológica. Essa ambivalência atribuída à relação das mulheres com a política pode ter influenciado a análise do partido e do SSA sobre as ações de Cina e contribuído para a alocação da militante em atividades de menor importância e menor impacto, além de patriarcalmente consideradas femininas.

Além da experiência de Cina no CC do PCB, da atuação da CCTM e da ampliação das ações do CMT, durante os anos de bolchevização, ainda, o número de mulheres nas fileiras comunistas aumentou. Várias trabalhadoras e mulheres pobres que permaneceram anônimas aderiram ao partido, assim como muitas intelectuais e artistas de destaque se aproximaram do PCB, não obstante o contexto partidário não fosse amigável a sua participação. Algumas, como Tarsila do Amaral e Rachel de Queiroz, tiveram uma trajetória breve. Outras, como Nise da Silveira, Eneida de Moraes, Maria Werneck, Eugenia Moreyra e Patrícia Galvão construíram uma militância expressiva e mais duradoura, tendo, inclusive, se empenhado em se adequar às orientações autoritárias da obreirização. De fato, se por um lado o partido procurava se distanciar da influência dos intelectuais e ampliar a participação de segmentos populares, o que dificultava a atuação de artistas, escritores, pensadores, cientistas, por outro, a imagem de um partido que se empenhava em ser composto pelas massas atraía a admiração e a adesão daqueles que enfrentavam os debates sociais, os questionamentos hierárquicos e promoviam a crítica às elites brasileiras. O partido se tornava atrativo justamente por sua postura disruptiva e por ser, pretensamente, operário e popular.

Nise da Silveira e Eneida de Moraes se integraram a células do partido, atuaram em um grupo de intelectuais e assumiram tarefas no trabalho político feminino a partir de 1935, como veremos no próximo capítulo. Já Patrícia Galvão, a Pagu, atuou em diversos setores do partido e se dedicou a debater a questão feminina desde sua adesão, em 1931. Durante os primeiros anos da década de 1930, a escritora modernista se preocupou em provar para o comando do PCB a sinceridade de sua conversão política. Sua fidelidade irrestrita ao PCB e seu desejo de se provar comunista me permitem considerar que, ao representar as mulheres e suas condições de vida na sociedade brasileira, Pagu expressou os preceitos constituidores da cultura política comunista. Tendo isso em vista, por meio da produção intelectual e da atuação política da

escritora, considero possível entrar em contato com dinâmicas de gênero e com a construção e consolidação de representações sobre as mulheres que foram compartilhadas pelos comunistas entre 1930 e 1934, como apresentarei a seguir.

## 3.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO NA CULTURA POLÍTICA COMUNISTA: PATRÍCIA GALVÃO E A QUESTÃO FEMININA

Quando se tornou uma militante comunista, em 1931, Pagu já era uma figura bastante conhecida nos meios artísticos e jornalísticos de São Paulo. Sua aproximação das figuras de destaque do movimento modernista[278] e, sobretudo, sua polêmica união com o escritor Oswald de Andrade lhe renderam manchetes nas colunas sociais de todo o país[279]. Além disso, a forma inusitada de se maquiar – o uso do famoso batom escuro –, de pentear os cabelos – sempre armados e desalinhados – e a linguagem desbocada adotada em seus textos revelavam que Pagu não era, não conseguia e não pretendia ser uma mulher conformada e de posturas tradicionais. Talvez por isso ela tenha se aproximado do partido comunista, considerado no Brasil dos anos 1930 uma organização subversiva.

Quando se juntou ao PCB, Pagu foi recebida com desconfiança em função de sua origem de classe e de sua condição de intelectual. Para provar sua dedicação à causa proletária, a escritora precisou se apropriar e demonstrar sua adesão à visão de mundo e ao jargão comunistas. Sua principal colaboração ao debate que vinha sendo elaborado pelo PCB sobre a questão feminina desde 1925 será a caracterização da mulher burguesa e a promoção de seu confronto com o arquétipo da mulher revolucionária.

Sua primeira atuação como comunista se deu com a publicação de textos e ilustrações em *O Homem do Povo,* um pasquim proletário[280] fundado por ela e por Oswald de Andrade em 1931, logo após aderirem ao PCB. Em função das polêmicas que suscitou, o jornal teve uma

---

[278] CAMPOS, Augusto de (Org.). **Pagu: vida e obra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

[279] Sua fama se consolidou mesmo após Pagu fugir com Oswald de Andrade, o escritor modernista. Ela abandonou o marido, com quem havia acabado de se casar, e Andrade separou-se de Tarsila do Amaral para viver o novo amor. A união com escritor modernista custou a Pagu não apenas o distanciamento de sua família, que desaprovou as escolhas da jovem, mas a crítica de tantas pessoas desconhecidas. GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

[280] CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*., p. 132.

trajetória breve, sendo concretizados apenas oito números[281], mas permitiu a Pagu escancarar seu empenho em combater a burguesia brasileira e em divulgar os preceitos comunistas.

No jornal, Pagu era responsável pela produção de uma tirinha intitulada *"*Malakabeça, Fanika, Kabelluda", por textos de dicas de arte e cinema e pela seção *A Mulher do Povo,* por meio da qual divulgava curtos artigos de opinião sobre temas polêmicos. Foi justamente através da seção feminina e de sua tirinha que Pagu contribuiu com o trabalho político feminino e com o debate comunista sobre a questão feminina.

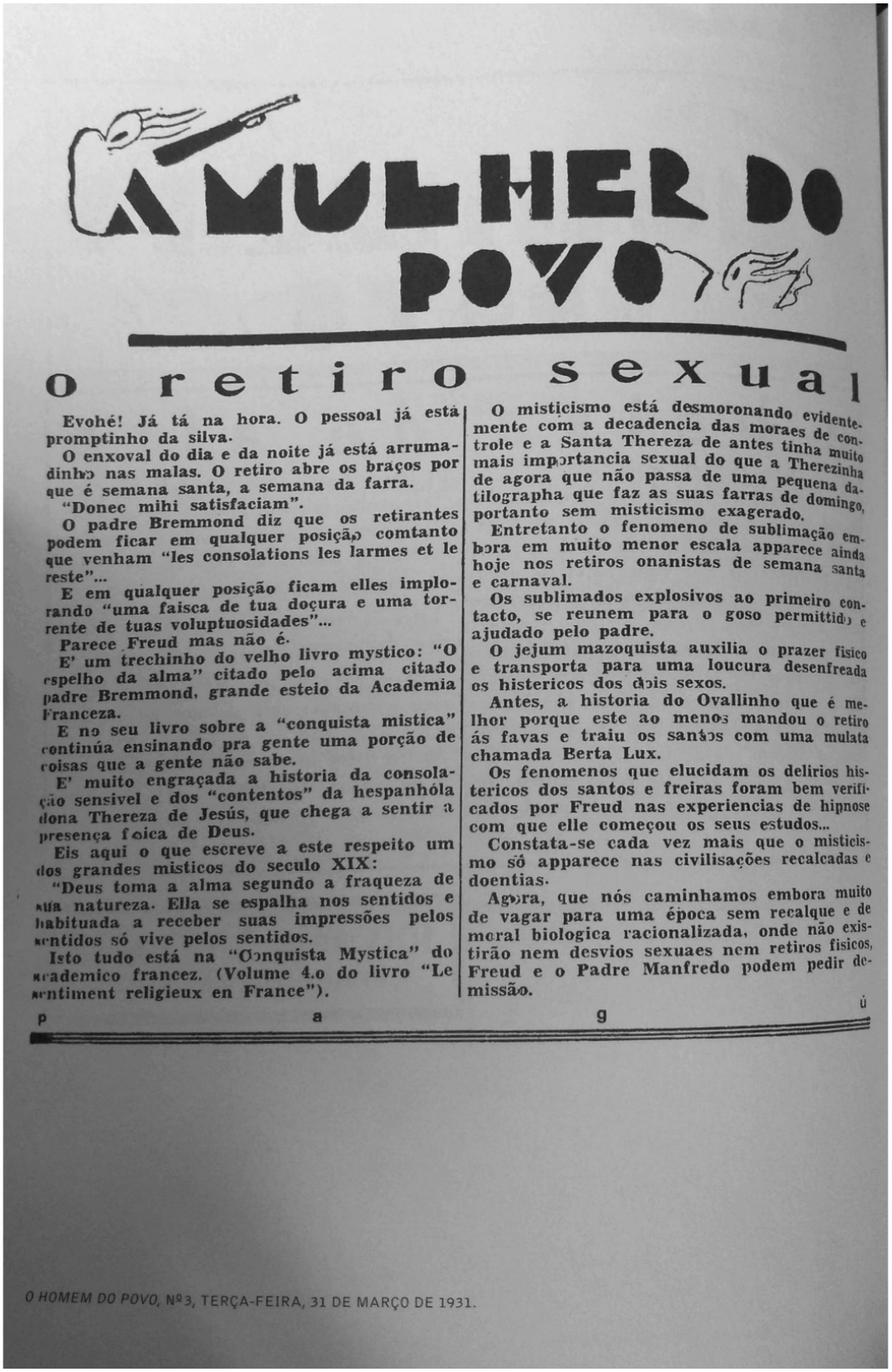
### 3.2.1 *A Mulher do Povo* enfrenta a burguesia

No canto direito da segunda página do jornal *O Homem do Povo*, era publicada a seção *A Mulher do Povo*, que funcionava como um editorial feminino através do qual Pagu, como comunista, se posicionava sobre diversos assuntos. Além de escrever os textos, ela foi responsável por criar as ilustrações que acompanhavam o título da seção. Ambas eram imagens mais abstratas, de traço moderno, simples e arrojado, que evocavam a representação de mulheres de cabelos esvoaçantes, aparentemente de boca bem aberta, como se estivessem gritando. A principal imagem, localizada no alto do canto esquerdo, acima da primeira letra do título da seção, parecia sugerir, ainda, que a mulher segurava uma garrucha. Essas ilustrações se aproximam das representações femininas recorrentes na iconografia comunista, representações de mulheres aguerridas e revolucionárias, que assumiam seu lugar na luta de classes e se mostravam dispostas a atuar através do discurso e das armas[282].

---

[281] Nesse mesmo ano, *O Homem do Povo* foi fechado pela polícia, após ter sofrido dois ataques por parte dos estudantes da faculdade de direito, revoltados com as ofensas desferidas por Oswald de Andrade à tradicional faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo. Para mais informações sobre esse episódio, ver: CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*. GALVÃO, **Paixão Pagu**.

[282] Vários cartazes produzidas na URSS entre 1920 e 1990 estão disponíveis para consulta em: http://redavantgarde.com/en/collection/show-collection/?themeId=69. Acesso em: 13/01/2021.



# A MULHER DO POVO

## o retiro sexual

Evohé! Já tá na hora. O pessoal já está promptinho da silva.

O enxoval do dia e da noite já está arrumadinho nas malas. O retiro abre os braços por que é semana santa, a semana da farra.

"Donec mihi satisfaciam".

O padre Bremmond diz que os retirantes podem ficar em qualquer posição comtanto que venham "les consolations les larmes et le reste"...

E em qualquer posição ficam elles implorando "uma faisca de tua doçura e uma torrente de tuas voluptuosidades"...

Parece Freud mas não é.

E' um trechinho do velho livro mystico: "O espelho da alma" citado pelo acima citado padre Bremmond, grande esteio da Academia Franceza.

E no seu livro sobre a "conquista mistica" continúa ensinando pra gente uma porção de coisas que a gente não sabe.

E' muito engraçada a historia da consolação sensivel e dos "contentos" da hespanhóla dona Thereza de Jesús, que chega a sentir a presença foica de Deus.

Eis aqui o que escreve a este respeito um dos grandes misticos do seculo XIX:

"Deus toma a alma segundo a fraqueza de sua natureza. Ella se espalha nos sentidos e habituada a receber suas impressões pelos sentidos só vive pelos sentidos.

Isto tudo está na "Conquista Mystica" do academico francez. (Volume 4.o do livro "Le sentiment religieux en France").

O misticismo está desmoronando evidentemente com a decadencia das moraes de controle e a Santa Thereza de antes tinha muito mais importancia sexual do que a Therezinha de agora que não passa de uma pequena datilographa que faz as suas farras de domingo, portanto sem misticismo exagerado.

Entretanto o fenomeno de sublimação embora em muito menor escala apparece ainda hoje nos retiros onanistas de semana santa e carnaval.

Os sublimados explosivos ao primeiro contacto, se reunem para o goso permittido e ajudado pelo padre.

O jejum mazoquista auxilia o prazer fisico e transporta para uma loucura desenfreada os histericos dos dois sexos.

Antes, a historia do Ovallinho que é melhor porque este ao menos mandou o retiro ás favas e traiu os santos com uma mulata chamada Berta Lux.

Os fenomenos que elucidam os delirios histericos dos santos e freiras foram bem verificados por Freud nas experiencias de hipnose com que elle começou os seus estudos...

Constata-se cada vez mais que o misticismo só apparece nas civilisações recalcadas e doentias.

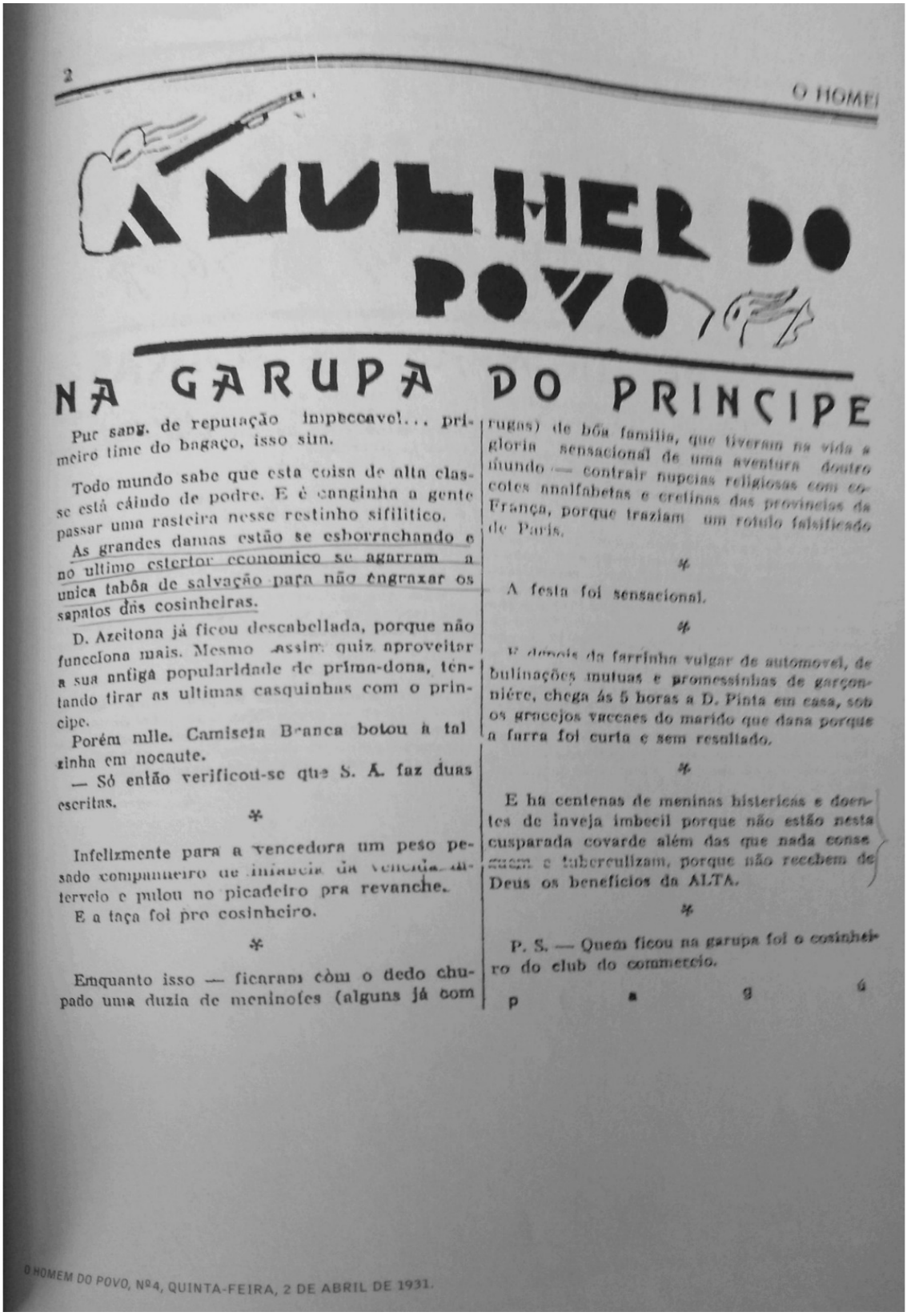
Agora, que nós caminhamos embora muito de vagar para uma época sem recalque e de moral biologica racionalizada, onde não existirão nem desvios sexuaes nem retiros fisicos, Freud e o Padre Manfredo podem pedir demissão.

p a g ú

O HOMEM DO POVO, Nº 3, TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1931.

Figura 3 - Reprodução da seção *A Mulher do Povo*, escrita e ilustrada por Patrícia Galvão. Jornal *O Homem do Povo*, n. 3, p. 1, 31 mar. 1931.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.



2 O HOMEM

# A MULHER DO POVO

## NA GARUPA DO PRINCIPE

Pur sang, de reputação impeccavel... primeiro time do bagaço, isso sim.

Todo mundo sabe que esta coisa de alta classe está cáindo de podre. E è canginha a gente passar uma rasteira nesse restinho sifilitico.

As grandes damas estão se esborrachando e no ultimo esterior economico se agarram a unica tabôa de salvação para não engraxar os sapatos das cosinheiras.

D. Azeitona já ficou descabellada, porque não funcciona mais. Mesmo assim quiz aproveitar a sua antiga popularidade de prima-dona, tentando tirar as ultimas casquinhas com o principe.

Porém mlle. Camiseta Branca botou a tal xinha em nocaute.

— Só então verificou-se que S. A. faz duas escritas.

*

Infelizmente para a vencedora um peso pesado companheiro de infancia da vencida interveio e pulou no picadeiro pra revanche.

E a taça foi pro cosinheiro.

*

Emquanto isso — ficaram còm o dedo chupado uma duzia de meninoles (alguns já com rugas) de bôa familia, que tiveram na vida a gloria sensacional de uma aventura doutro mundo — contrair nupcias religiosas com cocotes analfabetas e cretinas das provincias da França, porque traziam um rotulo falsificado de Paris.

*

A festa foi sensacional.

*

E depois da farrinha vulgar de automovel, de bulinações mutuas e promessinhas de garçonniére, chega ás 5 horas a D. Pinta em casa, sob os gracejos vaccaes do marido que dana porque a farra foi curta e sem resultado.

*

E ha centenas de meninas histericas e doentes de inveja imbecil porque não estão nesta cusparada covarde além das que nada consequem e tuberculizam, porque não recebem de Deus os beneficios da ALTA.

*

P. S. — Quem ficou na garupa foi o cosinheiro do club do commercio.

p a g 6

O HOMEM DO POVO, Nº 4, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1931.

Figura 4 - Reprodução da seção *A Mulher do Povo*, escrita e ilustrada por Patrícia Galvão. Jornal *O Homem do Povo*, n. 4, p. 2, 2 abr. 1931.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Pagu, na seção *A Mulher do Povo,* ao contrário da estratégia utilizada pelo CMT e mesmo pela CCTM em seus panfletos e jornais, elencou como seus interlocutores principais as mulheres e os homens burgueses. O propósito da escritora era se dirigir a eles para desmascarar sua hipocrisia, os mecanismos de exploração que utilizavam para se manterem em condições de privilégio e, sobretudo, para escancarar sua condição anacrônica e decadente. Para tanto, Pagu empregava uma linguagem agressiva, debochada, destrutiva, de modo que seu desprezo, seu ódio e seu desejo de enfrentar as classes dominantes, inclusive fisicamente, ficavam evidentes. Na seção, Pagu procurava se mostrar como uma *mulher do povo* consciente e imune aos modos de sentir e pensar da burguesia, um contraponto feminino e comunist. No contexto da obreirização do PCB, essa parecia ser sua estratégia para comprovar a sinceridade de sua transformação política, bem como uma forma de solucionar possíveis desconfortos pessoais que vivenciaria na militância em função de sua origem social.

Pagu inaugurou seu editorial com o texto "Maltus Além", uma crítica às feministas identificadas com a "elitizinha de João Pessoa", mulheres de condição social privilegiada que lutavam para ampliar seus próprios direitos. Certamente, em sua menção Pagu se confundiu e pretendia se referir, de fato, às mulheres do estado do Rio Grande do Norte que, em 1927, conquistaram o direito de participar dos pleitos eleitorais, apesar de no restante do país o voto feminino ter continuado proibido[283]. Para a comunista, esse avanço feminista estava atrapalhando "o movimento revolucionário do Brasil"[284], pois possuía pautas distantes da realidade da mulher trabalhadora. Uma feminista "berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto" para "mulheres cultas, achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo"[285]. No entanto, a plataforma sufragista não visava alterar a estrutura social, mantendo as operárias e trabalhadoras sem instrução sem acesso à cidadania[286]. Dessa forma, reafirmando as análises comunistas sobre as feministas já publicadas pelo CMT e pela CCTM, Pagu defendeu que a luta sufragista seria um engodo.

---

[283] Essas mulheres conseguiram o direito de votar, mas, em seguida, tiveram o direito cassado. De toda forma, a conquista motivou o movimento sufragista.

[284] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 27/03/1931.

[285] *Ibidem*.

[286] Para mais informações sobre a Constituição republicana de 1891, em vigor ainda em 1931, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Importante destacar que Marx elaborou um debate a partir das ideias apresentadas por Malthus. Pagu retoma, ainda que pontualmente, esse debate em seu artigo. Para mais informações sobre o debate de Marx com Maltus, ver: STITES, **The Women's Liberation Movement in Russia**, *op. cit*. GOLDMAN, **Mulher, Estado e Revolução**, *op. cit*.

No texto, Pagu atribuiu a todas as feministas bandeiras defendidas por Maria Lacerda de Moura, uma intelectual anarquista que durante alguns anos atuou ao lado de Bertha Lutz. Era Maria Lacerda de Moura quem defendia o amor livre, a igualdade de gênero e a maternidade consciente, não as sufragistas da FBPF. Foi ela também que rompeu com as feministas por considerá-las pouco sensíveis às dinâmicas econômico-político-sociais que submetiam as mulheres das classes populares a condições de maior exploração. Ainda assim, Maria Lacerda foi arvorada por Pagu à condição de modelo exemplar de feminista e suas bandeiras foram erroneamente atribuídas a todas as sufragistas. É possível que essa postura de Pagu fosse decorrente de sua ignorância a respeito da trajetória política de Maria Lacerda, da mesma forma que pode ter sido influenciada pela orientação partidária de se promover um embate agressivo contra os anarquistas. De qualquer forma, Pagu caracterizou a anarquista como um "simples sargento reformista" do "batalhão de João Pessoa do feminismo ideológico", cujas propostas não passavam de estratégias de controle de natalidade burguesas que teriam sido inspiradas na teoria de Malthus, já combatida por Marx. Segundo Pagu, o debate sobre a maternidade consciente seria obsoleto, pois o controle de natalidade já existia "mesmo nas classes pobres" e na Rússia já estaria completamente superado: "o materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si". Apesar de não destacar como o controle de natalidade era realizado junto aos trabalhadores, Pagu desacreditou as bandeiras de Maria Lacerda de Moura e profetizou: se Marx venceu Malthus, isso provava que os comunistas venceriam as feministas.

O ataque a Maria Lacerda de Moura se estendeu até o segundo número de *O Homem do Povo,* exemplar que, na capa, trouxe um quadrinho elaborado por Pagu e intitulado "Impróprio para menores". Uma jovem lendo um livro cuja capa trazia o nome da anarquista é interrompida por um padre: "Minha filha, o Papa disse que só o padre pode ministrar educação sexual às crianças". A legenda do quadrinho dizia: "O Vaticano proibiu os pais e professores a explicação de assuntos íntimos que só compete ao sacerdote". Persistindo em sua crítica às bandeiras que atribuía ao feminismo, Pagu identificou Maria Lacerda de Moura como uma especialista em assuntos sexuais. O quadrinho evidenciava o desconforto de Pagu com a importância atribuída pela anarquista às pautas reprodutivas e sugeria que tanto a Igreja Católica quanto as feministas procuravam apenas controlar a forma como as mulheres lidavam com essas questões. É possível inferir, ainda, que na ilustração a escritora fazia alusão, de forma indireta, a uma suposta perversão sexual vivida pelos padres, inclusive enquanto promotores de abusos contra fiéis.

Como veremos a seguir, Pagu não atacava Maria Lacerda de Moura por discordar da bandeira da liberdade sexual. A comunista defendia que mulheres e homens pudessem vivenciar

sua sexualidade e afetividade sem as restrições da moralidade católica e burguesa. Mas, tal como recomendava Lênin aos militantes desde o começo do século XX, parecia se opor à centralidade que entendia ser atribuída pela anarquista a essa questão. Por isso, Pagu menosprezava a forma como as feministas conduziam sua militância e defendia que a libertação feminina plena – tanto política, quanto econômica, social e sexual – só seria alcançada com a consolidação de um regime bolchevique no Brasil.

Em outros textos, Pagu dirigiu seus ataques a outros grupos burgueses e anunciou sua decadência. Em "A baixa da Alta", ela defendeu que oito famílias paulistas abastadas estavam "entregando os pontos" e em "A garupa do Príncipe", texto em que criticou a visita do nobre inglês ao Brasil[287] e a forma como foi recebido pela elite brasileira, anunciou: "essa coisa de alta classe está caindo de podre. E é canjinha a gente passar uma rasteira nesse restinho sifilítico"[288]. Em ambos os textos, Pagu ironizou o desespero das elites para preservar um poder que estavam perdendo e desmoralizou os "novos ricaços", figuras que fariam de tudo para assumirem o lugar das famílias decadentes, inclusive, submeterem-se "a contrair núpcias religiosas com cocotes analfabetas e cretinas das províncias da França, porque traziam um rótulo falsificado de Paris"[289].

Para além de decretar a decadência econômica da burguesia, nesses textos Pagu pretendeu revelar a hipocrisia moral dos homens e mulheres dessa classe social, os quais apesar de contraírem "núpcias religiosas" – o que faziam motivados por questões sociais e econômicas – viveriam em "farrinhas vulgares", em "bulinações mútuas" e "garçonières". Segundo a escritora, o discurso moral, religioso e severo disseminado pela burguesia não passaria de farsa, já que homens e mulheres se comportavam de modo depravado e promoveriam a prostituição. As burguesas, nesses textos, eram apresentadas como mulheres fúteis, que andavam enfeitadas com "lantejoulas comprados com o suor dos explorados", que se preocupariam apenas em arranjar bons casamentos para si mesmas, caso fossem jovens, ou para suas filhas, caso das "mamães de caridade". O casamento para essas mulheres seria um negócio, uma última jogada para se livrarem da derrocada econômica, o que tornaria, para elas, a chegada do príncipe

[287] Durante os meses de março e abril de 1931, o então príncipe de Gales e seu irmão estiveram em visita oficial ao Brasil. O príncipe, que se tornaria o futuro rei britânico Eduardo VIII, foi recebido pelo presidente Getúlio Vargas e visitou alguns estados do país, entre eles, São Paulo.

[288] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 02/04/1931.

[289] *Ibidem.*

solteiro uma oportunidade única: "as grandes damas estão se esborrachando e no último estertor econômico se agarram a única táboa de salvação para não engraxar os sapatos das cozinheiras"[290].

Em "Liga de Trompas Católicas", Pagu seguiu com suas críticas às mulheres burguesas e aos valores religiosos, privilegiando como alvo as integrantes da Liga de Senhoras Católicas[291]. No texto, Pagu se refere a essas senhoras como "feras desiludidas e velhas professoras", "mães idiotas" que

> querem dar uma vida de controle e compensação de violões e cantinhos da Curia" a suas filhas. Uma educação errada a lá Estado de S. Paulo que ensinando tudo faz campanhas pr'a gente fazer o que ele proíbe.
> Mães que se desgraçam porque querem catolicamente que as filhas façam do casamento um caixão de Rodovalho até que apodreça ou arrebente.
> Senhoras que cospem na prostituição, mas vivem sofrendo escondidas num véu de sujeira e festinhas hipócritas e massantes, onde organizam o hino de cornetas, ligada para todos os gozos, num coro estéril, barulhento[292].

Nos textos de Pagu, as mães burguesas apareciam como seres em tudo opostos às mães proletárias. Seriam vulgares, egoístas, imorais e desprezariam a felicidade de seus filhos. Sua preocupação não seria construir um mundo melhor e mais amoroso, mas encontrar formas de manter sua condição social de privilégio e manter a Igreja Católica repleta de fiéis alienados. As senhoras católicas seriam uma força antirrevolucionária educada pela imprensa conservadora e por isso precisariam ser desmascaradas e combatidas.

Revelar a perniciosidade da mulher burguesa era uma grande preocupação de Pagu e foi esse objetivo que a motivou a escrever o artigo "Normalinhas". Em tom irônico, agressivo e ao mesmo tempo pesaroso, Pagu denunciou a adesão das garotas que frequentavam a Escola Normal de São Paulo aos valores das classes dominantes:

> Essa gente que tem uma probabilidade excepcional de reagir como moças contra a mentalidade decadente, estraga tudo e são as maiores e mais abomináveis burguesas velhas. Com um entusiasmo de fogo e uma vibração revolucionária poderiam se quisessem, virar o Brasil e botar o Oiapoque perto do Uruguai. Mas, D. Burguesia

---

[290] *Ibidem.*

[291] A Liga de Senhoras Católicas foi uma entidade civil formada por mulheres católicas leigas criada em 1920 e reconhecida pelo arcebispo de São Paulo em 1921. A entidade se destacou por trabalhos beneficentes e por iniciativas voltadas para atender mulheres, como a Escola de Economia Doméstica e a criação de um restaurante exclusivo para mulheres, que possuía preços populares e se destinava a atender as trabalhadoras do comércio da cidade. Nos anos 1920 e 1930, as mulheres não podiam frequentar restaurantes desacompanhadas.

[292] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 04/04/1931.

> habita nelas e as transforma em centenas de inimigas da sinceridade. E não raro se zangam e descem do bonde, se sobe nele uma mulher do povo, escura de trabalho[293].

Segundo Pagu, as normalistas eram mulheres que possuíam um enorme potencial revolucionário, mas, por internalizarem os valores burgueses, se tornaram uma força profundamente conservadora. Elas assumiam um papel feminino caracterizado pela futilidade e submissão, e passavam a menosprezar as camadas populares e suas demandas. Além disso, como professoras, transformavam-se em instrumentos de disseminação da moral decadente. "E vão estragar com os ensinamentos falsos e moralistas a nova geração que se prepara!"[294] Como membros da burguesia, essas mulheres seriam profundamente hipócritas, já que ao discurso moral rigoroso que disseminavam não correspondiam um comportamento austero. Para Pagu, em uma passagem em que deixa clara sua defesa da liberdade sexual feminina, as normalistas impunham seu conservadorismo sobretudo às colegas, desmoralizando e humilhando aquelas que tentavam romper com o controle burguês e cristão para viver sua sexualidade de modo "mais sincero". Às escondidas, entretanto, eram as normalistas que, afirmava a comunista, se rendiam a "garçonières vulgares". Por ter frequentado a Escola Normal, Pagu, no texto, arvorou-se à condição de testemunha ocular e disparou contra as antigas colegas:

> Eu, que sempre tive a reprovação delas todas; eu, que não mentia com as minhas atitudes, com as minhas palavras, com a minha convicção; eu que era uma revolucionária constante no meio delas, eu que as aborrecia e as abandonava voluntariamente, enojada de sua hipocrisia, as via muitíssimas vezes protestar com violência contra uma verdade, as via também com o rosto enfiado na bolsa escolar e pernas reconhecíveis subirem a baratas impassíveis para a garçonière vulgar[295].

A escritora não apenas procurou apontar a hipocrisia burguesa das normalistas, como também revelou a singularidade de uma identidade revolucionária que atribuía a si mesma e que a teria levado a se tornar comunista. Ser revolucionária significava, para Pagu, ter atitudes e discursos coerentes com sua convicção, ser sincera e, sobretudo, imune à influência burguesa, ao discurso religioso e ao "controle cristão"[296]. Essa identidade revolucionária preservava a capacidade de crítica da mulher e lhe permitia romper com os pressupostos sociais e culturais

---

[293] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 13/04/1931.

[294] *Ibidem.*

[295] *Ibidem.*

[296] *Ibidem.*

injustos. As revolucionárias não eram mulheres normais, "normalinhas", mas sim "autênticas pioneiras do novo tempo"[297] a quem caberia lutar contra as ruínas do mundo burguês.

Prevendo a repercussão negativa de seu artigo entre as normalistas, Pagu encerrou seu texto com uma provocação: "Vocês também não querem que nem os coleguinhas de Direito, trocar bofetões comigo?"[298]. De fato, a linguagem e o tom utilizados por Pagu em *Normalinhas* gerou incômodo, inclusive, junto à militância comunista. Uma de suas leitoras escreveu um dia após a publicação do artigo:

> Camarada Pagu,
> Não gosto que você esteja a bulir com toda gente mormente com as moças estudantes. Tenho uma filha na Escola Normal a qual eu estava ensinando a ser antirreligiosa e comunista, conforme os ensinamentos do "Homem do Povo". Mas desde que você buliu com as moças fico perguntando se vale a pena a gente ser antirreligiosa e comunista, dessa forma?[299]

Não é possível ter conhecimento da resposta de Pagu a esse questionamento de sua leitora Walkíria de Souza porque *O Homem do Povo* deixou de circular após seu oitavo número, exemplar que carregava o texto *Normalinhas.* Em todo caso, é possível afirmar que a ferocidade da militante não garantia sucesso na tarefa de atrair mulheres para as fileiras do partido. As respostas publicadas por Pagu às cartas que recebia evidenciam que seu objetivo com a seção *A Mulher do Povo* era mais atacar e se distanciar da burguesia brasileira, provando, ao mesmo tempo, sua fidelidade partidária e doutrinária, que educar e atrair novas militantes para o PCB. À leitora denominada Santinha, Pagu respondeu: "V. nunca foi uma operária. É uma burguesinha muito à toa. Uma mulher do povo não falaria em bibelôs franceses nem pensaria nos bailes em que você fala"[300]. A outras ameaçou: Elza – Venha ler sua carta anônima nessa redação (...) Fanny – Pode vir com o teu bofetão, teu xingo, tua raiva. Ameaças não se botam no envelope"[301].

De fato, a forma de expressão de Pagu se mostrava mais agressiva que aquela empregada pelos demais colaboradores do jornal. A própria leitora Walkíria de Souza afirmou:

---

[297] *Ibidem.*

[298] *Ibidem.*

[299] APESP, prontuário Patrícia Galvão. Carta apreendida pela polícia política.

[300] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 09/04/1931.

[301] *Ibidem.*

> Que messe de frutos na propaganda comunista não colheria o "Homem do Povo" se usasse de outra linguagem e outros modos para bulir com quem merece, inclusive os padres. Haja vista a transformação que se operou em mim ao ler o belo artigo de Hélio Negro, sobre o que é o comunismo, estampado nos primeiros números, não me recordo bem do título, mas que era escrito em linguagem sã e nobre. Também neste número (8) lê-se o trabalho convincente de Raul Maia, sem falar no magistral artigo de fundo de Oswald de Andrade[302].

O texto de Oswald de Andrade a que a leitora se refere tratou do ataque promovido pelos estudantes da faculdade de Direito à redação do jornal e, mesmo diante do tema polêmico, trazia uma linguagem mais sensível e sóbria. Os comentários de Pagu sobre o episódio, a exemplo da nota final de *Normalinhas,* foram mais ácidos e desconfortáveis que aqueles escritos por Oswald de Andrade, assim como foi mais enfática sua reação física imediata aos ataques dos estudantes: ela pegou uma arma e atirou nos estudantes. Já Raul Maia, em seu artigo "deus", também utilizou uma forma de expressão mais regrada ao escrever sobre a religiosidade, a utilização da fé como ferramenta empregada pela burguesia na luta de classes e a oposição entre a religião e a ciência. Essas temáticas foram abordadas por Pagu em outros textos publicados em *A Mulher do Povo*, mas mantendo seu formato destrutivo e sua linguagem desbocada e desconfortável.

Para a escritora, o combate à burguesia implicava uma postura anticlerical, já que no Brasil a moral partilhada pelas classes dominantes tinha fundamentos católicos. Além disso, tratava-se de tema importante na cultura comunista. Por isso, no texto "Retiro sexual" Pagu decidiu atacar diretamente a Igreja Católica e seus mecanismos de controle sexual[303]. Ela denunciou a hipocrisia daquela instituição e afirmou que os retiros espirituais funcionavam mais como encontros sexuais do que momentos de dedicação à fé. Por isso, para Pagu o fim da religião e do misticismo levaria ao fim da depravação sexual: "agora que nós caminhamos embora muito devagar para uma época sem recalque e de moral biológica racionalizada, onde não existirão nem desvios sexuais nem retiros físicos, Freud e padre Manfredo podem pedir demissão"[304].

Contudo, como Engels, Bebel e Lênin, Pagu entendia que a vivência dos desejos sexuais fora da repressão moral da Igreja e da hipocrisia burguesa não significava a aceitação de todas as formas de comportamentos. Alguns deles seriam considerados desvios, tal como a homossexualidade. No artigo "Saibam ser maricons", Pagu empregou um tom irônico e

---

[302] APESP, prontuário Patrícia Galvão.

[303] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 2, 31/03/1931.

[304] *Ibidem.*

agressivo para repreender os homens homossexuais, descritos por ela como membros da elite, católicos que teriam uma postura arrogante e de desprezo em relação ao Brasil. Pagu os definiu como "meninas que nasceram errado, mas que não querem se conformar em seguir a lei da natureza. Querem continuar meninas... Botam atrás da porta a masculinidade, lambuzam a voz, celibatarizam-se..."[305]. Assumindo um tom ainda mais intolerante, ela afirma: "Corja pra uma surra, que nem serve para a forca".

Embora não haja, na fonte consultada, informações sobre quais eventos teriam motivado a redação do artigo, fica claro que Pagu associava a homossexualidade à moralidade burguesa cristã e seus comportamentos desregrados. Mais uma vez em conformidade com os preceitos divulgados por Lênin e assumidos por comunistas ao redor do mundo, para a militante a homossexualidade seria intolerável nas fileiras partidárias: "são católicos e se dizem comunistas. Como se essa corja de pederastas militantes tivesse a coragem de uma ideologia. São passivos em tudo".

Como é possível perceber, apesar das temáticas distintas, os textos da seção *A Mulher do Povo* conduziam o leitor a realizar a diferenciação entre os comportamentos e pensamentos dos comunistas e os dos burgueses. Essa oposição expressava, para a militante, a própria dinâmica da luta de classes e do processo revolucionário, da mesma forma que permitia perceber a existência de duas formas de ser mulher na sociedade brasileira: a burguesa e a revolucionária. Essa dicotomia feminina foi aprofundada por Pagu em outros textos publicados no jornal e se tornou a questão central da tirinha "Malakabeça, Fanika e Kabelluda". Nesses quadrinhos, publicados desde o primeiro número d'*O Homem do Povo,* Pagu narrava a história de Kabelluda, uma menina pobre que foi adotada pelos tios ricos e que progressivamente se torna uma revolucionária. A história de Kabelluda não é narrada de forma linear ao longo das edições, mas, em conjunto, tratam do processo de tomada de consciência política por parte da jovem.

A personalidade das personagens criados por Pagu já era indicada através de suas denominações. O tio, Malakabeça, um personagem secundário, sempre aparece representado com expressões e posturas cômicas que reafirmam a irracionalidade sugerida em seu nome. Fanika, uma mulher burguesa tradicional dada a faniquitos, é a antagonista da sobrinha. E Kabelluda, alter ego da própria Pagu[306], tem nos cabelos fartos e desalinhados um indício de

[305] *Idem*, p. 2, 07/04/1931.

[306] Além das semelhanças evidentes entre a personagem Kabelluda e sua criadora, Pagu, a começar pela personalidade intempestiva e pelo cabelo armado, a escritora, em vários textos do jornal *O Homem do Povo,*

sua inconformidade e radicalidade. A sequência de quadrinhos que anuncia a adoção de Kabelluda indica que sua chegada não foi muito celebrada pela tia Fanika, uma dona de casa moralista. Kabelluda foi o "pomo da discórdia" da relação dos tios, pois, enquanto Malakabeça se deslumbrava com a sobrinha em tudo, a tia se irritava com seu comportamento impulsivo.

Ao longo das tirinhas, os conflitos entre tia Fanika e Kabelluda se agravam, pois a sobrinha vai revelando uma personalidade combativa e libertária: ela enfrenta os professores na universidade, abre mão de namorar militares e políticos para fugir com o homem do povo, viaja para Portugal, onde aproveita sua liberdade sexual. Para desespero da tia, Kabelluda, ainda, passa a se engajar em atividades políticas. O despertar político da jovem teria ocorrido durante a cerimônia organizada pelo governo para saudar a chegada do príncipe inglês a São Paulo. Diferentemente das demais meninas e da própria tia, que se mantêm encantadas pela presença do príncipe, Kabelluda não corteja o nobre e através dos jornais descobre as mazelas sofridas pelas crianças da Inglaterra. Indignada, resolve agir. A jovem, então, sobe a um palanque e faz um discurso nacionalista, transformando a comemoração em momento de reflexão social e política[307].

Em outras tirinhas, Kabelluda tenta fundar dois jornais. Na primeira experiência tem o apoio dos tios, mas é impedida de atuar porque o jornal é fechado pelos policiais e Kabelluda é enviada para Fernando de Noronha, o que sugere seu encarceramento, já que nessa região se localizava um dos presídios brasileiros[308]. Na segunda tentativa, enfrenta a oposição da tia Fanika e, para criar seu jornal livre, Kabelluda recorre ao apoio dos "índios exilados"[309] para matarem "o judas"[310]. O judas seria a burguesia, representada pela tia. Por fim, Kabelluda organiza "um meeting comunista na Praça da Lamparina" e, em função da sua liderança, é presa e fuzilada. Contudo, tal como a ideologia comunista, Kabelluda renasce em meio à violência. "No terceiro dia ressurgiu dos mortos", anunciando, "agora vocês me pagam!"[311]

Nas tirinhas, Kabelluda e a tia representam formas opostas de ser mulher. A jovem tem origem miserável, é corajosa, abnegada, sacrifica-se em nome de seus ideais. A tia, por sua vez,

---

utilizava o pseudônimo k.B.Lluda. Para mais informações sobre essa relação, ver: CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*., p. 132-133.

[307] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 6, 31/03/1931.

[308] *Idem*, p. 5, 13/04/1931.

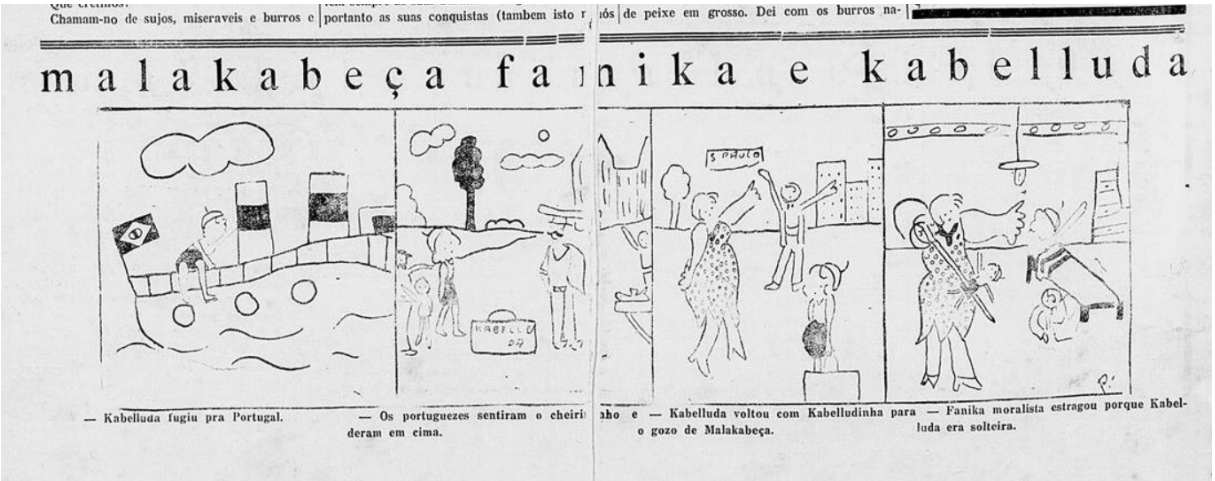
[309] A descrição dos indígenas como força revolucionária parece ser mais uma influência dos debates modernistas do que comunistas na obra de Pagu. Diferentemente do Partido Comunista Peruano, o PCB não desenvolveu um debate sistemático e significativo sobre a população indígena e sua inclusão nas pautas políticas no Brasil.

[310] **O Homem do Povo**, São Paulo, p. 6, 04/04/1931.

[311] *Idem*, p. 6, 02/04/1931.

é uma mulher dedicada aos afazeres domésticos, que se deslumbra com a figura do príncipe inglês que visita o Brasil, opõe-se e tenta coibir a atuação política da sobrinha, procura impor à menina valores burgueses. A disputa entre as duas é sempre uma referência ao choque de ideologias, à luta de classes e pretendia demonstrar a superioridade da postura comunista e revolucionária. De fato, em apenas uma das histórias Kabelluda não vence a tia. Trata-se da tirinha que narra o regresso de Kabelluda de Portugal para São Paulo. A jovem volta grávida de Kabelludinha e apesar da alegria e aceitação de Malakabeça, enfrenta a oposição da tia, que não se conforma com a situação: "Fanika moralista estragou porque Kabelluda era solteira"[312]. Para preservar a honra familiar, a tia mata a bebê de Kabelluda numa cena que sugere a imposição de um aborto, prática apresentada como uma violência, e revela o desprezo burguês à sexualidade e ao corpo da mulher revolucionária.

Nas tirinhas, Pagu parece reafirmar a compreensão de serem as mulheres burguesas mais cruéis que os homens da mesma classe. Retomando a representação tantas vezes partilhada pelos comunistas, como vimos nos capítulos anteriores, através da trajetória de Fanika a escritora reforça a certeza de que as mulheres, quando mobilizadas pelas forças conservadoras, se tornavam antirrevolucionárias ferozes. Por outro lado, quando tomadas pelos ideais comunistas, canalizavam essa capacidade de ação para a defesa das classes mais oprimidas, transformando-se em revolucionárias dedicadas e abnegadas, como Kabelluda.




[312] *Idem*, p. 6, 07/04/1931.

Figura 5 - Série de tirinhas Malakabeça Fanika e Kabelluda, de Patrícia Galvão, publicadas em *O Homem do Povo* entre março e abril de 1931.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Como vimos, a atuação de Pagu no jornal *O Homem do Povo* contribuiu para demarcar o espaço da mulher no debate comunista e na luta revolucionária. A militante analisou questões que, em sua opinião, desmascaravam as contradições da burguesia católica paulista e evidenciam a ambivalência do papel feminino na sociedade brasileira. Entretanto, em suas publicações Pagu se utilizou de uma dicotomia diversa daquela apresentada nas páginas d'*A Classe Operária:* às mulheres revolucionárias ela opunha não as mulheres vítimas da sociedade capitalista, mas as mulheres burguesas. Tal oposição retomava o imaginário comunista sobre os mecanismos da luta de classes e justificava sua intransigência e agressividade em relação às mulheres das classes abastadas.

Nos seus primeiros textos Pagu não destacou as especificidades da militância feminina ou da situação de vida das mulheres pobres brasileiras. Divulgar a "palavra operária" feminina não era a preocupação da escritora. Foi em *Parque Industrial,* livro redigido num momento de profunda dedicação ao PCB e de necessidade de provar sua adesão ideológica, que Pagu pensou sobre as trabalhadoras e retratou suas vidas e suas demandas, construindo, ao longo das páginas do livro, um caleidoscópio de destinos femininos possíveis. A análise de *Parque Industrial* permitiu-me acessar como a cultura política comunista influenciou o olhar de Pagu sobre as mulheres e como as representações do partido sobre o feminino eram partilhadas e estavam colocadas para a militância dos anos 1930, conforme apresentarei a seguir.

### 3.2.2 *Parque Industrial* revela as mulheres do povo

Durante o ano de 1932, enquanto se mantinha distante da militância nas ruas[313], Pagu se dedicou a escrever *Parque Industrial*. A escritora havia ficado muito debilitada após ser inserida pelo partido no trabalho em fábricas de São Paulo e, para garantir sua recuperação, o PCB recomendou que Pagu fosse afastada das atividades que garantiriam sua proletarização e fosse enviada para a casa de seu então companheiro, Oswald de Andrade. Para se manter atuante e, sobretudo, para se sentir próxima da militância e das fileiras do partido, Pagu optou por escrever um romance engajado.

Em relação aos romances sociais produzidos ao longo da década de 1930, o livro de Pagu se destaca tanto pela temática, urbana e industrial, quanto pela linguagem, que mantém

[313] Pagu foi aconselhada pelo PCB a se afastar da militância para se recuperar fisicamente após um período gravemente doente. GALVÃO, **Paixão Pagu**, *op. cit*.

forte influência da primeira fase do movimento modernista. O estilo direto, conciso e fragmentário de *Parque Industrial* o transforma, segundo Augusto de Campos, na "última pérola modernista engatada na pedreira do nascente romance social de 1930"[314]. Em meio às passagens telegráficas, inspiradas na prosa de Oswald de Andrade, e às imagens cubistas[315], o livro traz frases panfletárias e expressões agressivas, objetivando criar uma atmosfera documental e realista sobre a vida no bairro operário do Brás. Ao mesmo tempo, Pagu, ao evitar descrições detalhadas e intimistas sobre as personagens e as situações narradas, propõe a universalização da situação operária exposta no livro. O Brás é transformado numa metáfora das condições de vida do proletariado de todo o mundo que se encontrava sob a dominação capitalista: "Brás do Brasil, Brás de todo mundo"[316].

O romance é organizado em 16 capítulos, os quais podem ser vistos como fragmentos independentes que "dramatizam e criticam a vida com ironia e amargo humor"[317]. Por isso, o livro não possui um enredo no sentido clássico. Suas tramas são conduzidas pela orientação política comunista e destaca a tomada de consciência e a conformação da revolução proletária como processos em curso junto ao operariado.

*Parque Industrial* pode ser interpretado como "um teatro social cujas cenas são vinhetas da condição humana"[318]. Em cada capítulo há uma denúncia das mazelas e atrocidades pensadas e realizadas pela burguesia ou uma confrontação individual perante a ordem social. A maioria das personagens retratadas por Pagu é de mulheres e, mais do que personalidades e subjetividades, elas representam destinos femininos possíveis na sociedade paulista que estava sendo retratada.

O destino mais trágico apresentado na narrativa é aquele vivenciado por Corina, uma mulher mulata[319], costureira que vivencia todas as mazelas impostas pela miséria, pela exploração e pela exclusão social. Ela trabalhava em um ateliê que impunha às costureiras uma jornada de trabalho exaustiva para atender aos caprichos de moda das mulheres da elite paulista. Morava com a mãe e um padrasto alcoólatra, violento, que se apropriava do pequeno salário

---

[314] CAMPOS, Augusto de. A musa antropófaga no Parque Industrial. In: CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*., p. 382-383.

[315] CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*., p. 159.

[316] GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. São Paulo: EDUFSCar, 1994. p. 83.

[317] JACKSON, Kenneth David. Patrícia Galvão e o realismo-social brasileiro nos anos 1930. In: CAMPOS, **Pagu: vida e obra**, *op. cit*., p. 379.

[318] *Ibidem*.

[319] Termo empregado por Pagu em seu livro. Apesar de compreender a dimensão pejorativa que envolve o termo, optei por manter a descrição feita pela autora.

que Corina recebia no ateliê. Em suma, Corina é a maior vítima do sistema capitalista patriarcal retratada no livro e sucumbe em função de sua ignorância, da falta de consciência de classe.

Apesar da exploração no trabalho e da fome constante, Corina não se sensibilizava com as explicações de suas colegas comunistas acerca do sistema de opressão que massacrava os trabalhadores, nem se entusiasmava com as promessas de um futuro mais justo. Para evitar a proximidade com as colegas militantes, ela preferia se isolar no fundo do bonde no momento da volta para casa. Corina "[a]cha pau o proselitismo das outras. Julga a vida um colosso!"[320]. Seu entusiasmo decorria do breve romance com Arnaldo, homem de posses que seduz a costureira com galanteios e fartura de comidas e bebidas. Contudo, após Corina ceder às investidas sexuais do burguês, Arnaldo se desinteressa da costureira e passa a tratá-la com indiferença. A noite passada com Arnaldo resulta na gravidez de Corina, que, iludida, não imagina que seria abandonada pelo amante. Ela só temia que o filho "saísse assim, com sua cor de flor de rosa seca!"[321] A costureira reconhece o preconceito racial, apieda-se do sofrimento que o filho poderia viver e se revolta: "O diabo é a cor! Por que essa diferença das outras? (...) Por que os pretos tem filhos?"[322] Com essa passagem, Pagu demonstra sua sensibilidade para as questões raciais no Brasil, um debate que passou a mobilizar, inclusive, todo o PCB a partir de 1930. Em consonância com as discussões conduzidas pelo SSA, o racismo e seu enfrentamento se tornam pautas dos comunistas latino-americanos e os militantes brasileiros precisaram se posicionar sobre o tema[323]. No livro, Pagu não se furtou a pontuar essa temática tão latente para o partido nos primeiros anos da década de 1930 e tão evidente junto ao proletariado brasileiro.

Quando a gravidez de Corina é descoberta pela família e vizinhança, a costureira passa a sofrer incessantes agressões e humilhações, inclusive por parte das crianças, que zombam de sua condição de mãe solteira:

> Corina expulsa, chora na sarjeta, rodeada. Algumas mulheres falam com ela. Mas as crianças gritam, implacáveis de moral burguesa!
> – Puta!
> – Olha a barriga dela!

---

[320] GALVÃO, **Parque Industrial**, *op. cit*., p. 26.

[321] *Ibidem*, p. 44.

[322] *Ibidem*.

[323] O PCB, a princípio, dizia que no Brasil não havia preconceito como nos EUA. Porém, apesar desse posicionamento, não deixava de denunciar as mazelas trazidas pela escravidão no Brasil. Importante destacar que as relações entre o PCB e a temática racial ainda carecem de pesquisas mais sistemáticas.

Desempregada, Corina é acolhida apenas por Otávia, sua colega comunista que procura alertá-la:

> – Corina, você não percebe quem é o Arnaldo? Ele não passa de um horrível burguês! Logo se saciará de você! Eles são sempre assim...
> – Mas nós somos noivos...
> – Ele nunca se casará com você. Ele não terá a coragem de procurar uma esposa fora de sua classe. O que ele faz é so seduzir as pequenas como você, que desconhecem o abismo que nos separa dele.
> Otávia tomada de proselitismo, continua falando. Corina ouve, mas não acredita e se aborrece.

A ingenuidade de Corina e sua dificuldade em aderir ao discurso de Otávia a levam a procurar o amante e, como previsto pela comunista, ele a abandona sem emprego, sem casa e sem condições de criar o filho que gerava. Como não aceitou o caminho proposto por Otávia, que inclusive lhe ofereceu abrigo enquanto todos a abandonavam, Corina se prostitui até o final de sua gravidez, deixando de trabalhar apenas no momento de ir ao hospital. Numa das cenas mais impactantes, Pagu descreve a segregação de classe ocorrida na maternidade: as mulheres que podiam pagar tinham direito de ficar próximas aos filhos recém-nascidos; aquelas que não tinham condições financeiras ficavam afastadas das crianças.

O filho de Corina nasce vivo, mas sem pele, “um monstro”, segundo os médicos, desfigurado pela miséria e sofrimentos vividos pela mãe. Sem condições de sustentar o filho, Corina o mata e por isso é presa. Mais uma vez é julgada por todos, inclusive pelas outras detentas, que se consideram menos criminosas por terem sido levadas ao roubo ou assassinato em função da miséria. “Ninguém sabe que foi por causa do dinheiro” que Corina também foi levada a cometer seu crime.

Há na narrativa outro desfecho possível para uma trabalhadora. Trata-se da personagem Matilde, mulher igualmente de origem humilde, operária, que no começo do livro é convidada pela militante Rosinha Lituana para se juntar ao sindicato. Contudo, ela tinha outros planos, sua mãe havia decidido que ela deixaria de trabalhar para frequentar a Escola Normal. A Escola Normal do Brás era um “reduto pedagógico da pequena burguesia”, um espaço ocupado por mulheres bonitas, que encantavam os homens da sociedade por se portarem como mulheres preparadas para bons casamentos. Contudo, seriam mulheres fúteis, que nutriam preconceito contra a classe operária e possuíam uma moral duvidosa.

Na escola, Matilde, para conseguir se integrar, não contava para as colegas que já havia trabalhado numa fábrica. Além disso, procurava se adaptar aos comportamentos partilhados pelas outras normalistas, entre eles, a homossexualidade: "Eleonora, da Normal, beija Matilde (...). Como um homem"[324]. Assim como Corina, Matilde vai se tornar uma vítima da luxúria burguesa, dessa vez, praticada por uma mulher. Eleonora, a colega da escola, torna-se uma burguesa muito rica após o casamento com Alfredo e, a partir de então, assume uma postura mais opressora, egoísta e depravada que a do próprio marido. Eleonora convida Matilde para um almoço farto em bebidas e comidas e, em seguida, abusa sexualmente da ex-colega operária. Diferentemente de Corina, depois de diversas agressões sofridas por parte de membros da burguesia e de ter sua situação de vida agravada pela carestia e miséria, Matilde adquire consciência de classe, deixa de ser uma mulher vacilante e afeita a comportamentos sexuais descritos como desregrados e, finalmente, aproxima-se de Otávia, a militante que procurava orientá-la. Em uma carta, Matilde revela à Otávia sobre seu despertar político:

> Tenho que te dar uma noticiazinha má. Como você me ensinou, para o materialista tudo está certo. Acabam de me despedir da fábrica, sem uma explicação nem motivo. Porque me recusei a ir ao quarto do chefe. Como sinto, companheira, mais do que nunca, a luta de classes. Como estou revoltada e feliz por ter consciência! Quando o gerente me pôs na rua senti todo o alcance da minha definitiva proletarização, tantas vezes adiada!
> É uma coisa fatal. É impossível que os proletários não se revoltem. Agora é que eu senti toda a injustiça, toda a iniquidade, toda a infâmia do regime capitalista. Só tenho uma coisa a fazer. Lutar encarniçadamente contra esses patifes da burguesia. Lutar ao lado dos meus camaradas de escravidão. Deixarei Campinas depois de amanhã. E te procuro no dia da minha chegada[325].

De vítima, Matilde se arvora à condição de mulher consciente e revolucionária, coloca um fim nas sequências de abusos a que era submetida, libertando-se do medo e da submissão. Sua tomada de consciência a protege de um final de vida trágico como o de Corina.

É importante destacar que a associação da homossexualidade com os valores e comportamentos de burgueses depravados é destacada por Pagu em outra passagem do livro. No capítulo "Ópio de cor", Pagu descreve o carnaval no Brás, momento em que os burgueses vão para o bairro operário em busca de "carne fresca" proletária. Diversos estupros cometidos por burgueses contra mulheres trabalhadoras e mesmo contra burguesas são descritos. Além das mulheres, também Pepe, um caixeiro de camisaria, é vítima da depravação dos capitalistas.

---

[324] GALVÃO, **Parque Industrial**, *op. cit*., p. 34.

[325] *Ibidem*, p. 91.

Ele era apaixonado pela militante comunista Otávia, que se recusou a abandonar a militância para se divertir no carnaval com o caixeiro, bem como recusou seu pedido de casamento. Ofendido, Pepe, um homem alienado e pequeno-burguês, resolve se embebedar num bar onde é abordado por um carro cheio de homens. Esses homens o sequestram, bêbado e sem condições de reagir. No dia seguinte, é matéria de jornal: "A polícia recolheu ontem um homem machucado e despido da sua fantasia numa sarjeta do Jardim América. Parece que se trata de alguém que se entregou à prática de atos imorais"[326]. A homossexualidade, no livro, é descrita como um comportamento símbolo da imoralidade e decadência burguesas.

A personagem normalista Eleonora representa o olhar de Pagu sobre a mulher que se torna burguesa. A trajetória da personagem é definida pela expectativa dos pais e dela mesma acerca da importância de se conquistar um casamento com um homem rico. Eleonora é uma mulher pequeno burguesa, filha de um funcionário público e de "uma mãe que fora educada na cozinha de uma casa feudal, de onde trouxera a moral, os preceitos de honra e as receitas culinárias. Sonham para a filha um lar igual ao deles. Onde a mulher é uma santa e o marido bisa paixões quarentonas"[327]. Por isso, apesar viver uma relação ambígua com Matilde, Eleonora procurava manter o namorado rico, Alfredo, o qual viabilizaria o sonho de formar um lar patriarcal e burguês.

Denunciando mais uma vez a imoralidade burguesa, Pagu nos informa que Alfredo, como o Arnaldo de Corina, estupra Eleonora antes de se casar com a normalista. Diante do sofrimento da estudante, ele a consola: "Vais te casar com um homem rico..."[328] Diferente de Corina, que ingenuamente confiava em se namorado burguês, após o estupro Eleonora pensa em estratégias para conseguir um novo noivo rico, caso Alfredo a abandonasse. Afinal, para a normalista o matrimônio era um negócio, um projeto financeiro, e não resultado da afeição. Para sua surpresa, Alfredo mantém a proposta e eles se casam. O matrimônio marca a transformação de Eleonora numa burguesa mais opressora que qualquer homem da elite paulista. A gravidade do desvio de caráter de Eleonora processado após se tornar membro da alta sociedade é demonstrada na cena em que ela transforma Matilde em sua amante. Como fazia Arnaldo com Corina, Eleonora, após manter relações sexuais com a ex-colega, a entrega uma boa quantidade de dinheiro e a manda partir. Para a nova burguesa, recorrer a prostitutas

[326] *Ibidem*, p. 44.

[327] *Ibidem*, p. 36.

[328] *Ibidem*.

vindas do proletariado passa a ser sua forma de superar a monotonia do casamento sem afeto. E, mesmo com o divórcio, Eleonora não abandonou o comportamento imoral e depravado: "Os urros sexuais se ritmando diariamente nos ouvidos dos criados e comentados em todos os apartamentos (...) Quer rebentar o útero de gozo"[329].

Além da personagem Eleonora, as feministas são retratadas em *Parque Industrial*, também como mulheres burguesas. Em uma única passagem, Pagu as descreve como mulheres fúteis, de moralidade duvidosa e pouco solidárias aos sofrimentos das trabalhadoras:

> (...) o alvoroço das mulheres entrando. São as emancipadas, as intelectuais e as feministas que a burguesia de São Paulo produz.
> – Acabo de sair do Gaston. Dedos maravilhosos!
> – O maior coiffeur do mundo! Nem em Paris!
> –Também você estava com uma fúria!
> – A fazenda, querida!
> – O *Diário da Noite* publicou a minha entrevista na primeira página. Saí horrenda no clichê. Idiotas esses operários do jornal. A minha melhor frase está apagada!
> – Hoje é conferência. Mas, acho melhor mudar a hora das reuniões. Para podermos vir aqui!
> – Será que Lili Pinto vem com o mesmo tailleur?
> – Ignóbil!
> – Ela pensa que a evolução está na masculinidade da indumentária.
> – Mas ela sabe se fazer interessante.
> – Pudera! Quem não arranja popularidade assim?
> – Ela ainda está com o Cássio?
> – E com outros.
> O barman cria coquetéis ardidos. As ostras escorregam pelas gargantas bem tratadas das líderes que querem emancipar a mulher com pinga esquisita e moralidade. Uma matrona de gravata e grandes miçangas aparece espalhando papéis.
> – Leiam. O recenseamento está pronto. Temos um grande número de mulheres que trabalham. Os pais já deixam as filhas serem professoras. E trabalharem nas secretarias... Oh! Mas o Brasil é detestável no calor. Ah! Mon palais de Glace!
> – Se a senhora tivesse vindo antes podíamos visitar a cientista sueca...
> – Ah! Minha criada se atrasou. Com desculpas de gravidez. Tonturas. Esfriou demais o meu banho. Também, já está na rua! (...)
> – O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!
> – E as operárias?
> – Essas são analfabetas. Excluídas por natureza[330].

Rosinha Lituana e Otávia são as mulheres revolucionárias de *Parque Industrial*. Conscientes das mazelas sociais e dos mecanismos de exploração do sistema capitalista, elas se tornam lideranças no meio operário e participam dos movimentos grevistas, das reuniões sindicais e dos comícios. Como revolucionárias, Rosinha e Otávia precisavam ter coragem,

---

[329] *Ibidem*, p. 69.

[330] *Ibidem*, p. 68-69.

serem disciplinadas e fazerem grandes sacrifícios em nome da causa operária. E, acima de tudo, precisavam se manter otimistas.

Rosinha Lituana é o principal modelo de militante apresentado no livro. Seu nome faz menção a sua origem. Era uma imigrante lituana que chegara ao Brasil ainda criança, acompanhada dos pais. A família miserável fugia do país de origem para evitar as consequências da Primeira Guerra Mundial. Chegando ao Brasil, foram enviados "como escravos para a fazenda feudal que os escravizara aos pés de café. Até a criança apanhava"[331]. Rosinha e a mãe fugiram da fazenda quando o pai se recusou a "entregar sua mulher" para o filho do proprietário. "O moço da casa desejara as tranças fartas da lituana"[332]. O pai foi pego, mas as duas conseguiram escapar e Rosinha Lituana se tornou operária têxtil aos 12 anos no Brás.

Rosinha assume um papel de liderança no meio operário e, devido a sua influência, Otávia e tantas outras operárias se aproximaram das fileiras do partido comunista. Rosinha Lituana era admirada e vivia cercada pelas colegas, que lhe faziam perguntas:

> – Rosinha, você pode me dizer o que a gente deve fazer?
> Rosinha Lituana explica o mecanismo da exploração capitalista.
> – O dono da fábrica rouba de cada operário o maior pedaço do dia de trabalho. É assim que enriquece a nossas custas!
> – Quem foi que te disse isso?
> – Você não enxerga? Não vê os automóveis dos que não trabalham e nossa miséria?
> – Você quer que eu arrebente o automóvel dele?
> – Se você fizer isso sozinho irá para a cadeia, e o patrão continuará passeando em outro automóvel. Mas, felizmente, existe um partido, o dos trabalhadores, que é quem dirige a luta para fazer a revolução social.
> – Os tenentes?
> – Não! Os tenentes são fascistas!
> – Então o quê?
> – O Partido Comunista...[333]

Através do proselitismo de Rosinha, Pagu transporta para a narrativa o posicionamento do PCB vigente no contexto da obreirização e que decorria da política de classe contra classe: a desconfiança em relação aos movimentos tenentistas, considerados pequeno-burgueses, e à liderança de Luiz Carlos Prestes. Apenas em 1934 o líder militar seria aceito nas fileiras do PCB para, em seguida, se tornar sua maior liderança.

---

[331] *Ibidem*, p. 80.

[332] *Ibidem*.

[333] *Ibidem*, p. 63.

A participação de Rosinha em greves e reuniões sindicais lhe custou empregos, a tranquilidade e até a permanência no Brasil. Foi por enfrentar o conservadorismo das mulheres dos operários grevistas e, assim, questionar a moralidade de gênero burguesa dominante que Rosinha acabou sendo deportada. Ao escolher tal destino para a personagem, Pagu não pretendia dotar de dramaticidade a sua narrativa, mas sim representar a realidade de tantas trabalhadoras que se envolviam com movimentos políticos no Brasil. Diversas foram as estrangeiras que trabalhavam nas cidades do país e que, por serem militantes, foram deportadas, decisão jurídica que se amparava no escopo da Lei Adolfo Gordo. Um dos casos mais emblemáticos que, anos depois, passou a integrar as narrativas exemplares da cultura política comunista brasileira foi o de Olga Benário, que abordarei nos capítulos seguintes. Para os comunistas, as expulsões de trabalhadores e militantes eram provas inegáveis do autoritarismo estatal e das mazelas impostas aos mais pobres pela luta de classes: a burguesa nacionalista imporia seu poder para tentar minar a força e a consciência despertadas pelo movimento operário, que se caracterizava pelo internacionalismo.

Na passagem em que descreve a atuação de Rosinha junto à greve, Pagu, mais uma vez, coloca seus leitores diante de duas posturas femininas possíveis, a das mulheres inconscientes e tomadas pelo medo e a das mulheres corajosas e revolucionárias.

> – Meu marido está sendo sacrificado. Me matam ele! Vamos tirar nossos marido dessa greve! (...)
> – O meu filho não tem comida!
> – É melhor voltar ao trabalho.
> As mulheres apoiam a traição.[334]

Retomando um argumento que já circulava nas páginas d'*A Classe Operária*, Pagu evidencia por meio da ficção que as mulheres das famílias de trabalhadores, sem consciência política, se tornavam uma força antirrevolucionária no momento da greve no Brás. Rosinha, então, procura esclarecê-las:

> Camaradas! Não podemos ficar quietas no meio dessa luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como quando estamos trabalhando na fábrica. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira nossa saúde e nos transforma em trapos humanos! Tiram do nosso seio a última gota de leite que pertence aos nossos filhinhos para viver no champanhe e no parasitismo!

[334] *Ibidem*, p. 77.

> Nós, à noite, nem forças temos para acalentar nossas crianças que ficam sozinhas e largadas o dia inteiro, ou fechadas em quartos imundos, sem ter quem olhe por elas. Não devemos enfraquecer a greve com nossos lamentos[335].

Invertendo o argumento das mulheres que queriam furar a greve, Rosinha expõe que a fome e a miséria se agravariam se as operárias não se dispusessem a lutar ao lado dos "maridos, companheiros, irmãos e noivos!". A estratégia retórica de Rosinha lembra a orientação do PCB apresentava no artigo "A educação das mães proletárias" publicado n'*A Classe Operária* e que recomendava o apelo às dimensões sentimentais de uma questão ou evento para conseguir atrair a atenção das mulheres. No caso de Rosinha, a adesão feminina. Contudo, ao descrever uma reunião sindical na obra literária, é um líder cozinheiro quem denuncia: "Não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical!"[336] Uma interpretação possível dessa passagem é de que para Pagu tal estratégia também deveria ser empregada na mobilização masculina. Afinal, os bons líderes comunistas procuravam atingir as emoções, a sensibilidade de homens, mulheres, "operários de todas as idades. Todas as cores. Todas as mentalidades. Conscientes. Inconscientes. Vendidos."[337]

Na narrativa, em função da condução da greve operária, os comunistas passaram a ser investigados pela polícia. Rosinha Lituana acaba sendo denunciada por Pepe em troca de dinheiro. Rosinha, então, por ser estrangeira, é deportada e, ainda que se sentisse angustiada, mantinha-se confiante na vitória revolucionária:

> Vão levá-la para sempre do Brás... Que importa? Ela ouvira dos próprios defensores do presidio social: pobre não tem pátria!
> Mas, deixar o Brás? Para aonde? Aquilo lhe dói como uma tremenda injustiça. Que importa! Se em todos os países do mundo capitalista ameaçado há um Brás...
> Outros ficarão. Outras ficarão.
> Brás do Brasil. Brás de todo o mundo[338].

Retomando a história de tantas mulheres, Pagu, em *Parque Industrial*, faz de Rosinha uma homenagem às imigrantes deportadas em função de seu envolvimento político. Anos mais tarde, histórias como as de Genny Gleizer e Olga Benário ganhariam destaque na

---

[335] *Ibidem*.

[336] *Ibidem*, p. 31.

[337] *Ibidem*, p. 29.

[338] *Ibidem*, p. 83.

imprensa nacional e teriam grande impacto na cultura política comunista, como será abordado no próximo capítulo.

Outra militante modelo apresentada por Pagu é Otávia. Por influência de Rosinha, ela aproveita o tempo de deslocamento da fábrica para casa, no bonde, para ler os livros e jornais de propaganda do PCB. Através dessas leituras, Otávia se educa, torna-se mais consciente, uma nova mulher. Na sessão de um filme inspirado na obra de Gorki[339], fica clara a transformação da personagem. Enquanto ela se emocionava com o enredo político, um grupo de jovens abandona a sessão:

> No escuro, Otávia quer arrancar de cada cabeça tácita de espectador, de cada braço silencioso, a adesão às crispações emocionais em que se envolve (...) Mas muita gente não espera o fim da sessão.
> Um grupo de garotas sai lastimando alto os dez tostões perdidos numa fita sem amor. As inconscientes que o proletariado carrega. Aturdidas pelo reflexo do regime burguês, pelo deslumbramento de toilettes que não podem ter mas, desejam. Dos automóveis de todas as cores, das raquetes e das praias. Alimentadas pelo ópio imperialista das fitas americanas. Escravas amarradas à ilusão capitalista.
> Mas, na fila da frente, dois moços trabalhadores se entusiasmam, se absorvem no drama proletário que passa. Um deles falou tão alto que as palavras chegaram inteiras aos ouvidos de Otávia.
> – Ninguém compreende esse colosso![340]

Ao lado de Rosinha, Otávia participa de reuniões sindicais, de movimentos grevistas e procura atrair mais trabalhadores para a causa proletária. É Otávia quem esclarece aos filhos de um líder sindical comunista, Carlos Marx e Frederico Engels[341], que a trajetória revolucionária de Rosa Luxemburgo era verdadeira e deveria servir de inspiração para todos os militantes. Segundo Otávia, ela foi uma proletária alemã morta pela polícia porque atacava a burguesia. Nas passagens do livro, Rosa Luxemburgo é a única figura apresentada como heroína.

Otávia enfrenta prisões, o desaparecimento de companheiras, como Rosinha, abre mão de prazeres privados, como se divertir no carnaval ou mesmo namorar, em nome dos seus ideais e do partido. Sua atuação política era integral. Por ser comunista, portanto, Otávia não se

---

[339] Maksim Gorki, pseudônimo de Aleksei Maksimovich Peshkov, foi um escritor, romancista, dramaturgo, contista e ativista político russo. Apesar de sua trajetória polêmica entre os bolcheviques, foi considerado um grande escritor pelo governo soviético.

[340] GALVÃO, **Parque Industrial**, *op. cit*., p. 93.

[341] Interessante observar que era uma prática comum entre militantes dar nomes de lideranças comunistas importantes a seus filhos, o que Pagu bem representou em seu texto ficcional.

deixava seduzir facilmente, como aconteceu com Corina. Inclusive, sua visão sobre o amor romântico e o sexo eram em tudo diversas das demais personagens do livro:

> – Você casa comigo. A gente fala com o padre Meireles...
> – O padre Meireles nunca me casará! Serei do homem que meu corpo reclamar. Sem a tapeação da Igreja e do juiz...
> Pepe está fulo.
> – Sabe que não quero uma puta!
> Afasta-se. Otávia desaparece na porta escura. Rosinha Lituana lá dentro, mimeografa manifestos. Otávia começa a dobrar[342].

Para Otávia não interessava o casamento burguês católico, mas sim a experiência verdadeira da atração física e do afeto, o que não sentia por Pepe, um homem que preferia brincar o carnaval a apoiar a luta revolucionária: "(...) Pepe. Você parece um burguês satisfeito. A sua falta de compreensão trai a nossa classe. Eu é que não vou me desviar da luta para brincar o Carnaval"[343].

O amor, Otávia encontraria nas fileiras do partido, após sair da prisão da colônia de Dois Rios (na Ilha Grande), onde havia ficado encarcerada por seis meses em função de sua participação nas greves. Ela encontra o partido mais estruturado, com maior adesão e, para sua surpresa, o antigo burguês promíscuo Alfredo, ex-marido de Eleonora, havia adentrado as fileiras do PCB e se tornado um quadro dedicado:

> – Se proletarizou mesmo?
> – Deixei duas vacas... a burguesia e a Eleonora...
> Alfredo Rocha ri sadiamente mal vestido.
> – Me conte o seu exílio...
> Alfredo? Da pra acreditar? Estariam iludidos os companheiros?
> Ela conversará com ele todas as horas que tiver livres para ver se descobre uma atitude falsa, um fim oportunista, uma sombra de caudilhismo ou de oportunismo. Aquele grande burguês da Esplanada![344]

Apesar da profunda desconfiança inicial, Otávia acaba se convencendo da transformação política e moral do burguês, ainda que alguns militantes proletários se mantivessem descrentes. "Burguês a (*sic*) de ser sempre burguês", diziam. Para Otávia, os

---

[342] *Ibidem*, p. 43.

[343] *Ibidem*, p. 42.

[344] *Ibidem*, p. 86.

"desvios, afinal, são naturais e insignificantes. Ele não representa para ela só um companheiro de ideal social e de lutas, a sua integração na causa proletária a alegra:

> Ele chega. São sete horas da noite. Não há sindicato nem comício. Inútil falsear a situação.
> – Você quer ser minha companheira, Otávia?
> – Quero.
> Beijam-se subitamente sexualizados.
> Ela se despe, sem falso pudor. Ia se entregar ao macho que sua natureza elegera. Puramente.
> E desde esse dia, dormem juntos no quarto proletário. [345]

Otávia desprezava a moralidade hipócrita da burguesia e a ela contrapunha a moralidade proletária, que pregava a liberdade sexual para homens e mulheres dispostos a vivenciar a pureza da afetividade sincera. A união dos casais não precisava passar pela aprovação de nenhuma instituição, mas tão somente o desejo, a fidelidade e a felicidade dos amantes.

Contudo, para um comunista, acima de qualquer amor conjugal estariam a luta revolucionária e o partido. Por isso, a abnegada Otávia se afasta de Alfredo quando sua traição ao PCB é descoberta:

> – Camaradas! O camarada Alfredo está procurando fazer cisão na massa, temos provas. Com a sua habilidade, ele está querendo tomar a direção do movimento grevista. É um perigo! Ele pende ao caudilhismo! Precisamos desmascará-lo... Inutilizá-lo! É trotskista[346]. (...)
> – Todos os camaradas sabem que ele é o meu companheiro. Mas, se é um traidor, eu o deixarei. E proponho a sua expulsão do nosso meio![347]

A fidelidade da comunista era primeiro com a organização proletária.

Como vimos, *Parque Industrial* consistia em "uma novela de propaganda"[348], panfleto destinado a expressar a "palavra operária" feminina e um manifesto comunista sobre a questão feminina. Também, foi uma homenagem de Pagu ao partido e uma prova de sua adesão genuína à cultura política comunista. Por meio da ficção, a escritora conseguiu compilar muitas das representações e temáticas relacionadas às mulheres que estavam sendo debatidas e trabalhadas pelo PCB desde 1925. E, apesar de não ter se aproximado de nenhuma organização de mulheres

---

[345] *Ibidem*, p. 96.

[346] *Ibidem*.

[347] *Ibidem*, p. 97.

[348] GALVÃO, **Paixão Pagu**, *op. cit*., p. 112.

comunistas, com esse livro, Pagu se tornou um importante quadro do trabalho político feminino pecebista.

A insistência na temática feminina revelava que Pagu tinha consciência de sua condição de gênero e que essa consciência lhe permitia reconhecer as especificidades que perpassavam a vida das mulheres na sociedade brasileira. A certeza de que o PCB lutava por princípios mais igualitários e defendia uma forma de ser mulher mais libertária e justa fundamentava a dedicação política da escritora. Por isso, para ela era difícil reconhecer a existência de comportamentos imorais, machistas e desrespeitosos em relação às mulheres por parte de homens comunistas. Eles só poderiam ser homens de um novo tipo:

> Ramon apareceu como uma carnoça na Ponta da Praia. Foi procurar-me a pretexto de trabalho. Trocara a casquete por uma palheta, que autorizava a cantada. Entrou em meu quartinho a procura de carne. Como era revoltante e ridículo ao despir a capa comunista. Que nojo ao vê-lo atirar-se a minha procura com a vulgaridade brutal e desastrada que eu já conhecia nos homens de outras classes sociais!
> E R. havia antes falado de Carmen com tanta simpatia. Tinha me comovido tanto seu entusiasmo por sua companheira lutadora... Mas o meu respeito pelos comunistas era imenso. Só pude classificá-lo como exceção e perdoei a vida por mais esse momento de repugnância[349].

Ao mesmo tempo que se deparou com comportamentos como o de Ramon, Pagu encontrou militantes que considerou admiráveis: o operário Herculano, depois assassinado por policiais durante um comício; Prestes, mais tarde arvorado à condição de líder máximo do PCB; e a cozinheira Maria, que assombrou a escritora com sua segurança para "discorrer (...) sobre os pontos mais áridos de economia política. Esses encontros reforçavam a admiração e a fé da escritora nos comunistas e no comunismo e a ajudaram a justificar tantas contradições do partido. A maior delas, talvez, tenha sido sua incorporação ao denominado Comitê Fantasma e as decorrentes tarefas que precisou assumir. Para obter informações consideradas importantes pelo partido, Pagu precisou trair a confiança de militantes amigos, reconhecidos pela escritora como dedicados comunistas, mas que suscitavam a desconfiança da organização. Além disso, para obter informações para o PCB, Pagu aceitou atuar através da sedução e se submeter a relações sexuais com fontes importantes. Ela reconhecia que se tratava de uma forma de prostituição, mas acabou aceitando as tarefas que poderiam exigir "os trabalhos do sexo", convencida pela militante do SSA, Inez.

---

[349] *Ibidem*, p. 87.

***

Como vimos, o mesmo partido que defendia a emancipação feminina e a destruição da prostituição exigia que suas militantes simulassem comportamentos de mulheres fúteis, ignorantes e que se deixassem explorar sexualmente com objetivo de derrubar a burguesia. Apesar de todas as bandeiras femininas defendidas desde 1925, os "jogos de gênero"[350] eram uma arma utilizada pelo PCB para se consolidar como partido e construir a revolução. Por jogos de gênero, entendo a estratégia de empregar o discurso essencialista sobre as diferenças entre os sexos construído dentro de uma perspectiva patriarcal como forma de ou acobertar uma ação disruptiva feminina ou reafirmar opções políticas apresentadas pelas mulheres em determinado contexto. No caso das comunistas, elas simulavam comportamentos femininos que questionavam ou acionavam um suposto apego das mulheres ao bem-estar dos filhos e da família para justificarem suas ações políticas. Nesse sentido, o gênero passa a ser compreendido como mais que uma construção cultural. Trata-se de uma performance[351].

Apesar de muitos estudiosos apontarem para o declínio das atividades do partido durante o processo de proletarização, a influência de mulheres junto ao PCB e a mobilização partidária em torno da questão feminina, como apontarei no capítulo a seguir, não sofrerão o mesmo destino. Isso, contudo, não significa o aumento da influência do partido entre as mulheres operárias. De fato, o partido vai se tornando mais sectário e mais distante da realidade cotidiana das trabalhadoras, mas as certezas de que era preciso lutar por direitos para as mulheres e envolvê-las nas lutas políticas para que a revolução pudesse ser vitoriosa se consolidam na vida partidária.

A partir do fim de 1933, diante da ascensão de Hitler ao poder e da consolidação do projeto nazista na Alemanha os partidos comunistas do mundo, sob orientação soviética, abandonam, progressivamente, a política de classe contra classe e passam a defender uma política frentista antifascista, ou seja, a aliança entre todas as forças democráticas, postura consolidada em meados de 1935. Dessa forma, o PCB arrefece o processo de proletarização e progressivamente se aproxima das forças liberais, socialistas e anti-integralistas existentes no Brasil. Em julho de 1934, inclusive, durante a realização da I Conferência Nacional do partido, o debate sobre o avanço fascista e a necessidade da resistência comunista ocupa grande parte do evento.

---

[350] ROVAI, A greve no masculino e no feminino, *op. cit*.

[351] BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Ao longo desse processo de mudança de diretivas políticas do PCB, o trabalho político entre as mulheres e a questão feminina continuam a mobilizar segmentos do partido. Da mesma forma, o partido procura garantir a presença de mulheres em mais cargos e em todas as atividades desenvolvidas. Os acontecimentos internos brasileiros associados à nova orientação frentista do PCB contribuirão para o início de um novo momento da história do trabalho político feminino comunista. Pagu, por exemplo, é uma das convocadas para compor os grupos armados responsáveis pela segurança dos dirigentes reunidos na Conferência Nacional. Além disso, duas mulheres, pelo menos, atuarão próximas ao CC do PCB em 1934: Vera e Marina. As fontes não revelam a presença delas durante a realização da Conferência Nacional e não nos permitem afirmar se eram membros eleitos para o CC ou se participavam apenas do secretariado ou do Comitê Executivo. Mas, ao lado de mais uma militante, Rosa, elas participavam de reuniões do comando partidário com direito a voz e voto idênticos aos demais integrantes[352].

Nesse mesmo ano, chega ao Brasil a militante alemã Olga Benário e, pouco depois, em 1935, é criada a União Feminina do Brasil. Esses dois episódios, como apontarei, marcarão profundamente a forma de sentir e agir das mulheres comunistas brasileiras e consolidarão aspectos das representações femininas que o partido vinha elaborando desde 1925.

[352] AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes Internacional Comunista, rolo 5, p. 44.

# CAPÍTULO 4 | UNIÃO FEMININA DO BRASIL E A NOVA ESTRATÉGIA PARA O TRABALHO POLÍTICO FEMININO DO PCB (1935-1938)

> "Não aceitamos mais o papel de "doce escrava", de serva obediente e passiva, de boneca de luxo, de joguete nas mãos dos politiqueiros. Estamos com o povo. Estamos com nossos pais, nossos irmãos, nossos filhos! Estamos com todos os que quiserem verdadeiramente melhorar nossa situação de vida. E por isso estamos com a Aliança Nacional Libertadora."
>
> *UFB. In: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 11/07/1935.*

A União Feminina do Brasil (UFB) foi uma entidade criada em 1935 por militantes comunistas que se associaram a mulheres de outras vertentes ideológicas ou que se definiam como apartidárias. Como veremos, a UFB foi uma das organizações que se empenharam na luta antifascista no Brasil e atrelou a campanha pela libertação feminina ao enfrentamento dos regimes autoritários que se espalhavam pelo mundo. Sua existência, mesmo que breve (atuou por apenas dois meses), foi intensa e marcou a retomada do trabalho político feminino do PCB, paralisado desde o encerramento das atividades do CMT, em 1933. Por meio da UFB, as militantes comunistas demonstraram maior eficiência e organização na mobilização de mulheres, sobretudo quando comparada com as iniciativas do PCB nesse segmento nos períodos anteriores.

Ao longo do capítulo, evidenciarei também como a trajetória da entidade foi atravessada pelo acirramento das perseguições aos comunistas promovidas pelo governo getulista, situação que se tornou insustentável após a eclosão do Levante Comunista, em novembro de 1935. A partir de dezembro daquele ano, as prisões de militantes da UFB aumentaram e em 1936 muitas das dirigentes da entidade feminina foram encarceradas junto às mulheres ligadas à IC – como Olga Benário e Elisa Saborovski Ewert, a Sabo – que atuaram ao lado da cúpula do partido na articulação da eclosão da revolução brasileira.

Para compreender a atuação da UFB, utilizo como fonte para este capítulo, sobretudo, as edições do jornal *A Manhã,* periódico que funcionou como porta-voz da Aliança Nacional Libertadora (ANL), principal entidade antifascista no Brasil à qual a UFB se uniu. *A Manhã* era coordenado por Pedro Mota Lima e contava com a colaboração de militantes do PCB que atuavam como redatores e repórteres. O jornal publicava artigos de opinião escritos pelas mulheres da UFB e informações sobre a estrutura e o funcionamento da entidade. Também

esquadrinhei documentos produzidos pela própria União e que foram anexados pelas forças de repressão aos processos abertos contra as militantes[353].

## 4.1 CONTEXTO PARTIDÁRIO

O ano de 1934 marcou o início de uma nova fase da história do PCB. À política de proletarização e às suas consequentes crises partidárias se sobrepôs um contexto de reorganização institucional envolta por uma aura de otimismo em relação ao crescimento do partido e ao avanço do comunismo no Brasil. Já em janeiro daquele ano foi realizada a I Conferência Nacional do PCB, evento planejado e conduzido de forma clandestina, desafiando a repressão, e que se consolidou no imaginário dos militantes como uma demonstração da força dos comunistas brasileiros e da restauração da solidez do partido. Durante a Conferência, um novo Comitê Central foi eleito e seus integrantes passaram a ser Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, secretário geral; Honório de Freitas Guimarães, secretário de Organização; Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, secretário de Agitação e Propaganda; Mário Grazini, responsável pelo trabalho sindical; Fernando Lacerda; José Medina; Heitor Ferreira Lima; Adelino Deícola dos Santos. Ao lado desses dirigentes atuavam, ainda, um representante do SSA, Macário Yolles, e três mulheres que participavam das reuniões ampliadas do CC, identificadas como Vera, Marina e Rosa[354]. Sobre elas, não é possível afirmar se eram membros do Comitê Central eleitas no Congresso do partido ou se eram integrantes do Comitê Executivo ou do Secretariado do PCB, mas tão somente que participavam de reuniões do comando comunista com direito de voz e voto.

---

[353] Os documentos da UFB acessados estão anexados aos autos do processo contra os acusados de participar da Insurreição de 1935 e foram julgados no âmbito do Tribunal de Segurança Nacional. Hoje, esses processos estão sob a guarda do Arquivo Nacional.

[354] Estas informações foram disponibilizadas nos relatórios produzidos pelos dirigentes do PCB. AEL/UNICAMP, Fundo Microfilmes da Internacional Comunista, rolo 5, p. 38. Não foram encontradas mais informações sobre essas militantes, nem mesmo se estes eram seus nomes ou se seriam codinomes. De acordo com as informações elencadas por Leôncio Basbaum em sua biografia, é possível inferir que Rosa seja o codinome de Inês Guralsky, uma mulher de origem russa que era membro do Bureau Sul-Americano da IC sediado em Montevideo e havia se casado com Guralsky, o secretário do Bureau. Inês, segundo Basbaum, era o nome que a militante havia adotado no Brasil, mas, páginas à frente, o comunista passa a se referir a ela como Rosa. Basbaum informa que Rosa integrou as reuniões ampliadas do CC do PCB e exercia uma função de liderança e de conselheira. Inclusive, foi com a participação de Rosa que os militantes do PCB procuraram definir seu posicionamento em relação aos eventos que culminaram na ascensão de Vargas ao poder. Também foi a militante que contribuiu para que Basbaum fosse readmitido no CC do partido. Para mais informações, ver: BASBAUM, **Uma vida em seis tempos (memórias)**, *op. cit*., p. 95-97.

A eleição do novo CC, entretanto, não foi acompanhada de mudanças significativas nas interpretações e diretrizes políticas que orientavam o trabalho do partido desde 1930. Após a I Conferência Nacional, manteve-se no PCB a convicção de que a revolução brasileira decorreria de uma união entre operários e camponeses e culminaria na destruição das forças do latifúndio e do imperialismo, principais "inimigos do povo e do país" [355]. E essa revolução não demoraria a ser desencadeada, uma vez que, defendia o novo núcleo dirigente do partido, as bases populares para sua eclosão já estavam estabelecidas e precisavam apenas serem fortalecidas. A luta armada era entendida como um projeto de curto prazo para o PCB do início da década de 1930.

Manteve-se no partido, ainda, a preocupação em ampliar a presença de quadros operários, nas bases e em cargos de comando, mesmo que a proletarização entendida como a aversão total aos intelectuais e como uma tentativa de mimetização do comportamento operário tenha passado a ser questionada. A maior parte dos novos integrantes do CC era formada por militantes que haviam se destacado por sua adequação às orientações obreiristas e, por isso, continuavam a defender que para o PCB ser um partido representativo das camadas populares precisava ser por elas constituído. Isso significava que a aproximação dos comunistas em relação às massas e a seus modos de pensar e de viver continuava a ser uma diretiva decisiva, ainda que o discurso partidário mantivesse concomitantemente um tom aguerrido e disruptivo que não havia sido construído a partir da identificação das demandas da população pobre brasileira.

A única modificação programática significativa ocorrida a partir da I Conferência Nacional foi a inclusão do combate ao avanço do fascismo – no mundo e no Brasil – como uma agenda oficial dos comunistas de todo o país. Durante o evento, o fascismo foi analisado como um fenômeno político decorrente do capitalismo, mais um produto do sistema econômico considerado injusto, gerador de desigualdades e de violências. Dialeticamente, entretanto, para o comando comunista, o surgimento do novo fenômeno indicaria a decadência do sistema que o gerou, interpretação que reafirmava a tese pecebista sobre a brevidade do processo revolucionário no Brasil. Dessa forma, a lista dos principais inimigos a serem combatidos pelos comunistas brasileiros foi oficialmente atualizada em 1934: ao imperialismo e ao latifúndio se somaram os regimes, os grupos e os simpatizantes do fascismo.

A inclusão do combate ao fascismo na agenda comunista pela direção do PCB não representava, no entanto, a definição de novos parâmetros de atuação para a militância. No Brasil, a luta antifascista já mobilizava quadros desde pelo menos o fim de 1932,

[355] REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 177.

independentemente do reconhecimento oficial do comando do PCB a essa forma de atuação. O avanço dos grupos e governos fascistas em países europeus a partir da década de 1920[356], a compreensão de que o governo de Getúlio Vargas possuía interseções com aqueles governos autoritários e, sobretudo, o surgimento da Aliança Integralista Brasileira (AIB) em outubro de 1932 motivaram diversos grupos políticos do país a criarem organizações antifascistas, entre elas, a Frente Única Antifascista (FUA)[357], surgida em 1933 como resultado dos esforços de trotskistas, socialistas e anarquistas, e a ANL[358], frente progressista de composição ainda mais diversa criada em 1935.

Comunistas do PCB não se furtaram a se engajar nessas mobilizações e em 1933, em parceria, inclusive, com militantes trotskistas ligados à Liga Comunista[359], fundaram o Comitê Antiguerreiro. O Comitê de Luta contra a Reação, o Fascismo e a Guerra Imperialista, mais conhecido como Comitê Antiguerreiro[360], surgiu "como desdobramento do Comitê Mundial de Luta contra a Guerra Imperialista – fundado em Amsterdã (agosto de 1932) – e do congresso regional realizado em Montevidéu (fevereiro de 1933)". Segundo Del Roio, a "seção brasileira foi fundada e coordenada por Oswaldo Costa e Joaquim Câmara Ferreira, organizando-se em comitês setoriais militares, estudantes, sindicalistas e de mulheres"[361]. De fato, muitas

---

[356] O primeiro líder fascista a chegar ao poder foi Benito Mussolini, na Itália, em 1922. Na Alemanha, em 1925, Adolf Hitler publica seu livro *Minha Luta* e em 1933 chega ao poder. No Brasil, em 1932, é criada a Ação Integralista Brasileira, organização que se reconhecia como fascista.

[357] Para mais informações sobre a FUA, ver: CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-34). In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 429-451 (Coleção As Esquerdas no Brasil). CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo?** As esquerdas brasileiras e o antifascismo 1922-1935. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

[358] Para mais informações sobre a ANL e para acessar o debate historiográfico sobre sua trajetória, ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. REIS; FERREIRA, **A formação das tradições (1889-1945)**, *op. cit*. PRESTES, Anita Leocadia. **Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Petrópolis: Vozes, 1997.

[359] Havia uma enorme oposição entre os comunistas do PCB e os trotskistas. Essa oposição refletia uma disputa soviética iniciada após a morte de Lênin e materializada no embate teórico e político ocorrido entre Stálin e Trostky. Depois de ser derrotado, Trotsky e toda sua forma de interpretar o processo revolucionário passaram a ser questionados e combatidos. Junto à cultura política comunista, ser classificado como trotskista era uma forma de depreciação, equivalia a ser entendido como traidor do movimento comunista mundial.

[360] CASTRO, **Contra a guerra ou contra o fascismo?**, *op. cit*.

[361] DEL ROIO, Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940), *op. cit*., v. 5, p. 55. O Comitê foi resultado do esforço de pecebistas e trotskistas da Liga Comunista. Mais tarde, foi liderado e dirigido pelos pecebistas. Para mais informações sobre a criação do Comitê Antiguerreiro, ver: CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, dez. 2002.

comunistas se dedicaram ao trabalho de mobilização feminina nas lutas antifascistas e, além de criarem organizações específicas, como evidenciarei a seguir, participaram das ações coletivas das entidades citadas, sobretudo da ANL.

Além da atuação nas organizações antifascistas, em novembro de 1934, enquanto o comando do PCB não se encontrava no Brasil porque havia viajado para Moscou, os militantes de base foram responsáveis por criar a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), organização destinada a promover a investigação sobre as fontes de financiamento da AIB e apontar as responsabilidades por atos de violência cometidos por integralistas[362]. Essa entidade contou com apoio de muitos artistas e intelectuais brasileiros e aproximou homens e mulheres do partido comunista. Assim, à medida que os regimes fascistas se consolidavam na Europa e a AIB se expandia e demonstrava força no Brasil, os militantes do PCB procuravam engrossar os diversos esforços para seu enfrentamento[363] e com essas ações ampliavam seu reconhecimento e sua influência em determinados segmentos da sociedade brasileira[364].

O crescimento do PCB e seu destaque nas ações antifascistas nos primeiros anos da década de 1930 não transpareciam o evidente descompasso entre as orientações da direção partidária e a realidade do trabalho político desenvolvido nas bases. Isso porque, não obstante os militantes estivessem articulados a várias forças e atuando em diversas frentes, o Bureau Político do PCB, até pelo menos 1937, continuou defendendo que os comunistas só deveriam aderir a alianças que fossem por eles hegemonizadas. Mesmo depois de assumir como palavra de ordem a importância da formação de frentes populares para o combate ao fascismo[365], o

---

[362] DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940), *op. cit.*, p. 58. A Comissão foi impulsionada por intelectuais e militantes do partido com objetivo de investigar os casos de desaparecimento de militantes antifascistas e de violências praticadas pela polícia e pelos integralistas. A Comissão foi instaurada depois da repercussão adquirida pelo assassinato do estudante Tobias Warchavski atribuído pelos comunistas à polícia. Mais tarde, o crime foi elucidado como obra dos próprios comunistas, que suspeitavam que o estudante colaborava com as forças de repressão. Essa informação, entretanto, não era conhecida em 1934. Para mais informações, ver: PRESTES, Anita Leocadia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, p. 132-154, nov. 2010. REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

[363] CASTRO, A Frente Única Antifascista e o antifascismo no Brasil (1933-1934), *op. cit*.

[364] Rodrigo Patto mostra como as disputas entre a AIB e o PCB contribuíram para o crescimento das duas entidades. Para mais informações, ver: MOTTA, **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**, *op. cit*.

[365] Somente a partir de outubro de 1934 o comando do PCB entrou em contato com a proposta de mudança programática que a IC passou a defender, qual seja, o abandono da orientação que estava em vigor desde o VI Congresso (1928) e pregava a oposição à social-democracia, aos liberais, aos democratas considerados burgueses, e a substituição pela tática de *frente popular*, a união de todas as forças defensoras da democracia com vistas a enfrentar o avanço dos fascismos em todos os países. Como aponta Del Roio, "Enquanto o fascismo se apossava da Áustria e se fortalecia na França e na Espanha, comunistas e social-democratas passaram a não ter outra saída senão a aproximação e a formação de uma frente para combater o inimigo mortal do movimento operário e do socialismo marxista. O VII Congresso, que estava convocado para fins de 1934, teve que ser adiado para julho do

comando comunista entendia que participar dessas frentes não significava que os quadros do partido deveriam se submeter ou se igualar às demais forças políticas progressistas do país. A condição para atuarem nas organizações antifascistas era a de que as bases comunistas assumissem o controle das entidades para por meio delas promover a agitação política que levaria as massas a apoiarem a necessidade da tomada do poder pelos comunistas. A compreensão de frente popular do comando do partido entre 1934 e 1937, portanto, não era diversa da diretriz de "frente pela base" adotada desde o início da proletarização do partido. Ainda assim, mesmo diante dessa orientação, muitos quadros do PCB continuaram a agir em associações que não comandavam e que eram formadas por pessoas de orientações políticas diversas, o que, importante destacar, não motivou repreensões ou punições.

Enquanto a maior parte dos militantes comunistas estava envolvida nas lutas antifascistas, a direção do PCB visava ao desencadeamento imediato da revolução brasileira. Para tanto, contava com o apoio do movimento comunista internacional, já que o dirigente soviético da IC, Manuilski, foi convencido da viabilidade do projeto. Além dele, Luís Carlos Prestes, o ex-líder tenentista tornado comunista, que estava exilado em Moscou e que em agosto de 1934, por imposição da IC, foi inserido nas fileiras do PCB[366], também se convenceu da possibilidade da implantação do socialismo em seu país natal. As convicções de ambos eram alimentadas pelos relatórios enviados pelos dirigentes comunistas brasileiros à URSS, os quais afirmavam que o "quadro geral (...) apontava no sentido de uma crescente turbulência, do caráter explosivo das contradições sociais e políticas, e do persistente fortalecimento do Partido Comunista e dos movimentos sociais nas cidades e nos campos"[367]. Todas essas afirmações

ano seguinte, tendo em vista as resistências encontradas em muitos partidos para a mudança de orientação política. Não houve tempo, porém, para a transferência dos encontros continentais que precediam o Congresso mundial. Como a maioria da CEIC já estava convencida da inevitabilidade da mudança de linha e da necessidade da frente popular para bater o fascismo, esforçou-se para que a nova orientação fosse assimilada pelos representantes dos partidos comunistas presentes nestas conferencias preparatórias". Ver: DEL ROIO, Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940), *op. cit*., v. 5, p. 57. Como veremos a seguir, o comando do PCB participou da Conferência dos Partidos Latino-Americanos, um dos eventos preparatórios, e entrou em contato com a nova diretriz. Entretanto, como a delegação brasileira entendia que a situação do país era pré-revolucionária, não percebeu a contradição entre a nova orientação do movimento comunista internacional e aquela que defendia para ser colocada em prática no Brasil.

[366] O ingresso de Prestes no partido foi reconhecido e comunicado oficialmente pelo PCB através de *A Classe Operária*, em 1º de agosto de 1934.

[367] Entre as experiências relatadas pelo PCB como provas do sucesso do partido na mobilização popular estava a criação da Comissão Jurídica de Inquérito Popular criada no Rio de Janeiro. REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

foram, ainda, referendadas pessoalmente pelo secretário geral do partido, o Miranda, durante as reuniões da III Conferência dos PCs da América Latina[368].

Em outubro de 1934, Miranda, acompanhado de outros militantes do PCB, desembarcou em Moscou e encantou a plateia da III Conferência com sua eloquência e suposto conhecimento sobre a realidade política brasileira e sobre a estrutura do partido que comandava. Valendo-se de uma exposição exagerada e muitas vezes fantasiosa[369], Miranda afirmou que o PCB possuía diversos núcleos espalhados pelo país, os quais eram sólidos e estavam preparados para a tomada do poder[370]. Essa narrativa levou a IC a definir, com entusiasmo, que o PCB deveria se preparar, com sua ajuda, para conduzir a revolução[371]. O partido deveria "intensificar as lutas sociais contra a ameaça fascista, os movimentos de massa nos campos e nas cidades, a organização revolucionária nas Forças Armadas (...)"[372], o que manteria a população brasileira engajada e garantiria o suporte para o processo de ruptura que os comunistas deveriam conduzir.

A atuação dos comunistas entre 1934 e 1935, portanto, acabou sendo articulada em pelo menos duas grandes frentes. Enquanto o comando do partido, auxiliado pela IC, e com o apoio de alguns militantes de base, envolvia-se no debate e na articulação da revolução brasileira, o que motivou o retorno de Prestes e o deslocamento de experientes comunistas estrangeiros para o Brasil[373], as bases se mantinham engajadas na agitação das massas, através seja das várias organizações antifascistas, seja dos eventos de oposição ao governo Vargas, seja da infiltração nos sindicatos, seja, inclusive, da formação de organizações femininas.

---

[368] Esse evento ocorreu em outubro de 1934, depois que o VII Congresso da IC foi adiado para o ano seguinte. Como os líderes latino-americanos já estavam a caminho de Moscou, decidiu-se pela realização desta conferência específica. A comissão brasileira foi integrada por: Miranda, o principal dirigente do partido, Bangu, Jose Caetano Machado, Elias da Silva e Valdovino de tal. Para mais informações, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 165.

[369] Baluartista, no jargão comunista.

[370] A postura de Miranda já foi bastante analisada pela historiografia e existe consenso de que foi fruto mais de sua esperança no proletariado brasileiro do que da realidade. Ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 163.

[371] Cada comitiva que integrou a Conferência, de acordo com a interpretação que dava à realidade de seu país, optou por uma resolução diferente. Os comunistas chilenos, por exemplo, entenderam que seria mais adequado conduzir suas lutas de modo institucional e através das eleições. Para mais informações, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

[372] REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 167.

[373] Em seu último trabalho sobre Luis Carlos Prestes, Reis evidencia que, apesar de serem apresentados como experientes e reconhecidos internacionalmente, os militantes deslocados para o Brasil pela IC cometeram diversos erros políticos que evidenciam sua pouca organização e cautela. Para mais informações sobre a atuação desses estrangeiros deslocados pela IC, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

Foi justamente em 1935 que o trabalho político feminino do PCB foi reorganizado. Em função do cenário político nacional e, em alguma medida, das definições da Conferência Nacional, esse trabalho sofreu forte influência do antifascismo, tendo as comunistas se dedicado a pensar, além das questões cotidianas específicas que permeavam as vidas das mulheres pobres brasileiras, as relações entre os governos autoritários e a subjugação feminina. A retomada do projeto de mobilizar mulheres e debater suas condições de existência foi realizada pela União Feminina do Brasil (UFB), organização fundada no Rio de Janeiro, conduzida majoritariamente por comunistas, que, apesar de ter contado com o reconhecimento e a orientação direta do CC do PCB, procurou envolver mulheres de orientações políticas e religiosas diversas. Na UFB, as comunistas foram capazes de expor sua visão de mundo e, em alguma medida, convencer as demais militantes, mesmo aquelas não identificadas com o partido, sobre a justeza e adequação dos valores, interpretações e representações conformadores da cultura política que partilhavam. Nesse sentido, elas foram capazes de hegemonizar a UFB, tal como defendia a direção partidária, mesmo que se mantivessem sempre abertas a receber e incluir mulheres de posturas políticas e culturais diversas.

A UFB teve uma trajetória meteórica, tendo funcionado por apenas dois meses, o que limitou o desenvolvimento pleno de seus projetos. Ainda assim, diversos núcleos femininos foram criados nos estados brasileiros e a atuação da União foi bastante divulgada pela imprensa nacional. Nesse curto período de existência, as comunistas da UFB procuraram debater o patriarcado fundamentadas em uma crítica ao fascismo, afirmando que tal regime político destruía o que classificavam como “as poucas conquistas femininas” alcançadas em todo o mundo e impedia o avanço da luta pela emancipação plena das mulheres. Procuraram conciliar ações específicas, como a criação de escolas de alfabetização, de bibliotecas, de assistência médica e jurídica, a promoção de eventos culturais, com ações mais amplas, como o envolvimento da UFB nas articulações da ANL e nos movimentos trabalhistas liderados por sindicatos. Dessa forma, embora de maneira embrionária, as comunistas procuraram tornar a luta contra o autoritarismo político, social e cultural uma campanha pela dignidade das mulheres e um meio de divulgação da interpretação comunista sobre a questão feminina.

## 4.2 INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A UFB

Poucos trabalhos historiográficos se dedicaram a pensar a trajetória da UFB, ainda que sejam significativas as fontes sobre a organização. De fato, muitos jornais de circulação nacional em 1935 acompanharam com entusiasmo a fundação, os primeiros debates e as primeiras ações da União, o que se refletiu na produção de muitos artigos sobre a entidade. Da mesma forma, as próprias militantes da UFB se preocuparam em produzir textos para expor suas opiniões e pretensões políticas com objetivo de marcar sua posição em meio às organizações de mulheres que disputavam a atenção e a adesão do público feminino na década de 1930. Além disso, a apreensão de documentos da UFB após seu fechamento por parte das forças de repressão e, sobretudo, a inclusão de parte desses documentos nos processos conduzidos pelo Tribunal de Segurança Nacional preservaram fontes que permitem aos pesquisadores uma aproximação em relação à trajetória da UFB. A historiografia, entretanto, ao ignorar a atuação das comunistas e se ancorar apenas nas memórias e documentos oficiais produzidos pelos principais dirigentes comunistas, continua a dar pouca importância à atuação da UFB e a não reconhecer seu impacto sobre a organização feminina no Brasil.

O estudo que menciona a existência da UFB foi *A mulher na sociedade de classes,* uma das obras pioneiras dos estudos de gênero no Brasil, produzida por Heleieth Saffioti e publicada em 1969. Em um breve trecho relativo às lutas conduzidas por "movimentos femininos de esquerda", a autora afirmou que a "União Feminina" foi criada em 1934 e que privilegiou mais a luta antifascista conduzida sob a direção da ANL[374] do que a luta pelos direitos da mulher. Em função das dificuldades em obter informações sobre a UFB durante os anos de ditadura militar, contexto em que a pesquisa que deu origem ao livro foi realizada, a autora não apenas cometeu erros factuais – a data de fundação da União –, como restringiu o escopo de atuação da organização. De fato, a limitação de fontes contribuiu para que a análise de Saffioti sobre a UFB reverberasse o discurso produzido pelos órgãos de repressão do governo getulista. Essas conclusões equivocadas acabaram se tornando referências para trabalhos posteriores que mencionaram a existência da UFB, como *Os comunistas e a questão da mulher,* livro escrito por Zuleika Alambert e publicado em 1982. Em uma análise também apressada e pouco sustentada, Alambert, então ligada ao PCB, corroborou a ideia de que a UFB teria surgido para atuar como

[374] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 156.

um núcleo feminino da ANL[375]. Essa interpretação se ancorava no pressuposto de que a ANL teria sido criada e controlada pelo PCB e, dessa forma, a UFB seria uma entidade feminina antifascista comandada subliminarmente pelo partido[376].

Apenas em 2010 outra interpretação sobre a trajetória da União foi elaborada. Ana Cristina Venâncio Mignot, ao produzir um ensaio biográfico sobre a educadora Armanda Álvaro Alberto, que foi a presidente da UFB, como veremos mais adiante, entrou em contato com novas fontes sobre a organização, as quais haviam sido selecionadas e preservadas pela biografada. Influenciada pela narrativa pessoal elaborada por Armanda Álvaro[377], que a partir de 1937 procurou se distanciar tanto da ANL quanto do partido comunista em função de sua prisão e das constantes perseguições por parte do Estado brasileiro[378], Mignot destacou que a principal contribuição da UFB teria sido suas ações voltadas para a conquista de garantias e direitos para as mulheres. Em oposição à interpretação de Saffioti e Alambert, Mignot defendia que a União teria, apenas, colaborado com o PCB e a ANL, sem manter relações próximas e profundas com as duas instituições.

Mais recentemente, duas pesquisas abordaram a trajetória da UFB, ainda que a organização não fosse seu objeto de estudo principal, uma conduzida por Lívia Rangel e outra elaborada por Iracélli Alves. Em ambos os estudos, a perspectiva dada por Mignot foi mantida, ou seja, as pesquisas destacaram a atuação da União em relação à conquista dos direitos e das demandas femininas. Lívia Rangel, por exemplo, em seu trabalho sobre a integrante da UFB e militante comunista Lídia Besouchet (Lídia Freitas), defendeu que as mulheres da União eram

---

[375] Importante destacar que essa interpretação da UFB como uma um núcleo feminino da ANL, versão que não faz jus à amplitude da luta que a entidade se propôs a encampar, foi consolidada por duas estudiosas simpáticas ao marxismo, mas que assumiram, também, ao longo de suas vidas uma militância feminista. Sobretudo em função da adesão de Zuleika Alambert à interpretação de Saffioti sobre a UFB, chama a atenção o desconhecimento do PCB em relação à trajetória de suas organizações femininas. Em relação à UFB, existe, ainda, o silêncio presente nas memórias produzidas pelos homens dirigentes do partido. Por outro lado, a visão da UFB como organização ligada à ANL é concomitante à interpretação historiográfica que sustentava a ideia de que a Aliança seria desde sua origem hegemonizada pelo PCB, o que já foi desconstruído. A criação da Aliança não foi uma iniciativa dos comunistas, mas, progressivamente, os comunistas foram conquistando espaço e importância dentro da organização.

[376] A historiografia já evidenciou que a ANL não foi uma proposta comunista, tendo sido, inclusive, combatida pelo PCB em um primeiro momento.

[377] A UFB foi fechada pelo governo sob alegação de funcionar como um centro feminino subversivo associado à ANL. Em 1936, Armanda Álvaro Alberto foi presa acusada pelo Estado brasileiro de presidir uma organização integrante da ANL e, portanto, na interpretação governista, associada ao comunismo. Em sua defesa, a educadora procurou provar que a UFB não era o centro feminino do PCB nem da ANL, narrativa que acabou sendo absorvida pela sua biógrafa, Mignot.

[378] Em documentos que compõem o processo contra Armanda Álvaro Alberto, acusada de ter participado do Levante de 1935, que integram os autos do TSN, a educadora afirmou que não era comunista.

feministas "de esquerda", mulheres que possuíam uma "militância feminista associada ao idealismo marxista"[379] e, portanto, eram adversárias do feminismo liberal de Bertha Lutz. Sua preocupação principal foi mostrar como o posicionamento e as ações de Lídia Besouchet refletiam a radicalidade do discurso de gênero produzido e defendido pela UFB, sugerindo que a entidade possuiria bandeiras até mais disruptivas que aquelas apresentadas pela FBPF. Nesse sentido, as "feministas de esquerda" seriam personagens mais próximas do que se define como feminismo nos dias atuais, um movimento multifacetado, mas que se singulariza pelo enfrentamento irrestrito ao patriarcalismo e aos consequentes preconceitos e limitações impostos às mulheres. Iracélli Alves, por sua vez, em um artigo em que apresenta as organizações femininas criadas por comunistas – isto é, a UFB, o jornal *O Momento Feminino*: *um jornal para o seu lar* e a Federação de Mulheres do Brasil –, cita brevemente a trajetória da UFB, mas não deixa de incluir suas militantes na categoria que identifica como "comunofeministas"[380], também uma tentativa de destacar maior proximidade das mulheres do PCB com os preceitos feministas consolidados décadas mais tarde. Para além das análises apresentadas nesses trabalhos, há em comum a tentativa de inserção da trajetória da UFB e das militantes comunistas de 1935 na história do feminismo brasileiro.

A UFB, entretanto, apesar de se reconhecer como entidade formada por mulheres e dedicada a lutar pelos direitos e pela emancipação feminina, não se intitulava feminista porque pretendia se diferenciar, desde sua fundação, de entidades como a FBPF. Em 1935, definiam-se como feministas as mulheres que lutavam exclusivamente pela igualdade de direitos políticos, econômicos e civis entre pessoas de ambos os sexos e que privilegiavam uma atuação pautada em estratégias pacíficas, sem promover grande desconforto social ou moral[381]. As feministas evitavam um discurso agressivo e violento, e não combatiam a Igreja Católica ou sua visão sobre o papel social feminino. Além disso, nesse momento, questões como diferenças de classe, raça, idade não figuravam como temáticas fundamentais para as feministas, e muitas dessas interseções passaram a ser pensadas por elas após o confronto com a forma de atuação

[379] RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas**: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 99.

[380] ALVES, O "não lugar" das mulheres na memória e na História do PCB, *op. cit*. Em sua tese de doutorado, Iracélli da Cruz Alves abandonou o termo comunofeminista e passou a classificar as militantes do PCB como "feministas de orientação comunista". ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

[381] SOIHET, Rachel. **O feminismo de Bertha Lutz**: conquistas e controvérsias. In: Feminismo e Antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 55-122.

e de enfrentamento da questão feminina realizada por mulheres de outras filiações políticas, como as comunistas[382] e as anarquistas.

Já a UFB, como evidenciarei nos próximos tópicos do capítulo, era uma associação que entendia que a luta pela emancipação feminina não poderia ser desassociada de debates outros, tais como as questões de classe que perpassavam a sociedade brasileira, a crítica ao capitalismo, ao clericalismo e ao imperialismo. As militantes da União associaram as lutas femininas específicas às campanhas antifascistas, às mobilizações de trabalhadores e às campanhas de combate ao ensino religioso, por exemplo. E, apesar de não ter sido criada para funcionar como um núcleo feminino da ANL ou do PCB, já que sua função transcendia a luta antifascista e não houve uma inclusão formal da União no organograma do partido, a UFB acabou assumindo essas funções. De fato, a ANL passou a convocar as mulheres brasileiras a participar da luta contra o integralismo através da União e incluiu as militantes da entidade em suas caravanas, assim como o PCB passou a apoiar a UFB contando com sua colaboração para a realização do trabalho político feminino.

Por ser uma entidade orientada por valores que moldavam a visão de mundo comunista – ainda que esses valores não fossem exclusivos dos militantes do PCB –, a UFB já demarcava seu engajamento no debate e nas lutas pela emancipação das mulheres. Por isso, a expressão "comunofeminista" parece redundante e a identificação da UFB como feminista, tal como sugeriu Rangel, um anacronismo. Incluir todos os grupos de mulheres que lutaram pelos direitos civis femininos na década de 1930 na categoria *feminismo* significaria ignorar as especificidades das estratégias e visões de mundo dos atores políticos daquele contexto, seria desprezar os embates políticos promovidos por essas organizações de mulheres e, sobretudo, seria prescindir das sensações, das emoções e das intepretações que essas personagens faziam da arena política brasileira.

De fato, além das comunistas, liberais e anarquistas, as mulheres conservadoras se engajaram nas lutas pelos direitos civis e pelo que classificavam como a emancipação feminina. Em Belo Horizonte (MG), por exemplo, mulheres leigas comandaram o associativismo católico que se preocupou em lutar por direitos que protegessem as trabalhadoras, bem como "a maternidade e a infância, e buscavam a criação de uma legislação social e melhorias no acesso

[382] Fraccaro afirma que feministas começaram a pensar nas mulheres pobres a partir da atuação das comunistas. FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

e na qualidade da educação primária"[383]. Justamente por identificar uma proximidade nas bandeiras de luta entre as mulheres da FBPF e as católicas de Belo Horizonte, a pesquisadora Polyana Valente propôs em sua tese que as mulheres leigas do associativismo religioso fossem também identificadas como feministas:

> (…) poucos trabalhos se debruçam sobre o associativismo feminino católico na chave interpretativa de que as mulheres ligadas às associações católicas encontraram na filantropia uma possibilidade de sair do universo de suas casas para aceder o espaço público e assim construir uma vida para além do lar. Nesse movimento de sair, as associadas criaram uma agenda de reivindicações muito próxima à dos grupos feministas do período. Nos arriscamos a afirmar, que eram sim, feministas. Estavam preocupadas com problemas em evidência naquele momento, como a proteção à maternidade e à infância, e buscavam a criação de uma legislação social e melhorias no acesso e na qualidade da educação primária[384].

Já o movimento integralista se ocupou em criar setores femininos com o objetivo de "atrair as donas de casa e as mulheres que naquele momento adentravam ao mundo do trabalho e lutavam por direitos políticos diante do direito ao voto garantido no país em 1934". Além das posturas antifeministas, anticomunistas, profundamente cristãs e dos discursos que enalteciam o papel familiar da mulher, as integralistas assumiam um posicionamento de enfrentamento aos preconceitos sociais, à oposição de setores à participação das mulheres no mercado de trabalho e defendiam o fim do que entediam por subjugação feminina:

> O Integralismo... dará a mulher mais liberdade, libertando-a dos infinitos preconceitos sociais em que ela se emaranha, que a subjugam e que lhe impede de dizer alto e bom som o que pensa, o que sente, o que aspira.
> (…) O Integralismo fará da nossa mulher – boneca de Sévres – a mulher culta, inteligente, útil à sociedade[385].

Logo, classificar como feministas todas aquelas que se apresentavam no espaço público reivindicando reconhecimento e garantias às mulheres seria assumir uma postura de homogeneização da atuação política feminina, muito difundida na imprensa dominante do período – marcada pelo patriarcalismo e pelo conservadorismo cultural. Além disso, dificulta o

---

[383] VALENTE, **Mulheres católicas em ação**, *op. cit*., p. 32.

[384] *Ibidem*.

[385] PEREZ, Nair Nilza. O integralismo e a mulher. Texto especial para a revista *Anauê* de julho de 1936. *Apud* POSSAS, Lidia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropologia**, n. 3, p. 20-43, 2012.

processo de historicização do feminismo, movimento político que tem sua trajetória, suas limitações e seus avanços a cada período.

Durante a pesquisa, constatei que todo o debate de gênero promovido pela UFB foi pautado por sua postura antifascista, já que a entidade apresentava o fascismo como a maior ameaça à construção da emancipação feminina e da igualdade de condições de vida entre os sexos naquele contexto no Brasil e no mundo. Combater o fascismo, nesse sentido, era combater a opressão feminina. Em função desse posicionamento, não obstante tenha apoiado a ANL, a UFB não foi criada para funcionar como uma seção feminina dessa organização. Tampouco, funcionou como uma entidade feminista. A associação da luta antifascista, uma pauta geral, às reivindicações por direitos e pela emancipação das mulheres, pautas femininas específicas, distanciava a UFB dos métodos de ação das feministas do período e refletia uma identificação da entidade com a forma de enfrentamento da questão feminina inerente à cultura política comunista.

## 4.3 DA FUNDAÇÃO AO DECLÍNIO: MAIO-JULHO DE 1935

No dia 11 de maio de 1935[386], na sede da Associação Brasileira de Imprensa do Distrito Federal, foi fundada a UFB. A organização se apresentava como defensora "dos interesses da mulher (...) especialmente daquelas que estão submetidas às mais precárias condições de existência e de trabalho"[387]. A UFB foi criada e conduzida por uma maioria de militantes

[386] União Feminina do Brasil. **Jornal do Brasil**, p. 10, 09/05/1935.

[387] Manifesto programa da UFB. Disponível no volume 12 dos autos dos processos relativos à Insurreição de 1935. Arquivo Nacional, IPM, 1935, Movimento subversivo, v. 12. Muitos apontam que a UFB teria sido fundada em 25 de maio de 1935. Mas existem indícios de sua atuação desde 23 de maio, já que a organização consta da lista de entidades a compor o Comitê de Frente Única Popular contra o imperialismo e o fascismo. Para essa informação, ver: **A Manhã**, p. 7, 23/05/1935. No jornal *A Manhã* do dia 25 de maio de 1935, a reportagem destaca que o que ocorreu foi o lançamento oficial da UFB, em um evento na Casa do Estudante. Para essa informação, ver: **A Manhã**, 29/05/1925.

ligadas ao PCB – Nise da Silveira[388], Eneida de Morais[389], Beatriz Bandeira[390], Eugênia Álvaro Moreira[391], Maria Werneck[392], Lídia Freitas[393], Lea Correa Dutra[394], Catarina Landsberg[395] – que se uniram a mulheres sem filiação partidária explícita, como a educadora Armanda Álvaro

[388] Nise da Silveira (1905-1999) nasceu em Maceió (AL), formou-se em medicina, especializando-se em psiquiatria e militou no PCB nos anos 1930 no Rio de Janeiro. Participou de reuniões de célula do partido e atuou na UFB. Foi presa no contexto da onda repressiva que se abateu sobre os comunistas após a Insurreição de 1935, sendo acusada de participar do levante. Tornou-se uma das maiores referências no tratamento psiquiátrico no Brasil. Em 1952, fundou o Museu de Imagens e do Inconsciente. Para mais informações, ver: Nise da Silveira. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal (org.). **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[389] Eneida de Morais (1904-1971) nasceu em Belém (PA), formou-se em odontologia, mas nunca exerceu a profissão. Dedicou-se à poesia, ao jornalismo e à militância comunista, à qual aderiu em 1932, ano em que se mudou para São Paulo. Em 1933 passou a viver no Rio de Janeiro – cidade na qual já havia vivido a partir de sua separação em 1930 – e foi naquela cidade que atuou na UFB. Foi presa em 1936, por um ao e meio. Após ser libertada, continuou atuando no PCB, tendo colaborado com o jornal *O Momento Feminino,* em outros órgãos da imprensa comunista e tarefas. Para mais informações ver: Nise da Silveira. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*. SANTOS, Eunice Ferreira dos; DUARTE, Eduardo de Assis; ÁLVARES, Maria Luzia. **Eneida**: memória e militância política. Belém: GEPEM, 2009.

[390] Beatriz Bandeira Ryff (1909- ) nasceu no Rio de Janeiro e se tornou uma poetisa e professora de música que aderiu ainda jovem ao PCB. Atuou nas fileiras da Juventude Comunista e em 1935 participou da UFB. Foi presa em 1936 e depois de libertada continuou a militar nas organizações femininas do PCB, sobretudo, o jornal *O Momento Feminino* e a Federação de Mulheres do Brasil. Para mais informações, ver: Beatriz Bandeira Ryff. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*.

[391] Eugênia Álvaro Moreyra (1898-1948) nasceu em Juiz de Fora (MG) e é considerada a primeira repórter mulher do país. Nos anos 1920 participou ativamente do movimento feminista em prol do sufrágio para as mulheres e do movimento modernista. Atuando também como atriz, ao lado de seu marido, Álvaro Moreira, Eugênia iniciou um movimento de renovação do teatro, o Teatro de Brinquedos. Em 1935 ela atuou na UFB, sendo presa em 1936 como as demais lideranças da entidade. Sua filiação oficial ao PCB aconteceu apenas em 1945, mas sua proximidade com o partido aconteceu na década de 1930, tendo sua casa sido sede de vários encontros políticos e reuniões. Foi oradora do PCB em várias ocasiões e candidata a deputada federal constituinte em 1946, não tendo sido eleita. Para mais informações, ver: Eugênia Moreira. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*.

[392] Maria Werneck (1909-1994) nasceu em Rio de Janeiro e se formou advogada na década de 1930. Atuou nos movimentos feministas pelo sufrágio para as mulheres nos anos 1920, integrou FBPF, mas na década seguinte se aproximou dos comunistas. Em 1935 foi uma das fundadoras da UFB, foi presa em 1936 e após ser libertada continuou a militar ao lado dos quadros do PCB. Sua filiação oficial ao partido ocorreu em 1945 e perdurou até 1952, quando resolveu afastar-se das atividades políticas. Na década de 1980 ela foi autora de *Sala 4*. Para mais informações ver: Maria Werneck. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*.

[393] Lídia Besouchet (1908-1997) nasceu no Rio Grande do Sul e se tornou professora. Assim como seus irmãos – Augusto, Marino e Alberto –, tornou-se comunista, tendo passado a integrar as fileiras comunistas em 1934 e permanecido até 1938. Em 1935 ela participou da UFB e ANL. Ao longo desta tese, farei referência a ela como Lydia Freitas, que é a forma como grafava seu nome nos jornais. Por vezes também aparecia Lydia de Freitas ou Lídia Besouchet. Para mais informações, ver: RANGEL, **Lídia Besouchet e Newton Freitas**, *op. cit*.

[394] Não foram encontradas muitas informações sobre Lea Correa Dutra, ou Lia Correa Dutra. Apenas sabemos que ela militou ao lado de Graciliano Ramos, Alina Paim, Laura Astraugésilo, Israel Pedrosa e outros nas células comunistas Estivador Santana e Theodore Dreiser. Para mais informações sobre Lia Correa Dutra, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*. MORAES, Dênis. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.

[395] Sobre Catarina Laudsberg (1910- ) sabemos apenas que foi uma militante do PCB que se engajou na constituição de núcleos da UFB no Rio de Janeiro.

Alberto[396] e a universitária Norma Moniz. Em comum, todas as fundadoras da UFB tinham uma origem de classe privilegiada e alta escolaridade, sendo elas intelectuais, artistas, educadoras, funcionárias públicas, estudantes e escritoras com algum destaque no cenário brasileiro da década de 1930.

Além de muitas integrantes da União possuírem ideias inovadoras em suas áreas de atuação profissional – caso de Eugênia Moreyra, Beatriz Bandeira, Nise da Silveira, Armanda Álvaro –, elas chamavam a atenção da imprensa por possuírem opiniões contundentes e por terem uma postura antifeminista declarada. As dirigentes da UFB, em sua maioria, eram dissidentes da FBPF ou ex-aliadas de Bertha Lutz que, decepcionadas com o que consideravam a pouca radicalidade das lutas feministas, se aproximaram de militantes comunistas ou até mesmo se inseriram nas fileiras do PCB, identificando-se com as representações sobre as mulheres e a interpretação dada à questão feminina[397] que conformava a cultura política comunista. Para as integrantes da UFB, era preciso construir uma outra forma de militância pela emancipação feminina, diversa daquela proposta pelas entidades feministas, as quais classificavam como inócuas porque burguesas, reformistas, politiqueiras e distantes da realidade das trabalhadoras.

A UFB não foi criada a partir de uma decisão explícita do CC do PCB, nem foi um projeto exclusivo das comunistas. Os homens do partido não se envolveram diretamente nas articulações da União, mesmo que um assistente ligado ao comando do PCB, como mencionarei adiante, tenha sido nomeado para supervisionar e assessorar as ações da entidade feminina. Fundamentada nas fontes de que me utilizo nesta pesquisa, considero que a UFB tenha sido pensada para ser uma entidade de massas do partido, mas isso mais por ação e decisão das militantes que vão compor e assumir suas fileiras do que por orientação clara do CC do PCB, como havia ocorrido com o CMT. Diferentemente deste, que surgiu do envolvimento de dirigentes do partido, a União foi uma iniciativa exclusivamente feminina e, no que se refere às comunistas, envolveu apenas militantes de base.

---

[396] Armanda Álvaro (1892-1967) nasceu no Rio de Janeiro e se tornou educadora. Ela atuou junto aos movimentos feministas em prol do sufrágio das mulheres e, em 1921, fundou uma Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias (RJ). Em um prédio anexo à escola, criou a Biblioteca Euclides da Cunha, que era aberta ao público. Armanda Álvaro participou da UFB e, apesar de ela e o marido terem constante contato com militantes do PCB e afinidades políticas com várias pautas do partido, não é possível afirmar que fosse comunista. Para mais informações, ver: Armanda Álvaro Alberto. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*. MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. **Armanda Álvaro Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

[397] Para mais informações sobre a dissidência feminista que se junta às fileiras da UFB e ao PCB ver: RANGEL, **Lídia Besouchet e Newton Freitas**, *op. cit*.

As comunistas que participaram da fundação da UFB se aproximaram de mulheres que se mostravam dispostas a enfrentar conjuntamente a oposição social e política à mudança que queriam promover nas condições de vida das trabalhadoras. Segundo Norma Moniz, estudante universitária, ex-feminista da FBPF que em 1935 passou a se dedicar à luta pela "emancipação da mulher trabalhadora":

> A União Feminina do Brasil se formou e se desenvolveu em minha própria residência. Aí inicialmente centralizamos a grande campanha que visava a redenção econômica, política e cultural da mulher brasileira. Tínhamos do nosso lado elementos ativos, sinceros e empreendedores, descuidados de qualquer competição individual que davam o melhor de suas energias afim de levar avante a nossa missão emancipadora[398].

A razão de ser da UFB, o motivo pelo qual foi criada, era o enfrentamento da questão feminina, sobretudo as mazelas impostas às mulheres pobres, para garantir a construção da igualdade de condições de vida em relação aos homens. Embora tenham se unido a mulheres de outras filiações políticas e ideológicas com esse propósito, as comunistas não poderiam descolar sua atuação da dinâmica do partido e por isso procuraram o apoio do CC do PCB para garantir que sua militância permitisse a progressiva aproximação entre as duas instituições. Como a CCTM havia deixado de existir, o CC designou um de seus integrantes para acompanhar a implantação e as atividades da UFB. Coube ao secretário de agitação e propaganda do PCB, Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu[399], essa tarefa.

Bangu era um militante natural de Mossoró, ex-professor que se reconhecia como gráfico[400] e teve destacada atuação no partido. Anos antes da fundação da União, ele havia sido um dos secretários gerais do PCB no contexto da crise decorrente do processo de proletarização[401]. Em 1935, deixou o cargo principal da direção partidária para se tornar responsável pelo terceiro posto mais importante[402] do CC. Como assistente político da UFB e responsável pelo núcleo de agitação do partido, Bangu tinha a função de transmitir as ordens

---

[398] **Correio da Manhã**, p. 6, 12/07/1935.

[399] FERREIRA, Brasília Carlos; ROCHA, Lauro Reginaldo da (org.). **Bangu: memórias de um militante**. Natal: EDUFRN, 2019. p. 57.

[400] Segundo Daniel Aarão Reis, isso era uma consequência do processo de proletarização. REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 162.

[401] Foram onze dirigentes em um período de cinco anos. Para mais informações, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

[402] REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 161.

da direção para a associação feminina e aconselhar as militantes comunistas sobre as melhores formas de atuação. Embora realizasse encontros periódicos com seu contato na entidade[403], não foram encontrados registros das orientações transmitidas por Bangu às comunistas da UFB.

Com apoio do partido, as comunistas da UFB acabaram promovendo a reorganização do trabalho político feminino pecebista. Dessa vez, por meio da União, esse trabalho foi estruturado sob um método de ação frentista, o que significava que em lugar de focar a sindicalização feminina, preocupação central do CMT, a UFB procurou se constituir em uma organização de massas, unindo várias mulheres de diversas convicções políticas e aderindo à campanha antifascista que já tomava o país em 1935. Por meio da UFB, as comunistas se dedicaram com mais empenho à promoção da educação política que consideravam necessária para transformar as mulheres pobres brasileiras em revolucionárias antifascistas libertadas dos preconceitos e da exploração promovidos pela burguesia. O aprimoramento cultural e político feminino foi a grande preocupação da União e motivou a realização de recitais e festivais, a criação de escolas, a escrita de artigos de jornais e, até mesmo, a adesão da UFB à ANL.

### 4.3.1 Posturas identitárias: o antifeminismo e o antifascismo

O estatuto da UFB foi redigido pela escritora pecebista Eneida de Moraes[404] e definia que a entidade seria composta por dois órgãos dirigentes, a Assembleia Geral, formada por todas as sócias, e a Diretoria, constituída por cinco membros eleitos democraticamente a cada ano. Até que a UFB alcançasse um número expressivo de integrantes, tornando possível uma reunião da Assembleia Geral e a condução de sua primeira eleição, o documento previa que uma diretoria provisória seria constituída por "Armanda Álvaro, presidente; Eugênia Álvaro Moreyra, vice-presidente; Maria Luís Werneck, 1ª secretária; Esther, 2ª secretária; Mary Mércio, tesoureira"[405]. A primeira Assembleia Geral, entretanto, nunca chegou a ser realizada e a única alteração oficial promovida no comando da União ao longo de seus dois meses de funcionamento foi a substituição de Esther Xavier pela militante comunista Catharina

[403] Não sabemos quem era o contato, ou os contatos, de Bangu na UFB. O militante apenas menciona que foi preso em um dia em que estava se dirigindo para um encontro com seu contato na UFB. Para mais informações, ver: FERREIRA, **Bangu: memórias de um militante**, *op. cit*.

[404] Carta de Eneida de Morais a Maria Werneck solicitando que a proposta de estatuto que escrevera fosse lida, relida, discutida e, se necessário, modificada. Ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, v. 12, p. 222.

[405] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, v. 12.

Laundsberg. A formação da direção provisória incluiu, portanto, de acordo com o que foi possível apurar nesta pesquisa, pelo menos quatro militantes comunistas – Eugênia Álvaro Moreyra, Mary Mércio, Maria Werneck e Catarina Laundsberg –, tendo a presidência ficado a cargo de Armanda Álvaro.

Armanda Álvaro foi uma educadora que se tornou conhecida por ter fundado, em 1921, a Escola Proletária de Meriti, posteriormente renomeada de Escola Regional de Meriti, localizada em Duque de Caxias (RJ). Também se destacou por ter assinado o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932), documento referendado por vários intelectuais que reivindicava a reorganização da educação pública brasileira a partir de princípios como a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade. Paralelamente à atuação como educadora, Armanda Álvaro participou de diversas organizações e se uniu a lideranças de várias orientações políticas e sociais com o objetivo de lutar pelo bem-estar e pelos direitos das mulheres. Em 1920, ao lado da conservadora Carlota Pereira de Queiroz, futura primeira deputada federal eleita por São Paulo, criou a Associação Cristã Feminina, entidade que pretendia prestar assistência às jovens de todas as religiões. Em 1924, Armanda Álvaro integrou o comitê provisório do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, organização que era ligada ao Conseuil International des Femmes, onde atuou ao lado da líder feminista Bertha Lutz. Essa parceria com Lutz durou pelo menos até 1931, ano em que Armanda Álvaro participou do II Congresso Internacional Feminista realizado pela FBPF[406]. A partir de 1934, a educadora rompeu com a líder feminista porque passou a assumir uma postura política anticlerical, antifascista e a se preocupar em pensar o papel das mulheres no combate aos governos autoritários, temáticas que não mobilizavam a FBPF[407]. Foi essa nova inquietação política que levou Armanda Álvaro a procurar as mulheres que fundaram a UFB.

Segundo relato de Norma Moniz, escrito num momento de ruptura com a UFB em função de discordâncias com a postura da direção, Armanda Álvaro não integrava o grupo que vislumbrou e criou a União:

> Certa noite fui procurada pela sra. Armanda Álvaro Alberto que se disse simpatizante de nossa causa e prometia prestar o seu auxílio, pronta, segundo confessava, a obedecer todas as determinações que nós lhes ditássemos. Conquistando com falsa

[406] As mulheres do congresso pretendiam encaminhar para Getúlio Vargas as reivindicações das mulheres para seu pleno exercício da cidadania – direito de voto, ampliação das oportunidades educacionais, supressão da incapacidade civil da mulher casada.

[407] Como evidencia Soihet, a FBPF não enfrentava a Igreja e procurava agir através de meios legais e pacíficos. Para mais informações, ver: SOIHET, O feminismo de Bertha Lutz, *op. cit*.

> abnegação e adentes promessas de fidelidade a nossa confiança, tornou-se uma das mais assíduas frequentadoras da nascente organização[408].

O tom de ressentimento que perpassou a escrita do trecho destacado acima reflete a indignação de Norma Moniz em relação à direção da UFB, que, segundo apontou, estava sendo manipulada por Armanda Álvaro. Para além da evidência de que a breve atuação da União foi marcada por disputas internas e conflitos, esse trecho evidencia que a adesão da educadora à UFB foi aceita pelas demais integrantes posteriormente à decisão de se fundar a organização. De toda forma, ao aderir à União, Armanda Álvaro, apesar de nunca ter se filiado ao PCB, corroborou as ações e as ideias que as militantes comunistas defenderam na imprensa e nos eventos públicos da UFB e da ANL, o que permite constatar sua conformidade, em alguma medida, com a cultura política comunista[409]. Importante destacar, inclusive, que em 4 de maio de 1935, antes, portanto, do lançamento oficial da UFB, Armanda Álvaro se juntou a Eugênia Álvaro Moreyra, militante comunista, para analisar a condição de vida das brasileiras em uma reportagem elaborada pelo jornal *A Manhã*[410]. Nessa reportagem, a educadora abordou as limitações legais impostas à liberdade social, política e civil das brasileiras e demonstrou sintonia com as formas de pensar de Eugênia Moreyra. É possível que esse episódio tenha selado a aproximação das duas mulheres e tenha sido a primeira tentativa delas de se destacarem juntas na imprensa como debatedoras da questão feminina, o que poderia legitimar a criação da UFB perante o público dias depois.

Ao contrário do que destacou Norma Moniz em outras passagens de seu texto, a atuação da educadora como presidente da União foi discreta, já que coube sobretudo às comunistas a construção da imagem pública da UFB. Os textos publicados na imprensa, os rostos estampados em fotos que acompanhavam as reportagens relativas aos eventos conduzidos pela União, os discursos públicos, a demonstração de apoio às greves e a outras mobilizações de trabalhadores eram majoritariamente conduzidos e representados por militantes do PCB, em especial Beatriz

---

[408] **Correio da Manhã**, p. 6, 12/07/1935.

[409] Segundo Ana Crisitina Mignot, Armanda Álvaro e seu marido, Edgar Sussekind, tinham contato com militantes do PCB. Sobretudo seu marido atuava em organizações lideradas por comunistas. Na residência de Armanda e Edgar, reuniões foram realizadas com a presença de pecebistas de destaque, como os irmãos Silo e Ilvo Meirelles e o capitão Costa Leite, todos com participação comprovada no Levante Comunista de 1935. Assim, a aproximação de Armanda em relação à UFB foi precedida de contatos com as propostas políticas do PCB, da mesma forma que a atuação na União a manteve próxima da visão de mundo das militantes comunistas. Se Armanda Álvaro não era comunista, possuía muitos pontos em comum com a cultura política comunista, sobretudo no que se refere ao antifascismo e à luta pelos direitos políticos femininos.

[410] **A Manhã**, 04/05/1935.

Bandeira, Eugênia Álvaro Moreyra, Mary Mércio e Lídia Besouchet, conhecida naquele contexto como Lídia Freitas. Durante a segunda reunião pública da UFB, por exemplo, a condução da sessão coube às comunistas Eugênia Moreyra Álvaro e Mary Mércio[411], tendo Armanda Álvaro assumido a palavra apenas para explicar como funcionaria o departamento de inquérito – setor da União sob sua administração que se destinava a elaborar uma extensa pesquisa sobre as condições de vida dos vários segmentos de mulheres brasileiras – e para expor a preocupação da UFB com as questões relativas à infância[412]. Também, o discurso de adesão da UFB à ANL foi lido por Beatriz Bandeira, tendo sido escolhida Maria Werneck como representante da União junto à Aliança, ambas militantes do PCB.

A aparição mais expressiva de Armanda Álvaro foi após a interdição do funcionamento da UFB promovida pelo governo de Getúlio Vargas. A educadora procurou conduzir a campanha de negação do envolvimento da UFB com o PCB, razão apresentada pelo Estado brasileiro para sustentar o fechamento da União. Ou seja, a presidente se destacou mais no momento em que a suposta neutralidade política da União precisava ser afirmada. Essas questões serão retomadas mais à frente, no momento em que as ações da UFB forem estudadas. De todo modo, a análise das fontes sugere que a escolha da liderança de Armanda Álvaro foi uma estratégia adotada para referendar a imagem de imparcialidade política da UFB e em nenhum momento refletiu uma identificação total da instituição com sua presidente. Inclusive, em algumas ações, a presidente chegou a ser excluída pelos demais membros da Comissão Organizadora, que como apontado eram todas comunistas, da definição de tarefas da entidade:

> Não tenho sido ouvida na qualidade de presidente ou de membro dessa comissão (organizadora) a respeito do comparecimento de numeroso grupo de sócias da UFB às galerias da Câmara, amanhã, para que tal fato, voluntário ou não, não se repita, por parte daquelas que tal resolução tomaram, peço que se considerem convidadas para a reunião da C. O, que convoquei (...)[413]

---

[411] Além de Eugênia Moreyra Álvaro e Mary Mércio, a mesa da segunda reunião foi composta por "Maria Bladina, representante das mulheres bancárias, Céli Fonseca, professora, Wanda Silva, enfermeira e Maria de Lourdes Pereira, operária tecelã". Sobre essas mulheres, não foram encontradas mais informações. **A Manhã**, p. 7, 26/05/1935.

[412] Armanda Álvaro discursou sobre o 5º e o 7º pontos do manifesto programa da UFB, que citarei mais adiante . O 5º ponto destaca que um dos objetivos da União será "promover inquéritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos setores de trabalhos". O 7º destaca que a UFB pretendia "atender o problema da criança como inseparável do problema da mulher". AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 226.

[413] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 252.

Em seu estatuto, a UFB se apresentava como uma entidade apartidária destinada "a defender os interesses intelectuais e materiais" das mulheres de "todas as camadas sociais". Para tanto, comprometia-se a promover:

> a) cursos e conferências populares e educativas, com inquéritos sobre os problemas sociais;
> b) excursões instrutivas e manutenção de bibliotecas;
> c) assistência jurídica, médica, dentária e econômica;
> d) criação de sucursais em outras cidades do Brasil e de secções em diversas localidades;
> e) intercâmbio com organizações congêneres;
> f) criação do fundo de auxílio às associadas desempregadas;
> g) quaisquer outras atividades diretamente ligadas à emancipação da mulher[414].

As regras de funcionamento e as definições do escopo das ações da UFB, previstas no estatuto elaborado por Eneida de Moraes, indicam que, por um lado, a União pretendia atuar de maneira muito próxima àquela adotada pelas sociedades de socorro mútuo surgidas no Brasil a partir do século XIX. Estas procuravam garantir aos trabalhadores auxílio econômico e serviços que o Estado se eximia de lhes fornecer. No entanto, para além de funcionar como uma organização de assistência às mulheres, sobretudo as menos favorecidas, a UFB pretendia, por outro lado, garantir seu esclarecimento e seu engajamento nas grandes pautas que se destacavam no cenário nacional. Surgia, assim, como uma entidade de caráter fortemente social, mas não se furtava a ser, também, uma entidade política[415], apesar de não publicamente partidária.

Essa dupla pretensão organizacional foi destacada pelas integrantes da UFB na cartilha que publicaram para divulgar o surgimento da nova entidade feminina. A cartilha era composta por um o panfleto endereçado "Às Mulheres Brasileiras" e um Manifesto-programa[416]. Enquanto a análise dos estatutos redigidos por Eneida de Moraes permite acessar as regras que orientaram o funcionamento da UFB, o estudo da cartilha de divulgação revela os posicionamentos que as militantes pretendiam demarcar. No Manifesto foram apresentados dez princípios balizadores, os quais teriam orientado, inclusive, a posterior elaboração do estatuto:

---

[414] *Ibidem*, p. 236.

[415] Política, nessa passagem, é entendida em sentido mais amplo, abarcando mais do que as disputas eleitorais pelo poder estatal. Trata-se dos assuntos que dizem respeito à vida comum. ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

[416] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 224-227.

> 1º) Lutar pelos direitos políticos e civis da mulher no Brasil;
> 2º) reivindicar a igualdade econômica em relação ao homem, e a melhoria de vida (salários, vencimentos, sindicalização e cumprimento das leis trabalhistas;
> 3º) elevar o nível cultural da mulher por meio de cursos, conferências, bibliotecas, escolas, audições musicais e artísticas, teatro, cinema, etc;
> 4º) proporcionar assistência médica, dentária, jurídica e econômica à mulher;
> 5º) promover inquéritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos setores de trabalhos;
> 6º) preparar a mulher para colaborar com o homem em suas atividades sociais e com ele participar da vida pública;
> 7º) atender o problema da criança como inseparável do problema da mulher;
> 8º) incentivar a educação física e sanitária;
> 9º) lutar contra a guerra de destruição e os massacres que atingem direta e indiretamente a mulher e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhes suas conquistas;
> 10º) ligação com as organizações femininas de finalidade idêntica em qualquer parte do mundo[417]

Muitos desses princípios não foram transformados em ações pela UFB em virtude de sua breve existência. Ainda assim, a sua apresentação pública revela que para as mulheres da União as pautas femininas específicas, apresentadas como as questões centrais da entidade, não eram desassociadas das pautas políticas mais amplas. À condução de serviços que atendessem às demandas femininas, objetivo da maioria dos pontos apresentados no Manifesto, havia o projeto de se preparar a mulher para a vida pública (6º), envolvê-la no enfrentamento aos governos autoritários e na promoção de campanhas pacifistas (9º). Para tanto, ainda no Manifesto, a UFB afirmava que, de partida, era preciso adotar duas posturas políticas claras, as quais resumo como: antifeminismo e antifascismo. Somente assim, defendiam as militantes, seria possível conduzir uma entidade inovadora, capaz de corresponder "realmente às necessidades femininas no Brasil"[418]. Sem o combate ao autoritarismo que ameaçava o mundo e o país, tarefa da qual as feministas da FBPF se eximiam na compreensão das militantes da UFB, não haveria emancipação possível para as mulheres.

Já no início do Manifesto-programa, antes mesmo de enunciar os princípios balizadores da entidade, a comissão organizadora pontuou o "absoluto desacordo" da UFB em relação às entidades feministas:

> Ao contrário de outras organizações femininas que surgiram em nosso país, umas inócuas, outras nitidamente ligadas a correntes políticas partidárias explorando demagogicamente a angustiosa situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nele ver um "inimigo" da mulher, a UNIÃO FEMININA DO BRASIL, iniciativa de trabalhadoras manuais e

[417] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, Manifesto-programa, p. 226. Vide Anexo 1.

[418] *Ibidem*.

> intelectuais diferencia-se inteiramente de todas as organizações já existentes, pelo seu absoluto desacordo com os programas e normas de ação dessas associações.
> A UNIÃO FEMININA DO BRASIL não é uma organização política, nem está ligada a nenhum partido político, mas defenderá em seu programa direitos econômicos, sociais e políticos da mulher. Dentro dela não fará diferenciação de cor, religião, correntes filosóficas, etc.[419].

Para as militantes da UFB, enquanto as organizações feministas procuravam iludir as mulheres para através de seu voto alcançarem cargos de poder[420], a União se propunha a ser uma entidade apartidária, sem interesses eleitorais, porque seria dedicada apenas "à plena emancipação feminina". Pretendia conduzir suas pautas através de mobilizações sociais e populares, sem atuação política formal, ou seja, a política institucional, eleitoral, o que refletia sua defesa de mecanismos mais disruptivos e combativos para viabilizar a construção de um novo papel para a mulher na sociedade. Sobretudo, o desprezo pelo envolvimento das mulheres nos pleitos eleitorais refletia a certeza comunista – partilhada primeiro pela maioria das integrantes da comissão organizadora e depois por toda a UFB, como será analisado mais à frente – de que, sem a modificação do regime econômico, a participação feminina na administração pública, nos cargos de poder, não seria realmente efetiva e emancipadora.

As militantes da UFB também diziam que sua organização se diferenciava da FBPF porque era formada por trabalhadoras manuais e intelectuais. Associações feministas eram por elas descritas como organizações exclusivamente compostas por mulheres burguesas, originárias das classes abastadas e distantes da realidade das mulheres pobres, operárias e camponesas. De fato, como aponta a historiadora Rachel Soihet, "empregadas domésticas e operárias" – podemos incluir ainda as trabalhadoras rurais – "não figuravam como associadas da FBPF"[421], ainda que houvesse costureiras, balconistas, tipógrafas integrando a entidade feminista. A UFB se apresentava como uma entidade disposta a se abrir para uma composição social mais heterogênea, em especial em relação às origens de classe de suas militantes, mas também em relação aos aspectos culturais e políticos que mobilizavam suas integrantes.

Outra diferença em relação às feministas apontada pela UFB em seu Manifesto-programa era a busca pelo apoio e atuação conjunta de homens, uma orientação que, como

---

[419] *Ibidem*.

[420] Bertha Lutz foi candidata à Assembleia Nacional Constituinte em 1932 pelo Partido Autonomista e concorreu ao cargo de deputada federal em 1934, sendo derrotada em ambas as situações. Outras mulheres da FBPF, entretanto, foram eleitas em 1934. Para mais informações consultar: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário mulheres do Brasil**, *op. cit*.

[421] SOIHET, O feminismo de Bertha Lutz, *op. cit*., p. 95.

apresentei nos capítulos anteriores, era defendida pelos comunistas para a condução do trabalho feminino desde a consolidação dos bolcheviques no poder na URSS. O documento da UFB foi assim concluído:

> A UNIÃO FEMININA DO BRASIL espera o apoio decidido dos advogados, jornalistas, professores, trabalhadores em geral, para melhor realização de seu programa, contando desde logo com o auxílio que os homens possam oferecer a fim de que esta organização corresponda realmente às necessidades femininas no Brasil[422].

Essa postura motivou a União, por exemplo, a fazer um convite ao advogado Luís Werneck de Castro, marido de Maria Werneck, e ao médico Maurício de Lacerda Filho para atuarem ao lado de "associadas diplomadas" – Maria Werneck e Nise da Silveira – nos setores jurídico e médico da entidade e fornecerem atendimentos gratuitos às integrantes da União. Também explica a escolha de Roberto Sisson, um dos fundadores da ANL, para representar a UFB em um comício da Aliança em Niterói[423]. A UFB foi, pois, criada como uma entidade feminina voltada para a solução de questões relativas às mulheres brasileiras, mas, para tanto, suas integrantes acreditavam na importância de contar com o apoio e a colaboração masculina.

Como já apontado, a FBPF se opunha à presença masculina em suas fileiras, porém, ao contrário do que sugeriam as militantes da União em seu Manifesto, as feministas também mobilizavam alianças com homens de destacada atuação política para conseguir apoio para suas pautas. Essa estratégia, inclusive, singularizava a atuação da Federação, que privilegiava o emprego de mecanismos legais e institucionais e evitava grandes embates sociais e grandes rupturas culturais. Tal forma de ação foi classificada pela historiadora Rachel Soihet como "feminismo tático"[424] e seria a explicação para o baixo engajamento das feministas ao ataque direto às estruturas, às relações e aos discursos patriarcais no Brasil, além de não confrontarem a Igreja Católica. Esse comedimento do discurso e das estratégias de ação da FBPF explicaria o sucesso nas articulações de Bertha Lutz em vários momentos[425].

Para as comunistas, entretanto, a FBPF era uma entidade divisionista, reformista e a defesa da adesão masculina à UFB, acreditavam as comunistas, distanciava a União dos

---

[422] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo.

[423] **A Manhã**, p. 8, 14/06/1935.

[424] Para mais informações sobre o "feminismo tático", ver: SOIHET, O feminismo de Bertha Lutz, *op. cit*.

[425] SOIHET, O feminismo de Bertha Lutz, *op. cit*.

métodos de ação feministas. Se por um lado esse argumento das mulheres da UFB acabava corroborando discursos conservadores que procuravam depreciar, deslegitimar e até mesmo desorganizar a atuação feminista, classificando-as de "inimigas dos homens", por outro, ele se baseava em apontamentos que a própria líder Bertha Lutz referendou publicamente. O embate iniciado pela UFB em seus documentos de fundação contra as feministas motivou a imprensa a procurar Bertha Lutz para ouvir sua opinião sobre a nova organização. O jornal *A Nação* realizou uma entrevista com a líder e trechos foram publicados na capa da edição de domingo, 26 de maio de 1935, precedidos pela manchete: "'Elas apelam para os homens': por isso a 'leader' Berta Lutz não acredita na União Feminina do Brasil... E diz que se trata de um plágio vulgar da Federação"[426]. Segundo o jornal, durante a entrevista Lutz pediu

> um programa da Federação. E nos sugere um confronto com os itens do manifesto da "União Feminina do Brasil".
> – O senhor verá, facilmente, o trabalho de mera transposição do nosso programa... (...)
> – Aliás, nesse caso, a nova instituição não conta com o apoio das mulheres brasileiras (...) A União Feminina do Brasil espera o apoio decidido de advogados, jornalistas, professores, trabalhadores em geral (...) O apelo, como verifica o Sr é aos homens...

Lutz atribuiu à UFB um caráter feminista, o que evidencia o seu reconhecimento da pretensão da União de promover o enfrentamento da questão feminina. Evidencia, também, que a líder reconhecia a nova entidade como uma possível concorrente da FBPF. Não obstante, naquele contexto, como a própria Lutz apontou, a UFB não era a única organização a disputar a liderança e a condução das lutas femininas e havia diferenças nos métodos de ação propostos quando comparados com aqueles empregados pela FBPF. Nessa diferença, inclusive, acreditava Lutz, estariam as causas para o fracasso da União, desfecho que considerava inevitável. Para Lutz, a União possuiria pouca representatividade entre as mulheres porque estava mais preocupada em atrair o auxílio masculino do que se aproximar das demandas femininas. Ao criticar essa convocação de apoio dos homens, Bertha Lutz acabou reforçando o argumento de que não defendia a solidariedade política entre integrantes de ambos os sexos.

Tais ponderações de Bertha Lutz levaram a UFB a se pronunciar, já no dia seguinte, nas páginas de *A Manhã*. Secretária da UFB e militante comunista, Mary Mércio se encarregou de redigir uma nota em que pontuava:

---

[426] **A Nação**, Rio de Janeiro, p. 1, 26/05/1935.

> Está muito enganada a Sra Bertha Lutz quando diz que aspiramos a "liderança"; não somos políticas, nem candidatas a cadeiras de deputado.
> No que ela destaca, o pedido de cooperação que fizemos aos homens, vê-se a linha completamente divergente que seguimos. Se há algum ponto de contato com o nosso e seu programa, é a prova que as necessidades femininas são ainda as mesmas que antes da fundação de sua Federação, e a prova de que nada foi feito pela satisfação desses desejos, apesar da amplitude de lindos programas, é que as mulheres resolveram se unir, e elas mesmas, lutar pela conquista de seus direitos, sem esperar por associações inócuas[427].

A nota da militante foi primeiramente publicada no jornal como sendo de autoria da União Feminina do Brasil. Na edição seguinte, *A Manhã* divulgou uma errata destacando que o texto havia sido redigido por Mary Mércio. É possível que o tom de ataque empregado pela militante tenha desagradado a alguma integrante da UFB e, de fato, em função da diversidade de filiação política das militantes, os artigos de opinião associados à União apareciam, em sua maioria, com autoria individualizada. A publicação do texto evidencia certa preocupação das comunistas em divulgar seus posicionamentos, ainda que não fossem partilhados por todas as mulheres da União. Além disso, indica que às integrantes era dada a oportunidade de se pronunciarem independentemente da definição de uma postura oficial da associação.

Ao contrário do que afirma Mary Mércio em seu texto, a luta sufragista promovida por tantas feministas, entre elas as mulheres da FBPF, não foi inócua e contribuiu para a consolidação dos direitos políticos femininos na Constituição de 1934. Esse, talvez, tenha sido um dos pontos de discordância gerados pelo texto entre as integrantes da União, já que algumas delas, como Armanda Álvaro, haviam se engajado nas campanhas pelo voto feminino nos anos anteriores. A crítica da militante da UFB à suposta inocuidade das ações da FBPF, portanto, parece reverberar mais a certeza partilhada pelos comunistas de que o voto não teria sido capaz de transformar a realidade feminina, já que entendiam que as mulheres continuavam vitimadas pela subordinação política e econômica, do que uma análise justa das conquistas feministas.

Para as militantes do PCB que integravam a UFB, apesar de terem conquistado o direito de votarem e serem votadas, as brasileiras continuavam sem "nenhuma participação na vida pública"[428], sem dignidade e sem consciência política. Elas teriam passado, destacavam, a ser ainda mais exploradas por "vis politiqueiros que puderam arregimentar mais eleitores, com preconcebido intento de atraiçoá-los miseravelmente mal lograssem assento nas confortáveis

---

[427] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 30/05/1935.

[428] *Idem*, p. 7, 11/07/1935.

poltronas das câmaras legislativas"[429]. O sufrágio feminino teria sido, ainda, uma conquista do clericalismo, que pretendia "fazer de cada mulher uma beata, e de cada beata uma dócil quão inconsciente sufragista"[430]; "quando lhes dão direito de voto é unicamente para aproveitar desses votos em favor de candidatos da Liga Eleitoral Católica ou coisas semelhantes"[431].

Analisando as conquistas políticas das mulheres de 1935 através das representações sobre o feminino que conformavam a cultura política do PCB no período, as militantes concluíram que, por ter sido concedido sem a promoção concomitante da educação política das mulheres a partir dos valores e visão de mundo comunistas, o voto feminino se tornou apenas mais um instrumento das forças reacionárias. As mulheres eleitoras sem consciência política se transformavam em ferramentas ainda mais importantes para a condução da contrarrevolução no Brasil. Da mesma forma, aquelas poucas que conseguiram se inserir nos parlamentos brasileiros, como a deputada Carlota de Queiroz[432], acabavam cumprindo o mesmo papel que os homens da elite brasileira e, por vezes, assumiam posturas até mais autoritárias e contrárias à emancipação feminina.

Progressivamente, essa posição das comunistas sobre o voto feminino e as representações sobre as mulheres brasileiras parece ter conquistado a adesão das demais militantes da UFB, já que, após a nota de Mary Mércio, textos publicados em *A Manhã* abordando a temática passaram a ser assinados por toda a comissão organizadora. Talvez tenha contribuído para essa conversão o fato de os grupos católicos e integralistas terem passado a ampliar sua influência junto às massas femininas e o fato de a atuação da deputada Carlota de Queiroz, apesar de se dizer apoiadora das causas femininas, não ter contribuído para a atuação da UFB. No momento em

---

[429] *Idem*, p. 7, 07/09/1935.

[430] *Ibidem*.

[431] **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 184, 20/06/1935. Existe uma cópia dessa edição no autos dos processos relativos à Insurreição de 1935. Ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 7.

[432] Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) nasceu na cidade de São Paulo, tornou-se médica e foi a primeira deputada eleita na América Latina. Seu envolvimento com a política se iniciou no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932, quando organizou, junto à seção paulista da Cruz Vermelha, um grupo de 700 mulheres para prestar assistência aos feridos. Pelo prestígio alcançado depois desse trabalho, a Federação de Voluntários incluiu o nome de Carlota de Queiroz na relação de candidatos da Chapa Única por São Paulo Unido, formada em conjunto pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático para concorrer às vagas da Assembleia Nacional Constituinte. Dessa forma, Carlota foi eleita e empossada para compor o grupo que elaboraria a Constituição de 1934, grupo que começou a atuar no fim de 1933. Ela se destacou com seu projeto sobre a criação dos serviços sociais no Brasil. Em 1934, foi eleita deputada federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Como deputada, posicionou-se contrária a propostas de Bertha Lutz, líder feminista que também havia se tornado deputada, a exemplo da criação do Departamento Nacional da Mulher, o qual Carlota de Queiroz considerava um ato de discriminação sexual. Nos anos 1940 concorreu a um novo cargo legislativo pela UDN, mas não se elegeu. No contexto do golpe de 1964, Carlota de Queiroz apoiou os militares. Para mais informações sobre Carlota de Queiroz, ver: Calota de Queiroz. In: SCHUMAHER; BRAZIL, **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*.

que a União foi fechada, inclusive, como veremos mais adiante, a deputada se recusou a defender sua reabertura, o que motivou acalorados debates liderados por Armanda Álvaro.

Junto à declaração pública de seu antifeminismo, a adesão ao combate ao fascismo no Brasil foi uma das primeiras ações da UFB. Além de apontar para essa postura em seu Manifesto-programa, já no dia 23 de maio de 1935 a organização participou do comício conduzido pela Frente Única Popular contra o Imperialismo e o Fascismo, que reunia diversas outras entidades, tais como a ANL, a Confederação Sindical Unitária do Brasil, a Federação dos Marítimos, a Legião Cívica 5 de Julho[433]. Um mês depois desse evento, em 21 de junho de 1935, a UFB decidiu demonstrar publicamente seu apoio à ANL. É possível que essa decisão tenha sido influenciada pelo PCB, uma vez que, naquele momento, o partido já havia assumido uma postura pública de maior apoio à Aliança, rompendo com a resistência que parcelas do PCB demonstraram à criação da organização antifascista[434]. Por meio do discurso de Beatriz Bandeira, poetisa, militante comunista e um dos possíveis contatos de Bangu com a entidade feminina, a União selou seu compromisso com a maior entidade antifascista do país e deixou clara sua percepção sobre a relação entre o combate ao fascismo e a luta pela emancipação feminina:

> Lutar pelos direitos populares, pela própria dignidade humana e particularmente pelos direitos das mulheres na sociedade, é lutar contra o fascismo que, na sua denominação brasileira de *integralismo* é a expressão da brutalidade requintada da negação de todos os direitos do homem, e a destruição de todas as conquistas femininas, pretendendo amarrar de novo as mãos da mulher para que ela seja novamente apenas a tão falada mártir dos lares sem pão, o anjo infeliz dos lares sem teto, a mãe- preta que vende aos outros o leite que devia ser para seu filho, a mulher-escrava a mulher-aparelho, a mulher-instrumento... eis porque, vendo na Aliança Nacional Libertadora uma grande organização nacional, a única que, sem distinção de crenças políticas, religiosas ou filosóficas se propõe a organizar a luta contra o imperialismo, o latifúndio e o integralismo, decidimos prestar à ANL o nosso apoio efetivo e decidido, concitando

[433] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 23/05/1935.

[434] Quando a ANL foi fundada, em março de 1935, a direção do PCB publicou em *A Classe Operária:* "O Partido não adere e nunca aderirá à ANL. O partido está de acordo com as reivindicações constantes do programa da ANL, e retirará seu apoio, desmascarará perante o proletariado e as massas populares o papel contra-revolucionário...". **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, 10/04/1935 *apud* CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel. **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 467. Ainda que houvesse segmentos do partido participando da ANL, inclusive no momento de sua fundação e do apontamento do nome de Prestes como presidente de honra da entidade, parcela expressiva do PCB possuiu uma desconfiança inicial com a organização antifascita. O grupo de oposição temia que a ANL se tornasse mais relevante junto às massas brasileiras que o próprio partido e desconfiava das sinalizações que parte do Diretório da entidade fazia ao governo de Getúlio. Progressivamente, entretanto, o apoio do PCB foi aumentando, sobretudo depois que a ANL foi fechada e o partido assumiu o que denominou o comando da ANL na ilegalidade. Para mais informações, ver: CASCARDO, A Aliança Nacional Libertadora, *op. cit*.

> todas as mulheres do Brasil a se organizarem para a luta libertadora, para o bem da sua família, bem de todas nós e bem da nossa pátria[435].

Beatriz Bandeira defendeu que sob o fascismo a mulher voltava a ser uma figura explorada, infeliz e sem consciência de sua condição. Segundo ela, sob o fascismo, a mulher vítima era transformada em uma mulher-instrumento do Estado opressor, uma mulher-aparelho sem voz e vontades próprias. Além de retomar as categorias de representação feminina que vinham conformando a cultura política comunista e orientando o enfrentamento da questão feminina pelo PCB – quais sejam, a mulher como vítima do sistema econômico, cultural, político e moral; a mulher como potencial força contrarrevolucionária; a mulher consciente e revolucionária –, a militante revelou a existência de uma opressão específica que acometeria as mulheres negras: relegadas à condição de empregadas domésticas, herança do passado escravocrata, eram obrigadas a se dedicarem mais à vida dos filhos das famílias abastadas do que a garantir uma vida digna para si e seus filhos. Por isso, era preciso combater a ameaça fascista, somar esforços contra os inimigos do país e mobilizar as mulheres pelo bem delas mesmas, de suas famílias e da pátria.

Antes da demonstração pública, a UFB promoveu uma reunião com suas integrantes para discutir a adesão à ANL. Nessa reunião as comunistas Lydia Freitas, Beatriz Bandeira, Eugênia Moreyra e Mary Mércio procuraram convencer as demais militantes da União acerca da importância de se aproximar mais da Aliança. Apenas uma integrante, uma professora do Colégio Anglo-Brasileiro, opôs-se à proposta porque "ouvira dizer que a ANL era comunista"[436]. A existência dessa oposição esclarece alguns aspectos da história da UFB: a União não foi criada para funcionar como um núcleo da ANL, como defende parte da historiografia, e, de fato, atraía mulheres de várias orientações políticas, inclusive as anticomunistas. Mais uma vez, também, fica claro que a atuação pública da entidade era conduzida, sobretudo, pelas militantes do PCB e que, assim como em relação ao significado da conquista do voto feminino para a vida das brasileiras, também em relação à luta antifascista elas obtiveram sucesso no convencimento das demais integrantes.

A adesão pública à ANL foi o ponto culminante de um processo de amadurecimento dos argumentos da UFB sobre a importância da associação da luta antifascista à luta pela emancipação feminina. Os pontos apresentados por Beatriz Bandeira em seu discurso não

---

[435] **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 14/08/1935.

[436] RANGEL, **Lídia Besouchet e Newton Freitas**, *op. cit*., p. 111.

podem ser entendidos como um posicionamento pessoal porque já haviam sido apresentados de forma até mais detalhada em outros textos publicados em jornais por mulheres da UFB. Sobretudo as militantes comunistas se preocuparam em debater a ideologia e o avanço do integralismo, destacando as ameaças que consideravam inerentes a esse processo. Lydia Freitas, responsável pela publicidade da UFB e quadro pecebista, por exemplo, preocupou-se em desmascarar o discurso e a postura integralista em relação às mulheres:

> "Kirche, Kitchen" ou seja Igreja, Criança e Cozinha e nada mais, foi a palavra de ordem! Para solucionar a crise econômica – como se a causa fosse essa – tiraram os empregos à mulher. Na Itália – mesmo regime – foram mais longe; – até a indumentária feminina foi alvo de censura fascista. A mulher não pode usar mangas curtas! Mutadis Mutantis, regime idêntico procuram implantar aqui. Não é preciso que se diga que me refiro ao integralismo, forma indígena do fascismo. Também ele arregimenta as mulheres, veste-lhe camisas verdes e as concita a lutar por seus direitos. Depois, como não poderá o integralismo resolver a crise, voltar-se-á contra as mulheres como uma solução, e roubar-lhes-á seu direito ao trabalho. A mulher trabalhadora da fábrica, essa continuará no mesmo regime de miséria. Ganhará ainda menos que o homem. Mão de obra mais barata dirão... As outras, sob a alegação de que a mulher precisa estar num pedestal, num altar – serão afastadas da luta em prol de seus direitos[437].

Segundo a comunista, o suposto discurso de defesa dos direitos femininos divulgado pelo integralismo seria apenas uma estratégia para enganar e arregimentar as mulheres e não resistiria à primeira crise econômica. Diante de uma derrocada financeira, a subjugação feminina se imporia de duas formas: pela exploração do trabalho das mais pobres, já que elas receberiam salários ainda menores que os dos homens; e pela imposição da reclusão doméstica às mais abastadas, o que seria justificado por um discurso de suposto cuidado e veneração às mulheres. Em comum, pobres e ricas viveriam, sob o fascismo, a perda de direitos e o afastamento do mundo público. Sendo a UFB uma entidade destinada a promover a emancipação feminina através da preservação dos direitos sociais, civis e políticos femininos já alcançados e da conquista do reconhecimento de novas demandas, sua função imediata seria impedir a implantação de uma ordem política avessa às liberdades das mulheres. Nem a exploração no trabalho nem o controle e domesticação do comportamento feminino seriam tolerados.

Como aponta Lydia Freitas em seu texto, para as mulheres da UFB havia uma relação clara entre o fascismo e a Igreja Católica, ambas forças destinadas a impedir a construção de uma vida digna para as mulheres. Nesse sentido, ser antifascista implicaria uma postura

---

[437] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 02/06/1935.

anticlerical, temática presente na cultura comunista que seria retomada pelas mulheres da UFB em várias oportunidades. Em uma delas, Armanda Álvaro, em um discurso proferido no festival cultural promovido pela União em 9 de junho de 1935, afirmou serem seguidoras de Mussolini as irmãs de caridade católicas italianas que administravam a Fundação Gaffré e Guinle. Segundo a presidente da União, as enfermeiras da fundação foram proibidas pelas religiosas de acompanharem o festival:

> trabalham 12 horas por dia e ganham uma miséria, não puderam comparecer ao festival da União Feminina do Brasil porque, a isso se opuseram piedosas irmãs de caridade, importadas da Itália para instituir nos estabelecimentos da Gaffré e Guinle os métodos brutais e intolerantes do fascismo.
> Argumentam essas inteligentes senhoras que a União Feminina do Brasil destina-se a libertar a mulher da tirania secular dos homens e isso não estaria de acordo com a doutrina do Duce, que elas vieram propagar no Brasil, subvencionadas pelo nosso governo... [438]

Em outra oportunidade, as mulheres da UFB engrossaram a campanha promovida por várias entidades, entre elas a ANL, pela defesa do ensino público laico na cidade do Rio de Janeiro. Diante da decisão da Câmara Municipal carioca de instituir o ensino religioso, ancorada no decreto presidencial de número 19.941, já citado no capítulo anterior, a UFB decidiu enviar um telegrama ao prefeito Pedro Ernesto e reivindicar seu veto à medida: "A União Feminina do Brasil em defesa de seu programa, protesta contra a resolução da Câmara Municipal instituindo o ensino religioso, esperando que V Excia contrarie esse atentado liberdades democráticas"[439]. Ao justificar o envio da mensagem como um ato de defesa de seu programa, a organização definia seu anticlericalismo como estrutural para a realização da luta pela emancipação feminina. Se a educação pública deveria ser garantida a toda as mulheres, uma demanda das integrantes da União, elas exigiam que essa educação fosse laica.

O combate ao cristianismo era importante, sobretudo para as comunistas, uma vez que o PCB, como já abordado nos capítulos anteriores, defendia que o afastamento das mulheres das influências religiosas era fundamental para garantir sua transformação em forças revolucionárias. Por isso, a associação entre o anticlericalismo e o antifascismo eram bandeiras que as comunistas da UFB consideravam fundamentais para impedir que as mulheres fossem confinadas à "Igreja" à "Cozinha" e à "Criança", ou seja, ao que classificavam como uma visão de mundo baseada na superstição e no ambiente doméstico.

---

[438] *Idem*, p. 6, 11/06/1935.

[439] *Idem*, p. 5, 05/06/1935.

Ainda no texto publicado em *A Manhã* em 2 de junho de 1935, a UFB, por meio das palavras de Lídia Freitas, referendou o argumento difundido pelos comunistas de que as mulheres se tornavam forças conservadoras e autoritárias quando se distanciavam das lutas populares. A militante reafirmou a certeza partilhada pelo PCB de que as mulheres possuíam um evidente potencial de ação econômica e política, mas que estaria sendo mobilizado pelas piores ideologias e partidos:

> A situação da mulher no Brasil continua sufocante, o pouco do respeito que ela tem conseguido aos seus direitos, não o deve a sociedades femininas, mas sim à situação econômica que a força a lutar por esses direitos, e a mulher, movida por essa necessidade, é uma força e essa força já é reconhecida e, tanto o é, que não só aqui, mas em diversas partes do mundo, foram as mulheres arregimentadas para trabalhar no alcance de um objetivo político. Vou me referir a factos bem recentes e que devem estar na memória de todos – a organização das mulheres para o preparo do evento fascista na Alemanha que, em cor local, se traduz pelo "hitlerismo" ou "nazismo"[440].

Para combater a manipulação das mulheres pelas forças burguesas e conservadoras, Lydia Freitas, como responsável pelo setor de publicidade da União, escreveu em outro texto um apelo às mulheres brasileiras para que aderissem à UFB. A comunista procurou denunciar, mais uma vez, que a suposta adoração às mulheres, defendida pelas classes abastadas e pelos integralistas, seria apenas uma estratégia para mantê-las afastadas das lutas sociais e políticas. Ao afirmar que o lugar das mulheres era o lar e exaltar as suas supostas qualidades domésticas, a burguesia procurava encobrir os sofrimentos que impunha a elas:

> Ninguém ignora que as classes dirigentes são as maiores defensoras da passividade da mulher perante os acontecimentos sociais. São contra toda participação da mulher na política. O tradicional refrain "a mulher pertence ao lar" tem nelas a mais doce acolhida (...). Nós, que não somos apologistas da teoria cor de rosa da mulher no lar, já temos consciência precisa para saber de que lado devemos nos colocar. Nós estamos fartas de sermos utilizadas como exército de reação do povo trabalhador. Chegou o momento em que não é mais possível vacilar. Ou com o povo ou contra o povo. (...) Eu vos concito a ingressar na UFB para que organizadas e unidas possamos lutar contra toda sorte de mistificações, tendentes a arrastar as massas femininas como parachoque da reação. Eu apelo para as mães de família para que elas se lembrem de que estes senhores que as chamam hoje de heroínas, são aqueles mesmos que as deixam na miséria sem arrimo de sua pobreza, depois de matarem seus filhos nas lutas interesseiras. Eu apelo para as mulheres que se lembres nesta hora histórica do

[440] *Idem*, p. 7, 02/06/1935.

> assassinato de Candu, como uma amostra do terror fascista e não se deixem tapear por mentiras verde-olivas[441].

Miséria, guerras e morte de entes queridos, essas seriam as mazelas impostas pelos dirigentes do capitalismo e pelos fascistas às mulheres. Para exemplificar essas mazelas, Lydia Freitas mencionou os riscos de confrontos mundiais defendidos pelo nazismo e pelo regime de Mussolini, o que poderia levar muitas mães, esposas, filhas, a perderem os homens de suas famílias, e citou o assassinato do operário Leonardo Cantu, morto em um confronto contra integralistas ocorrido durante um evento promovido pela ANL em Petrópolis em 1935. A tragédia de Cantu se tornou uma narrativa exemplar para os antifascistas brasileiros, inclusive para as comunistas da UFB, e era utilizada para demonstrar o desprezo do fascismo pela vida de trabalhadores. Apropriando-se dessa narrativa, a UFB procurou destacar o sofrimento imposto pelos camisas verdes à viúva de Cantu, deixada a própria sorte e com dificuldades para se manter financeiramente sem o marido. Para demonstrar sua sensibilidade em relação à condição da viúva, organizou uma caravana composta por Judite Gouvea, Lydia Freitas, Amélia Cavalcanti, Abigail Miranda e Mabel, que no dia 21 de junho de 1935 foi até Petrópolis para homenageá-la, engrossando a campanha promovida pela ANL. Na mesma oportunidade, as integrantes da caravana organizaram uma seção da União na região[442] porque acreditavam que era preciso aproveitar o momento para esclarecer as mulheres locais a respeito das ameaças representadas pelo fascismo à dignidade feminina. Meses depois, a UFB realizou, ainda, uma campanha de arrecadação financeira com o objetivo de engrossar igual movimento iniciado também pela ANL de Petrópolis em parceria com o jornal *A Manhã*. Essas ações culminaram em um evento ocorrido no dia 29 de agosto de 1935, "às 19:30 horas nos salões da ABI"[443]. Naquela oportunidade, a ANL e a UFB se uniram para entregar a verba arrecadada para a viúva do operário assassinado.

Antifeminismo, anticlericalismo, antifascismo, todos esses posicionamentos que orientaram as ações da UFB foram apresentados pelas integrantes da União em seu panfleto de divulgação intitulado "Às mulheres brasileiras", parte da cartilha que também levava o Manifesto-programa:

---

[441] **Marcha**, Rio de Janeiro, p. 7, 05/07/1935. O jornal se identificava como órgão do diretório municipal da ANL do Distrito Federal. Exemplar anexado aos autos dos processos relativos à Insurreição de 1935. Ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo.

[442] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 146, 20/06/1935.

[443] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 30/08/1935.

> Não poderíamos continuar indiferentes ante os choques, as tragédias e a miséria que nos cercam. Falharíamos a nós mesmas se não pensássemos em lutar ombro a ombro com os homens, pelos nossos direitos.
> Escravas humilhadas, sujeitas desde cedo a toda uma rede envolvente de preconceitos, exploradas na nossa fé e ingenuidade – porque isso interessa a uma minoria potentada – vítimas indefesas e torturadas.
> Qual tem sido nosso papel no Brasil?
> Na escola, a opressão dos que querem fazer de nossa inteligência um sabujismo. Na fábrica, substituindo o homem com salários menores e menor revolta. Nos escritórios produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele. No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada possuindo. Na sociedade, joguetes de deveres, tudo se nos exigindo, sem direitos, tudo se nos negando.
> Começamos a despertar. Ameaçadas pelos monstros sanguinários que tentam encharcar de sangue nos lares, ameaçadas de fome, de miséria, de desgraças, sentimos que era chegada a hora de união. Não consentimos que as guerras de destruição arrasem nossos lares. Levantamo-nos contra os inimigos do povo. Contra os que gozam, que luxam, que se divertem, enquanto há milhares de mulheres e crianças na miséria. Não consentimos que o fascismo que trucidou friamente esposos e filhos na Alemanha e na Itália jogando a mulher na escravidão medieval, não consentimos que o integralismo, esse fascismo nacional custeado pelo estrangeiro implante aqui sua ditadura compressora.
> Lutemos unidas! E para essa luta chamamos todas as mulheres do Brasil.
> Operárias, intelectuais, estudantes, artistas, professoras, jornalistas, comerciarias, bancarias, telefonistas, domesticas, enfermeiras, camponesas, costureiras, funcionárias, mulheres que trabalham em todos os setores. Mães, esposas, filhas, irmãs, ouvi o apelo que vos fazemos neste momento em que os dois inimigos que são nossos e dos nossos maridos, pais, filhos, tentam cravar em nós suas garras sangrentas.
> Lutai conosco contra o integralismo!
> Lutemos unidas pelos nossos direitos, pelas nossas necessidades, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver.
> Ingressai na União Feminina do Brasil.
> A Comissão Organizadora[444].

### 4.3.2 Expansão e ações

O apelo feito pela UFB em seus documentos de fundação foi ouvido por muitas brasileiras. Embora a sede da União fosse localizada no Rio de Janeiro, especificamente em uma sala do prédio do *Jornal do Comércio*, 4º andar, sala 422[445], núcleos seus foram consolidados em outros estados da federação, caso da Bahia, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais, de Pernambuco, e existe indício de mobilização de membros da UFB para a implantação de seções em Manaus[446]. Além

[444] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 225.

[445] Essa sede passou a ser utilizada a partir do dia 2 de junho de 1935 e ficava aberta a partir das 13h, todos os dias da semana. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 02/06/1935; *Idem*, p. 5, 06/06/1935. Já o *Jornal do Brasil* divulgou que a sede funcionava das 10h às 12h diariamente para receber as pessoas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 21/06/1935.

[446] A militante Lydia acompanhou caravanas da ANL aos estados do Norte do país e solicitou o apoio da sede para consolidar os núcleos locais. Pelo que sugerem as fontes, um núcleo foi criado em Manaus. Ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, telegrama de Lydia. Ver também: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 29/06/1935.

disso, em apenas dois meses de sua atuação legal foram criadas, pelo menos, 18[447] Uniões Femininas no estado do Rio de Janeiro, muitas delas espalhadas pelos bairros da capital federal.

A parceria com a Aliança contribuiu para a rápida implantação de seções estaduais da UFB, não apenas porque o aval da ANL ajudava a divulgar e referendar o trabalho da União, mas porque facilitava a circulação, a mobilidade das mulheres da UFB central. As militantes aproveitavam as viagens das caravanas promovidas pela ANL, as quais sempre eram compostas por uma representante da UFB, para visitarem outros estados, realizar a divulgação do trabalho da União e reforçar seu compromisso antifascista. Durante essas viagens, a militante destacada procurava encorajar mulheres do estado visitado a estruturarem novas seções da UFB.

Quem funcionava como a interlocutora da UFB central com as militantes de outros estados era a associada Elisabeth Otero F. Vianna[448]. Ela era responsável por enviar as cópias dos estatutos e providenciar a ajuda financeira, quando essa era possível. As orientações que repassava para a formação das sucursais da UFB, tanto no Rio de Janeiro quanto em outras regiões, envolviam a identificação de "elementos femininos"[449] dispostos a conduzir uma seção da União, o estudo das demandas das mulheres da região, o estudo dos estatutos com as associadas e a implantação das ações que eram consideradas fundamentais para o atendimento das questões femininas levantadas e para a promoção da sua educação política.

Mary Mércio, por exemplo, acompanhou a ANL em uma viagem à Bahia e se responsabilizou pela criação da UFB no estado. Com o auxílio de "2 professoras e uma operaria tecelã, essa última contando com muito prestígio entre as operárias da fiação"[450], a militante conseguiu iniciar os trabalhos de arregimentação de mulheres, o que implicou estudar as aspirações femininas locais e disputar a representação política das mulheres com as feministas daquele estado: "Na Bahia há uma certa cisão na ala moça da Federação pelo Progresso

---

[447] Os locais identificados foram: 1. Penha (bairro carioca) – responsável Maria; 2. núcleo Perf. Dirce (Cia. Dyrce industrial – perfumaria, estamparia e cartonagem) e 3. Madureira (bairro carioca) – responsável Sima; 4. Fábrica Confiança e 5. Olinda (distrito de Nilópolis), Nilópolis (segundo distrito de Nilópolis) e Mesquita (cidade limítrofe a Nilópolis) – responsáveis Estela e Abigail; 6. Petrópolis – responsável Elisabeth; 7. Deodoro (bairro carioca) – responsável Abigail; 8. Barra do Piraí – responsável Sofia e Alzira; 9. Friburgo e 10. Light (empresa) – responsável Eneida; 11. Fábrica Aliança – responsável Eugênia; 12. Gávea (bairro) responsável – Chiquita; 13. Mavílis (Mavílis Futebol Clube, agremiação esportiva da cidade do Rio de Janeiro) – responsável – Clara; 14. Estamp Beija Flor (estamparia) – responsável Sofia; 15. Realengo (bairro carioca) – responsável Beatriz Bandeira; 16. Moinho inglês (fábrica) e 17. São João de Meriti (cidade em que Armanda Álvaro possuía uma escola proletária) responsável Edith Sant'Ana; 18 Niterói – responsável Cecília. Para essas informações, ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo.

[448] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo.

[449] *Ibidem*.

[450] *Ibidem*.

Feminino e esses elementos parecem estar dispostos a ingressarem na União e isso nos será de bastante utilidade pois arrastam bastante mulheres". No dia 28 de junho de 1935, Mary Mércio presidiu o evento de fundação da seção baiana da UFB, a qual, em poucos dias já contava com dois núcleos. Depois da proibição da atuação da entidade e de todas as suas seções, ocorrida em 11 de julho de 1935, o grupo baiano, mesmo sendo obrigado a agir na ilegalidade e enfrentando dificuldades para conquistar um número expressivo de integrantes, organizou mais um núcleo "na Escola Normal, um na Associação de Professores" e estava se articulando para criar "núcleos em fábricas, entre as comerciárias e garçonetes"[451]. Tentar promover o engajamento das garçonetes era uma aspiração importante da seção baiana, já que, como expus no capítulo anterior, se tratava de um grupo de trabalhadoras sem base sindical e cuja situação era compreendida por muitos, inclusive pelos comunistas, como moralmente arriscada e possivelmente degradante. A questão das garçonetes continuava a ser debatida em 1935[452] e a tentativa de aproximação da UFB da Bahia evidenciava seu compromisso em se ocupar da condição de vida e trabalho das mulheres pobres.

Em termos de organização interna, a seção central da UFB apostava na divisão de tarefas, estratégia que, acreditavam, poderia lhe garantir uma atuação ampla e diversificada, no campo e na cidade, e, assim, viabilizar um crescimento rápido da organização. Cada militante era designada para uma função específica, fosse comandar um departamento ou uma comissão, fosse realizar o contato com os núcleos de bairro e de fábrica. O Departamento de Inquéritos era organizado por Armanda Álvaro, Maria Werneck liderava o de Assistência, Lydia Freitas liderava a Comissão de Publicidade e Eugênia Moreyra Álvaro organizava as ações do Departamento de Cultura. Esta última promovia ainda a ligação entre a sede da UFB e o núcleo criado na fábrica de tecidos Aliança. Eneida de Moraes era o contato dos núcleos criados em Friburgo e na empresa Light, enquanto Beatriz Bandeira era responsável por acompanhar o núcleo de Realengo. Já Sofia e Alzira[453] foram destacadas para promoverem o contato com mulheres da área rural, no município de Barra do Piraí, onde foi fundada uma seção da União. Inclusive, segundo relatos publicados no jornal *A Manhã,* a criação da seção naquele município despertou forte oposição por parte dos latifundiários locais, que passaram a deixar seu gado

[451] *Ibidem*.

[452] Para mais informações sobre este debate, ver: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[453] Não encontrei nos arquivos pesquisados informações sobre essas duas militantes que foram responsabilizadas pela articulação política junto às mulheres da área rural, especificamente, da região de Barra do Piraí.

invadir as roças das colonas que integravam a União[454]. A atuação rural da UFB antecipava a chegada oficial do PCB ao campo, já que a entrada do partido no meio rural ocorreu, efetivamente, a partir da década de 1940. Antes disso, o PCB possuía apenas o discurso de mobilização política do campesinato e de defesa da reforma agrária[455].

Essa estratégia da divisão de tarefas foi empregada pelas mulheres da UFB, também, no trabalho que procuraram desenvolver junto às presidiárias. O Departamento de Inquérito da União organizou uma visita à seção feminina da Casa de Detenção do Rio de Janeiro com objetivo de observar as condições de vida a que estavam submetidas as carcerárias: "A secretaria e membros do Departamento de Inquérito foram surpreender, num dia comum, sem aviso, nem alarde, as presidiárias. Viram-nas 'ao natural'. Com elas demoraram-se por cerca de três horas"[456]. O reconhecimento das condições de vida das mulheres do presídio foi realizado sob vários aspectos. A Maria Werneck coube analisar as questões jurídicas, ou seja, buscar informações sobre os processos, as circunstâncias em que os crimes se deram e as possibilidades de elaborar justificativas ou atenuantes que pudessem auxiliar as presidiárias. Àquelas "desassistidas" foram oferecidos serviços jurídicos gratuitos. Já a Nise da Silveira coube analisar os aspectos médicos, sobretudo procurou identificar mulheres encarceradas com "distúrbios nervosos" que foram erroneamente encaminhadas à Casa de Detenção, sendo lhes negado o direito a tratamento adequado em manicômios judiciários[457]. E a Armanda Álvaro Alberto coube inquirir as presidiárias sobre questões pedagógicas:

> Seu questionário, cheio de perguntas imprevistas, fazia rir a muitas. Mais de uma, entretanto, concluiu a prova em lágrimas. E todas se interessaram realmente, profundamente, por aquela indagação que sabiam desinteressada e reconheciam sinceramente solidária com os seus mais íntimos sentimentos e as suas agoniadas preocupações[458].

---

[454] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 20/08/1935.

[455] A partir da década de 1940, o PCB procurou se inserir no meio rural. O partido se destacou através da atuação em movimentos de trabalhadores rurais, com especial, nas revoltas camponeses de Porecatu e de Trombas e Formoso. Para mais informações sobre a atuação do PCB no campo, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. **Aconteceu longe demais**: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964) São Paulo, Editora Unesp, 2007. PRIORI, **A Revolta Camponesa de Porecatú**, *op. cit*. PAULA, Delsy Gonçalves de.; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez R. **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. SOARES, **As representações do camponês e do latifundiário brasileiros**, *op. cit*.

[456] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 16/06/1935.

[457] *Ibidem*.

[458] *Ibidem*.

A visita à Casa de Detenção era parte do projeto de elaboração de um "estudo conjunto da situação da mulher no Brasil" que estava sendo planejado pelo Departamento de Inquérito e que, esperava a UFB, se concretizaria em uma publicação minuciosa. As principais lideranças da entidade estavam envolvidas na elaboração dessa pesquisa e a partir dela pretendiam traçar as ações para o enfrentamento da questão feminina. Esse estudo foi apenas iniciado, mas as impressões da União sobre a condição de vida das presidiárias cariocas foram logo publicadas em *A Manhã.* Segundo Armanda Álvaro:

> não há coisa mais desumana, mais humilhante, mais degradante do que o regime presidiário no Brasil. Lá se sente de maneira gritante o que será para nós um regime fascista. Sem ele, já há tanta semelhança com as tenebrosas prisões da Itália e da Alemanha... Difícilmente, em outro país do mundo se poderá encontrar prisões como as do Brasil[459].

A ideia de incluir as presidiárias no escopo de mulheres que deveriam ser assistidas pela UFB refletia uma postura pecebista de considerar os encarcerados brasileiros vítimas das injustiças sociais que marcavam o país. Como destaquei no capítulo anterior ao analisar os escritos de Pagu, para as comunistas a população carcerária feminina no Brasil era composta, sobretudo, pelas mais pobres, mulheres desesperançadas que eram levadas ao crime em consequência da fome, da falta de oportunidade, da exclusão social e da exploração econômica e moral da burguesia.

Em relação às presidiárias, as mulheres da UFB parecem ter sido influenciadas, também, pelo promotor Carlos Sussekind, cunhado de Armanda Álvaro Alberto, que tinha uma militância anticlerical*,* tinha simpatia pela luta antifascista promovida pela ANL e acompanhou a criação da UFB[460]. Em artigo publicado no jornal *A Manhã,* Sussekind se dirigiu à UFB para concitá-la a assumir uma postura diversa daquela adotada pelas demais associações femininas atuantes no Brasil, as quais ele considerava equivocadas. Enquanto essas se "opunham ao divórcio, à proteção às mães solteiras, ao reconhecimento ilimitado de todos os filhos

---

[459] *Ibidem*.

[460] O promotor Carlos Sussekind participou da segunda reunião realizada pela UFB no dia 26 de maio de 1935, tendo dividido o palanque com Eugênia Álvaro, que presidiu a reunião; Mary Mércio, que secretariou o evento; Maria Bladina, representante das mulheres bancárias; Célia Fonseca, professora; Vanda Silva, enfermeira; Maria de Lourdes, operária tecelã; Armanda Álvaro, que falou sobre o departamento de inquérito da UFB; Maria Werneck, que falou sobre o departamento de assistência; e Elisabeth Otero, representante das bancárias. Ao assumir a palavra, a operária Áurea Batista descreveu a situação de vida das mulheres nas fábricas e o promotor Sussekind falou da situação das estudantes pobres das escolas e universidades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 23, 26/05/1935.

ilegítimos, à supressão da 'infirmitas' e à prescrição definitiva de tutela odiosa às mulheres casadas", o que mantinha, segundo o autor, as mulheres no "atraso feminino"[461], a UFB deveria assumir essas pautas, distanciando-se do que ele considerava os valores e preceitos católicos ou dos anseios políticos partidários que moviam as demais organizações femininas. Para o promotor, a organização já teria se mostrado diversa das demais entidades de mulheres porque incluiu em suas preocupações as mulheres trabalhadoras. Afirmava, contudo, que apenas isso não bastaria, outras mulheres "precisam – mas, precisam de fato, seriamente, urgentemente, inadiavelmente – da solidariedade feminina". Seriam elas as mulheres vítimas de violência doméstica – "as vítimas mais ou menos desgraçadas, do 'amor' masculino" –, as prostitutas e as presidiárias. Ao defender a atuação da UFB junto às carcerárias, o promotor destacou que era preciso conhecer sua realidade em dias normais, fora dos dias de celebrações organizados pela direção da Casa de Detenção, único momento em que representantes de associações femininas se dispunham a visitá-las. Nos dias de festa, destacava, a realidade das presas era mascarada por farsas montadas pela direção. Por isso, a UFB deveria chegar ao presídio sem aviso prévio para encontrar as condições reais de vida das carcerárias.

Não há registro da intenção da União de desenvolver trabalhos com as prostitutas ou em relação às vítimas de violência doméstica, como sugeriu o promotor Sussekind, o que não significa que essas questões não estivessem no horizonte das militantes. Porém, nos poucos meses de atuação da entidade, além das carcerárias, foi privilegiada a mobilização das donas de casa, em especial, as mulheres de famílias de trabalhadores. A UFB se preocupou, por exemplo, em se aproximar e tentar organizar as mães, noivas, esposas, irmãs dos trabalhadores do Lloyd brasileiro[462], uma empresa de navegação que estava correndo o risco de decretar falência. Diante da ameaça de demissão em massa dos funcionários da empresa, a ANL iniciou uma campanha que foi dirigida pelo seu núcleo da Marinha Mercante em parceria com a Federação de Marítimos. A federação procurava combater a ameaça de privatização proposta pelo ministro da Fazenda, a "entrega do Lloyd brasileiro aos magnatas estrangeiros"[463]. Ao assumir seu lugar nessa campanha, que foi considerada pelos aliancistas uma pauta anti-imperialista, a UFB se comprometeu a compreender a situação das mulheres das famílias dos empregados da Lloyd e a mantê-las mobilizadas. Para tanto, a entidade dirigiu um ofício ao presidente da "Associação

[461] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 4/06/1935.

[462] A empresa foi criada no século XIX e, diante das dívidas e ameaça de falência, o ministro da Fazenda cogitava privatizá-la.

[463] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 04/06/1935.

Geral dos Empregados do Lloyd Brasileiro" solicitando a oportunidade de se reunir com as mulheres das famílias dos trabalhadores:

> A União Feminina do Brasil, organização de defesa da mulher em todos os setores de trabalho e de vida, em face da ameaça que pesa sobre os trabalhadores do Lloyd Brasileiro, pede à diretoria dessa Associação que lhe seja marcado hora e dia para, na sede da Associação dos Empregados do Lloyd Brasileiro, realizar com as esposas, mães, filhas, irmãs e noivas, uma ampla reunião na qual será debatido o problema que no momento agita os trabalhadores do Lloyd Brasileiro[464].

Essa tentativa de reunir e mobilizar as mulheres das famílias dos trabalhadores marítimos retomava a estratégia adotada pelo CMT durante a greve dos gráficos de São Paulo. Isso porque, com essa reunião, a UFB pretendia não apenas explicar para as mulheres a conjuntura enfrentada pelos empregados da Lloyd, ouvir suas angústias e demandas, mas pretendia garantir, também, a participação delas em possíveis manifestações e movimentos. O encontro ocorreu no dia 22 de junho de 1935 na sede da Associação dos Empregados do Lloyd Brasileiro, foi liderado pela militante Elisabeth Otero[465] e contou com a presença de representantes de diversos sindicatos e da ANL[466]. Durante a pesquisa não localizei registros dos pronunciamentos realizados nessa reunião, mas sua realização evidencia a preocupação da UFB em envolver mulheres nas lutas dos trabalhadores e nas ações da ANL.

Muitas donas de casa se interessaram pelo trabalho desenvolvido pela UFB. Várias delas preencheram a "Proposta para associada da União Feminina do Brasil"[467], uma espécie de carta de intenção que era assinada por todas as mulheres que pretendiam ingressar nas fileiras da União no Rio de Janeiro. Para serem aceitas, as aspirantes a associadas precisavam ser indicadas por alguma integrante ou simpatizante da União, estratégia igualmente adotada pelo PCB em suas fileiras, e precisavam informar a possibilidade ou não de pagar uma mensalidade, destacando o valor da possível contribuição. Assim, donas de casa se tornaram líderes de núcleos de bairro e de departamentos, caso de Júlia Seixas, uma das responsáveis pela publicidade da UFB de Madureira[468]. O núcleo de Madureira, inclusive, contava com expressivo número de associadas

---

[464] *Ibidem.*

[465] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 19/06/1935.

[466] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 23/06/1935.

[467] APERJ, seção DESPS, pasta Glória Borges (notação 908), pasta Ernestina Melo (notação 911), pasta Julia Seixas (notação 910), pasta Maria Luiza Magalhães (notação 916).

[468] O núcleo de Madureira da UFB foi criado em 27 de junho de 1935. As duas outras responsáveis pela publicidade eram: Mathilde da Rocha e Júlia Seixas. Todas as fichas da UFB encontradas duante minha pesquisa estão

donas de casa e alcançou muito destaque nas ações promovidas em conjunto com a ANL. Ao que parece, foi o núcleo com atuação mais próxima à Aliança, certamente porque em Madureira as seções locais das duas organizações partilhavam a mesma sede.

As mulheres que se juntavam às fileiras da UFB, capazes ou não de pagar alguma mensalidade, passavam a ter acesso a diversos serviços e atividades. Seu Departamento de Assistência organizou, já no primeiro mês de atuação, a assistência jurídica, realizada por Maria Werneck e seu marido, Luís Werneck de Castro, e a assistência médica, a cargo de Nise da Silveira e Maurício de Lacerda Filho. Esta última foi iniciada no fim de junho de 1935 e oferecia, além de consultas, a distribuição de remédios "gratuitos conseguidos pelas sócias da UFB por meio de subscrições, apelos às fábricas e aos clínicos"[469]. Incluía também um programa de palestras sobre higiene em geral e da criança:

> A secretaria do Departamento de Assistência da UFB, por nosso intermédio, avisa às associadas que já estão sendo dadas consultas médicas das 14 às 16 horas e às segundas, quartas e sextas-feiras, das 10 às 12 horas.
> Na próxima semana, em dia que será previamente anunciado, far-se-á a inauguração oficial desse Departamento de cujo programa consta a organização de palestras semanais sobre higiene em geral e da criança, especialmente, temas esses que serão desenvolvidos por diversos especialistas nesses assuntos[470]

Importante destacar que, no ponto 7 do Manifesto-programa, a UFB deixa claro que entende o debate sobre as mazelas da infância no Brasil – o que poderíamos denominar de questão infantil – como assunto indissociável da questão feminina. Isso se deve ao fato de, culturalmente, o cuidado dos filhos ser visto, tanto no contexto da década de 1930 quanto até os dias atuais, como uma obrigação feminina, além de muitas mulheres, sobretudo das camadas populares, experienciarem sozinhas a maternidade. Nesse sentido, pensar a questão da maternidade não significava entendê-la como um destino feminino inexorável, mas reconhecer que se tratava de um aspecto fundamental da vida de tantas trabalhadoras. Ao debater as condições de vida das crianças, difundir informações sobre puericultura, discutir aspectos da educação infantil, as militantes da UFB contribuíam para aliviar o fardo da criação e cuidado dos filhos imposto às operárias e donas de casa.

---

relacionadas a Gloria Borges e Edina Nogueira, a primeira, tesoureira da UFB de Madureira e a segunda, secretária. Para mais informações, ver: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 29/06/1935.

[469] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 14/07/1935.

[470] *Idem*, p. 6, 29/06/1935.

No que lhe concerne, o Departamento Cultural da UFB, comandado por Eugênia Álvaro Moreyra, foi responsável pela criação de cursos de alfabetização e de aprofundamento cultural em núcleos do Rio de Janeiro. Um dos princípios da União era elevar o nível cultural das mulheres brasileiras porque assim, acreditavam as militantes, seria possível retirar as fileiras femininas da "letargia" em que estariam imersas. Como destaca a escritora comunista e integrante da UFB Sara Novak,

> hoje, quando a emancipação da mulher não é mais uma utopia, independência não é apenas significação de uma palavra, mas uma divisa de batalha que ecoa nos cantos mais longínquos do país, a sua cultura se torna tanto mais indispensável, quanto mais se aproxima o desenrolar dos acontecimentos que muito em breve marcarão uma nova era na História Universal. A recém-criada UFB ocupou desde logo o ponto estratégico na luta em prol de suas reivindicações; compreendeu que nada seria mais eficiente para despertar o "eu" dormente da mulher brasileira, de que abrir-lhes os olhos à força. Então resolveu ir levar-lhes "a domicílio" os mais variados espécimes da cultura moderna, como conferências, recitais, concertos e espetáculos, tentando assim pagar a primeira prestação da grande dívida que tem a humanidade para com todos os humilhados e oprimidos e a mulher especialmente[471].

No dia 7 de julho de 1935, uma escola popular passou a funcionar: "Este departamento começará a funcionar para o curso de alfabetização às segundas, quartas e sextas e o curso mais adiantado (para as que já sabem ler) às terças, quintas e sábados. As sócias interessadas devem se inscrever desde já"[472]. Além disso, a UFB apoiou financeiramente a escola em São João de Meriti[473] criada por Armanda Álvaro em 1921, manteve uma biblioteca disponível para consulta de suas associadas e promoveu festivais de recreação e artes[474]. Um desses festivais ocorreu no dia 9 de junho de 1935, no auditório do Instituto de Educação, e contou com o suporte estrutural da prefeitura do Rio de Janeiro[475]. Participaram do evento "representantes de todas as categorias de mulheres trabalhadoras: operárias, domésticas, professoras, datilografas, estudantes, artistas, etc"[476], e a abertura foi conduzida pela atriz

---

[471] NOVAK, Sara. A prestação. In: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 08/06/1935.

[472] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 07/07/1935.

[473] Reportagens do jornal *A Manhã* mencionam a criação pela UFB de uma escola em São João de Meriti e de uma biblioteca. Mas é mais provável que a UFB tenha auxiliado a escola que Armanda Álvaro havia criado anos antes, como sugere a reportagem do *Jornal do Brasil*. Ver: **Jornal do Brasil**, p. 7, 01/06/1935.

[474] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 18/09/1935. Importante destacar que a UFB, mesmo tendo sido fechada pelas forças de repressão, continuou atuando em várias frentes, como mencionarei adiante. Uma dessas frentes foi a imprensa.

[475] O então prefeito da cidade do Rio de Janeiro era Pedro Ernesto.

[476] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 10/06/1935.

Itália Fausta[477], que abordou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que trabalham no teatro, "no palco ou nos bastidores", que além de "vilmente exploradas do ponto de vista econômico sofrem toda sorte de injurias à conta de estúpidos preconceitos sociais e terminam quase sempre atiradas a penúria ou à mais completa degradação"[478].

O festival contou ainda com apresentações musicais conduzidas por Adacto Filho, Waldemar Navarro, Arna do Rabello e pela recitação de poesias por parte de Eugênia Moreyra Álvaro, que parece ter privilegiado textos políticos, já que declamou um poema intitulado "Parada da Fome"[479]. Também foi escolhida uma peça de crítica social para ser encenada por Eugênia Moreyra, Adacto Filho e Mafra Filho. *Um pedido de casamento*, de Anton Tchekhov, é uma comédia em um ato escrita em 1889 que faz uma sátira à forma como o casamento era planejado entre as classes privilegiadas da Rússia no século XIX. Essa comédia narra a história de um proprietário de terras hipocondríaco, Ivan Vassilievic Lomov, que vai até a casa do proprietário de terras vizinho, Stepan Stepanic Chubucov, para pedir a mão de sua filha em casamento, Natália Stepanovna. Já no começo da peça, quando Natália Stepanovna aparece para receber Ivan Vassilievic, deixa transparecer a compreensão de seu pai sobre o casamento e a condição da mulher: "Como... É você? Papai me disse: Vá até a sala, minha filha; um freguês está a sua espera para tratar de um negócio com você"[480]. Em seguida, a peça segue com o hilário diálogo entre as três personagens, marcado por insultos e agressividades em função de disputas em relação aos limites de suas propriedades e em relação à raça de seus cachorros de caça. Em meio às divergências e acusações, o noivado é selado, confirmando-se mais como um projeto econômico do que como algo decorrente do afeto e do respeito. Por meio da encenação da peça, a UFB retomou o debate sobre as relações afetivas burguesas que era promovido pelos comunistas desde o século XIX, como destaco nos capítulos anteriores. Também reafirmou a representação da mulher das classes afastadas como uma figura fútil, preocupada apenas em conquistar o

---

[477] Seu nome era Faustina Polloni (1879-1951). Nos anos 1920, a atriz colaborou nos bastidores com Álvaro e Eugênia Moreyra, na escolha de repertório e trabalho de criação do Teatro de Brinquedo, uma iniciativa inovadora na época.

[478] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 10/06/1935.

[479] Não foram encontradas referências a esse poema, mas em 1931 o PCB participou da articulação de uma manifestação contra o desemprego que deveria ocorrer em 19 de janeiro. As palavras de ordem presentes nos cartazes que convocavam a manifestação eram: "Assaltemos as casas de pasto e matemos nossa fome"; "Os soldados, igualmente vítimas dos burgueses, cerrarão fileiras ao nosso lado", "Ninguém deve passar fome no dia 19". A manifestação não ocorreu porque a polícia organizou uma grande operação de repressão nos dias anteriores. Para mais informações sobre a Parada da Fome, ver: JESUS, Ronaldo Pereira de. **Resistência e integração**: as classes trabalhadoras e a criação de sindicato único e oficial no Rio de Janeiro. EUFOP, 2012. p. 38.

[480] O pedido de casamento. In: **Cadernos de Teatro**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 30, abril-maio-junho 1980.

enriquecimento ou manter seu status social. Sendo assim, no festival, a arte surgia como uma ferramenta de educação política e, sobretudo, de difusão da cultura política comunista.

A sátira ao casamento nos moldes burgueses permitia às mulheres da UFB introduzirem, ainda, um outro debate que as mobilizava: o questionamento das limitações impostas à vida das mulheres pelo Código Civil de 1916, que continuava em vigor em 1935. Ainda que a curta existência da União não tenha permitido às militantes estruturar com mais consistência as ações de questionamento ao Código Civil, em várias oportunidades elas debateram aspectos legais que contribuíram para a inferiorização das mulheres na sociedade brasileira. Em textos jornalísticos e em eventos culturais, por exemplo, ressaltaram as restrições ao direito de ir e vir feminino, o que impedia muitas mulheres de terem acesso aos teatros e demais instituições culturais[481]. Sem a presença de um acompanhante, elas não podiam desfrutar dos espetáculos, o que, na compreensão das integrantes da UFB, acabava por manter as brasileiras em uma condição de desigualdade intelectual em relação aos homens, sendo-lhes imposta a ignorância. Assim, de acordo com o Código Civil de 1916, as mulheres casadas possuíam maiores chances de experenciarem uma vida cultural, o que tornava a busca pela união conjugal, acreditavam as mulheres da UFB, uma condição fundamental para a conquista de uma vida digna para as brasileiras.

Para combater essa desigualdade e desvincular o acesso à cultura ao casamento, as militantes da União pretendiam se empenhar em promover espetáculos culturais como o realizado no dia 9 de junho e garantir o acesso ao maior número de mulheres, independentemente de estado civil. As mulheres da UFB, ainda, como ficou evidente na peça encenada no festival cultural de 9 de junho, pretendiam combater o temor feminino da condição de "solteirona", evidenciando que ninguém deveria se submeter a uma união conjugal desprovida de afeto, fosse para enriquecer, fosse para ter mais acesso a direitos fosse mesmo para se proteger de humilhações sociais.

Para referendar que a inferiorização das mulheres na sociedade capitalista era um processo jurídico, como permitia perceber o Código Civil brasileiro, além de cultural, econômico e social, com fundamentos históricos – portanto não biológico –, Lydia Freitas escreveu um artigo em que expunha a tese que Engels defendeu em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Em nome da UFB, ela argumentou que apenas a independência econômica, promovida pelo acesso ao mercado de trabalho, não garantiria a

[481] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 08/06/1935.

emancipação plena da mulher, uma vez que, sob o capitalismo, as mulheres continuariam submetidas ao patriarcalismo, transformadas em escravas do homem:

> Uma das doutrinas mais difundidas acerca da inferioridade da mulher é aquela que afirma que a mulher historicamente sempre desempenhou um papel subalterno na sociedade (...) Para compreender a contradição existente entre a liberdade econômica da mulher e sua escravidão e servidão social, é necessário acompanhar diferentes etapas por que tem passado a família desde os primórdios da humanidade. (...) Os estudos de Morgan e Engels sobre a família falam na derrota histórica do sexo feminino (...) foi esta passagem aparentemente tão simples e fundamentalmente tão revolucionária, que deu ao homem a supremacia que goza até hoje. (...) enquanto o trabalho do homem se tornava um trabalho social, o trabalho da mulher era cada vez mais um trabalho privado familiar, apertado entre as fronteiras de casa (...) Ela tinha deixado de ocupar um lugar social na produção e por isso mesmo, passou à categoria de propriedade privada do homem. Até a era burguesa, a mulher continuou, através dos tempos, sempre desempenhando esse papel de escrava (...) Só a explicação materialista da família atual (...) esclarece o antagonismo existente para a mulher moderna de ter independência econômica e continuar a ser escrava do homem. [482]

Com a publicação desse artigo, a militante evidenciou que a UFB partilhava da interpretação pecebista sobre a construção histórica da subalternização das mulheres e que a associação se preocupava em debater essa temática publicamente. Divulgou, ainda, que para as integrantes da União a solução da questão feminina passava pela valorização do papel social da mulher e, sobretudo, pela construção da igualdade de condições, de vida e de poder, entre homens e mulheres. Lutar por um mundo mais justo significava romper as barreiras econômicas que antagonizavam classes opressoras e oprimidas, mas também romper os antagonismos entre os sexos, minando a subjugação de mulheres pelos homens. Era preciso destruir o patriarcado.

À medida que os debates da UFB foram sendo difundidos, suas ações foram se ampliando, se consolidando e ganhando notoriedade, grupos de mulheres que não encontravam apoio para suas demandas em outras instituições passaram a recorrer à organização. Esse foi o caso, por exemplo, de um grupo de operárias da "zona ferroviária de Nilópolis". Em uma carta enviada à UFB, as operárias pediam o

> apoio da União no sentido de ser regularizado o horário dos trens da Central que as impossibilitava de alcançar o horário das fábricas. (...) Acrescentam que confiam na UFB e estão certas de que dentro em pouco serão atendidas, pois a UFB, tomando a

[482] BESOUCHE, Lídia. Sobre a inferioridade da mulher. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 09/07/1935 *apud* RANGEL, **Lídia Besouchet e Newton Freitas**, *op. cit*., p. 102.

> cargo uma iniciativa destra natureza, conseguirá fatalmente obter a regularidade dos trens, que tanto vem prejudicando as operárias[483].

Por outro lado, não apenas setores da sociedade civil acompanhavam o crescimento da nova organização feminina. Também as forças de repressão passaram a se preocupar em monitorar o funcionamento da UFB. No dia 22 de junho de 1935, um sábado, Lydia Freitas foi presa, submetida a interrogatório e fichada. Meses depois, foi descoberto o crime no qual a militante foi enquadrada: comunismo. Essa seria a primeira ação das forças de repressão destinadas a desvendar as relações entre a UFB e o PCB:

> Prender-se uma moça na rua, quando ela ia representar a União Feminina numa reunião a que essa instituição fora convidada, levá-la à Polícia e lá, como se tratasse de uma criminosa, fichá-la, para dias depois, justificar o fechamento da União Feminina por ter uma de suas diretoras ficha na polícia como comunista. é ou não engenhoso o capitão [Filinto Müller] (...) em primeiro lugar, a "diretora" que foi pegada dias antes para justificar o fechamento dias depois não é diretora e sim uma simples associada. Em segundo lugar, a maneira como foi fichada essa moça como comunista, qualquer pessoa pode ser, neste Brasil sob ditadura policial do capitão Filinto Müller. (...) Que provas tem o capitão Filinto das "atividades extremistas" da sra. Lydia Freitas? Nenhuma tem, como não podia ter, e a prova é que, depois de fichá-la, foi obrigado a soltá-la porque nada havia contra ela[484].

Apesar da negativa da militante, postura referendada pelas demais mulheres da UFB, a militância comunista de Lydia Freitas era real e havia sido reconhecida pelos investigadores de Filinto Müller. Entretanto, o objetivo da polícia não era apenas identificar as pecebistas nas fileiras da União para tirá-las de circulação. O projeto era desmobilizar toda a organização feminina. O momento adequado para concretizar tal projeto surgiu após o pronunciamento de um discurso feito por Prestes em 5 de julho de 1935, durante um evento da ANL. O texto trazia uma mensagem radical, atacava o governo Vargas e sugeria a formação de um governo popular:

> A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto (...) as massas devem organizar a defesa de suas reuniões e preparar-se ativamente para o momento do assalto (...) Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um Governo Popular Nacional Revolucionário! Todo poder à ANL![485]

---

[483] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 22/06/1935.

[484] *Idem*, p. 3, 30/07/1935.

[485] Discurso de Luis Carlos Prestes de 5 de julho de 1935. In: REIS, **Luís Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 177.

Esse pronunciamento foi usado pelo governo como pretexto para colocar a ANL na ilegalidade, assim como todas as organizações a ela ligadas. A UFB passou a ser descrita pelas forças de repressão como o núcleo feminino da Aliança e o fato de Lydia Freitas ter sido fichada como comunista reforçava o argumento de que havia uma ligação partidária entre a UFB, a ANL e o PCB[486]. Além de Lydia, outras integrantes da União foram presas, tendo algumas delas – como Francisca Serrão Medeiros Reis, militante que, em algum momento que não foi possível precisar, foi integrada à direção da UFB, e Florisbella Santos, presidente do núcleo Madureira – sido levadas à delegacia na própria noite do dia 5 de julho:

> Esteve ontem nesta redação numerosa comissão de associadas da União feminina do Brasil, que veio protestar energicamente contra arbitrariedade da polícia, prendendo sua companheira Francisca Serrão Medeiros Reis, que faz parte do diretório da União. Essa comissão lançou também o seu veemente protesto contra a prisão, ontem a noite, de varias aderentes de Madureira, entre as quais está a presidente do núcleo local sra Florisbella Santos[487].

Percebendo o aumento da violência policial contra as organizações da luta antifascista, a comissão organizadora da União, no dia 11 de julho de 1935, lançou um novo manifesto sem saber, ainda, que aquele seria seu último dia de atuação legal. Dirigindo-se às brasileiras, concitou-as a adentrar suas fileiras para ao lado dos homens progressistas impedir a instauração, no Brasil, de um governo tão autoritário quanto o existente na Itália e na Alemanha. Ao fazer essa convocação, mais uma vez, demarcava sua forma de encarar a questão feminina:

> Agrupamo-nos na União feminina do Brasil para que que, dentro dessa organização, em ampla frente única de todas as tendências, lutássemos por todos os nossos direitos e pelos direitos de nossos companheiros e irmãos. Trouxemos para dentro da UFB a visão do que existe realmente em nossos lares: salários que mal dão pra comer, maridos, pais e irmãos mal remunerados, vivendo de ordenados mesquinhos, nós próprias vendendo nossa mão de obra inteiramente igual a do homem e no entanto, recebendo pelo nosso trabalho salário muito menor. Sem direito a nenhuma participação na vida pública. Atacadas de todos os lados e encontrando sempre a exploração mais desumana. Querendo lutar pela nossa emancipação e sendo logo taxadas de "extremistas". Defendendo nossos direitos e sendo acusadas de "comunistas". Mas nada disso nos apavora. Nada disso impedira nosso caminho e nossa marcha. Queremos reivindicar pelas nossas mãos as necessidades urgentes de que nossa vida carece. Queremos que nossos lares tenham pão, nossos filhos instrução, nossas casas conforto. Queremos ter os direitos de seres humanos, intelectual, moral e biologicamente iguais aos nossos companheiros. Não aceitamos

[486] Vários jornais de grande circulação publicaram entrevistas ou trechos de falas do capitão Filinto Müller e as justificativas que apresentava para sustentar o fechamento da UFB. No dia 3 de agosto de 1935, o jornal *Diário de Notícias* publicou um discurso em que o capitão defende a relação entre a UFB, a ANL e o PCB. Ver: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 03/08/1935.

[487] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 06/07/1935.

> mais o papel de "doce escrava", de serva obediente e passiva, de boneca de luxo, de joguete nas mãos dos politiqueiros. Estamos com o povo. Estamos com nossos pais, nossos irmãos, nossos filhos! Estamos com todos os que quiserem verdadeiramente melhorar nossa situação de vida. E por isso estamos com a Aliança Nacional Libertadora. (...) lembremo-nos das mulheres alemãs e italianas (...) daquelas que se viram de um momento para o outro ao lado dos corpos ensanguentados de seus companheiros; aquelas que sofreram e sofrem nas masmorras de Hitler e de Mussolini as maiores monstruosidades. As que foram violentadas por esses mesmos que se apregoam defensores da família. As que foram insultadas, feridas, batidas, pisadas, pelas tropas bestiais dos fascistas, (...) Os que governam o Brasil preparam cenas iguais às da Alemanha e da Itália.
> (...) Atenção! Defendamos nossos lares! Ocupemos com os nossos companheiros os nossos lugares. Ao lado deles! Ao lado da Aliança Nacional Libertadora, pela defesa do Brasil!
> Ingressai na União Feminina do Brasil. Vinde lutar conosco. Defendamos nosso país e nosso lar ameaçados!
> Lutemos pelo bem-estar e pela dignidade da mulher brasileira![488]

Retomando as pautas antifascista e pela igualdade entre os sexos, as mulheres da UFB procuraram ampliar a imagem de respaldo popular da ANL e negar a acusação de serem comunistas e extremistas. Para tanto, procuravam se dirigir às mulheres enquanto mães, filhas, esposas, demarcando o que consideravam o desprezo fascista pelas famílias e, em contraponto, a preocupação da UFB e da ANL com o bem-estar de toda a população. Dirigir-se às mulheres acionando seus papéis domésticos, entretanto, não havia sido uma estratégia frequente da UFB. Diferentemente do CMT, que associava a voz da mulher operária à voz da mulher mãe/esposa, as militantes da UFB, apesar de reconhecerem o papel materno e familiar das brasileiras, não privilegiavam essa condição como definidora de seu público-alvo. Essa situação seria alterada pelos acontecimentos que se seguiram ao fechamento da UFB, em 11 de julho de 1935.

### 4.3.3 Atuação ilegal e encerramento

Com o fechamento da sede, a UFB continuou a atuar, de forma ilegal, e suas reuniões passaram a ser realizadas na sede da seção de Niterói[489], que, por motivos não identificados, permaneceu aberta. Além das campanhas para arrecadar recursos para a viúva do operário Leonardo Cantu e da denúncia das invasões de gado promovidas pelos latifundiários de Barra do Piraí em terras de associadas da União local, ambos eventos já citados, a UFB se preparou para participar de uma greve em curso no bairro de Deodoro em agosto de 1935. Sobre essa

[488] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 11/07/1935.

[489] *Ibidem*.

greve, não foram encontradas nos arquivos muitas informações, mas, segundo anotações feitas no dia 14 de agosto de 1935, a UFB formou brigadas que teriam ligação direta com a comissão dirigente do movimento. As comunistas se destacaram nas tarefas relacionadas à greve, já que foram escaladas como oradoras – Beatriz Bandeira, Mary Mércio (além de Abgail, Sofia e Alzira, essas últimas mulheres da UFB de Barra do Piraí) – e como contatos dos grevistas com outras fábricas da cidade do Rio de Janeiro – Beatriz Bandeira como contato da fábrica Realengo e Eugênia Moreyra Álvaro, da fábrica Aliança. Ainda no dia 14 de agosto de 1935, as mulheres da UFB definiram a necessidade de constituir "comitês pró barateamento de preços", tipo de organização apoiada pelo PCB com o objetivo de envolver a população na luta contra a carestia, e propuseram a criação de uma campanha que intitularam de "Amigas d'A Manhã". Ao que parece, essa campanha tinha o objetivo de angariar suporte e apoio financeiro para o jornal *A Manhã* entre o público feminino, o que era fundamental para a UFB, já que era por intermédio daquele veículo que as militantes publicavam seus textos[490]. Nessas ações a presidente Armanda Álvaro parece não ter sido envolvida, tendo as comunistas assumido com ainda mais vigor o comando da entidade colocada na ilegalidade[491].

Significativamente, em 5 de outubro de 1935, foi a comunista Eugênia Moreyra Álvaro – e não a presidente da entidade – quem representou a UFB no comício convocado pelo Partido Socialista do Brasil e realizado no Teatro João Caetano. O evento pretendia denunciar o avanço fascista na Abissínia, bandeira constantemente abordada nos escritos do PCB[492], e mobilizar a plateia para o combate ao integralismo. Em seu discurso, Eugênia Moreyra abordou a participação da mulher na preparação e na condução da guerra. Segundo a comunista, a ingenuidade das mulheres seria explorada "pelos partidários da guerra" que através da atuação feminina conseguiriam preparar "gerações para as chacinas, mobilizando-as para a morte, sob o pretexto de defender a honra da pátria"[493]. Era preciso, portanto, mobilizar as mulheres do Brasil a "lutar eficientemente contra a guerra, no lar, nas oficinas, nos campos, em toda parte[494].

---

[490] AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 228.

[491] A carta escrita pela educadora e citada em páginas anteriores se refere ao período da ilegalidade. Ver: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, p. 252.

[492] Para mais informações ver: **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, 09/10/1935. Disponível em: https://marxists.architexturez.net/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/51_622.pdf

[493] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 06/10/1935.

[494] *Ibidem*.

Concomitantemente a essas ações citadas, duas outras frentes de trabalho se tornaram essenciais na atuação da UFB durante o período de sua ilegalidade. A primeira foi a tentativa de conseguir um mandado de segurança que viabilizasse a reabertura da organização. A segunda, o envolvimento na campanha pela libertação de Genny Gleiser, uma militante de 17 anos que atuava na Juventude Comunista, judia de origem romena, que havia sido presa em julho de 1935.

No que se refere à primeira frente, enquanto os advogados[495] procuraram avançar no terreno jurídico, Armanda Álvaro, junto às demais integrantes da Comissão organizadora, assumiu a campanha política, que tinha por objetivo conquistar a opinião pública e o apoio de representantes legislativos para a reabertura da UFB. Ainda que as mulheres da sede central ocupassem frequentemente as tribunas da Câmara Municipal e do Congresso Nacional, que líderes da ANL engrossassem suas ações e que alguns políticos tenham assumido a luta pela reabertura da entidade, caso do vereador carioca Frederico Trotta[496], o movimento de pressão não foi vitorioso. A maioria dos políticos se opôs ou se absteve de se posicionar a favor da UFB[497]. Um dos argumentos apontados pelos deputados contrários à atuação da entidade foi o de que ela seria uma ameaça à "sagrada instituição da família"[498]. Embora esse argumento tenha sido combatido pela minoria legislativa que a apoiava, a qual afirmou veementemente que a "União Feminina não quer a dissolução da família"[499], a UFB foi derrotada. Vitorioso foi, mais uma vez, o discurso anticomunista.

De todas as performances dos deputados federais que se opunham à UFB, o caso mais emblemático para as mulheres da entidade foi a da deputada Carlota de Queiroz. Única representante feminina no Congresso Nacional, Carlota de Queiroz deixou o plenário no

---

[495] Primeiramente, a UFB foi representada por Luís Werneck de Castro, advogado comunista que já fazia atendimentos às associadas da União. Quando os juízes do Rio de Janeiro se declararam incompetentes para julgar o mandado de segurança impetrado, o processo foi levado para instâncias superiores, para a esfera Federal, e a UFB passou a ser representada por Heitor Lima, advogado que mais tarde também defendeu Prestes e Olga Benário, presos após o fracasso do movimento comunista de 1935. O mandado de segurança interposto por Heitor Lima não foi acolhido porque os juízes apoiaram a tese de Filinto Müller. Durante a pesquisa, não encontrei nas fontes muitas informações sobre Heitor Lima, mas foi o único advogado a aceitar representar Olga Benário, não sendo possível afirmar, pois, que ele possuía ligações ou mesmo simpatia pelo PCB ou pelo comunismo. Para informações sobre Heitor Lima no caso Olga, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

[496] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 20, 06/07/1935. Foram 66 deputados que aprovaram a abertura de requerimento feito por Octavio da Silveira que solicitava informações do governo relativas às razões para o fechamento da UFB. Para mais informações, ver: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1 e 7, 23/07/1935.

[497] No total, foram 105 deputados federais que se opuseram à reabertura da UFB.

[498] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1 e 7, 23/07/1935.

[499] *Ibidem*.

momento em que ia ser "votado o requerimento de interpelação dos motivos que levaram a Polícia à prática daquele ato de violência"[500]. A deputada preferiu não se posicionar em relação à demanda das mulheres da UFB, mesmo que se apresentasse como defensora das causas femininas e que as militantes da União a pressionassem a partir das galerias do plenário. Indignada com essa postura, Armanda Álvaro escreveu uma carta pública a Carlota de Queiroz[501], sua ex-colega de militância feminina, na qual a acusava de desconhecer as condições de vida das mulheres pobres brasileiras e, por isso, não ter dado a devida importância a uma organização como a UFB.

> Mesmo assim, sabedora de nossa atuação progressista, a senhora não teve coragem de se desprender dos laços partidários, colocando-se ao nosso lado. Preferiu aquela atitude, a pior das atitudes. Medite bem, doutora Carlota; veja a posição que vem tomando as mulheres, em toda parte. Quando compelidas a assumir a liderança no pensamento ou na ação. (...) veja como essas e outras mulheres de talento encaram os problemas da mulher e da criança, enlaçados aos demais problemas contemporâneos. E se preferir, antes de ler, ver a vida de perto, qualquer uma de nós, sócias da União Feminina estará ao seu inteiro dispor para umas excursõeszinhas, em lugares estranhos para a senhora, familiares para nós (como para seus colegas médicos cuja clientela é o povo) e onde a senhora verá pela primeira vez, face a face, viva, em carne e osso – a questão social[502].

O descaso da deputada Carlota de Queiroz perante a demanda da UFB reafirmava para as comunistas a representação que povoava o imaginário dos militantes sobre as mulheres das classes abastadas: eram figuras que não apenas não se importavam com as tragédias vivenciadas pelas trabalhadoras brasileiras, como contribuíam para aumentar sua opressão. Não foi sem motivo que as comunistas, mesmo prescindindo da liderança de Armanda Álvaro, como já citado, se organizaram para se fazerem presentes nas sessões legislativas e demonstrar que ao comportamento burguês da deputada elas opunham uma postura revolucionária, combativa e, acreditavam, verdadeiramente empenhada no enfrentamento da questão feminina.

---

[500] Carta de Armanda Álvaro endereçada a Carlota de Queiroz, datada de 25 de julho de 1935. Publicada em: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 26/07/1935. A edição 76 do mesmo jornal também trouxe uma reportagem sobre o dia da votação do requerimento: *Idem*, p. 1 e 7, 23/07/1935.

[501] Na edição 95 do jornal *A Manhã*, uma reportagem sobre um pronunciamento de Carlota de Queiroz evidencia que a deputada possuía uma postura antifascista e acreditava que a constituição brasileira de 1934 havia garantido às mulheres a igualdade política em relação aos homens e de que sua presença na Câmara como representante legislativa seria prova disso. Mas, apontou que no mercado de trabalho ainda havia diferenças. A postura de não apoiar a UFB parece ter decorrido de seu posicionamento anticomunista. Ver: **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 1 e 7, 09/08/1935.

[502] Carta de Armanda Álvaro endereçada a Carlota de Queiroz, datada de 25 de julho de 1935. Publicada em: **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 26/07/1935.

Nem as ações dos advogados nem a campanha política da UFB obtiveram resultado. A entidade foi mantida na ilegalidade e, para tanto, o procurador geral da República e os juízes do Supremo Tribunal referendaram a tese de Filinto Müller, ou seja, afirmaram que a União era uma organização ligada à ANL e ao PCB[503] que manipulava mulheres ingênuas se passando por uma associação feminina apartidária.

Além de atuar judicial e institucionalmente, Filinto Müller se empenhou, inclusive, em uma campanha de difamação pública da UFB. Para isso, escreveu artigos para jornais, dos quais se destaca o texto publicado em *A Nação,* no qual "desmascarava" as mulheres da UFB perante a sociedade, ao mesmo tempo que lhes aconselhava em relação à melhores estratégias para atingir o suposto objetivo de "dominar os homens":

> Quem eram as ilustres matronas ou gentis senhoritas que compunham a malgrada União? Não sabemos. Mas, é lícito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos, noivos, dessas paladinas do credo rubro de Moscou. Porque a mulher, seja ela mãe, esposa ou apenas noiva, se quiser preencher ampla e conscientemente a sua missão social, não tem nem jeito para ler Karl Marx, que é xaporoso como todas os demagogos, nem para se exercitar no lançamento de granadas de mão, ou no simples manejo do porrete ou da "pernambucana". Todas essas representantes do sexo fraco, da "esquerda", estão certamente iludidas com o feminismo que lhes inculcavam. Pensam que tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim, conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta, impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões. Fatal engano o dessas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina. Frágil, gentil, com um palminho de rosto, falando fino, olhando manso, sim![504]

Diante de tanto ódio, desprezo e empenho das forças de repressão para manter a UFB fechada, as militantes passaram a assumir um discurso publicamente mais aguerrido, declaradamente antigetulista, destacando o governo brasileiro como próximo aos regimes fascistas e, portanto, como inimigo das mulheres. O tratamento dado pelas forças de repressão a Genny Gleiser, jovem comunista presa em julho de 1935, apenas contribuiu para consolidar a postura belicosa assumida pela UFB.

No dia 15 de julho de 1935, Genny Gleiser participava junto à Juventude Comunista de um congresso realizado em São Paulo no Sindicato dos Empregados do Comércio. Nesse evento foi presa com outros militantes, mas, por estar portando uma arma e por ser romena, foi mantida

---

[503] Para o discurso do procurador geral da República defendendo o fechamento da UFB, ver: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 24/09/1935; **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 23/09/1935.

[504] **A Nação**, Rio de Janeiro, p. 1, 03/08/1935.

encarcerada enquanto os demais jovens foram liberados. Posteriormente, a polícia encontrou em sua casa livros marxistas, panfletos de propaganda política e cartas trocadas entre ela e outros membros do PCB[505], o que foi utilizado como prova de sua periculosidade e empregado para referendar a imagem de liderança comunista que a polícia passou a construir. Ancoradas em um discurso de gênero misógino e anticomunista, as forças de repressão divulgavam que Genny Gleiser utilizava sua beleza para atrair novos integrantes para as causas revolucionárias e que seria uma enviada dos comunistas europeus para disseminar, no Brasil, "ideias subversivas e promover o treinamento de novos adeptos"[506]. Depois de presa, Genny Gleiser passou a ser trocada de presídio com frequência, para impedir o acionamento da Justiça pelos seus familiares e companheiros de militância, o que, também, permitia à polícia negar seu encarceramento. Incomunicável por vários dias, a jovem sofreu torturas físicas, psicológicas e sexuais, e apenas depois da repercussão gerada pela campanha em prol de sua libertação, dirigida pelo PCB, foi localizada, sendo o Estado obrigado a reconhecer que a mantinha presa.

Além da redação de textos de protesto para a imprensa, as mulheres da UFB tentaram pressionar o embaixador da Romênia no Brasil. Em setembro de 1935 as militantes se uniram a outras mulheres de destaque público e pediram ao embaixador que intercedesse por Genny Gleiser e impedisse sua deportação. Entre essas mulheres encontravam-se

> Armanda Álvaro Alberto, Eugênia Álvaro Moreyra, Maria Werneck de Castro, Mary Mércio Martins (...) Nise da Silveira, as professoras aliancistas Luiza Barreto Leite e Lygia de Freitas, Gilda Machado Guimarães, Vera Paiva, Victoria Gillabert, Sara Novak, Joana Motta Lima, Lygia Lemme, Diana Gilaberte, Priscilla Morra Lima e Aurea Leme[507].

Para as mulheres da UFB, lutar pela libertação de Genny Gleiser era não apenas uma questão humanitária ou uma decorrência da solidariedade feminina, mas um enfrentamento ao imperialismo e autoritarismo do Estado brasileiro:

> Ao ministro da Justiça (...)
> O núcleo da União Feminina de Barra do Piraí, organização que enfeixa em seu seio mulheres de todas as categorias, religiões, etc, para a luta pelas suas reivindicações,

---

[505] ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 23, n 1, jan-jun 2010. p. 3.

[506] *Ibidem*.

[507] ANTÃO, Ana Carolina da Cunha Borges. **Gênero, imigração e política**: o caso da judia comunista Genny Gleiser no Governo Vargas (1932-1935). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

> sempre negadas pelos que, no Brasil, vivem a encher a boca de "Deus, Pátria e Família" – não pode absolutamente ficar em silêncio quando as polícias de São Paulo e da Capital Federal, orientadas por v. ex., prendem e martirizam nos seus subterrâneos a jovem Geny Gleizer (...) Nós, mães, irmãs, noivas e esposas, protestamos junto a v.excia. como principal responsável pela prisão e pelos sofrimentos por que está passando (...) uma jovem de 17 anos, e concitamos o povo do Brasil, especialmente as mulheres e a juventude brasileiras, a unirmo-nos para arrancar das mãos dos subalternos de v.excia. aquela criança, vítima da reação deste formidável governo antipopular e patrioteiro de Getúlio Vargas.[508]

O autoritarismo varguista, na interpretação das mulheres da UFB, não respeitava as crianças, os jovens e, sobretudo, as mulheres. Ao se referirem a Genny Gleiser, as militantes a descreviam como uma criança indefesa e convocavam as mães brasileiras a pressionarem as lideranças públicas para garantir a libertação da jovem e impedir sua deportação. Durante essas mobilizações, a UFB valeu-se da estratégia utilizada pelo CMT de apelar à condição materna para sensibilizar as mulheres e garantir sua participação política. Entretanto, não se referia às mães tradicionais, entendidas como apegadas ao ambiente doméstico e focadas exclusivamente no cuidado dos filhos e do marido. Direcionava-se àquelas que se consideravam mães antifascistas, mulheres pacifistas, sensíveis, defensoras da vida e capazes de compreender as mazelas impostas pelos governos totalitários, sobretudo em relação às condições de vida das mulheres e das crianças.

Mais uma vez, entretanto, a UFB foi derrotada. Toda a mobilização organizada ao lado de outros setores da sociedade civil não foi capaz de impedir a deportação de Genny Gleiser. Em 12 de outubro a jovem foi colocada em um navio cujo destino era a Romênia, país que abrigava um governo alinhado com os ideais fascistas e antissemitas. Com apoio de parte da tripulação do navio e de portuários franceses, um grupo de comunistas retirou a jovem do navio e ela pôde escapar, assumindo uma vida na clandestinidade[509].

A mobilização pela libertação de Genny Gleiser foi a última campanha à qual a UFB se juntou. A trajetória da entidade, ainda que na ilegalidade, foi impactada pela onda de repressão contra os comunistas desencadeada pelo governo após a eclosão da Insurreição Comunista de novembro de 1935. A insurreição foi um evento marcado pelas tomadas de quartéis por militantes comunistas e aliancistas em três estados brasileiros – Rio Grande do Norte,

---

[508] **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 14/09/1935.

[509] Genny Gleiser morreu nos Estados Unidos, em 1954. Sua irmã mais nova, Berta Gleiser, permaneceu no Brasil, vivendo em condições de semiclandestinidade por alguns anos, enquanto seu pai viajou para a Europa com o objetivo de encontrar a filha deportada. O pai de Genny, no entanto, não conseguiu localizá-la. Foi preso e morto em um campo de concentração. Berta Gleiser se casou com o antropólogo Darcy Ribeiro e se tornou também uma antropóloga, etnóloga e museóloga de destaque.

Pernambuco e Rio de Janeiro – e foi uma decorrência do projeto revolucionário defendido pela cúpula do PCB. Enquanto as bases partidárias estavam envolvidas nas mobilizações de massa e nas campanhas antifascistas, a direção do PCB estava empenhada na eclosão da revolução brasileira e para isso contava com o apoio da IC. Não apenas Prestes deixou seu exílio na URSS e retornou ao Brasil, como militantes comunistas estrangeiros considerados experientes foram deslocados para assessorar o PCB em sua empreitada. Entre esses militantes, mulheres foram mobilizadas: Olga Sinek[510], conhecida como Olga Benário, alemã treinada pelos serviços especiais do Exército soviético, o IV Departamento, como responsável por garantir a segurança de Prestes durante seis meses, o que incluiria sua longa viagem de retorno clandestino ao Brasil e o início do trabalho revolucionário no país. A permanência de Olga, entretanto, estendeu-se e nesse processo ela e Prestes passaram a viver como um casal, o que resultou em uma gravidez que marcou a história de todo o PCB. Além dela, vieram para o Brasil Carmen Alfaya Guioldi, esposa do líder do SSA, o argentino Rodolfo Guioldi; Elisa Saborovski Ewert, a Sabo, esposa do alemão Arthur Ernst Ewert, codinome Harry Berger; Sofia Semionova Stuchevskaia, esposa de Pavel Vladimirovich Stuchevskaia, o responsável pelas finanças (codinome de Léon-Jules e Alphonsine Vallé); e Érika Gruber, a Lena, a única sem atuação comunista, mas que acompanhou o marido, o perito em explosivos Franz Paul Gruber, que foi deslocado pela IC. Aqui, Lena se tornou a motorista de Prestes e dos demais militantes enviados pela IC.

As insurreições de Natal, Recife e do Rio de Janeiro não foram rigorosa e disciplinarmente orquestradas pela direção, mas definiram, de uma forma ou de outra, os destinos dos militantes de todas as frentes de atuação do PCB no período. Isso porque os comunistas acabaram envolvidos no movimento desencadeado nos quartéis em novembro, seja porque de fato pegaram em armas seja porque a onda de repressão que se abateu sobre o partido em seguida não fez distinção entre os que articularam e agiram pela tomada do poder e os que se mantiveram no trabalho político de massas.

Existem registros de mulheres comunistas envolvidas na invasão ao quartel e na estruturação do governo popular que se formou em Natal. Eram elas: Luiza Gomes dos Santos, Amélia Reginaldo, sobrinha do dirigente comunista Lauro Reginaldo, o Bangu; Leonila Félix, Chica Pinote e Chica da Gaveta. Essas mulheres eram integrantes da União Feminina de Natal[511], seção local da

[510] Segundo Reis, este era o nome pelo qual Olga Benário era conhecida na URSS. Para mais informações, ver: REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 169.

[511] Para mais informações sobre essas mulheres, ver: FREIRE, Aloízia Medeiros. O papel da mulher na Insurreição Comunista. Disponível em:

UFB. Não obstante, para além dessa experiência, as UFBs de outras localidades parecem ter se mantido distantes da Insurreição, o que, ainda assim, não as protegeu da violência estatal.

Após o levante de novembro de 1935, a repressão aos comunistas ganhou novo fôlego. Desde o mês de julho, após o fechamento da ANL, da UFB e da onda de prisões de indivíduos considerados subversivos, como Genny Gleiser, as mobilizações de setores anticomunistas diminuíram e a atuação das forças policiais passou a ocorrer de forma mais discreta. No entanto, com a ocorrência das tomadas dos quartéis em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, o temor de segmentos conservadores quanto à possibilidade da chegada dos comunistas ao poder reacendeu sua militância, o que contribuiu para mobilizar o Estado a retomar as ações repressivas. O governo Vargas não queria "ser ultrapassado pelos acontecimentos e ficar na delicada situação de acusado de fraqueza"[512].

Nesse contexto, as mulheres da UFB do Rio de Janeiro, já identificadas pelo Estado e pelas forças conservadoras como comunistas, passaram a ser acusadas de participação no levante de novembro. Em razão disso, a partir de dezembro as principais lideranças da UFB começaram a ser presas[513] enquadradas na Lei de Segurança Nacional conhecida como Lei Monstro, que entrou em vigor em abril de 1935. Maria Werneck, Catarina Landsberg, Nise da Silveira, Eneida de Moraes, Eugênia Álvaro Moreyra, Beatriz Bandeira foram colocadas na sala 4 do presídio Frei Caneca ao lado de outras mulheres consideradas subversivas, como Maria Joana, Leonila, Elza Fernandes, a jovem companheira do dirigente comunista Miranda, Carmen Alfaya Guioldi, Elisa Ewert e Julia Santos, empregada doméstica de Prestes. Como elas, nesse período outras mulheres seriam presas Brasil afora. Encerrava-se, assim, a trajetória da UFB, mas não a militância desse grupo de comunistas que, como última ação conjunta, procuraram evitar a deportação de Olga Benário e Elisa Ewert, a Sabo, ambas também encarceradas na Sala 4.

O episódio mais emblemático da passagem das mulheres pela Sala 4 foi, justamente, a tentativa de impedir a retirada de Olga Benário, então grávida, da prisão. Com o argumento de

---

http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/06_aluizia_freire_papel_mulher_insurreicao.htm. COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

[512] Rodrigo Patto destaca como os segmentos anticomunistas eram compostos pela grande imprensa, por membros das elites brasileiras, mas, também, por representantes das camadas baixas, como operários, donas de casa. O autor afirma que parcela significativa da população passou a pressionar o governo de Vargas para que a punição dos rebeldes fosse exemplar. Muitas cartas foram enviadas aos jornais, a Filinto Müller, tanto dando sugestões de como agir quanto oferecendo apoio ao combate contra os comunistas. Cf. MOTTA, **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**, *op. cit*., p. 202.

[513] Maria Werneck foi presa em 19 de dezembro de 1935 e já colocada em situação de incomunicabilidade. Catarina Landsberg foi presa em 21 de dezembro de 1935.

que ela precisava de cuidados médicos específicos, policiais afirmaram que a levariam para o hospital. Desconfiando das intenções dos policiais e por já conhecerem a realidade das deportações de estrangeiras, as mulheres da Sala 4, lideradas por Maria Werneck, com o apoio dos demais presos políticos do presídio Frei Caneca, se opuseram à saída de Olga. Diante das insistências dos policiais, Maria Werneck e o médico Campos da Paz Filho se dispuseram a acompanhar a comunista para garantir que seria, de fato, levada ao hospital. O desfecho da história, todavia, não foi outro senão a deportação de Olga Benário e Elisa Ewert, a Sabo.

> Ao chegar à Sala 4, soube que Sabo também tinha sido levada. Compreendemos toda a maldade e traição. Era o fim dessas duas valentes mulheres... Iam deportá-las. E para onde? Para a Alemanha de Hitler. A Alemanha nazista.
> A Sala 4 toda chorou. O tom de voz baixou. Quase um sussurro até que reinou uma quietude que nem deixava que levantássemos a cabeça do travesseiro[514].

Diferentemente do destino de tantas outras mulheres que foram forçadas a deixar o Brasil e retornar a seus países natais em função da militância política, a trajetória de Olga Benário e da bebê que nasceu em uma prisão da Alemanha não se perdeu. Foi acompanhada de perto por todos os militantes comunistas brasileiros. Isso porque, após o nascimento de Anita Prestes, a mãe e uma das irmãs de Luís Carlos Prestes iniciaram uma campanha internacional com o objetivo de libertar Olga e a filha do cárcere nazista. A mobilização pela vida de Olga havia começado no Brasil, tendo os comunistas procurado destacar sua condição de grávida e seu direito a permanecer no país em função da união com o líder comunista. Todo o esforço dos pecebistas para impedir a deportação de Olga Benário se baseava em denúncias contra o autoritarismo e a violência do Estado nazista e no argumento de que seria dever do governo defender a mãe de um filho brasileiro. Fracassada essa primeira mobilização em solo nacional, dona Leocadia e Lígia, irmã de Prestes, procuraram divulgar a situação de Olga como a de uma judia encarcerada por nazistas e assombrada pelo temor de perder a filha, ameaçada de ser entregue aos orfanatos alemães. Com o apoio de militantes experientes, como Octávio Brandão, então residente em Moscou, elas procuraram o apoio do governo soviético e de comunistas de todo o mundo. Franceses, espanhóis, a "imprensa comunista um pouco por toda parte, em particular na América Latina"[515], intelectuais sem filiação partidária e personalidades adeptas de diversas ideologias da Inglaterra e da Bélgica, juntaram-se aos esforços para libertar Anita e

---

[514] WERNECK, **Sala 4**, *op. cit*., p. 65.

[515] REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*., p. 204.

Olga Benário da prisão. Na França e na Espanha foram realizados grandes comícios que procuravam suscitar a questão humanitária por trás do nascimento de um bebê em uma prisão de um governo autoritário e o sofrimento de sua mãe, estando ambas separadas do pai, outro preso político de um regime violento. Telegramas e abaixo-assinados foram insistentemente enviados para os governos brasileiro e alemão, mas apenas a libertação de Anita foi alcançada, em 21 de janeiro de 1938.

Sem o apoio do governo soviético[516], entretanto, e diante da escalada de agressividade geopolítica que precedeu a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a mobilização de tantos esforços por parte da mãe e da irmã de Prestes não viabilizou a soltura de Olga. Leocádia e Lígia foram obrigadas a se mudarem da França para o México e Olga acabou sendo levada para Bernburg, o campo de extermínio onde seria assassinada em uma câmara de gás ao lado de tantas outras mulheres.

A tragédia experienciada por Olga e a família Prestes se tornou uma narrativa exemplar no imaginário comunista brasileiro[517]. Para os integrantes do PCB, constituiu-se no exemplo nacional do que consideravam a insensibilidade e a violência dos governos fascistas perante a vida da mulher e das crianças. Também referendava, para os comunistas, a certeza de que o discurso burguês sobre a família era uma farsa, pois não corresponderia a uma real preocupação, proteção e valorização das mães e seus filhos. Seria apenas uma forma de envolver as mulheres e mantê-las sob controle doméstico e político. Entre 1935 e 1938, os comunistas compreenderam que era preciso, mais do que nunca, apresentar-se como os verdadeiros defensores do bem-estar das famílias, como aqueles que reconheciam a grandiosidade da

---

[516] Daniel Aarão Reis explica que em função do pacto germano-soviético o governo da URSS não despendeu esforços para libertar Olga Benário. O governo comunista não aceitou elaborar um documento que confirmasse o casamento entre a militante e Prestes, exigência do governo alemão para libertar Anita Prestes. Foi uma declaração de reconhecimento de paternidade assinada por Prestes e atestada por um tabelião, que se deslocou até a cadeia em que se encontrava preso o líder brasileiro, que viabilizou a entrega de Anita à avó. Em outros momentos, houve pouca colaboração dos comitês de apoio da campanha de libertação, sobretudo entre militantes não comunistas: "Sem contar os constrangimentos, alimentados por intrigas, como as veiculadas por pessoas importantes do próprio Estado-Maior da campanha, entre elas Sra Willard, francesa, uma de suas destacadas dirigentes que se comprazia, privadamente e em público, em dizer que o histórico de Olga era o de uma 'mulher com muitos homens' e que não havia prova de que Anita fosse realmente filha de Prestes. Um escândalo suscitando a consternação e a indignação de Leocádia e de Ligia (...)". Cf. REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit.*, p. 205. Para mais informações sobre a campanha para libertação de Olga Benário e Anita Prestes, ver: MORAIS, **Olga**, **a vida de Olga Benário Prestes**, *op. cit*. Entretanto, é importante destacar que a explicação de Reis não permite compreender o motivo de a URSS não ter contribuído com a libertação de Olga Benário mesmo antes da assinatura do pacto entre soviéticos e alemães.

[517] Em sua dissertação, Tavares analisa a construção da narrativa exemplar sobre Leocádia Prestes, Elisa Branco e Olga Benário junto ao imaginário comunista. Para mais informações, ver: TAVARES, **Mulheres comunistas**, *op. cit*.

contribuição feminina para a sociedade e como os protetores da infância. À moralidade burguesa, deveriam contrapor as formas de pensar e sentir comunistas, o que incluiria o que consideravam o verdadeiro respeito às mulheres. A partir de então, as militantes do PCB assumiram o maternalismo como uma estratégia de comunicação destinada a permitir a ampliação da adesão de mulheres ao partido e a rebater o discurso anticomunista. Retomando o exemplo de ação, em primeiro lugar, de Leocádia Prestes e em segundo lugar de Olga Benário, as comunistas atuantes nos anos 1940 e 1950, que apresentarei no próximo capítulo, procuraram conduzir uma campanha anticapitalista, pacifista, antifascista e pela participação política e igualdade de condições de vida para as mulheres.

As narrativas sobre a tragédia de Olga Benário e sobre toda a luta liderada por dona Leocádia Prestes não foram exemplos isolados. A luta antifascista internacional apresentou às comunistas brasileiras tantos outros exemplos de vida trágicos e fortes, como o de Dolores Ibárruri, mulher que atuou nas frentes antifascistas espanholas, e Eugénie Cotton, mãe francesa que perdeu um filho em função da Segunda Guerra e se tornou a presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Todas essas trajetórias referendavam a certeza das comunistas de que as mulheres eram as maiores vítimas do fascismo e que o combate a esse tipo de governo e sua ideologia eram fundamentais para a preservação da vida, da dignidade e da emancipação femininas. A imagem da mãe antifascista, revolucionária, que luta por um mundo mais igualitário e mais justo para seus filhos e para toda a humanidade, foi se consolidando na cultura política comunista como um símbolo da abnegação e da dedicação desmedida das mulheres que se educavam politicamente. À mulher vítima do fascismo e do patriarcado e à burguesa insensível, as comunistas passaram a contrapor, então, a imagem de uma mulher revolucionária de novo tipo: a mãe.

No próximo capítulo, apresento como o trabalho político feminino do PCB começou a se reconstruir após a onda de repressão de 1935. Por meio de Uniões Femininas que se espalharam pelos bairros das cidades de todo o país, as mulheres comunistas procuraram transformar as trabalhadoras e as donas de casa brasileiras em cidadãs, envolvendo-as no que consideravam os principais debates da política nacional.

# CAPÍTULO 5 | UNIÕES FEMININAS E O ATIVISMO PARLAMENTAR DAS MULHERES COMUNISTAS: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E À POLÍTICA (1945-1948)

> "Não estamos no tempo da Amélia. Ela foi superada, não podemos nos resignar porque a vida é uma só e precisamos vivê-la com decência econômica, o que nos há de permitir uma maior decência moral."
>
> *Oliveira, Déa Novais. A Mulher precisa fazer política.* ***O Momento Feminino****, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 108, p. 18, 1954.*

A trajetória da UFB foi interrompida abruptamente e suas principais lideranças sofreram as consequências de terem aceitado o desafio de lutar pelos direitos das mulheres e de pretender inseri-las na luta antifascista e nos debates políticos candentes em 1935. Embora derrotada, a organização não foi insignificante, sobretudo porque seu método de trabalho continuou a balizar a mobilização de mulheres por parte dos comunistas do PCB, ainda que este não tenha sido um processo partidário completamente intencional. Como explicitarei adiante, as diversas Uniões Femininas (UFs) que surgiram nos vários estados do país a partir de 1945 mantiveram a estratégia de integrar comunistas e não comunistas a fim de atrair o maior número possível de mulheres para a atuação política, além de progressivamente assumirem uma pauta antifascista e antifeminista. Dessa vez, entretanto, por meio dessas organizações, o PCB procurou envolver as mulheres na luta contra a carestia e garantir sua participação na consolidação da democracia no Brasil. No limite, através das Uniões Femininas, as militantes comunistas, as responsáveis pela condução do trabalho político desenvolvido junto às mulheres, procuraram transformar o PCB em uma entidade afinada com os interesses das mulheres pobres e trabalhadoras.

Concomitantemente à fundação das Uniões Femininas, o PCB passou a investir nas candidaturas de mulheres, militantes comunistas que se comprometiam a defender a pauta mínima destacada pelo partido nos cargos legislativos e a fortalecerem o movimento de mulheres. Essas duas vertentes do trabalho político feminino que acompanharam a reorganização do partido – o movimento de massas feminino e a garantia de mulheres na política formal – prepararam as militantes para o desafio de organizarem entidades de caráter nacional e de se envolverem no movimento comunista feminino internacional.

## 5.1 CONTEXTO PARTIDÁRIO

A onda de repressão que se abateu sobre o PCB (1935-1942) após a Insurreição de 1935 quase extinguiu o partido. Os principais dirigentes foram presos e as diversas células estaduais e municipais em todo o país foram desmanteladas. Os militantes que não foram encarcerados precisaram tomar medidas para se proteger, o que significou passar por mudanças de endereço frequentes e aderir à clandestinidade. A nova situação afetou os contatos políticos dos comunistas, desarticulou grande parte das organizações de base e dificultou a atuação cotidiana dos quadros. A repressão encurralou o PCB, e os militantes que procuravam se manter ativos estavam acuados. Nesse contexto de perseguições, massacres e desconfianças, não apenas os comunistas se tornaram vítimas de torturas, assassinatos e violências diversas por parte do Estado, como também os próprios membros do partido se arvoraram à condição de algozes.

Uma das vítimas desse PCB que se sentia acossado foi Elvira Cupelo Colônio, conhecida como Elza Fernandes, a Garota, companheira do secretário geral Miranda. Sua trajetória junto ao PCB é entremeada de não ditos e de discursos desmoralizantes, tudo em função de desconfiança quanto a sua fidelidade ao partido e a seus valores, ainda que frequentasse as reuniões promovidas pela cúpula. A jovem foi presa em 1936 com Miranda, mas, diferentemente do companheiro e das demais mulheres comunistas presas na sala 4 do Presídio Frei Caneca, rapidamente foi libertada pela polícia, mantendo, ainda, o direito a realizar visitas ao então principal dirigente do partido. Segundo Reis e Moraes[518], a boa vontade policial para com a companheira de Miranda, tão diversa do tratamento dado às demais comunistas, indicaria a estratégia das forças de repressão de transformá-la em isca para se chegar aos quadros que se mantinham em liberdade. Em vários momentos, Elza foi presa e liberada em seguida, situação que despertou a desconfiança dos militantes comunistas, que passaram a associar a prisão de membros do partido às idas e vindas da Garota.

No contexto da repressão, a desconfiança dos dirigentes do PCB em relação a Elza Fernandes foi potencializada. De fato, a Garota inspirava a suspeita dos membros do partido antes mesmo da eclosão da Insurreição de 1935. Olga Benário, inclusive, considerava digna de atenção sua vaidade e seu comportamento alheio aos debates promovidos nas reuniões da

[518] REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. MORAIS, **Olga, a vida de Olga Benário Prestes**, *op. cit*.

direção partidária[519], posturas condenáveis para um comunista, em especial para uma militante. A mulher revolucionária, segundo a cultura política comunista, era aquela que não se deixava levar por "futilidades", nem se submetia aos "desígnios burgueses sobre o feminino". A comunista, acreditavam os membros do partido, não era uma "boneca de luxo", nem um indivíduo alienado. Por isso, para os pecebistas, a aparente ingenuidade e falta de compromisso político da Garota provariam seu distanciamento identitário do partido e, no limite, sua propensão em se transformar em agente das forças antirrevolucionárias. Se após tantos meses próxima ao comando do partido Elza não havia se tornado uma revolucionária abnegada, para os militantes, ela só poderia ser encarada como uma traidora, como uma infiltrada, um instrumento da contrarrevolução, das forças anticomunistas. Mais do que comprovar se a militante foi, de fato, uma "traidora" ou não, é significativo que as representações sobre a mulher que conformavam a cultura política comunista – e que venho apresentando ao longo dos capítulos – tenham contribuído para justificar a sentença que o partido aplicaria a Garota. Os dirigentes do PCB, inclusive Prestes, decidiram pelo "justiçamento" de Elza, pena que o partido previa para aqueles que fossem descobertos como agentes duplos, como colaboradores da polícia.

No dia 2 de março de 1936, Elza Fernandes foi estrangulada e enterrada por Honório de Freitas Guimaraes, Adelino Deícola dos Santos, Manoel Severino Cavalcanti e Bangu, esse último alçado, mais uma vez, ao cargo de secretário geral do PCB. Sua condenação foi mantida em segredo, não sendo comunicada sequer a Miranda. A atitude do partido perante a Garota evidencia que, se nos anos 1930 as representações femininas comunistas contribuíram, por um lado, para incentivar o partido a colaborar com uma organização como a UFB, cujo objetivo era despertar o potencial político das mulheres, lutar pela sua emancipação social e defender seus interesses, por outro lado, referendaram uma postura agressiva e a promoção de injustiças contra tantas outras, as consideradas contrarrevolucionárias e traidoras.

Apesar das tentativas de manterem o crime em segredo e de não reconhecerem a autoria do assassinato de Elza Fernandes, os dirigentes comunistas, inclusive Prestes, foram condenados judicialmente anos mais tarde. As forças de repressão já na ditadura de Vargas promoveram as investigações e utilizaram o episódio para reforçar a onda anticomunista que

[519] MORAIS, **Olga, a vida de Olga Benário Prestes**, *op. cit*., p. 164. Segundo Maria Werneck, a Garota lhe causou muito espanto quando revelou, sem constrangimentos, que utilizou recursos do partido para comprar toalhas para sua casa. WERNECK, **Sala 4**, *op. cit*., p. 22.

assolava o país. O partido era descrito pela imprensa como uma entidade insensível, covarde e violenta, que seguia sendo uma ameaça ao país.

Inclusive, foi justamente com a divulgação da imagem do partido como uma entidade agressiva e fortemente organizada, além de internacionalmente articulada, que Vargas e seus apoiadores conseguiram legitimar o golpe que instituiu a ditadura do Estado Novo (1937-1945). O Plano Cohen, documento forjado pelo general Olímpio Mourão Filho, anunciava um novo projeto pecebista para a tomada do poder e, apesar de falso, ao ser anunciado na imprensa, ganhou veracidade em função da imagem que se consolidou socialmente sobre o partido após a experiência da Insurreição de 1935. A suposta nova tentativa de ascensão política comunista por mecanismos violentos parecia verossímil e isso bastou para que se promovesse a ruptura democrática no Brasil. Por isso, o Estado manteve o discurso da necessidade de se reforçar a vigilância contra a ameaça vermelha, embora, na prática, o partido já estivesse reduzido a algumas "centenas de militantes e simpatizantes, desorientados, dispersos, dispersados"[520].

Acuados e reprimidos por um governo de exceção, os comunistas tiveram ainda mais dificuldades para se reorganizar. O processo de restituição de laços entre os militantes ainda em liberdade, de promoção de reencontros e de consolidação do corpo partidário foi lento e exigiu audácia e perspicácia. Em 1941, grupos de comunistas da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo se mobilizaram para a criação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)[521], entidade que, apesar de pretender abranger todo o país, iniciou suas atividades articulando poucos militantes e precisando lidar com a manutenção de Prestes no cárcere. Tratava-se de uma tentativa de reorganização de um comando partidário que teria o objetivo de incentivar e orientar a refundação das células comunistas no país.

Num primeiro momento, o otimismo dos militantes em relação à retomada do trabalho político no Brasil se ancorava mais nas notícias internacionais do que no contexto interno. De fato, às dificuldades de atuação no Brasil, num primeiro momento, os comunistas contrapunham

---

[520] REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Unicamp. 2007. v. 5, p. 74.

[521] Segundo Carone, as resoluções da Conferência da Mantiqueira representaram a vitória das diretrizes dos grupos do Rio de Janeiro e da Bahia, os quais eram partidários da União Nacional incluindo o governo Vargas. Este grupo se reuniu em torno da CNOP, organização que se manteve muito atrelada à figura de Prestes. Para mais informações sobre a organização da CNOP ver: CARONE, Edgar. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982. VINHAS, **O Partidão**, *op. cit.*, p 74-77.

as vitórias internacionais do comunismo na URSS e sua capacidade de resistir às investidas nazistas, ainda que no Brasil a ditadura varguista se mantivesse em curso.

A partir de 1942, entretanto, a análise dos pecebistas sobre o cenário nacional se tornou mais positiva, já que foi nesse ano que Vargas declarou guerra contra as potências fascistas, inserindo o país no conflito mundial ao lado dos Estados Unidos, Inglaterra e da URSS. Inclusive, um ano depois a "Pátria dos Trabalhadores" iniciaria seu ciclo de vitórias sobre as tropas nazistas. A decisão do governo Vargas impactou o trabalho de reorganização do PCB, que, mesmo submetido à clandestinidade, se sentiu capaz de realizar uma conferência nacional. O número de militantes seguia restrito, a maioria das lideranças, inclusive Prestes, continuava presa, mas, por volta de agosto de 1943, em algum lugar do Vale do Paraíba, realizou-se a Conferência da Mantiqueira, momento em que as disputas de projetos entre os pecebistas culminaram em uma orientação política única.

Existiam duas posturas políticas hegemônicas entre os militantes que procuravam reorganizar o PCB: um grupo entendia que era preciso manter os militantes concentrados em ações relacionadas à construção de uma frente de unidade nacional antifascista que reunisse todas as forças políticas dispostas a combater o nazismo e suas ideologias correlatas. Outro grupo, apesar de defender a proposta de união nacional, considerava inviável a aliança com certos segmentos, entre eles, com Vargas, mesmo que o governante tivesse levado o Brasil a se juntar aos países que enfrentavam o Eixo. Para esse segundo grupo, o ditador era um ardoroso anticomunista que promovera o declínio do partido e causara sofrimentos a tantos militantes, como Prestes e Olga Benário, além de contar em seu governo com conhecidos simpatizantes do nazifascismo.

Após intensos debates, a postura vencedora na conferência foi aquela que defendia a adoção de uma política de união nacional incluindo o governo brasileiro. Para os pecebistas que conseguiram impor sua orientação, apesar de Vargas ter massacrado o PCB, torturado e assassinado tantos comunistas, seu apoio ao combate aos exércitos de Hitler e Mussolini, se não o redimia, ao menos o transformava em um aliado estratégico para o enfrentamento de inimigos maiores. Essa era, inclusive, uma orientação repassada pela URSS aos PCs de todo o mundo: era preciso promover a aliança dos partidos comunistas com todas as forças antifascistas de cada país. O PCB, então, no começo da década de 1940 reafirmou o nazifascismo como a maior ameaça à paz e à felicidade de todos os povos, percepção que, como descortinado no capítulo anterior, já mobilizava o partido desde a década de 1930. A novidade dessa orientação era uma maior flexibilidade na condução das alianças do partido – poderiam ser incluídos liberais,

feministas, democratas, empresários e outros membros das elites, mesmo que se declarassem anticomunistas – e a adoção de um discurso pecebista menos combativo porque contrário à ebulição social e aos conflitos, a exemplo das greves. Ainda na Conferência da Mantiqueira, foi eleito um novo Comitê Central e uma Comissão Executiva, bem como Prestes, mesmo preso, foi alçado ao cargo de secretário geral do partido.

À medida que a Alemanha e a Itália foram sendo derrotadas na guerra, o prestígio da URSS foi aumentando. Ganhava adesão a narrativa de que a União das repúblicas socialistas compunha uma "potência democrática", uma pátria "amiga das Liberdades", uma força imponente o suficiente para derrotar a "Besta nazista"[522]. A vitória soviética na batalha de Stalingrado, a libertação dos judeus dos campos de concentração criados em território polonês foram passagens que se tornavam símbolos da luta contra o fascismo e ficaram conhecidas ao redor do mundo. No Brasil, a trajetória da guerra permitiu a grande parte da população a reinterpretação dos episódios da deportação e posterior assassinato de Olga Benário, da prisão de Prestes, do nascimento de Anita no cárcere nazista e até do assassinato de Elza Fernandes. À luz do destaque que a URSS obteve na luta contra os países do Eixo, esses episódios pareciam confirmar a narrativa pecebista que anunciava os comunistas como antifascistas abnegados, combatentes severos, destemidos, mas justos, além de patriotas que se sacrificavam e que sofriam graves consequências pela determinação em combater o fascismo. A postura de Prestes e dos demais integrantes do PCB de se apresentarem como apoiadores do governo brasileiro na luta contra o nazifascismo, não obstante esse mesmo governo os tivesse reiteradamente condenado, massacrado, difamado, referendava uma imagem de honestidade e dedicação dos militantes, indivíduos que pareciam estar dispostos a sacrificar seus interesses e sentimentos pessoais em nome do bem nacional.

Todo esse contexto de ressignificação da imagem dos comunistas no Brasil e no mundo ajuda a explicar a enorme receptividade encontrada por Prestes e os demais dirigentes do partido ao deixarem a prisão em abril de 1945[523]. A anistia para os comunistas foi uma decorrência da adesão do governo brasileiro à luta das nações democráticas contra as ditaduras fascistas. Lutar pela democracia internacionalmente mantendo uma ditadura no país parecia uma atitude

---

[522] REIS, Entre reforma e revolução, *op. cit*., v. 5, p, 75.

[523] Em abril de 1945, Vargas assinou o decreto de anistia a todos os presos que haviam cometido crimes políticos desde julho de 1934. Nesse contexto, todos os comunistas encarcerados foram libertados. Um mês depois, Prestes realizou o primeiro comício de uma sequência de eventos, realizado no estádio de São Januário no Rio de Janeiro. REIS, **Luis Carlos Prestes**, *op. cit*.

incoerente do Estado aos olhos de uma parte da população, que, por isso, passou a aumentar a pressão pela abertura do regime. Progressivamente, então, Vargas foi promovendo a flexibilização das medidas autoritárias e permitiu o retorno dos comunistas à vida pública. Libertado, Prestes passou a protagonizar comícios monstro em estádios de futebol lotados no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Recife, momentos em que era aplaudido com efusividade e ovacionado. A partir de 1945, o até então acuado e, inclusive, violento PCB passou a ser uma organização com grande apelo popular[524] e defensora de uma postura política pacífica e democrática. De fato, os comunistas passaram a se assumir e se apresentar como apoiadores do governo e paladinos da ordem política, da democracia e da paz social.

Durante seus discursos, Prestes se responsabilizou pela divulgação da nova orientação política do PCB, aquela que pregava a necessidade de os comunistas promoverem o aprofundamento da "união nacional" e a destruição dos "restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado"[525]. Segundo o secretário-geral, a principal preocupação do PCB deveria ser a sua transformação em uma entidade de massas capaz de representar e defender as demandas populares. Todas essas ações, entretanto, delimitava Prestes, deveriam ser conduzidas de forma ordeira para viabilizar o sucesso do partido nas eleições que seriam realizadas no país pela primeira vez após anos de governo ditatorial[526].

Segundo Prestes, a preparação do PCB para as eleições deveria ser feita por local de trabalho ou moradia, porque assim o partido estaria em contato com a situação real da população, tornando-se capaz de representar suas demandas. Em seus discursos, o líder reconhecia o impacto que as políticas aprovadas pelo Estado brasileiro e todo o esforço de guerra haviam gerado no cotidiano da população – inflação, carestia, desemprego – e convocava os comunistas a conhecerem essa realidade para a partir dela criar as pautas eleitorais dos candidatos do partido. Era importante, entretanto, garantir que esse trabalho eleitoral e político local fosse orientado por um espírito de união nacional. Era preciso promover a

> organização do povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões em locais de trabalho, nas ruas e bairros, em comitês democráticos que unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos

[524] O número de filiações ao partido aumentou de modo expressivo e as ações do partido promovidas entre 1945-1948 garantiram a construção de seu caráter de massas. Para mais informações ver: REIS, Entre reforma e revolução, *op. cit*. VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*. CARONE, **O PCB (1943-1964)**, *op. cit*.

[525] REIS, Entre reforma e revolução, *op. cit*., v. 5, p. 76.

[526] Para acessar as transcrições dos discursos proferidos por Prestes depois de sua libertação, ver: VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*.

> próximo, as organizações de cidade, região e estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela união nacional, pela ordem e pela tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas. É evidente que desde logo que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defender aquele programa e de participar ativamente da solução dos grandes e graves problemas nacionais do momento[527].

No discurso realizado no estádio carioca, Prestes anunciou a criação dos comitês democráticos e populares por parte dos comunistas como organizações de massas que deveriam ser integradas por pessoas de diversas orientações políticas e religiosas. A condição para compor os comitês era se dispor a reconhecer e atuar pela conquista das demandas das populações de cada bairro, ao mesmo tempo que se deveriam promover debates e ações relacionadas às pautas comunistas internacionais. Nesse sentido, os comitês deveriam lutar pelo fim da carestia, pela construção de hospitais, pelo calçamento das ruas e pela instalação da rede de esgoto. Concomitantemente, deveriam promover a inserção da população periférica nas campanhas eleitorais do país e nos movimentos internacionais pela paz e pelo combate ao fascismo.

Não obstante Prestes não ter mencionado diretamente as mulheres em seu discurso, em 1945, a estratégia de atuação que tantas vezes havia sido a fórmula defendida para a condução do trabalho político feminino do partido passava a ser ampliada para todo o trabalho de massas. Nos Comitês Populares Democráticos, o PCB pretendia promover a associação das lutas pelas demandas específicas dos grupos populares às lutas gerais que, acreditavam os comunistas, aproximariam os diversos povos do momento revolucionário. Nesse processo, os comitês não apenas contribuiriam para a adesão de tantos indivíduos ao partido, como possibilitariam a transformação dos candidatos comunistas em verdadeiros representantes dos anseios das populações periféricas do país nas diversas casas legislativas.

A proposta do PCB frutificou. Entre 1945 e 1950, diversos comitês populares democráticos foram criados em bairros das várias cidades de todos os estados brasileiros[528].

---

[527] PRESTES, Luis Carlos. Discurso do dia 23 de maio de 1945. In: Tribuna Popular. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1945. p. 5.

[528] Para mais informações sobre a atuação dos comitês democráticos ver: DUARTE, **Cultura popular e cultura política no após-guerra**, *op. cit*. DUARTE, Adriano Luiz. "Em busca de um lugar no mundo": movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, julho-dezembro de 2008. ALEM, Sílvio. **Os trabalhadores e a redemocratização**: 1942-1948. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981. DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia:

Segundo Duarte, os comitês se apresentaram como uma novidade na vida política brasileira, tanto porque colocaram "os bairros e seus problemas, até então invisíveis, no centro das discussões" quanto porque trouxeram "para o debate público pessoas que não estavam familiarizadas com essas práticas de organização e reivindicação"[529]. Segundo o pesquisador, a intensa mobilização nos bairros periféricos não foi uma invenção do PCB, mas foi o partido que através dos comitês conseguiu torná-la sistemática. Além disso, os comitês inauguraram um novo fazer político, o qual se baseava na preocupação dos candidatos às eleições em conquistarem o apoio das camadas populares, mostrando-se dispostos a ouvir e representar suas demandas. De fato, políticos como Jânio Quadros e Adhemar de Barros encorparam suas trajetórias políticas em virtude dos aprendizados que obtiveram ao observar a atuação dos comunistas junto aos comitês democráticos[530]. Depois do sucesso eleitoral do PCB no pleito de 1947, o qual se deveu sobretudo à atuação do partido junto às organizações de bairro, aqueles políticos e tantos outros passaram a se preocupar em se aproximar das demandas da população periférica[531]. O povo das favelas e áreas pobres passou a ser visto como detentor de um significativo capital político e, consequentemente, suas mazelas ganharam mais visibilidade por intermédio das vozes de lideranças políticas brasileiras.

A reorganização do PCB a partir de 1943 que culminou na adoção da política de União Nacional e na defesa da criação dos comitês democráticos motivou, também, a reestruturação do trabalho político feminino do partido. Reconhecendo as especificidades da vida das

---

ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Cadernos do AEL**, v. 11, n. 20/21, 2004. PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**: uma história comparada. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. SILVA, Raquel. **O PCB e os Comitês populares Democráticos em Salvador (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

[529] DUARTE, **Cultura popular e cultura política no após-guerra**, *op. cit*., p. 26.

[530] DUARTE; FONTES, O populismo visto da periferia, *op. cit*.

[531] Adriano Duarte e Paulo Fontes evidenciam como os ganhos obtidos pelos políticos, de um lado, e a população organizada através dos Comitês Populares Democráticos, de outro, foi mútuo. Evidenciando a construção de uma dinâmica política complexa, os autores procuram desconstruir a ideia, então hegemônica na historiografia, de que os comitês teriam sido meros instrumentos eleitoreiros criados pelo PCB e cooptados por outros políticos. A população dos bairros organizada, segundo Duarte e Fontes, não se colocava como mera massa de manobra facilmente manipulada, mas, se transformou em uma força política expressiva e capaz de impor suas mazelas e demandas. É de Duarte, inclusive, o argumento de que os comitês populares viabilizaram às pessoas da periferia reivindicar seu "direito à cidade", ou seja, a uma vida digna, aos equipamentos sociais adequados e à interferência política concreta. Para mais informações, ver: DUARTE; FONTES, O populismo visto da periferia, *op. cit*. DUARTE, "Em busca de um lugar no mundo", *op. cit*. DUARTE, **Cultura popular e cultura política no após-guerra**, *op. cit*.

brasileiras, vários comitês fundaram uma seção feminina que procurava mobilizar as mulheres de cada bairro e envolvê-las nas campanhas eleitorais. Além dessas seções femininas, a partir de 1946 se espalharam pelo país Uniões Femininas de caráter local, que, apesar de serem comandadas por comunistas, procuravam a adesão de mulheres de todas as filiações políticas, desde que fossem dispostas a atuar para reconhecer e dar visibilidade às angústias, aflições e demandas das trabalhadoras e mulheres pobres das periferias do país. Dessa forma, além dos comitês democráticos, cuja trajetória já foi bastante analisada pela historiografia[532], as Uniões Femininas funcionaram como o braço popular do PCB. Essas entidades de mulheres, ao contrário dos comitês, tiveram vida longa (1946-1964) e foi a partir de seu sucesso que o partido referendou a criação de um jornal feminino – *O Momento Feminino* – e de uma entidade nacional – a Federação de Mulheres do Brasil (FMB) – destinada a coordenar as ações das associações de mulheres no Brasil, além de promover a integração dessas ações ao movimento feminino comunista mundial, coordenado pelo Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM).

## 5.2 RETOMADA DO TRABALHO POLÍTICO FEMININO (1945-1948)

Quando as Uniões Femininas se espalharam pelos bairros de tantos estados, seu objetivo era permitir a organização das mulheres em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia de vida que assolava as cidades brasileiras. Em especial, as Uniões pretendiam mobilizar a mulher pobre brasileira, o que explica seu surgimento, sobretudo, nas periferias das cidades. No Distrito Federal e região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, surgiram Uniões Femininas nas regiões de Olaria e Ramos, Santo Cristo, Tijuca, Vila Isabel, no Morro da Formiga, Morro do Pinto, Méier, São Cristóvão, Madureira, Estrada do Magarça, Cordovil, Coelho Rocha, entre outros. Não foram ignoradas as áreas nobres e centrais da capital, mas as Uniões que ali se constituíram procuraram, igualmente, atrair as trabalhadoras, como as empregadas domésticas e mulheres das famílias pobres.

No processo de formação das Uniões Femininas brasileiras, militantes do PCB aplicaram a linha política da União Nacional. Elas construíram vínculos e alianças com diversas

[532] Ainda é preciso realizar um trabalho de pesquisa mais sistemático sobre a atuação das seções femininas dos comitês populares democráticos fundados em todo o país.

lideranças políticas dispostas a se empenharem na luta pela melhoria das condições de vida das mulheres pobres do país, tendo, inclusive, se aproximado de integrantes da anticomunista União Democrática Nacional[533] (UDN), como veremos adiante. Juntas, elas subiram as favelas, visitaram os ajuntamentos cariocas que estavam se constituindo ou crescendo, todas regiões que sofriam com o descaso do poder estatal. Ao chegarem a essas áreas, as militantes depararam-se com realidades femininas duras que, apesar de desconcertantes, não podiam ser encaradas como exceção no contexto do país. Nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, assim como nos rincões de todos os estados brasileiros, faltavam saneamento básico, eletricidade, ruas calçadas, moradias adequadas, mercados e feiras que pudessem garantir o abastecimento de alimentos para a comunidade. Postos médicos, maternidades, creches, escolas, parques e praças eram equipamentos sociais tão raros quanto a coleta de lixo e o transporte público. Dessa forma, se o Brasil de meados da década de 1940 podia celebrar o progressivo retorno da democracia no seu sentido político institucional, no dia a dia, parecia um projeto distante inclusive dos moradores da principal cidade do país. A maioria da população brasileira, em especial as mulheres, seguia sendo submetida a uma realidade de exclusão e abandono que limitava a sua vivência da cidadania.

Para conseguir entender a especificidade da condição feminina no contexto de reorganização do trabalho político do PCB junto às mulheres, busquei informações no censo realizado em 1940 no Brasil[534]. Segundo o retrato populacional que pude construir com base

---

[533] A União Democrática Nacional (UDN) foi fundada no dia 7 de abril de 1945 como uma "associação de partidos estaduais e correntes de opinião" contra a ditadura estadonovista, "caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo". Embora tenha surgido como uma frente, a UDN se tornou partido político nacional que participou todas as eleições realizadas no Brasil até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD). Apesar do antigetulismo, entretanto, a UDN integrou ministérios no governo Vargas. Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Como nos informa Maria Vitória Benevides, "coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a 'infiltração comunista' na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições". Dessa forma, o anticomunismo da UDN, assim como seus demais posicionamentos, assumia um aspecto mais pragmático que ideológico em determinados momentos da trajetória política dos filiados. No caso das udenistas que se juntaram ao movimento feminino comunista, em especial Nuta Bartlet James, a luta nacionalista, a defesa dos direitos femininos e a proposta de aproximação das camadas populares garantiram a identidade entre as militantes de orientações políticas tão diversas. Vale notar, ainda, que entre 1945 e 1946 a UDN contou com alguns militantes de esquerda em suas fileiras, os quais eram ligados à chamada Esquerda Democrática, grupo que, posteriormente, fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Para mais informações sobre a UDN, ver: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn. Acesso em: 05/03/2021. BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 297 p. (Coleção estudos brasileiros, v. 51).

[534] Agradeço a contribuição da historiadora Martha Rebelatto pelo auxílio na compreensão da construção da pesquisa que orientou o Censo de 1940, na análise dos dados e pela construção das tabelas anexadas a esta tese (Anexo 2).

nesses dados, a brasileira típica era, via de regra, mãe. Fosse casada, solteira, viúva, desquitada, divorciada, ao alcançar a faixa etária de 30 a 39 anos, essa mulher já possuía, em média, de três a cinco filhos, número que chegava a oito entre as mulheres de 50 a 59 anos. Segundo o censo, um número expressivo de mulheres em 1940 teve seu primeiro bebê entre 12 e 19 anos, mesmo momento da vida em que muitas delas se casavam. As mulheres com filhos que não se casavam e se mantinham solteiras, além de enfrentar o julgamento moral, precisavam lidar com a necessidade de sustentar economicamente a si e aos filhos.

Ao analisar a representatividade das mulheres no mercado de trabalho, é possível perceber o impacto das atividades domésticas em seu cotidiano. De todos os setores econômicos elencados na pesquisa, as tarefas domésticas e escolares eram as que mobilizavam maior contingente de mulheres. De um total de 11.909.514 indivíduos de 10 anos ou mais que declararam possuir nas tarefas domésticas e tarefas escolares sua principal atividade exercida[535], 10.725.275 deles eram mulheres. Parcela significativa desse número era composta por donas de casa ou mulheres que trocavam seus serviços por moradia e comida, já que, entre os 9.303.495 indivíduos que afirmaram realizar tais atividades de forma não remunerada e no domicílio, 9.232.500 eram mulheres. Elas eram igualmente maioria quando se tratava de serviços domésticos remunerados: de 557.294 indivíduos que se dedicavam a essa profissão, 520.100 eram mulheres, as empregadas domésticas[536].

Segundo o censo, a vida dessas mulheres mães e principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com a educação no país era marcada por tragédias. A primeira, a frequência da morte de um filho de menos de 1 ano de idade. Entre 1941 e 1950, a mortalidade infantil no

---

[535] Como é informado no relatório do censo, por "atividade principal" entendia-se a "atividade 'única' exercida pelo declarante ou aquela que, na ocorrência de mais de uma, haja sido por ele julgada, no respectivo questionário, de 'maior relevo' do ponto de vida da condição ou do provento auferido". Nesse sentido, a maior parte das mulheres entrevistadas reconhecia a atuação doméstica não remunerada como sua atividade única ou de maior relevo. Importante destacar que na pesquisa do IBGE o número de mulheres com 10 anos ou mais que declararam exercer uma atividade principal era, no total, 14.603.238. Como destacado no texto, desse total, 10.725.275 atuavam em atividades domésticas e/ou atividades escolares, sendo 9.232.500 delas em atividades domésticas não remuneradas no domicílio familiar. Relatório do censo de 1940, volume II, p. XXV, p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 05/03/2021.

[536] Após as atividades domésticas, o setor produtivo em que as mulheres mais se destacavam era a agricultura. De 9.453.512 indivíduos que reconheciam como sua atividade principal a agricultura, pecuária e silvicultura, 1.270.199 eram mulheres. Nas demais categorias profissionais apresentadas, o número de trabalhadoras caia expressivamente. Na indústria têxtil, de 290.298 indivíduos, 189.080 era mulheres, ou seja, a maioria dos trabalhadores deste ramo de produção eram mulheres, mas, ainda assim, em proporção muito menor que a quantidade de brasileiras que se dedicava às atividades domésticas não remuneradas e no domicílio. Relatório do censo de 1940, volume II, p. XXV, p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 05/03/2021.

Brasil era, em média, de 167,48[537], dado que refletia a falta de assistência médica às mães e crianças, bem como as péssimas condições sanitárias e de saúde pública no país. A segunda tragédia se refletia na dificuldade em acessar a escolarização, sobretudo em graus mais elevados. De um total de 17.438.078 mulheres que responderam ao questionamento do censo[538], 11.387.235 informaram que não sabiam ler nem escrever. Essa não era uma realidade feminina específica, já que o analfabetismo também era significativo entre os homens das camadas populares. Segundo os dados publicados, nos níveis elementares de educação, as diferenças entre homens e mulheres (mesmo reconhecendo-se as categorias raciais) não eram tão diversas, contexto que se alterava quando se tratava do acesso ao ensino superior. Importante destacar que em relação à escolarização, nos anos 1940, os índices de mulheres que acessavam as instituições de ensino estavam aumentando[539], mas ainda continuavam baixos em relação ao número absoluto de brasileiros. No caso do ensino superior, o número de homens que tiveram acesso à faculdade era 10 vezes maior que o de mulheres. Quando as divisões raciais são incluídas, os dados revelam uma distância em termos educacionais intransponível entre brancas e as que se declararam pretas, pardas, amarelas ou não quiseram declarar sua cor.

Outro dado importante se refere à adesão feminina aos sindicatos mapeada pelo censo. Como já destacado em capítulos anteriores, as mulheres, em 1940, seguiam se mantendo distantes dessas organizações. Dos 651.875 indivíduos que declararam atuar em entidades de classe, 100.283 eram mulheres. Tais números revelam não apenas que os sindicatos continuavam sendo espaços pouco atrativos para as mulheres em 1940, como reafirmam a domesticidade da vida da maior parte das brasileiras, que se mantinham longe dos espaços de socialização e politização que a experiência do trabalho assalariado poderia viabilizar[540].

---

[537] Isso significa que, de cada 1.000 filhos nascidos vivos, 167,48 bebês morriam antes de completar 1 ano de idade. A mortalidade infantil no Brasil passou a diminuir de modo expressivo apenas a partir da década de 1960. Para mais informações sobre a trajetória da mortalidade infantil no Brasil, ver: YUNES, João; RONCHEZEL, Vera Shirley Carvalho. Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, suppl. 0, jun. 1974.

[538] Todos os dados apresentados acima foram compilados em tabelas que estão disponibilizadas no Anexo 2.

[539] Para mais informações sobre os índices de escolaridade femininos nos anos 1930-1940, ver: FRACCARO, Glaucia. A classe operária tem dois sexos. In: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit.*, p. 21-35.

[540] Neste capítulo, uma rápida apresentação de dados demográficos se fez necessária para contextualizar a militância das comunistas. O objetivo é apresentar a concretude e a proximidade das propostas das mulheres do PCB com as condições de vida das brasileiras, sobretudo as pobres. Dessa forma, pretendo questionar as análises historiográficas sobre os anos 1940-1950 que insistem em associar a atuação das comunistas a uma defesa dos papéis tradicionais femininos construídos a partir de preceitos patriarcais. Também, procuro reafirmar a intenção das militantes do PCB de fortalecer o associativismo e a mobilização política nos bairros, além de demonstrar o sucesso que obtiveram nessa empreitada. Em relação às décadas anteriores, abordadas nos capítulos antecedentes,

Diante do cenário social que estava colocado em 1940, as comunistas, ao pretender organizar as mulheres, deparavam-se com o desafio de elaborar um método de atuação que fosse atrativo para mães, donas de casa e mulheres pobres que possuíam pouca escolaridade e pouca experiência política. Para construir um trabalho de massas feminino, as comunistas não poderiam negar quem era a brasileira média e precisariam transformar suas agruras cotidianas em potencial de ação. E as agruras dessas mulheres não eram poucas, sobretudo diante do contexto econômico e social criado no país em função da mobilização para a guerra.

De fato, apesar da aprovação de muitos à decisão do governo de promover o enfrentamento ao fascismo, especialmente os comunistas, a decretação do estado de guerra em 31 de agosto de 1942 marcou o início de um processo de deterioração das condições de vida das camadas populares no Brasil. O novo contexto de exceção viabilizou, por exemplo, a suspensão de vários dispositivos da legislação trabalhista e da Constituição Federal, em especial, de direitos civis e sociais[541]. Ao mesmo tempo, o governo procurou neutralizar a atuação dos sindicatos objetivando refrear as contestações aos retrocessos trabalhistas que impunha e ao agravamento das condições de vida da população. O país experimentou, por exemplo, um aumento do custo de vida de 88% entre 1939 e 1944, passando a alimentação a consumir "54,12% das receitas totais de uma família operária; 15,33% eram gastas na habitação; 10,56% no vestuário". Ao mesmo tempo, entre 1935 e 1942, houve uma contínua e geral deterioração dos salários dos trabalhadores urbanos.

Essas difíceis condições de vida da população brasileira no contexto da guerra, que não eram exceção em relação à realidade mundial, não foram rapidamente solucionadas com o fim do conflito e com o restabelecimento do regime democrático no país. O cotidiano das camadas populares continuou marcado pela miséria. Diante desse quadro, a retomada do trabalho político feminino das comunistas nos anos 1940 não poderia prescindir da luta pela ampliação do acesso à moradia, ao transporte, ao trabalho, ao saneamento básico, ao acesso à escola, à saúde, ao lazer, à possibilidade de comprar alimentos, etc. A experiência mais imediata da maioria das mulheres eram a miséria e o abandono estatal, realidades que as impediam, inclusive, de se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos. De fato, a partir de 1945 a construção da

é possível encontrar informações sobre as condições de vida das mulheres, em especial as trabalhadoras paulistas, em: FRACCARO, **Os direitos das mulheres**, *op. cit*.

[541] DUARTE, **Cultura popular e cultura política no após-guerra**, *op. cit.*, p. 9-21.

democracia para os comunistas passou a ser um processo de luta pela ampliação do acesso à cidade[542] e esse processo não poderia prescindir das mulheres:

> A MULHER E O ESTUDO DOS PROBLEMAS LOCAIS – Um bom militante ou uma boa direção partidária do bairro ou de empresa não pode, de forma alguma, desprezar a colaboração da mulher que mais de perto sabe o que significa a crise e sente na carne o peso da carestia de vida (...). Um bom militante tem que começar, no conhecimento dos problemas de sua rua ou de seu bairro, conversando com a sua companheira a respeito dos preços da feira e do armazém, pedindo sua opinião sobre o que mais necessita a rua ou o bairro (...) O bom militante deve interessar a sua companheira, sua mãe, suas irmãs, sua família, na discussão diária dos problemas, estimulá-las a dar a sua contribuição para solucioná-los. (...) Os militantes de um Partido não podem viver afastados dos problemas de suas casas que geralmente deixam entregues às mulheres, porque estes são os problemas do povo. Um partido democrático, um partido do proletariado, como, por exemplo, o Partido Comunista, não é uma sociedade fechada em que os militantes discutem somente a "alta política" e os problemas gerais do país. (...) Cabe aos militantes fazer com que as suas companheiras, suas irmãs, suas mães, tenham voz na discussão do programa a ser apresentado a favor da rua ou do bairro A mulher, como ninguém, sabe o que é preciso para livrar o seu lar da miséria e da fome vamos tudo fazer para que ela contribua no programa em defesa do qual serão apresentados candidatos nas próximas eleições. Não será possível fazer democracia sem a participação da mulher[543].

Por meio das UFs, as comunistas pretendiam ouvir as brasileiras das periferias, ensiná-las a se organizar, a exigir sua inclusão, seu reconhecimento social e político no novo regime que se instituía. As mulheres pobres do país seriam, desse modo, alçadas à condição de colaboradoras das chapas eleitorais organizadas pelo PCB em todo o país, para garantir que suas demandas fossem contempladas nos mandatos dos candidatos eleitos.

Apesar das diversas evidências do surgimento de Uniões em todos os estados da federação[544], a seguir vou me ater à experiência das entidades criadas no Rio de Janeiro, tanto em função do meu objetivo de aprofundar o debate sobre as entidades de caráter nacional que foram criadas no Distrito Federal pelo PCB a partir do sucesso que as Uniões Femininas alcançaram, o que realizarei no próximo capítulo, quanto porque as entidades cariocas parecem ter funcionado como modelos para as organizações criadas nas demais regiões do país[545].

---

[542] Como já mencionado, esta expressão foi cunhada por Adriano Duarte. Para mais informações, *Ibidem*, p. 10.

[543] **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 3, 25/10/1946.

[544] Em várias edições o jornal *O Momento Feminino* cita a existência de Uniões Femininas em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul, entre outros estados. Para mais informações, acessar as edições do jornal disponíveis em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118800&pesq=&pagfis=1. Acesso em: 05/03/2021.

[545] Como informa o jornal *O Momento Feminino*, que chegou a publicar o estatuto da UF de Botafogo atendendo a pedidos de mulheres de diversas partes do país.

### 5.2.1 Entidades criadas no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a primeira entidade de mulheres fundada com participação das comunistas foi a União Feminina da Tijuca e Vila Isabel[546] cuja presidência coube a Nuta Bartlet James, uma das fundadoras da UDN no Rio de Janeiro. Apesar de sua filiação política conservadora, Nuta Bartlet tinha trajetória política marcada pela aliança com comunistas e pelo envolvimento em lutas pelos direitos das mulheres. Além do contato com Prestes[547], a udenista atuava ao lado de Arcelina Mochel e outras comunistas na diretoria da União e integraria, posteriormente, a equipe do jornal *O Momento Feminino*, periódico criado em 1947 pelo PCB e sobre o qual falaremos no próximo capítulo. Na UF, inclusive, Nuta Bartlet seguiu as orientações do partido comunista e conduziu a mobilização em prol das demandas populares a partir de uma postura pacífica. Segundo duas integrantes da entidade, a "luta que propomos visa, como é fácil compreender, o barateamento dos gêneros alimentícios. Para alcançarmos essa finalidade empenharemos, em cooperação com o governo e com as autoridades do país, todas as nossas energias"[548].

Em seu registro, realizado apenas em 22 de maio de 1947, a UF da Tijuca e Vila Isabel já deixava evidente o seu objetivo principal. Na ficha denominada "Proposta de Sócio", o nome da entidade era seguido pelo subtítulo grafado entre parênteses "(contra a carestia)"[549]. Donas de casa, empregadas domésticas, estudantes e trabalhadoras de fábricas e do comércio[550] residentes naquela área da região norte da cidade do Rio de Janeiro foram atraídas pela intensa campanha da União contra o câmbio negro e contra os atravessadores, apontados pela entidade como causa e consequência da carestia. Na Tijuca, as mulheres conduziram uma campanha pela melhoria do abastecimento alimentício da região estruturada em torno da tentativa de se aumentar o número de caminhões que vendiam verduras e de viabilizar o comércio direto entre o produtor agrícola e o consumidor final. A UF não apenas pressionou os governos municipal,

---

[546] As seções femininas dos comitês democráticos podem ter sido criadas antes. AERJ, DSPS, foto 82.

[547] Para mais informações sobre Nuta Bartlet James, ver o verbete disponível em: Nuta Bartlet James. SCHUMAHER; BRAZIL (org.), **Dicionário de mulheres do Brasil**, *op. cit*. Ainda é preciso realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre a trajetória desta udenista.

[548] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00432, União Feminina da Tijuca e Vila Isabel.

[549] *Ibidem*.

[550] As principais profissões declaradas nas propostas de sócio da União Feminina da Tijuca e Vila Isabel encontradas nesta pesquisa eram donas de casa e domésticas. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00432, União Feminina da Tijuca e Vila Isabel.

representado pelo prefeito e pelo secretário de agricultura, e federal, na figura do ministro da Agricultura, como elaborou um plano de distribuição dos caminhões a fim de garantir o acesso aos produtos para toda a população do bairro. Dessa forma, ao mesmo tempo que exigia com veemência a atuação do Estado para a solução do problema, a UF dizia colaborar com os governantes. Em carta dirigida ao ministro da Agricultura, as dirigentes da entidade afirmaram:

> Reconhecendo as dificuldades existentes para a execução do plano por nós sugerido em cumprimento ao decreto 9.905 e fiel aos objetivos de colaboração, prontifica-se a União Feminina da Tijuca a tornar-se o elemento de ligação entre os lavradores que queiram vender diretamente os seus produtos e o Ministério da Agricultura para o efeito de ser concedida aos mesmos a devida licença[551].

Ao fazer o contato diretamente com os produtores, a UF esperava conseguir frutas, verduras e leite com preços mais acessíveis para a população da zona norte. Esperava reduzir a importância comercial dos intermediários e pretendia apresentar aos governantes uma solução traçada de modo tão acertado e racional que não poderia ser ignorada. As mulheres da UF mapearam o bairro e encaminharam à prefeitura a orientação de que eram necessários pelos menos seis caminhões, os quais poderiam ser abastecidos junto aos produtores identificados pela entidade para, em seguida, percorrerem rotas traçadas pelas mulheres com o objetivo de atender a toda a região abarcada pela UF[552]. Com essa ação, as lideranças femininas demonstravam que conheciam a região em que atuavam, que identificavam as dificuldades da população e que possuíam competência administrativa a ponto de se arvorarem à condição de gestoras públicas dispostas a reverterem a incompetência demonstrada pelo poder público.

A visibilidade alcançada por essas ações da UF da Tijuca e Vila Isabel contribuiu para o surgimento de outras Uniões Femininas. Muitas delas iniciaram suas atividades com poucas integrantes, em muitos casos, de uma a três militantes comunistas, que, progressivamente, ao se aproximarem das mulheres da região, compartilhando com elas as atividades do cotidiano e convencendo-as a partilharem suas angústias, conseguiam a adesão de um número maior de sócias. A UF Favela, por exemplo, depois de uma semana de sua fundação, já contava com 100 sócias[553]. A UF de Pedro Ernesto e Ramos, criada entre setembro e novembro de 1946, alcançou 150 sócias em 14 de dezembro daquele ano. Segundo o jornal *Tribuna Popular*, aquela

---

[551] *Ibidem*.

[552] *Ibidem*.

[553] *Ibidem*.

entidade, somada a outra criada na região da Gávea, destacava-se na capacidade de arregimentação de associadas, uma vez que menos de um ano depois de seu surgimento já havia alcançado 1.275[554] integrantes. Ademais, segundo relatórios da polícia política, ainda que muitas das reuniões promovidas pelas UFs contassem corriqueiramente com número menos expressivo de participantes, seus eventos adquiriam proporções significativas: as entidades femininas chegavam a mobilizar pelo menos 3.000 pessoas em regiões periféricas[555].

Em comum, todas as entidades femininas pareciam compartilhar a certeza de que "a mulher brasileira – sobretudo a mulher das classes trabalhadoras – é sem dúvida alguma a grande oprimida social, e isso por força de nossa organização social, de nossos costumes tão atrasados de modo geral"[556]. Com esse pressuposto, as UFs se organizaram para, em primeiro lugar, aliviar as pressões sobre as mulheres das regiões onde se fixavam, pressões que se relacionavam às dificuldades de sustentar e prover as famílias, de garantir os cuidados com os filhos, de circular pela cidade e de viver de forma digna. Ao mesmo tempo, as dirigentes comunistas das entidades procuravam fazer da luta pela superação dessas pressões oportunidades para promoverem a politização das sócias, debatendo a realidade do bairro no contexto mais amplo da dinâmica de toda a cidade, do estado, do país, e do mundo. Combater o problema da falta de banha e leite nas prateleiras, propunham as comunistas, poderia favorecer o esclarecimento das massas femininas sobre as dinâmicas da economia capitalista.

Em segundo lugar, as UFs atuaram para garantir o acesso à cultura e à educação às mulheres, o que, acreditavam as lideranças femininas, lhes permitiria romper com os costumes e as tradições que as confinavam a um papel social secundário e a uma vida doméstica. Nesse sentido, todas as UFs se propunham a fundar cursos profissionalizantes – que evidenciavam que às mulheres também era possível construir uma carreira, uma profissão que lhes garantisse independência financeira –, cursos de alfabetização e aprofundamento escolar para as associadas e suas filhas, além da criação de bibliotecas. Nem todas as entidades conseguiram levar adiante essas propostas, mas a maioria delas ofereceu ao menos um tipo de curso e investiu em alguma forma de promoção cultural – sessões de cinema, apresentações de teatro, festas literárias. A UF de Pedro Ernesto, por exemplo, oferecia aulas de corte e costura e de alfabetização, as quais eram organizadas com a colaboração das próprias associadas – que

---

[554] Este era o número de sócias existente em junho de 1947. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos.

[555] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 78, Movimento feminino.

[556] *Idem*, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

declaravam nas fichas de filiação quais "prendas ou outros conhecimentos profissionais" possuíam – ou da contratação de funcionários pagos com as mensalidades arrecadadas.

De fato, a preocupação das UFs em oferecer cursos para suas associadas, tanto profissionalizantes quanto de escolarização no sentido mais formal, refletia a certeza daquelas entidades de que era preciso romper com a restrição à vida doméstica e com a dependência econômica feminina. Apesar de definirem suas sócias como "donas de casa", como as responsáveis pelo bem-estar familiar, as UFs pretendiam abrir-lhes outras oportunidades, apresentar-lhes novos papéis sociais. A UF de Botafogo, por exemplo, defendia que era preciso "fazer tudo para dar também oportunidade aos onze milhões de mulheres de mais de dez anos cujas atividades se cifram ao próprio lar"[557]. Atentas aos dados publicados do censo de 1940, as dirigentes daquela União reafirmavam que a maioria das mulheres do Brasil ainda permanecia presa às tarefas da esfera doméstica, mantendo-se alienada em serviços "embrutecedores". Para as integrantes da UF, as condições de vida femininas eram muito piores em comparação aos homens e atingiam seu paroxismo no meio rural, já que "no campo a mulher ainda persiste num estado de servidão quase absoluta. É verdadeira escrava do pai e dos irmãos primeiro e do marido depois. Raramente lhe proporcionam meios de instruir-se"[558]. Certas de que as condições de vida das mulheres das cidades, apesar de melhores, ainda eram muito marcadas pela submissão aos homens, as associadas da UF defendiam que apenas a emancipação econômica das mulheres seria capaz de lhes proporcionar uma vida mais digna e uma inserção mais igualitária nas instituições políticas e sociais do país:

> A situação de inferioridade da mulher brasileira diante da lei decorre bem sabemos, da situação de dependência econômica em que ela persiste em relação aos homens. Consideramos axiomático que os direitos da mulher numa coletividade são tão menores quanto mais dependente economicamente ela é do homem. Daí a importância de que se reveste a luta das mulheres por uma participação mais ativa nos domínios da produção[559].

Nesse sentido, para as lideranças das UFs, a luta pela inclusão cultural e econômica das mulheres era a luta por sua cidadania.

---

[557] *Ibidem*.

[558] *Ibidem*.

[559] *Ibidem*.

Em relação às demandas mais cotidianas das sócias das UFs, as lideranças femininas criaram várias propostas de ação. A UF de Pedro Ernesto procurou garantir a distribuição de banha para suas associadas, produto que constantemente desaparecia das prateleiras dos mercados cariocas e angustiava as responsáveis pela preparação dos alimentos nos lares. A estratégia encontrada pela diretoria da UF era reivindicar o produto à prefeitura, que confiscava a banha que era encontrada entre os comerciantes que insistiam em vendê-la fora do preço tabelado. Para garantir a abastecimento do produto junto à prefeitura e para combater o mercado negro, a UF promoveu a conscientização das sócias e lhes informou sobre a importância de denunciar os comerciantes que empregavam métodos ilegais de venda de produtos. Dessa forma, a distribuição da banha era acompanhada de debates sobre a economia nacional, sobre as dinâmicas da taxa de inflação e sobre como essa taxa impactava a vida doméstica, a esfera mais íntima da vida dos cidadãos.

Seguindo a mesma estratégia da UF de Pedro Ernesto, a UF de Flamengo, Catete e Glória conseguiu organizar a distribuição de tecidos populares a suas associadas, demanda de muitas mulheres que não podiam comprar vestimentas para si e para os filhos[560]. Já a UF de Riachuelo[561], além da distribuição de banha, criou a estratégia de se aproximar dos produtores para comprar os alimentos e gêneros de primeira necessidade e conseguir revendê-los com preço mais baixo às associadas. Era o princípio de cooperativa de consumo que permitiria às mulheres compreenderem a força da atuação feminina conjunta e as interligações entre a realidade do campo e da cidade[562]. Outras UFs criaram cooperativas de consumo de fato e procuraram pressionar o governo municipal para instituir feiras em suas áreas de atuação.

Muitas UFs se envolveram, ainda, na tentativa de solucionar a crise do abastecimento de leite. Em função da dificuldade da população das periferias cariocas de ter acesso ao produto,

---

[560] *Ibidem*. Nesta pasta do arquivo é possível encontrar informações sobre a UF do Flamengo Catete e Glória.

[561] *Idem*, Notação 00429, União Feminina de Riachuelo.

[562] Importante destacar que é nos anos 1940 que o PCB inicia um trabalho mais sistemático no meio rural. Desde trabalho resultaram a participação dos comunistas em movimentos como a Revolta Camponesa de Porecatu e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso. Em Formoso, a militante Dirce Machado, além de atuar como liderança da luta armada e do trabalho político na região, realizou um trabalho de politização junto às mulheres da localidade do Córrego do Sapato. Dirce combateu a violência doméstica, a mortalidade materna e infantil e procurou convencer as mulheres da importância de seu envolvimento na luta pela terra. Em Trombas, o trabalho político junto ao campesinato se encontrou com o trabalho politico feminino, evidenciando como a cultura política comunista é conformada pela questão feminina. Estou realizando uma pesquisa sobre Dirce Machado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais que deverá ser finalizada em outubro de 2021. Para mais informações sobre a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, ver: CUNHA, **Aconteceu longe demais**, *op. cit*. AMADO, Janaina. "Eu quero ser uma pessoa": Revolta camponesa e política no Brasil. **Resgate: revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 4, n. 5, p. 47-69, 1993.

a UF de Bangu[563] se mobilizou para reivindicar à prefeitura uma vaca leiteira. Através de cálculos elaborados pela diretoria da entidade feminina sobre a capacidade de produção de um animal e da demanda de litros de leite da população abarcada pela UF, a entidade procurou convencer a prefeitura de que um caso que consideravam tão grave como a falta de leite para as crianças da região poderia ser facilmente solucionado.

As entidades femininas dos bairros também procuraram garantir o acesso à saúde às mulheres que assistiam e representavam. A UF Estrada do Magarça[564], por exemplo, mobilizou-se para conseguir remédios para abastecer o posto médico que foi criado junto a sua sede. Todas as quartas-feiras, das 8h às 10h, o médico Horácio Maciel atendia as associadas da UF, que tinham acesso, ainda, a uma ampla gama de medicamentos. Tratava-se de amostras grátis conseguidas junto a laboratórios[565]. Ainda em relação às consultas médicas, a comunista Eline Mochel circulava por várias UFs prestando atendimento às associadas, em especial às crianças que não conseguiam ser acompanhadas em seu desenvolvimento. E as associadas casadas com médicos procuravam conseguir com seus maridos horários para atendimentos nas UFs a que pertenciam[566]. Dessa forma, as entidades de bairro femininas assumiam muitas responsabilidades estatais e, assim, implantavam melhorias no cotidiano feminino. A estratégia das lideranças comunistas era garantir que, ao participarem dos debates sobre os problemas do dia a dia, as mulheres passassem a se sentirem capazes de transformar suas realidades. Se os governos não chegavam até as mulheres da periferia, elas, lideradas pelas comunistas e assumindo seu direito à cidade e a uma vida digna, iriam escancarar a realidade feminina perante os administradores públicos.

Importante destacar que o número de militantes comunistas que atuavam nas UFs de toda a cidade do Rio de Janeiro era limitado. Apesar de as filiações de mulheres ao PCB terem aumentado significativamente a partir de 1945, seguiam sendo bem menores que as masculinas. Por isso, as comunistas se revezavam pelas entidades femininas dos bairros e entre as células comunistas. No trabalho de aproximação do PCB em relação às UFs se destacou Antonieta Campos da Paz:

---

[563] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00410, União Feminina de Bangu.

[564] *Idem*, Notação 00417, União Feminina da Estrada da Margaça.

[565] A UF de Madureira instituiu um posto médico e organizava campanhas para arrecadar medicamentos. Cf. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00419, União Feminina de Madureira.

[566] *Idem*, Notação 78, Movimento Feminino. Informações obtidas através de um relatório produzido por Raquel, uma mulher infiltrada pelas forças de repressão no movimento feminino comunista conduzido junto às UFs.

> Quando foram criadas as organizações de base femininas, fiquei dando assistência a várias delas – da Barra da Tijuca até Bangu. Era um corre-corre danado! Às vezes era obrigada a tomar três conduções para atingir as referidas bases. Deixei amigas por toda a parte. Isso porque combatia o sectarismo e compreendia os problemas das mulheres, que nem sempre podiam cumprir todas as tarefas programadas. Havia os maridos, os filhos e mil outros empecilhos. Numa sociedade machista como a nossa, não se podia exigir demais das companheiras, sob pena de ver muitos casamentos desfeitos. Tínhamos reuniões semanais com os bairros e muita coisa positiva foi feita na luta contra a carestia, por melhoramentos nos bairros e na luta pela Paz[567].

Em relação às crianças, além de enviarem abaixo-assinados às lideranças políticas municipais, estaduais e federais, reivindicando a criação de creches nos bairros e locais de trabalho das mulheres, bem como de escolas infantis, as militantes das UFs organizavam festas e momentos de lazer. A UF de Pedro Ernesto, por exemplo, promoveu uma sessão de cinema para as crianças da região e a União Feminina de Botafogo[568] organizou uma matinê dançante na qual uma Rainha Infantil foi eleita. A escolhida foi uma menina negra de 12 anos que recebeu como presente um porta-joias.

Para arrecadar verbas para a realização de todas essas ações e, concomitantemente, para promover a divulgação de seus trabalhos e da localização de suas sedes, as UFs promoviam eventos. Eram matinês, bailes e festas em geral, que recebiam não apenas as mulheres da região abarcada pela UF organizadora, mas também as famílias de associadas de outras Uniões da cidade. O convite se estendia aos moradores de todos os bairros e aos integrantes dos comitês democráticos, o que tornava esses eventos momentos de grandes confraternizações políticas populares. Foi justamente dessa forma que a UF de Pedro Ernesto e Ramos conseguiu viabilizar a construção de um jardim de infância que chegou a atender 25 crianças de idades diversas[569]. Creches e maternidades eram demandas recorrentes das mulheres que se juntavam às UFs e, via de regra, eram compromissos assumidos pelas entidades já em seus estatutos.

Toda a pauta cotidiana concreta das Uniões Femininas era delimitada em seus estatutos. Segundo o documento da UF de Pedro Ernesto e Ramos, por exemplo, o principal objetivo da entidade era

> prestar às associadas os serviços e benefícios especificados (...)
> 1º combater a carestia da vida facilitando todos os meios junto às autoridades competentes;

---

[567] PAZ, Mariza Campos. **Nieta dos campos da paz**. Rio de Janeiro: Maud X, 2012. p. 87.

[568] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

[569] *Idem*, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos, 24/04/1947.

> 2º adquirir para as associadas os gêneros de 1ª necessidade que se encontrem tabelados no distrito Federal;
> 3º criar as comissões de sindicância nos bairros visitando as casas comerciais, levando reclamações às autoridades onde é vista a exploração e o Câmbio Negro;
> 4º Levantar as reivindicações mais sentidas no bairro, como sejam: a falta de luz, d'água e a falta de saneamento e tudo quanto venha a prejudicar a vida doméstica estendendo-se aos morros circunvizinhos;
> 5º Levar à municipalidade as queixas das mais urgentes necessidades;
> 6º conseguir mercadinhos, feiras-livre, caminhão de verduras e frutas e tudo que possa baratear a vida do nosso bairro (até uma cooperativa)[570]

Em seu artigo 5º, o estatuto definia que só seriam matriculadas como sócias moças e senhoras, ou seja, tratava-se de uma entidade eminentemente feminina, e no artigo 13 especificava que os projetos implantados pelo Departamento Social, órgão de caráter beneficente, seriam acessíveis às sócias e suas filhas, quais sejam, a construção de

> Escola Diurna e Noturna, a primeira para a infância e a segunda para adultos. Trabalhos manuais, Corte e Costura, Posto Médico e Dentário, Maternidade e Creches, conferências para a reeducação da mulher, da criança, etc. A primeira parte será de caráter provisório, enquanto perdurar a situação de crise econômica e financeira; a segunda será definitiva e permanente[571].

As UFs ainda se diziam apartidárias e orientadas exclusivamente pelas demandas femininas. Mulheres de todos os partidos políticos, de todas as religiões e de todas as cores eram recebidas nas entidades. Como destaca o estatuto da UF de Botafogo:

> Capítulo II
> Das sócias
> Art. 2. Poderá ser sócia qualquer pessoa do sexo feminino, independentemente de cor, nacionalidade, credo político ou religioso.
> Art 3. Para ser sócia nesta basta assinar uma proposta da sociedade e pagar uma mensalidade mínima de CR$ 1,00 sendo o máximo a critério de cada sócia.[572]

Progressivamente, mulheres pobres do Rio de Janeiro passaram a reconhecer as Uniões Femininas como entidades aliadas, como organizações que poderiam receber suas demandas. A UF do Morro da Formiga, por exemplo, foi procurada por uma empregada doméstica que havia trabalhado por meses em uma casa, mas não havia recebido seus ordenados[573]. Já a UF

---

[570] *Ibidem*.

[571] *Ibidem*.

[572] *Idem*, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

[573] *Idem*, Notação 00424, União Feminina do Morro da Formiga.

de Botafogo recebeu um pedido feito por "Dona Maria Ercília Marques". Em papel marcado por um carimbo do PCB, foi registrada a demanda por uma vaga em um colégio interno para seu filho de 8 anos, "visto o pequeno salário que ganha não dar para sustentá-lo e educá-lo"[574]. D. Maria era uma viúva e seu pedido feito a alguma liderança do partido foi encaminhado à UF de Botafogo por ser aquele o seu bairro de moradia. Segundo a liderança comunista que recebeu a solicitação: "sendo-me muito difícil conseguir o solicitado por serem muitos os pedidos nesse sentido, lembrei-me então de dirigir-me a uma das Uniões Femininas, estas organizações de senhoras que vem trabalhando com tanta energia e coragem para resolver os problemas que mais afligem o povo do Distrito Federal"[575].

As UFs foram, ainda, aliadas das populações periféricas no momento da epidemia de tifo que assolou a cidade do Rio de Janeiro em 1946-1947. Sem rede de esgoto e água encanada, as populações dos bairros pobres foram tragicamente atingidas pela doença, o que aumentou a audiência ao apelo das comunistas para que mulheres integrassem as Uniões Femininas para, a partir delas, cobrar providências das autoridades. As Uniões mobilizaram a imprensa popular e aumentaram a pressão sobre o governo, tanto através de passeatas e comícios quanto da ocupação dos prédios públicos, em especial, a Câmara de Vereadores[576]. Ainda que atreladas à orientação pecebista de promover suas ações dentro da ordem e da tranquilidade, as Uniões promoveram, pois, uma intensa agitação das massas femininas periféricas.

As UFs se apresentavam como entidades apartidárias, mas, como já demonstrado, não eram apolíticas. Inclusive, as dirigentes das entidades possuíam preocupação em realizar a aproximação de suas sócias da política formal, seja porque era preciso recorrer aos políticos para obter apoio para a consolidação das reivindicações das entidades, seja porque as comunistas se preocupavam em envolver as sócias nas campanhas eleitorais. Em setembro de 1946, a UF de Pedro Ernesto convidou a candidata a vereadora comunista Arcelina Mochel para visitar o Morro do Alemão, comunidade abarcada pelas atividades da entidade e onde haviam ocorrido desabamentos de terra em virtude de temporais[577]. Além de destruir os barracos de muitos moradores, o desabamento provocou mortes. A candidata a vereadora,

---

[574] *Idem*, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

[575] *Ibidem*.

[576] Em várias edições do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, na seção "Atividades femininas" foram relatadas as atividades das UFs, a ocupação do prédios públicos e das galerias da Câmara dos Vereadores. Para acessar as edições do jornal: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118800&pesq=&pagfis=93. Acesso em: 05/03/2021.

[577] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos.

"acompanhada de várias donas de casa daquela União Feminina, teve oportunidade de palestrar longamente com os moradores do Morro do Alemão, particularmente sobre as reivindicações locais mais urgentes"[578]. A visita trazia esperança para todos: de um lado, a candidata se comprometia a lutar pelos direitos dos atingidos e daqueles que ainda eram obrigados a habitar regiões de risco, de outro, os moradores se tornavam possíveis eleitores da comunista.

Em novembro do mesmo ano (1946), a UF promoveu na Praça Belmonte, em Pedro Ernesto, o que o jornal *Tribuna Popular* classificou como "grande comício de mulheres". Para participar do ato foram convidadas não apenas as mulheres e demais moradores da região; também as demais Uniões Femininas cariocas, a União Nacional dos Estudantes e diversos parlamentares de vários partidos – PSD, PRP, UDN – entre eles, Carlos Marighella, do PCB, o último a discursar no evento. Sob "aplausos calorosos da multidão", narrou o jornal *Tribuna Popular*, o líder comunista em

> poucas palavras demonstrou que a mulher se vem organizando porque é a que mais vem sofrendo com o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. "Se o governo não ficasse indiferente aos problemas e reivindicações do povo, essas coisas não aconteceriam. (...) É necessário que em 19 de janeiro elejamos livremente mulheres e homens conhecedores da situação do povo carioca, principalmente das dificuldades que as donas de casa têm que enfrentar. Infelizmente ainda não podemos eleger um prefeito, mas podemos aproveitar a oportunidade e eleger um Conselho Municipal que legisle sobre a criação de mercadinhos, escolas, hospitais, tudo quanto possa ocorrer para minorar a situação aflitiva em que vive a população do Rio.[579]

Aquela não foi a primeira vez que Marighella saiu em defesa das mulheres dos bairros periféricos. Em maio de 1946, na cidade de Salvador, o deputado comunista proferiu uma palestra em que afirmou que o caminho para a "'verdadeira libertação do sexo feminino' era a formação de organizações junto ao povo nos bairros periféricos e marginalizados[580]". Retomando as teses de Engels expressas em *A origem da família...*, Marighella procurou convencer sua audiência de que a submissão feminina não era algo natural, mas resultado de um processo histórico que se iniciou com o surgimento da propriedade privada e com o afastamento da mulher da esfera produtiva. O comunista destacou que a situação da vida da mulher sob o capitalismo era análoga à escravidão e se perpetuaria porque ela continuava

---

[578] *Ibidem*.

[579] *Ibidem*.

[580] MARIGHELLA, Carlos. As mulheres devem organizar-se para sair da escravidão. **O Momento**, Salvador, 05/05/1946. *Apud* ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*., p. 68.

dependente economicamente do homem. Além dos aspectos econômicos, destacou os fatores culturais que promoveriam a subjugação feminina, realidade tão dura e arraigada que segundo o deputado não teria sido plenamente superada nem mesmo na Rússia pós-1917. Reconhecendo a gravidade e complexidade do patriarcado, o comunista destacou que, mesmo com a revolução, homens da URSS continuavam oprimindo mulheres porque mantinham uma mentalidade atrasada e, no limite, capitalista. Com sua palestra, o deputado comunista demarcou que era preciso se manter vigilante em relação à opressão da mulher, mesmo nas fileiras progressistas, e procurou convencer as mulheres da importância de se organizarem em associações femininas de bairro. Sobretudo, procurou convencê-las da especificidade da opressão que vivenciavam e da certeza de que seria possível construir sua emancipação. Como um dos principais nomes do PCB das décadas de 1940 e 1950, Marighella foi um importante defensor do trabalho político feminino e um entusiasta do movimento de mulheres, tendo se dedicado a promover palestras para as massas femininas pobres em várias ocasiões e lugares[581].

Como já mencionado, além de receber políticos e candidatos a cargos públicos em suas sedes, as Uniões Femininas tiveram uma atuação estratégica nas campanhas eleitorais de 1946/47, destacando-se na defesa das candidaturas femininas, entre elas, as de comunistas. De fato, assim como os comitês democráticos, as UFs foram utilizadas pelo PCB como espaços de mobilização pelos candidatos comunistas, o que garantiu o sucesso eleitoral do partido em 1947. Nas UFs, o partido procurava promover, sobretudo, as candidaturas femininas. Entretanto, ao mesmo tempo que encorpava o desempenho eleitoral do partido, as entidades de bairro motivavam as mulheres a conquistarem sua autonomia e a se apropriarem de seus direitos políticos. Segundo a militante comunista Antonieta Campos da Paz:

> No momento, uma de nossas tarefas mais importantes é a arregimentação de eleitores, sobretudo de eleitoras, compreendendo aí todas as campanhas necessárias para este fim. Os homens e mulheres que trabalham são obrigados a votar. Mas há uma legião de mulheres "donas de casa" – em cuja categoria eu me incluo – que, não exercendo uma profissão lucrativa, não são obrigadas a votar. Já tenho ouvido de inúmeras mulheres que "não vão se dar a esse trabalho e amolação". Mas, nós não podemos prescindir dos nossos direitos políticos. A mulher não pode continuar à margem da vida do país[582].

---

[581] Para mais informações, ver: SIZILIO, Ricardo José. **"Vai Carlos, ser Marighella na vida"**: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

[582] PAZ, **Nieta dos campos da paz**, *op. cit.*, p 85.

Dessa forma, com a criação das UFs as mulheres passaram a se apresentar como capital político relevante nas eleições e foram fundamentais para ampliar, mesmo que timidamente, a presença feminina nos cargos políticos em todo o país. Por meio das UFs o PCB não apenas procurou promover a expansão do número de eleitoras no país, como investiu em candidaturas de mulheres.

### 5.2.3 Candidaturas femininas do PCB

Apesar de contar com poucas militantes em suas fileiras nos anos 1940, o partido lançou candidaturas femininas para os cargos políticos em quase todos os estados[583]. O esforço eleitoral dos comunistas naquele momento envolveu mulheres não apenas na tarefa de divulgar as candidaturas e levantar votos para o partido, proposta que havia motivado a criação do CMT em 1928. A partir de 1945, elas foram levadas para a linha de frente.

O PCB não foi o único partido a investir em candidaturas femininas, mas, certamente, foi um dos partidos com número mais expressivo de mulheres em suas chapas. Entre os candidatos à Câmara e à Assembleia Constituinte, por exemplo, figuravam 17 delas, distribuídas entre 14 estados[584]. Ou seja, em mais da metade do território nacional houve a candidatura de uma mulher comunista. Naquele pleito, foram eleitos 14 deputados e um senador – Luiz Carlos Prestes – e, embora nenhuma pecebista tenha sido vitoriosa, foi iniciada uma tradição no partido. Em todas as eleições seguintes, as candidaturas femininas seriam construídas, ainda que não contassem com o mesmo investimento partidário que as masculinas, o que inspirava as militantes a ambicionarem uma atuação na política formal, território hegemonicamente masculino até os dias atuais.

Nas eleições estaduais que ocorreram em 19 de janeiro de 1947, o PCB seguiu se destacando, tanto pelas vitórias alcançadas quanto pelo empenho em incluir mulheres em suas

---

[583] As candidaturas femininas do PCB nesses anos merecem novos estudos, que se aprofundem no tema. Minha afirmação de que o partido lançou candidatas em quase todos os estados baseia-se nos panfletos e nas reportagens de jornais – sobretudo em *O Momento Feminino* – encontrados nesta pesquisa. O PCB adotou a estratégia de compor o que era chamado de chapas populares, candidaturas de vários militantes ligados a setores sociais diferentes. Entre eles, mulheres. No AESP, junto aos documentos da FMSP, também é possível encontrar diversos itens de propaganda e relações de candidaturas de comunistas em várias cidades do país.

[584] RODRIGUES, Cintia; MELO, Hildete Pereira de. La trayectoria de las mujeres comunitas brasileñas: una historia sin contar. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas camaradas**: historias iberoamericanas de mujeres comunistas. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017. p. 100.

chapas. O partido conseguiu eleger comunistas em 16 estados da federação, alcançando um total de 66 parlamentares. Nas assembleias legislativas, atingiu a marca de 48 deputados eleitos, dos quais duas mulheres. Em Pernambuco, foi eleita Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1907-1998), mulher que iniciou sua trajetória política na ANL e se filiou ao PCB apenas em 1945. Segundo Melo e Rodrigues, ela foi a primeira mulher a ocupar um assento naquela casa legislativa e se destacou pelos projetos de lei voltados a atender as demandas femininas. Ela propôs um complemento salarial para as mães que exerciam um cargo público e engrossou o debate sobre "a dupla jornada de trabalho feminina"[585].

A outra deputada estadual eleita foi Zuleika Alambert (1922-2012), militante paulista. Na verdade, ela era a primeira suplente da bancada paulista do PCB e assumiu dias depois de um dos eleitos ter sido expulso da lista do partido por ter sido acusado de abuso sexual contra uma menor. Em seus meses de mandato, Alambert defendeu a institucionalização do Abono de Natal[586], uma reivindicação sistemática dos diversos segmentos de trabalhadores. Em relação às mulheres, defendeu a igualdade de remuneração entre homens e mulheres e, na tribuna, procurava destacar a persistência dos mecanismos sociais, econômicos e políticos que afirmavam as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho. Também, destacava que o movimento de mulheres que se fortalecia nos anos 1940 estava promovendo uma transformação ampla e sedimentando o caminho da emancipação feminina: "ficaram para trás os dias em que as mulheres de todas as classes sociais que viviam no país se dedicavam exclusivamente ao lar e ao cuidado com os filhos sem participar diretamente da vida política, social e econômica da nação"[587].

Ainda no estado de São Paulo, nas eleições municipais, o PCB lançou outras quatro candidatas: Farestina Bonimani (tecelã, candidata na capital), Elisa Kauffmann Abaminide (identificava-se como educadora social e concorria a uma vaga na Câmara de Vereadores da capital), Leonor Petrarca (candidata na capital e dona de casa), Maria Benedita Cruz (empregada doméstica, candidata em Santos) e Carmen Edwiges Savietto (operária de Santo André). Esta última foi eleita para a suplência e em sua plataforma eleitoral constavam: a luta

---

[585] *Ibidem*, p. 101.

[586] O abono de natal era uma remuneração extra concedida aos trabalhadores ao final do ano. Pode ser entendido como um antecedente do 13º salário.

[587] Tradução minha do original: "atrás quedaron los días en que las mujeres de todas las clases sociales que vivían em nuestro país, se dedicaban exclusivamente para su hogar e sus hijos sin participar directamente en la vida política, social y económica de la nación". RODRIGUES, MELO, La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas, *op. cit*., p 101.

contra a carestia e o câmbio negro, a construção de dois hospitais (um em Santo André, outro em São Caetano) que contassem com maternidade e disponibilizassem assistência gratuita à mulher trabalhadora, a criação de ambulatórios médicos nos distritos e bairros, a criação de creches e parques infantis, e a luta pela conquista de todos os direitos da mulher na indústria[588].

Em Salvador, a Chapa Popular, que representava o programa mínimo do partido, lançou seis candidatas: "Maria Lopes de Melo, professora primária; Bernadete Ribeiro, operária da zona fumageira; Carmosina Nogueira, enfermeira; Jacinta Passos, poetisa (que se tonaria membro e diretora da FMB, além de colaboradora esporádica do jornal *O Momento Feminino*)"[589]. E nas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de 50 candidatos do PCB, cinco eram mulheres: Arcelina Mochel (advogada), Odila Michel Schmidt (empregada da Light), Lia Côrrea Dutra (professora), Heloisa Prestes (costureira e doméstica), Esther dos Santos Roque (operária tecelã)[590]. Arcelina Mochel, inclusive, integrava a lista de candidatos preferenciais do PCB[591], ao lado de nomes como Astrogildo Pereira, Agildo Barata e Pedro Mota Lima. Foram vitoriosos 18 comunistas naquele pleito, que conquistaram a maioria das vagas daquela Câmara, entre eles, duas mulheres: Arcelina Mochel (1918-1974) e Odila Schmidt, que não era candidata preferencial e, portanto, promoveu uma campanha com menos investimentos. Ainda no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, foi eleita vereadora a comunista Edith Castex Oliveira. Sua plataforma incluía a criação de creches e hospitais, além do incentivo à criação de Uniões Femininas

Na Câmara, Arcelina Mochel, advogada, foi eleita a líder da bancada comunista e presidiu o Comitê de Administração e Assistência Social. Sua campanha se concentrou nos Centros Democráticos Norte e Carioca e nas Uniões Femininas. Já a campanha de Odila Schmidt, funcionária da Light, foi conduzida entre os operários da empresa de energia, em especial junto ao departamento feminino do sindicato, bem como contou com o apoio das Uniões Femininas e do Comitê Democrático de Jacarepaguá[592]. Apesar de não existirem muitas

---

[588] Carmen Edwiges Savietto. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal (org.). **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p 133

[589] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 1, /03/01/1947. *Apud* ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*., p 110.

[590] Para a lista completa de vereadores e pequenas biografias, ver: APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 62, Bancada Comunista, foto 405.

[591] Para a lista completa de vereadores e pequenas biografias, ver: APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 62, Bancada Comunista.

[592] *Ibidem*.

informações sobre sua trajetória de vida, os jornais comunistas indicam que ela era uma militante dedicada, reconhecida como dirigente sindical entre os operários da Light, o que garantiu sua eleição.

Em seus mandatos, Arcelina Mochel e Odila Schmidt se empenharam na defesa da implantação de serviços básicos e na garantia de direitos para os trabalhadores e moradores das periferias. Reivindicaram o abastecimento de leite e a intervenção do Estado em momentos de tragédias, como os desabamentos nas favelas, pronunciaram-se a favor da implantação e cumprimento do direito às folgas semanais remuneradas aos trabalhadores da capital, fizeram indicações para a concessão de iluminação, rede de esgoto e abastecimento de água em vários pontos do Distrito Federal. Arcelina Mochel elaborou o projeto nº 131, que propunha a doação de uma área da capital para a construção da "Liga da Infância"[593] e, no mesmo dia, fez um discurso combatendo os despejos dos moradores das favelas. Odila Schmidt defendia que as comunidades da capital poderiam ser melhor organizadas e assistidas se o governo do Distrito Federal se responsabilizasse pela construção de casas adequadas.

Além disso, as vereadoras comunistas apoiavam as lutas promovidas pelas Uniões Femininas. Quando as mulheres dessas entidades ocupavam as galerias da Câmara Municipal em protesto contra a carestia ou na tentativa de terem suas reivindicações atendidas, Arcelina Mochel e Odila Schmidt se uniam a elas e abriam espaço na tribuna para a apresentação das demandas femininas ou a publicização de suas ações políticas. Mais do que isso, desde que assumiram seus cargos, as vereadoras comunistas passaram a ser o canal direto das Uniões Femininas com a Câmara de Vereadores[594], bem como procuravam fazer palestras nas entidades de bairro com o objetivo não apenas de prestar contas de suas ações, mas de explicar o funcionamento do Poder Legislativo municipal às mulheres.

Entretanto, na tribuna, a atuação de ambas não se restringiu ou privilegiou as pautas femininas. As vereadoras procuraram atuar em todas as frentes defendidas pelo PCB em 1947, pronunciando-se em favor da Reforma Agrária, da emancipação do Distrito Federal, o que viabilizaria a realização de eleições para prefeito (que então era indicado pelo presidente da República), bem como denunciaram as péssimas condições de vida dos trabalhadores nas fábricas. Embora não tenham pautado exclusivamente a questão feminina, não ignoraram a

[593] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 22/08/1947.

[594] *Idem*, p. 17, 19/09/1947.

importância de sua presença no Poder Legislativo para o fortalecimento do movimento de mulheres que se espalhava pela capital.

Os mandatos comunistas tiveram vida curta. Em função do avanço da polarização política característica da Guerra Fria, consequência da ruptura processada entre os governos dos Estados Unidos e da URSS, e do recrudescimento do anticomunismo no Brasil, o registro do PCB foi cassado em maio de 1947. Ainda que o partido estivesse comprometido com uma postura democrática e legalista e que tenha buscado através da justiça manter sua legalidade, a atuação pecebista deixou de ser tolerada pelo governo no Brasil. A partir de então, seguiu-se uma onda repressiva que motivou a intervenção em sindicatos, o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, entidade criada em 1946, e impediu os comunistas de organizarem outra agremiação partidária. Eles pretendiam criar o Partido Popular Progressista (PPP), entidade que incorporaria as teses centrais do PCB e funcionaria como a fachada eleitoral do partido. No entanto, o TSE negou o registro, deixando os comunistas sem alternativas. A exclusão dos militantes do sistema político partidário brasileiro foi finalizada em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB.

Diante da mudança do cenário, a direção do PCB passou a defender o abandono da política de União Nacional e da diretriz de atuação segundo a ordem e a legalidade. O lançamento do Manifesto de Janeiro de 1948 marcou a adoção de um discurso mais agressivo e combativo por parte do comando do partido, que passou a defender a renúncia do presidente Eurico Dutra, eleito em dezembro de 1945. As teses apresentadas em 1948 foram referendadas em 1950 no documento conhecido como Manifesto de Agosto. Nele, a direção do partido qualificava o governo Dutra como de "traição nacional" e defendia a ruptura dos comunistas com o que denominavam "democracia burguesa". Os capitalistas brasileiros, as feministas, os imperialistas, os pequeno-burgueses voltavam a ser encarados como inimigos e o partido retomava a orientação de que os militantes deveriam assumir a hegemonia nas entidades em que atuassem. O objetivo do partido passava a ser a formação de um exército popular integrado pelas forças "verdadeiramente democráticas" para a concretização de uma Frente de Libertação Nacional. Assim, se entre 1945 e 1947 o partido se negava a dirigir greves e confrontos ao governo, embora nem sempre a militância seguisse tal orientação, a partir do Manifesto de Agosto a diretriz era produzir greves a todo custo[595].

[595] Para mais informações sobre a mudança doutrinária do PCB ver: VINHAS, **O Partidão**, *op. cit*.

A nova postura afastou vários militantes que haviam sido atraídos para o partido em 1945, no momento da euforia democrática. Muitos intelectuais debandaram e o número de quadros do partido foi reduzido significativamente. Como aponta Soares[596], as bases partidárias que se mantiveram atuantes também não aderiram irrestritamente à nova orientação do comando comunista. As costuras políticas que foram arrematadas nas organizações locais e regionais do partido desde 1945 estavam sólidas o suficiente para resistirem às palavras de ordem de Prestes. Este foi o caso do movimento feminino do partido.

Arcelina Mochel, no editorial do jornal *O Momento Feminino* de setembro de 1950, enalteceu as diretrizes do Manifesto de Agosto. Segundo ela:

> Hoje, os povos do mundo inteiro já sentiram que a participação das mulheres nas atividades sociais e políticas é de importância decisiva nos acontecimentos políticos, uma vez que não é possível por à margem da vida a metade da população, pois enorme a influência que exerce no desenvolvimento de cada pátria, se utilizada como força viva e criadora.
> Entretanto, para que as mulheres sejam esse elemento ático e criador, de uma sociedade nova, é necessário que conscientemente se libertem das cadeias que as escravizam, destruindo principalmente os preconceitos que as conservam como simples domésticas, alheias ao trabalho social.
> Quem ignora que as leis de nossa pátria só asseguram a desigualdade e inferioridade da mulher? Quem ignora a escravidão em que vivem as mulheres brasileiras, dos campos e das cidades, privadas de todos os meios de conforto, de liberdade democrática, de segurança individual, dentro do atual regime? (...) Eis, queridas amigas, o que nos mostra o Manifesto de 1º de agosto do querido líder do povo brasileiro Luiz Carlos Prestes: o caminho de lutas a percorrer, a grandiosa estrada de libertação nacional a ser aberta pelo nosso povo.
> Temos, pois essa sagrada missão a cumprir, todas nós mulheres brasileiras, que devemos ser a força viva e criadora de nossa pátria: rasgar essa estrada, que nos conduzirá à felicidade de nossos filhos, à felicidade de todo nosso povo[597].

Apesar de aderir ao Manifesto e, em função disso, subir o tom contra o governo, que passou a ser acusado diretamente de promover as mazelas enfrentadas pela mulher[598], Arcelina Mochel não atuou para reestruturar o trabalho político feminino do partido. As Uniões Femininas continuaram a ser coordenadas por direções mistas, integradas por comunistas e não comunistas, bem como continuaram abertas para receber mulheres de filiações partidárias e credos religiosos diversos. Enquanto a direção do PCB promovia uma guinada em seu

---

[596] SOARES, Ede Ricardo de Assis. Insubordinações de bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Capítulos de História dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFA, 2016.

[597] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, /01/09/1950.

[598] Antes disso a culpa era atribuída aos açambarcadores, atravessadores e comerciantes injustos que impunham a carestia, por exemplo.

posicionamento, as militantes do trabalho político feminino, a partir de 1948, conduziram a fundação de entidades estaduais de mulheres e da Federação de Mulheres do Brasil de maneira mais próxima às diretrizes anteriores e sem seguir a guinada esquerdista e sectária da direção do partido. O movimento feminino comunista, nesse sentido, manteve sua autonomia. Talvez por isso, tenha se fortalecido e se ampliado, enquanto outros segmentos do PCB iniciaram um processo de declínio a partir de 1948.

De fato, a expansão e complexificação do movimento feminino de orientação comunista estava acontecendo desde 1946, ano em que as militantes se envolveram na criação de uma entidade que se pretendia nacional e objetivava garantir a integração das UFs que surgiam no Distrito Federal e em todo o país.

### 5.2.4 A ampliação da atuação do movimento feminino comunista brasileiro

No dia 28 de outubro de 1946, foi fundado o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) no Distrito Federal, por iniciativa de mulheres ligadas à atuação das Uniões Femininas. O instituto foi pensado para funcionar como "um elo entre as várias e operantes associações de mulheres do Distrito Federal e de outros Estados"[599] para, a partir da integração dessas entidades femininas de todo o país, viabilizar a formação de uma Federação de Mulheres de caráter nacional. O principal nome do instituto era Alice Tibiriçá (1886-1950), então uma senhora de 60 anos que tinha uma longa trajetória de lutas pelos direitos das mulheres, pela assistência aos portadores de hanseníase e pela divulgação de métodos de profilaxia à doença no Brasil. Como diretora do instituto, Alice Tibiriçá procurou as Uniões Femininas e demais associações de mulheres que existiam e se formavam para propor uma atuação conjunta em torno de pautas consideradas pelo IFSC comuns a todas as mulheres: a carestia, a paz, a conquista de direitos femininos e a segurança da infância. De fato, para além das demandas locais, o IFSC fazia um convite às mulheres para ampliarem sua atuação política.

Alice Tibiriçá não era uma militante do PCB e junto a ela várias outras mulheres que não se declaravam comunistas, mas atuavam junto às UFs, integraram o IFSC, como Nuta Bartlet James e Nice Figueiredo. Não obstante, a empreitada de fundação do instituto não poderia prescindir da militância das pecebistas, mulheres que tinham uma atuação muito

[599] ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*., p. 56.

expressiva junto às UFs para serem ignoradas por uma organização que pretendia coordená-las. Arcelina e Eline Mochel, Beatriz Bandeira, Lia Côrrea Dutra, Antonita Campos da Paz, entre outras, acompanharam o surgimento da nova entidade não na posição de expectadoras, mas como aliadas de Alice Tibiriçá. A parceria entre esses grupos de mulheres – comunistas e não comunistas – foi sólida e se estendeu para vários outros projetos. A criação do IFSC, por exemplo, aconteceu em meio aos debates sobre a fundação de um jornal feminino diretamente ligado às UFs, *O Momento Feminino.* Apesar de ter sido publicado apenas em 1947, em meados de 1946 já estava sendo articulado por esse mesmo grupo de mulheres, com liderança mais expressiva das militantes do PCB.

Apesar de Alice Tibiriçá não se declarar comunista, sua trajetória no movimento feminino a partir dos anos 1940 foi toda traçada ao lado de militantes reconhecidamente pecebistas, além de ter sido ela a representante enviada para selar a parceria das entidades de mulheres brasileiras daquele contexto com o movimento feminino comunista internacional. Alice Tibiriçá, como presidente do IFSC, foi a primeira brasileira a participar de uma reunião da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), organização criada na França em 1945 que tinha a pretensão de integrar o movimento feminino comunista desenvolvido em todo o mundo.

Da mesma forma, o método de trabalho e as pautas defendidas por Alice Tibiriçá, Nuta Bartlet e Nice Figueiredo no IFSC não diferiam daqueles empregados pelas comunistas nas várias Uniões Femininas, o que explica a frutífera parceria que elas conseguiram estabelecer. Por se reconhecerem no formato do trabalho político feminino conduzido pelo PCB e corroborarem a leitura das militantes acerca da realidade das mulheres brasileiras, Alice Tibiriçá, Nuta Bartlet e Nice Figueiredo acabaram sendo envolvidas se não pelo partido, ao menos pela cultura política comunista, ou seja, pelas formas de interpretar o mundo, pelas representações, pelo vocabulário, pelas tradições que os comunistas partilhavam. Talvez por isso não tenha sido incômodo para aquelas mulheres a convivência com símbolos – como a foice e o martelo carimbados em tantos documentos –, campanhas e discursos comunistas.

O principal objetivo do IFSC era viabilizar a criação do que viria a ser a Federação de Mulheres do Brasil. Enquanto esse projeto não era concretizado, o instituto se dedicou a dar suporte às Uniões Femininas cariocas e de todo o país. No que se refere ao trabalho junto às organizações cariocas, semanalmente, as UFs e demais entidades de mulheres da capital eram convidadas a se reunirem na sede do instituto para debaterem seus objetivos, dilemas e

projetos[600]. Movidas pela intenção de centralizar as lutas para o enfrentamento da questão feminina no Brasil promovendo uma União Nacional contra as mazelas vividas pelas mulheres, as dirigentes do instituto convidavam, além das Uniões Femininas, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino[601] e o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, entre outras. Dessas reuniões, saíam resoluções para a condução de eventos como conferências de mulheres, congressos sobre os direitos femininos e as limitações impostas pelo Código Civil em vigor no Brasil, passeatas contra a carestia, mobilizações para pressionarem os políticos nas galerias das diversas casas legislativas, abaixo-assinados encaminhados para os ocupantes dos cargos executivos no Distrito Federal.

Além da assistência às UFs, o IFSC promoveu a ligação do movimento comunista feminino brasileiro ao movimento de mesmo caráter em nível internacional. Como já mencionado, a presidente da instituição, Alice Tibiriçá, recebeu o convite para participar da reunião do Conselho da FDIM que seria realizada em Praga em fevereiro de 1947. A viagem de Tibiriçá foi resultado de um esforço conjunto das entidades femininas brasileiras, incluindo as feministas, que realizaram uma "campanha financeira relâmpago, de dez dias". Durante o período da campanha, todas as tardes, as mulheres do IFSC aguardavam na sede do instituto as representantes das organizações com os valores que conseguiam arrecadar e faziam o balanço. As contribuições chegavam de toda a cidade e de várias formas. Até as mulheres das regiões mais vulneráveis parecem ter sido convencidas da importância da representante brasileira na reunião da FDIM: "Em um dado momento, a representante da União Feminina da Favela entregou um pacote volumoso. Quando aberto, rolaram as moedas pela mesa. Era a contribuição das faveladas para o envio da representante do Brasil ao Congresso de Mulheres"[602].

Ao retornar ao Brasil, Alice Tibiriçá estava impactada pelo contato com mulheres de tantos países e pelo trabalho de coordenação exercido pela FDIM. No encontro de Praga, foram constituídas quatro comissões de estudo: uma sobre Direitos da Mulher, outra sobre a Proteção à Infância, Situação das Mulheres nos países coloniais e a última sobre Propaganda. Alice Tibiriçá integrou a primeira e sugeriu que cada país tivesse um mês para enviar os nomes das

---

[600] MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **Lutas e idéias**. Rio de Janeiro: Editora PLG, 1980. P. 151.

[601] Em sua tese, Iracélli Alves mostra que até 1948 houve cooperação entre feministas e comunistas, as quais disputaram a hegemonia do movimento de mulheres. Como o PCB estava sob a orientação da União Nacional, as feministas da FBPF não foram excluídas das alianças num primeiro momento. A partir de 1948, entretanto, o anticomunismo de muitas integrantes da federação feminista gerou a ruptura com as mulheres das UFs e do IFSC. Para mais informações, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

[602] MIRANDA, **Lutas e idéias**, *op. cit.*, p 151.

demais integrantes para as comissões. Acompanhar a definição desses segmentos de estudo apontou para Tibiriçá os setores que a FDIM entendia que deveriam mobilizar o movimento de mulheres, o que a líder passou a defender como pautas para a futura federação nacional que se propunha a ajudar a fundar. Tibiriçá destacou, ainda, que era preciso acelerar a publicação do jornal feminino e ampliar a adesão de mulheres às entidades em todo o país. Por fim, repassando o aprendizado obtido junto à FDIM, Alice Tibiriçá anunciava que a luta pelos direitos e pela dignidade feminina deveria ser associada à pauta democrática e ao enfrentamento às ameaças autoritárias que mantinham o espectro da guerra rondando as nações. A mulher só conseguiria sua emancipação, anunciava a líder brasileira, se a paz fosse garantida e o fascismo fosse eliminado do mundo.

De fato, junto à FDIM Alice Tibiriçá foi convencida de que o fascismo ainda era uma ameaça real, que não havia desaparecido com a derrota das tropas de Hitler, permanecendo no poder em países como Portugal e Espanha. Da mesma forma, continuava a agir mediante práticas imperialistas e a assombrar as conquistas femininas em todo o mundo. Em carta, Alice Tibiriçá destacou às brasileiras:

> Enfim, minhas amigas, é a luta antifascista que continua. Essas mulheres todas esperam alguma coisa do Brasil. Podemos ajudá-las? Confio que sim. O trabalho aí deve ser intensificado ao máximo para que façamos um Congresso representativo e promissor. Nele discutiremos os Direitos da Mulher, tema em que nos caberá papel relevante junto à Federação[603].

Ao voltar ao Brasil no começo de 1947, Alice Tibiriçá[604] já estava convencida da importância da luta pela paz e contra a guerra como uma pauta indissociável da luta pela democracia no Brasil e pelo bem-estar das mulheres e das crianças. Em uma das entrevistas que concedeu aos jornais cariocas, ela anunciou:

> Só poderemos proteger nossa família, amparar nossas crianças, caminhar com a humanidade em seu caminho ascendente, preservando a Paz mundial. E o Conselho da Federação Internacional de Mulheres está certo de que só ampliando e consolidando as conquistas democráticas dos povos é que a Paz poderá ser assegurada.

---

[603] *Ibidem*, p. 153.

[604] Importante destacar que, nos dias que passou em Praga, Tibiriçá se tornou amiga da delegada chinesa com quem aprendeu sobre a proposta revolucionária em curso no país. Segundo as cartas enviadas para a filha, Tibiriçá foi convencida da justiça da tomada do poder pelos comunistas e de como esse processo impactaria positivamente a vida das mulheres chinesas. Sendo assim, apesar de não se dizer comunista e de não ter se filiado ao PCB, a líder brasileira pode ser considerada, ao menos, uma simpatizante do partido. Para mais informações, ver: MIRANDA, **Lutas e idéias**, *op. cit*.

> Este é o nosso compromisso de honra. As mulheres não querem mais guerras; as mulheres, em todo o mundo, envidarão todos os seus esforços em favor da preservação da paz. É para a consolidação destes princípios que peço a todas as mulheres do Brasil que se unam, num clima positivo, sem política partidária ou discriminação religiosas, visando elevar cada vez mais e melhor o nome de nosso país[605].

A partir da adesão à FDIM, as entidades femininas, além de identificarem as mulheres como donas de casa ou trabalhadoras exploradas, passaram a reconhecê-las como antifascistas em potencial. Foi o antifascismo, inclusive, a principal temática abordada no evento organizado pelo IFSC para celebrar o Dia da Mulher de 1947. Num momento de comunhão entre as associações femininas, foram enaltecidos os esforços das mulheres para enfrentar a carestia que assolava o Brasil e foram narradas as trajetórias de revolucionárias estrangeiras que seguiam combatendo o que classificavam como o Estado burguês, que segundo as militantes brasileiras mantinham vestígios do fascismo. Segundo Arcelina Mochel, em seu discurso no evento do IFSC, aquele 8 de março deveria ser marcado como uma data para se homenagear e reconhecer o papel desempenhado por mulheres em todo o mundo no processo de enfrentamento ao fascismo, luta que seguia em curso mesmo no contexto da paz. Como encerramento das celebrações, as mulheres se dedicaram a redigir documentos de apoio às estrangeiras revolucionárias. O primeiro foi dirigido ao ministro das Relações Exteriores do Brasil e apresentava o apoio das militantes à permanência da republicana espanhola Juanita Flores, mulher que se encontrava exilada no Brasil em função das perseguições promovidas pela ditadura franquista[606]. Também foram dirigidos protestos ao governador civil de Lisboa, exigindo a libertação da militante comunista Maria Machado, e ao ditador paraguaio Higino Morínigo, repudiando as torturas aplicadas contra as "mulheres e os democratas paraguaios"[607]. Por tudo isso, no evento do IFSC, o Dia da Mulher foi celebrado como uma data de luta, de protestos e de construção da comunhão feminina em níveis mundiais, método empregado pelas militantes desde a proposta de Clara Zétkin, em 1910, ou seja, desde que a data se tornou efeméride para os partidos comunistas.

Outro marco na trajetória do IFSC foi a participação de suas dirigentes e associadas no evento que culminou na definição da data de 21 de julho como o Dia da Mulher Carioca. Por proposta da União Feminina de Copacabana e Leme, as mulheres do IFSC e outras entidades

---

[605] *Ibidem*, p. 157.

[606] **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 3, 09/03/1947.

[607] *Ibidem*.

decidiram se dirigir à Câmara Legislativa do Distrito Federal para protestar contra o aumento do custo de vida, em 21 de julho de 1947[608]. Apesar das investidas policiais e das tentativas de intimidação, as mulheres das organizações conseguiram se manter nas galerias, muitas das quais levaram seus filhos nos braços. Reconhecendo a persistência das mulheres em se fazerem ouvir e sensibilizados pelos discursos de Arcelina Mochel e Odila Schmidt, além do impacto gerado pelo contraponto estabelecido entre o choro das crianças e as sirenes policiais, os vereadores instituíram o dia da manifestação, o 21 de julho, como data para celebração da força da mulher carioca[609].

Por fim, o IFSC se envolveu na fundação de entidades femininas de caráter estadual. Foram criadas organizações em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul. Não foi possível identificar se a demanda pelas entidades partiu das próprias militantes dos estados ou se foi o instituto que procurou motivar o surgimento das entidades regionais. Independentemente, a presença comunista nas novas organizações evidencia o fato de que sua criação foi um projeto assumido pelas mulheres que dirigiam o trabalho político do PCB. Como o contexto dos anos finais da década de 1940 foi de muitas disputas entre as entidades de mulheres – de orientação feminista, comunista, religiosa – pela hegemonia do movimento feminino[610], a criação de organizações estaduais sólidas e com legitimidade perante as entidades de nível mais local não foi um projeto negociado pelas comunistas com outras forças. As direções dessas entidades foram ocupadas pelas pecebistas e foram partilhadas apenas com suas parceiras não comunistas mais próximas. Dessa vez, as feministas foram excluídas.

A partir de 1948, as comunistas romperam as alianças com as mulheres da FBPF e demais entidades feministas, as quais, apesar de se apresentarem como aliadas na construção de uma frente política em prol da emancipação das mulheres, disputavam com as comunistas o papel de direção do movimento feminino brasileiro dos anos 1940. Se entre 1946 e 1948, como prova Iracélli Alves, as pecebistas participaram dos eventos promovidos pela FBPF, representadas pelo IFSC e pelo jornal *O Momento Feminino*, a partir de 1948, contudo, tanto a radicalização do discurso do PCB quanto o acirramento do anticomunismo nas fileiras feministas tornaram inviável a continuidade do clima cordial. Retomando a representação das feministas como mulheres burguesas fúteis e contrárias a uma atuação política conjunta com os

---

[608] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 4-5, 01/08/1947.

[609] MIRANDA, **Lutas e idéias**, *op. cit*.

[610] Para mais informações, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

homens, as comunistas procuraram demarcar bem as distâncias entre suas organizações e aquelas que criticavam. Segundo Mochel, as feministas

> São as mulheres que vivem o luxo e as riquezas, pouco se incomodando que o povo vivia com fome, que as crianças morram à mígua ou que os velhos esmolem. Por isso, se articula, para que a situação lhes permaneça como esta, vendo na nossa luta um perigo para os seus prazeres. Essa é uma verdade que infelizmente existe aqui e em todo o mundo. Elas também se organizam e procuram mascarar sua luta com ares de democracia e igualdade, mas, no fundo querem esmagar-nos[611].

Foi nesse contexto de retomada do antifascismo e do antifeminismo como pautas do trabalho político feminino das comunistas que surgiu a primeira entidade de mulheres estadual atrelada ao PCB. Do que foi apurado por mim nesta pesquisa, essa organização pioneira foi a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP), criada em abril de 1948. A FMSP foi estruturada a partir da orientação de Alice Tibiriçá, convidada em função de sua atuação destacada junto ao conselho da FDIM. Tibiriçá, mesmo morando no Rio de Janeiro, assumiu a presidência da entidade em seu primeiro ano.

A FMESP foi pensada para reunir e coordenar as diversas entidades femininas do estado de São Paulo, além de envolvê-las em pautas nacionais e internacionais mais amplas, como a luta pela nacionalização do petróleo e as campanhas pela paz. Tratava-se do braço do PCB junto ao movimento de mulheres paulistas. Inclusive, um dirigente estadual do partido foi destacado para dar assistência política às militantes da federação, garantindo que a entidade não se distanciasse das orientações comunistas. Era ele Salomão Malina, quadro que se singularizava por ter combatido na Segunda Guerra Mundial enfrentando as tropas nazistas[612].

A criação da FMESP refletia a preocupação do PCB de garantir que às pautas específicas relacionadas aos direitos das mulheres e às demandas trazidas pelas donas de casa e trabalhadoras das diversas regiões do estado de São Paulo fossem interligadas as campanhas e pautas mais gerais dos comunistas. Essa estratégia foi anunciada, inclusive, no primeiro artigo do estatuto da organização. Diferentemente das Uniões Femininas analisadas até agora nesta tese, as quais se apresentavam como entidades destinadas a lutar contra a carestia, a FMESP apresentava como seu objetivo congraçar "as entidades femininas do Estado de São Paulo, com a finalidade precípua de defender a Paz no Mundo e de lutar pela conquista dos Direitos da

---

[611] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 30/01/1948.

[612] Entrevista que Dina Lida Kinoshita, militante que aderiu ao PCB na década de 1960 e que se tornou uma das dirigentes comunistas na década de 1980, concedeu a mim em 28 de março de 2018.

Mulher"[613]. Além disso, em seu artigo 4º, previa a participação da entidade em movimentos de defesa das "riquezas naturais e das indústrias básicas do Brasil"[614].

Nesse sentido, se as Uniões Femininas representavam a tentativa das comunistas de se aproximarem das massas femininas para organizarem lutas a partir das demandas e necessidades delas, as entidades estaduais e organizações de mulheres criadas pelas comunistas a partir de 1948 pareciam ter o objetivo de fazer o movimento contrário: levar o partido, suas pautas e lutas até as massas femininas. Foi com esse objetivo que as comunistas fundaram o jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* e a Federação de Mulheres do Brasil. Além de fortalecerem a organização e atuação das entidades femininas estaduais e locais e de reafirmarem o vínculo do movimento feminino brasileiro com o movimento feminino comunista internacional, as duas organizações nacionais contribuíram para difundir o imaginário, as representações, as práticas, os discursos, as tradições e os modelos exemplares partilhados pelos militantes do PCB junto às massas femininas. Através do jornal e da federação se consolidou mais uma representação sobre as mulheres na cultura política comunista, o da mãe revolucionária, uma mulher antifascista, pacifista, combativa e sensível que encontrava a motivação para sua atuação política em seus afetos privados, sobretudo, em relação aos filhos. Acompanhar a apropriação dessa categoria bem como a constituição de *O Momento Feminino* e da Federação de Mulheres do Brasil é o objetivo do próximo capítulo.

---

[613] Federação de Mulheres do Estado de São Paulo. *Apud* MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**: movimentos de mulheres (1945-1964). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2017. p. 59.

[614] *Ibidem*.

# CAPÍTULO 6 | FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL E IMPRENSA COMUNISTA: CONEXÕES INTERNACIONAIS E MATERNIDADE REVOLUCIONÁRIA (1947-1956)

> "Sobre nós recai uma grande responsabilidade perante nossos filhos, nossos povos, perante a humanidade e a História (...) A consciência de que esta imensa responsabilidade nos obriga a fundir nossos esforços, todas as nossas energias para unir as mulheres de todo o mundo em um só campo de batalha: aquele em que se luta pela paz duradoura, pela democracia, por direitos para as mulheres e pela felicidade das crianças."
>
> ***Boletim de Informação da FDIM**, n. 34, ano 3, fevereiro de 1949.*[615]

A orientação doutrinária definida em 1948 para todos os militantes do PCB, que pregava a luta armada e a deposição do governo brasileiro, não alterou os rumos do trabalho político feminino que as comunistas desenvolviam desde 1946. A estratégia de promoção de alianças políticas diversas havia garantido que as organizações de mulheres por elas fundadas e integradas se mantivessem em expansão. E, embora em outras esferas de atuação[616] as comunistas tenham radicalizado seus discursos, mantiveram-se moderadas na condução do movimento de mulheres.

Enquanto o PCB perdia quadros e reduzia sua penetração em muitos segmentos da sociedade, o movimento feminino ganhou muita representatividade e força no cenário político brasileiro, como mostrarei ao longo do capítulo [617]. As comunistas coordenaram Uniões Femininas, participavam da direção do IFSC e fundaram um jornal exclusivamente voltado para o público feminino. Em 1947, *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* entrou em circulação e continuou sendo produzido até 1956. A partir de 1948, as comunistas começaram a estruturar as entidades estaduais destinadas a coordenar as ações das diversas Uniões Femininas que surgiam nos bairros e regiões das diversas cidades do país. E em 1949 foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil (FMB).

---

[615] AEL/UNICAMP, Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

[616] Em panfletos e em textos jornalísticos as militantes, por vezes, assumiam um tom político mais agressivo. Um exemplo já citado no capítulo anterior é o texto publicado por Arcelina Mochel em *O Momento Feminino* referendando o posicionamento doutrinário do partido. Ver: **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 01/09/1950.

[617] Para mais informações sobre as disputas ocorridas entre feministas da FBPF e comunistas do PCB pela hegemonia do movimento de mulheres entre 1940-1970, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

O fato de as mulheres não terem aderido plenamente à orientação apresentada no Manifesto de Janeiro de 1948, entretanto, não significou um afastamento das comunistas do partido. Elas contribuíram para o grande destaque que as campanhas da paz e as campanhas pela nacionalização do petróleo adquiriram no cenário brasileiro. Da mesma forma, garantiram o contato do partido com o movimento feminino comunista internacional.

Desconstruindo e ressignificando os discursos de gênero tradicionais sobre as mulheres, as comunistas, via *O Momento Feminino,* FMB e participação na FDIM, fizeram da maternidade uma categoria política e procuraram transformar as donas de casa em cidadãs participativas, uma verdadeira força revolucionária.

## 6.1 FUNDAÇÃO DA FMB E MATERNIDADE REVOLUCIONÁRIA

Despois da criação da FMESP, as mulheres da direção do IFSC se dedicaram à organização da Associação Feminina do Distrito Federal[618] (AFDF, criada em março de 1949), entidade destinada a coordenar e auxiliar as Uniões Femininas surgidas nos bairros do Distrito Federal. De acordo com seus estatutos, os objetivos da AFDF eram:

> a) congregar todas as organizações femininas desta capital;
> b) coordenar suas atividades;
> c) desenvolver o espírito organizativo, de solidariedade entre as mulheres e de sua unidade de ação;
> d) estabelecer contato permanente com suas filiadas, dando-lhes fraternal apoio e ajuda para a realização de seus fins;
> e) pugnar pelo cumprimento das resoluções aprovadas pelas Convenções Municipais, Estaduais e pelos Congressos Nacionais e Internacionais relacionados com os interesses da Paz, da Cultura, dos Direitos da Mulher e da Criança, e o bem estar da Humanidade[619].

[618] No mesmo contexto de criação da AFDF, foi fundada a Associação Feminina Fluminense (AFF), entidade que tinha sede em Niterói e se propunha a coordenar as ações do movimento de mulheres em todo o estado do Rio de Janeiro. A primeira menção feita à entidade encontrada foi realizada pelo jornal *O Momento Feminino* em 30 de junho de 1949 (página 8), mas não foi possível identificar sua data de fundação, suas integrantes, seu estatuto ou sua relação com PCB. Enquanto à AFDF cabia a coordenação das ações das uniões criadas no Distrito Federal, a Associação Fluminense parecia ter um escopo maior. Segundo os órgãos de repressão, a AFDF possuiu atuação mais expressiva.

[619] AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, Estatutos da AFDF, caixa 4. Para mais informações sobre os estatutos da AFDF, ver: PAZ, Mariza Campos. **Nieta dos campos da paz**. Rio de Janeiro: Maud X, 2012. p. 87.

Seu surgimento foi uma consequência da I Convenção Feminina do Distrito Federal, evento organizado pelo IFSC como parte das comemorações do Dia da Mulher no Rio de Janeiro em 1949. O temário do evento abrangia "todos os problemas essenciais da mulher e das dificuldades que ela encontra para viver nobremente (...)", o que, acreditavam as organizadoras do evento, podia ser dividido em três categorias: os problemas da mulher, os problemas da criança e a defesa da paz[620]. Debater os três temas seria fundamental, defendiam as militantes, para que se pensasse sobre a construção da dignidade feminina e para que se garantisse que o evento refletisse o valor das mulheres enquanto "seres socialmente úteis"[621].

Segundo análise do jornal *O Momento Feminino*, a ideia que motivava as mulheres da organização do evento era a máxima: "não abrimos mão de nossa feminilidade mas, por isso mesmo, queremos nosso lugar dentro da sociedade"[622]. Tomando a condição feminina como um lugar político que lhes conferia valor e legitimidade social, além de lhes capacitar para a condução da luta pelos direitos específicos das mulheres – a proteção à maternidade, às crianças e a concessão das garantias trabalhistas –, as militantes se recusavam a mimetizar o comportamento masculino para adentrarem a política.

Enquanto mães, esposas, donas de casa, filhas e trabalhadoras, elas se organizaram para fundar uma entidade capaz de coordenar todo o movimento feminino do Distrito Federal, o que garantiria um maior impacto de suas ações e reivindicações. Aderiram à AFDF diversas Uniões Femininas dos bairros cariocas, as quais, em 1949, já eram cinquenta: Irajá, Cascadura, Parada de Lucas, Riachuelo, Pedro Ernesto e Ramos, Penha, Madureira, Bento Ribeiro, Engenho de dentro, Tijuca e Vila Isabel, Flamengo-Catete- Glória, Laranjeiras, Jacarepaguá, Gávea, Copacabana, Vigário Geral, Marechal Hermes, Vicente de Carvalho, Vaz Lobo, Cordovil, etc. Com adesão expressiva, a AFDF nascia com representatividade significativa.

A primeira diretoria da associação foi composta pelas comunistas Antonieta Campos da Paz (tesoureira), Eline Mochel de Matos (1ª secretária), Albertina Blum (2ª secretária), Mary

---

[620] A mobilização dos militantes nas campanhas pela paz foi uma das prioridades do movimento comunista internacional ao longo das décadas de 1940 e 1950. Farei alguns apontamentos sobre a participação do PCB e das mulheres do partido nas páginas adiante. Para mais informações sobre a participação do PCB nas campanhas pela paz, ver: RIBEIRO, Jaime Fernandes. **Combatentes da paz**: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

[621] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 3, fevereiro de 1949. (Não há especificação de dia da publicação desta edição do jornal.)

[622] *Ibidem*.

Emily Tumminelli (vice-presidente). A presidência coube a Maria Portugal Milward[623], sobre quem não encontrei informações. Em poucos meses, entretanto, a direção da entidade foi assumida por Mary Emily Tumminelli, militante que se juntou ao PCB em 1945 e atuou como presidente do departamento feminino do Comitê Popular Democrático de Botafogo[624]. Além da marcante presença de comunistas nos cargos de direção da AFDF, foi escolhida uma representante para garantir o contato da entidade com o comando do PCB. Tal tarefa parece ter sido realizada por Arcelina Mochel, militante que já era quadro do Comitê Metropolitano, o que facilitava o contato direto e constante entre as organizações. Participava da AFDF, ainda, Rosa Bittencourt, a tecelã que em 1922 foi a primeira mulher a se filiar ao PCB e em 1928 integrou o CMT[625].

A sede da AFDF ficava aberta todos os dias, das 15h às 19h, com exceção de sábados, com o objetivo de receber informações e sugestões sobre o movimento feminino do Distrito Federal. Para sobreviver, a associação contava com a cota de 5% das receitas das entidades a ela submetidas, orientação que foi aprovada ainda durante a realização da I Convenção Feminina. Outra fonte de renda era a realização de eventos e festas, bem como a tentativa de aquisição de doações de simpatizantes. Além da assessoria às Uniões Femininas, uma das primeiras ações da associação foi organizar a distribuição de exemplares de *O Momento Feminino,* jornal que classificava como "órgão oficial da imprensa do movimento feminino no Brasil"[626] e sobre o qual falarei adiante. A AFDF utilizava-se de *O Momento Feminino* para divulgar suas ações, repassar suas mensagens às sócias e, em contrapartida, integrava o grupo de suporte ao periódico.

Mal a AFDF havia sido criada, o mesmo grupo de mulheres do movimento feminino comunista se articulou para fundar a Federação de Mulheres do Brasil (FMB)[627]. A princípio,

---

[623] A reportagem de *O Momento Feminino* sobre a Convenção Feminina do Distrito Federal cita a participação de Maria Portugal, responsável, inclusive, pela fala que permitiu ao jornal criar a máxima que resumiria as pretensões do evento. Cf. **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 3, fevereiro de 1949.

[624] APERJ, Fundo DPS, Notação 0076, Associação Feminina do Distrito Federal.

[625] *Ibidem*.

[626] *Ibidem*. Cf. também **O Momento Feminino**, p. 13, Rio de Janeiro, 31/12/1949.

[627] Segundo carta da FDIM enviada a Arcelina Mochel em novembro de 1947, desde aquele ano, a entidade esperava a organização da Federação de Mulheres do Brasil: "En ese sentido, hemos leído con gran satisfacción el manifiesto de nuestra querida amiga señora Tibiriçá por la celebración de un congresso para constituir la Federácion de Mujeres Brasileñas. Inútil decirles que les deseamos el mais completo êxito en ese objetivo fundamental de unir a las mujeres para trabajar por 'a formação de um modo melhor onde haja pão para todas as bocas, democracia para todos os povos e paz para a humanidade'. Les rogamos nos tengan al corriente de sus trabajos en esa cuestión". Com base nessa carta, é possível inferir que a intenção nunca foi manter o IFSC atuante, como já havia apontado no capítulo anterior. O projeto era substituí-lo por uma entidade mais expressiva e

as ações do IFSC em 1948 e 1949 sugerem que ainda havia a intenção de se fazer um investimento maior na criação de entidades estaduais pelo país. No entanto, a previsão do encontro do Conselho da FDIM em Moscou em novembro de 1949 levou as militantes a mudarem de estratégia para concretizarem a fundação da entidade nacional. Uma vez que a participação dos países naquela reunião passou a ser condicionada à existência de uma federação de mulheres nacional, as brasileiras se reuniram para formar a sua organização. Não é muito evidente o motivo pelo qual as militantes não optaram por utilizar o IFSC como essa entidade nacional mais uma vez. Talvez, essa nova organização fosse uma exigência da FDIM ou as mulheres perceberam que o instituto havia começado a perder força depois da criação da AFDF. Junto às Uniões cariocas, pelo menos, a associação foi se tornando uma referência mais sólida.

A inauguração da FMB aconteceu durante a Conferência Nacional Feminina realizada no Rio de Janeiro de 23 a 25 de maio de 1949[628]. O evento foi organizado pela AFDF, pela FMESP, pela União Feminina de Minas Gerais, pelo Comitê de Mulheres de Pernambuco e por algumas militantes, "nomes representativos no cenário nacional": Alice Tibiriçá, Jacinta Passos, Nuta Bartlet James, Helena Sangirard. Mobilizada segundo o lema "Pelo conforto e tranquilidade do lar brasileiro", a conferência apresentou como temário três assuntos: "1º Direitos da Mulher; 2º Proteção à Infância e Juventude; 3º Contra o alto custo de vida"[629]. A definição das mesas e dos debates aconteceu com base nos dados levantados pela comissão organizadora por meio dos relatórios enviados pelas entidades femininas estaduais, nos quais os principais problemas enfrentados pelas mulheres eram narrados. Entre os problemas debatidos figuravam: os direitos específicos das trabalhadoras rurais e domésticas, das mulheres encarceradas, a necessidade de se reconhecer a função social da reprodução e do cuidado com as crianças – tarefas exercidas pelas mulheres –, a baixa representatividade feminina nos cargos de poder no Brasil, a relação considerada evidente pelas participantes do Congresso entre a autonomia financeira e a autonomia social e política das mulheres. As delegadas do evento, ainda, propuseram a modificação do Código Civil para se garantir a igualdade jurídica entre homens e mulheres, sobretudo em relação ao status feminino após o casamento. Elas referendaram a luta pelo "trabalho igual, salário igual" e pela construção de creches e jardins

construída a partir dos preceitos definidos pela FDIM. APERJ, Fundo DPS, Notação 1925, Federação Democrática Internacional de Mulheres.

628 **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 4 e 11, 20/05/1949.

629 *Ibidem*, p. 11.

de infância[630]. Nesse sentido, apesar de se anunciar como um evento dedicado a defender o "lar brasileiro", as discussões promovidas e que embalaram a criação da FMB se relacionavam mais à dignidade da mulher, à construção de sua cidadania e da igualdade de gênero do que, de fato, ao seu papel doméstico.

A escolhida para assumir a presidência da nova federação foi Alice Tibiriçá, que permaneceu no cargo até sua morte em 1950. A partir de então, a FMB passou a ser comandada por Branca Fialho, educadora que pertencia à Associação Brasileira de Educação[631]. Em 1951, Fialho foi substituída por Jacinta Passos[632], militante comunista, mas retornou ao cargo no ano seguinte e nele permaneceu até sua morte, em 1965. Apesar de não se afirmar comunista, Fialho, assim como Nuta Bartlet James e Alice Tibiriçá, em alguma medida se identificou com estratégias de luta e as representações sobre as mulheres partilhadas pelas militantes e pelas organizações comunistas, haja vista não apenas ter aceitado comandar a FMB, como ter assumido o cargo de vice-presidente da FDIM no período de 1955 a 1961. Além das presidentes já citadas, a diretoria da FMB foi integrada pela pecebista Arcelina Mochel, no cargo de secretária geral, por Helena Sangirard, Silvia Pessoa de Andrade, Elza Moura e Eunice Veiga[633]. Assim como havia acontecido na UFB em 1935 e como ocorria com as Uniões Femininas e as associações regionais, a diretoria da FMB era sempre mista, ou seja, partilhada por comunistas e não comunistas. Ainda assim, a hegemonia dos valores pecebistas era evidente, sobretudo em função da estreita ligação da entidade brasileira com a FDIM.

A FMB e a AFDF eram sediadas na mesma cidade e, em vários momentos entre 1949 e 1957, também partilhavam a mesma sala[634]. Apesar de desenvolverem uma atuação conjunta em diversos episódios, possuíam atribuições e escopos de ações distintos. A AFDF, como já destacado, era responsável por dar assistência e liderar as ações das mulheres das Uniões Femininas em todo o Distrito Federal. Qualquer entidade de mulheres filiada à associação era obrigada a lhe transmitir um relatório de ações desempenhadas, para garantir que a associação pudesse atuar como coordenadora do movimento feminino do Distrito Federal. Dessa forma,

---

[630] RODRIGUES; MELO, La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas, *op. cit*., p. 3-5.

[631] Elza Macedo afirma que Branca Fialho era progressista. Para mais informações, ver: MACEDO, **Ordem na casa e vamos à luta!**, , *op. cit*., p. 204.

[632] Para mais informações sobre a trajetória de Jacinta Passos no PCB, ver ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

[633] APESP, Prontuário 113837, Federação de Mulheres do Brasil.

[634] **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 24/01/1957.

era esperado que a AFDF fosse capaz de identificar defasagens de mobilização em determinadas regiões da cidade e enviasse representantes que pudessem incentivar a fundação de organizações femininas nos locais em que elas eram inexistentes. Em contextos trágicos, como as experiências de desabamentos ou invasões policiais em comunidades, a AFDF enviava representantes para auxiliarem as Uniões Femininas no trabalho de atenção às mulheres e famílias atingidas[635]. A partir dos problemas relatados pelas associações locais, a AFDF assumia o compromisso de elaborar as melhores estratégias para superá-los.

Por sua vez, a FMB era uma entidade de caráter nacional, destinada a representar os interesses das mulheres de todo o país e a coordenar a atuação conjunta das organizações femininas brasileiras. Segundo seu estatuto, à FMB caberia "coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa dos seus direitos, das crianças e da juventude, por um futuro melhor para os nossos filhos"[636]. Para tanto, contava com o apoio das entidades estaduais a ela filiadas (que somavam 11 em 1949)[637], das quais esperava receber relatórios que narrassem suas atividades, seus métodos de trabalho e a realidade das condições de vida e de organização política das mulheres sob sua jurisdição. A FMB, ainda, tinha a pretensão de construir um panorama sobre as condições de vida da mulher brasileira, destacando as especificidades das realidades experimentadas pelas moradoras de todas as regiões do país[638].

A FMB, assim como as entidades estaduais criadas, fazia visitas às Uniões Femininas que estavam sendo estruturadas, o que marcava o reconhecimento da atuação dessas organizações. Sempre que possível, uma representante era enviada para participar das mesas dos eventos promovidos pelas entidades femininas a ela atreladas: "ESTADO DO RIO – Na cidade de Porto Novo, foi inaugurada recentemente a União Feminina de Além Paraíba, com a presença de uma representante da FMB. As mulheres de Porto Novo estão vivamente empenhadas em desenvolver os trabalhos em prol das reivindicações locais"[639].

A federação, também, conseguiu articular um esquema nacional de aquisição de produtos e mercadorias para atender às demandas das Uniões Femininas do país, comprando

---

[635] APERJ, Fundo DPS, Notação 0076, Associação Feminina do Distrito Federal. Rosa Bittencourt e Antonieta fizeram até a favela.

[636] Estatutos da Federação de Mulheres do Brasil *apud* MACEDO, **Ordem na casa e vamos à luta!**, *op. cit*., p. 166.

[637] *Ibidem*.

[638] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 4, 11, 20/05/1949.

[639] *Idem*, p. 14, maio de 1951 (nesta edição não há especificação de dia de publicação).

do governo federal, por preço inferior ao de mercado, alimentos e tecidos populares expropriados advindos de atos de sonegação e crimes, e os revendendo às organizações associadas pelo mesmo preço obtido. Desse modo, garantia a distribuição de mercadorias a um custo menor para várias mulheres de regiões periféricas[640].

Para promover a ampliação do movimento feminino, a FMB criou um curso de monitoras, mulheres que seriam replicadoras do conhecimento e dos métodos de trabalho aprendidos junto à federação. As organizações de mulheres do Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, do estado do Rio de Janeiro, Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, todas filiadas à FMB, selecionaram e enviaram as estagiárias para participarem do treinamento. No total, o primeiro curso, realizado em 1955, foi integrado por quarenta monitoras, "além das assistentes". As aulas eram ministradas pela diretoria da FMB:

> O objetivo é preparar elementos para o trabalho feminino. Tratava-se de um curso intensivo com quatro aulas teóricas por semana e estudos práticos. Foi elaborado um plano de visitas a organizações, sindicatos, jornais, colônias de férias, enfim, a tudo o que esteja relacionado com o trabalho junto às mulheres e crianças.
> (...) "O papel da monitora é extremamente importante: ela tem que convencer, animar, encorajar, dar esperança, entusiasmo para fazer de cada mulher brasileira uma lutadora enérgica pela paz e pela felicidade de seu lar e se seus filhos".
> "A monitora deve: estudar sempre os problemas que se apresentam – desenvolver grande atividade – ter grande tolerância e paciência – ser de grande rigor no cumprimento do dever – ser leal, bondosa, corajosa, alegre, bem-humorada"[641].

O curso anunciava a pretensão de treinar lideranças para comandar um movimento de mulheres em favor da paz, de seu lar e de seus filhos, mas o que de fato ocorria era a integração da mulher nos debates políticos e econômicos nacionais e internacionais. A FMB se envolveu, por exemplo, nas grandes campanhas que tomaram o cenário político brasileiro. Integrou o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo[642], organização fundada em abril de 1948 com o objetivo de promover uma ampla campanha pela instituição do monopólio estatal na exploração das jazidas de petróleo e que contou com o apoio do PCB. As mulheres associadas às entidades coordenadas pela federação engrossavam as passeatas e eventos da campanha "O petróleo é nosso" ocorridas entre 1949 e 1951, ampliando sua capacidade de pressão política. Através da

---

[640] Para mais informações sobre esta atuação da FMB, ver: MACEDO, **Ordem na casa e vamos à luta!**, *op. cit*., p. 201-211.

[641] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 35, 1955 (este exemplar é identificado pelo ano e pelo número da edição - 110).

[642] Em setembro de 1949, a entidade passou a ser denominada Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

liderança da FMB, ainda, foram realizadas passeatas expressivas contra a carestia, momento em que as mulheres empunhando panelas vazias reclamavam a dificuldade de obter acesso a alimentos e gêneros de primeira necessidade. A "Passeata das Panelas Vazias" realizada em 1951, com destaque para a dimensão que alcançou em São Paulo, foi tão expressiva que motivou o então presidente Vargas a enviar ao Congresso uma lei em defesa da economia popular. Nessa lei, ficavam definidas como crimes contra a economia popular a venda de produtos fora do preço tabelado, a adulteração das mercadorias com prejuízo da qualidade com objetivo de aumentar os lucros do vendedor, a fraude dos pesos e medidas, entre outras[643]. Dessa lei criada por Vargas, inclusive, decorreu a criação da Superintendência de Abastecimento Nacional. De fato, todos os pontos da lei atendiam às demandas apresentadas pelas mulheres que atuavam nas Uniões Femininas e Associação de Mulheres que lutavam contra a carestia e o mercado negro no país[644].

A FMB, ainda, comprometeu-se a incentivar mulheres artistas brasileiras. Em 1955, a federação instituiu um Salão Feminino de Artes Plásticas que seria realizado anualmente "um mês após o encerramento do Salão Nacional de Arte Moderna e terá duração de quinze dias"[645]. A artista que apresentasse o trabalho mais bem avaliado, fosse pintura, gravura, escultura, desenho, arquitetura ou artes decorativas, seria premiada com uma viagem de um ano para o exterior para frequentar "centros de arte". O Salão Feminino foi uma parceria estabelecida pela FMB com a Comissão Nacional de Belas Artes, a Escola Nacional de Belas Artes, a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Rio de Janeiro, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, além de artistas brasileiros, e refletia o projeto das militantes de incentivar a presença das mulheres em todos os segmentos da sociedade.

Em relação aos governos, a FMB se colocou a favor do processo democrático e defendeu o respeito ao resultado das eleições. Acompanhando o posicionamento do PCB, a entidade feminina demonstrou apoio à candidatura de Juscelino Kubistchek (1956-1961) e parabenizou a intervenção conduzida por Marechal Lott para evitar o golpe que pretendia impedir o presidente eleito de tomar pose. Assumindo a pauta democrática como fundamental para a

---

643 Para acessar a lei proposta por Vargas, ver: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=79428.

644 MACEDO, **Ordem na casa e vamos à luta!**, *op. cit*., p. 197.

645 **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 16/11/1955.

superação da questão feminina, a FMB se apresentava como defensora das instituições políticas e da legalidade[646].

O principal papel da FMB no cenário do movimento feminino, entretanto, parece ter sido a promoção de sua internacionalização. Esta foi uma especificidade da federação, já que nenhuma outra entidade brasileira podia assumir seu papel junto à FDIM. Inclusive a própria estrutura e o funcionamento da FMB parecem ter sido inspirados na entidade internacional. Antes de apontar como a FMB organizava sua gestão, portanto, é importante apresentar como a FDIM se estruturava.

A FDIM era uma organização guarda-chuva de perspectiva e atuação internacionais que reunia organizações filiadas de todo o mundo e integrava a Organização das Nações Unidas (ONU) como entidade consultiva[647]. As ideias e os métodos de trabalho desenvolvidos pela FDIM conseguiram transpor as barreiras nacionais e, em alguma medida, foram capazes de reduzir os efeitos da polarização política característica da Guerra Fria, já que, apesar de reconhecidamente apoiada pela URSS, reuniu mulheres de orientações ideológicas múltiplas.

A federação foi fundada em 1º de dezembro de 1945, em Paris, por iniciativa da cientista francesa Eugénie Cotton (1881-1967). Cotton e sua família integraram a resistência antifascista durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que idealizou um movimento feminino de caráter internacional. A proposta de fundação da FDIM surgiu, pois, em um contexto de ativismo feminino, comunista, antibelicista, antifascista e transnacional[648], além de ser um contexto de admiração em relação à resistência soviética às tropas nazistas.

Com apoio da União das Mulheres Francesas, Cotton conseguiu reunir militantes de trajetórias políticas significativas, entre elas, a espanhola comunista Dolores Ibárruri, exilada na França em função das perseguições políticas em seu país, e a comunista francesa sobrevivente dos campos de concentração nazistas Marie-Claude Vaillant-Couturier[649]. Várias

---

[646] **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, 21/11/1955.

[647] A FDIM não desapareceu depois da desarticulação da URSS. Hoje, a entidade continua suas atividades, ainda que tenha menos prestígio, e está sediada na cidade de São Paulo.

[648] DE HAAN, Francisca. La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas camaradas**: historias iberoamericanas de mujeres comunistas. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017. p. 21.

[649] Segundo Francisca De Haan, Vaillant-Couturier foi membro do Partido Comunista Francês desde fevereiro de 1934 e em 1940 integrou a resistência contra a ocupação alemã. Presa em fevereiro de 1942, ela foi enviada no comboio de 230 francesas não judias para Auschwitz como prisioneira política em janeiro de 1943. "On their arrival in the camp, the women performed a very moving act of defiance by singing, in unison, the French national anthem 'La Marsellaise'. During 1944, the few remaining women of this group were transferred to Ravensbruck

das integrantes da FDIM haviam passado pela experiência de perder maridos, filhos, irmãos ou pais nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial e viviam o cotidiano de um território que se procurava reconstruir. Todas essas experiências impactaram a formação e a condução da federação e ajudam a compreender a adesão da entidade à URSS.

Em conjunto, as mulheres que fundaram a FDIM definiram que a nova entidade feminina deveria assumir um caráter de massas: "Em um mundo decidido a mudar a situação que levou os homens a duas terríveis guerras em menos de vinte e cinco anos, os elementos de novidade e força que representam a ação de massas das mulheres podem e devem ter uma enorme importância"[650]. Nos estatutos de 1945, foram apresentados os seguintes objetivos: participação ativa na luta pela completa aniquilação do fascismo, ação conjunta para organizar as mulheres de todos os países do mundo para defender seus direitos e alcançar o progresso social; proteção à saúde pública, em particular a saúde física e mental das crianças; o fortalecimento da amizade e da unidade das mulheres de todo o mundo[651]. Esses objetivos se conformavam em quatro bandeiras principais adotadas pela entidade, as quais eram entendidas como temáticas interligadas: o antifascismo, a paz duradoura, os direitos das mulheres e as melhores condições de vida para as crianças. Segundo o boletim da entidade:

> A Federação Democrática Internacional de Mulheres nasceu das belas e generosas ideias de paz, de igualdade e de justiça social. Suas atividades começaram em uma época em que estavam vivos o horror da guerra e a imagem de sua força destruidora. Este horror da guerra, o desejo de viver em paz e em segurança, de adquirir sua independência, de gozar da felicidade da família uniram as mulheres em uma organização democrática internacional.

(in Vaillant-Couturier's case on 2 August 1944), Where They were liberated by the Red Army. Of the 230 French women on the convoy to Auschwitz, forty-nine returned home. In january 1946, Marie-Claude Vaillant-Couturier, an experience photographer-journalist who also became a Member of the French Parliament, was one of the main French witness at the first Nuremberg trial of twenty-one major Nazi war criminals, which began on 20 November 1945 and was headlines News during the WIDF's founding congress". In: DE HAAN, Francisca. Continuing Cold War Paradigms in Western Historiography of Transnational Women's Organizations: the case of the Women's International Democratic Federation (WIDF). **Women's History Review**, v. 19, n. 4, p. 547-573, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09612025.2010.502399. Acesso em: 05/03/2021.

[650] Tradução minha do original: "En un mundo decidido a cambiar la situación que ha llevado a los hombres a dos terribles guerras en menos de veinte cinco años, los elementos de novedad y fuerza que aporta a la vida publica la acción en masa de las mujeres pueden y deben tener una enorme importancia". DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*., p. 21-22.

[651] DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*., p. 22.

> A fonte de onde surgiu esta cooperação de numerosos grupos de mulheres se encontra na consciência de que o combate pela paz é um combate contra o fascismo, de que a luta pelos direitos da mulher é a luta para assegurar uma democracia duradoura[652].

A FDIM, ainda, defendia a plena igualdade jurídica entre homens e mulheres, igualdade salarial, igualdade de acesso à educação e à capacitação profissional, defendia a conquista de mais e melhores serviços de seguridade para as operárias e camponesas e proteção para as mães, independentemente de seu estado civil. Em função da sugestão de mulheres de outros continentes, a FDIM assumiu, também, as bandeiras do anticolonialismo e do anti-imperialismo, além de ter encampado um intenso debate sobre o racismo e seus prejuízos para as mulheres em todo o mundo[653]. De fato, segundo a historiadora Francisca De Haan, a FDIM possuía uma militância interseccional porque associava aos debates de gênero, sua proposta principal, as discussões sobre diferenças de classe e raça[654].

O Congresso Internacional de Mulheres da FDIM deveria acontecer a cada três anos, seu conselho se reunia pelo menos uma vez por ano e congregava todos os países membros. Nas reuniões do conselho se elegiam as representantes que comporiam o Comitê Executivo, órgão dirigente que se reunia pelo menos duas vezes ao ano. No total, eram escolhidas 27 representantes que conduziam a federação no intervalo entre as reuniões de conselho. Além disso, havia ainda uma secretaria e uma Comissão de Verificação, esta responsável pela contabilidade da organização.

Algumas organizações que se filiavam à FDIM eram atreladas a partidos comunistas, outras eram associações de mulheres independentes. Havia, ainda, entidades que se

---

[652] Tradução minha do original: "La Federación Democrática Internacional de Mujeres nasció de las bellas y generosas ideas de paz, de igualdad y de justicia social. Sus actividades comenzaron en la época en que estaban aún vivos el horror de la guerra y la imagen de su fuerza destructora. Este horror de la guerra, el deseo de vivir en paz y seguridad, de adquirir su independencia, de gozar de la dicha de la familia, han unido a las mujeres en una organización democrática mundial. La fuente de donde surgió esta cooperación de numerosos grupos de mujeres, se halla en la consciencia de que el combate por la paz es el combate contra el fascismo, de que la lucha por os derechos de la mujer es la lucha por asegurar una democracia duradera". In: Defendamos a unidade do Movimento democrático de Mulheres. **Boletim de Informação da FDIM**, Paris, n. 26, ano 3, março 1948. Capa. Disponível em: AEL/UNICAMP, Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

[653] Durante os congressos da FDIM, constantemente havia discursos destacando os impactos do racismo no cotidiano das mulheres. Já na primeira reunião da entidade, da qual participou ainda como presidente do IFSC, Alice Tibiriçá destacou: "Na Conferência, a representante da América do Norte tratou do problema dos negros em seu país. Levarei o memorial que apresentou". Cf. MIRANDA, **Lutas e idéias**, *op. cit*., p. 152. Não encontrei manifestações das brasileiras sobre o racismo no Brasil, mas, como apontei em capítulos anteriores, as comunistas não ignoravam as mazelas geradas pelo preconceito racial. No contexto dos anos 1940, entretanto, nos documentos elaborados pelas entidades femininas brasileiras, não localizei o debate sobre o racismo.

[654] DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*., p. 20.

apresentavam como nacionais, compostas por um número pequeno de filiadas. Em meio a essa diversidade, havia organizações bastante expressivas no cenário mundial, como o Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas, a União de Mulheres Italianas, a Federação de Mulheres Democráticas de toda a China, entre outras.

A FDIM publicava um periódico que era traduzido para seis idiomas, o *Mulheres do Mundo Inteiro*. Organizada por sua Secretaria Internacional, que tinha sede em Berlim Oriental[655], a revista informava sobre as resoluções e atividades da federação, divulgava as informações que recebia a respeito das condições de vida das mulheres em todos os países e sobre a atuação das entidades nacionais filiadas. Com a revista, a federação pretendia criar a identificação das mulheres em nível global para, assim, inspirar a solidariedade.

A FDIM recebeu apoio material e político da URSS para realizar seu trabalho, o que, como aponta a historiadora Francisca De Haan, não significou sua submissão irrestrita aos desígnios dos governantes comunistas. Não obstante as ações e os posicionamentos da FDIM tenham sido perpassados pela cultura política comunista, isso não transformou a federação em uma entidade "teleguiada"[656], já que não havia uma adesão a todas as pautas soviéticas.

Em 1947, a FDIM foi reconhecida como "entidade consultiva B" do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de suas comissões. Entre 1947 e 1954[657], desenvolveu um significativo papel na luta pela melhoria dos direitos das mulheres em nível mundial, tendo sido uma intermediária entre as diversas entidades nacionais a ela filiadas e a ONU. Também conduziu campanhas contra a guerra promovida pela França no Vietnã, promovia campanhas contra ações arbitrárias de governos em relação às mulheres, denunciou o regime salazarista e as mazelas impostas a ativistas em toda a Espanha, denunciou a realidade da mortalidade infantil em vários países e conduziu uma campanha pela concessão da igualdade salarial entre homens e mulheres. Além disso, foi uma grande divulgadora das campanhas pela paz, incentivadas pela URSS, que temia ser atacada pelos EUA, mas que ganhava grande apelo junto

---

[655] No pós-Segunda Guerra, a cidade de Berlim foi dividida em quatro áreas de influência cuja administração ficaria a cargo de cada uma das nações vencedoras: Inglaterra, França, URSS e Estados Unidos. Em função da conjuntura da Guerra Fria, essa divisão inicial se converteu em dois lados, um capitalista e um comunista. A secretaria da FDIM mencionada possuía sede na área comunista, no setor oriental. Vários exemplares de *Mulheres do Mundo Inteiro* estão disponíveis para consulta em AEL/UNICAMP, Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

[656] Expressão do jargão comunista.

[657] Em 1954, em função do contexto da Guerra Fria, a FDIM perdeu o reconhecimento junto à ONU. Apenas em 1967 seria reincorporada à organização. Para mais informações, ver: DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*.

às militantes, que, em sua maioria, haviam sido vítimas de tragédias promovidas pela Segunda Guerra Mundial. No contexto em que uma guerra nuclear era uma ameaça cotidianamente presente, a campanha pela paz assumia uma dimensão política primordial. Para a FDIM, lutar contra o Estado burguês capitalista e pela democracia era sinônimo de lutar contra a guerra e por uma vida mais justa para as mulheres e crianças.

Foi sob essa máxima política que a FMB foi fundada. A luta pela democracia, a luta contra o fascismo, pela paz, pelos direitos femininos e contra a carestia eram encaradas, todas, como faces da mesma moeda pela entidade brasileira: a emancipação das mulheres e a igualdade entre os sexos. Dessa forma, assim como a FDIM, a FMB assumiu quatro bandeiras principais[658]: o antifascismo, a paz duradoura, os direitos das mulheres e as melhores condições de vida para as crianças. Também, a entidade feminina brasileira previa a realização de reuniões anuais de seu conselho de representantes (denominado Conselho Nacional), órgão responsável pela gestão. E dessas reuniões podiam participar as entidades filiadas e mulheres que tinham interesse em debater os problemas femininos e as questões da infância, mesmo que não tivessem ligação com organizações. Como a federação internacional, os estatutos da FMB previam eleições para a diretoria a cada dois anos, o que, na prática, não gerou grandes mudanças na condução da entidade. Branca Fialho e Arcelina Mochel foram os principais nomes e as principais dirigentes da FMB durante a maior parte de sua existência.

Sob orientação da FDIM, repassada no Congresso realizado em Copenhague em 1953, a FMB organizou e sediou a I Conferência de Mulheres Latino-americanas. O evento foi realizado no Rio de Janeiro entre 27 e 31 de agosto de 1954, no auditório da Associação da Imprensa Brasileira, e foi inaugurado com um discurso de Branca Fialho. Apesar do cenário político conturbado no Brasil, em função do suicídio cometido pelo presidente Vargas três dias antes do início do evento, e das sucessivas tentativas das forças de repressão de inviabilizarem

[658] DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*., p. 22.

o evento[659], a conferência recebeu 368 delegadas de nove países[660] e aprovou uma plataforma de luta:

> 1- Direitos civis iguais aos que são assegurados aos homens;
> 2- Direito de eleger e ser eleita, sem discriminações, para todos os organismos do poder;
> 3- Direito a uma vida pacífica, sem temores de violências e ameaças de extermínio por guerras e armas de destruição em massa;
> 4- Direito de livre associação e livre atividade política e religiosa;
> 5- Contra os preconceitos, discriminações de sexo ou raça;
> 6- Direito garantido ao trabalho;
> 7- Extensão às trabalhadoras agrícolas dos mesmos direitos dos trabalhadores industriais;
> 8- Direito das camponesas à propriedade e desfrute da terra;
> 9- Direito da escolha de ofício e profissão, com iguais possibilidades de acesso a todos os setores de trabalho;
> 10- Direito a salário igual para trabalho igual;
> 11- Promulgação, em todos os países latino-americanos de leis de proteção à mulher trabalhadora e contra as condições desumanas de trabalho;
> 12- Igualdade de direitos ao seguro social;
> 13- Proteção pelo Estado à mãe e à criança, com maternidades, creches, jardins de infância e escolas tanto nos bairros e nas fábricas, como no campo e localidades rurais;
> 14- Direito à instrução nos diferentes graus e pela defesa da cultura nacional;
> 15- Pelo estabelecimento nas leis e realização efetiva de todas as medidas aqui propostas[661].

Além desse evento diretamente convocado pela FDIM, a maioria das conferências nacionais realizadas pela FMB seguia o cronograma de congressos da federação internacional. Sempre que a FDIM anunciava um encontro, a FMB articulava a realização de uma assembleia com a mesma temática no Brasil, a fim de garantir a preparação dos relatórios que iria apresentar para as demais entidades de mulheres do mundo. Exemplo desse processo foi a preparação brasileira para a Jornada Internacional da Infância organizada pela FDIM em 1950:

> Atendendo ao apelo da FDIM, a Federação das Mulheres do Brasil distribuiu nacionalmente, entre as organizações femininas e personalidades interessadas, o questionário sobre a infância que lhe foi remetido. Convocando representantes da Juventude e elementos sindicais conseguiu a FMB organizar um plano de ação e

---

[659] Uma carta falsa com suposta assinatura de Arcelina Mochel foi enviada às Uniões Femininas solicitando recursos para a realização da conferência. O objetivo da carta era atingir a imagem da comunista, que passaria a ser vista como uma aproveitadora. As forças de repressão também tentaram impedir a FMB de encontrar um lugar adequado para a realização da conferência e procuraram usar a imprensa tradicional para afirmar a relação da federação brasileira com "organizações comunistas". Para mais informações, ver: **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 13, setembro de 1954.

[660] DE HAAN, La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta, *op. cit*., p. 35.

[661] **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 13, setembro de 1954.

> formar a Comissão nacional. Já foi organizado um jornal mural na sede da Federação e do seu plano de divulgação consta artigos para a imprensa, atos públicos, requerimentos nas Câmaras, visitas às fábricas, às creches e maternidades, a fim de apurar a realidade da vida infanto-juvenil em todos os setores da nossa pátria[662].

Também eram nessas assembleias que as mulheres da FMB referendavam os documentos e as decisões consolidadas nos congressos da FDIM, como a Declaração de Direitos da Mulher, aprovada no evento realizado em Copenhague em junho de 1953. Segundo a declaração:

> Os seguintes direitos devem ser reconhecidos a todas as mulheres, independentemente de sua raça, nacionalidade, situação social:
> Direito garantido ao trabalho;
> Direito à livre escolha de ofício e profissão; possibilidades iguais de acesso a todos os setores de trabalho;
> Igualdade de salário por trabalho igual;
> Igualdade de direito ao seguro social;
> Direito à proteção da mãe e da criança pelo Estado. Licença paga de maternidade pré e post-natal; criação de maternidades, consultórios para a mãe e a criança, creches e casas maternais em número suficiente, tanto nas localidades rurais, como nas cidades e centros industriais;
> Concessão às operárias agrícolas dos mesmos direitos concedidos às operárias industriais quanto ao salário, à proteção ao trabalho e à proteção da mãe e da criança;
> Direito das camponesas à propriedade e ao desfruto da terra;
> Direito à instrução nos seus diferentes graus e à formação profissional;
> Direito a eleger, sem restrições nem discriminações;
> Direitos civis iguais aos do homem no que se refere à propriedade, ao matrimônio e aos filhos;
> Direito de associação e livre atividade nas organizações democráticas femininas; participação das mulheres em outras organizações[663].

Durante os congressos, as mulheres da FMB, ainda, votavam a formação da equipe de delegadas que seria enviada ao congresso da FDIM. Essas inúmeras viagens, muitas delas a países da URSS, inclusive, motivaram a federação brasileira a investir na publicação de um livro pela Editora Vitória, organização ligada ao PCB, em março de 1954: *Atravessando as fronteiras da URSS*. A obra era composta por dezesseis entrevistas realizadas com mulheres[664]

---

[662] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 18/05/1950.

[663] Declaração de Direitos da Mulher: aprovada por unanimidade no Congresso Mundial, realizado em Copenhague de 5 a 10 de junho de 1953. Panfleto editado pela FMB. In: AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, caixa 2.

[664] Foram elas: Heloisa Helena Duarte Pereira, Virgínia Modesto de Souza, Olga Rechulki, Maria Della Costa; Eli Duarte Pereira; Fanny Taback, Ofélia do Amaral, Cristine Rose Marie, Santinha Peloia Serrano, Elisa Branco, Heloisa Ramos, Branca Fialho, Jovina Pessoa, Nair Batista, Helena Boaventura Netto, Zélia Amado. FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL. **Atravessando as fronteiras da URSS**: entrevistas. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1954.

que narraram suas vivências na "pátria do socialismo", todas experiências marcadas pela felicidade, pela igualdade, pelo acesso à cultura e à ciência pelas mulheres, além da dignidade das crianças. Segundo a militante comunista Elisa Branco, até os cabeleireiros soviéticos possuíam técnicas mais avançadas que as empregadas pelos brasileiros. Fotos das viagens foram reproduzidas nas páginas do livro e referendavam a imagem da URSS idílica, o que impedia as militantes de reconhecer os retrocessos em relação às questões de gênero vivenciadas pelas mulheres na pátria do socialismo, em comparação com as conquistas da década de 1920. Segundo Branca Fialho, o objetivo do livro era mostrar ao público brasileiro, sobretudo o feminino, que o discurso anticomunista não era verdadeiro:

> Pensou a Federação de Mulheres do Brasil ajudar a causa da Paz, entrevistando essas mulheres, tão diversas entre si, mas tão sinceras todas, e divulgando seus depoimentos. Por eles, o público verá que esses "monstros" que nos descrevem, são iguais a nós – amam, lutam, constroem e defendem seus lares e procuram pelo modo que se lhes afigura mais propício construir um mundo melhor para seus filhos. Ajudando assim a destruir muitos preconceitos estamos certas de trabalhar para a Paz e felicidade de todos[665].

Segundo Fialho, era preciso provar à sociedade brasileira que a federação, assim como tantas outras entidades que apoiavam a URSS, era defensora dos lares e do bem-estar dos filhos. Desde o congresso de sua fundação, a FMB recorria ao maternalismo como estratégia discursiva para alcançar suas interlocutoras. A convocatória do evento foi dirigida a todas as mulheres do Brasil, entendidas como "mães, esposas e donas de casa":

> Mulheres do Brasil
> Sobre nossos ombros pesa hoje mais do que nunca a responsabilidade da alegria de nossos lares, da saúde e do bem-estar de nossos filhos. Cresce, dia a dia, nosso dever de defender os direitos já adquiridos, de conquistar novos direitos e a obrigação de apertarmos-nos as mãos, num entendimento de fraternidade, de unirmo-nos para a conquista da nossa felicidade. Se soubermos fortalecer nossos entendimentos e fortalecer nossa união, seremos uma força viva e imponderável que nada pode derrotar.
> Mãe, esposa, dona de casa
> Os problemas da vida cara, as dificuldades sempre maiores para nossos lares, a educação e saúde de nossos filhos exigem que unidas debatamos nossos problemas, analisemos nossas situações e lutemos para a liquidação de tudo aquilo que nos infelicita, de tudo o que prejudica o nosso bem-estar. Defendamos, unidas, as belezas de nossa Pátria e a vontade de viver de nosso povo. No mundo inteiro, milhões de

[665] FIALHO, Branca. Prefácio. In: FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL, **Atravessando as fronteiras da URSS**, *op. cit*.

> mulheres unidas tem o pensamento voltado para nós esperando nossa colaboração mais estreita e nossa amizade mais profunda.

Conquanto o maternalismo já tivesse sido utilizado pelas mulheres do trabalho político feminino do PCB em décadas anteriores, como mencionado nos capítulos antecedentes, foi a partir do surgimento das Uniões Femininas, das associações estaduais e da FMB que essa estratégia discursiva passou a ser definidora da atuação das comunistas. Entre 1940 e 1960, o projeto das comunistas não parecia ser mais a construção da "voz operária feminina", mas a "voz feminina", o que implicava pensar na categoria mulher como mais complexa e multifacetada. Era preciso pensar a mulher enquanto trabalhadora, dona de casa, mãe, esposa, filha. Apropriando-se do discurso essencialista sobre os sexos, mas o subvertendo, as comunistas passaram a representar a mulher brasileira como mãe, um indivíduo que por sua predisposição ao cuidado e aos afetos seria propenso a revolucionar os rumos da política do país. Segundo o discurso da FMB a mulher era naturalmente tendente a lutar pela justiça, pela paz, pelos menos favorecidos e pela inclusão feminina, pois o instinto materno seria uma potência política.

A utilização do maternalismo como estratégia de discurso não era uma exclusividade das comunistas do PCB, mas foi uma ferramenta divulgada e habilidosamente empregada pela FDIM. Entre 1940 e 1960, pelo menos, todo o movimento feminino comunista se propunha a mobilizar as mulheres recorrendo a sua condição de mães para, a partir daí, reconhecê-las como revolucionárias.

## 6.2 MATERNALISMO E TRABALHO POLÍTICO FEMININO COMUNISTA: A MÃE REVOLUCIONÁRIA

Conforme destaca Berstein, para uma cultura política se consolidar e subsistir, as representações que compartilha não podem estar em contradição com a realidade, sob risco de perder a credibilidade[666]. Suas respostas aos problemas enfrentados pela sociedade precisam ser, em alguma medida, plausíveis e viáveis. Nesse sentido, o maternalismo contribuiu para a consolidação e expansão da cultura política comunista no contexto pós Segunda Guerra. A representação da mulher enquanto mãe e o argumento de que a paz poderia ser mantida se elas

[666] BERNSTEIN, A cultura política, *op. cit*., p. 349-364.

fossem mobilizadas pareciam aspectos coerentes do discurso comunista em relação ao cenário político e social que estava colocado.

Até pelo menos 1960, as mulheres em todo o mundo possuíam poucos e não muito confiáveis mecanismos de controle de concepção, o que tornava a experiência da maternidade, desejada ou não, uma realidade para a grande maioria delas. Convocar tal condição e destacar as dificuldades a ela associadas era, portanto, falar diretamente à maior parte das mulheres. Ademais, desde a experiência da Primeira Guerra Mundial, passando pela crise econômica eclodida em 1929, a experiência da maternidade se associou à vivência de maiores dificuldades financeiras, do medo da morte de entes queridos, da necessidade de manter o lar e os filhos. Ainda que nas camadas populares a experiência da maternidade solitária e da necessidade do trabalho assalariado sempre tenham sido frequentes, nos contextos pós-guerra, essas realidades se tornavam ainda mais impositivas, o que contribuía para referendar a certeza dos comunistas de que as mulheres eram as maiores vítimas do mundo que se precisaria reconstruir depois dos confrontos armados. Diante da realidade da maior presença masculina nos órgãos de poder ao redor do mundo, as comunistas afirmavam, sem medo de errar, que a guerra era resultado da ação dos homens burgueses e a geração e manutenção da vida, mesmo em cenários tão adversos, ação feminina.

Segundo Mercedes Yusta, o maternalismo que circulava entre os comunistas desde 1920 era uma herança do feminismo diferencialista[667], consistindo em um discurso que afirmava a existência das diferenças biológicas entre homens e mulheres, e defendendo que as características supostamente inatas das mulheres deveriam ser encaradas como vantagens sociais, como fontes de poder. O essencialismo de gênero, de acordo com essa corrente feminista, não deveria ser utilizado para construir exclusão ou inferiorização das mulheres em relação aos homens, mas deveria ser fundamento de sua legitimidade social. No contexto pós Segunda Guerra, essa perspectiva foi apropriada pelos comunistas, que defendiam, justamente, que as diferenças biológicas eram um dado inquestionável sobre o qual haviam sido construídos discursos que legitimavam a opressão dos homens sobre as mulheres. Esse processo histórico fundamentaria a necessidade de uma revolução para se garantir a

[667] O feminismo diferencialista postula o reconhecimento de uma identidade de gênero centrada na diferença biológica e cultural entre homens e mulheres. Ao destacar essas diferenças, as feministas dessa corrente procuram afirmar as potencialidades das mulheres, suas características supostamente inatas que poderiam ser reconhecidas como vantagens sociais e fontes para seu empoderamento. Já as feministas igualitaristas entendem que a afirmação de qualquer diferença entre os sexos se transforma em signo de inferioridade e desigualdade.

refundação das relações entre os sexos, o reconhecimento da função social da maternidade e a concessão de direitos específicos para as mulheres.

Importante destacar que muitos estudos apontam que o maternalismo teria sido adotado pelos comunistas em função das políticas implementadas por Stálin na URSS. A valorização do papel de mãe na URSS pós-1930, o qual, como vimos no capítulo 1, foi acompanhada de um incentivo estatal ao retorno feminino ao espaço doméstico e incentivo ao aumento do número de filhos por mulher, não era, entretanto, o mesmo discurso adotado pelos militantes do resto do mundo. Até 1956, inclusive, os comunistas sequer compreendiam que a URSS passava por um processo de retrocesso em relação às condições de vida das mulheres. A propaganda política soviética difundida pelo mundo continuava a afirmar o regime comunista que estava sendo implantado como garantidor de direitos iguais entre os sexos e de suporte à criação dos filhos e à realização dos serviços domésticos.

Por conseguinte, quando a FDIM foi criada, a noção de que a guerra era um produto masculino – mesmo que não de todos os homens, mas daqueles capitalistas e imperialistas – encontrou grande apelo entre as suas associadas. As mulheres, segundo a federação, eram as vítimas de toda a tragédia, tragédia que a maioria delas vivenciou enquanto mães. Sem dúvida, falar sobre a paz àquelas que aderiram à FDIM era abordar um anseio, uma esperança, o que poderia ser evocado como uma pauta de luta:

> Sobre nós recai uma grande responsabilidade perante nossos filhos, nossos povos, perante a humanidade e a História (...) A consciência de que esta imensa responsabilidade nos obriga a fundir nossos esforços, todas as nossas energias para unir as mulheres de todo o mundo em um só campo de batalha: aquele em que se luta pela paz duradoura, pela democracia, por direitos para as mulheres e pela felicidade das crianças[668].

Os discursos em defesa da paz proferidos pelas representantes da FDIM já mobilizavam mulheres de vários países desde 1946 e a partir de 1947 foram engrossados pela nova linha de ação da URSS:

---

[668] Tradução minha do original: "SOBRE NOSOSTRAS PESA UNA GRAN RESPONSABILIDAD ANTE NUESTRO HIJOS Y NUESTROS PUEBLOS, ANTE LA HUMANIDAD Y LA HISTORIA (...) La Consciencia de esta grave responsabilidad nos obliga a fundir todos nuestros esfuerzos, todas nuestras energías para unir a las mujeres del mundo entero en un solo campo: el que lucha por una paz estable y duradera, por la democracia, por los derechos das mujeres y por la felicidad dos niños" In: **Boletim de Informação da FDIM**, n. 34, ano 3, fevereiro de 1949. Disponível em: AEL/UNICAMP, Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

> A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico estadunidense, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas[669].

A partir dessa nova diretriz surgiu o Movimento pela Paz[670], idealizado pela URSS com o objetivo de barrar a ameaça norte-americana, mas apresentado e assimilado pelos militantes comunistas como um empenho mundial em prol da vida, da solidariedade entre os povos e do desmantelamento da ameaça da hecatombe nuclear. O movimento se concretizou na mobilização de diversas campanhas contra o armamento das nações capitalistas, contra a possibilidade da utilização das bombas atômicas, contra os conflitos que se desencadeavam em várias regiões, como a Guerra da Coreia (1950-1953). Tais campanhas consistiam na realização de Congressos pela Paz e na coleta de assinaturas em todos os países, listas que eram enviadas para a ONU para funcionarem como uma demonstração de apelo público mundial de milhões de pessoas. O Movimento pela Paz foi apresentado pela URSS como a nova tarefa dos comunistas do mundo, mais urgente, inclusive, que as próprias mobilizações revolucionárias que os militantes dos demais países estivessem vislumbrando.

A FDIM se tornou um importante braço do Movimento pela Paz e, com ela, a Federação de Mulheres do Brasil, que associou a luta contra a carestia que já vinha sendo desenvolvida pelas Uniões Femininas, as mobilizações pelos direitos femininos, das crianças e a luta pela nacionalização do Petróleo no Brasil, às campanhas pela paz. Todo o PCB passou então a ser convocado a participar de campanhas por assinaturas – como o Apelo de Estocolmo[671], o Apelo

---

669 RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*., p. 21.

670 O Movimento pela Paz se originou a partir de dois eventos: o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, ocorrido na Polônia em agosto de 1948, e o Congresso Nacional dos Combatentes da Paz, realizado na França em novembro do mesmo ano. Em abril de 1949, foi realizado o Congresso Mundial dos Partidários da Paz, que ampliou a divulgação e a propagação do movimento. Importante destacar que a FDIM se fez representar em todos esses eventos e que sua mobilização pela paz se iniciou antes mesmo de esta ser uma diretriz soviética. Porém, o pacifismo da URSS, como pondera o historiador Jaime Ribeiro, precisa ser relativizado. O pesquisador destaca que pacifismo e luta pela paz não são sinônimos, pois, apesar de pregar a necessidade de se evitar uma nova guerra e destacar esta como a atividade primeira dos partidos comunistas de todo o mundo, Stálin afirmava que, se fosse necessário, "responderia com violência aquilo considerasse uma 'agressão do capitalismo', nesse caso entenda-se, uma agressão norte-americana". Para mais informações, ver: RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*., p. 78.

671 O objetivo do apelo era coletar milhões de assinaturas para serem enviadas à ONU exigindo a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento.

de Viena[672], Apelo de Berlim[673] –, dos protestos contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e contra os conflitos armados que eclodiam[674]. E foram as mulheres que se destacaram nessa nova linha de trabalho[675].

O sucesso feminino no Movimento pela Paz no Brasil se deveu ao apelo que o discurso maternalista alcançava entre as mulheres da sociedade. Muitas delas, ainda que distantes da participação político-partidária, não apenas eram mães, como se sensibilizavam com as narrativas das militantes sobre os possíveis impactos de uma guerra nuclear na vida das crianças, das mães e das famílias. Segundo o historiador Jayme Ribeiro, inclusive, os comunistas cumpriram a importante tarefa de educar as massas brasileiras sobre o que era o armamento atômico e as consequências de sua utilização, preocupação que não movia a imprensa tradicional do país[676]. Apresentando-se como mães que falavam a outras mães, elas conseguiram arrecadar uma quantidade de assinaturas significativa[677] e levar a pauta do partido a vários rincões.

A adequação do maternalismo à tarefa motivou o PCB a elaborar modelos de listas de assinaturas das campanhas pela paz exclusivamente femininos:

> VOCÊ
> QUE NÃO QUER QUE SEU FILHO MORRA NA GUERRA
> QUE NÃO QUER PERDER SEU NOIVO
> QUE AMA SEU MARIDO E DESEJA QUE ELE VIVA AO LADO DE SEUS FILHOS

---

672 O objetivo do apelo era coletar milhões de assinaturas para serem enviadas à ONU contra a guerra atômica. Para mais informações, ver: Para mais informações ver: RIBEIRO, Jaime Fernandes. Combatentes da paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950. Rio de Janeiro: 7 Letras.

673 O objetivo do apelo era coletar milhões de assinaturas para serem enviadas à ONU exigindo um pacto de paz entre as cinco grandes potências: Inglaterra, França, Estados Unidos, União Soviética e China. Para mais informações, ver: RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*.

674 Jaime Fernandes Ribeiro faz um longo debate sobre a aparente contradição das atitudes do PCB no fim da década 1940: ainda que o partido tivesse adotado uma linha de ação mais agressiva, defendendo a luta armada para a derrubada do governo e a formação de um exército revolucionário (Manifesto de Agosto), aderiu às campanhas pacifistas promovidas em nível global. Segundo o historiador, a militância de base do partido não aderiu irrestritamente à nova diretriz militarizada dos dirigentes e se envolveu intensamente nas campanhas pela paz. Para mais informações ver: RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*.

675 A FMB, por exemplo, promovia competições entre as entidades filiadas para conseguir maior número de assinaturas. No III Congresso Brasileiro da Paz, a FMB apresentou o dobro de assinaturas em relação à cota que lhe foi confiada. Ver: **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 3, novembro de 1951.

676 Para mais informações, ver: RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*., p. 19-31.

677 Jaime Ribeiro elenca diversos exemplos do desempenho surpreendente das militantes. Em um deles, o autor informa que uma única militante foi capaz de conseguir 9 mil assinaturas, enquanto o radialista Mario Lago, outro destaque na tarefa, havia conseguido mil. Cf. RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*.

> Assine e mande para nossa redação esse apelo em favor da defesa da paz entre os povos (...)[678]

Essa representação de mãe que as lideranças comunistas da FDIM e da FMB evocavam não era uma mulher que pensava apenas em seus próprios filhos; era um indivíduo que sonhava com o bem-estar de toda a humanidade. Tratava-se de uma mãe revolucionária, dedicada à felicidade de todos os povos e a responsável pela geração que se conduziria por novos valores:

> Mulheres de todos os países:
> Não queremos que nossos filhos se matem mutuamente. Eduquemos nossos filhos para amarem a todos os povos. Não permitamos que o culto ao orgulho e a exaltação dos preconceitos raciais pervertam seus espíritos. Todas as crianças, sejam brancos, amarelos ou negros são iguais e tem os mesmos direitos e devem ser protegidos igualmente. Façamos o juramento de permanecermos unidas para defender nossos filhos conta a guerra. Pelo desarmamento e pela amizade entre os povos![679]

Além disso, apesar de uma defensora da paz, essa mãe revolucionária estava preparada para as batalhas. Não sendo possível barrar a guerra e a ganância capitalista, elas assumiram seu posto no front: "Garantimos que as mulheres farão de tudo que puderem para evitar esta guerra. Mas, vocês podem estar certos de que, se apesar de todos seus esforços, os imperialistas provocadores de guerra conseguirem desencadeá-la, as mulheres prosseguirão juntas na luta contra eles"[680]. A mãe revolucionária era, portanto, uma mulher corajosa, capaz de enfrentar as principais forças econômicas do mundo. Era consciente de suas responsabilidades privadas, mas sabedora da sua importância política para o mundo. Por seus filhos, mas pelos filhos de todas as outras mães do mundo, ela era capaz de se sacrificar e lutar.

No Brasil, as dirigentes da FMB perceberam que o uso do maternalismo em seus discursos tornava sua mensagem mais impactante e mais audível para as massas femininas. Acionar a condição ou a possibilidade biológica quase universal das mulheres de gerarem a

---

[678] **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 4, 01/04/1950 *apud* RIBEIRO, **Combatentes da paz**, *op. cit*., p. 89.

[679] Tradução minha do original: "Mujeres de todos los países: No queremos que nuestros hijos se maten mutuamente. Eduquemos a nuestros hijos en el amor a todos los pueblos; No permitamos que el culto del orgullo y la exaltación de los prejuicios raciales perviertan su espíritu. Todos los niños, sean blancos, amarillos o negros, son iguales, tienen los mismos derechos y deben ser protegidos en común. Hagamos el juramento de permanecer unidas para defender nuestros hijos contra la guerra, Por el desarme y la amistad entre los pueblos. APERJ, Fundo DPS, Notação 567, Congresso Mundial das Mães.

[680] Pronunciamento de Mari-Claude Vaillant-Couturier. Tradução minha do original: "Les aseguramos a ustedes que las mujeres harán cuanto puedan por evitar esa guerra. Además, pueden ustedes también tener la certidumbre de que si a pesar de todos sus esfuerzos, los imperialistas instigadores de guerra lograsen desencadenarla, las mujeres proseguirán juntas la lucha contra ellos. **Boletim de Informação da FDIM**, n. 35, ano 3, p. 12, março 1949. Disponível em: AEL/UNICAMP, Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

vida, de se tornarem mães, poderia propiciar o empoderamento feminino na esfera política. As interlocutoras da FMB não eram apenas as donas de casa, as trabalhadoras, as "amigas", mas eram também as mães, categoria que nos anos 1940 parecia até mais universal em relação à condição feminina que as demais empregadas pela entidade[681]. Essa mudança começou a ser processada já pelo IFSC, como apontado no capítulo anterior, mas se consolidou com a atuação da nova federação.

Confrontando a noção patriarcal de maternidade, as comunistas defendiam que, justamente por serem mães, as mulheres sempre tiveram motivos para adentrarem a arena política. Nas palavras de Alice Tibiriçá, em entrevista concedida em 1950: "Na época atual, o que mais distingue a mulher é o seu espírito associativo para a construção de um mundo melhor. Avessa às guerras, ela aspirou, em todos os tempos, à paz, à felicidade dos lares, à segurança dos filhos. Estava nisso o seu instinto de maternidade"[682]. Nessa passagem, Tibiriçá recorreu ao discurso essencialista sobre a mulher para subvertê-lo, para afirmar que o instinto materno era político, não doméstico. Era um afeto que motivava a atuação pública, coletiva, contra as guerras, e não impunha às mulheres a conformidade e o apego ao lar. Nesse sentido, a mãe era um ser político, antimilitarista, forte o suficiente para redirecionar os destinos da humanidade.

A adoção do discurso maternalista pelas brasileiras não foi uma mera transposição de uma estratégia e de uma realidade das associadas da FDIM. A própria trajetória de mulheres junto ao PCB contribuiu para referendar a representação da mãe revolucionária. Um primeiro modelo exemplar de mãe revolucionária que se consolidou na cultura política comunista no Brasil e contribuiu para reafirmar a noção de maternalismo que as militantes partilhavam foi o de Olga Benário. A luta de Olga por garantir a proteção e a vida de Prestes e a tragédia de vivenciar o nascimento da filha em uma prisão nazista permitiam às comunistas apresentá-la como um tipo ideal de mãe revolucionária.

Em fevereiro de 1949, a comunista Antonieta Campos da Paz, em discurso proferido em ato público ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com objetivo de homenagear Olga Benário, destacou:

> Não há quem não se comova constatando que um mundo de amor e carinho continha o coração daquela mulher comunista. A sua fibra maternal era tal que devia

[681] No capítulo 5, apresentei alguns dados demográficos que permitem perceber que a parcela mais expressiva das mulheres do país possuía filhos. Ver também Anexo 2.

[682] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 5, 24/02/1950.

> envergonhar essas mulheres burguesas que desmamam os seus filhinhos para poder jogar mais livremente o "pif-paf". Estas mulheres que deixam os seus filhos em mãos de mercenários é que vem atirar no nosso rosto que os comunistas não tem família, como se família fosse privilégio de classe. Estamos fartos de ouvir dizer que na Rússia os filhos são entregues ao Estado e que os pais perdem direito dos mesmos. Toda mulher comunista entende que a criação e educação dos filhos é dever primordial, é tarefa tão séria quanto qualquer tarefa do Partido.
> Sua memória exige de nós mais firmeza na luta, mais amor ao nosso Partido, mais contato com as grandes massas, mais compreensão dos problemas do povo e maior capacidade de cumprimento das nossas tarefas de cuja vitória depende a consolidação da democracia e a eliminação dos restos fascistas em nosso país. É uma herança preciosa que devem conservar com orgulho. Somos felizes de ter por padroeira uma mulher tão formidável. Sejamos dignas imitadoras de Olga Benário Prestes[683].

À comunista, mulher de fibra maternal, a militante contrapunha as burguesas, mulheres mais uma vez apresentadas pelo PCB como fúteis, pouco sensíveis e, agora, incapazes de garantir o bem-estar de seus filhos. As burguesas não seriam capazes de vivenciar seu instinto e amor maternais, ambos sufocados por sua condição de classe. Nesse sentido, a postura de desprezo pela família e pelos problemas do mundo seria característica das mulheres das classes abastadas, não das revolucionárias, como insistiam em afirmar as forças anticomunistas no Brasil. Em seu discurso, Antonieta destacou que as comunistas consideravam a educação do filho um dever primordial, tão sério quanto lutar pela consolidação da democracia e pela eliminação dos restos do fascismo. Com esse argumento, referendava a certeza de que as lutas privadas das mulheres-mães eram também pautas sociais, políticas e, portanto, públicas. Lutar por um filho significava lutar pelo fim da opressão do Estado burguês.

Ao narrar o momento em que Olga Benário foi retirada da cela de detenção para ser levada ao navio para ser deportada, Antonieta Campos da Paz justificou por que considerava a militante alemã um tipo ideal de mãe revolucionária:

> Olga, conhecedora de que os beleguins a retirariam por bem ou por mal, disse a Campos da Paz, "eu quero muito ter o meu filho, mas não é justo que por isto sofram os filhos de outras mães. Não houve argumentos que a demovessem. Preferiu sacrificar-se a ver os seus companheiros metralhados, provavelmente, e muitas crianças na orfandade. Ela sabia que marchava para a morte, mas não hesitou. Sempre visando o bem da coletividade[684].

Segundo essa passagem do discurso, a mãe revolucionária luta por seu filho, mas não prescinde de se bater pelo bem de todas as crianças, pela coletividade. Para uma comunista,

---

[683] AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, caixa 6.

[684] *Ibidem*.

mais do que uma tarefa pessoal, ser mãe representa um compromisso político com a humanidade. Na esteira desse pensamento é que Olga Benário passou a ser constantemente lembrada nos eventos do trabalho político feminino e seu aniversário não deixava de ser celebrado nas páginas de *O Momento Feminino*. Nos demais veículos da imprensa comunista, entretanto, seu nome era menos frequente, sendo mais destacado o de outra mãe exemplar, Dona Leocádia Prestes.

A luta da mãe de Prestes, Dona Leocádia, pela libertação da nora e da neta das prisões nazistas, mas, sobretudo, pela libertação do filho no Brasil, também contribuiu para fortalecer a noção de maternidade revolucionária no seio do PCB. Sua luta, como destacado em capítulos anteriores, ganhou reconhecimento internacional e Dona Leocádia foi homenageada por Pablo Neruda, que a descreveu como uma "madre heroica" em um de seus poemas. Apesar de não ter sido uma militante comunista, na imprensa do PCB Dona Leocádia era descrita como uma revolucionária que não media esforços para engrossar a luta do filho e, sobretudo, garantir a ele a liberdade. Nesse sentido, como enuncia Betzaida Tavares, "Quanto mais grandiosa fosse sua condição de 'mãe heroica', maior a grandiosidade do 'cavaleiro da esperança'"[685].

Dona Leocádia também era representada como uma mãe que defendia a democracia e a felicidade para todos, no caso, pautas que culminavam na luta pela vida e liberdade de Luiz Carlos Prestes, o líder do PCB:

> A mais admirável, a mais sublime, a mais corajosa das mães. Nenhum sofrimento, nenhuma dor, nenhum desanimo, nenhuma desesperança conseguia fazê-la parar no caminho da defesa de seu filho Luiz Carlos Prestes. Todas as coisas ditas, todas as coisas que repetimos, todas as coisas que se dirão ainda, não representam elogios à D. Leocádia porque nada pode ser acrescentado à realidade de sua atuação histórica em defesa da liberdade e da democracia, dos direitos humanos e da felicidade simbolizados na figura de seu filho tão terna e corajosamente amado. (...) Essa foi a vida de D. Leocádia. Parece que o amor de todas as mães pulsava em seu coração. (...) a melhor homenagem que pode ser prestada pelas mães, pelas mulheres, é tomar seu exemplo como inspiração na luta em defesa dos filhos ameaçados de prisão, tortura e morte[686].

Durante a realização dos eventos da paz, outros exemplos de mulheres mães comunistas foram surgindo e se consolidando no panteão do PCB. Zélia Magalhães e Elisa Branco tinham suas

---

[685] TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 115.

[686] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 3, 18/05/1950.

trajetórias constantemente narradas pelas comunistas do trabalho político feminino e adquiriram tanto destaque que passaram a ser descritas como verdadeiras heroínas, exemplos de comunistas dedicadas para todos os membros do partido.

Zélia Magalhães (1926-1949) foi morta pelos policiais enquanto participava com o marido, ambos militantes comunistas, de um comício organizado pelo PCB e pela Liga de Defesa das Liberdades Democrática. Ocorrido na Esplanada do Castelo no dia 16 de novembro de 1949, o evento pretendia ser uma homenagem aos sessenta anos da proclamação da República no Brasil e um protesto contra a Lei de Segurança Nacional herdada do Estado Novo, a qual continuava funcionando como um instrumento de perseguições políticas. A polícia, para impedir a realização do evento, promoveu um tiroteio. Zélia e o marido tentaram fugir, mas foram alcançados pelo policial Procopinho. Mesmo grávida, ela procurou proteger o marido e impedir que ele fosse assassinado, atitude que os comunistas associavam àquela de Olga Benário em relação a Prestes. O estágio avançado de sua gestação não sensibilizou o membro das forças da repressão. Zélia foi atingida e morreu a caminho do hospital.

Em todo o partido, e não apenas no movimento feminino, a tragédia de Zélia Magalhães se inscreveu nas narrativas dos militantes como um exemplo da truculência policial e da coragem e dedicação dos comunistas à democracia e à justiça. Arvorada à condição de heroína carioca pelos pecebistas, seu túmulo era visitado por romarias de militantes. No dia 1º de maio de 1951, Dia do Trabalhador, por exemplo, vários homens prestaram sua homenagem a Zélia deixando no túmulo dela uma coroa de flores. O deputado comunista Roberto Morena fez um discurso, em nome da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, recordando "as lutas travadas por Zélia Magalhães, mostrando que o seu exemplo deveria ser seguido por todos os patriotas"[687].

O movimento feminino comunista a descrevia como uma mulher que mesmo em estágio avançado da gestação não se furtava a lutar pela "liberdade". Segundo Arcelina Mochel, a "jovem esposa que escondia no ventre a vida de sua vida" se tornou "uma heroína da mais dura época nacional, tombou defendendo os mais sagrados direitos da humanidade"[688]. Apresentando uma outra versão sobre o assassinato, a reportagem de *O Momento Feminino* destacou que Zélia era "boa, simples, doce e alegre" e que foi

[687] **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 1, 03/05/1951.

[688] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 1, 31/12/1949.

> arrancada do bonde 36 e assassinada com um tiro na nuca. Ela queria um Brasil de Liberdade e de Justiça, queria um país sem leis de apoio ao crime; queria ser feliz em sua pátria, independente do jugo estrangeiro, queria felicidade para o seu lar e para todos os lares brasileiros. Queria a Paz para o mundo e lutava para que o povo brasileiro tivesse mais conforto, mais comida, as crianças mais escolas, lutava contra as leis de segurança e contra as arbitrariedades policiais. Por isso a mataram. Seu nome é hoje uma bandeira heroica que outras mulheres, todas as mulheres democratas deverão defender, proteger e levar para a frente, até à Vitória[689].

A história de Zélia Magalhães motivou a AFDF a organizar uma exposição sobre sua vida, com fotos, cartas pessoais, peças de crochê que ela havia confeccionado, para si e para o filho que esperava. Durante vários dias, homens e mulheres foram até a sede da associação para verem as "relíquias" expostas[690]. Nos comentários deixados nos cadernos de assinatura do evento, os frequentadores registravam sua admiração pela trajetória de Zélia, uma mulher que soube conciliar a vida afetivo-doméstica com seu papel de cidadã:

> Zélia era um exemplo de combatente, ativa e corajosa da causa da Paz e do Progresso. Todas as mulheres brasileiras progressistas devem aprender com o pouco de sua vida que sabemos através de suas lutas, o caminho a seguir. Boa filha, boa esposa e com certeza seria boa mãe. Pela sua coragem, bravura e dedicação à causa do povo, Zélia conquistou um lugar ao lado de nossas queridas e saudosas lutadoras: Olga Benário Prestes e Dona Leocádia. Honra à Zélia que morreu pela maior aspiração de toda a humanidade – a Paz.
> Em 30/03/1950,
> Diogo (ilegível)[691]

Outro caso emblemático na história das mulheres do PCB que se destacou na luta pela paz foi o de Elisa Branco (1912-2001). Integrante da FMESP, Elisa Branco foi presa menos de um ano depois da morte de Zélia Magalhães. Seu crime foi participar de um protesto organizado pela federação paulista contra o envio de tropas brasileiras para lutar na Guerra da Coreia (1950-1953). Esse conflito foi um momento de grande tensão mundial que intensificou o temor da eclosão de uma nova guerra mundial, dessa vez com a possibilidade do emprego de armas atômicas. E o presidente Eurico Gaspar Dutra anunciou o apoio do Brasil aos Estados Unidos, o que foi entendido pelos militantes do PCB como a iminência do envio de soldados brasileiros[692]. No dia 7 de

---

[689] *Ibidem*, p. 5.

[690] Algumas dessas relíquias estão arquivadas no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, compondo a coleção Antonieta Campos da Paz, como a bolsa que carregava no dia em que foi morta. In: AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz.

[691] AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, caixa 1.

[692] TAVARES, Mulheres exemplares, *op. cit.*, p. 106.

setembro, em uma parada militar realizada para celebrar o Dia da Independência do Brasil realizada no Vale do Anhangabaú (SP), Elisa Branco ergueu uma faixa com os seguintes dizeres: "Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia". Responsabilizada pela organização do ato pelas forças de repressão, a militante foi condenada a quatro anos e três meses de prisão. Elisa Branco não cumpriu toda a pena, sendo absolvida após um ano, e sua libertação foi entendida pelos comunistas como o resultado da mobilização de todo o partido, em especial, das militantes do trabalho político feminino. As Uniões Femininas, as Associações e a FMB se empenharam na coleta de assinaturas para pressionar todas as instâncias da Justiça brasileira com o objetivo de garantir a libertação de Elisa Branco[693]. Comícios relâmpago, publicação de artigos na imprensa e reivindicação de apoio entre os representantes políticos das casas legislativas do Distrito Federal e nacionais foram outras estratégias usadas pelas entidades comunistas para manterem a mobilização em prol da militante.

Durante as campanhas pela libertação de Elisa Branco, a imagem que os comunistas foram construindo sobre a trajetória da militante a transformaram em um exemplo cabal da mãe revolucionária, conquanto, para isso, alguns aspectos de sua biografia precisassem ser reescritos:

> Uma mãe de família, desejando para seus filhos e seu povo a tranquilidade, a alegria e a fartura que só a paz concede abriu uma faixa perante os soldados que desfilavam a 7 de setembro último, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo: "NOSSOS FILHOS NÃO IRÃO PARA A COREIA". Perseguida pelos beleguins policiais que são chefiados, em São Paulo, por um norte-americano foi criminosamente arrancada de dentro de um ônibus e, agora, condenada a 4 anos e 5 meses longe do lar, separada do esposo e dos filhos, por lutar contra a morte, contra o crime do assassinato em massa de nossa juventude, pelo sentimento de solidariedade universal às mães coreanas, cujos corpos misturados aos das crianças jazem sob os escombros dos bombardeios aéreos, praticados pelos que amealha dinheiro com as mãos sujas do sangue dos inocentes. Essa mãe de família partidária da paz, corajosa e consciente, é Elisa Branco, que passará à história como um símbolo da mãe brasileira na luta pela independência nacional, contra o barbarismo dos fabricantes de armas, pela conquista da Paz[694].

Nessa passagem, Elisa Branco é apresentada como uma pacifista vítima da violência policial, uma mãe que estava arcando com as consequências de ter sido afastada do lar para lutar contra o massacre da juventude e pela solidariedade em relação às mães coreanas que vivenciavam o assassinato de seus filhos. Importante apontar que no trecho destacado Elisa

---

[693] Esta foi uma das ações da FMB: libertar presas políticas.

[694] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 5, 18/01/1951. Nessa edição do jornal feminino, a capa foi ilustrada com uma foto de mulheres desesperadas, chorando agarradas a um portão de ferro, seguida da seguinte legenda: "As mulheres americanas assistem na estação ferroviária de Filadélfia, à partida dos seus esposos, filhos, irmãos e noivos para a guerra na Coréia. Não devemos permitir tão dolorosa cena em nossa terra".

Branco é apresentada como mãe de "filhos", informação que poderia reforçar seu empenho em empunhar a faixa contra o envio de soldados. Entretanto, a militante não tinha filhos, mas duas filhas, ambas integrantes da juventude comunista.

A própria Elisa Branco contribuiu para a consolidação de sua imagem como mãe de filhos que ela desejava salvar da guerra. *O Momento Feminino* publicou uma carta escrita no cárcere pela comunista em que nenhum dado específico sobre sua biografia foi afirmado:

> Não criamos nossos filhos para a guerra
> Aqui em minha cela, nesta casa de castigo, onde a sociedade atual esconde os produtos de sua decadência e de sua culpa, entre mulheres que poderiam ter sido úteis à nossa Pátria, não fosse a miséria que as arrastou para o crime, tenho o meu pensamento sempre voltado para as milhares de mães como eu.
> Pelas poucas notícias que me chegam, vejo que cresce cada dia mais, o perigo de uma nova guerra e que aumenta a submissão do governo brasileiro aos americanos que desgraçam tantos povos.
> Isso aflige meu coração, pois os moços e as moças, nossos filhos e irmãos, criados entre as maiores dificuldades, estão ameaçados de morte com os planos de envio de tropas brasileiras para a Coreia.
> Não criamos nossos filhos para a guerra. Para eles sonhamos e procuramos sem cessar um novo mundo de felicidade, de igualdade e de justiça. E está tão próxima essa nova vida, que o nosso esforço pela Paz é nada quando sabemos que a guerra visa destruí-la ou retardá-la para os milhões de criaturas que por ela anseiam.
> Minha aflição, porém, não vem do desânimo ou do medo de que a paz seja perdida, a Paz vencerá; a fera guerreira que destrói a liberdade e tantas vidas será destruída pela própria guerra (...)
> Infelizmente, por culpa nossa, ainda existem milhares de mães brasileiras que não tomaram conhecimento do perigo que ameaça seus filhos ou que colocam suas ideias e convicções contra a própria vida de seus entes queridos, já que repelem ou desprezam as outras mães que desejando a Paz pensam sobre muitas coisas de forma diferente.
> (...) Acordemos as mães patrícias, nossas irmãs. A sua força é imensa e generosa. Unidas e organizadas, nada ficarão devendo aos homens patriotas que lutam pela nossa emancipação.
> Estou bem certa de que bem cedo poderei estar ai fora, porque se ergue e cresce a força dos homens e mulheres que trabalham pela Paz.
> Quando sabemos que a nossa causa tem o rumo da vitória, é bom viver pela vida de nossos irmãos e por toda a beleza que ela encerra.
> Estejamos sempre e cada vez mais unidas, organizando a força do nosso amor para que a felicidade de nossos filhos chegue mais depressa[695].

Em sua carta, Elisa Branco retomou a percepção comunista de que as mulheres que se tornavam conscientes politicamente, aquelas que "acordavam", se transformavam em uma força revolucionária poderosa, tão significativa como a dos "homens patriotas que lutam pela nossa emancipação". A diferença é que, segundo a militante, elas seriam movidas pela força do amor maternal. Nesse sentido, diferentemente da mulher revolucionária que a cultura política

[695] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 5, sem dia, fevereiro de 1951.

comunista descrevia até a década de 1940 no Brasil, a mãe revolucionária encontraria no amor pelos filhos sua força política. Esse sentimento seria tão intenso que motivaria as mulheres a romperem com seus interesses individuais e com sua condição de vida doméstica para se empenharem na luta política pela felicidade de toda a humanidade.

Consolidada a imagem de Elisa Branco como uma heroína da paz, ao menos no PCB e entre as mulheres mobilizadas pelas militantes do trabalho político feminino, a correção feita pelo jornal *O Momento Feminino* em relação à biografia da comunista – apresentada como mãe de Florieta e Orieta – não impactou o empenho de todas as leitoras na campanha por sua libertação. Nem abalou sua condição de modelo feminino exemplar. Inclusive, a luta e a prisão de Elisa Branco foram divulgadas pelas mulheres da FMB junto à FDIM, o que contribuiu para que a militante se tornasse conhecida internacionalmente. Nos artigos e reuniões da FDIM[696], sua ação foi apresentada como uma "expressão do sentimento das mães brasileiras"[697] e foi justamente por se tornar um exemplo de coragem e dedicação de caráter universal que Elisa Branco recebeu o Prêmio Stálin Internacional, condecoração extremamente honrosa para o movimento comunista. A partir de então, Elisa Branco que era uma militante de base comum, pouco conhecida, passou a ser um nome importante no PCB e no movimento político feminino comunista.

Em função da importância do maternalismo para as ações do trabalho político feminino das comunistas das décadas de 1940-1950, as militantes se empenharam em garantir que esse discurso fosse bem compreendido e não fosse entendido como um incentivo à domesticidade e ao papel tradicional das mulheres. Para tanto, os discursos das comunistas procuravam sempre associar, como já mencionado, a luta das mães com a luta pela cidadania feminina, o direito das mulheres de terem acesso à cidade, a luta pela paz, todas pautas do mundo público. Também, houve o investimento do trabalho político feminino no debate sobre as desigualdades de gênero existentes na sociedade e sobre a necessidade de as mulheres assumirem outros papéis sociais, que não apenas o doméstico, o que foi realizado nas páginas do jornal *O Momento Feminino.*

Por estarem empenhadas na transformação das mulheres mães brasileiras em mulheres cidadãs e revolucionárias, as comunistas investiram nas Uniões Femininas, nas associações e federações de mulheres e se preocuparam em lhes garantir um veículo de informação e estudos. *O Momento Feminino* foi parte crucial do trabalho político que as mulheres comunistas

---

[696] AMORJ/UFRJ, Coleção Antonieta Campos da Paz, caixa 6

[697] TAVARES, Mulheres exemplares, *op. cit*., p. 108.

realizaram entre as brasileiras e suas páginas provam que para o PCB a questão feminina precisava ser enfrentada, bem como as mulheres deveriam assumir seu lugar no mundo público.

## 6.3 JORNAL *O MOMENTO FEMININO*, A QUESTÃO FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER[698]

A certeza do PCB de que era preciso mobilizar as mulheres e envolvê-las nas pautas democráticas motivou o esforço de tornar as diversas instâncias de ação do partido atrativas às mulheres. Além de associações de bairro específicas, de entidades estaduais exclusivamente femininas determinadas a inserir as mulheres desde as lutas locais até as mobilizações internacionais, além da inclusão delas como candidatas aos cargos legislativos que estavam sendo disputados no país no começo dos anos 1940, o PCB procurou tornar sua imprensa uma ferramenta do trabalho político feminino. Para tanto, o partido se inspirou na fórmula adotada pela chamada "imprensa feminina", procurando, entretanto, subvertê-la.

A "imprensa feminina" era um segmento de periódicos comerciais voltado para as mulheres que tinha o objetivo de alcançar grande circulação e serem lucrativos. Para manter a fidelidade das leitoras, elas procuravam refletir "um aparente consenso social, ou melhor, as ideias dominantes sobre as representações de masculino e feminino e o relacionamento de homens e mulheres"[699]. Nesse sentido, mesmo que precisassem refletir, em alguma medida, as mudanças sociais que se apresentavam em cada contexto, essas revistas não possuíam pretensões revolucionárias, não se dedicavam a debater temas políticos, nem procuravam apresentar posicionamentos em relação aos governos instituídos. Seu objetivo era promover o entretenimento e difundir a feminilidade hegemônica partilhada na sociedade.

---

[698] Esta seção do capítulo foi organizada a partir da metodologia de trabalho com fontes impressas defendidas por Tânia Regina de Luca. Nesse sentido, o periódico *O Momento Feminino* será analisado levando-se em consideração sua localização na história da imprensa, sua materialidade (periodicidade, impressão, presença da iconografia e da publicidade), a forma como o conteúdo interno era organizado, o grupo responsável pela editoração, os colaboradores, o público-alvo, as fontes de receita que mantinham o jornal em circulação. Todos esses aspectos serão abordados levando-se em consideração que *O Momento Feminino* era um jornal destinado a abordar e ajudar a enfrentar a questão feminina no Brasil, bem como contribuir para a organização do trabalho político entre as mulheres do PCB. Para mais informações sobre a metodologia da análise de fontes impressas, ver: LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 111-153.

[699] PINSKY, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 46.

A revista feminina de maior destaque entre 1940 e 1950 era *Jornal das Moças,* periódico de publicação semanal que se apresentava como "a revista da mulher no lar e na sociedade"[700]. O semanário circulava desde a década de 1910 e defendia que a vida da mulher deveria ser dedicada ao lar, ao casamento e à maternidade. A revista era apresentada como um instrumento dos "bons costumes" e da "família estável" e, apesar de supostamente se dirigir a todas as mulheres, possuía como público-alvo as mulheres brancas, de classe média e, em especial, as donas de casa, estudantes, professoras, funcionárias públicas, balconistas, costureiras, bordadeiras, etc., de faixas etárias variadas. A revista publicava textos sobre comportamento, através dos quais instruía as mulheres sobre como se tornarem boas mães e esposas e sobre como conquistar um homem. Possuía uma seção de bordados e figurinos de moda, publicava reportagens sobre artistas, cinema e rádio, além de lições de inglês. Na seção denominada "Atualidades", as leitoras eram informadas sobre como as "irmãs do norte", as norte-americanas e europeias, viviam a maternidade, o casamento e o trabalho. Havia, ainda, páginas dedicadas à culinária, à decoração, à organização do lar e às prendas manuais. Não faltavam passagens com conselhos, dicas de etiqueta e orientações médicas, sobretudo às mães. O semanário, que se definia como "ilustrado e literário", era marcado por fotografias e desenhos, assim como publicava contos em todos os números, sendo que muitas vezes o texto começava em um exemplar e era finalizado edições adiante. E como não poderia deixar de ser, as imagens e textos publicados eram sempre afinados com a perspectiva moral da revista, ou seja, reforçavam a "moral e os bons costumes", o padrão de "feminilidade", além de reafirmar a religião como uma instituição a ser respeitada.

Diante de um formato tão consolidado, os comunistas procuraram apropriar-se dele, mas se atentando para o fato de que os valores, as mensagens e, sobretudo, o modelo de feminilidade que pretendiam divulgar era diverso daquele pregado pelo *Jornal das Moças*[701]. O objetivo do PCB, como já salientado, era atrair as mulheres, em especial as pobres e trabalhadoras, para a participação política. O partido acreditava que sem a presença feminina as lutas por melhores condições de vida no Brasil recém-saído da ditadura seriam pouco consistentes, assim como seria menos expressivo o apoio das camadas populares à atuação comunista nas instâncias legislativas. Sendo assim, ao modelo da mãe dona de casa dedicada ao lar, à religião e ao casamento, os comunistas propunham o modelo da mulher trabalhadora e da mulher dona de

[700] *Ibidem*, p. 23.

[701] Como nos informa Tânia de Luca, "jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (...) Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo In: LUCA, Fontes impressas, *op. cit*., p. 111-153.

casa que, justamente por ser mãe e, muitas vezes, esposa, era um indivíduo que se interessava pelas questões políticas locais, nacionais e internacionais. A mãe, defendiam os comunistas, era a pessoa mais consciente dos problemas sociais que assolavam o Brasil e o indivíduo mais consciente da necessidade de sua intervenção para a construção de uma sociedade melhor.

Antes de ser fundado *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, periódico comunista exclusivamente dedicado às mulheres, houve a criação de uma seção especial no jornal *Tribuna Popular*[702]. Tal seção foi denominada "A Mulher e seu lar" e passou a circular em novembro de 1946, poucos meses após a criação das primeiras Uniões Femininas no Rio de Janeiro. Com menos de meia página de extensão, "A Mulher e seu lar" era assinada por Helena e era publicada sempre na quinta página do periódico. Apesar de pequena, a seção trazia de forma concisa e alternada, assim como no *Jornal das Moças,* receitas culinárias, lições de bordado, de costura, dicas de leitura para as crianças, de decoração do lar e dicas de moda, essas últimas acompanhadas de uma ilustração do figurino que se pretendia analisar e sugerir às leitoras. Entretanto, diferentemente das publicações da "imprensa feminina" tradicional, tais dicas femininas eram afinadas com a realidade das trabalhadoras, o que gerava, indiretamente, uma reflexão sobre as desigualdades de classe. No caso da moda, a seção se preocupava em ser prática e funcional:

> As saias justas são sempre mais compridas que as rodadas – é um capricho que não conseguimos explicar. As filas de ônibus são intermináveis e certas horas e os bondes vivem apinhados. Por que os vestidos das mulheres não libertam os seus movimentos? Se a saia curta tem uma razão de ser convincente, por que encompridas as saias apertadas? Aconselhamos nossas leitoras que se defendam, principalmente que não é prático[703].

Apesar do título que associava a mulher ao ambiente doméstico – "A Mulher e seu lar" –, uma das tradições da imprensa feminina tradicional mimetizadas pelos comunistas, a seção se preocupou em apresentar pequenas biografias de mulheres que se destacavam pela sua atuação pública, tais como Marie Curie (1867-1934) e Alice Tibiriçá (1886-1950). A primeira, uma química e física polonesa naturalizada francesa e que o jornal comunista apresentava como

---

[702] O jornal *Tribuna Popular* foi um diário comunista criado em 22 de maio de 1945 com o objetivo de se tornar um periódico de massas. Era empenhado em promover as candidaturas dos comunistas e em defender a luta dos trabalhadores contra os empregadores. Sua direção era partilhada por comunistas e não comunistas, entre eles, Pedro Mota Lima, Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade. A partir do final de 1945, o jornal passou a sofrer constantes atentados e depredações, ações que dificultavam sua impressão e circulação. Devido ao incremento da repressão aos comunistas, *Tribuna Popular* foi fechado em dezembro de 1947, sendo substituído pelo jornal *Imprensa Popular* (1948-1958). Para mais informações, ver: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular ; http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular.

[703] **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 5, 03/05/1947.

uma mulher sensível, de inteligência admirável que enfrentou a miséria e tantos obstáculos para conseguir estudar. Segundo a seção feminina, Curie era dedicada à família, mas, ao mesmo tempo, era genial no trabalho: "Curie guardava uma [ilegível] genial. Ao lado da mais exquisita[704] sensibilidade, a mais férrea tenacidade no trabalho (...) depois de quatro anos de duro e incessante trabalho, repartindo sua vida entre o lar, a filha, os livros e o laboratório, consegue obter toneladas de urânio (...)"[705]. Tibiriçá, por sua vez, foi singularizada pela dedicação à causa dos portadores de hanseníase, dos tuberculosos e, igualmente, por ter se dedicado à luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Ambas, certamente, não se encaixavam no modelo de feminilidade tradicionalmente difundido pela imprensa feminina.

Além disso, "A Mulher e o seu lar" passou a receber cartas de suas leitoras e as respostas publicadas às demandas apresentadas sempre faziam menção às Uniões Femininas e entidades de mulheres que conduziam as lutas populares na capital. Era uma forma de apresentar ao público feminino do jornal o movimento de mulheres que crescia no Rio de Janeiro evidenciando as vantagens inerentes a sua adesão: "MARIA ELISA – De fato, estamos ainda começando. Nossa página terá que crescer em utilidade. Seu filho precisa de médico. Leve-o a um Posto de Saúde como aconselhamos. A União Feminina do bairro está empenhada numa boa ajuda[706]"; "MARIA ALICE – As Uniões Femininas devem resolver as dificuldades deste tipo. A questão da banha, por exemplo, está sendo atendida a contendo (*sic*)"[707]; "ANITA S. O. – As Uniões femininas já estão providenciando sobre a questão dos tecidos populares. No Flamengo-Catete-Glória, onde fica o seu bairro, as encomendas já foram feitas para uma primeira distribuição (...)"[708]. De fato, citar as Uniões Femininas não tinha o objetivo de apenas divulgar suas atividades, mas era um convite às leitoras para que as procurassem e integrassem, deixando de se envolverem exclusivamente nas atividades domésticas.

Em "A Mulher e seu lar" também foram publicadas informações sobre a participação de Alice Tibiriçá no Congresso Internacional promovido pela FDIM e sobre os objetivos que motivavam a organização internacional. Por fim, a seção do Tribuna Popular divulgou a

---

[704] No contexto, a palavra tinha significado de precioso. Também, é possível que o texto tenha sido traduzido do espanhol, idioma no qual a palavra *exquisito* significa pimoroso, excelente.

[705] **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 5, 26/04/1947.

[706] *Idem*, p. 5, 07/05/1947.

[707] *Idem*, p. 5, 10/05/1947.

[708] *Idem*, p. 5, 28/05/1947.

campanha que as entidades femininas estavam conduzindo para transformar o Dia das Mães em um momento de luta e reivindicação:

> Dia das Mães. Numerosas organizações femininas do Distrito Federal vão comemorá-lo este ano num movimento conjunto e muito justamente vinculando o sentido da homenagem ao anseio de paz, de paz efetiva e indivisível.
> Se cada ser humano, ao nascer, tivesse a proteção da sociedade inteira, leve seria o coração das mães. Mas, elas sabem que há coisas tremendas na terra ameaçando as suas crianças: a fome, o cárcere, a prostituição, a tirania, a injustiça, os males de todos os tamanhos dos quais o maior é, sem dúvida a guerra (...) o dia das mães vai ser, este ano, aquecido e coroado pelo vigoroso apelo das mulheres para que haja paz na terra entre os homens de boa vontade[709].

Todos os debates levantados pela "A Mulher e seu lar", bem como seu formato e estratégias foram empregados pelo jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar.* Isso pode indicar que sua criação foi precedida de um debate entre as militantes a respeito de como deveria ser estruturado um periódico feminino comunista. A primeira edição do jornal havia sido anunciada pela seção feminina de *Tribuna Popular* para dezembro de 1946, o que evidencia que sua concepção ocorreu meses antes, no mesmo contexto de difusão das Uniões Femininas e de identificação do sucesso dos comitês democráticos e populares. Confiando no projeto, Helena, a responsável pela seção "A Mulher e seu lar", ao anunciar o lançamento do primeiro número de *O Momento Feminino*, profetizou: "vai interessar a todas"[710].

*O Momento Feminino* foi o grande investimento do PCB no que se refere à imprensa voltada para as mulheres. Era editado por um grupo de militantes comunistas que residiam no Rio de Janeiro – Arcelina Mochel, Eline Mochel, Beatriz Bandeira, Alina Paim, Jacinta Passos, Lia Côrrea Dutra, Eline Mochel, Maura de Sena e outras – e contava com a colaboração de mulheres de diversas outras orientações políticas, mas que integravam o movimento feminino conduzido pelas comunistas – como Nuta Barthes, Ligia Maria Lessa Bastos e Alice Tibiriçá. Em comum, toda a equipe editorial tinha a preocupação com as condições de vida das trabalhadoras e brasileiras pobres, e, apesar do subtítulo "um jornal para o seu lar", como evidenciarei, pretendiam incentivar as mulheres a assumir seu lugar na política, na economia e na cultura do país e até do mundo.

---

[709] *Idem*, p. 5, 10/05/1947.

[710] *Idem*, p. 5, 28/05/1947.

A impressão do jornal ocorreu num primeiro momento na tipografia de *Tribuna Popular* e, após o fechamento desse periódico, em dezembro de 1947, passou a ser impresso no maquinário de outro jornal comunista criado em 1948, o *Imprensa Popular*. Nesse sentido, *O Momento Feminino* foi não apenas tolerado, mas incentivado e, de certa forma, garantido pelo PCB.

Publicado pela primeira vez em 25 de julho de 1947, o jornal[711] chegou às bancas e ruas em uma edição de vinte páginas. Apesar da primeira edição extensa, modelo que se seguiu ainda por alguns números, a maioria das edições de *O Momento Feminino* contou com apenas 8 ou 15 páginas. A princípio, a pretensão das comunistas era garantir uma periodicidade semanal, o que foi possível até 1948. A partir de então, em função do aumento das perseguições ao PCB, novamente colocado em condição de ilegalidade política, a tiragem do jornal se tornou irregular e sua sede precisava ser mudada com frequência. Inclusive, o ataque promovido à sede do *Tribuna Popular* gerou um desafio enorme para *O Momento Feminino*, que precisou buscar outras tipografias ligadas ao PCB para continuar circulando até que *Imprensa Popular* se consolidasse. Ainda assim, a regularidade se manteve como um desafio. Entre 1948 e 1949, o periódico teve uma tiragem ora semanal ora quinzenal. Em 1949, tornou-se mais ou menos mensal e, a partir de 1950, a tiragem passou a ser ainda mais irregular.

Em relação à manutenção financeira, *O Momento Feminino* sobrevivia das doações conseguidas pelas militantes, pela venda avulsa e de assinaturas e pela arrecadação promovida pelas entidades femininas com a realização de festas. Não havia matéria paga no periódico e as propagandas eram poucas e majoritariamente contratadas por profissionais liberais – médicos, advogados, fisioterapeutas –, comunistas ou não. As próprias colaboradoras do jornal propagandeavam seus serviços profissionais, como as advogadas Nise Figueiredo e Arcelina Mochel. Poucos eram os estabelecimentos que contratavam um espaço de divulgação em *O Momento Feminino*, entre eles, havia lojas de tecido, cabeleireiros e clínicas médicas. Não encontrei durante a pesquisa indícios que comprovassem doações feitas pelo PCB, o que não

[711] Como salienta Tânia Regina de Luca, "as definições hoje correntes, que reservam o termo jornal para a publicação diária, em folhas separadas, e revista para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática" muitas vezes não são suficientes para se definir o gênero de um periódico. "As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções autoatribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação". LUCA, Fontes impressas, *op. cit*., 111-153. Nos textos, as comunistas, ora reconheciam *O Momento Feminino* como uma revista ora como um jornal.

se trata, contudo, de uma possibilidade remota. Como era o partido que garantia a estrutura de impressão, também poderia garantir o acesso a papel, tinta e outras necessidades. De concreto, entretanto, posso afirmar que *O Momento Feminino* era mantido sobretudo pelo esforço cotidiano das militantes.

Mesmo diante de tantas dificuldades financeiras e políticas para manter o jornal em circulação, a equipe editorial procurou garantir um padrão de diagramação e de temáticas abordadas. Dessa forma, pretendiam consolidar uma identidade, ainda que o número de páginas fosse diferente a cada edição. *O Momento Feminino* contava sempre com uma capa ilustrada, por vezes por um desenho, por vezes por uma fotografia. Diferentemente das revistas da imprensa feminina, a maioria das ilustrações do jornal comunista não pretendia enfeitar o periódico ou alegrar as leitoras, mas prepará-las para encontrar nas páginas que se seguiam a dura realidade enfrentada pelas mulheres pobres do Brasil e do mundo. Fotografias de famílias submetidas a péssimas condições de vida nas favelas do país, de vítimas do ataque nuclear de Hiroshima e Nagasaki, de panfletos de propaganda das campanhas pela paz e pela nacionalização do petróleo, de mulheres em situação de trabalho. Apesar do subtítulo "um jornal para o seu lar", *O Momento Feminino* não se apresentava, de imediato, como um periódico de pretensões domésticas e, mesmo quando as ilustrações retratavam mulheres com seus filhos no colo ou apresentavam crianças, eram acompanhadas de legendas que remetiam ao debate sobre o enfrentamento da carestia, os perigos de uma nova guerra mundial, as mazelas enfrentadas por mulheres e crianças.

Em seu primeiro número, por exemplo, a capa de *O Momento Feminino* trazia a reprodução de uma obra de Paulo Werneck – comunista que ilustrava vários periódicos do PCB – em que mulheres brancas e negras eram representadas com rostos apreensivos. No primeiro plano, uma mulher de olhos cansados se curva sobre a tábua de passar. Ao fundo, outra carrega seu bebê no colo com uma postura séria, enquanto uma terceira abraça papéis que podem ser cadernos ou panfletos. Há ainda uma mulher que caminha, determinada e com pressa, com uma bolsa a tiracolo; e, no último plano da imagem, mais uma figura feminina, dessa vez carregando uma bacia ou peneira na cabeça. Nenhuma delas exibia roupas admiráveis, cabelos cuidadosamente arrumados ou peles invejáveis. Diferentemente das ilustrações do *Jornal das Moças*, que apresentavam uma dona de casa bem-vestida, glamorosa e realizada, *O Momento Feminino* parecia anunciar o espaço doméstico como um espaço de trabalho, permeado de atividades exaustivas, sugerindo que a condição de vida das brasileiras não era fácil.

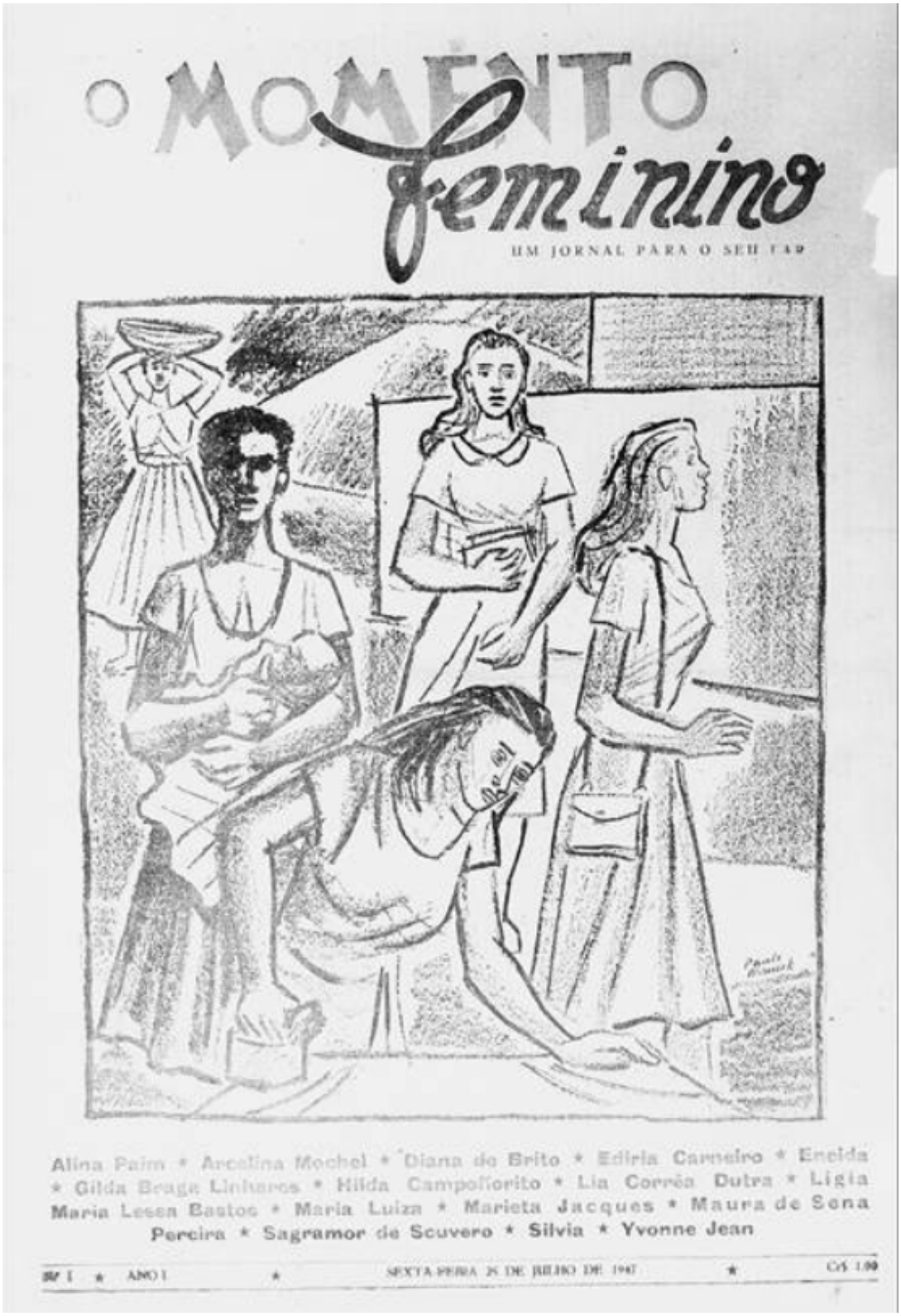



Figura 6 - Capa da primeira edição de *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, 25/07/1947.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A primeira seção que se apresentava ao leitor em seguida à capa era intitulada "Nossos Problemas" e era assinada por Arcelina Mochel, a diretora do periódico. "Nossos Problemas" era publicada na parte mais visível e, portanto, mais importante do jornal, funcionando como uma espécie de editorial de *O Momento Feminino* entre 1947 e 1950. Ou seja, era o espaço reservado para que o periódico deixasse evidente sua opinião sobre determinado assunto considerado relevante. Entretanto, o editorial do jornal comunista era assinado, talvez porque a equipe do periódico fosse formada por mulheres de posicionamentos políticos bastante diversos, mas as lideranças comunistas não abriam mão de demarcar suas pretensões com a condução de *O Momento Feminino.*

Em seu primeiro texto em "Nossos Problemas", Arcelina Mochel procurou apresentar a proposta do periódico que iniciava sua trajetória:

> É o imperativo das dificuldades de vida que atravessamos, que nos faz sentir maiores responsabilidades. Por isso foi que descruzamos os braços, deixamos as antigas comodidades dos lares e nos colocamos na vanguarda dos movimentos progressistas. Não é verdade que todas nós sentimos isso?
> Nosso lema deve ser a união ampla, união de todas as mulheres, união infinitamente concebida, para que nossa voz ultrapasse as fronteiras de nossa pátria e seja recebida com a mesma ternura pelas mulheres do mundo inteiro numa consagração universal de um ideal comum.
> Assim é que "MOMENTO FEMININO", um novo esteio de combatividade, viga mestra de luta das mulheres pela felicidade de todos, abre esta coluna de troca de ideias sobre nossos problemas, nossos direitos, nossa liberdade. Através deste semanário vamos conhecer notáveis figuras femininas de nosso país até agora jogadas ao anonimato pela sua simplicidade construtiva e pela sua discreta abnegação no trabalho pelo bem coletivo. (...) MOMENTO FEMININO refletirá força e energia, trabalho e vigilância, compreensão e altivez, porque está certo de que assim define a atitude da mulher brasileira[712].

De imediato, a comunista apresentou as integrantes da equipe do jornal como mulheres que abriram mão das "comodidades do lar" para assumirem um papel de protagonismo nos movimentos progressistas. Nesse sentido, não eram mais donas de casa comuns, mas revolucionárias – fortes, vigilantes, empenhadas no trabalho político – dedicadas a lutar pelos problemas, pelos direitos e pela liberdade das mulheres. Através do texto, Mochel anunciou às leitoras que *O Momento Feminino*, a despeito do subtítulo, seria uma ferramenta do movimento feminino nacional e internacional, um esteio da combatividade das mulheres, um espaço aberto para todas, independentemente de seu posicionamento político ou religioso.

---

[712] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 1, 25/07/1947.

Nas edições seguintes, Arcelina Mochel escreveu sobre os problemas enfrentados pelas mulheres para viverem de forma digna nas diversas regiões do país. Analisou a carestia, denunciou a falta de moradia, de transporte, de abastecimento de alimentos e a falta de garantias nos locais de trabalho. Denunciou os baixos salários das trabalhadoras e a dificuldade de acessarem os direitos que a Constituição já garantia[713]. Mochel divulgava os eventos promovidos pelas entidades femininas do país, em especial aqueles organizados pela FMB, e comentava as ações da FDIM. A comunista incentivava as leitoras a se envolverem nas campanhas pela paz, pela nacionalização do petróleo e, ao mesmo tempo, as mobilizava para enfrentar o Código Civil brasileiro, instrumento jurídico que seguia impondo às mulheres uma condição legal inferior à dos homens. Mochel, ainda, divulgava as candidaturas femininas do PCB e de mulheres consideradas aliadas, mesmo que estas não fossem pecebistas, e denunciava a violência policial contra as mulheres do movimento feminino comunista. Em nenhum momento, a seção de Mochel assumiu um tom menos aguerrido ou menos político. Nem mesmo na coluna em que mencionou o nascimento de sua filha, ela deixou de lado a perspectiva revolucionária:

> Hoje, ao contemplar a tranquilidade de minha filha no seu sono de recém-nascida e ao vê-la despertar com um olhar muito vivo e feliz, lembro-me das nossas responsabilidades de mães, dia a dia crescentes, ante as ameaças de uma nova guerra, que arrastaria os povos a profundos sofrimentos e misérias. Não há quem possa esquecer os 13 milhões de órfãos que povoam o mundo, sacrificados pela guerra passada. São crianças que tinham carinho e afeto constantes dos parentes, tinham teto, leito, escolas e brinquedos; crianças que diziam "mamãe" e "papai" e podiam ser felizes. Veio a hecatombe e perderam seus lares, o beijo materno, o afago dos pais, que tombaram nas batalhas ou foram sacrificados nos campos de concentração.(...) Que nos resta fazer? Cruzar os braços indiferentes ou amedrontadas ante as ameaças crescentes e a preparação acelerada da guerra? Não, minhas amigas. As vozes das crianças do mundo inteiro não saem dos nossos ouvidos e para responder-lhes devemos fortalecer nossa união CONTRA OS FAZEDORES DE GUERRA fortalecendo o trabalho das mulheres por sua emancipação e pela felicidade dos lares. (...) Contemplando o semblante sereno de minha filha, vejo as crianças de todas as pátrias num olhar de angústia para as mães, como que a pedir garantias de vida, tranquilidade, esperanças, direito de sorrir e de ter pais, num mundo de verdadeira paz, que todos merecem e que a todos deva ser dado. "Nossas forças são imensas e unidas ganharemos a Paz"[714].

Ao narrar seu contato com a filha recém-nascida e as reflexões que seu amor materno lhe despertava, Arcelina Mochel procurou sensibilizar e, ao mesmo tempo, se aproximar de suas interlocutoras. Empregando o maternalismo e seu "essencialismo estratégico", ou seja,

---

[713] Por exemplo, os direitos políticos que eram vetados às analfabetas.

[714] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 29/06/1949.

uma definição restrita e limitadora do papel feminino – invocadas apenas enquanto mães –, Arcelina Mochel pretendia difundir seu argumento antiguerra e anticapitalista. Todo seu texto foi envolvido por uma aura mais intimista e moderada porque estava ancorado em uma angústia materna gerada pela constatação do sofrimento infantil ao redor do mundo. Ao final, a mensagem política não era menos aguerrida: era preciso promover a união das mulheres para a luta por sua "emancipação e harmonia nos lares". A pauta específica da libertação das mulheres e a luta geral contra a guerra não podiam ser desprezadas ou a felicidade dos povos, em especial das crianças, não seria alcançada.

O modelo de feminilidade que o texto de Mochel procurava divulgar e incentivar era, justamente, o da mulher combativa, sensível mas consciente, realista e racional. Uma mulher que não ignorava suas funções domésticas, mas que não se resumia e não podia se resumir a elas. Tratava-se de uma mulher revolucionária capaz de se indignar com o sofrimento, com a violência e com as desigualdades. Mulher que ao se tornar mãe se abria ainda mais para as lutas contra todas as formas de injustiça que marcavam o mundo, entre elas a guerra.

Assim como o texto de abertura de Mochel, toda a primeira edição de *O Momento Feminino* foi dedicada a desconstruir a domesticidade que o título do periódico parecia sugerir. Eneida de Moraes, em seu primeiro texto para a coluna "Mundo de hoje", inclusive, parece dar uma pista do que, para as integrantes de *O Momento Feminino*, seria o lar ao qual o subtítulo do jornal se referia:

> Não é mais possível reconhecer o papel importante e decisivo da mulher no cenário da política internacional. Fizemos a guerra de libertação dos povos e lutamos hoje com o mesmo vigor e a mesma perseverança para construir um mundo democrático, para garantir a paz. Repetimos a frase daquele grande escritor: "Hitler não terá herdeiros" e para executá-la reunimo-nos todas nesse grande anseio que é de todas as mulheres: defender nosso grande lar que é a nossa pátria[715].

Não se tratava do ambiente doméstico, mas da nação brasileira e, em alguns momentos, de todo o mundo. *O Momento Feminino* falaria do país, do mundo, territórios que as mulheres deveriam passar a reconhecer como seu lar. Para isso, era importante garantir que as leitoras do jornal conhecessem os problemas nacionais e internacionais, elaborassem sobre eles reflexões para que, quem sabe, pudessem contribuir com a construção de suas soluções. Nesse sentido, o jornal convidava as mulheres a transporem as habilidades que adquiriram via educação

[715] *Idem*, p. 2, 25/07/1947.

específica feminina – que privilegiava o cuidado, a orientação para o afeto e a sensibilidade – para sua atuação política. Não era preciso abandonar a casa e os filhos, era preciso apenas ampliar a concepção de lar.

Para apresentar o mundo às leitoras, Eneida escrevia "Mundo de hoje", uma coluna de opinião sobre assuntos internacionais por meio da qual difundia as conquistas ou as mazelas que as mulheres enfrentavam em outros países. Eneida narrava, também, a biografia de mulheres estrangeiras exemplares, como Rosa Luxemburgo, uma das fundadoras da Liga Spartakus, dissidência comunista do Partido Social-Democrata Alemão que descreveu como autora de obras de debate marxistas e economia política significativas, que, entretanto, "não deixou de ser a boa, doce, carinhosa mulher. Sua cultura política caminhava sempre ao lado do seu amor pela música, pela pintura e pela literatura. Na prisão estudou botânica"[716]. Segundo Eneida, a racionalidade e a sensibilidade não eram esferas inconciliáveis, mas características igualmente importantes para as mulheres.

Após algumas edições, a partir de 1949, "Mundo de hoje" passou a se denominar "Mulheres nos cinco continentes" e assumiu o compromisso de informar as leitoras sobre as resoluções da FDIM e sobre a condição de vida das mulheres ao redor do mundo. Destaque era dado aos países submetidos a um regime comunista, retratados como nações que garantiam igualdade entre os sexos e, portanto, direitos plenos às mulheres. Tal situação era confrontada com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres das nações capitalistas estrangeiras, descritas como de submissão doméstica e de exclusão política:

> Secundando a URSS onde as mulheres, há três anos, gozam os mesmos direitos dos homens e participam ativamente a vida política, econômica e cultural, estão os países da nova democracia onde está sendo proclamada a igualdade das mulheres: Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Rumenia, Tchecoslováquia, as regiões liberadas pelo Exército Popular da China e a Coreia do Norte. Os governos democráticos desses países criam todas as condições materiais necessárias para a plena realização dos direitos das mulheres. Porém, em muitos países as mulheres ainda não têm diretos políticos. As mulheres da Suíça e da Espanha, por exemplo, estão privadas do direito do voto, assim também acontecendo com as mulheres de muitos outros países. O governo fascista de Franco quer condenar as mulheres a passarem sua vida entre a cozinha e a igreja. Foi instaurado um regime selvagem contra as mulheres que aspiram à liberdade e à democracia e encarcerou 20.000 mulheres.(...) A participação ativa das mulheres nos diversos ramos da indústria durante a segunda guerra mundial, demonstrou mais uma vez como é falsa a teoria

[716] *Idem*, p. 2, 30/01/1948.

> sobre a inferioridade da mulher. Depois da guerra a proporção de mulheres que trabalham continua sendo cada vez maior[717]...

Eneida procurou afirmar a atualidade da ameaça fascista às conquistas e liberdade femininas, destacando a intenção daquela ideologia de manter as mulheres isoladas no espaço doméstico e controladas pela moralidade religiosa. Em contrapartida, confirmava a ideologia comunista como a mais comprometida com a igualdade entre os sexos e cidadania das mulheres. Da mesma forma, a escritora se preocupou em desconstruir o discurso que tradicionalmente justificava a ausência de direitos femininos através do argumento de que elas seriam menos preparadas e menos capazes que os homens.

"Mulheres nos cinco continentes" garantia o vínculo internacional do jornal, mas não era o único espaço dedicado às notícias e análises sobre a realidade feminina em outros países. *O Momento Feminino* era um jornal bastante comprometido com a internacionalização do movimento feminino comunista brasileiro e, por isso, na maioria das edições, trazia várias matérias sobre outras nações. No primeiro número, por exemplo, foi publicada uma extensa reportagem sobre o trabalho da União de Mulheres Francesas, entidade que participou ativamente da fundação da FDIM. Muitos outros números foram quase inteiramente dedicados à divulgação das resoluções da FDIM e informes apresentados pelas entidades de mulheres de todo o mundo. E em várias edições as notícias sobre as lutas de mulheres em outros países ou sobre as conquistas femininas nas "democracias populares" eram utilizadas como contraponto em relação ao conteúdo publicado nas seções de moda, puericultura, decoração ou cinema.

De fato, *O Momento Feminino* possuía seções típicas da imprensa feminina tradicional, as quais variavam de tamanho e de localização. Em algumas edições, a seção de moda, por exemplo, ocupava uma página inteira, em outras, resumia-se a apenas uma coluna. Seu objetivo principal era ir além de debater as tendências de vestimentas e disponibilizar moldes para permitir às leitoras reproduzir os modelos apresentados. Discutir moda não era o maior interesse da equipe editorial do jornal, mas era um dos espaços mais acompanhados pelas leitoras, de acordo com as cartas publicadas. Reconhecendo o interesse das mulheres pela seção de moda, a equipe editorial parece ter optado por transformar a diagramação em uma arma para a promoção da educação política. Além de entrecortar a seção com textos sobre as mulheres dos

---

[717] *Idem*, p. 7, fevereiro de 1949.

países comunistas, como já citado, por vezes, procurava publicar os modelos de roupas acompanhados de textos contendo alguma crítica ou convite para a reflexão sobre a moda.

No quinto número do jornal, por exemplo, em meio à divulgação dos modelos de Paris, dicas de corte de cabelo e de dicas de decoração, foi incluído um box no centro das páginas 6 e 7 intitulado "Mulheres que trabalham" e assinado por Simone. Em seu texto, a redatora destaca como a moda ainda não havia sido pensada para as mulheres que trabalham, mas como isso vinha se tornando um imperativo:

> Talvez nunca os figurinistas ou os costureiros tenham pensado no problema da mulher que trabalha. Digo pensado de uma maneira psicológica. A emancipação econômica é decerto a chave de todos os segredos da vontade e da inteligência. Uma mulher economicamente emancipada é muito mais senhora de si do que qualquer outra que vive a sombra de proteções familiares ou sentimentais. Assume desde logo o seu próprio domínio, reveste-se de uma ponderável capacidade de autodireção. Pensa por conta própria, vislumbra os problemas humanos com a possibilidade dos responsáveis, das vítimas, dos algozes. Sabemos que tudo isso é muito complexo, mas queríamos falar na atitude daqueles que se dedicam ao "metier" de compor e executar a indumentária feminina. Sim, é bem importante o detalhe desse problema, o da mulher que enfrenta a vida objetivamente. Que vai ao trabalho, que adquire o hábito de ser natural entre os seus semelhantes e que ressente a fadiga no fim da jornada sem abandonar o que lhe oferece o ambiente social. (...) E como corresponder ao interesse de uma mulher mais realista do que as outras e que uma mentalidade mais avançada faz preferir as linhas mais sóbrias, os ornatos mais expressivos e as combinações mais discretas? (...) Quem poderia supor, por exemplo, que o genial Jean Patou chegasse a utilizar a sua tesoura miraculosa para cortar os modelos de milhares de operárias da Rússia soviética? (...) E, no entanto, as trabalhadoras do socialismo exigem uma mentalidade nova e diferente[718].

Apesar de sugerir que a independência financeira era um elemento que tinha mais capacidade de aumentar a autoestima e empoderar as trabalhadoras, Simone destacou que a moda poderia fazer sentido para as operárias, donas de casa e mulheres pobres, desde que se guiasse pela praticidade, pela discrição e pelo conforto. As roupas, a exemplo do que Simone descreve que teria ocorrido na URSS, poderiam refletir a mentalidade política, o compromisso da mulher com a realidade, em lugar de se apresentar apenas como futilidade. Além de sugerir as linhas mais sóbrias e as combinações discretas como mais adequadas à "psicologia" das trabalhadoras, Simone as advertiu sobre um acessório fundamental: "as bolsas a tiracolo são indispensáveis à mulher que trabalha e parece ter sido uma das mais eficientes conquistas para a época das filas".

---

[718] *Idem*, p. 8, 25/07/1947.

A inadequação da moda tradicional à realidade das trabalhadoras foi ainda destacada pelo jornal através da carta de uma leitora que se identificou como uma mulher pobre da cidade paulista de Marília:

> Amigas do Momento Feminino:
> (...) tudo é interessante o que vem no Momento feminino, mas, a única coisa que não está me agradando é a tal moda dos vestidos compridos, e esses novos modelos só servem para mulheres de tubarões, porque só elas e, quem podem comprar, porque tem dinheiro de sobra. Mas, uma mulher de operário, que ganha somente Cr& 600,00 por mês não pode comprar tanto pano para fazer tal vestido. Porque antes com 3 metros e meio eu fazia e faço um vestido e com esses metros a mais eu posso comprar pão para os meus filhos, não acham que é verdade? Para nós que somos pobres essa tal moda, não podemos acompanhá-la[719].

As seções de beleza também eram, por vezes, politizadas. Izadora escreveu que as lutas contra a carestia, "pelo pão e pela subsistência" haviam imposto às mulheres assumir um novo padrão de beleza, a naturalidade, que nada mais era do que a negação dos padrões estéticos:

> Os tempos estão cada vez mais difíceis, mas as mulheres não perdem – nem devem perder – a vontade de ser belas e a vaidade delas é hoje, também, um ato de coragem, uma coragem que deve tudo vencer, principalmente a miséria. As lutas atuais pelo pão e pela subsistência levaram a mulher à naturalidade que muito mais realce dá à beleza e melhor atende à vaidade[720].

Em outras oportunidades, quando não possuía um tom de desconstrução ou crítica, o texto da seção feminina era cercado por debates políticos densos. Na edição 41, por exemplo, a coluna da advogada Nice Figueiredo, dedicada a analisar a situação da mulher na sociedade, em especial a garantia dos seus direitos no aparato jurídico do país, foi publicada junto às colunas de moda e beleza. Ancorando-se na análise de Engels sobre a origem da opressão feminina, expressa em *A origem da família...,* Nice Figueiredo defendeu, com agressividade, a entrada das mulheres no mercado de trabalho:

> Para que as mulheres possam de fato, participar em pé de igualdade com os homens da vida do grupo em que vivem, tem de aumentar cada vez mais o número das que trabalham para a comunidade e diminuir a das que parasitam essa comunidade

[719] *Idem*, p. 8, 20/08/1948.

[720] *Idem*, p. 7, 25/06/1948.

> vivendo às expensas dos homens que a integram. Será melhor para a mulher e muito melhor para o interesse comum...[721]

Não parece ter sido sem propósito o fato de um texto carregado de críticas às mulheres que não trabalhavam, classificadas como parasitas, ter sido alocado em meio às seções femininas. Enquanto estas referendavam uma feminilidade tradicional, a coluna da advogada procurava convocar as mulheres a reconhecerem seu papel na vida produtiva da sociedade. Haja vista que, para os comunistas, moda e beleza eram preocupações associadas, normalmente, às mulheres burguesas, apresentar o texto da advogada poderia funcionar como uma estratégia para equilibrar o conteúdo nada revolucionário que as seções femininas traziam.

Essa estratégia de diagramação utilizando o texto de Nice Figueiredo, sempre conciso, questionador e, sobretudo, defensor de uma feminilidade menos doméstica e mais política, foi empregada em várias oportunidades. Apesar de não ser filiada ao PCB, a advogada analisava a questão feminina a partir de fundamentos engelianos, como já apontando, e defendia que sua superação dependeria tanto da entrada das mulheres para o mercado de trabalho quanto de mudanças legais e culturais. Nice Figueiredo denunciou o Código Civil brasileiro, em vigor desde 1916, como fonte da desigualdade entre homens e mulheres. Na opinião da advogada, o código seria fruto de uma tradição patriarcal que inferiorizava a mulher e, por isso, contribuía para que a condição de vida das brasileiras não se alterasse substancialmente, ainda que vários avanços legislativos – como os direitos políticos – estivessem garantidos a elas na Constituição federal. Nice Figueiredo questionou os termos em que se estabeleciam os casamentos, nos quais a mulher se transformava em dependente legal do marido, questionou a educação das mulheres, defendeu o direito ao divórcio e procurou combater a visão romântica das mulheres sobre as relações amorosas. Nice Figueiredo sempre procurava afirmar como o casamento, nos moldes definidos pela legislação brasileira, era um negócio lucrativo para o homem e uma escravidão para as mulheres. Seu tom aguerrido e direto assustou a muitas leitoras, mas não impediu seus textos de serem publicados e usados como ferramenta de educação política das mulheres. Pelo contrário. Sua atuação destacada motivou as militantes da FMB a escolherem a advogada como representante do Brasil junto à FDIM[722].

Como entretenimento, o jornal possuía uma seção de grafologia, em que a personalidade das leitoras era descrita com base na análise do desenho de suas letras. Havia também uma

---

[721] *Idem*, p. 4, 11/06/1948.

[722] Para mais informações sobre Nice Figueiredo, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*., p. 47.

seção infantil, com historinhas e brincadeiras para as mães repassarem aos filhos. Esta última era acompanhada também de um box informativo sobre puericultura redigido pela médica comunista Eline Mochel, com objetivo de esclarecer e ajudar as mulheres a cuidarem dos filhos. Promover a instrução também era a razão da divulgação de lições de alfabetização, para que as leitoras de *O Momento Feminino* pudessem se arvorar à condição de professoras e auxiliar outras mulheres que não tiveram oportunidades escolares a aprenderem a ler e escrever.

De tempos em tempos, ainda, o jornal publicava seções destinadas a debater os dilemas afetivos, domésticos e familiares das mulheres: "Atendendo a sua consulta", "Confidencias", "Conversando com as leitoras", "Nosso Amor, nossa vida". Nesses espaços, a equipe editorial estabelecia um diálogo com as leitoras e procurava aconselhá-las em relação a problemas no casamento, à educação dos filhos, à condução do divórcio, etc. Tal modelo de debate também estava presente na imprensa feminina tradicional e, com exceção dos momentos em que a conselheira sugeria à jovem se dedicar aos estudos mais do que aos romances, não havia grande diferença de tom de análise por parte das comunistas. Em várias passagens, *O Momento Feminino* também sugeriu que as mulheres eram as responsáveis pela felicidade dos maridos e do lar, que caberia a elas ter paciência e se esforçarem para manter os casamentos. A diferença em relação ao *Jornal das Moças* era que tais conselhos eram acompanhados de páginas de reportagens sobre o acesso ao divórcio em outras regiões do mundo, onde se afirmava que as mulheres viviam com mais autonomia e liberdade, e por colunas que debatiam a condição de submissão da mulher na sociedade brasileira, em especial, no matrimônio.

Outra tradição de *O Momento Feminino* apropriada da imprensa feminina tradicional era a publicação de contos e de romances nacionais e estrangeiros. O jornal pretendia viabilizar às mulheres o acesso a um repertório cultural mais expressivo e com exceção de *Iracema* (José de Alencar, 1865) e *A Moreninha* (Joaquim Manuel de Macedo, 1844), romances que, apesar de envoltos por uma atmosfera nacionalista, não estavam de acordo com os valores e as representações sobre o feminino que o jornal comunista pretendia transmitir[723]. A literatura publicada era marcada pelo questionamento aos padrões de gênero tradicionais ou por profundos debates sociais. O primeiro texto apresentado, no número de inauguração do jornal, foi escrito pela comunista Lia Côrrea Dutra e se intitulava "Bodas de prata". No conto, uma

[723] Em ambos os romances, as personagens femininas vivenciam experiências de submissão aos homens e reproduzem papéis tradicionais, como os de mães e esposas. Acredito que a escolha pela publicação de tais romances se relacionou à importância para o desenvolvimento da literatura brasileira, vinculando-se mais a uma intenção nacionalista das comunistas do que a uma afinidade de valores com as obras.

mulher que estava celebrando 25 anos de casada em uma cerimônia na Igreja relembra as dificuldades enfrentadas depois do casamento e a falta de amor que perpassava a sua relação:

> Muita luta. Desespero de noites em claro pensando no aluguel que vencia e que não tinha como saldar; desespero de noites em claro esperando Reinaldo que não chegava, Reinaldo que estava jogando ou bebendo, ou ao lado de outra mulher, enquanto ela se consumia de ansiedade e humilhação; desespero de noites em claro junto ao berço de uma criança doente (...) desespero das noites em claro, na mesma cama com Reinaldo, quando já não o amava mais, não o queria, e ele lhe exigia seu amor. Desespero de tantas noites não dormidas, de tantas noites de lágrimas, de tantas noites de aflição, de tantas noites de ódio. Desespero, desespero, desespero...

O primeiro contato das leitoras com a literatura selecionada pelo jornal inspirava um debate sobre as hipocrisias do casamento e da religião e as opressões que as duas instituições impunham às mulheres, obrigadas a sofrer em silêncio e viver em profunda solidão mesmo quando inseridas em famílias numerosas. A imposição da responsabilidade do cuidado com o lar e os filhos, o patriarcado, sugere o conto, dificultavam à mulher vislumbrar uma vida livre e marcada pelo afeto conjugal verdadeiro. A mulher era uma vítima das convenções sociais e da miséria econômica.

A escritora comunista foi responsável, ainda, pela tradução de *A pequena Fadette*, obra de George Sand publicada por trechos ao longo dos exemplares do primeiro ano de circulação de *O Momento Feminino*. Como destacado no capítulo 1, George Sand era o pseudônimo de uma escritora francesa que exerceu grande influência junto à intelectualidade russa, inclusive entre os bolcheviques, em função de seus questionamentos aos padrões e relações de gênero vigentes no século XIX. A publicação de sua obra no jornal brasileiro evidenciava que as ideias da autora continuavam sendo vistas como compatíveis com a cultura política comunista.

A publicação de *A pequena Fadette* evidenciava, novamente, a subversão das estratégias da imprensa feminina tradicional promovida nas páginas de *O Momento Feminino*. De fato, não se trata de um romance ordinário, uma história de amor trágica, mas com final feliz entre um homem e uma mulher. Trata-se, sim, de um livro que narra a relação intensa de dois irmãos gêmeos, Landry e Sylvinet, relação que se torna ainda mais conflituosa em função da aproximação de Landry de uma mulher pobre chamada Franchon Fadet. Fadette não é a protagonista da história, papel que cabe aos gêmeos, mas é uma personagem importante e se destaca pelo seu comportamento livre. Ela era odiada por todos por não ter posses, por não se vestir bem, por não ser obediente e por ser espirituosa e ter fama de bruxa. O romance se

desenrola a partir da trajetória dos três personagens, que acabam formando um triângulo amoroso.

Além desses textos, *O Momento Feminino* publicou outro romance de uma escritora estrangeira, George Eliot, pseudônimo adotado pela britânica Mary Ann Evans, uma mulher também questionadora dos padrões de gênero do século XIX. *O moinho à beira do rio Floss* era protagonizado por Maggie Tulliver, uma personagem impetuosa, criativa, inteligente e carente que se desenvolve pessoalmente de modo nada convencional.

Vários contos e poemas de escritoras comunistas brasileiras foram também publicados ao longo das edições do jornal – como Alina Paim, Jacinta Passos, Zora Seljan, Ana Montenegro, Beatriz Bandeira e outras[724] –, bem como clássicos da literatura regional, como *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. Também foram publicados contos de caráter político de autoria estrangeira, como o conto búlgaro "A morte da Guerrilheira" de Maria Beltcheva e traduzido por Zora Braga, o qual aborda os momentos finais de uma mulher armada que enfrenta sozinha os "inimigos da pátria" e dos operários[725]. Já o conto ambientado no Japão "O quimono branco", de Ilya Turitchin[726], se passa no território japonês pós-Segunda Guerra, onde a população enfrentava a intervenção norte-americana e as mazelas do combate: miséria, grande parte da população mutilada, poucas oportunidades de estudo. O conto narra a resistência de um grupo de alunas perante um professor que, traidor da pátria, pouco havia feito pelo Japão durante o conflito e ainda apoiava a presença dos Estados Unidos no país. O protesto conduzido pelas alunas visava desconcertar o professor e demarcar seu posicionamento pacifista: "Nós não queremos que haja nova guerra!".

Através da literatura as mulheres de *O Momento Feminino* deixavam transparecer os valores que defendiam e pretendiam incutir em suas leitoras. O modelo de feminilidade difundido pelas editoras era conformado pela coragem, pela inteligência, pelo inconformismo e pela luta por justiça. Para deixar essa mensagem ainda mais evidente, *O Momento Feminino* construiu, ao longo de suas edições, um panteão de mulheres exemplares que eram

---

[724] Em sua tese, Iracélli Alves analisa a produção literária das militantes comunistas Alina Paim e Jacinta Passos e evidencia, em ambas, o discurso de gênero disruptivo e a pauta que a historiadora classificou como feminista. Para mais informações, ver: ALVES, **Feminismo entre ondas**, *op. cit*.

[725] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 4, 18/05/1950.

[726] *Idem*, p. 6, 10, maio-julho de 1953.

constantemente referidas e relembradas. Mulheres de séculos passados e do presente que se destacavam pela combatividade.

> Situar o passado no presente é estabelecer distância imensurável, nós o sabemos. Mas, Joana Angélica, Ana Nery, Maria Quitéria, se integram a nossa vida. Aquelas mulheres das históricas lutas de patriotismo e dedicação foram as precursoras inconscientes do admirável desenvolvimento feminino. Foram elas, heroínas, mártires e acima de tudo, valorosas na realização duma causa abnegada, sentimental, humana. Transportando-as para a época em que vivemos, se sentir-se-iam elas capazes dessa marcha progressiva dessa constante renovação de valores? Sabemos que sim, – nós mulheres que pensamos e lutamos. Seriam elas cooperação e estímulo que nos impeliriam muito mais ainda para um completo desenvolvimento[727].

Essas mulheres exemplares se destacavam pelo sucesso no mundo público e no mundo privado:

> A mulher em todos os tempos ou através da História Pátria surge sempre como símbolo do heroísmo, trabalho, estímulo para o esposo, o pai e os filhos. Veja os grandes vultos femininos como Ana Nery, Anita Garibaldi, Joana Angélica, Maria Quitéria e aquela Bárbara Heliodora, figura excelsa da Inconfidência Mineira. Essas mulheres buscavam no passado a nossa independência política. Hoje seus nomes devem voltar, como estimulo na batalha da mulher moderna pela emancipação econômica e social de nosso Brasil.[728]

Em uma coluna específica, Barbara Heliodora, a esposa do inconfidente Alvarenga Peixoto, foi descrita como "símbolo da verdadeira companheira e mãe". Participou da Inconfidência Mineira, um movimento apresentado como dedicado à conquista da liberdade para a pátria contra o domínio dos colonizadores, e, mesmo depois de ver preso o marido e desmantelada a insurreição, "continuou firme na luta"[729].

A trajetória exemplar de Anita Garibaldi ganhou maior destaque, sendo publicada, inclusive, em uma sequência de tirinhas divulgadas entre a edição 50 e 54. Apesar de a "História de Anita Garibaldi" começar a ser narrada pela transformação de Garibaldi em um revolucionário na Itália e sua chegada ao Brasil, a sequência passava a ser protagonizada por Anita. A partir da segunda tirinha, ela já aparecia como uma mulher que ansiava por liberdade e que se recusava a se submeter aos "preconceitos retrógrados do pai". Por amor, rompe com a

---

[727] *Idem*, p. 11, 06/08/1948.

[728] *Idem*, p. 4, 12/02/1949.

[729] *Idem*, p. 3, 02/05/1950.

família para se casar com Garibaldi. A partir do casamento, Anita se envolve em todas as batalhas travadas pelo marido, demonstrando ser uma verdadeira companheira e uma revolucionária combativa. Segundo a narrativa de *O Momento Feminino*, inclusive, ela era mais corajosa que muitos homens e inspirava a admiração dos revolucionários do sul do país. Por entender a importância de sua participação nas lutas por liberdade e por não se ater a uma vida doméstica alienada, Anita Garibaldi foi apresentada como "uma das maiores glórias femininas de nossa História"[730].

Além dessas personalidades históricas, Zélia Magalhães, Angelina Gonçalves[731], Elisa Branco, Branca Fialho, a espanhola Dolores Ibárruri, Laura Brandão, Dona Leocádia Prestes, Olga Benário, Eugenie Cotton, da FDIM, e tantas outras mulheres associadas à luta comunista integravam o panteão proposto por *O Momento Feminino.* Em comum, elas possuíam a propensão ao sacrifício, a coragem, o senso de responsabilidade e o amor maternal que acolhia a todos os povos.

Em contraponto, o jornal apresentava também exemplos femininos que não deveriam ser seguidos, como o de Margarida Hirschman, mulher responsável por um programa de rádio que seria ouvido pelos soldados brasileiros que lutavam na frente italiana:

> Margarida Hirschman apareceu no cenário, no período agudo da guerra passada. Sua voz feminina passou a soar no rádio, num programa apresentado, como para alegrar os nossos soldados na frente italiana, distantes da sonoridade das palavras afetuosas de mães, esposas e filhas. Entretanto, essa mulher que poderia ser a irmã de milhares de brasileiros, para lhes levar o carinho e a coragem nas horas mais duras de combate e de perspectiva de morte, era a espiã nazista, que ganhava dinheiro à causa de um hediondez jamais perdoável: abatia a moral de nossos soldados num trabalho de desagregação, de desânimo, de desmoralização[732].

---

[730] *Idem*, p. 8, 22/10/1948.

[731] Angelina Gonçalves foi uma militante comunista morta pelas forças policiais em um comício realizado para celebrar o Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 1949, na cidade de Rio Grande (RS). Na mesma ação repressiva foram mortos outros dois manifestantes. Apesar de possuir filhos, Angelina Gonçalves não foi representada como uma mãe revolucionária em *O Momento Feminino* ou pelo movimento feminino comunista, mas como uma "heroica lutadora antifascista". Talvez, diferentemente das demais mulheres exemplares citadas, sua condição de mãe não fosse tão explícita durante a participação no comício. O episódio foi classificado pelas comunistas da União Feminina Gaúcha como chacina e foi comunicado à FMB e ao jornal *O Momento Feminino* para garantir protesto e ampla divulgação. A FMB enviou um telegrama ao governador do Rio Grande do Sul protestando contra "as liberdades constitucionais de manifestações em praça pública" e exigiu providencias contra a chacina. Ver: **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 18/05/1950.

[732] **O Momento Feminino**, Rio de Janeiro, p. 2, 30/06/1949.

Enquanto as heroínas para os comunistas eram mulheres que inspiravam e motivavam a atuação masculina, assumindo ao seu lado a luta pela liberdade, Margarida Hirschman era uma figura antirrevolucionária, uma mulher que aderiu ao fascismo e agia para garantir a derrota das tropas brasileiras enviadas para a Itália. Importante destacar que a espiã era um contraponto feminino também político, não doméstico, mas que falhava por se deixar mobilizar pelos ideais que as comunistas consideravam incompatíveis com a luta pela democracia e pela emancipação da mulher.

Não posso deixar de destacar, mais uma vez, que *O Momento Feminino* dava suporte às entidades femininas que surgiram no Brasil ao longo das décadas de 1940 e 1950. Na seção "Atividades femininas", o jornal publicava as informações sobre a atuação das organizações femininas do Brasil e permitia que se comunicassem. Cartas endereçadas por uma União Feminina a outra eram divulgadas com objetivo de construir a solidariedade e a integração do movimento feminino comunista brasileiro. Nas colunas dessa seção, as leitoras deparavam-se com a similaridade de condições de vida e de angústias descritas por mulheres de várias estados e regiões, mulheres comuns que o jornal descrevia como "heroínas obscuras, combatentes corajosas na luta cotidiana pelo pão, pela casa, pela felicidade doméstica"[733]. De fato, se algumas reportagens de *O Momento Feminino* apresentavam as moradoras das favelas, as trabalhadoras e donas de casa pobres como vítimas do descaso estatal, da ignorância que lhes era imposta e do sistema econômico e político em curso, em outros momentos elas eram representadas como heroínas do cotidiano, indivíduos que asseguravam a sobrevivência da família mesmo em contextos adversos.

Para garantir que a leitora do jornal encontrasse incentivo a sua atuação política, a equipe de *O Momento Feminino,* de fato, procurava evitar retratar as mulheres como meramente vítimas. Era preciso reconhecer suas mazelas, publicá-las, mas era igualmente importante convencê-las de seu potencial de superação. Para tanto, o maternalismo revolucionário foi, mais uma vez, uma das estratégias discursivas acionadas pelas comunistas. Inclusive, mais do que mostrar que o instinto materno já orientava a mulher para a vida pública, as mulheres do jornal vão sugerir que apenas aquela que se envolvia nas atividades coletivas – seja no mercado de trabalho seja nos movimentos sociais e políticos – seria capaz de ser uma boa mãe:

> Há, por exemplo, quem afirme que a mulher não deve trabalhar fora porque deve educar e cuidar dos filhos, além de cuidar da casa. Ora, nem toda a mulher tem filhos,

[733] *Idem*, p. 9, 25/07/1947.

> ao contrário, o número das que têm diminue cada vez mais. Umas, porque não querem, outras porque não podem. De sorte que a regra não pode ser aplicada a todas as mulheres. Seria absurdo que uma mulher sem filhos não pudesse trabalhar porque outras mulheres tem filhos para criar. Além disso, nenhuma mulher que vive apenas dentro de casa, executando trabalhos domésticos, pode educar um filho. Primeiro porque não tem contato com a vida, não participa dos problemas da sua casa, da sua família e, portanto, não está apta para guiar o filho na escolha do seu destino. Educar uma criança não é mais que ensinar como se deve sentar à mesa e comer, cumprimentar visitas, nem tampouco ensinar as primeiras letras. (...) Exige, sobretudo, o exemplo. Uma criança que ouve a mãe dizer que o trabalho dignifica e enobrece o homem, mas que a vê sempre sentada, a pentear-se, ou recostada em divãs incomodando as empregadas pelas mínimas coisas, não pode acreditar muito na necessidade do trabalho. (...) Agora, pergunte se a mulher que trabalha, que estuda, que aprendeu a se defender e a enfrentar a vida, que sente os problemas de sua classe, que conhece as alegrias e sofrimentos dos outros, pergunte se esta mulher (que trabalha porque ama o trabalho e não a que está ansiosa para casar ou tirar a sorte grande e deixar o emprego) se ela não se sente mais capaz de orientar o seu filho evitando que ele sofra o que ela já sofreu, ensinando a aproveitar as boas oportunidades, desenvolvendo o espirito de solidariedade nesta criança ao invés de conservá-la egoisticamente agarrado às saias. Estes ensinamentos a mulher só aprende na prática da vida (...) não se justifica que uma mulher porque é mãe não deva trabalhar, se ela precisa, antes de mais nada educar-se e se não há melhor escola que o trabalho para educá-la e torná-la capaz de educar seus filhos[734].

Nesse sentido, o conselho de *O Momento Feminino* para que as leitoras se tornassem mães e donas de casa melhores era se desgarrar do espaço doméstico.

O tom discursivo e as estratégias políticas e de diagramação do jornal não se alteraram muito ao longo de seus dez anos de circulação. Apenas em 1948, a partir da mudança de orientação política do PCB, deixou de publicar reportagens lisonjeiras sobre a atuação da FBPF. Rompendo com as feministas, as comunistas voltaram a combatê-las e arvorá-las à condição de mulheres burguesas antirrevolucionárias. Também, em 1950, o vínculo do jornal com o PCB ficou ainda mais explícito, já que o símbolo da foice e do martelo[735] foi publicado em alguns exemplares, assim como retratos, homenagens e citações a Stálin[736]. No mais, a publicação seguiu priorizando o apoio às campanhas pela paz, às Uniões Femininas e à FMB, bem como se tornou o veículo porta-voz do movimento feminino comunista brasileiro junto à FDIM. Exemplares eram enviados por Arcelina Mochel à federação internacional, que os utilizava para escrever seus boletins e os repassava às organizações femininas de outras regiões do mundo.

---

[734] *Idem*, p. 9, 23/07/1948.

[735] *Idem*, p. 2, 24/02/1950.

[736] *Idem*, p. 10, 20/12/1950.

## 6.4 DECLÍNIO DO MOVIMENTO FEMININO COMUNISTA

Todo o destaque de *O Momento Feminino* e dos demais órgãos do trabalho político feminino desenvolvido pelas comunistas não passou desapercebido pela direção do PCB. Durante a realização do IV Congresso do partido, Prestes reconheceu o trabalho da FMB e suas organizações associadas e convocou a todos os militantes a trabalharem para a ampliação e fortalecimento dessas entidades:

> 6. Maior atenção ao trabalho entre as massas femininas – A mulher tem no Brasil, apesar de todo o nosso atraso e dos preconceitos burgueses e feudais com que procuram prendê-la exclusivamente ao lar e à cozinha, uma grande tradição de luta pela liberdade e pelos interesses do povo. Pelo seu espírito de iniciativa, pela sua combatividade, pelo ardor com que lutaram, as mulheres muito contribuíram para a grande vitória do povo brasileiro que impediu os governos de Dutra e de Vargas enviar soldados e marinheiros do Brasil para a matança da Coreia. O programa de nosso Partido tem em conta que a vitória da revolução não será possível sem a participação das grandes massas femininas, levanta com vigor e clareza todas as reivindicações da mulher, vitima de discriminação no terreno econômico, das desigualdades sociais e jurídicas, por vezes arrastada pela miséria à prostituição e que é, sem dúvida, quem mais sofre com a carestia da vida, com o abandono em que se encontra a infância e com as consequências sangrentas de uma guerra.
> Para ganharmos, porem as massas femininas para a política do Partido é indispensável e urgente dedicar mais atenção ao trabalho dos comunistas entre as mulheres. O desprezo e a subestimação do trabalho entre as mulheres significam que esquecemos que a parte feminina da população representa importante reserva que deve ser ganha para a classe operaria. É manifestação de oportunismo e indica que ainda estão longe de eliminar em nossas fileiras os preconceitos burgueses a respeito da mulher. "A primeira tarefa do Partido Comunista – ensina Stálin – consiste em travar uma luta decisiva para liberar as mulheres, operárias e camponesas, da influência da burguesia, para educar politicamente e organizar as operarias e camponesas sob a bandeira do proletariado". É dever, não apenas das Organizações de Base femininas, mas de todas as organizações do Partido, incluir entre suas tarefas cotidianas e permanentes o trabalho entre as massas femininas a fim de dirigir e orientar a luta das mulheres em defesa de seus direitos, em defesa da infância e da paz. (...) Os comunistas e as organizações do Partido devem apoiar com o maior vigor e decisão a Federação de Mulheres do Brasil, participar ativamente de suas campanhas e não poupar esforços para assegurar às organizações da Federação de Mulheres do Brasil, além da maior amplitude possível, um sólida base operária e camponesa, com raízes nas grandes fábricas e fazendas[737].

Em seu pronunciamento, Prestes afirmou que o PCB pouco se empenhava para ampliar a mobilização feminina. De fato, apenas 9,3% dos militantes presentes no IV Congresso eram mulheres. Prestes, ainda, retomou diversos argumentos e representações sobre as mulheres que conformavam a percepção comunista sobre a questão feminina. Afirmou que as mulheres eram

[737] Informe de Luiz Carlos Prestes ao IV Congresso. In: **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 13, 28/11/1954.

vítimas do sistema capitalista patriarcal, defendeu que elas poderiam se tornar uma força política revolucionária em potencial, desde que fossem afastadas das influências burguesas e aproximadas das bandeiras do partido, e destacou que as mulheres-mães eram as mais preocupadas com a infância, com a paz e a carestia. No entanto, seu objetivo principal era pontuar a falha do partido em cumprir uma tarefa que deveria ser encarada como essencial: o trabalho político feminino. E, segundo Prestes, esse fracasso estava muito atrelado à permanência de preconceitos de gênero no interior do partido, "permanências burguesas" que precisavam ser eliminadas.

Não obstante a autocrítica fizesse parte do rito público comunista, Prestes não estava exagerando[738]. Inclusive, sua companheira havia sido vítima do machismo de Diógenes Arruda, outro importante dirigente do PCB, pouco depois de chegar da maternidade:

> Durante esses dias tive um conflito sério com Arruda. Ele maltratava todo mundo em sua volta. A companheira que cozinhava no aparelho esqueceu que o Arruda não comia cebola. O Arruda quase virou a mesa, teve uma reação terrível. A pobre companheira em pânico ficou aos prantos. Eu disse que não era através de gritos e murros na mesa que a ordem deveria ser mantida. O Arruda ficou furioso, disse que eu estava com pretensões de ser dirigente. Mandou eu me comportar, pois ele sim, um comunista, sabia das coisas.
> – Se ser comunista significa ser igual ao senhor, me desculpe, não quero mais ser dessa organização autoritária – eu estava também raivosa.
> – Vá cuidar da sua criança, sua vagabunda! – gritou o Arruda pensando que estava me humilhando[739].

A passagem citada por Maria Prestes evidencia que o partido mantinha práticas que reproduziam os papéis tradicionais de gênero e reforçavam a subordinação feminina, entre elas, atribuir às mulheres as tarefas domésticas nos aparelhos. E evidencia que, como apontava o discurso de Prestes, muito seria preciso avançar para eliminar os "preconceitos burgueses" das fileiras comunistas, inclusive entre os dirigentes.

Essa realidade partidária, entretanto, corria em paralelo às conquistas promovidas pelo trabalho político feminino conduzido pelas comunistas, trabalho cujo impacto nacional e internacional motivou o debate partidário mais consistente sobre a condição da mulher não apenas na sociedade, mas no PCB. O compromisso pecebista assumido no evento em relação às mulheres reverberou na eleição de três delas para o Comitê central: a doméstica Lourdes

---

[738] Para mais informações sobre os mitos e ritos dos comunistas, ver: FERREIRA, **Prisioneiros do Mito**, *op. cit*.

[739] PRESTES, Maria. **Meu companheiro**: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 36.

Benaim, de São Paulo; a professora e jornalista Arcelina Mochel, do Rio de Janeiro, um dos principais nomes do movimento feminino comunista; e a professora Zuleika Alambert, de São Paulo. Além delas, foram escolhidas quatro suplentes: a tecelã Orondina da Silva, de São Paulo; a doméstica Olga Maranhão, do Rio de Janeiro; a tecelã Maria Salas, de São Paulo; e a professora Iracema Ribeiro, do Rio de Janeiro. Inclusive, Iracema Ribeiro apresentou um expressivo informe sobre a questão feminina no Brasil e a necessidade de se ampliar o trabalho político entre as mulheres. Esse informe foi lido em nome do Presidium do partido durante a reunião do Pleno ampliado do Comitê Central do PCB realizado em março de 1955 e demarcava os caminhos que o partido deveria seguir para garantir o sucesso da mobilização de mulheres. Iracema Ribeiro apresentou um panorama das condições de vida das mulheres, não apenas econômicas, mas também jurídicas – as limitações de direitos impostas pelo Código Civil –, sociais e culturais. A comunista denunciou a dificuldade da maioria das mulheres de exercerem seus direitos políticos porque eram analfabetas e combateu as teorias "retrogradas" que proclamavam a "superioridade 'natural' do homem sobre a mulher". Iracema Ribeiro destacou que muitos militantes do partido partilhavam dessas teorias retrógradas – homens e mulheres –, o que estaria prejudicando o processo revolucionário no Brasil. Mesmo diante de um contexto tão adverso, a militante destacou que as mulheres que se envolviam nas lutas do povo brasileiro elevavam sua consciência e se tornavam mais resolutas, mais combativas, a exemplo de Zélia Magalhães e Olga Benário. E reconheceu que, apesar do pouco empenho do partido, o movimento avançava:

> O movimento feminino tem dado passos importantes no caminho de sua organização e de sua unificação. As mulheres já possuem uma Federação nacional e Associações estaduais, bem como inúmeras Uniões de municípios e de bairro. Essas organizações vêm aumentando progressivamente. (...) Tem realizado importantes Congressos e Conferências em defesa das reivindicações especificas das mulheres. A I Assembleia Nacional de Mulheres, em 1952, as Assembleias Regionais em princípio de 1953, a II Assembleia Nacional em outubro de 1953, além da participação de uma delegação brasileira no Congresso Mundial de Mulheres e a realização da vitoriosa I Conferência Latino-Americana de Mulheres foram acontecimentos que concorreram para fazer avançar a organização e a unidade de ação das mulheres brasileiras. No entanto, isso representa muito pouco. Apesar de haver crescido a influência da Federação de Mulheres do Brasil entre as mulheres de toas as classes e camadas sociais, de todas as opiniões políticas e credos religiosos, existem ainda milhões de mulheres por organizar e que desconhecem até seus mínimos direitos. Vivem completamente alheias a atividade política e não participam sequer das menores ações pela conquista de suas reivindicações mais imediatas[740].

[740] RIBEIRO, Iracema. Informe ao Pleno Ampliado do PCB. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 16-17, 03/04/1955.

No informe, Iracema Ribeiro traçou uma proposta de ação para todos os militantes do partido visando fortalecer o movimento feminino e ampliar a presença de mulheres no PCB: criar organizações de base femininas para debater as questões femininas específicas e as pautas gerais do partido; investir em cursos de formação para as mulheres militantes, muitas das quais eram analfabetas e, segundo a militante, menos preparadas que os homens; incluir os quadros femininos nos plenos dos órgãos dirigentes do partido; garantir a formação das seções do Trabalho Feminino junto aos Comitês de Zona e Comitês Distritais; e promover a luta ideológica no interior do partido com objetivo de eliminar as dificuldades que travavam a ampliação do trabalho político entre as mulheres.

A implantação dessa proposta foi atropelada pela crise que assolou o PCB a partir de fevereiro de 1956. Com as denúncias dos crimes de Stálin, promovidas pela publicação do relatório produzido por Kruschev, o partido comunista adentrou uma fase de desestruturação, perda de quadros, paralisação na condução das ações e questionamentos quanto à legitimidade da direção. Ainda assim, em meados de 1956, apoiou a realização da Conferência da Mulher Trabalhadora, um evento preparatório para o Primeiro Congresso Internacional da Mulher Trabalhadora, convocado pela Central Sindical Mundial e realizado em Budapeste. A conferência brasileira reafirmou a bandeira do "trabalho igual, salário igual" e motivou muitas centrais sindicais comandadas por comunistas a se envolverem na mobilização das operárias[741].

A crise do PCB de 1956 não apenas dificultou a ampliação do trabalho político feminino que o Comitê Central propunha promover, como inviabilizou iniciativas do movimento de mulheres que já estava em curso. *O Momento Feminino* interrompeu suas publicações abruptamente. O jornal parece ter sido atingido pelo desgaste surgido entre jornalistas comunistas e o PCB, em razão da dificuldade da organização em encampar o debate sobre as denúncias de Kruschev junto ao movimento comunista brasileiro. Foram os jornalistas que romperam o silêncio da direção e se propuseram a analisar os rumos que o partido deveria assumir, o que gerou a reação do CC e o encerramento das atividades de muitos periódicos. Por depender da estrutura da imprensa partidária para circular, *O Momento Feminino* pode ter sofrido com o desmantelamento da antiga rede de veículos de comunicação do partido.

[741] **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 5, 08/06/1956.

A FMB e suas filiadas estatais foram fechadas por um decreto assinado por Juscelino Kubistchek. Tal decreto, de janeiro de 1957, impunha o impedimento das atividades por seis meses:

> Decreto nº 40.789, de 22 de Janeiro de 1957
> Suspende o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal.
> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição e o art. 6º do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, e tendo em vista o que consta do Processo 56.650-56, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores,
> DECRETA:
>
> Art. 1º Fica suspenso, pelo prazo de seis meses, o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal e das organizações a ela filiadas em todo o Território Nacional.
>
> Art. 2º O Ministério Público Federal promoverá imediatamente, nos têrmos do art. 6º parágrafo único, do citado Decreto-lei nº 9.085, a competente ação de dissolução das entidades referidas no artigo primeiro.
>
> Art. 3º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
>
> Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.
> Juscelino Kubistchek
> Nereu Ramos[742]

Como destacado no documento, o decreto presidencial se baseou no artigo 6º do Decreto nº 9.085 de 25 de março de 1946, lançado ainda pelo governo Dutra, que dispunha sobre o registro civil de pessoas jurídicas estabelecendo que seriam fechadas por um prazo não superior a seis meses "as sociedades que fizessem falsa declaração de seus fins, ou que após receberem o registro passassem a exercer atividades ilícitas ou nocivas à segurança do Estado, a ordem política ou social, ao bem público, à moral e aos bons costumes"[743].

Não obstante JK ter sido eleito com o apoio dos comunistas e, especificamente, ter contado com o suporte da FMB, as evidências das relações da entidade com o PCB e a URSS tornaram as pressões de setores anticomunistas muito consistentes. As forças de repressão elaboraram dossiês sobre as entidades femininas a partir da infiltração de mulheres nas suas fileiras. Desde 1945, a polícia política do Rio de Janeiro contava com Raquel, espiã que

---

[742] Decreto disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40789-22-janeiro-1957-379607-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/03/2021.

[743] MORENTE, **Invadindo o mundo público**, *op. cit*., p. 36.

circulava pelas Uniões Femininas, pela AFDF e pelo FMB. De acordo com suas anotações, era evidente a relação dessas organizações com o PCB[744] e com a FDIM.O fechamento temporário da FMB, dessa forma, parece ter sido uma das iniciativas conduzidas para aplacar os ânimos de segmentos que haviam apoiado uma proposta de golpe militar destinada a impedir a posse de JK sob o argumento de que o candidato eleito tinha apoio comunista.

As entidades femininas permaneceram fechadas por seis meses, mas após esse período reabriram suas sedes. A FMB, entretanto, sem o apoio do *O Momento Feminino* e diante das intensas perseguições e campanhas de difamação, não conseguiu manter seu prestígio. Ainda assim, participou da Segunda Conferência Latino-Americana de Mulheres, realizada pela FDIM no Chile em 1959, e organizou as comemorações do dia 8 de março em 1960. Em 1965, entretanto, diante da morte de Branca Fialho e das dificuldades impostas pelo golpe militar instituído no país em 1964, a FMB desapareceu.

Já a AFDF, após a reabertura, retomou seus trabalhos. Em 1960 mudou seu registro em função da inauguração de Brasília. A partir de então, a entidade passou a se reconhecer como Liga Feminina do Estado da Guanabara (LFEG) e realizava reuniões semanais com as Uniões Femininas dos bairros para lhes prestar assistência[745]. No mesmo ano, começou a organizar uma biblioteca popular na Vila da Penha, sob a direção de Beatriz Bandeira. A comunista conseguiu livros junto a editoras e mobiliário com o Museu Histórico Nacional. A LFEG continuou as campanhas contra a carestia e chegou a participar de um debate na TV Tupi. Protestaram contra o assassinato do filho do líder camponês João Pedro Teixeira, também assassinado em Sapé, na Paraíba. E em 1963 as representantes da entidade chegaram, inclusive, a serem recebidas pelo presidente João Goulart. Ao contrário da FMB, a LFEG se manteve ativa e com destaque na sociedade carioca. Foi o golpe de 1964 que interrompeu sua trajetória, já que suas principais lideranças precisaram se exilar ou passar a viver na clandestinidade.

O golpe de 1964 foi, com efeito, o responsável pelo desmantelamento do movimento feminino de orientação comunista que se organizara no Brasil. Inclusive, o golpe foi precedido e, posteriormente, acompanhado pela atuação de grupos e organizações de mulheres que disputaram com as entidades de esquerda a influência sobre as massas femininas brasileiras. Tais entidades que apoiaram a ascensão dos militares – como a Campanha da Mulher pela

---

[744] APERJ, Fundo DPS, Notação 78, Movimento Feminino.

[745] PAZ, **Nieta dos campos da paz**, *op. cit*., p. 93.

Democracia (CAMDE) – eram marcadas por um discurso de gênero tradicional, conservador e perpassado pela religiosidade católica[746].

Com o golpe, todo o debate pela superação da opressão feminina e pelo reconhecimento das demandas das mulheres que as militantes estavam promovendo foi atropelado. As comunistas passaram a ser perseguidas e o governo tentou invisibilizar as mulheres da periferia. A falta de saneamento, de energia elétrica, os problemas de abastecimento, a falta de creches ou de maternidades, nenhuma dessas questões foi solucionada. Pelo contrário. O novo regime contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais e continuou sustentando um discurso de defesa da domesticidade da mulher. O golpe de 1964 interrompeu abruptamente várias experiências que a sociedade civil brasileira construía desde 1945, mas, em especial, ceifou o movimento de massas femininas que por alguns anos procurou transformar as mães pobres das periferias em cidadãs.

A preocupação com a questão feminina, entretanto, não desapareceu das fileiras do PCB. Embora desmantelado e sem a mesma liderança entre as forças de esquerda no Brasil, o partido foi se abrindo, progressivamente, ao feminismo de matriz europeia, que influenciou tantas militantes que se encontravam exiladas, sobretudo, na França. A partir da década de 1970, as exiladas que retornaram ao Brasil se reencontraram com muitas pecebistas que permaneceram no país e juntas iniciaram um debate sobre a possibilidade de reconstrução do movimento feminino.

Para parte da historiografia, esta seria uma fase pioneira da História do movimento de mulheres no Brasil, a nossa segunda onda feminista. Para as comunistas, tratava-se de uma tentativa de se resgatar e aprofundar a experiência de emancipação que o golpe de 1964 havia tentado abortar. Sem esquecer o passado, as militantes do PCB se dispuseram a sonhar com o futuro e a lutar pelo lugar das mulheres no processo de refundação democrática.

---

[746] Para mais informações sobre as mobilizações de mulheres conservadoras antes e depois da eclosão do golpe de 1964, ver: CORDEIRO, Janaína Martins. A mancha da família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, 2021. CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. SESTINI, Pérola. **A "mulher brasileira" em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas desta tese, procurei demonstrar como o PCB, desde sua fundação, foi um partido atravessado pelo debate sobre a questão feminina e por experiências de condução do trabalho político entre mulheres. Apesar de, em nenhum momento, a emancipação feminina e a igualdade entre os sexos terem sido arvoradas à condição de bandeiras principais do partido, nem as entidades exclusivamente compostas por mulheres terem sido consideradas as mais relevantes, elas não foram negadas ou ignoradas pelos comunistas. Os militantes acreditavam que para serem reconhecidos como verdadeiros bolcheviques não poderiam se furtar a combater – ainda que apenas no discurso – a opressão imposta às mulheres. Um comunista sabia que era preciso se posicionar publicamente contra o sistema patriarcal.

Como procurei evidenciar no primeiro capítulo, a cultura política comunista que se constituiu entre 1903 e 1930 na Rússia, mas em diálogo com militantes e partidos de outros países, tinha como um de seus pilares o reconhecimento da questão feminina – expressão que, inclusive, conformava o vocabulário dos militantes –, entendida como uma das mazelas decorrentes do surgimento da propriedade privada. Segundo a narrativa de fundação comunista sobre as sociedades, ou melhor, sobre o que poderia ser entendido como a decadência da humanidade – ou o pecado original dos homens –, a propriedade privada seria a grande causa do fim de um período idílico marcado pela igualdade, pela boa convivência e pelo matriarcado, e do nascimento de um contexto atravessado pelos conflitos de classe, pela miséria e pela instituição do patriarcado. Foram, sobretudo, os escritos de Engels em *A origem da família...*, tantas vezes retomados e reinterpretados pelos militantes de todo o mundo, que selaram no cerne da cultura política comunista a certeza de que a opressão dos homens sobre as mulheres seguia uma dinâmica parecida com a opressão imposta pelas classes economicamente dominantes às classes dominadas. Como um sustentáculo do capitalismo, o patriarcado impunha – e impõe – a exploração das mulheres, seu controle sexual e político, como estratégia para garantir a perpetuação da propriedade e da riqueza masculinas. Nesse sentido, ao assumir a luta contra o sistema econômico capitalista, os comunistas eram convocados a assumir, igualmente, a luta contra o patriarcado.

Reconhecer as opressões impostas às mulheres e tomar iniciativas para enfrentá-las, entretanto, não livrou os comunistas russos – e os militantes do restante do mundo – de assumirem uma postura contraditória em relação à feminilidade. Por um lado, os bolcheviques

defendiam a capacidade política das mulheres e afirmavam que sem sua participação o processo revolucionário seria impossível. Por outro, atribuíam a elas um enorme potencial contrarrevolucionário. Para os militantes, toda a imposição cultural, as formas de educação e socialização a que eram submetidas as mulheres nas sociedades semifeudais e capitalistas contribuiriam para mantê-las em uma situação de alienação, de submissão religiosa, de confinamento doméstico e, consequentemente, de distanciamento do mundo do trabalho assalariado e do mundo político. Reféns da ignorância, as mulheres acabavam se tornando *babas*, seres fúteis, facilmente manipuláveis, fantoches das forças conservadoras, como as igrejas e a burguesia. Nesse sentido, embora a desconfiança perante as mulheres fosse inspirada não por uma condição entendida como intrínseca ou essencial, mas cultural e histórica, os comunistas de ambos os sexos não percebiam as mulheres pobres como integrantes inquestionáveis do proletariado. Apenas a ação do partido garantiria que elas assumiriam seu lugar ao lado dos homens, que eram descritos como predestinados a promover a destruição do capitalismo. Apenas o partido transformaria as *babas* em verdadeiras revolucionárias.

Em função dessa interpretação ambivalente acerca da feminilidade – a que existia no capitalismo e a que poderia ser construída pelos comunistas –, o PCUS e as organizações comunistas internacionais defendiam a organização de um trabalho político especificamente feminino. Mesmo com todas as dificuldades e limitações, impostas muitas vezes pela própria direção partidária, algumas militantes assumiram o compromisso de politizar as massas femininas e fundaram a seção de mulheres do PCUS: o Zhenotdel. Através dessa organização foi consolidado um método de ação que inspirou comunistas de todo o mundo. As bolcheviques defendiam que o trabalho político feminino deveria ser estruturado a partir de núcleos exclusivamente formados por mulheres, mas não deveria prescindir da contribuição masculina. O dia 8 de março deveria ser celebrado como uma data obrigatória do calendário comunista e mulheres exemplares, como Clara Zétkin e Rosa Luxemburgo, deveriam ser sempre relembradas. As comunistas defendiam que a inclusão das mulheres em cargos políticos era uma pauta de luta imprescindível, assim como a ampliação de sua escolarização e a construção de mecanismos estatais para a superação das imposições domésticas que as confinavam e sufocavam.

Além do Zhenotdel, outras organizações de mulheres foram criadas pelas bolcheviques, como a União de Mulheres Soviéticas Antifascistas e a Seção Feminina da IC, esta última, a entidade que se responsabilizou por cobrar os partidos comunistas de todo o mundo o compromisso com o enfrentamento da questão feminina e com a expansão do número de

mulheres em suas fileiras entre 1919 e 1943. Foi a Seção Feminina da IC que se manteve vigilante em relação ao compromisso do PCB de estruturar o trabalho político entre as brasileiras, compromisso apresentado como fundamental para garantir a adequação do partido aos preceitos bolcheviques.

O processo de estruturação do trabalho político feminino do PCB desde a década de 1920 até 1950 foi apresentado a partir do segundo capítulo deste trabalho. Analisei como o PCB lidou com a questão feminina, como se apropriou e reelaborou as representações sobre as mulheres consolidadas no bojo da cultura política comunista e como conduziu a fundação das organizações de massas femininas ligadas ao partido. De fato, o PCB iniciou a discussão sobre as condições de vida das mulheres já em 1925 e de imediato procurou incorporar a questão feminina à sua análise sobre a sociedade e o processo histórico brasileiros. Assim que o partido foi capaz de articular ações políticas sistemáticas, após a redução do contexto de perseguições e repressões, a primeira entidade feminina foi criada, o CMT (1928). Também, em 1929 uma mulher foi integrada ao CC (Elza) e uma comissão destinada a coordenar o trabalho político feminino foi incorporada ao organograma do partido. A partir de então, e ao contrário do que afirmava a historiografia, mulheres sempre atuaram junto ao CC, mesmo que em número menos expressivo que o de homens. E, embora a direção do PCB não se envolvesse plenamente com o trabalho político feminino, procurava destacar um integrante para dar assistência às militantes que assumiam as organizações de mulheres, também uma forma de monitorá-las.

Em 1935, comunistas participaram da fundação da UFB, em 1946 se envolveram na criação das Uniões Femininas, em 1947 estruturaram o jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar* e em 1949 fundaram a FMB. Em cada uma dessas etapas as comunistas se aproximavam mais da certeza de que a mobilização das massas femininas só seria efetiva se fosse conduzida a partir das demandas apresentadas pelas próprias mulheres e a partir de entidades integradas exclusivamente por elas, independentemente da orientação política e religiosa. As demandas identificadas pelas pecebistas junto às donas de casa, trabalhadoras, empregadas domésticas e tantas outras se associavam mais às questões cotidianas – a falta de alimentos, de saneamento básico, de energia elétrica, de moradia, de transporte público, de creches e escolas para os filhos –, apesar de não terem sido pautas exclusivas. A politização do cotidiano foi acompanhada de um debate sobre o lugar da mulher na sociedade brasileira, sobre as desigualdades jurídicas impostas pelo Código Civil de 1916, sobre as opressões impostas pelos padrões de beleza e de comportamento e sobre a importância do despertar político da mulher para a transformação de sua condição de opressão. As pautas específicas identificadas

junto às massas foram associadas a tentativas de desconstrução do modelo de feminilidade patriarcal e de construção de uma outra forma de ser mulher, o que culminou, por exemplo, na consolidação da representação feminina da maternidade revolucionária. Assumindo que a maioria das mulheres entre as décadas de 1920 e 1950 eram mães e reconhecendo que grande parte de suas angústias se associavam a esse papel social, as comunistas defenderam que este era um papel público, não meramente privado. A possibilidade feminina de se tornar mãe garantiria às mulheres um potencial político, e não doméstico.

Durante todo o processo, as comunistas que assumiram o trabalho político feminino não se afastaram dos outros aspectos da vida partidária. Elas não apenas atuavam em outros órgãos do PCB como se empenharam em seguir e difundir as diretrizes da direção partidária junto às massas femininas. Da mesma forma, as militantes e as organizações femininas ligadas ao partido divulgaram e atuaram em consonância com os valores e as representações da cultura comunista, abraçando outros temas para além da "questão da mulher", como o anti-imperialismo, o internacionalismo, o anticlericalismo, o antifascismo etc. Apesar de não terem seguido à risca todas as orientações ou promovido guinadas no comando das entidades femininas a cada mudança definida pelo CC, as comunistas procuraram envolver as mulheres nas lutas nacionais e internacionais, nas campanhas e eventos organizados pelo partido. Inclusive, em vários momentos, elas granjearam resultados mais expressivos que outros órgãos do PCB, em especial nos contextos de maior repressão. Nas campanhas pela paz, por exemplo, o desempenho das mulheres foi inigualável. Na articulação de redes internacionais de atuação, em especial em função da adesão à FDIM, elas também se destacaram.

Como procurei descortinar ao longo desta tese, a trajetória das mulheres do PCB que atuaram na mobilização feminina nos coloca diante de uma análise mais complexa acerca do partido. Malgrado o machismo fosse uma realidade no interior dessa agremiação política, fato sempre destacado pela historiografia de orientação feminista, também eram concretas as ações pela defesa da emancipação feminina e a capacidade de reagir das militantes que procuravam construir o partido tal como acreditavam que ele deveria ser. Logo, o PCB não era um grupo político meramente de homens, mas também de mulheres comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa em relação às condições de gênero. Ademais, a luta geral comunista – a consolidação da revolução – demandava o engajamento dos militantes, em especial das mulheres, nas pautas específicas identificadas junto às massas femininas.

Ao acompanharmos a trajetória que o enfrentamento da questão feminina assumiu no Partido Comunista Brasileiro, fica evidente, pois, que ele não pode ser apresentado tão somente

como uma entidade estereotipada, resultado exclusivo das ações masculinas ou de práticas misóginas. Por tudo que foi encontrado e explicitado nesta pesquisa, o PCB passa a ser inserido num processo cultural e ganha contornos mais claros e menos simplistas. Consequentemente, a luta das mulheres por igualdade e reconhecimento no Brasil adquire historicidade.

# FONTES E ACERVOS CONSULTADOS

## Arquivos

### Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP

Fundo Eloiza Prestes, Caixa Recortes e Manuscritos: Periódicos.

Boletim de Informação da FDIM, n. 34, ano 3, fevereiro de 1949.

Boletim de Informação da FDIM, n. 35, ano 3, março de 1949.

Boletim de Informação da FDIM, Defendamos a unidade do Movimento democrático de Mulheres, Paris, n. 26, ano 3, mar. 1948. Capa.

Mulheres do Mundo Inteiro.

Fundo Microfilmes Internacional Comunista

Fundo Octavio Brandão

### Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ/UFRJ

Coleção Antonieta Campos da Paz.

Coleção ASMOB, ***La Correspondencia Sudamericana***, Buenos Aires, v. 2, p. 9.

### Arquivo Nacional – AN

IPM, 1935, Movimento subversivo.

Processo contra Nise da Silveira conduzido pelo TSN, v. 2.

### Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Fundo DPS

Série Dossiês

Notação 62, Bancada Comunista, foto 405.

Notação 78, Movimento Feminino.

Notação 0076, Associação Feminina do Distrito Federal.

Notação 00432, União Feminina da Tijuca e Vila Isabel

Notação 567, Congresso Mundial das Mães.

Notação 1598. Comitê de Mulheres Trabalhadoras.

Notação 1925, Federação Democrática Internacional de Mulheres.

Seção DESPS

Pasta Glória Borges (notação 908).

Pasta Ernestina Melo (notação 911).

Pasta Julia Seixas (notação 910).

Pasta Maria Luiza Magalhães (notação 916).

Seção DSPS, foto 82

**Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP**

Prontuário 113837, Federação de Mulheres do Brasil.

Prontuário Patrícia Galvão.

**Centro de Documentação e Memória – CEDEM/UNESP**

Correspondência da Internacional Comunista ao Partido Comunista do Brasil, doc. microfilmado, 13/11/1922.

Fundo Internacional Comunista.

## Entrevista

Com Dina Lida Kinoshita, em 28 de março de 2018.

## Obras

FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL. **Atravessando as fronteiras da URSS**: entrevistas. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1954.

FIALHO, Branca. Prefácio. In: FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL. **Atravessando as fronteiras da URSS**: entrevistas. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1954.

## Periódicos

**A Classe Operária** - Rio de Janeiro

Hemeroteca da Biblioteca Nacional – até 1926

Arquivo Marxista na Internet – após 1926 -
https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm

27/06/1925

30/06/1925

04/07/1925

01/05/1926

06/07/1929

10/04/1935

20/06/1935

09/10/1935

**La Correspondencia Sudamericana** - Buenos Aires

CEDEM/UNESP

15/04/1926

**O Homem do Povo** - São Paulo

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

27/03/1931

31/03/1931

02/04/1931

04/04/1931

07/04/1931

09/04/1931

13/04/1931

**A Manhã -** Rio de Janeiro

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

04/05/1935

23/05/1935

25/05/1935

26/05/1935

29/05/1925

30/05/1935

02/06/1935

04/06/1935

05/06/1935

06/06/1935

08/06/1935

10/06/1935

11/06/1935

14/06/1935

16/06/1935

22/06/1935

23/06/1935

29/06/1935

06/07/1935
07/07/1935
09/07/1935
11/07/1935
14/07/1935
23/07/1935
26/07/1935
30/07/1935
09/08/1935
20/08/1935
30/08/1935
07/09/1935
14/09/1935
18/09/1935
06/10/1935

**A Nação** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
26/05/1935
03/08/1935

**Correio da Manhã -** Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
12/07/1935
14/08/1935

**Diário de Notícias** - Rio de Janeiro,
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
03/08/1935
24/09/1935

**Jornal do Brasil** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
09/05/1935.
26/05/1935

01/06/1935
19/06/1935
20/06/1935
21/06/1935
06/07/1935

**Marcha** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
05/07/1935

**Momento Feminino** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
03/01/1947
25/07/1947
01/08/1947
22/08/1947
19/09/1947
30/01/1948
11/06/1948
25/06/1948
23/07/1948
06/08/1948
20/08/1948
22/10/1948
_/02/1949
20/05/1949
29/06/1949
30/06/1949
31/12/1949
24/02/1950
_/02/1951 (nesta edição não há especificação de dia de dia)
_/05/1951 (nesta edição não há especificação de dia de dia)
02/05/1950
18/05/1950
01/09/1950

20/12/1950
18/01/1951
_/11/1951 (nesta edição não há especificação de dia de dia)
maio-julho 1953
1955 (este exemplar é identificado pelo ano e pelo número da edição)

**Tribuna Popular** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
25/10/1946
09/03/1947
26/04/1947
03/05/1947
07/05/1947
10/05/1947
28/05/1947

**Imprensa Popular** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
03/05/1951
08/06/1956
_/09/1954

**A Noite** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
23/09/1935
21/11/1955

**Correio da Manhã** - Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
16/11/1955
24/01/1957

**Cadernos de Teatro -** Rio de Janeiro
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
abril-maio-junho 1980

## Discursos e informes

PRESTES, Luis Carlos. Discurso do dia 23 de maio de 1945. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1945.

Informe de Luiz Carlos Prestes ao IV Congresso. *Imprensa Popular*. Rio de janeiro, 28 de novembro de 1954. p. 13.

Informe Iracema Ribeiro ao Pleno Ampliado do PCB. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1955. p.16-17.

## Relatório

Relatório do censo de 1940, v. II, p. XXV e p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

# REFERÊNCIAS


ABENSOUR, Miguel. **Utopia from Thomas More to Walter Benjamin**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino:** a invenção do "falo" – uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALEM, Sílvio. **Os trabalhadores e a redemocratização**: 1942-1948. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é o feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, Iracélli da Cruz. **A política no feminino**: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – seção Bahia (1942-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

ALVES, Iracélli da Cruz. O "não lugar" das mulheres na memória e na história do PCB. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29. **Anais**... Brasília: ANPUH, 2017.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, 2020.

AMADO, Janaina. "Eu quero ser uma pessoa: Revolta camponesa e política no Brasil. **Resgate: revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 4, n. 5, p. 47-69, 1993.

AMATO, Gabriel. **Aula prática de Brasil**: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 24.

ANDRADE, Joana El-Jaick. A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social democracia. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 9-17, 1º sem. 2010.

ANTÃO, Ana Carolina da Cunha Borges. **Gênero, imigração e política**: o caso da judia comunista Genny Gleiser no Governo Vargas (1932-1935). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 23, n 1, jan-jun 2010. p. 3.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Das Mutterrecht**: eine Untersuchung über die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur. Stuttgart: Verlag von Krais & Hoffmann, 1861.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Antrophos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção estudos brasileiros, v. 51).

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**: a invisibilidade feminina na política. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 601-607, 2º sem. 2001.

BOCK, Gisele. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. V. 5, p. 435-477.

BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Augusto de (org.). **Pagu: vida e obra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgard. **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgar. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel (org.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 454-492.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo?** As esquerdas brasileiras e o antifascismo 1922-1935. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, dez. 2002.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-34). In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 429-451 (Coleção As Esquerdas no Brasil).

CLEMENTS, Barbara Evans. **Bolshevik Women**. Cambridge: Cambrigde University Press, 1997.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. A mancha da família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167214/170156. Acesso em: 05/03/2021.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. **Aconteceu longe demais**: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DA SILVA, Danielle Jardim. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres**: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DE HAAN, Francisca. Continuing Cold War Paradigms in Western Historiography of Transnational Women's Organizations: the case of the Women's Internacional Democratic Federation (WIDF). **Women's History Review**, v. 19, n. 4, p. 547-573, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09612025.2010.502399. Acesso em: 05/03/2021.

DE HAAN, Francisca. La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y America Latina, de 1945 a los setenta. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas camaradas**: historias iberoamericanas de mujeres comunistas. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

DELPHY, Cristine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 187-199, 1992.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. v. 5.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DUARTE, Adriano Luiz. "Em busca de um lugar no mundo": movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, julho-dezembro de 2008.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Cadernos do AEL**, v. 11, n. 20/21, 2004.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1994.

DULLES, John W.F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**: (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014. e-book.

FERREIRA, Alane. **Mulheres vermelhas**: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal *Momento Feminino* (1947-1950). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FERREIRA, Brasília Carlos; ROCHA, Lauro Reginaldo da (Org.). **Bangu: memórias de um militante**. Natal: EDUFRN, 2019.

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel. **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano, livro 1**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da experiencia democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira república (1945-164). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FRACCARO, Glaucia. A classe operária tem dois sexos. In: FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 21-35.

FREIRE, Aloízia Medeiros. O papel da mulher na Insurreição Comunista. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/06_aluizia_freire_papel_mulher_insurreicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. São Paulo: EDUFSCar, 1994.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. e-book.

GREEN, James Naylor. **Revolucionário e gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HAYDEN, Carol Eubanks. The Zhenotdel and the Bolshevik Party. **Russian History**, n. III, 1976.

HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo V**: o marxismo na época da Terceira Internacional – a revolução de outubro; o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JACKSON, Kenneth David. Patrícia Galvão e o realismo-social brasileiro nos anos 1930. In: CAMPOS, Augusto de (org.). **Pagu: vida e obra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Resistência e integração**: as classes trabalhadoras e a criação de sindicato único e oficial no Rio de Janeiro. EUFOP, 2012.

KAREPOVS, Daniel. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec, 2003.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KRIEGEL, Annie. **Les communistes français**: essai d'ethnographie politique. Paris: Le Seuil, 1968.

LAZAR, Marc. Forte et fragile, emuable et changeante. La culture politique comunista. In: BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Paris: Le Seuil, 1999.

LEÃO, Viviane Maria Zeni. **Movimento feminino**: mulheres e imaginário comunista (Uma nova história, uma história nova), 1945-1956. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LOBO, Daniela Ataíde. **Militância feminina no PCB**: memória, história e historiografia. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2019.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres**: Rio de janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade (entrevista). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001.

MCDERMID, Jane; HILLYAR, Anna (org.). **Midwives of the Revolution**: Female Bolsheviks and Women Wokers in 1917. Londres: UCL Press, 1999.

MCLENNAN, John Ferguson. **Primitive Marriage**. Charleston: Nabu Press, 2014.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, 1983.

MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. **Armanda Álvaro Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **Lutas e idéias**. Rio de Janeiro: Editora PLG, 1980.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado**: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Dênis. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAIS, Fernando. **Olga, a vida de Olga Benário Prestes**: judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**: movimento de mulheres (1945-1964). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2017.

MORGAN, Lewis H. **Ancient Society**. Tucson: University of Arizona Press, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. **Locus – Revista de História**, v. 3, n. 1, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-35.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea – História y problemas del siglo XX**, Montevidéu/Uruguai, v. 2, 2011.

NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**: o novo espírito utópico. São Paulo: SESC, 2016.

PAULA, Delsy Gonçalves de.; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez R. **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PAZ, Mariza Campos. **Nieta dos campos da paz**. Rio de Janeiro: Maud X, 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: EdUFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**: uma história comparada. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

POSSAS, Lidia M. Vianna. As blusas-verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropologia**, n. 3, p. 20-43, 2012.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Petrópolis: Vozes, 1997.

PRESTES, Anita Leocadia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, p. 132-154, nov. 2010.

PRESTES, Maria. **Meu companheiro**: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PRIORI, Angelo Aparecido. **A Revolta Camponesa de Porecatú**. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. Tese (Doutorado em História e Sociedade), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas**: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Unicamp. 2007. v. 5.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil.)

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Jaime Fernandes. **Combatentes da paz**: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950. Rio de Janeiro: 7Letras.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, v. 5.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Cintia; MELO, Hildete Pereira de. La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas: una historia sin contar. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas**

**camaradas**: historias iberoamericanas de mujeres comunistas. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017. p. 100.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A greve no masculino e no feminino**: Osasco, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Eunice Ferreira dos; DUARTE, Eduardo de Assis; ÁLVARES, Maria Luzia. **Eneida**: memória e militância política. Belém: GEPEM, 2009.

SANTOS, Raimundo. Duas gerações de intelectuais pecebistas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 1, p. 7-21, nov. 1993.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Revista Inclusão Social**, ago. 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal (Org.). **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **Gender on the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SESTINI, Pérola. **A "mulher brasileira" em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Gleice Pereira da. As mulheres, a história e o silenciamento: uma breve análise sobre a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (1922-1938). In: ENHS – ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO SERTÃO – A Interdisciplinaridade na

História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura, 5., Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 4 a 7 de dezembro de 2018. **Anais**... Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

SILVA, Raquel. **O PCB e os Comitês populares Democráticos em Salvador (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia – História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. Vingtième Siècle. **Revue d'Histoire**, n. 57, jan.-mar. 1998.

SIZILIO, Ricardo José. **"Vai Carlos, ser Marighella na vida"**: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. Insubordinações de bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Capítulos de História dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFA, 2016.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **As representações do camponês e do latifundiário brasileiros**: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 275-296.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 169-195, jun. 2013.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOIHET, Rachel. **O feminismo de Bertha Lutz**: conquistas e controvérsias. In: Feminismo e Antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

STITES, Richard. Zhenotdel: Bolshevism and Russian Women 1917-1930. **Russian History**, ano III, n. 2, p. 174-193, 1976.

STITES, Richard. **The Women's Liberation Movement in Russia**: Feminism, Nihilism, bolshevism 1860-1930. Michigan:University of Michigan Library, 1991.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. **Mulheres comunistas**: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979). Dissertação Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TELES, Maria Amélia. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Alameda, 2017.

TORRES, Juliana Dela. A representação visual da mulher na imprensa comunista brasileira (1945-1957). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

VALENTE, Polyana Aparecida. Mulheres católicas em ação: caridade, saúde e divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

VARIKAS, Eleni. "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 59-80.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

WERNECK, Maria. **Sala 4**: primeira prisão política feminina. Rio de Janeiro: CESAC, 1988.

YUNES, João; RONCHEZEL, Vera Shirley Carvalho. Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, suppl. 0, jun. 1974. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500002#:~:text=Ao%20se%20avaliar%20a%20mortalidade,esta%20taxa%20ano%20a%20ano. Acesso em: 05/03/2021.

WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

WOOD, Elizabeth A. **The Baba and the Comrade**: Gender and Politics in Revolutionary Russia. Bloomington: Indiana University Press, 1997 (e-book).

WOOD, Elizabeth. The Bolsheviks and the Genealogy of Woman Question. In: WOOD, Elizabeth. **The Baba and the Comrade**: Gender and Politics in Revolutionary Russia. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

ZETKIN, Clara. Lênin e o Movimento Feminino. In: KOLLONTAI, Alexandra; ULIANOV, Vladmir Ilich; ZETKIN, Clara. **A revolução sexual e a revolução socialista**. São João del-Rei, 2009. e-book.

# ANEXOS

Anexo 1: Cartilha elaborada pela União Feminina do Brasil, composta por um panfleto e um Manifesto-Programa

Fonte: AN, IPM, 1935, Movimento subversivo, Manifesto-programa, p. 226.

Anexo 2: Dados Censo de 1940

Fonte: Relatório do Censo de 1940, volume II, p. XXV, p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 05/03/2021.

3092

# União Feminina do Brasil

AVENIDA RIO BRANCO, 117

Edificio do "Jornal do Commercio"

4.° ANDAR SALA 422 RIO

# A's Mulheres do Brasil

**MULHERES DO BRASIL**

Não poderiamos continuar indiferentes ante os choques, as tragedias e a miseria que nos cercam. Falhariamos a nós mesmas se não pensassemos em lutar hombro a hombro com os homens, pelos nossos direitos.

Escravas humilhadas, sugeitas desde cedo a toda uma réde envolvente de preconceitos, exploradas na nossa fé e ingenuidade—porque isso interessa a uma minoria potentada—victimas indefesas e torturadas.

Qual tem sido até hoje nosso papel no Brasil?

Na escola, a oppressão dos que querem fazer de nossa intelligencia um sabujismo. Na fabrica, substituindo o homem com salarios menores e menor revolta. No escriptorio produsindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que elle. No lar, prisioneiras passivas, tudo creando e nada possuindo. Na sociedade, joguetes cheios de deveres, tudo se nos exigindo, sem direitos, tudo se nos negando.

Começamos a despertar. Ameaçadas pelos monstros sanguinarios que tentam encharcar de sangue os lares, ameaçadas de fome, de miseria, de desgraças, sentimos que era chegada a hora de nossa união. Não consentimos que as guerras de destruição arrasem nossos lares. Levantamo-nos contra os inimigos do povo. Contra os que gosam, que luxam, que se divertem, enquanto ha milhares de mulheres e crianças na miseria. Não consentimos que o fascismo que trucidou friamente esposos e filhos na Alemanha e na Italia jogando a mulher na escravidão medieval, não consentimos que o integralismo, esse fascismo nacional custeado pelo estrangeiro implante aqui sua dictadura compressora.

Lutemos unidas! E para essa luta chamamos todas as mulheres do Brasil.

Operarias, intellectuaes, estudantes, artistas, professoras, jornalistas, commerciarias, bancarias, telephonistas, domesticas, enfermeiras, camponesas, costureiras, funcionarias, mulheres que trabalham em todos os sectores. Mães, esposas, filhas, irmãs, ouvi o apelo que vos fasemos neste momento em que os dois inimigos que são nossos e dos nossos maridos, paes, filhos, tentam cravar em nós suas garras sangrentas.

Lutai commosco contra o integralismo!

Lutemos unidas pelos nossos direitos, pelas nossas necessidades, por melhores salarios e ordenados, pelo nosso direito de viver.

Ingressai na União Feminina do Brasil.

**A Commissão Organisadora**

3093

# Manifesto Programma

A UNIÃO FEMININA DO BRASIL surge neste momento como uma organisação necessaria á defeza dos interesses da mulher no Brasil, especialmente daquellas que estão submettidas ás mais precarias condições de existencia e de trabalho.

Ao contrario de outras organisações femininas que surgiram em nosso paiz, umas inocuas, outras nitidamente ligadas a correntes politicas partidarias explorando demagogicamente a angustiosa situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nelle ver um "inimigo" da mulher, a UNIÃO FEMININA DO BRASIL, iniciativa de um grupo de trabalhadoras manuaes e intellectuaes, differencia-se inteiramente de todas as organisações já existentes, pelo seu absoluto desacordo com os programmas e normas de acção dessas associações.

A UNIÃO FEMININA DO BRASIL não é uma organisação politica, nem está ligada a nenhum partido politico, mas defenderá em seu programma direitos economicos, sociaes e politicos da mulher. Dentro della não se fará differenciação de côr, religião, correntes philosophicas, etc.. A UNIÃO FEMININA DO BRASIL reunirá em seu seio todas as mulheres que estiverem dispostas a trabalhar sinceramente na defeza dos seguintes principios basicos:

1.°) — lutar pelos direitos politicos e civis da mulher no Brasil;

2.°) — reivindicar igualdade economica em relação ao homem, e melhoria de vida (salarios e vencimentos, syndicalização e cumprimento das demais leis trabalhistas;

3.°) — elevar o nivel cultural da mulher por meio de cursos, conferencias, bibliothecas, escolas, audicções musicaes e artisticas, theatro, cinema, etc.;

4.°) — proporcionar assistencia medica, dentaria, juridica e economica á mulher;

5.°) — promover inqueritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos sectores de trabalhos;

6.°) — preparar a mulher para collaborar com o homem em suas actividades sociaes e com elle participar na vida publica,

7.°) — attender o problema da criança como inseparavel do problema da mulher;

8.°) — incentivar a educação physica e saniteria;

9.°) — lutar contra a guerra da destruição e os massacres que attingem directa ou indirectamente á mulher e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhes suas conquistas;

10.°) — ligação com as organisações femininas de finalidade identica em qualquer parte do mundo.

A UNIÃO FEMININA DO BRASIL espera o apoio decidido dos advogados, jornalistas, professores, trabalhadores em geral, para melhor realização de seu programma, contando desde logo com o auxilio que os homens possam offerecer afim de que esta organização corresponda realmente ás necessidades femininas no Brasil.

As mulheres em geral podem desde já iniciar sua collaboração e actuação, increvendo-se como associadas da UNIÃO FEMININA DO BRASIL.

**A Commissão Organisadora**

**ANEXO 2A: DADOS CENSO 1940**

| Idade/Estado Conjugal | | Solteiras/os | Casadas/os* | Separadas/os, desquitadas/os, divorciadas/os* | Viúvas/os* | Não declarado | Total | **Total Geral** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Homens | De 0 - 9 anos | 6.179.477 | - | - | - | - | 6.179.477 | **20.614.088** |
| | De 10 - 19 anos | 4.811.714 | 24.653 | 78 | 370 | 3.069 | 4.839.884 | |
| | De 20 - 29 anos | 2.084.743 | 1.374.215 | 2.971 | 20.448 | 2.776 | 3.485.153 | |
| | De 30 - 39 anos | 540.660 | 1.859.086 | 6.527 | 57.874 | 2.352 | 2.466.499 | |
| | De 40 - 49 anos | 248.025 | 1.436.397 | 7.211 | 96.186 | 1.763 | 1.789.582 | |
| | De 50 - 59 anos | 118.383 | 829.393 | 5.219 | 99.405 | 1.053 | 1.053.453 | |
| | De 60 - 69 anos | 52.815 | 383.684 | 2.644 | 84.955 | 557 | 524.655 | |
| | De 70 - 79 ano | 17.796 | 123.357 | 845 | 50.820 | 208 | 193.026 | |
| | De 80 anos ou mais | 7.741 | 33.126 | 237 | 26.469 | 117 | 67.690 | |
| | Idade ignorada | 9.125 | 4.422 | 57 | 570 | 495 | 14.669 | |
| Mulheres | De 0 - 9 anos | 6.018.989 | - | - | - | - | 6.018.989 | **20.622.227** |
| | De 10 - 19 anos | 4.597.404 | 327.231 | 1.116 | 3.223 | 3.145 | 4.932.119 | |
| | De 20 - 29 anos | 1.448.101 | 2.160.737 | 9.854 | 59.927 | 5.953 | 3.684.572 | |
| | De 30 - 39 anos | 492.978 | 1.771.483 | 12.291 | 153.567 | 4.864 | 2.435.183 | |
| | De 40 - 49 anos | 266.979 | 1.109.352 | 10.021 | 262.517 | 3.276 | 1.652.145 | |
| | De 50 - 59 anos | 145.176 | 536.513 | 5.392 | 302.652 | 1.721 | 991.454 | |
| | De 60 - 69 anos | 77.000 | 197.530 | 1.994 | 273.982 | 978 | 551.484 | |
| | De 70 - 79 ano | 33.650 | 49.466 | 495 | 150.616 | 431 | 234.658 | |
| | De 80 anos ou mais | 17.752 | 10.055 | 131 | 75.805 | 278 | 104.021 | |
| | Idade ignorada | 8.734 | 5.556 | 100 | 2.633 | 579 | 17.602 | |

*De 15 anos e mais: casados = 6.067.942 homens e 6.163.137 mulheres; separados, desquitados, divorciados = 25.782 homens e 41.374 mulheres; viúvos = 437.077 homens e 1.284.819 mulheres. (Infomação presente no censo).

PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO A INSTRUÇÃO

| População conforme o grau de Instrução * | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| Sabem ler e escrever | 7.344.772 | 5.947.833 | 13.292.605 |
| Não sabem ler nem escrever | 9.908.255 | 11.387.235 | 21.295.490 |
| Instrução não declarada | 105.560 | 103.010 | 208.570 |
| **Total** | **17.358.587** | **17.438.078** | **34.796.665** |

* Pessoas com 5 anos ou mais.

PESSOAS DE 10 ANOS E GRAU DE ENSINOS, POR SEXO E COR*

| Grau de Estudo/Cor | | Homens | Mulheres |
|---|---|---|---|
| Grau elementar | Brancos | 665.648 | 668.972 |
| | Pretos | 31.279 | 28.721 |
| | Amarelos | 7.931 | 6.169 |
| | Pardos ou de cor não declarada | 78.619 | 74.171 |
| | **TOTAL** | **783.477** | **778.033** |
| Grau médio | Brancos | 173.904 | 162.444 |
| | Pretos | 1.510 | 1.292 |
| | Amarelos | 1.636 | 803 |
| | Pardos ou de cor não declarada | 9.046 | 8.051 |
| | **TOTAL** | **186.096** | **172.590** |
| Grau superior | Brancos | 92.831 | 9.235 |
| | Pretos | 436 | 50 |
| | Amarelos | 447 | 21 |
| | Pardos ou de cor não declarada | 3.132 | 344 |
| | **TOTAL** | **96.846** | **9.650** |
| Grau não declarado | Brancos | 17.570 | 37.805 |
| | Pretos | 552 | 595 |
| | Amarelos | 230 | 125 |
| | Pardos ou de cor não declarada | 1729 | 2828 |
| | **TOTAL** | **20.081** | **41.353** |

* Que possuem curso completo ou diploma de estudo

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE PERTENCEM A SINDICATOS, POR SEXO, SEGUNDO O RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL EXERCIDA *

| Ramo da Atividade | Homens | Mulheres | **Total** |
|---|---|---|---|
| Agricultura, pecuária, silvicultura | 551.592 | 100.283 | **651.875** |
| Industrias extrativas | 44.056 | 3.443 | **47.499** |
| Industrias de transformação | 16.943 | 322 | **17.265** |
| Comércio de mercadorias | 156.486 | 31.520 | **188.006** |
| Comércio de imóveia e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização | 14.006 | 901 | **14.907** |
| Transportes e comunicações | 122.879 | 1.173 | **124.052** |
| Administração pública, justiça, ensino público | 14.578 | 1.716 | **16.294** |
| Defesa nacional, segurança pública | 4.893 | 25 | **4.918** |
| Profissões liberais, culto, ensino particular,administração privada | 10.334 | 1.060 | **11.394** |
| Serviços, atividades sociais | 49.632 | 7.149 | **56.781** |
| Atvidades domésticas, atividades escolares | 17.359 | 38.147 | **55.506** |
| Condições inativas, atividadoo não compreendidas nos demais ramos, | 21.470 | 10.761 | **32.231** |

*Incluídas as pessoas que exercem atividade suplementar em em ramo diverso do da principal.

Fonte: Relatório do Censo de 1940, volume II, p. XXV, p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 05/03/2021.

**ANEXO 2B: DADOS CENSO 1940**

MULHERES DE 12 ANOS E MAIS, POR ESTADO CONJUGAL, SEGUNDO A IDADE, COM DISCRIMINAÇÃO DAS QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS E INDICAÇÕES REFERENTES AOS FILHOS TIDOS

| | | Idade Ignorada | 12 a 14 anos | 15 a 19 anos | 20 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 a 59 anos | 60 a 69 anos | 70 a 79 anos | 80 anos ou mais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Solteiras** | Total de Mulheres | 8.734 | 1.541.670 | 1.957.928 | 1.448.101 | 492.978 | 266.979 | 145.476 | 77.000 | 33.650 | 17.752 | 5.990.268 |
| | Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos | 806 | 388 | 27.528 | 231.288 | 189.756 | 115.383 | 58.248 | 29.443 | 12.726 | 7.536 | 673102 |
| | % de Mulheres com filho em relação ao total | 9,23% | 0,03% | 1,41% | 15,97% | 38,49% | 43,22% | 40,04% | 38,24% | 37,82% | 42,45% | 11,24% |
| | Nº de filhos nascidos vivos | 3.020 | 467 | 37.788 | 584.252 | 783.617 | 586.565 | 309.486 | 158.537 | 69.919 | 42.080 | 2.575.731 |
| | Média de filhos por mulher | 3,747 | 1,204 | 1,373 | 2,526 | 4,130 | 5,084 | 5,313 | 5,385 | 5,494 | 5,584 | 3,827 |
| **Casadas** | Total de Mulheres | 5.556 | 4.786 | 322.445 | 2.160.737 | 1.771.483 | 1.109.352 | 536.513 | 197.530 | 49.466 | 10.055 | 6.167.923 |
| | Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos | 3.885 | 976 | 167.525 | 1.820.256 | 1.629.491 | 1.025.335 | 491.939 | 180.375 | 45.073 | 8.915 | 5.373.770 |
| | % de Mulheres com filho em relação ao total | 69,92% | 20,39% | 51,95% | 84,24% | 91,98% | 92,43% | 91,69% | 91,32% | 91,12% | 88,66% | 87,12% |
| | Nº de filhos nascidos vivos | 20.467 | 1.260 | 234.468 | 5.343.582 | 9.039.136 | 7.626.037 | 3.900.578 | 1.467.699 | 367.007 | 70.212 | 28.070.446 |
| | Média de filhos por mulher | 5,268 | 1,291 | 1,400 | 2,936 | 5,547 | 7,438 | 7,929 | 8,137 | 8,143 | 7,876 | 5,224 |
| **Separadas, Desquitada, Divorciadas** | Total de Mulheres | 100 | 20 | 1.096 | 9.854 | 12.291 | 10.021 | 5.392 | 1.994 | 495 | 131 | 41394 |
| | Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos | 78 | 7 | 596 | 7.864 | 10.340 | 8.681 | 4.766 | 1.702 | 414 | 111 | 34559 |
| | % de Mulheres com filho em relação ao total | 78,00% | 35,00% | 54,38% | 79,81% | 84,13% | 86,63% | 88,39% | 85,36% | 83,64% | 84,73% | 83,49% |
| | Nº de filhos nascidos vivos | 348 | 10 | 853 | 19.882 | 40.252 | 45.549 | 28.729 | 11.302 | 2.751 | 716 | 150392 |
| | Média de filhos por mulher | 4,462 | 1,429 | 1,431 | 2,528 | 3,893 | 5,247 | 6,028 | 6,640 | 6,645 | 6,450 | 4,352 |
| **Viúvas** | Total de Mulheres | 2633 | 103 | 3120 | 59927 | 153567 | 262517 | 302652 | 273982 | 150616 | 75805 | 1284922 |
| | Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos | 2.199 | 45 | 2.043 | 51.289 | 139.417 | 242.512 | 278.839 | 251.386 | 137.590 | 68.456 | 1.173.776 |
| | % de Mulheres com filho em relação ao total | 83,52% | 43,69% | 65,48% | 85,59% | 90,79% | 92,38% | 92,13% | 91,75% | 91,35% | 90,31% | 91,35% |
| | Nº de filhos nascidos vivos | 13.086 | 88 | 3.839 | 149.745 | 663.461 | 1.492.522 | 1.897.262 | 1.823.775 | 1.023.659 | 517.623 | 7.585.060 |
| | Média de filhos por mulher | 5,951 | 1,956 | 1,879 | 2,920 | 4,759 | 6,154 | 6,804 | 7,255 | 7,440 | 7,561 | 6,462 |
| **Estado Conjugal não declarado** | Total de Mulheres | 579 | 1441 | 1704 | 5953 | 4864 | 3276 | 1721 | 978 | 431 | 278 | 21225 |
| | Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos | 39 | 5 | 382 | 3.789 | 3.739 | 2.558 | 1.239 | 638 | 290 | 167 | 12846 |
| | % de Mulheres com filho em relação ao total | 6,74% | 0,35% | 22,42% | 63,65% | 76,87% | 78,08% | 71,99% | 65,24% | 67,29% | 60,07% | 60,52% |
| | Nº de filhos nascidos vivos | 213 | 10 | 564 | 9.874 | 16.147 | 13.930 | 7.106 | 3.431 | 1.517 | 955 | 53747 |
| | Média de filhos por mulher | 5,462 | 2,000 | 1,476 | 2,606 | 4,319 | 5,446 | 5,735 | 5,378 | 5,231 | 5,719 | 4,184 |

| Faixa etária | Total mulheres 12 anos ou mais | Nº de mulheres com filhos nascidos vivos | Filhos nascidos vivos | Filhos nascidos mortos | Total filhos | Mortalidade infantil | % Nascidos mortos/ Total de filhos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Idade Ignorada | 17.602 | 7.007 | 37.134 | 4.400 | 41.534 | 118,49 | 11% |
| 12 a 14 anos | 1.548.020 | 1.421 | 1.835 | 139 | 1.974 | 75,75 | 7% |
| 15 a 19 anos | 2.286.293 | 198.074 | 277.512 | 15.739 | 293.251 | 56,71 | 5% |
| 20 a 29 anos | 3.684.572 | 2.114.486 | 6.107.335 | 445.858 | 6.553.193 | 73,00 | 7% |
| 30 a 39 anos | 2.435.183 | 1.972.743 | 10.542.613 | 831.611 | 11.374.224 | 78,88 | 7% |
| 40 a 49 anos | 1.652.145 | 1.394.469 | 9.764.603 | 830.248 | 10.594.851 | 85,03 | 8% |
| 50 a 59 anos | 991.454 | 835.031 | 6.143.161 | 538.696 | 6.681.857 | 87,69 | 8% |
| 60 a 69 anos | 551.484 | 463.544 | 3.464.744 | 294.409 | 3.759.153 | 84,97 | 8% |
| 70 a 79 anos | 234.658 | 196.093 | 1.464.853 | 120.850 | 1.585.703 | 82,50 | 8% |
| 80 anos ou mais | 104.021 | 85.185 | 631.586 | 51.609 | 683.195 | 81,71 | 8% |
| Total | 13.505.432 | 7.268.053 | 38.435.376 | 3.133.559 | 41.568.935 | 81,53 | 8% |

Fonte: Relatório do Censo de 1940, volume II, p. XXV, p. 38. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 05/03/2021.